Theophilo Braga
Hist. da Litteratura portugueza

DICCIONARIO PRATICO
ILLUSTRADO
Diccionario encyclopedico
luzo-brazileiro
POR
JAIME DE SÉGUIER
2.ª EDIÇÃO
5.000 gravuras — 110 Quadros
90 Mappas — 1.000
retratos de individualidades celebres
Letras, sciencias, artes, definições, exemplos, synonymos, antonymos, proverbios e locuções proverbiaes, pronuncia, etymologias, termos brasileiros, locuções latinas e estrangeiras, historia, biographia, geographia, mythologia, noticias bibliographicas, monographias de obras de arte, personagens e typos, formulario orthographico, etc., etc.
O Diccionario Pratico Illustrado realisa plenamente o typo perfeito do diccionario manual; deveis, pois, ter sempre á mão
O VERDADEIRO LAROUSSE PORTUGUEZ.

OBRAS COMPLETAS

RECAPITULAÇÃO

DA

HISTORIA DA LITTERATURA PORTUGUEZA

III

OS SEISCENTISTAS

RECAPITULAÇÃO

DA

HISTORIA DA LITTERATURA PORTUGUEZA

I — **Edade Média**. Porto. 1909. De VIII-524 p. 1 vol.
II — **Renascença**. Porto. 1914. De VIII-696 p. 1 vol.
III — **Os Seiscentistas**. Porto. 1916. De VIII-688 p. 1 vol.
IV — **Os Arcades e o Romantismo**. *(No prélo)*.

THEOPHILO BRAGA

HISTORIA

DA

LITTERATURA PORTUGUEZA

III

OS SEISCENTISTAS

PORTO
LIVRARIA CHARDRON,
DE LÉLO & IRMÃO, EDITORES
RUA DAS CARMELITAS, 144
1916

O plano da incorporação de Portugal na unificação iberica, proseguido pelo *germanismo* da Casa de Austria pelos casamentos reaes, Philippe II realisou-o habilmente, fazendo-se acclamar por clausulas de parentesco nas Côrtes de Thomar. D'ahi a estabilidade do seu dominio de 1580 a 1598, tendo evitado sempre affrontar o *sentimento da Nacionalidade*. Por sua morte o *Castelhanismo* asphixiante e absorvente veiu acordar-nos o sentimento da patria, a aspiração da independencia nacional, a que o equilibrio europeu deu o relêvo da Revolução de 1640. Este grande phenomeno moral e historico occupa todo o seculo XVII e reflecte-se vivamente na elaboração litteraria dos *Seiscentistas*.

A historia d'este periodo não está completa

nos feitos de armas e victorias gloriosas; houve uma lucta do sentimento nacional contra a imposição da *lingua castelhana* sustentada pelas esplendidas obras da Litteratura hespanhola, creações geniaes que foram continuadamente impressas, ás vezes em edições primeiras, em typographias portuguezas; e tambem pela attracção dos talentos lusos para a cooperação das *Comedias famosas*, escriptas n'essa linguagem emphatica e pomposa, representadas nas scenas de Madrid, Valladolid e Sevilha. O predominio da Lingua castelhana apagou desastradamente as Litteraturas da Galliza, de Aragão, de Valencia; salvou-se a Litteratura portugueza pela reacção dos espiritos cultos *Seiscentistas* apoiando a expressão do sentimento nacional pela revivescencia dos

modelos classicos quinhentistas. Vinte sete annos fôram precisos para firmar-se a libertação de 1640; mas o *Castelhanismo* infiltrara-se na Litteratura portugueza desde o seculo XV (*Cancioneiro geral*, de Resende), e por todo o seculo XVI por pragmatica cortezanesca (poetas bilingues, cómo Sá de Miranda, Gil Vicente, D. Manuel de Portugal, etc.). D'esse envenenamento do Culteranismo se libertou uma pleiada de escriptores seiscentistas: FRANCISCO RODRIGUES LOBO, que difundiu no *Condestabre* a esperança da restauração nacional; FR. LUIZ DE SOUSA vindicando a supremacia da lingua patria pelo purismo quinhentista; D. FRANCISCO MANUEL DE MELLO, que sustentou na Europa com os seus libelos eloquentes a causa da autonomia de Portugal e re-

velando o alto genio da historia; BRAZ GARCIA DE MASCARENHAS, acordando a tradição épica de *Viriatho*, e dando-lhe vida nas porfiadas luctas de guerrilhas nas fronteiras; o P.e ANTONIO VIEIRA, movendo-se entre as intrigas diplomaticas dos casamentos e sonhos do Quinto Imperio para sustentar o throno de D. João IV. O estado da alma portugueza apparece-nos na austeridade ascetica em FR. ANTONIO DAS CHAGAS, e na exaltação amorosa molinosista de SOROR MARIANNA ALCOFORADO, desvenda-se a influencia franceza, conduzindo-nos para um maior contacto com o Seculo excepcional. Esta riqueza de material fez-nos quebrar as proporções de uma Recapitulação.

Historia da Litteratura Portugueza

SEGUNDA EPOCA

(Continuação)

2.º Periodo: Os Seiscentistas

(Seculo xvii)

Coordenar a historia das ideias, mesmo na sua fórma mais proxima das emoções affectivas como as que procuram a expressão da litteratura e da arte, é nada menos que determinar os motivos da actividade social convergindo para o caracter da civilisação. As ideias preponderantes no seculo xvii são o desenvolvimento do phenomeno historico do seculo anterior, em que pela Renascença classica e pelo Protestantismo se tornou patente o facto da dissolução do regimen catholico-feudal, que dirigira a Europa desde o seculo xi. Contra o Poder temporal do feudalismo, comprehendendo tambem sob este nome a realeza, levantaram-se as Communas, que fôram capciosamente submettidas á unificação monarchica das dynastias do seculo xvi, primeiro pelos codigos romanistas, depois pelos exerci-

tos permanentes; contra o poder espiritual da Egreja, appareceram as descobertas scientificas da astronomia e reataram-se os estudos da natureza pela continuidade das noções positivas da Grecia, e pelo estabelecimento do criterio da observação em vez da credulidade auctoritaria. No seculo XVII, em verdade, o velho poder temporal soffre uma transformação profunda depois do triumpho da revolução dos Payzes Baixos, depois da desmembração da Casa do Austria, depois da Revolução de Inglaterra, mas subsiste na fórma hereditaria e pessoal, em antagonismo contra o poder espiritual da Egreja, que pela acção retrograda dos Jesuitas visava ao restabelecimento da sua absurda theocracia. É esta situação ambigua e hostil dos dois poderes, que nos explica as apparentes contradicções da evolução do seculo XVII. A Renascença, restabelecendo e imitando a cultura da Grecia e de Roma renega toda a Edade Média, especialmente na litteratura; todas essas creações sentimentaes e artisticas da transição medieval fôram consideradas barbaras, desconhecendo-se as suas relações vitaes com a sociedade moderna e proclamando-se a imitação dos modelos classicos da Grecia e de Roma. A Egreja, que renegara a Antiguidade, teve de adaptar-se ao espirito da Renascença, os Jesuitas, querendo fortalecer o papado, e vendo a corrente historica do estudo das humanidades, essencialmente secular, organisaram-se para se apoderarem do ensino publico europeu, abriram Collegios, e ensinaram as exclusivas disciplinas

litterarias da civilisação que a propria Egreja condemnara. O caracter decadente das litteraturas occidentaes no seculo XVII por isso que é commum e simultaneo, revela tambem esta causa commum. Os Jesuitas ficaram directores exclusivos da cultura litteraria ou humanista, ao passo que o estudo das Sciencias adquiria um desenvolvimento espontaneo alheio á sua influencia, e até certo ponto em accôrdo com as monarchias absolutas.

É esta a segunda phase do seculo XVII, e a que preponderou na civilisação europeia; Comte explica a organisação scientifica pela necessidade consultiva do poder monarchico, que precisava ter apoio e direcção na sua acção absorvente e unitaria; assim se reconhecia implicitamente a superioridade das ideias scientificas e positivas sobre as ideias theologicas e metaphysicas. «Pouco a pouco, o que os reis haviam considerado como uma cousa louvavel de fazer, foram levados a consideral-o como um dever, e reconheceram a obrigação de promover as sciencias e de se submetter ás decisões dos sabios. O estabelecimento da Academia das Sciencias, instituida sob Luiz XIV pelo ministro Colbert, é uma declaração d'este principio. — O numero de Academias multiplicou-se prodigiosamente desde esta epoca sobre todos os pontos do territorio europeu, e pela acção da competencia scientifica sobre os espiritos, constituem-se de uma maneira regular e legal. A sua auctoridade politica augmentou em uma proporção analoga, exercendo uma influen-

cia directa, sempre crescente sobre a direcção da educação nacional. — Torna-se essencial observar, que ao mesmo tempo que a acção scientifica se constituiu e estendeu de cada vez mais em cada nação europêa considerada isoladamente, a combinação das forças scientificas dos differentes paizes effectuou-se tambem de cada vez mais. O sentimento da nacionalidade foi (sob esta relação) totalmente afastado, e os sabios de todas as partes da Europa formaram uma liga indissoluvel, que tendeu sempre para tornar europeus todos os progressos scientificos alcançados em cada ponto particular.» [1] Vencera o espirito critico da Reforma no campo da Sciencia experimental; emquanto os Jesuitas estafam a rasão com o seu humanismo esteril sob as fórmulas do aristotelismo alexandrista, formam-se corporações de homens instruidos congregados para as observações dos phenomenos da natureza, consignam as descobertas em gazetas e cartas que circulam pela Europa, e emquanto a falsa ideia do *Equilibrio europeu* separa os povos com odios internacionaes, a rasão critica estabelece a unanimidade dos espiritos, sendo Descartes, o que pela audacia das suas syntheses deu a convergencia ao espirito scientifico moderno. A sciencia conservava

---

1 Opusculo de Comte, de 1820, ap. *Systeme de Politique positive*, t. IV, App. gen., p. 34. Estas ideias apparecem em Cournot, *Considerations sur la marche des Idées*, t. II, p. 263, não obstante atacar dialecticamente as doutrinas de Augusto Comte.

a condemnação do theologismo, e por isso fortificava-se nas Academias protegidas pela realeza, ou nos paizes democraticos como a Hollanda.
Comprehende-se como nos paizes catholicos a corrente scientifica devia ser supplantada pelo *humanismo* da educação jesuitica. A litteratura tornou-se uma occupação de ociosos, sem relação com os interesses moraes e sociaes do tempo, formando-se Academias reaccionarias e pedantescas, que em Hespanha propagaram o *culteranismo*, e na Italia o *marinismo* ou os *concetti*. Em Portugal, vemos uma nacionalidade extincta pela occupação castelhana, de 1580; vemos essa nacionalidade recuperar a sua independencia em 1640; luctar pela sua autonomia nas campanhas do Alemtejo, mas a Litteratura cultivada em numerosas Academias é totalmente extranha a estes interesses. Portugal liberto pelo influxo da França do dominio castelhano da casa de Austria, ficou sob os Braganças uma colonia dos Jesuitas; a historia da nossa Litteratura no seculo XVII é synthese d'esta decadencia.

§ I

Syncretismo da influencia italiana e hespanhola em Portugal

O exagêro da imitação classica, quer por via do estudo directo das litteraturas greco-romanas, quer pela admiração reflexa dos poetas italianos, produziu uma natural reacção que se obser-

va em França com Malherbe reagindo contra os neologismos eruditos de Ronsard, com Balzac procurando o purismo da phrase, com Du Bartas adoptando uma desusada liberdade no emprêgo das figuras rhetoricas. Porém, essa reacção apresenta o seu maior vigor em Hespanha, onde o genio oriental irrompe na imaginação andalusa de Gongora, e se impõe pela pompa deslumbrante das imagens poeticas exprimindo as ideias vulgares. O novo gôsto inspira-se na natureza, mas embellezando-a convencionalmente; e esse artificio procurado com estudo é um signal de cultura do espirito, que não sente a graça sem lhe dar a fórma pittoresca do conceito. A nova corrente litteraria propagou-se a toda a Europa; na Italia, Marini, «hespanhol de origem e educação» como diz Cantu, é o chefe dos *Concetiste*, e na França os *Culturistas* ditam as leis do gôsto affectado nas intimidades do Hotel Rambouillet, que Molière retratou nas *Preciosas ridiculas;* em Inglaterra Lylli propaga este falso estylo litterario com o nome de *Euphuismo*. Á universalidade da influencia italiana da Renascença, corresponde esta reacção do *Culteranismo* hespanhol, systematisado em regras dogmaticas pelo jesuita Balthazar Gracian nas suas *Agudezas de Ingenio*. Dava-se o nome de *ingenio* á vã habilidade de converter em figuras de rhetorica todas as situações moraes ou materiaes, corrigindo a realidade não por um ideal mas pelo equivoco, pelo paralogismo, pela redundancia, pelo euphuismo.

O *Culteranismo* provinha de uma verdadeira

intuição da necessidade de independencia de espirito para a concepção artistica; infelizmente, os escriptores que reagiam contra o predominio da Italia estavam separados do povo ou não conheciam o valor esthetico do elemento tradicional, de sorte que na impossibilidade de acharem o caracter nacional da litteratura, cahiram no desvairamento de uma phantasia sem disciplina. La Bruyère notou a causa dos desconcertos da linguagem *culteranista*, referindo-se aos membros do palacio Rambouillet: «Elles deixam ao vulgo a arte de fallar de uma maneira intelligivel.» A Hespanha era o centro d'onde irradiava o prurido d'este novo gôsto litterario; e no seculo XVII vemos a litteratura franceza inspirar-se para a creação poetica dos seus principaes genios da imitação da litteratura hespanhola. Scarron, no *Roman comique,* imita o genero picaresco hespanhol; principalmente no theatro é onde se observa uma imitação mais evidente, como em Corneille no *Cid,* no *Menteur,* e no *Don Sancho d'Aragão;* em Molière, no *Festin de Pierre,* imitado do *Burlador de Sevilha* de Gabriel Tellez, na *Princeza d'Elida,* no *D. Garcia de Navarra;* Quinault, Hardy, Rotrou seguem a mesma senda, e Le Sage transforma os esbôços de Velez de Guevara no seu bello *Gil Blas,* e no *Diable boiteux*. Quando a fecunda litteratura franceza obedecia ao influxo prestigioso da litteratura hespanhola, e o proprio Richelieu considerava a admiração pelo *Cid* de Corneille «como se os hespanhoes tivessem tomado Paris,» era im-

possivel que o Culteranismo não dominasse de um modo absoluto em Portugal, no seculo XVII. Estavamos sob o dominio castelhano tanto em politica como em litteratura. A lingua portugueza, como se sabe pela declaração de Manoel de Galhegos, que se defende de haver escripto na lingua patria, era considerada pelas classes elevadas como propria para ser fallada nas praças e pelo vulgo rude. Os escriptores portuguezes preferiam o castelhano para a poesia e para a historia, e concorriam para a riqueza do theatro hespanhol compondo *Comedias famosas* no estylo de *Capa y Espaaa*. Muitas das obras dos grandes genios da litteratura hespanhola tiveram as suas primeiras edições em Portugal, e occuparam-se de assumptos portuguezes. Quem organisasse os annaes da imprensa portugueza n'este periodo, concluiria que tres quartas partes das suas obras publicadas fôram em castelhano. A falta de participação de Portugal no extraordinario movimento scientifico do seculo XVII, fez com que a actividade intellectual se dispendesse em um exercicio disparatado da rhetorica, que viciou tudo, a linguagem, a poesia, o theatro, a historia e a propria eloquencia do pulpito. As Academias italianas, que de litterarias se converteram em scientificas no seculo XVII, na Hespanha immobilisaram-se em *Tertulias* e com esse caracter se reproduziram em Portugal. [1] Sob a

---

1 No seculo XVII desenvolveram-se as Academias particulares em casa dos fidalgos e pessoas opulentas;

influencia do *Culteranismo*, a poesia lyrica retoma os velhos metros de redondilha, e Sá de Miranda, o venerando chefe da Eschola italiana, é lido, estudado e imitado na sua parte antiquada, nas Cartas em quintilhas de *medida velha*. E aquelles mesmos que voltavam aos metros de redondilha, do lyrismo hespanhol, não achavam emprêgo mais azado para as redundancias e equivocos de linguagem do que as Novellas pastoraes do gòsto italiano contra o qual reagiam inconscientemente.

Os criticos italianos Bettinelli e o jesuita Tiraboschi accusavam o máo gosto ou o *Concetismo* na litteratura italiana devido ao contagio de máo gosto ou *Culteranismo*, do tempo da dominação hespanhola; replicaram-lhes fortemente o Abbade Andrés, e o jesuita Lampillas. Porém esse caracter artificioso e falso da expressão litteraria, predominava tambem em Inglaterra e

---

precederam assim a existencia official, que dando-lhes importancia social tambem lhes imprimia o cunho do pedantismo com que ficaram. Em volta de Ménage, reuniam-se varios amigos ás segundas feiras para palestras litterarias; n'esta especie de Academias, em que figuravam Chapelain, Bautru, Furetière, Perrault, Galland, o nome por onde eram conhecidas era o de *Mercuriaes* (mercredi); tambem se celebravam Academias em casa do abbade Dangeau ás terças feiras *(mardi,* dies Martis) e chamavamse por isso *Marciaes;* as que se celebravam no palacio da rainha Christina da Suecia, eram ás quintas feiras *(jeudi,* Jovis Dies) e eram denominadas *Joviaes*. O celebre palacio de M.lle Rambouillet era tambem uma Academia aristocratica, que ditava leis ao gôsto e ao estilo litterario.

França; do que se pode concluir, que essa perversão do gôsto litterario resultava do estado geral da mentalidade de uma epoca. Escreve o Marquez de Valmar, na sua *Historia critica da Poesia castelhana no seculo XVIII*: «Por aquelles mesmos tempos em que se achava tão preponderante em Hespanha a poderosa mania do *gongorismo*, Inglaterra, cujas influencias de raça, de clima e de costumes differem tão essencialmente das influencias analogas de Hespanha, achava-se inundada pela torrente do *eufuismo*, algarávia symbolica, composta de metaphoras e conceitos, que podiam disputar aos *conceptistas* italianos e hespanhoes a palma da extravagancia. Escassos seriam então os influxos e communicação reciproca das litteraturas ingleza e castelhana, e não obstante isso, fere a attenção a similhança dos desmandos em que ambas cahiram, caminhando ao que parece por distincto rumo. O famoso John Lilly foi em Inglaterra o legislador do estylo metaphorico e figurado, como o foi Gracian em Hespanha, como o foi na Italia o Conde Manoel Thesauro no seu *Cannocchiale Aristotelico*. O pedantesco livro de Lilly *Euphues and his England*, ainda que de fórma differente, é digno companheiro da *Agudeza y Arte de ingenio*, e outros codigos do estylo *culto*.

«A causas geraes, que se observam em certos periodos da historia litteraria de todas as nações, e não a influencias determinadas e locaes, se devem attribuir os grandes vicios que em tempos infelizes alteram e depravam as letras. — ...o *eu-*

fuismo de Inglaterra, o *conceptismo* de Ledesma, o *culteranismo* de Gongora, as primorosas e cortezãs subtilezas do cavallier Marini, a affectação da *Pleyade* franceza do tempo da Luiz XIII, e ainda o *bel-esprit* das *Précieuses* do Hotel de Rambouillet, e da refinada côrte de Sceaux, têm affinidades incontestaveis, laços visiveis, que as irmanam e confundem.» [1]

Fallando da influencia da Hespanha sobre a litteratura franceza, Baret precisa as causas immediatas: «A Hespanha a final pacificada, reunida desde 1492 em um conjuncto potente, ganhou o tempo que nós perdêmos a luctar contra os Inglezes e mais tarde nas nossas longas discordias religiosas.» (*Troubadours*, p. 286.)

«Em França, especificadamente, esta preponderancia durou perto de um seculo. Formar-se-hia uma bibliotheca com os livros hespanhoes traduzidos em francez, desde a batalha de Pavia até ao captiveiro do rei de França em Madrid, até Voltaire, que imita sem o dizer, os trocadilhos, e as cartas de Quevedo, e de Antonio Perez; até Balzac, que copía phrases castelhanas; até Corneille que deu o primeiro exemplo da comedia de caracter, traduzindo no *Menteur* a *Verdad sospechosa*, de Alarcon; até Molière, que tomou aos hespanhoes o assumpto do *Medecin malgré lui*, do *Don Juan* e da *Princesse d'Elide*; até Lesage, que tanto se aproveitou d'elles na

---

1 *Op. cit.*, vol. I, p. 7 a 9. Madrid, 1893.

composição do *Gil Blas,* que o P.e Isla, vivamente mas inutilissimamente revindicou para a Hespanha esta obra prima; por ultimo, até Beaumarchais, que no *Barbeiro de Sevilha* se inspirou tão felizmente do movimento, do *brio,* para empregar o termo hespanhol, que caracterisam de uma maneira tão notavel as comedias de Lope de Vega.» *(Ib.,* p. 287*).*

«Apesar da affirmação de Voltaire e do trabalho de lord Holland, as tiradas mais eloquentes do *Cid* de Corneille, estão com as mesmas palavras no *Cid* de Guilhem de Castro, expressas em uma linguagem egualmente bella; que, mesmo na scena em que se encontram o pae e o filho, o auctor hespanhol está acima do tragico francez.» *(Ib.,* p. 288).

Baret tambem determinou um paradigma castelhano no *Polyeuete* de Corneille: «É com um vivo interesse e assombro que recentemente descobrimos que uma das scenas mais animadas da tragedia de *Polyeuete* se acha em germen na scena analoga da *Estrella de Sevilla* de Lope de Vega.» *(Ib.,* 288.)

Baret explica as causas sociaes que determinaram a influencia da cultura hespanhola em França no seculo XVII: «Vê-se a Hespanha activa e estreitamente envolvida nos negocios da França, no seculo XVI. A Hespanha peza sobre nós com o seu ascendente. Por um momento alentou a esperança de assentar a infante Clara Eugenia no throno de S. Luiz. Guerras, tratados de paz, allianças matrimoniaes, unem ou mis-

turam os dois povos. A necessidade de saber o castelhano fazia-se sentir, principalmente na côrte. Multiplicam-se as grammaticas. Brantôme, que acompanhou a Madrid a filha de Henrique II, é muito familiarisado com o castelhano, e vê-se nas suas narrativas a côrte dos Valois muito preoccupada da litteratura castelhana. Em 1615, Cervantes podia dizer no prefacio de *Persiles e Segismundo:* — *En Francia, ni varon ni mujer deja de aprender la lengua castellana.* Effectivamente, M.me de Motteville em um opusculo dirigido a M.lle de Montpensier, invoca auctoridades hespanholas e italianas, citando textos sem nenhuma explicação ou commentario.» [1] É ainda por circumstancias politicas que o theatro hespanhol se revela á França; a rainha Maria Thereza levou para Paris em 1661 a companhia de Sebastião de Prado, que se demorou doze annos, representando com as companhias italianas e de Molière no theatro do Palais Royal, e no do Petit-Bourbon. Baret chega a affirmar: «A grandeza do reinado de Luiz XIV, é em muitos aspectos um reflexo da grandeza castelhana, cujo abaixamento ninguem accelerou mais do que este monarcha. Espanta-nos que esta observação escapasse á sagacidade de Voltaire, tão conhecedor em outros pontos. — É certo que a pompa d'esta côrte, que não foi sem influencia sobre o estylo de Racine e de Bossuet, este gôsto

---

1 *Les Troubadours,* p. 321.

de festas, o proprio caracter d'estas festas, os brilhantes *carroussels,* as dansas e os espectaculos nos jardins de Versailles, para os quaes Molière compunha improvisos, Luiz XIV com certeza os tomou da Hespanha por intermedio de sua mãe, a nobre Anna de Austria, uma das mais completas, das mais amaveis personificações do caracter hespanhol que se possa imaginar.» [1]

As liberdades de elocução poetica, chamadas o culteranismo, tanto na Italia, França, Inglaterra e Hespanha, que caracterisam o seculo XVII não são uma perversão na litteratura, mas sim reforma ou renovação desordenada e mal comprehendida. A reacção que se operou nas ideias philosophicas pelo Cartesianismo contra o formalismo da Scholastica, tambem se reflectiu nas doutrinas litterarias na celebre questão da *Querella dos antigos e modernos,* e no abandôno da *Poetica* de Aristoteles. Dizia o Barão Taylor no Congresso historico de 1840: «A mesma reacção que se opéra contra a antiguidade philosophica, não tarda a manifestar-se contra a antiguidade litteraria, e a *Poetica* de Aristoteles é atacada com tanta vivacidade como a *Logica.* Perrault, Lamothe e Fontenelle são os campeões das ideias modernas, e ouso dizel-o, apresentaram melhor a fórmula romantica do que a eschola actual, do que o proprio Chateaubriand, que quiz fechar a litteratura no cyclo christão,

---

1 *Ibid.,* p. 329.

A litteratura deve ser a expressão de uma sociedade inteira, e não apenas de uma das suas faces. Não ha sómente o elemento christão no mundo moderno, posto que n'elle occupe um logar importante; ha tambem o elemento barbaro e sobretudo o elemento grego e romano, por que nós sômos filhos da Grecia e de Roma. Quem nos libertará dos Gregos e Romanos, diz-se frequentemente? Ninguem, porque não se póde eliminar uma porção do nosso sêr. Importa não circumscrever a litteratura no campo do christianismo; ficaria incompleta. Digo, por tanto, que os romanticos do seculo XVII comprehenderam melhor a questão do que os romanticos do seculo XVIII. Elles sustentaram que os sentimentos, as ideias contemporaneas, eram superiores aos sentimentos e ideias dos antigos; consequentemente, que a litteratura devia deixar estas para exprimir aquellas, e que apresentar em scena os heroes de Homero com as suas paixões e os seus costumes, era fazer recuar o mundo á queda de Troya, isto é, tres mil annos. Comprehendiam a lei do progresso, e queriam que o mundo litterario lhe fôsse submettido como o mundo philosophico; elles tinham evidentemente rasão.» [1]

I — Os Poetas lyricos

Accentuam-se dois aspectos no lyrismo seiscentista; uma viva comprehensão do estylo *ca-*

---

1 *Congrès historique* (IX^me), p. XVIII. Paris, 1843.

moniano, continuando-o com felicidade, conciliando-se com a renovação das fórmas velhas da redondilha agora admiradas na primeira phase *mirandina*. Estas duas correntes do gôsto quinhentista suscitaram os antagonismos entre *Camoistas* e *Tassistas*, pela preoccupação da linguagem figurada, das imagens deslumbrantes e phantasiosos trópos, prevalecenlo nos lyricos culteranistas os romances assonantados, amorosos, mysticos, picarescos e granadinos, na Epopêa a narrativa dos falsos Chronicões, e no theatro, a Comedia famosa de capa e espada. N'esta incoherencia esthetica, salvaram-se as verdadeiras organisações poeticas, vegetando n'esse syncretismo uma ephemera efflorescencia de mediocridades, méramente aproveitaveis quando conduzem a alguma inferencia historica.

A) *Os Lyricos camonianos*

Francisco Rodrigues Lobo

Este incomparavel poeta, que no fim do seculo XVI sob a depressão do sentimento nacional, e no derrancamento do gôsto das pastoraes italianas, brilha com a verdade da sua inspiração a par de Bernardim Ribeiro, de Christovam Falcão e de Camões, é um phenomeno que só se comprehende pelo meio em que foi nascido e creado e pela realidade de uma emoção amorosa. *Lereno*, como o poeta a si se chama, formando este nome de Leiria, descreve a terra que é verdadeiramente uma Arcadia em que a vida rural não ca-

rece de ser imaginada, em que os quadros idyllicos são todo o ambiente em que se respira e a vista alcança. É d'alli que elle tira todas as suas representações objectivas e os lances da vida sem artificio ou convencionalismo bucolico. As primeiras linhas da *Primavera* revelam esse meio que o fez poeta: «Entre as fragosas montanhas da Lusitania, na costa occidental do mar Oceano, onde se vêem agora com maior nobreza levantadas as ruinas da cidade antigua Colippo, ha um espaçoso sitio partido em verdes outeyros e graciosos valles, que a natureza com particulares graças povôou de arvores e fontes que fazem n'elle perpetua primavera, em meio do qual se levanta um monte agudo de penedia, cercado como ilha de dois rios, que pela fralda d'elle vão murmurando, até que ajuntando-se no extremo da sua altura levam ao mar em companhia a vagarosa corrente, e assim da parte do rio *Lis,* que na copia das aguas é principal, como pela do claro *Lena*, que escondido entre arvoredos faz o caminho, é cultivada a terra de muitos pastores, que n'aquelles vales e montes apascentam, passando a vida contentes com seus rebanhos e com os fructos que a terra em abundancia lhe offerece... Aqui aonde Amor costuma conservar seu senhorio, mostrava cada dia maiores effeitos d'elle... Uma entrada do verão, quando pelo costume dos naturaes do valle e por ajuntamento de outros pastores estrangeiros que alli traziam seu gado pela abundancia dos pastos d'aquella ribeira, havia entre todos muitos exercicios de

alegria costumados dos pastores, como eram musicas em porfia, duvidas amorosas, bailes e luctas de toureiro e outros jogos, em que havia na montanha guardadores estremados. *Lereno*, que na musica a muitos do valle tinha vantagem, um dia, que com o novo sol sobre os floridos ramos, começavam as aves a celebrar a entrada do Verão e as aves e boninas a se levantar da terra... escolhendo um logar apartado, a que o inclinava a propria condição, se foi assentar junto de uma fonte que está perto do rio, á sombra de um alto freixo, entre duas faias, e alli cantou...» Era a iniciação do seu genio poetico, suscitado pela *entrada do verão*, como os apaixonados trovadores cantando pela *reverdie*; e esta precocidade, que cedo distinguia o joven Lereno, floresceu esplendidamente pela psychose de um amor exaltado, que foi o thema exclusivo da sua obra litteraria. A belleza d'essa idealisação subsiste, por si, mas melhor se aprecia determinando a realidade que lhe dá um relêvo objectivo. Os effeitos d'esse meio no desenvolvimento da organisação poetica de Francisco Rodrigues Lobo ainda hoje são verificaveis: são *esses os sitios* da perspectiva pittoresca de Leiria, em permanente idyllio natural, mas para aspirar a atmosphera moral da floração psychica de Francisco Rodrigues Lobo, que vivifica toda a sua poesia, importa pedir á sua obra a revelação do mysterioso amor. A terra, que lhe foi berço, esclarece o espontaneo bucolismo em que dispendeu o seu temperamento artistico; só o mysterioso

amor realça a belleza e sentido dos versos, admirados apesar de se acharem velados estranhamente.

Por circumstancias das tremendas crises sociaes e politicas de fins do seculo XVI e começos do XVII, ficaram ignoradas as principaes datas da sua vida: são elementos para essa reconstrucção as referencias de escriptores contemporaneos, as tradições litterarias colhidas pelos bibliographos Nicoláo Antonio, Barbosa Machado e o bispo do Grão Pará Fr. João de S. José Queiroz, com os elementos pessoaes que se encontram pela sua obra, como o synchronismo das individualidades preponderantes contemporaneas com quem conviveu. Pela coordenação de todos estes esparsos subsidios, a vida do inspirado poeta é *um verdadeiro poema.*

1.º — *Nascimento — Mocidade e Amores de Francisco Rodrigues Lobo.* (1579 a 1604). — Na cidade de Leiria, que ainda no fim do seculo XVI conservava os vestigios da sua cultura intellectual, onde até 1496 a typographia hebraica alli fundada pelos Soncinos, publicava obras como o *Almanach* de Zacuto, e a versão da novella do *Amadis de Gaula*, nasceu Francisco Rodrigues Lobo, que poetas satiricos feriam vilmente denunciando-o por christão novo. Fôram seus paes André Luiz Lobo [1] e D. Joaquina de

1 Ratificado pela matricula de seu filho nas Escholas menores em Coimbra em 8 de Outubro de 1594.

Brito Gavião, abastados, nobres, em boas relações com as familias fidalgas, proporcionando-lhe condições para adquirir uma superior cultura na Universidade de Coimbra e poder renunciar ao exercicio das honorificas e rendosas funcções publicas. A data do seu nascimento em 1579 é pelo poeta apontada na dedicatoria dos seus Dialogos da *Côrte na Aldeia* a D. Duarte, irmão do Duque de Bragança D. Theodosio, justificando o titulo do seu livro: «e se alguem julgar por atrevido tratar de cousas de *Côrte, nascendo em edade em que já a de Portugal era acabada...*» Evidentemente n'este trecho referia-se á catastrophe de Alcacer-Kibir, em agosto de 1578, em que o rei D. Sebastião e toda fidalguia da Côrte portugueza succumbiram nos areaes de Africa. No anno do governo do Cardeal D. Henrique já não havia côrte, occupada por jesuitas e castelhanistas intrigantes exclusivamente. Como essa edição da *Côrte na Aldeia* de 1619, foi algum tempo tida como hypothetica, transcrevo alguns trechos da dedicatoria *Ao Senhor D. Duarte, Marquez de Frechila e de Malagan:*

«Depois que faltou a Portugal a Côrte dos seus serenissimos Reys, ascendentes de V. Excellencia... retirados os titulos pelas vilas e logares do Reino; e os Fidalgos e cortesãos por suas quintãas e casaes, vieram a fazer Côrte nas Aldeias, e renovaram as saudades do passado, com lembranças devidas a aquella dourada edade dos Portuguezes, e até V. Excellencia, que na de Hespanha podia aventajar de toda sua

grandeza, escolheu para morada essa cidade de Evora... cujos cahidos muros e edificios, desamparados Paços e incultos jardins parece que agradecidos á assistencia e favores de V. Excellencia resuscitam agora...

«Com a mesma confiança busca a V. Excellencia esta *Côrte na Aldeia* composta dos riscos e sombras que ficaram dos cortesãos antigos e tradições suas; para que V. Excellencia a ampare como protector da lingua e nação portugueza...

«E se alguem me julgar por atrevido em tratar de cousas de *Côrte, nascendo em edade em que já a de Portugal era acabada,* sabendo que na de V. Excellencia fui muitas vezes favorecido de mercês suas e honras, com ellas na do Ex.mo Snr. Duque D. Theodosio, irmão de V. Ex.a...

«Ante quem em tudo é tão grande, nada o pode parecer senão esta confiança na benignidade com que V. Excellencia sempre authorisou minhas obras.

«Lisbôa, 1 de Dezembro de 1618.»

É valiosa esta pagina em que Rodrigues Lobo nos faz sentir como em Leiria se concentrara a aristocracia dos Menezes, a poderosa familia, que, como a de Bragança, era aparentada com o rei D. Manoel. O Castello de Leiria, assentado sobre um enorme rochedo na parte meridional da cidade, e pela parte do poente a grande muralha, o palacio e a Torre de Homenagem, tinha então por Alcaide-Mór D. Manoel de Menezes, que sen-

do v Marquez de Villa Real, em 1580 Philippe II, por elle se conformar com a sucèssão castelhana concedeu-lhe o titulo de Duque de Villa Real. Vivia com grandeza no seu paço ducal com uma numerosa familia: D. Miguel Luiz de Menezes, VI Marquez de Villa Real, D. Brites de Lara, D. Juliana de Lara, e D. Luiz de Noronha de Menezes, que nascera em 1589. O joven poeta teve muito cedo relações de convivencia com a poderosa familia do Duque de Villa Real, que sabia apreciar a sua precocidade, dedicando elle versos ao já Marquez de Villa Real, Capitão em Ceuta, e a sua *Primavera* a D. Juliana de Lara, a qual casada desde 1598, com D. Sancho de Noronha, IV conde de Odemira, teria assistido á elaboração d'essa pastoral, apreciando pelas allusões secretas o sentido das poesias, dos annagramas pessoaes e situações novellescas. Este meio intimo e de alta distincção é que formara o que elle exprimiu pelo titulo de *Côrte na Aldeia,* dado intencionalmente a um bom livro encyclopedico-moral. O aspecto da região leiriense na sua belleza idyllica, tambem acorda as recordações cavalheirescas ostentando o forte Castello fundado sobre um rochedo contiguo á cidade, com a bem conservada Torre de Homenagem. Esse Castello ainda tinha Alcaide-Mór, cargo no tempo do rei D. Manoel, que andava na familia dos Barbas de Alardo, da casa do Amparo, e por D. João III passado ao Marquez de Villa Real, seu parente dilecto. Havia antagonismo senhorial entre os Barbas e os Menezes, voltando de-

pois das execuções pela conjuração de 1641 a Alcaidaria-mór do Castello de Leiria aos Barbas de Alardo. Na mocidade de Francisco Rodrigues Lobo, era D. Manoel de Menezes, v Marquez de Villa-Real o alcaide-mór do Castello, e pela sua adhesão á causa de Philippe II nomeado Duque de Villa-Real, vivendo no seu palacio junto do rio Lis, diante do campo chamado do Rocio. Em 1588 fundou a ermida de N. S. da Encarnação, com confraria, visitada aos sabbados, cantando-se a *Tota pulchra,* a orgão, e com a devoção de uma romaria; a filha do fundador, D. Brites de Lara, era a juiza. Resa o Nobiliario de Rangel de Macedo, que esta dama casara com D. Pedro de Medicis, irmão do Grão-Duque de Florença, o qual pouco depois se ausentou para Castella e lá morreu, recolhendo-se ella ao convento de Jesus de Aveiro. O filho do Duque de Villa Real, D. Miguel Luiz de Menezes, militou em Africa, sendo Capitão em Ceuta. A elle dedicou Rodrigues Lobo um romance, impresso na sua collecção de 1595 (fl. 54): *a la primera corrida que hizo en Ceuta el Marquez de Villa Real.* O poeta faceto D. Thomaz de Noronha, que celebrou em um Soneto burlesco Rodrigues Lobo, achava-se tambem em Ceuta servindo sob o governo d'esse seu parente e dirigiu-lhe umas Outavas, pedindo-lhe os dez mil reis que lhe promettera:

E a pobreza de amigos espantalho,
Mal cruel, que até de lei carece,
Não sinto eu no mundo egual trabalho,

Sabe-o só o triste que o padece
Que se pera me livrar d'ella me valho
D'aquella mão que se me offerece
Com os dez que promettestes, meu senhor,
Sois principe, sois rei e imperador. 1

O poeta alludia ao parentesco real do Capitão de Ceuta, neto de D. Brites de Lara, prima do rei D. Manoel. Rodrigues Lobo, de uma familia opulenta, lisongeava-o pela bravura, pelo heroismo dos Menezes; e a sua entrada no paço ducal, manifesta-se na dedicatoria da *Primavera* a D. Juliana de Lara, condessa de Odemira, sua irmã. Ainda um outro filho do velho Duque de Villa Real, D. Luiz de Noronha e Menezes, nascido em 1589, e degolado aos 52 annos, pela Conjuração de 1541, manteve a amisade com Rodrigues Lobo, a quem, segundo tradição, confiara a educação de seus filhos. Diante d'este esbôço genealogico é que vêm a impossibilidade de determinar os mysteriosos amores de Lereno segundo a tradição como ella chegou ao bispo de Grão Pará, que a consignou nas suas *Memorias:*

«Este poeta é excellente em o lyrico, ainda que o primeiro se concede em Hespanha ao nosso Jorge Montemayor, *Morreu afogado no Tejo,* e foi enterrado em S. Francisco da Cidade na capella dos Queimados. Morrendo dizia talvez inspirado de melhor nume:

Formoso Tejo meu, quam differente...

---

1 *Poesias ineditas* de D. Thomaz de Noronha, p. 44.

«Queira Deus tivesse n'aquella corrente a de lagrimas para chorar *quanto tinha cantado nas ribeiras do Liz e Lena nos loucos amores da aia ou Dama do palacio do Duque de Caminha em Leiria, se não foram mais altos seus pensamentos,* que emfim, se não foram de Icaro, pareceram de Phaetonte no sitio da sepultura...» [1]

Sob esta revelação subita, do fim do seculo XVIII, annotou Camillo Castello Branco: «Eis aqui uma evidente novidade biographica; eu de mim não sei de outro auctor. *Com estas inducções póde ser que um agradavel estudo nas poesias de Lobo colha algumas referencias.*» Camillo achou-se em condições excepcionaes para realisar esse estudo, porque possuiu uns *magnificos manuscriptos de Francisco Rodrigues Lobo,* [2] onde com certeza deviam encontrar-se dedicatorias a personagens da familia ducal de Villa Real e de Caminha. Infelizmente extraviaram-se da sua mão esses manuscriptos.

A primeira condição para interpretar o sentido autobiographico ou a realidade da emoção

---

1 *Memorias do Bispo do Grão Pará Fr. João de S. José Queiroz,* p. 124. Edição de Camillo.

2 Em carta de 29 de Novembro de 1866 escrevia Camillo ao Visconde de Azevedo, fervoroso bibliophilo:

"Estou de pósse de uns magnificos manuscriptos de Francisco Rodrigues Lobo. Tenciono publical-os. O pobre Visconde de Juromenha deu como ineditas de Camões poesias que eu tinha no meu codice de Rodrigues Lobo. Que deploravel edição a do Visconde de Juromenha!" (A *Revista*, Anno III, n.º 5, p. 65. Porto, 1908).

amorosa de *Lereno* é determinar nitidamente, que essa paixão ficou bem definida nos *Romances castelhanos* de 1596, e na *Primavera*, de 1601. Esses *loucos amores* visavam uma dama do palacio ducal, que não era uma *aia*, nem duqueza porque nenhuma existia ahi então; comtudo o poeta descreve esse perigoso amor:

Atrevido pensamento,
Não me ponhaes em perigo,
Que para ser venturoso
Não basta ser atrevido.

Se sahis por levantar-me,
Vede quanto atraz me fico,
Que para quem não descança
É muito largo o caminho...

Vós tendes culpa de ousado,
E eu de todas o castigo.
Que nasce só para penas
Que das vossas azas tiro.

Porfiaes com a esperança,
E eu com a razão porfio,
Té que vencida de todo,
Fiquemos ambos vencidos...

Encolhei um pouco as azas
E estae a conta commigo,
Que de muito experimentado
Já nos males adivinho.

Fïae-vos no desengano,
Vereis se é melhor partido
De um covarde acautelado,
Que de ousado arrependido...

Contentae-vos, pensamento
Ser de uma parte divino,
Conhecei minha esperança,
Deixareis de ser altivo.

(*Primavera*, Floresta v.)

E ao atrevido pensamento, o poeta materialisa o obice que o separa da mulher que ama, pelas convenções heraldicas:

Vae o rio de monte a monte,
Como passarei sem ponte?

É o váo mui arriscado,
Só n'elle é certo o perigo;
O tempo como inimigo
Tem-me o caminho tomado.
N'um monte está meu cuidado,
E eu posto aqui n'outro monte,
Como passarei a ponte?

Tudo quanto a vista alcança
Coberto de males vejo,
De áquem fica meu desejo
E d'alem minha esperança;
Esta, contínua, me cança
Porque está sempre defronte,
Como passarei sem ponte?

(*Primavera,* Floresta v.)

Ha aqui a côr local; Leiria estende-se ao longo do Rocio, que a separa do Lis, communica com a outra margem por duas pontes, uma ao centro e outra ao fim. Como o poeta representa pela situação material a anciedade moral que se conflagra com o impossivel imposto ao seu sentimento!

Na Egloga VII descreve-nos a altivez e orgulho *d'aquella* a quem elevara o pensamento, o que ajuda a definir a situação que occupava no palacio de D. Miguel Luiz de Menezes, que regressara de Ceuta a Leiria, onde descansava patriarchalmente:

Aquella, tão desegual
No trato, modo e cautellas
Das mais pastoras, que entre ellas
Vencia a lei natural;

Aquella, sempre queixosa
Por quem anda entre a gente,
A alegria descontente
De a vêr triste tão formosa.

Aquella que por empreza,
Por bem poucos escolhida,
Despresou glorias da vida
Pelo gôsto da tristeza.

Quiz assim minha ventura
Ou eu quiz o que não tinha,
Que veiu a ser cousa minha
Para ser pouco segura.

Mostrava-lhe eu affeição,
(Vê tu quem lh'a negaria)
Porém nada pretendia,
Com receio ou com rasão.

Metteu-se o Amor de permeio
E com o trato costumado,
Descobriu-se o meu cuidado,
E acabou-se o meu receio.

Queria-me ou me enganava,
Fallava-me a meu sabor,
E com mil mostras de amor
Atrevimento me dava.

Creceu n'isto o meu querer,
E n'ella com o mesmo effeito,
Não perde nunca o respeito
Nem ella o seu proceder.

E assim no tempo contino
Que segui tão doce emprêgo,
Nunca fiz desasocêgo,
Sendo Amor um desatino.

Era emfim esta pastora,
Ou presente ou apartada,
Como os meus olhos amada,
Temida como senhora.

E o que eu sentia mais era
Ser-lhe a sorte tão avara,
Que em minha fé lhe trocara
A ventura que perdera. 1

D. Miguel Luiz de Menezes, quando regressou de Ceuta, trouxe uma *filha natural*, chamada D. Antonia de Menezes, com quem vivia no seu palacio em Leiria, ainda celibatario, casando em

---

1 A estas coplas apaixonadas parece referir-se o poeta satirico D. Thomaz de Noronha, que estivera em Ceuta sob o governo do Marquez de Villa Real, e conhecia a sua filha natural:

A um namorado que quando fallava na Dama não a nomeava se não por Ella, *e dizia que era mais formosa que suas visinhas.*

N'ella só vivo, e morro só por ella,
Porque ella é muito mais formosa que ellas,
E se o contradisser alguma d'ellas
Mente, remente, sim, por vida d'ella.

Que eu sei quem ellas são e quem é ella,
Que val' mais que ellas, em que pes' a ellas;
E por isso lhe estão roendo ellas
Os calcanhares, com inveja d'ella.

Uma cousa tem ellas melhor que ella,
Que ella é dura, sendo brandas ellas;
Por isso ellas tem mais cativos que ella.

Se ella quer ser mais servida que ellas,
Acabe ella de ser já tam *aquella,*
E ficarão as môças todas ellas.

1604, com D. Isabel de Alencastre, filha de D. Theodosio, v Duque de Bragança e de sua 2.ª mulher D. Brites de Lencastre. Vivia D. Antonia de Menezes na alegre desenvoltura da mocidade, e n'esses passeio á Fonte Quente, onde se ia banhar; nas excursões ao Castello, á ermida da Senhora do Monte e á Senhora da Pena, eram occasiões para encantar pelo seu exotismo o juvenil poeta. No romance em que lhe falla de amor emprega o cryptonymo, ou melhor, o anagramma de *Thionia:*

> Ay haze señora mia
> aun que el ser tu mi señora
> tanto abaxa tu valor,
> quanto llevanta a mi gloria.
> *Theonia* discreta y bela,
> pero bastaba *Theonia*
> que en dezir solo tu nombre
> digo una hermosura sola,
> si allá te acuerdas de mi,
> por mas que el tiempo te esconda,
> te me hade mostrar Amor
> a estes ojos que te adoran.
> ....
> Que adonde no ay resistencia,
> ni ay combates ni ay victoria
> ....
> que aya en Amor impossibles,
> pues le possible amor dobla...

O anagramma de *Latonia* é empregado pelo poeta no *Pastor peregrino* (Jornada VI), e na Egloga IX sob a fórma de *Dionea;* Rodrigues Lobo tinha o exemplo de Camões, que na sua primeira Egloga celebrou D. Antonio de Noronha, o seu joven amigo filho do Conde de Linha-

res, morto em Ceuta, com o nome poetico de *Theonio*. Francisco Rodrigues, levado pelo gôsto dominante dos Romances maurescos e granadinos, que a eschola gongorica exagerou na sua belleza, descreve os seus amores por essa fórma da moda:

> Por el *jardin de su padre*
> corre pisando las flores
> que de altiva en su hermosura
> pisalas y no las coge;
> vestido sayo vaquero
> de dos mesclados colores
> de amarillo y de morado
> do moran mil sus razones,
> y en una vanda que sale
> al braço dientro de un golpe,
> en letras de oro esta letra:
> *Ni esperes ni te enamores.*
> Como se fuese possible
> que viendo sus perfeciones
> sin esperança y sin vida
> los que la ven no la adoren:
> ....
> Vió la al passar Albayaldos
> de en cima el muro y paróse
> para hier tras otra fiera
> una que tan fiera corre.

Esta caça de Aldamiro do romance mauresco repete-se com a zagala dos dialogos bucolicos da *Primavera*, em que no Bosque desconhecido «habita um *antigo Pastor d'esta ribeira* (de Lis) *que guardou para o fim da sua edade este descanso* tomando como uma secreta sepultura de sua velhice... Eu sou *uma filha sua*, que em estes trajes e n'estes exercicios gasto os dias com algumas pastoras, que trago na caça por

companheiras...» (*Floresta* VI) É evidente a allusão a D. Miguel Luiz de Menezes, Marquez de Villa Real, quando regressou da Capitania de Ceuta e foi repousar para o seu palacio á beira do Lis com uma sua *filha natural.* D'elle se lê no Nobiliario de Rangel de Macedo: «Houve de Maria Soares ou de D. Maria Soeja, filha de Thomé Lamberto a *D. Antonia de Menezes,* segunda mulher de D. Carlos de Noronha.»

Esta ultima informação do linhagista revela toda a amargura da Egloga VII, de 1605, em que depois de desabafar da anciedade que lhe causa — Aquella tão desegual, — aquella sempre queixosa, termina:

> Hoje soube de certeza
> *Que já tinha outro cuidado,*
> *Outro pastor,* outro gado,
> *Outro gosto,* outra tristeza.
>
> Outro têrmo differente,
> *Outra affeição mais galante,*
> Outra fé mais inconstante
> *Outro amante mais contente.*

O linhagista Rangel de Macedo, aponta: que este D. Carlos de Menezes era neto de D. Pedro de Menezes, capitão de Ceuta, que os mouros mataram; «foi grande letrado, deputado e depois presidente da Mesa da Consciencia e Ordens» e em segundas nupcias casou com *D. Antonia de Menezes,* a *filha natural* do que mais tarde foi *1 Duque de Caminha,* da qual houve dois filhos, um com nome do avô, D. Miguel Luiz de Menezes, e outro D. Antonio de Menezes, que se

achou na restauração da Bahia e morreu na perdição da Armada na costa de França em 1627. N'estes rapidos traços genealogicos, vê-se todo o drama passional de Francisco Rodrigues Lobo que se passa entre o periodo de elaboração dos *Romances* em 1596 e a composição das *Eglogas* publicadas em 1605. A saída de Rodrigues Lobo para Coimbra, deixando Leiria, quando estava mais exaltado o seu amor, obedeceria a uma imposição do poderoso e orgulhoso fidalgo. [1] Esta decepção profunda, em que se achou Rodrigues Lobo parece ter enternecido a irmã de D. Miguel de Menezes, a condessa de Odemira D. Juliana de Lara, á qual foi feita a dedicatoria da *Primavera,* publicada em 1601. A esta luz é que se esclarece o commovente lyrismo de Lereno, tão prejudicado pelas prosas poeticas da pastoral. Um verso synthetisa todo o seu soffrimento: «Quão pouco tempo dura uma alegria!» E que bellas e inimitaveis as Outavas em que glosou esse ésto da alma:

Passa o bem como sombra, e na memoria
  É maior quanto foi mais desejado,
  A pena ensina a conhecer a gloria,
  Não se conhece o bem se não passado;

---

1 Lê-se no *Oriente portuguez,* vol. IV, p. 10: "Os orgulhosos Duques de Caminha sahiram do cruzamento de um Noronha com uma senhora de Ceuta D. Maria Soar, e d'ahi talvez o apódo de *Judeu,* lançado pelos frades de Gôa a um dos seus descendentes, o Conde de Linhares Miguel de Noronha, Vice-rei da India."

Em mim o caso soube d'esta historia,
E no que mostrou já o meu cuidado,
Vejo no que não vejo e no que via,
Quão pouco tempo dura uma alegria.

Quanto melhor me fôra se não vira
Um enganoso e vão contentamento,
Que ainda que faltar-me alli sentira,
Era muito menor o sentimento;
Mas viu minha alma o bem porque suspira,
Foi traz elle seguindo o pensamento,
Que como era novel, não conhecia
Quão pouco tempo dura uma alegria.

Lá n'uma região muito escondida
Dizem que gente humana vive e mora,
Que por ordem dos céos não corrompida
Vê cada dia o sol uma só hora;
Bem fôra venturosa a minha vida,
Se por esta medida o bem lhe fôra
Mas tive uma hora só em um só dia,
Quão pouco tempo dura uma alegria!

Foy hora, e foi tão breve, que passou,
Qual passar sóe o raio transparente,
Hora que no começo se acabou,
Para se conhecer depois de ausente.
O tempo, emfim, por hora má contou,
Que sempre esconde, cega, engana e mente,
Mas verdade era o que elle me dizia,
Quão pouco tempo dura uma alegria.

Porém, vós, fados meus, que permittistes
Que tão cedo este bem se me acabasse,
E que tão largas horas e tão tristes
Um tão breve momento me pagasse;
Não me encurteis o bem com que fugistes
Pois em tempo não vi quem me alegrasse,
Vi-o para me vêr n'esta agonia,
Quam pouco tempo dura uma alegria.

(Floresta VII.*)*

No *Pastor peregrino,* de 1608, que era uma segunda parte da *Primavera,* falla a pastora Enalia: «não ha pastora n'esta ribeira que mereça os cuidados de Lereno; salvo *se ainda n'ella habita uma dama na qual elle mostrou que os não tinha por mal empregados.* A isto mudou Lereno um pouco de côr, e com simulado espanto respondeu: — Mais quero eu a bôa conta em que me tens, que os cuidados alheios. — *Não negues,* replicou ella, *cousa tão clara;* não era Belisa, *mas uma estrangeira, cuja formosura te enlevou tanto os olhos, que te fez perder* o sentido de quem só nos teus empregava a vista apoz si, e como *estrangeira no nosso valle* aquella pastora estava com o desejo de saber quem seria, bem alheia de cuidar que havia outrem que commigo se occupasse...» *(Jornada XI.)* É allusão clara á dama nascida em Ceuta, D. Antonia de Menezes.

O epitheto de *estrangeira* contrastava com a dama leiriense que amava Rodrigues Lobo, e fôra preferida pela *filha natural* de D. Miguel Luiz de Menezes. Este dualismo que veiu complicar o drama amoroso de Lereno parece deprehender-se da tradição consignada pelo Bispo do Grão Pará: «os loucos amores por *uma dama dos paços* do duque de Caminha, se não *forão mais altos* seus pensamentos.» Dil-o na Floresta V da *Primavera:*

Deixa, deixa o pasto *extranho*,
Torna ao teu natural;
Se não te obriga meu mal,
Lembre-te o teu rebanho.
....
Se como eu vou suspirando,
Buscas fugitivo amor,
Onde acharás melhor,
Que onde elle te anda buscando?

Quem te negará vontade,
Tendo na tua esperança?
Se só com uma esquivança
Me compraste a liberdade.
....
Acharás n'outra ribeira
Pastora mais graciosa,
Mais discreta e mais formosa,
Porém não que mais te queira.

Torna, conhece teu êrro,
Deixa ora a terra alheia,
Que te quer bem toda a aldeia,
Ninguem te quer no desterro.

(*Floresta* v.)

Este dualismo representa-se no *Lena*, ou arrabalde de Leiria, e no *Lis*, em cuja margem era o palacio ducal, em que habitava a *estrangeira*, vinda de Ceuta. O *destêrro*, a que allude a quadra, era a partida forçada ou repentina para Coimbra, onde o poeta foi frequentar os Estudos menores em 1593. [1]

---

1 Sobre esta data, escreve o Dr. Ricardo Jorge: "Apanha-se a continuidade escholar desde 1594, mas da iniciação universitaria de Roiz Lobo apparece ainda an-

Na Egloga VI, condensa na cantiga do pastor Gil toda a immensa amargura da sua repentina decepção:

O bem tarda e foge,
O mal chega e dura;
Para que é ventura,
Que não passa de hoje?

A minha alegria
Vinda por enganos,
Tardou-me mil annos,
Durou-me um só dia.

Paga bem injusta
Foi a de meu mal,
Pois que o bem não vale
O que uma dôr custa.

....

Quem o que ora vêjo
Vira no comêço?
Quem vira o successo
Antes do desejo!

Bem, de males cheio,
Ide a quem vos deu;
Deixae-me ser meu
Pois vós sois alheio.

---

terior. Ha a sua matricula em 1593-94, com certidão e exame a 5 de Outubro em Instituta. (*Matriculas* 1589-600, vol. III, liv. 5, fl. 37) e prova correspondente de curso de duas lições da Instituta desde 1 de Outubro de 83 a 26 de Maio de 94. (*Provas do Curso* de 1594-99, vol. IV, liv. 2, fl. 80 V.) *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. II, p. 595.

Só se admittia á matricula da Universidade de Coimbra com 15 annos de edade, e portanto Rodrigues Lobo, matriculado em Outubro de 1593, tinha nascido depois de Agosto de 1578, em que pela catastrophe de Alcacer Kibir *acabara* a Côrte portugueza.

Do tempo servido
Só tenho alcançado,
Que sois desejado
Mas não possuido.

Esperança minha
Que o tempo secou,
Vêde em que ficou
Quanto de vós tinha?

Sois árvore verde
Que promette muito,
Quando vem o fructo
Nas flores se perde.

Pensamento leve,
A vossa ousadia
Sempre lhe eu temia
Esse fim que teve. [1]

Na sua ausencia em Coimbra, Lereno exprime a anciedade moral por estas coplas, que Christovam Falcão intercalou no *Crisfal:*

Não sei para que vos quero,
Pois de olhos me não servis,
Olhos a que eu tanto quiz?

Rodrigues Lobo desenvolve-as em ingenuas quintilhas, e com consciencia artistica do seu modêlo:

---

1 No seu livro *Os nossos Poetas — Melodias portuguezas*, p. 38 a 41, publicou a snr.ª Condessa de Proença a Velha a Aria em que interpretou com genial intuição estas estancias de Francisco Rodrigues Lobo, e que ella cantava com assombrosa expressão. N'aquella obra, que ficou interrompida por circumstancias dolorosas, realisou-se a mais perfeita e consciente iniciativa na revelação da Melodia portugueza.

N'outro tempo, mal peccado,
Quando eu via o que buscava,
Era tão acautellado,
Que sendo pastor de gado,
Té do gado me guardava;
Mas essa antiga alegria
Nem a tenho, nem a espero,
E pois vejo o que não via,
Se não fôr por companhia,
Não sei para que vos quero?

Eu vos quiz para chorar,
(Mas quem ha que á dôr resista)
Que se eu pudera aturar
Em tanto perder de vista
Vós houvessseis de cegar;
Poupei-vos como inimigo,
Pois para o pranto vos quiz,
Tendo-o por menos perigo,
Mas servir-me-heis de castigo
Pois de olhos me não servis.

Muitas vezes ainda agora,
Quando á lembrança me entrego,
Desejo por meu socêgo
De arrancar os olhos fóra,
E ficar de todo cego;
Mas torno a cuidar, emquanto
Me lembro o mal que vos fiz,
E que agora vos levanto,
Como posso offender tanto
Olhos a que eu tanto quis?

Outra Cantiga de Christovam Falcão:

Partido fiz com meus olhos
Que vos não quizessem vêr;
Não m'o puderam manter,

apparece na *Primavera* sob a fórma de imposição da namorada:

Mandaes-me que vos não veja,
Dos olhos que heide fazer,
Pois lhe não fica que vêr?

Lereno glosa este mote com uma intensidade incomparavel:

Tal a vista me ficou,
Quando vi vossa figura,
Que para o mais me cegou,
Como quem ao sol olhou
E entrou n'uma casa escura.
Vi quanto a vida deseja,
Fiz d'ella alegre emprêgo
Apesar da mesma inveja
Vós, porque eu me vejo cego,
Mandaes-me que vos não veja.

Um remedio me convinha
Contra a sem razão que usais,
Que era ver-vos n'alma minha,
Mas essa alma onde vos tinha,
Nem de vista m'a deixaes.
Da alma e de seu poder,
Dos sentidos e á vida
Ordenou vosso querer,
E pois só não sois servida
Dos olhos, que heide fazer?

E pois tudo o melhor levastes,
E deixaes-me os olhos sós,
Tão cegos como os deixastes,
Pois leval-os lhe negastes,
Deixae-os ir traz de vós.
Pois me souberam ganhar,
Quando me soube perder
Com o gôsto de vos olhar,
Não lhe deixeis que chorar,
Pois lhe não fica que vêr.

Em 1597 appareceu a *Sylvia de Lisardo* com Sonetos, Rimas e a *Segunda parte do Sonho*

de Crisfal «postas em ordem por Alexandre de Sequeira»; começou a revivescencia d'essas trovas bucolicas, que empolgaram a mocidade de Lereno.

No *Desenganado* (Discurso II) vem umas redondilhas assonantadas, em que Leontino conta como terminaram os seus amores:

Fez-me o desejo importuno,
  Porque não soffre tardança,
  Sendo assim, que quando obriga
  Tanto quem foge se enfada.

Fugiu-me a bella pastora
  Cujo nome e cuja casa
  Soube logo no outro dia,
  Antes que rompesse a alva.

Rompi com isto o segredo,
  Em que tinha as esperanças
  Que o amor sem soffrimento
  É o fogo que não tem brazas.

Segui meu desasocêgo,
  Que serviu de envergonhal-o;
  Pois o pejo de ser visto
  Inda a quem ama acovarda.

Eram já meus pensamentos
  Tão claros que alguns tomavam
  D'elles materia de riso,
  E elles de desconfianças.

Temos que esta materia de riso se explica por uma carta que em estylo faceto *escreveu* o primo do poeta Fernão Rodrigues Lobo Soropita *a instancia do negro* do Abbadinho Manoel Soa-

res, *á filha do Marquez de Villa Real, de quem o negro se enamorou e estava ausente.* [1] Era

---

1 Estas composições de Soropita, que além de excellente poeta lyrico era um espirito faceto, acham-se no Cancioneiro ms. *Flores varias de diversos Authores lusitanos*, fl. 95 V e 96. Tem a importancia de authenticar, que a Satira publicada pelo visconde de Juromenha (*Obras*, t. v, p. 307 a 309) achada anonyma com a rubrica, *Contra Camões por causa do amor da escrava*, nunca teve referencia ao Poeta. Os nomes do preto Luis e da sua negra Luisa é que induziram n'este êrro, sobre a lenda propalada por Faria e Sousa. O texto assinado por Soropita é correcto e mais perfeito do que o anonymo. Fica assim como curiosidade litteraria, servindo para afastar do nome de Camões esta gratuita irreverencia.

De Fernão Roiz Soropita

CARTA

que escreveu a instancia do negro do Abbadinho Manoel Soares, á filha do Marquez de Villa Real, de quem o negro se enamorou e estava ausente.

Des que jaço nesta terra foram tam daninhas as saudades que se empoleiraram em mim, que não ha pouso (no meu coração) onde ellas não esgaravatassem. E como mo tomassem em ôsso, tenho taes mataduras em meu contentamento, que só Vossa vista como alveitar de meu desejo poderá cural-as; porque como Vossa fermosura seja mais reluzente que a mais simples bacia de barbeiro e mais clara que agua fresca em caldeirão arcado, de tal maneira se me escancha no pensamento, que se tivera hum fardel de mil vidas, todas descancarara em vosso serviço; mas pois que não tenho mais que só uma, e essa ainda desencordoada, de todo prazer que d'antes tinha, com ella na palma da mão estou esperando por resposta vossa, que vindo como confio me será mais saborosa que migas de azeite, que agora acabei de comer com sua vez

um disfructe do velho primo Soropita, que andava colligindo as *Rimas* de Camões; em uma

---

em cima. Entretanto fazei conta que estou a sentir como cordovam esse pellâme e não o será cousa que me desatolle d'esta tristeza, senão essa que espera vossa em reposta d'esta; e não ha mais senão que o Soneto que com esta vay me custou a cravejar o que Deus sabe; e porque não ficasse cá entre o retraço da manjadoura, me pareceu melhor envial-o n'esta maré pois está acabado, ainda que não seja para mais que para se ver nelle muito de vagar, como em terra de azeite (que fás mais fermosa) o pouco do muito que por cá passa. O senhor Soneto diz assi:

Amor por vosso amor me açouta e pinga,
e depois de me ter por vós assado,
cada vez contra mim mais emperrado,
não sei que birras são as que em mim vinga.

O coração que nunqua lhe respinga,
as soltas que lhe poz já costumado,
que mais emanquecer n'este coitado
que quanto vem do Congo e da Mandinga.

Assi morro por vós, e tanto em graça
tomastes esta dôr que me fastia,
que não ha quem de mim lembrar-vos faça.

Até que em tantos dias venha um dia
que queixando-me assi de uma almofaça
me acabe de estirar na estrebaria.

De Fernão Roiz Soropita

ELEGIA

De um negro namorado para sua negra dama

Ao som de um berimbáo Luis cantava
as queixas que uma gralha repetia
e d'outra parte um côrvo lhe entoava.

carta inedita, belisca-o levemente: «Contemple vossa mercê qual iria o pastor Lereno n'esta Flo-

---

Por sua negra ausente o perseguia
 a saudade que ainda hoje o mal trata,
 e o pensamento n'ella assi dizia:
—Inda que teu amor me punja e mata,
 muito mais Você he que cúscus quente,
 mais gostoso que inhâme e que batata.
Que em toda a branqua e a negra gente
 não ha de formosura mór thezouro,
 cara não ha que a mi mais me contente.
....
Mas, inda que mofino com meu mal,
 quero bem á primeira caravella
 que trouxe negras cá a Portugal.
Um ferrete me poz para Castella,
 vender-me póde, e eu o que desejo
 alforria não é, he poder vêl-a.
Mas é mui longe do Mondego ao Tejo;
 todavia eu me dou por satisfeito
 se esta chegar lá, já que a não vejo.
Sáe pois a negra voz do negro peito,
 leve-te o negro amor a negra dama,
 negra, de quem estou já negro feito.
Que a quem de negra o negro amor inflamma,
 bem negra he, e bem negra a ventura
 de quem de negra negramente ama.
Negragem, negrigonia, negregura,
 negrura, negraria, negramente,
 negrança, negração, enegradura,
São e terão em negro sentimento
 em quanto em mi durar amor negreiro,
 negros azos do meu negro tormento.
E se eu morrer n'este negral matreiro
 em negra campa e com negras côres
 publique a negra causa este letreiro:
—Luis, retrato negro dos amores
 negros seus, aqui jaz; endurecida
 Luisa negra, o fez com negras dores
 a quem a negra morte foi homecida.

resta, *Riberas del sacro Tejo...»* (Ms. *Flores varias.)*

D. Thomaz de Noronha mofava por essa fórma da exaltada paixão do namorado, que mal roçava pelos quinze annos. Esse appellido de *Soares* lembra o da mãe de D. Antonia de Menezes, nascida em Ceuta, e a ternura do negro justificada pela côr trigueira da menina. Mas esse papel que acompanha uma Elegia, hoje bem conhecida por uma errada interpretação de Juromenha, não passou de uma sarcastica diversão litteraria.

Nas redondilhas de Leontino vê-se o desfecho do seu drama amoroso:

E inda que meu nascimento,
Meu sangue, minha prosapia,
Minha riqueza e valia
A tinham como empenhada;
Quando me dava um favor,
Era com taes esquivanças,
Que se n'elle me atrevia,
Com ellas me desconfiava.
Sobejou-me a diligencia,
Que ás vezes faz grande falta,
Que como mãe da ventura
Tive sempre por madrasta.
Quando com móres extremos,
Traz de uma affeição tão larga,
Me tinha a mim por seguro
Com ter a ella obrigada;
Um dia, (oh lembrança dura
Que ainda me custa cara),
Me mostrou com desengano
O tempo a minha desgraça...
Quando um triste mensageiro,
Me disse que era casada,
Por meu mal, no proprio dia
A minha Pastora ingrata.

Fiquei logo sem juizo,
Sem côr, sem sangue, sem alma,
Que para os mais desatinos
Oxalá todo faltára.
Esqueci-me de mim proprio,
De minha nobreza e casa,
E d'aquelle amor que tinha
Que em doudice se trocára.
Cheio de mortal veneno
De dôr, de ira e de vingança,
Tratei de tirar a vida,
A quem me roubara a alma.
Por matar ao novo esposo,
Antes de poder gozal-a
Naquella primeira noite
Me armei das primeiras armas...
Depois de cobrar meu siso
Corrido d'esta vingança,
Sentido do que perde,
Deixei triste a minha patria.

Pelos *loucos amores* Rodrigues Lobo foi mandado para os estudos de Coimbra, afastando-o assim das complicações em que se envolvera em Leiria; apparece matriculado nas Escholas Maiores em 8 de Outubro de 1594. Na segunda parte da *Primavera*, que tem por subtitulo *Campos de Mondego*, escreve: «...Lereno com os olhos em sua desejada patria que deixava, tomou o caminho para os Campos do Mondego, para onde o ia guiando o seu destino por entre incultas charnecas, que já lhe mostravam em sua aspereza a differença dos valles e montes em que se criara... foi caminhando e chegou á ribeira do Arunca, pequeno rio, que em graciosas voltas rodeia uma comprida varzea e depois se mistura nas aguas do Mondego, digno de eterna memo-

ria pelos pastores e pastoras, que n'aquelle tempo o habitavam, aqui chegou o pastor *assás cansado mais de suas lembranças que do caminho...*»

Não foi perdido o tempo n'essa iniciação da vida estudantesca de Coimbra; em 20 de Novembro de 1595 apparece matriculado no curso dos Legistas (separado dos Canonistas.) A actividade mental expandiu-se na elaboração poetica que o arrebatava; colligiu os seus versos e imprimiu no anno de 1596, na imprensa de Antonio Barreira, em Coimbra, o pequeno volume de *Romances castellanos e portuguezes,* em que idealisa na fórma dos romances granadinos a sua paixão por *Thionia,* D. Antonia, a filha do Marquez de Villa Real. Nas matriculas de 1596-97, falha o seu nome; todos os cuidados fôram para os seus versos, primicias de um extraordinario lyrico. Ahi representa ao vivo a vida escholaresca de Coimbra no *Romance de quexas de un Estudiante al Amor.*

> No me dexara el traidor
> solo en rebolver mis libros
> de *Baldo* para *Jason,*
> y de *Bartolo* a *Succino,*
> llevantando testimunios
> a Seyo, Sempronio e Ticio,
> que son ciertos en el baile
> como negros al domingo,
> haziendo mis consequencias,
> sequelas y solepismos
> para contra la verdad
> que Dios le tenga en buen siglo.
>
> (*Fl.* 15 V.)

A vida desvairada das *investidas* ou tróças, o ruido das escholas com as lições de *ostentação* e sabbatinas da mais capciosa dialectica coimbram, as aventuras goliardescas, não lhe apagaram as saudades de Leiria, do seu rio Lis, que tirava o nome da fórma de um lyrio que circundava a cidade. Soffreu a nostalgia do torrão natal, que o debilitava:

> Que feias que son mis carnes,
> que nudos que estan mis huesos;
> que juban y que çapatos
> tan puestos en el extremo,
> y que barrete tan malo
> bueno para dar consejo,
> que estava tan gastado,
> y que gastado manteo...

Não era exiguidade de recursos, por que seus paes eram abastados; mas a sobrexcitação da concentração contemplativa, transitando da delicada imitação dos romances granadinos, postos em moda por Gongora, para as formosas Eglogas, restauradas pelo sabor mirandino. Traduz as ingenuas revelações do seu amor representando-se como *el forçado Amete:*

> en la galera real
> que ese moso Amete rige
> un forçado al duro remo
> llorando a las aguas dijo:

> Anoguen-se en la mar mis ojos tristes
> que antes que al mar fuesen eran libres.

Na *Carta aos Romancistas de Portugal* mostra em tom faceto como essa fórma de romance granadino tem a sua belleza artistica, que lhe

deram os grandes genios, e em que se póde exprimir o sentimento na sua verdade:

Mis señores romancistas,
  Poetas de Lusitania,
  Que hurtastes las invenciones
  A la lengua castellana;
Bolved a vuestros papeles
  Entregadlos á la fama,
  Que donde hay tan buenas plumas
  No es razon que falten alas...
Y a bueltas de un solo *Vega*
  De un *Espinel* y de *Arriassa,*
  De un *Gongora* y de un *Salinas*
  Mil falsarios se llevantan.

E vae enumerando os typos ou figuras convencionaes dos romances granadinos e turquescos, que já enojavam pela banalidade estafada:

Que se quexa aora *Azarque,*
  Que dando buelta al Alhambra,
  Con su nombre y sus divisas
  Tresientos azares halla...
No haremos en Portugal
  Cada domingo unas canas,
  Ocho a ocho, diez a diez,
  Pues *Aliatares* no faltan.
No correremos tambien
  El Alhambra, el Alpuxarra,
  Do estan *Daraja* y *Celinda*
  Adalifa y *Celidaxa...*
Quíçá, vestidos de Moros
  Vós querran las Castellanas,
  Porque saben que cautivos
  De ordinario se resgatan...
Azarques, Celin, Gazul,
  Musa, Zaide y *Abenamar,*
  Templad vuestras bandurrias
  O enristad ya vuestras lanças,

Y entremes per el Parnasso
Con nuestras varas alçadas...

O fervor dos romances mouriscos cultos data do fim do seculo XVI para XVII; generalisado pelo genio lyrico de Gongora, correspondia a uma recordação das antigas luctas da libertação do solo da Hespanha, mas sem realidade historica: themas convencionaes, taes como *Galvan* com amores de uma cativa christan, jogando nos seus jardins com *Moriana*, e a cada azar perdendo um castello, uma cidade; *Bucan* resolvendo problemas de requintes amorosos, luctas de odios entre *Abencerrages* e *Zegries*, dos *Gomeles* e *Aliatares;* a fecundidade dos Romancistas castelhanos formou cyclos d'esses personagens phantasticos de *Zaide, Abenumeya, Tarfe, Abindarraez, Zulema* e *Arbolan.*

Fernando Wolf é de opinião que estes romances não têm caracter arabe. Observa Duran que depois da conquista de Granada se cantaram alguns romances com vestigios de poesia arabe, chegando alguns a entrar na tradição, como este colligido na Serrania de Ronda:

Por las puertas de Celinda
Galan se passea Zaide
Aguardando que saliera
Celinda para hablarle.

(Duran, *Rom.* I, p. X, not. 8.)

O mesmo na tradição de Trás-os-Montes,

apontados por Moraes Ferreira. [1] Argote y de Molina, cita um *Cantar lastimero,* que ouvira cantar aos mouriscos de Granada, de quando a perderam:

Alhambra amorosa
lloran tus castillos;
o Muley Boabdil,
que se ven perdidos.

Dadme mi caballo
y mi blanca adarga,
para pelear
y ganar Alhambra.

Dadme mi caballo
y mi adarga açul,
para pelear
y librar mis hijos.

Guadix tiene mis hijos
Gibraltes mi muger,
senora Mafalta
hesisteme perder.

En Guadiz mis hijos
y no en Gibraltar,
senora Mafalta
hesisteme errar. [2]

---

1 É caracteristica esta versão de Miranda.

Passeaba-se el rei móre
Po' las rues de Granada,
Co' l' resplendor de l' sol
Le relhumbrava l'a spada.

Passeie-se l' rei,
Nós puode dormir,
Pensando ne l' biê
Que l' h'a de benir.

(*Romanceiro geral,* t. II, p. 327.)

2 Fl. 129 V, *Conde de Lucanor.*

Ainda modernamente se ouvem cantares allusivos a Cordova e Granada, repetidos pelo povo em Tanger, Tetuão, Arzila e em outros pontos do norte de Africa. [1] O gosto já se cansava com tanta Zaida e Adalife e o proprio Gongora protestava desmascarando os versejadores:

> Ah mis señores Poetas,
> descubran-se ya esas caras,
> desnudense aquesses Moros,
> y acabense essas Zambras,
> Vayase con Dios *Gazal*,
> lleve el diablo a *Celindaxa*...

Rodrigues Lobo, que mostrara nos seus tentames como sentia a belleza do romance, previu a sua transformação no genero madrigalesco:

> Ahi nos queda el padre Tajo,
> Do tantas caras se lavan,
> Que de Moros convertidos
> Pensaes que ganados guardan.
> ....
> avia sido no *Zegri*
> De los noblos de Granada,
> *Que Amor convertiu en zagal*,
> y hizo un rabel de la lança.

O poeta pagou o seu tributo ao prestigio dos romances granadinos e imitação dos bellos quadros de Gongora e reconhecida a belleza da redondilha adoptou-a renovando a Egloga mirandina e as graciosas trovas de Cancioneiro. Era um talento espontaneo e fecundo com intuição artistica que lhe disciplinava o temperamento.

---

1 Gayangos e Vedia, commentando Ticknor, cap. VII.

Argote y de Molina, no *Discurso sobre la Lengua castellana,* na sua edição do *Conde de Lucanor,* apreciando a belleza da redondilha, desconhece que é uma fórma commum na poetica das linguas romanicas: «Leemos algunas coplillas italianas antiguas en este verso, pero el es proprio y natural de España, en cuya lengua se halla mas antigua que en alguna otra de las vulgares, y assi en ella solamente tiene toda la gracia, lindez y agudez que es mas propria del ingenio español, que de otro alguno. — En el genero de verso al principio se celebravan en Castilla las hazañas y proezas antiguas de los reys, y los trances y successos assi de la paz como de la guerra, y los hechos notables de los condes, caballeros y infançones como son testimonio los *Romances antiguos castellanos,* assi como el de lo Rey Ramiro, cuyo principio es: *Ya se assienta el Rey Ramiro...*» *(Op. cit.,* fl. 127. Ed. 1642.) No seculo XVI tornou-se o romance popular uma fórma litteraria, em que a prosa dos Chronicões era metrificada para substituir os romances velhos, apenas imaginosos; dil-o Lope de Sepulveda na collecção de *Romances sacados de varias Historias,* no prologo: «para aprovecharse los que cantarlos quisieren, en logar de otros muchos que yo he visto impressos y de muy poco fructo.» (Fl. 3 ℣).

A lucta contra a introducção dos versos italianos foi renhida; os bucolistas chamavam ao verso octosyllabo *humilde* e *rasteiro.* Lope de

Vega, com a auctoridade do seu grande nome, decide-se pelo verso nacional, e escreve o poema de *Santo Isidro* para o fazer valer em um assumpto religioso: «y de ser en este genero que ya los Españoles llaman *humilde*, no doy ninguna, porque no pienso que el verso largo Italiano haga ventaja al nuestro: que si en España lo dizen, es porque no sabiendo hazer el suo, se passan al estrangero, como mas largo, y licencioso: y yo sè que algunos Italianos embidian la gracia, difficultad y sonido de nuestras redondillas, y aun han querido imitallas, como lo hizo Seraphino Aquilano... Llamando a nuestras coplas castellanas *Barzeletas*, ò *Fretolas*, que mejor las pudiera llamar sentencias, y concetos, desnudos de todo cansado y inutil artificio, que cosa iguala á una redondilla de Garci Sanches, ò Don Diego de Mendoça: perdone el divino Garcilasso, que tanta occasion dio para que se lamentasse Castillejo, festivo y ingenioso poeta castellano, a quien parecia mucho Luis Gualvez Montalvo, con cuya muerte subita se perdieron muchas floridas coplas de este genero, particularmente la traducion de la *Jerusalem* de Torcato Tasso, que parece que se avia ydo á Italia á escrivirla para meterles las higas en los ojos. Maravillosas son las estancias del excelente portugués Camões; pero la mejor no yguala a sus mismas *Redondilhas*...» [1]

---

[1] *Santo Isidro*, Prologo, p. 3. Ed. Barcelona, 1608.

Pelo registo das Matriculas e Gráos sabe-se que Francisco Rodrigues Lobo frequentou no anno de 1597 a 1598 o segundo anno de Leis; mas já em Junho havia ameaços da peste, officiando os vereadores de Torres Vedras aos Governadores do Reino para acudirem com soccorros ás povoações proximas; Frei Luiz de Sousa, referindo o terrivel successo, aponta entre as terras já atacadas *Leiria;* Lisboa recebeu os primeiros assaltos em 25 de Outubro de 1598, estabelecendo logo um *destêrro* ou hospital sobre a ribeira de Alcantara, continuando o desenvolvimento da peste até 8 de Septembro de 1599, tendo sido de 20.227 o numero dos atacados e 13.861 os falecidos.

Em Coimbra começou a debandada dos estudantes antes da terrivel visita; Philippe III assignou uma provisão abonando o anno a todos os estudantes que se tivessem mantido em Coimbra. A Universidade representa em 19 de Dezembro de 1598 para ser fechada, vindo a ordem em 12 de Maio de 1599.

Francisco Rodrigues Lobo saiu ainda em fins de 1598, indo completar a frequencia do anno ao Mosteiro da Batalha, fazendo o curso na aula de Fr. Nicoláo da Ressurreição, onde «*deu 9 mezes de 98 a 99.*» O assalto da peste a Coimbra deu-se em Janeiro de 1599, [1] como

---

[1] Vieira de Meyrelles, *Epidemologia portugueza,* p. 105.

consta do Livro das Vereações, de 23 e 26 de Janeiro; a peste propagou-se rapidamente, e abandonada de todos os soccorros a gente de Coimbra foi pedir ao Bispo D. Affonso de Castello Branco para se arvorar em Provedor-mór, mas achou-se de todo impotente. Abriu-se um Adro da Peste no campo da Ermida de S. Sebastião no Alto de Santo Antonio dos Olivaes, onde se recolheram mais de 2.000 atacados, sendo victimados 1.000. Estendia-se a peste para Aveiro, Villa Nova de Gaia, Porto, Guimarães, Mirandella e Villa Real.

No meio d'estes abalos Rodrigues Lobo ia trabalhando no delicioso Livro das suas Eglogas; a VI é precedida de uma Epistola em tercetos, com rubrica: «*Carta que o Autor escreveu a um amigo que estava fugido da peste em uma quinta sua, com a Egloga seguinte que compoz no mesmo tempo.*» Era dirigida ao seu grande amigo Paiva, que poderemos sem trabalhosa hypothese considerar Diogo de Paiva de Andrade, o erudito auctor do *Casamento perfeito:*

> Vós, que a verdade vêdes mais ao perto,
> Acceitae, Payva illustre, o meu cuidado,
> Que vae qual soffre o mal d'este deserto.

No começo da Carta descreve o estado dos espiritos ante a tremenda fatalidade:

> Cá n'este monte esteril, sêcco e alto
> Para onde vim fugindo do castigo,
> Que em tantos montes deu tão grande assalto;

À vista do destroço e do perigo
Que me ameaça, estou continuamente
Fazendo estreitas contas só commigo.
Mas até n'este estado descontente
Aonde não tem logar outra lembrança,
Sempre, senhor, na minha estaes presente.

Passados annos, quando escrevia a *Côrte na Aldeia*, ainda alludia á grande mortandade da Peste de 1598: «Pois se é caso em que um historiador queira passar adiante como Ariosto, não matou mais gente a peste grande em Lisboa, que Rodomonte nos muros de Paris.» (Ed. 1722, p. 8.)

Apparece o poeta matriculado em 15 de Março no curso de 1599 a 1600, 5 de Fevereiro, de 1600 a 1601, e 20 de Outubro de 1601 a 1602; recebe o grao de Bacharel em 13 de Maio, presidindo o Reitor Affonso Furtado de Mendonça, e padrinho D. Antonio da Costa. Teve no acto de Formatura em 21 de Maio por padrinho o Dr. Jeronymo Pimenta, lente da Universidade, Desembargador do Paço, Chancellermór do reino, que era sobrinho do poeta Diogo Bernardes. [1]

Emquanto Rodrigues Lobo se conservou em Coimbra até 1602 teve intimas relações litterarias com o affamado theologo Dr. Frei Luiz de Souto Mayor, o auctor do volumoso Commentario latino do *Cantico dos Canticos*; o caracter de uma Egloga pastoril, que apresenta esse poe-

1 Instituto de Coimbra, vol. 57, p. 767.

ma biblico, que então se interpretava como a Allegoria da Egreja e seu esposo Jesus, aproximariam o velho cathedratico que fôra ao Concilio de Trento por ordem de D. Sebastião, do joven poeta, que sentia intuitivamente a belleza humana do Livro dos Cantares. Póde ser mesmo que estas relações litterarias suggerissem o enthuziasmo para a composição das dez Eglogas, de estylo e eschola mirandina, quando já o seu gôsto o impelia para a novella pastoral em prosa, tão deliciosamente iniciada com a *Primavera* em 1601. Foi em 1598, que Fr. Luiz de Souto Mayor imprimiu o seu Commentario, por indicação de Philippe II, á custa de um emprestimo de 3.000 cruzados feito á Universidade, que nunca pôde pagar, porque a obra soporifera não teve compradores nos varios conventos, e uma quasi totalidade dos exemplares perdeu-se em 1606 em um naufragio. Na exigencia da Junta de Fazenda da Universidade, houve varias consultas á Meza da Consciencia e Ordens, e Fr. Luiz de Souto Mayor teve de recorrer ao perdão da sua divida atendendo, que desde 1563, que exercia o magisterio, até aquella data de 1610, não recebera nenhum favor da Universidade. [1]

A este reputado theologo que fôra Leitor em Louvain, é que Francisco Rodrigues Lobo dedicou a sua Egloga I, acompanhada de uma Carta da-

1 *Historia da Universidade de Coimbra*, t. III, p. 665.

tada de Leiria, a 25 de Junho de 1604. Ahi revela as relações litterarias que mantiveram: «Estes Pastores, a que o favor de V. P. fez atrevidos, sendo de seu nascimento desconfiados, avendo que devem muito á natureza, se queixam das eleições da ventura e de quanto valem seus bens na opinião do mundo; e posto que quem com tanto cuidado despedia todas as cousas d'elle se pode mostrar alheio até d'esta lembrança, se V. P. a não tiver das boas artes, e não fizer caso dos bons engenhos, a quem se accolherão elles n'este Reyno, tão desacostumado aos favorecer, que ainda os soffre de má vontade; assim assegura-me a que V. P. sempre mostrou de honrar meus escritos, e eu esquecido do premio e louvor d'elles não o quero maior que serem acceites a quem são offerecidos estes queixumes; V. P. os ouça e acredite com o seu nome, que isto basta para ficar o meu por elles conhecido. N. Senhor guarde e sustente a V. P. muitos annos. De Leiria, 25 de Junho de 1604.»

Não se enganou o poeta; as suas *Eglogas* publicadas em Lisboa no anno de 1605 asseguraram-lhe um logar dominante no gôsto bucolico embora repinte artificiosamente a rusticidade da linguagem, mas por vezes inimitavel, como nas Cantigas *Descalça vae para a fonte* e *Antes que o sol se alevante,* que se recitam ainda e sempre com encanto. Frei Luiz de Souto Mayor, que tanto apreciava os seus escriptos, conhecia estas trez manifestações do seu talento, os *Romances* granadinos e subjectivos, as *Eglogas* a cuja com-

posição assistira, e a *Primavera*, que desde 1601 era admirada do publico, que anciava a sua continuação d'esse desenganado amor.

A florescencia e actividade litteraria de Francisco Rodrigues Lobo em Coimbra por 1600, acha-se comprovada por uma referencia malevola de Manoel de Faria e Sousa, quando falla do roubo do *Parnaso* de Camões: «Al tiempo que empecé a estudiar que fué á los *años de 1600*, y los onze de mi edade me cogió este libro un mozo, que luego se fué á estudiar *a Coimbra, aonde entonces florecia Francisco Rodrigues Lobo*, que entonces publicó un Libro intitulado *Primavera*, que consta de prosas y versos, y siempre me pareció que en el avia algunas cosas de las que estaban en aquel libro. Mas por que yó no vi este de Lobo, luego quando salió, tiempo en que de esse otro teria algo en la memoria, sinó mucho despues, quando yo no la tenia d'el, no pude assegurar-me bien; pero imagino que unas *Otavas* que alli tiene el Lobo, luego al principio, a que llama la historia de *Sileno*, estaban en aquel libro; [1] y tambien unas *Coplillas* que estan antes

1 No poemeto de *Sileno*, que Faria e Sousa pretendia tirar a Francsico Rodrigues Lobo, ha uma estrophe que se refere a uma situação particularissima:

> Emquanto góse a vista soberana,
> Onde o sentir commum ficava falto,
> Não podendo entender que com cousa humana
> Se podesse esconder valor tão alto;
> Qual vista de Acteon outra Diana,

d'ella; y tambien una *Cancion,* que se vê a la entrada da Floresta sexta.» A suspeita de Faria soffre da sua vesania de considerar plagios todas as lyricas em que o sentimento, o gôsto ou estylo camoniano accentuam a sua belleza. A *Primavera* appareceu em 1601, quando a paixão amorosa de Rodrigues Lobo chegava a esse epilogo que elle descreveu depois com o titulo de *Desenganado;* nas Outavas de *Sileno* descreve como começou esse amor e o vaticinio que lhe amargurou a vida. Os traços pessoaes, autobiographicos do pastor *Lereno* não tem analogia com a situação de Camões, que amou muito mas sem obedecer a um *atrevido* pensamento. A pedra em que estava gravada a Historia de *Sileno*, que os pastores descobriram debaixo de um penedo, junto da *Fonte que contra muitos males tinha aprovada virtude*, que é ainda hoje a cha-

---

A vi *com desusado sobresalto*
Fugir de um Fauno ousado, que defronte
Vem saltando traz della para o monte.
Não pode em mim soffrer a ardente chama
Que em fogo me abrasava o vivo peito,
Que não sahisse d'entre a verde rama
Para atalhar ao Fauno o passo estreito;
Elle voltando, em ira acceso, brama,
Ou se tornou por medo ou por respeito,
E a Nympha que do monte estava vendo,
Outra vez para o valle vem descendo.

Não haverá aqui allusão ao desvario do negro Luiz, que Soropita chasqueou por se ter enamorado da filha do Marquez de Villa Real? Conheceria Faria e Sousa a Elegia de Soropita, que encaparia a Camões?

mada Fonte Quente, de Leiria, continha nos seus versos:

> Nas *ribeiras do Lena fui nascido*
> E nas do Lis guardava o manso gado:
> Amor, de quem vivi mais esquecido
> Com transformar-me assim ficou vingado.
> ....
> Aqui vivi contente, não curando
> Mais que de um só rebanho que então tinha
> Ora á sombra das arvores cantando
> Glória da liberdade sua e minha...
> ....
> Viu-me Amor ser senhor de meus amores
> Não quiz soffrer n'um reino dois senhores.
>
> Procurou a vingança em seu sugeito,
> Porque izenções alheias tanto aggravam,
> Não consentiu negar-lhe o seu direito
> Na vontade *a que tantas procuravam.*

É da banda do Lis que está aquella que lhe deslumbrou os sentidos, e aonde fica situado o paço ducal:

> Quando uma branca cerva atravessando
> Com o peito vinha o rio cristalino...
>
> Transpoz o valle e monte, oh nova sorte!
> Eu o alcance segui ella a fugida...
> Desci emfim traz ella o verde monte
> 'Té vêl-a entrar nas aguas de uma Fonte.

Em bellas outavas descreve Lereno a entrada da bella nympha no banho (da Fonte Quente) e como se lhe acordou na alma a paixão irrepressivel e a louca ousadia de vêl-a n'esse momento:

A espaços voltava os olhos bellos,
As ondas que com os braços apartava
Movendo ondas de amor nos seus cabellos
Que o derretido aljofar borrifava;
Eu que para meu dano ousava vêl-os,
N'elles a pouco e pouco me enlaçava;
Não houve Amor mister poder sobejo,
Que eu mesmo me venci de meu desejo.

Confuso estava, e prezo no que via,
Seguindo já de longe o meu tormento,
Quando o mover das aguas me acendia
Com amoroso fogo o pensamento.
Ora toda nas ondas se encobria
Ora trocando o doce movimento,
Encostada quebrara a clara véa,
Ora tomava pé na branca areia.

....

Não pode em mim soffrer a ardente chamma,
Que em fogo me abrasava o vivo peito,

....

O pejo de ser vista em tal estado
Mil vezes lhe mudava a côr formosa,
Passada vinha do temor passado,
Mas tornava a córar de vergonhosa.
Em egual posto eu tinha o meu cuidado,
Quando ella mais corrida e vagarosa
Segura para o rio se chegava
Que de contente as ondas levantava.

Por causa do seu amor desatinado é transformado em Sileno, e a historia d'esses amores ficou gravada em pedras: «*Ao segredo do tempo offerecida.*»

Para que n'elle vejam cada dia
Como castiga Amor uma ousadia.

As coplilhas que Faria e Sousa suppoz plagiadas de Camões são extremamente bellas, e n'esse genero de trovas de Cancioneiro, a que

Rodrigues Lobo chama Endechas, elle eleva-se á belleza fixada por Bernardim Ribeiro, Christovam Falcão e Camões, excedendo-os na espontanea fecundidade. Transcrevemos algumas estrophes d'essas Coplilhas em que descreve a servidão de amor, alludindo á loura e orgulhosa menina da ribeira do Lis:

Quem poz seu cuidado
  Em pastora loira,
  Nem veja a lavoura,
  Nem sirva de arado;
Nem jámais se empregue
  Em lavrar abrolhos,
  Semeie em seus olhos,
  E em seus olhos cegue.
Para sustental-a
  Gaste a vida n'ella,
  Ou viva de vêl-a,
  Ou de desejal-a,

  ....

No valle e no monte
  Seja seu visinho,
  Saia-lhe ao caminho,
  No rio, na fonte
Se em monte ou ribeira
  Cria enxame bravo,
  Dê-lhe o doce favo
  Da cresta primeira.
E quando a manada
  Anda apascentando,
  Lhe lavre cantando
  A roca pintada.
Se a tarde e sol posto
  Lhe parece bem,
  Mostre que não tem
  Mais sol que o seu rosto.
Tudo se transforme
  Na vontade d'ella,
  Vele quando vela,
  Durma quando dorme

Que Amor engrandece,
Nas leis em que está,
Quem serve e quem dá,
E a quem lhe obedece.

E a suprema belleza alcançou-a Rodrigues Lobo pela emoção de uma realidade, que as insipidas allegorias pastoraes e as prosas insulsas encobriram nos inspirados versos. É crivel que o fizesse propositadamente para evitar o *perigo* do seu *atrevido* amor. Faria e Sousa, deslumbrado com a vehemente Canção da Floresta VI da *Primavera*, entendeu que devia pertencer a Camões; mas na prosa que a precede desvenda-se um pouco do mysterio: Lereno na intima angustia passou a noite junto do seu velho amigo e confidente Tirreno, que «obrigado do amor que lhe tinha gastou muitas palavras e sãos conselhos pelo aquietar, tomando-lhe *o risco do cuidado em que entrava*, persuadia-o que se não entregasse de proposito áquella fantasia..., e com quanto a elle o moviam muito as palavras do velho — como a força de amor é maior que a da propria vontade, não obedecia com o coração ao que a lingua promettia... Levantados pela manhã, despediu-se Lereno do velho, que *até chegar ás ribeiras do rio Lena* o acompanhou encommendando-lhe o *resguardo de seu perigo*, mas elle que tinha a vida em o accommetter, em logar de tornar á aldêa e acudir ao desamparo do seu rebanho, *tomou de novo o caminho onde se perdera ao longo das praias do rio Lis*, entrou pela caladura dos dois penedos, e foi pelas suas pro-

prias pizadas áquelle logar aonde já vira *a causa primeira de seu cuidado*...»

Era na margem do Lis que se erguia o palacio ducal; é n'esse remanso da natureza, «tam mudo todo o valle que nem as arvores com a brandura do vento se moviam» que o poeta compoz a emocionante Canção:

> Qual o cervo ferido,
> Da séta venenosa atormentado,
> Ligeiro corre o monte e a espessura,
> Até que sem sentido,
> Vem cair no logar mais descuidado,
> Onde a força provou da frecha dura;
> Assim, minha ventura,
> Depois que vida já me não consente,
> Permitte justamente,
> Que onde tive a ferida,
> Venha nas mãos do Amor deixar a vida.
>
> Qual simples borboleta,
> Que enganada na côr do vivo lume,
> Acha na ardente flamma o desengano,
> E comtudo inquieta
> Até que n'elle as azas não consume,
> Livre se não quer vêr de tanto dano;
> Assim *n'um cego engano,*
> *Corro atraz do meu mal com tanta gloria,*
> Que perdendo a memoria,
> Que pudera guardar-me,
> *Na luz que me offendeu* venho abrazar-me.
>
> Se na chamma amorosa
> Que as azas me queimou quando voava,
> Venho a deixar a vida por meu gôsto,
> Que da luz tão formosa,
> Que inda por entre as nuvens me cegava
> Com o raio que feria o bello rosto;
> Se este Sol já é posto,

Para que madruguei 'traz minha fim?
Mais quer a sorte assim,
Que pois fiz tal emprêgo,
Em me atrever ao Sol, que morra cego.

Na prosa que segue a estes esplendidos versos, descreve Rodrigues Lobo uma situação imprevista, que o leva a declarar-nos quem é a mulher amada: «Emquanto com estes versos se queixava de seu dano, não andava tão longe a causa d'elle, que a espaços o não ouvisse, e chegando perto com duas pastoras que na caça trazia por companheiras... por curiosa de saber quem era, mais que obrigada das mágoas que lhe ouvira, adiantando-se das outras, lhe appareceu; e, deixando-o tão salteado, que por grande espaço perdeu a côr e a voz; mas ella com a sua (que a tudo respondiam as mostras do rosto) o assegurou dizendo:

— Vejo que mostras espanto de minha presença, e não a tenho por tam temerosa que ponha em alguem receios... Ouvi cantar e desejei saber quem era, e agora o caminho que aqui te trouxe.»

«N'este tempo estava Lereno com mais sentido, porém ainda enleiado, lhe respondeu:

— O caminho d'este logar, senhora, eu o não sei, só o *em que estou conheço que é perigoso: guiou-me a elle um cego, que nos mais arriscados* acha menos perigo... Rogo-vos, senhora — que como a homem perdido n'este destêrro, me digaes, que logar é aonde estou, e quem o habita, e se sois vós a senhora d'elle, como pare-

ceis, ou deusa caçadora, a quem esta espessura seja dedicada, por que eu sou um guardador *natural d'esta ribeira do Lis*, que por estranha ventura de um sonho adormecendo na praia d'elle, sem saber o caminho que tomar, vim a este bosque e fiquei tão penhorado do que vi n'este logar onde me achastes, que como quem tinha n'elle a vida ou a morte, me tornou aqui a trazer o fado, e já me contentarei com saber muito da causa d'ella.

— Com essa informação (disse a pastora) t'a darei mais facilmente do que desejava. Sabe, que este em que agora estás, chamado o Bosque Desconhecido, e assim o são todas as cousas d'elle, *quem o habita é um antigo Pastor d'esta ribeira, que guardou para o fim de sua edade este descanso, tomando como secreta sepultura da sua velhice* tudo o que está situado e encoberto n'esta penedia. *Eu sou uma filha sua*, que com estes trajos e n'estes exercicios gasto os dias com algumas pastoras que trago na caça por companheiras, e porque duas d'ellas me ficam esperando perto d'aqui, e não sei o que julgarão da minha tardança...» *(Floresta VI.)* É delicioso o resto da scena, que apesar do maneirismo da epoca, pela sua realidade lembra a prosa de Bernardim Ribeiro. A *filha* do *antigo Pastor*, é D. Antonia de Menezes, nascida em Ceuta de uns amores quando Capitão general, á qual se referem D. Antonio Caetano de Sousa, na *Historia genealogica* e o linhagista Rangel de Macedo; a sua desen-

voltura na caça é já descripta por Francisco Rodrigues Lobo nos *Romances,* impressos em 1596, onde a celebra com o anagramma de *Tionia.* Nos annos alegres de Coimbra, no ruido das escholas compoz Rodrigues Lobo as obras definitivas de sua inspiração, *Romances, Eglogas* e *Primavera,* de 1596 a 1601. O seu regresso a Leiria, depois da licenciatura confinou-o em um meio tranquillo que o impelliu para os estudos de erudição pedantesca da epoca. A sua despedida de Coimbra com que termina na *Primavera* o quadro dos *Campos do Mondego,* é como uma elegia á mocidade:

Adeus, aguas cristalinas,
  Adeus, formosos outeiros,
  Faias, choupos e salgueiros,
  Lirios, flores e boninas.
Adeus, formosa lembrança
  Com que em meus males vivia,
  Adeus, vales de alegria,
  Adeus, montes de esperança.
Adeus, formoso *Penedo*
  De que com tantas *vaidades*
  Fixei minhas *saudades,*
  Que me pagastes tão cedo.
Adeus, prado, adeus pastores,
  Vassallos d'este amor cego,
  Adeus, aguas do Mondego,
  Adeus, *Fonte dos Amores.*

....

Vou-me, como a rez perdida
  Nos montes da terra extranha,
  'Té que os lobos da montanha
  Venham a tirar-me a vida...
Paguemos culpas de um êrro
  De que amor as culpas punha,
  Que uma falsa testemunha
  Nos condenou ao desterro...

Lagrimas, que aqui ficaes,
Derramadas com rasão,
Adeus, que outras nascerão
No logar donde brotaes.

2.º *Vida litteraria em Leiria: inspirado pelo sentimento nacional, é empolgado pelo castelhanismo. — Morte desastrosa.* (1604 a 1622). — Terminada a sua vida escholar, Rodrigues Lobo olhava para esse não remoto passado ainda sob a impressão da estonteadora turbulencia, e sorria-lhe a serenidade fascinadora do torrão natal. No ultimo dialogo da *Côrte na Aldeia,* descreve a agitação das Escholas: «a forja em que se apuram os homens e se põem nos quilates com que hão de ter a valia que a este nome se deve, são as Escholas, nas quaes da mesma maneira que por alchimia de cobre se faz ouro, n'ellas de um idiota e quasi bruto se faz homem com saber, merecimentos e sufficiencia para se avantajar do vulgo — que outra cousa é Universidade, que uma Côrte especulativa em a qual se sabe o que na dos reis se executa; aonde á vista dos Doutores prudentes, na lição dos mestres escolhidos, na communicação dos nobres bem acostumados, na conversação modesta dos religiosos, está o nobre em uma contínua lição de policia, *tendo por palmatoria de seus erros a vergonha de os acometter á vista de tantos censores d'elles,* ajudando a advertencia de lhes fugir *a curiosidade com que se espreitam e a liberdade com que se reprehendem, pois a entrada nas Escholas, a assistencia nas aulas, qualquer descuido se rebate*

com os pés dos que n'ellas assistem, obrigando a todos a compostura do rosto, a quietação do corpo, a modestia do trajo, a pontualidade na cortezia, ao cuidado no fallar, e não se querer algum fazer singular entre os outros. Tem as Escholas além d'estes um bem, que favorece esta opinião, e é, que de ordinario os que as buscam, ou são filhos segundos ou terceiros da nobreza do reino, que por instituições dos morgados de seus avós ficaram sem heranças e procuram alcançar a sua pelas letras, ou são *filhos dos homens honrados e ricos d'elle que os podem sustentar com commodidade nos estudos...»* Aqui alludia o poeta á sua situação economica, e a sufficiencia de Licenciado, que o avantajava do vulgo. Livre do ruido e emulação ferina das escholas, Leiria a *doce patria,* apparecia com toda a sua arcadica tranquillidade, que tanto exalta no canto XIX do poema *O Condestabre:*

...............e pondo os olhos n'ella,
Viu que nunca antes vira outra mais bella.

Viu aquelle edificio alevantado
Sobre o profundo vão de altos rochedos,
De dois tão claros rios rodeado,
Povoados de soutos e arvoredos;
De flores naturaes vestido o prado,
Que aos descuidados olhos fazem ledos,
Descobertas campinas, claras fontes,
Engraçados outeiros, frescos montes.

Oh, doce patria minha, desejada,
Nunca esquecida em meu verso amoroso,
Que quanto sois mais bella e celebrada,
Tanto sempre de vós sou mais queixoso.

Se amor que é natural respeita a nada,
Mais que o seu fim, que é ser mais generoso,
Bem pago estou do muito que vos quero,
Pois nem temo a ventura, nem a espero.

Não me queixo já agora nem confio
Do que tu foste a tantos não declaras,
Que devo ao Lena e Lis, meu brando rio,
Sem enganoso pégo as aguas claras;
Seja tyranno o tempo ou seja pio,
Estrellas liberaes ou sempre avaras,
Que em tuas aguas vejo o Lis mais bellas,
Os bens do tempo e o rosto das estrellas.

Esse anno de 1604, em que datou a carta dedicatoria da sua primeira Egloga, iniciava uma vida nova de sociabilidade em Leiria; o opulento Marquez de Villa Real, poz termo ao isolamento do palacio ducal, casando com D. Isabel de Alencastre, filha do segundo casamento de D. Theodosio, v Duque de Bragança, clandestinamente, com uma neta do bastardo do rei D. João II. As duas poderosas casas fidalgas de Bragança e Villa Real, achavam-se conciliadas nos seus mutuos orgulhos e primazias. N'esse mesmo anno de 1604, nascera a D. Theodosio II, e VII Duque de Bragança, um filho, vindo expressamente a Portugal ao baptisado do seu sobrinho, D. Duarte, Marquez de Frechilla, que Philippe II afastara para Hespanha por um casamento, com um titulo nobilarchico, um solar de mil habitantes e mil cruzados de renda. Estes factos e personagens revelam-nos as relações de Francisco Rodrigues Lobo dedicando em 1610 o seu poema *O Condestabre,* a D. Theodosio II, e a *Côrte na Aldêa,* em 1619 a seu irmão D. Duar-

te, Marquez de Frechilla. D. Isabel, a futura Duqueza de Caminha, era o centro d'esta vida de distincção e esplendor em Leiria, que não ignorava a intransigencia de sua cunhada D. Catherina, filha do Infante D. Duarte, a qual repellira sempre todas as propostas da cedencia dos seus direitos á successão portugueza a Philippe II. É n'esse meio, em que o Marquez de Villa Real mantém o seu castelhanismo, que se accendeu um vago sentimento de patria e de saudade pela sua antiga liberdade, que inspirou a Rodrigues Lobo a glorificação do heroe nacional, vencedor dos castelhanos, o Condestavel Nun'Alvares Pereira, embora acobertada com o intuito de exaltação dos Braganças pelo parentesco glorioso com o heroe. Devido a este impulso de sentimento nacional Francisco Rodrigues Lobo não foi a Coimbra ás festas, Certame litterario e Prestito, que em 1606 fez a Universidade para celebrar o nascimnto do principe castelhano; ahi figurou com uma Canção, Gabriel Pereira de Castro, [1] e outros poetas, que se fecharam no anonymo, em latim, portuguez, castelhano e italiano. No sermão do Dr. Gabriel da Costa pelo nascimento do Principe Filippe em 8 de Abril de 1606, discretea o lente sobre *as esperanças encarnadas,* e como condizem com

1 A fl. 50 V: *Ao nascimento do Principe nosso Senhor.* Canção. Em nota manuscripta contemporanea: *Do Dr. Gabriel Pereira de Castro, então lente na Universidade.*

grandes nascimentos grandes festas. Em 19 de Março de 1604 tinha nascido o primogenito do Duque de Bragança, que era já uma d'essas esperanças.

No meio litterario em que vivia Rodrigues Lobo, ainda a impressão da *Primavera* suscitava o desejo da sua continuação; é em 1608 que elle satisfaz esse empenho imprimindo o *Pastor peregrino*. O seu talento não evolucionou n'esta fórma esthetica, repetindo-se com fastio, ainda no *Desenganado* em 1614, com prosas enramalhetadas, que abafam o esplendor maravilhoso dos seus versos. E até onde não chegariam as manifestações d'este temperamento sentimental, se em vez das diffusas fórmas novellescas, fizesse como Tasso com o *Aminta*, creando o drama pastoril? O nexo subjectivo do seu lyrismo pela unidade da acção dramatica, teria muito mais relêvo. Porque não tentou essa fórma bella? Talvez pelo mesmo motivo por que tratou Camões em fórma de Auto vicentino o seu thema do *Filodemo;* e justifica esta referencia o *Auto del Nascimento de Cristo,* publicado annos depois da morte de Lobo.

O *Pastor peregrino* começa por uma agudeza estylistica já usada nas composições poeticas em *ecco;* entre os rochedos onde adormecera, «no mais alto da noite se lhe representou em sonhos, que via diante de si a Pastora do Valle Desconhecido com tam alegre rosto, que parecia estar esquecida da ira com que o desterrara e justifi-

cada innocencia com que o pastor padecia aquella pena; e com o alvorôço d'este sobresalto acordou muito contente, até que achando-se no vão enlêvo em que o metera a phantasia, começou a suspirar d'esta maneira:

— Deixae-me já, enganadas alegrias, que eu não busco na ventura senão o que a meu destêrro sem esperança e a minha vida desesperada con*vém*.

E o ecco, que com o silencio da noite representava alli melhor a voz humana, lhe respondia: — *Vem*.

Elle sem cuidar então o que seria, embaraçado ainda com o sonho que passara, foi continuando a pratica com as respostas imperfeitas que lhe dava.

— Que ouço, (disse elle); quem me chama? Ha por ventura alguem n'este desvio, que responda a meus ais e que com fingidas alegrias me queira tirar d'este repouso que a tristeza me *dá?*

Ecco: — *Ha*.

— E quem póde haver no mundo tão cruel, que tire a um descontente este descanso, se não é que me responde aquella cruel inimiga da sorte minha, que para tantas desgraças come*çou?*

Ecco: — *Sou*.

— Pois se és essa, porque te não contentas de meu dano? Deixa-me, cruel, no estado a que me chegaste, pois até a morte n'elle me engeita, olha que o pastor que em outro tempo perseguias, não é esse desterrado peregrino que agora *vês*.

Ecco: — *És.*

— Dizes bem; que nenhum outro pudera ser tão perseguido, mas se ainda esse te parece, que me queres, que até pelos desertos me andas bus*cando?*

Ecco: — *Ando.*

— Venturoso é logo mil vezes o que de ti se es*conde.*

Ecco — *Onde?*

— Nas entranhas da terra, se ainda não sigaes a um corpo, que já não leva alma com*sigo.*

Ecco: — *Sigo.*

— Que fazia eu logo quando cuidei que te escapava n'este des*terro?*

Ecco: — *Erro.*

— Agora o conheci com teu desengano; porém, dize inimiga, se para todos foste sempre mudavel, em que venceu a minha mofina a tua natureza, este é o costume que sempre ti*veste.*

Ecco: — *Este.*

— Ai, como vender logo a preço desegual as falsas esperanças, em que com teus enganos ias vi*vendo?*

Ecco: — *Vendo.*

— Que me fica logo que dar atraz da que por ellas me levante, se ainda que esta confissão, ficam meus males do*brados?*

Ecco: — *Brados.*

— E que aproveitam? Pois quando em outra parte puderam valer-me, teve a culpa de meu dano, quem m'os de*teve?*

Ecco: — *Teve.*

— Ha de ter termo algum dia tua crueldade. E em amor ha-de haver razão para me dar o que em tua mão está como tyranisado. E tenho ainda que esperar de ti alguma mudança na gloria que me de*tens?*

Ecco: — *Tens.*

— E cuja ha-de ser a satisfação, que ainda a tão bom estado me resti*tua?*

Ecco: — *Tua.*

— E emquanto tarda, que remedio terei para bus*cal-a?*

Ecco: — *Calla.*

— Já ha muito que meus males me tornaram mudo, mas que fiador me dás de tuas palavras, aonde nos não ouve mais que as arvores e penedos d'este monte *sêcco?*

Ecco: — *Ecco.*

Ouvindo o peregrino este nome e caíndo sobre si, achou o engano com que até então estivera fallando...»

Contrasta com o requinte d'esta prosa derramada em soliloquios, sem um quadro ou situação que a anime, uma poesia ingenua, sentida, reproduzindo todas as bellezas dos velhos Cancioneiros, como a imitaram os nossos melhores quinhentistas. É crivel, que essas prosas fôssem saboreadas pelas suas intenções allusivas no meio culto do palacio do Marquez de Villa Real, e que para comprazer com essas exigencias do gôsto ajuntasse á sua *Primavera* uma terceira parte em

Discursos a que intitulou *O Desenganado*, em que esgotou as mais bellas composições lyricas. No Discurso XIII, em um Romance subjectivo escreve com extraordinario presentimento:

> Sobre a minha sepultura,
> Aonde é justo que descance
> O corpo tão perseguido
> De uma alma firme e constante,
> Escrevei de letra escura
> Sobre a pedra dura e grave...
>
> Aqui jaz, quem por ter bens da ventura
> Perdeu o maior bem que desejava,
> *E tendo já nas ondas sepultura,*
> Achou, perdido, a gloria que buscava:
> A bonança lhe foi esquiva e dura,
> Branda a tormenta, sendo dura e brava
> E em emenda do mal que em vida teve,
> Lhe seja agora a terra branda e leve.

Com esta parte da *Primavera* publicada em 1614, terminava a efflorescencia novellesca, com que Rodrigues Lobo confidenciou o seu mysterioso e desventurado amor; mas o genero lançara raizes, que de imitações banaes, chegaram até á insania mental. São plantas parasiticas do genero as *Ribeiras do Mondego*, de Eloy de Sá Souto-Mayor, de 1623, a *Paciencia constante*, Discurso poetico em estylo pastoril de Manoel Quintana de Vasconcellos, de 1622, *Academia nos montes* e *Conversação de homens nobres* por Manoel de Campos, *A preciosa*, allegoria moral por Marina Clemencia (Soror Violante do Céo), *Auroras de Diana*, por Castro y Anhaya, *Desmaios de Maio em sombras do Mondego* (1636) por

Ferreira Figueirôa, creado do Duque de Bragança, *Cristaes d'Alma, frases do coração, rhetorica do sentimento e amantes desalinhos*, por Gerardo de Escobar; sobretudo este dois ultimos escriptos são typicos pela degradação do gôsto e estylo litterario. A evolução morphologica do genero começa pela *Egloga*, animando o dialogo pastoril pelas allegorias; desenvolvendo-se o elemento descriptivo do quadro e das situações, como fez Sanazzaro criou-se a *Novella pastoral*; subordinando esse quadro e situação a uma unidade de acção dramatica, chegou Tasso á realisação bella do *Madrigal* scenico, um perfeito drama lyrico. Pertence a esta phase o *Pastor Fido* de Garini. Rodrigues Lobo, levado na corrente do enthusiasmo, com que eram lidas todas as partes da *Primavera, Pastor Peregrino* e *Desengañado*, estacou n'essa fórma, indo dispender o seu talento em metrificar Outavas da Chronica anonyma do Condestavel e a graça do seu Dialogo nos discursos eruditos, pezados, sentenciosos da *Côrte na Aldêa*.

As boas relações do Marquez de Villa Real com o Duque de Bragança D. Theodosio II, sobrinho de sua mulher D. Isabel de Alencastre, animaram Rodrigues Lobo para lisongear a Casa de Bragança a celebrar em um poema epico de vinte cantos em bem marteladas outavas o *Condestabre* D. Nuno Alvares Pereira. As estrophes são sempre muito perfeitas, mas no seu conjuncto não formam uma acção que apresente a es-

tructura da Epopéa: é como chronica metrificada. Era a mania da epoca, fundar o poema em todas as particularidades chronologicas, que se excluem de uma bôa historia geral. O Duque D. Theodosio II, chegou a estar filado por Philippe II sob color de uma fervorosa sympathia; salvou-o essa D. Catherina de Bragança, que não quizera vender-lhe os seus direitos á successão de Portugal. Em volta do Duque formava-se uma atmosphera de patrioticas esperanças; foi n'esta corrente, que sob pretexto genealogico, Rodrigues Lobo metrificou os vinte cantos do *Condestabre* dedicado ao Duque, em 20 de Maio de 1610, de Leiria. Parece que o poeta, prevendo que essa apotheose do heroe vencedor dos Castelhanos em Aljubarrota, poderia tornar suspeito D. Theodosio II ao rei Philippe III, quanto á sua lealdade, faz vivos protestos pela gloria de um tal parentesco. Na approvação do Censor ecclesiastico, em que Lobo é denominado *Licenciado*, sob o mesmo receio se mostra que o poeta não fez mais do que notificar os factos historicos como andam nas Chronicas de ha muito lidas. Exaltar o heroe que sustentou a antiga liberdade portugueza, vencendo os Castelhanos, e quando Philippe III procura castelhanisar-nos por meios suaves, era como alentar o sentimento que revindicaria a autonomia da nacionalidade. É certo que o poema do *Condestabre* bem cedo se tornou muito raro. No poema abundam as expansões patrioticas, que não deixariam de re-

percutir na alma dos que soffriam a incorporação castelhana. Na apparição de D. Affonso Henriques incitando o rei D. Fernando a resistir á invasão de Enrique de Castella, exclama:

Eu sou o que te chamo e que te obrigo
A sustentar a fé d'esta victoria,
E a Liberdade antigua lusitana,
Que por teus vãos descuidos se profana.

Quando a mãe do Condestavel vem com carta da rainha para o alliciar ao interesse do rei Castelhano, elle lhe responde com altura:

Quem tem por preço leve e mais barato
Cativar Portugal a um reino alheio,
Siga seus vãos intentos, mas entenda
Que ha braço portuguez que lh'o defenda.

Que quando a vã cobiça possa e monte
Tanto nos peitos vis que ella profana,
Verão sempre este peito estar defronte,
Resistindo a essa furia castelhana;
Antes da minha morte então se conte
Por defensão da terra Lusitana,
Que affrontar-se vivendo um peito honrado,
De ser só com promessas conquistado.

(Cant. VII.)

Companheiros leaes em quem consiste
A liberdade e honra portugueza,
Defensores da Patria, que tão triste
Se vê de estranhas gentes feita preza;
Se vosso valor grande não resiste
E acanha dos contrarios a braveza,
Acabe Portugal, perca-se a fama
Que de seu grande esfôrço se derrama.

(Cant. VIII.)

No canto XI representa o poeta um sonho do Condestavel em Borba em que perpassa como

em fita cinematographica toda a sua descendencia bragantina; ahi cita D. Isabel recemcasada com o Marquez de Villa Real:

> Vêr, d'este Theodosio valoroso
> Nascer, e de Beatriz clara Duqueza
> *Isabel*, novo exemplo generoso,
> De virtude, brandura e de nobreza;
> Aqui vês o *Marquez*, seu doce esposo,
> Da antiga e alta estirpe portugueza.

Não cita o titulo de Villa Real por um extremo de consagração, porque era estylo geral, como declara o poeta na *Côrte na Aldêa*, que quando se diz o Duque é sempre o de Bragança, e o *Marquez*, é sempre o de Villa Real. Consagra nas mesmas estrophes a D. Theodosio II, e como se achou com dez annos de edade em um côche na batalha de Alcacer-Kibir; e como casou com

> Dona Anna de Velasco, illustre e rara,
> Filha do Condestabre de Castella,
> Da antigua geração illustre e clara
> Do valoroso Infante que *Don Vela*
> Teve por nome......

O poeta não sabia que esse D. Vela é o typo dos Condes traidores nas chronicas, romances e anexins castelhanos. Já falla no prestigioso menino que os acontecimentos fizeram o Restaurador:

> De Anna lhe fica um Principe excellente
> *Com que a Lusitania se engrandece*
> João, *que a Patria, o nome, a terra e gente*
> *Alegra, anima, honra e enriquece*...

Condizem estes termos mirificos com a au-

reola maravilhosa que envolvia o joven Duque de Barcellos, com seis annos de edade, no seu retrato de 1610, que foi annos depois gravado pelo artista inglez Thomás Dudlay *fecit Ulyssipone*. Na inscripção latina gravada em nove linhas lê-se: «*Quem julgas que será este menino?* JOÃO *será chamado por seu nome, Rei de Portugal, desejado pelos seus, representado aos seis annos e protegido pela poderosa mão de Deus, reinará felicissimamente...*»

D'esta gravura, escreve Joaquim de Vasconcellos: «O original foi talvez alguma pintura a oleo ou miniatura, como parece indicar a execução minuciosa do fundo: Uma vista de mar e praia com edificios phantasiados, as andorinhas voando.» [1] A inscripção mysteriosa pertencia ao retrato a oleo; na gravura feita para acompanhar os Sermões do *Cordel triplicado* do clerigo Ardizone Spinola, é que se declarou o destino d reproducção: *quadruplici sermone explicatur*.

Creava-se uma atmosphera maravilhosa que se confundia ou corporisava com a lenda sebastica do *rei desejado*. O mesmo Rodrigues Lobo, ao referir a morte de D. Sebastião desdenha das esperanças:

> O grão Rei perde a vida e a ventura,
> E o nome portuguez que honrar pretende,

1 *El Rei D. João o 4.°*, p. 335. Porto MDCCCC. Esplendida edição in-4.° (Não entrou no commercio.)

Ficando aos seus a sua morte escura
Que parece que a parca se arrepende.
. . . .
E assim na opinião do vulgo errado,
Depois andara vivo, de enterrado.

Na sua vida confinada em Leiria, Rodrigues Lobo trabalhava n'esta corrente de revivescencia do sentimento nacional, sob o influxo da Duqueza D. Catherina de Bragança: a seus dois filhos D. Theodosio dedicava o *Condestabre* e a D. Duarte a *Côrte na Aldêa*. Interessava-o a vulgarisação das bellas obras da litteratura portugueza quinhentista, que se perdiam pela extrema raridade; deve-se-lhe a edição da Comedia *Euphrosina*, de Jorge Ferreira de Vasconcellos, que offerecera ao Principe D. João como primicias do seu rustico engenho. Em carta datada de Leiria de 2 de Septembro de 1616 a D. Gastão Coutinho, que lhe mostrara desejo de lêr a Comedia *Euphrosina*, allude a esta affectuosa intimidade: «quando na sua quinta do Carvalhal me tratou d'ella, não tinha por si sómente esta razão, porque mais que todas o obrigava a excellencia da sua linguagem, a propriedade de suas palavras, a galanteria de seus conceitos, a verdade de suas sentenças, a agudeza e sal de suas graças; e sobretudo ser Livro tanto em favor da lingua portugueza, que todos os affeiçoados o eram a elle, e tinham mágoa de não poderem usar com liberdade da sua lição, por alguns descuidos e erros que n'ella havia.

«Agora que de novo sae ao mundo, emen-

dada (ou para melhor dizer), restituida por mim á impressão, a offereço a V. M. dando este pequeno serviço de sinal de outros maiores que ainda espero fazer.» O resto do prologo é uma referencia historica genealogica dos seus heroicos parentes. Como Rodrigues Lobo não declarou o nome de Jorge Ferreira, que faltava na edição quinhentista, Barbosa Machado cahiu no equivoco de lhe attribuir a *Euphrosina.* O effeito do estudo d'aquelle portuguezissimo Jorge Ferreira sente-se no estylo da prosa da *Côrte na Aldêa* de 1619, tão differente do estylo das tres partes da sua *Primavera.*

É tambem datada de Leiria, de 1 de Dezembro de 1618 a dedicatoria a D. Duarte Marquez de Frechilla e de Malagan, a quem consagra uma outava no poema do *Condestabre.*

> Olha Duarte, a quem a natureza
> Formou para vencer n'elle a ventura,
> De Flechilla Marquez, que a Oropeza
> Deixa o famoso herdeiro que procura;
> ....
> D'esta parte o verás acompanhado
> De outra bella consorte, que em grandeza
> Não é inferior seu nobre estado
> Dona Guiomar, que o nome celebrado
> Fará de Malagon feliz Marqueza
> De geração illustre e do apellido.

Na sua dedicatoria vibra a nota do sentimento nacional «renovando as saudades do passado com lembranças devidas áquella dourada edade dos Portuguezes»; e justifica a sua offerta ao infeliz D. Duarte, forçado por Philippe II

a viver em Hespanha, «como protector da lingua e nação portugueza...» Na *Côrte na Aldêa* espalhou Rodrigues Lobo muitos elementos da vida nacional, que valorisam esses dialogos morosos e arrevesados pela rhetorica e erudição de um licenciado seiscentista. No verso do frontispicio se lê: *Livros que são impressos do Autor:*

Primavera.
Pastor peregrino.
O Desenganado.
As Eglogas.
Os Romances.
O Condestabre.
As Elegias de Devoção.
A Côrte na Aldêa.

As *Elegias de Devoção* são totalmente desconhecidas hoje; talvez fizessem parte dos manuscriptos que possuia Camillo; ou fôram supprimidas pelos varios meios de intolerancia. [1]

Ao finalisar a *Côrte na Aldêa* refere-se Rodrigues Lobo ao novo gôsto das comedias hespanholas, que porventura esclarecerão uma carta inedita, que lhe é attribuida: «tambem os poe-

---

1 A poesia era muito odiada. Nas Denuncias da Inquisição de Lisboa lê-se: "A 6 de Abril de 159? foi chamado Mestre Pedro Thalesio, professor de D. Manoel da Camara, de 24 a 25 annos, flamengo e denunciou um livro defezo, a *Semana* de Bertas, que trata da Criação do Mundo, o qual livro viu em poder de Bartholomeu Rodrigues." (*Archivo historico*, vol. VIII, p. 472.) Êra o poema de Du Barthas, *La Semaine de la Creation*, tão apreciada por Goëthe.

tas nas suas Comedias que são mais proprias para recreação e passatempo, dividiram a sua obra em Actos, a que agora se chamam *Jornadas,* e suas respectivas scenas, e por divertir da gravidade e decoro das pessoas introduzidas *inventaram as Comedias modernas, Entremezes e Bayles.*» Em relação com estas companhias ambulantes se lhe acordaria o gôsto pela litteratura dramatica, que o levára á reproducção da Comedia *Euphrosina,* e mesmo preferindo a fórma do Auto vicentino para a do *Nascimento de Christo.* Entre os Mss. Pombalinos existe uma Carta — a Josepha Vaca, mulher de Morales grande representador de Comedias. (N.º 69, fl. 190 a 192 V.) Referindo-se á formosura da actriz e á conveniencia de completar o seu nome *(vaca)* enriquecendo o marido, cita a comedia do *Paço de Galliana,* e o actor Torres. Mas será esta carta obra de Lobo? duvidamos pelo seu estylo chulo e denúncia da velhice, que o põe a coberto de aventuras galantes. Começa: «Mais affeiçoado ás boas partes de V. m., seu parecer e gentileza do que movido de algum apetite carnal, dos que *em outro tempo podiam fazer suspeitar minhas advertencias, por quanto estou em tréguas com a sensualidade...*» Achava-se o poeta com pouco mais de quarenta annos, então, d'onde resulta o apocryphismo da carta; elle contava com a vida, e ao terminar a *Côrte na Aldêa,* promettia a continuação dos seus Dialogos: «Será justo que descansemos um pouco da

continuação d'este estylo, e se ao gôsto dos curiosos leitores fôr bem acceito, *sahirá brevemente á luz outro volume dos Dialogos, que espera vêr o successo dos primeiros,* pois esta virtude de escrever não tem no auctor d'elles outro fructo, mais que a satisfação de animos affeiçoados a uns escriptos, aos quaes com o trabalho de suas obras deseja pagar a vontade e opinião com que as acreditam.» Estas palavras estavam escriptas em Dezembro de 1618; o anno de 1619 veiu lançar Rodrigues Lobo em outra corrente, pela visita de Philippe III a Portugal, annunciada em carta de 20 de Março, e grandes preparativos da cidade de Lisboa para a recepção do monarcha em que dispendeu duzentos mil cruzados em festas. Houve um singular empenho em fazer sentir a Philippe III a extrema sympathia que lhe dedicavam os portuguezes; e além dos Arcos triumphaes, Te Deums solemnes, luminarias, Auto de Fé e Dansas e cantigas populares, fôram aliciados os poetas para exaltarem Philippe III em emphaticas apotheoses metricas. Francisco Rodrigues Lobo compoz cincoenta romances em castelhano, que fôram impressos com o titulo *La Jornada que la Magestad catholica del Rei Filippe 3.º de las Españas hizo a su Reino de Portugal y el Triumpho y pompa con que la recebió la insigne Ciudad de Lisbona el año de 1619.*

Lá se fôram por agua abaixo todos os sentimentos de revivescencia nacional, que o inspi-

ravam! Mas de que nos admiraremos, se o Duque de Bragança D. Theodosio II ia como Condestavel de Portugal a Elvas receber Philippe III á sua chegada em 13 de Maio, e se em 14 de Julho levava seu filho o Duque de Barcellos, (D. João, — o IV) com quinze annos de edade, ao juramento do Principe, successor (Philippe IV) nos Paços da Ribeira, e elle reclamara como Condestavel o ser o ultimo a prestar juramento? Por outro lado Philippe III, para mostrar maior confiança na dedicação do Marquez de Villa Real, cujo pae Philippe II elevara a Duque, nomeou-o Duque de Caminha. Em meio de tão altos personagens, com quem mantinha íntima convivencia, e sempre sob a malevolencia que suscitava a suspeita de christão novo, podendo subitamente ser prezo e queimado, Rodrigues Lobo foi na corrente dos poetas panegyricantes. [1] A vinda de Philippe III revestiu uma si-

---

1 Citaremos os que imprimiram livros:

— **Vasco Mousinho de Quevedo**, *Triunfo del monarcha Filippe tercero en la felicissima entrada de Lisboa.* Lisboa, 1619. Off. de Jorge Rodrigues. In-8.º (Em 6 Cantos.)

Francisco de Mattos de Sá — *Entrada y Triumpho que la Ciudad de Lisboa hizo a la Cat. Real Mag. de El Rey D. Filippe Tercero.* Lisboa. Off. Jorge Rodrigues. 1620. In-4.º

Gregorio de San Martin — *El Triunfo mas famoso que hizo Lisboa a la entrada de D. Filippe* 3.º Lisboa. 1624. In-8.º (Em 7 Cantos).

Real Tragicomedia del Descobrimento y Conquista del Oriente... Compuesta y representada en el real Collegio

gnificação especial; em 1618 decahiu do seu favoritismo o Duque de Lerma, por intrigas e traição de seu proprio filho o Duque de Uceda, que ficou dominando o rei sempre hesitante e por desconfiança sempre envolvido em pesquizas e compra de variadas influencias. A viagem a Portugal era uma promessa nunca cumprida; por fim o seu confessor o terrivel Fr. Luiz de Alliaga decidiu-o á jornada, como se revela no poema de Vasco Mousinho de Quevedo. Havia descontamento, entre as familias fidalgas portuguezas por frustradas pretenções. A resolução e annuncio do monarcha hespanhol veiu acordar todos os ávidos interesses, que lhe prepararam um scenario tão espectaculoso, que o proprio Philippe III exclamou diante d'aquelle delirio de festas — que *era a primeira vez que na sua vida se sentia rei.*

No Romance IV da *Jornada,* Rodrigues descreve a alegria que produziu o aviso da proxima visita do monarcha, celebrando-se um solemne Te Deum na Sé de Lisboa:

> Qual suele tras las tenieblas
> parecer la bella Aurora,
> ....

---

de S. Antão de la Companhia de Jesus a la Mag. Cathol. de Felippe segundo de Portugal 21 y 22 de Agosto de 1619. (Composto em latim pelo **P.e Antonio de Sousa.**) — A descripção d'este pomposo espectaculo enche um volume de 125 folhas por **João Mimoso Sardinha** (*Historia do theatro portuguez,* t. II, p. 166.)

Furtado de Mendonça, *triunfos de Philippe III,* 1619.

Todo quanto estaba triste,
Solo con ver se se assoma
La mensagera del sol
Se adorna, alegra y mejora.

Ansi con este recado
Aquella Ciudad famosa
Que a las Ciudades del mundo
Puede servir de Corona,

Desterrando sus tristezas
Con la esperança que gosa
De que el Monarcha de España
Venga a renovar sus glorias...

No Romance VI conta como o Duque de Bragança levou seu filho o Duque de Barcellos, a Elvas, para beijar a mão de Philippe III:

Tanto que supo la nueva
Que el invencible Monarcha
Pisa las tierras de Luso,
Ni solo un momento aguarda;

Con el Duque de Barcellos,
Heredero de su Casa,
Principe de gran valor
Y de altivas esperanças

Le viene a besar la mano
Como el que deveras ama
Y desea a su Señor
Y estar presente a su gracia.

Em Elvas foi o primeiro conflicto do Duque D. Theodosio, pela antipathia em que se achava com o Duque de Uceda, ministro omnipotente de Philippe III; foi por ventura essa a causa da elevação do Marquez de Villa Real a Duque de Caminha, e do futuro rancor sangrento com que D. João IV, como que instantaneamente mandou

degolar os seus primos que depois de 1636 representavam o falecido Duque de Caminha.

No primeiro romance da *Jornada,* Rodrigues Lobo dirige-se a Philipe III, exaltando os seus feitos, que perante a historia são derrotas deploraveis que attestam a sua decadencia:

> Mientras *Flandres* se os humilla,
> *Italia* toda os abraça,
> *Inglaterra* os venera
> Y os tiene en los ojos *Francia.*

E incapaz de sentir a ironia, Rodrigues Lobo, que no seu isolamento de Leiria não estava ao corrente da politica europêa e da situação da Hespanha, depois d'aquella infeliz referencia, encabeça outra quadra, a que Philippe III incredulamente sorriria:

> Prestad benignos oydos
> Feliz y inclito Monarcha,
> A este canto que os offerece
> *Vuestra amada Lusitana.*
>
> Oyde los tiernos suspiros
> De un *Reyno que tanto os ama,*
> De una nacion tan illustre,
> Tan insigne, fuerte y clara.
>
> ....
>
> Sus grandezas manifesta
> *Con occulta voz os llaman,*
> *Como a su proprio señor*
> *Para quien todas se guardan.*

Rodrigues Lobo alludia ao pensamento de se assentar em Lisboa a côrte hespanhola, como já se propozera a Philippe II, em 1581, e que agora na allocução recitada ás portas da cidade repe-

tia o magistrado Dr. Ignacio Ferreira. A nobreza estava queixosa de não ter despachado titulos e dominios, que tinham os fidalgos castelhanos, nomeados com cargos honrosos e rendosos para Aragão, Napoles, Milão, Sicilia e Flandres, nem nos tribunaes, egrejas, bispados e Universidades de Hespanha, nem no serviço da Casa real de Castella. A visita a Portugal veiu acordar hostilidades latentes. Sobre este ponto escreve Rebello da Silva: «O sentimento das injustiças e o amor proprio ulcerado exaltaram o orgulho e a altivez em todas as classes, e a presença da côrte, azedava, passados dias, em vez de applacar os odios, as paixões e antigas rivalidades. Os fidalgos, offendidos do nenhum caso que el-rei fazia d'elles, retraíam-se e murmuravam. As classes médias, não achando remedio nem protecção contra os abusos, declamavam maldizendo o dominio estrangeiro. — Os castelhanos do séquito de Filippe III, vendo-se detestados, anciavam voltar a Madrid. No meio d'esta confusão o monarcha, como se quizesse alienar de proposito os animos, fugindo aos negocios, consumia o tempo visitando as egrejas, fazendo collações nos conventos, caçando e pescando. De repente, quando menos se esperava, manifestou nos fins de Septembro a resolução de se recolher a Hespanha sem aguardar as proposições dos Estados, allegando o estado da Allemanha como pretexto da saída que podia dizer-se quasi uma fuga. — A 24 (de Outubro) passou a fronteira,

e para coroar dignamente a sua obra deixou o Marquez de Alenquer investido do Governo do Reino, animado com o seu favor e superior a todos os adversarios. Este desenlace precipitado da viagem tão auspiciada, mais pareceu castigo que beneficio.» *(Hist. de Portugal*, t. III, 273.)

Em 20 de fevereiro de 1621, Filippe III, resistindo a uma febre lenta, e dando despacho supportou o forte calor de um brazeiro emquanto não veiu o sumilher Duque de Uceda, a quem competia pela etiqueta libertal-o d'esse encommodo; d'ahi resultou uma erysepela a que succumbiu em 31 de Março de 1621. Nas exequias que se celebraram em Portugal, ficou memorado o Sermão de Fr. Antonio dos Innocentes, pregado em Portalegre em Maio de 1621, por causa do Soneto de encomio que o acompanha do *Licenciado* Francisco Rodrigues Lobo em louvor do Auctor: tem este final hyperbolico:

> Por *Rei, não se isentou da Lei da morte,*
> E hoje por ti na terra fica eterno. [1]

A *Jornada* de Philippe III só appareceu em 1623, na Officina de Pedro Craesbeek, estando comtudo licenciados desde 18 de Novembro de 1621, estes romances «os que compoz o *Licenciado* Francisco Rodrigues Lobo para declaração dos Arcos e Fabricas triumphaes que se fizeram

---

1 Publicado pelo Dr. Ricardo Jorge que conseguiu descobrir o Sermão do franciscano algarvio.

n'esta insigne cidade de Lisboa a entrada do muy cath.... Phelippe nosso *senhor que santa gloria haja...*» Entre o falecimento do rei e a publicação commemorativa da *Jornada*, deu-se o caso desastroso da morte de Francisco Rodrigues Lobo. Determinou esta data, sempre incerta entre os bibliophilos, o Dr. Ricardo Jorge, quando em 1909, deu noticia do *Tratado de las siete Enfermedades* de Aleixo de Menezes, de 1623, que é acompanhado do Soneto encomiastico *Al Autor deste Libro*, Francisco Rodrigues Lobo. *Ultimo que hizo en su vida* SONETO. [1]

O Dr. Ricardo Jorge reforça esta referencia cathegorica, com outra de egual valor contemporanea: quando em 8 de Novembro de 1622, Juan Bautista Morando publicava a traducção castelhana da *Côrte na Aldêa*, de 1619, declarava em um Soneto encomiastico de Rodrigues Lobo:

> Y hasta qu'*el Cielo (donde estas)* dê el mundo
> Para alabarte suficientes labios
> *Reposa en paz*, y alabate el silencio.

É importante o testemunho contemporaneo do

---

1 Na *Medicina Contemporanea*, escreveu em 1909: "Topico que supponho desconhecido dos nossos historiadores da Litteratura." E na *Revista da Universidade*, vol. II, p. 569: "Ora o singelo topico não é apenas uma novidade respeitavel, traz em si uma especie valiosa para a biographia de um grande escriptor portuguez. Valiosa — e para isso bastava esclarecer um ponto da vida ignorado de Francisco Rodrigues Lobo."

poeta satyrico D. Thomaz de Noronha, que nem na morte abandonou os vehementes chascos contra a superioridade d'aquelle talento; na *Phenix Renascida* (t. v, p. 230) appareceu o Soneto burlesco:

> Desdourem-se as areias do Pactolo,
> Turvem-se as claras aguas de Canopo,
> O bebado de Baccho entorne o copo,
> Rache a guitarra o franchinote Apolo.
>
> Desencaixe-se o céo de pólo a pólo,
> A doida Venus morra e o seu cachópo,
> Emfim, pereça tudo quanto tópo,
> Que *a Lereno matou o villão Eólo.*
>
> Por Jesus! que se entre as mãos tomara
> Este villão ruim, o Rei do vento,
> Com um vergalho de boi o derrubara.
>
> Por San Pedro do Céo, que em um momento
> A miseravel vida lhe arrancara
> Com piparote ao reino do tormento.

Barbosa Machado na *Bibliotheca lusitana* consignou a tradição, que Rodrigues Lobo morrera afogado no Tejo, «ao tempo que passava de Santarem a Lisboa embarcado, perdera a vida, naufragante no Tejo.» Uma forte rafala voltou repentinamente a fragata ou barcaça de carga e passageiros. Nicoláo Antonio, na *Bibliotheca nova*, ainda do seculo XVII, colligiu a tradição que completa mais o quadro: «que o conde de Assentar que n'essa viagem naufragara, escapara nadando...» O Dr. Ricardo Jorge, que notou esta circumstancia, esclareceu a referencia ao companheiro do poeta, D. Lopo da Cunha,

senhor de Santar, Barreiro e Senhorim, que esteve em 1625 na Restauração da Bahia, fugindo para Castella quando se descobriu a conjuração de 1641, sendo feito Conde de Santar por Philippe IV. O cadaver do poeta *saindo á praia* foi honorificamente sepultado na Capella dos Queimados, no claustro de S. Francisco da Cidade. [1] Ainda D. Thomaz de Noronha cuspiu outro Soneto atacando Rodrigues Lobo na morte, que em vez de ser afogado em agua deveria ser a fogo, morte natural dos christãos novos. Execrando cynismo! Innocencio teve noticia d'esse Soneto inedito, sem ter conseguido achal-o: «De um Soneto composto por auctor contemporaneo e allusivo á sua morte — collige-se que *era havido por christão novo* e suspeito de judaismo.» (*Dicc. bibl.*, t. IX, p. 638.) O Dr. Ricardo Jorge conseguiu encontrar esse Soneto nos Mss. da Bibliotheca da Ajuda:

Façam as Musas tristes e enlutadas
Da Fonte Cabalina um mijadeiro,
E Baccho, aquelle grande taverneiro,
Encha as pipas que tem mais atestadas.

---

1 Pertencia esta Capella a Job Queimado, que foi Governador da Casa da India e Provedor das quatro Feitorias, que o rei D. Manoel estabeleceu, Tanger, Alcacer, Ceuta e Azamor. Segundo João de Barros (*Decada II*, lib. I, cap. 306) arvorou a bandeira nos muros de Socotorá. Junto d'esta sepultura estava uma lâmina de bronze com honrosa inscripção. Fôra casado com Violante Corrêa de Lacerda, filha de Francisco Pacheco, thezoureiro da Casa da India e de Ceuta. Um seu filho Vicente Quei-

Apollo rache as gaitas afinadas
E jure não tornar a ser gaiteiro,
Venus meta-se em Chipre n'um mosteiro,
Desfaça o Rapaz setas hervadas.

Sinta o Tejo o que fez, e de orvalhado,
Faça um capuz, e chore eternamente
A morte de *Lereno* desastrado.

Prestes, Lereno, a morte impaciente
Te accometteu; mas dizem, *que queimado*
Havias de morrer naturalmente. 1

Na dedicatoria da nova edição do *Condestabre* ao Duque D. Theodosio II pelo livreiro Jorge Rodrigues: De Lisboa, 20 de Março de 1627, explica a raridade do poema: «por ter o tempo consumido a insigne obra de Francisco Rodrigues Lobo, que tão copiosamente as celebrava; sentiam todos, como era justo, tão grande perda, porém não havia quem se despuzesse a dar-lhe remedio, até que eu (postoque dos mais inferiores) obrigado do zêlo commum da honra do Reyno e do que tenho em particular de servir a V. Excellencia, tratei de imprimir á minha custa

---

mado foi frade de S. Francisco. (Camões substituiu um filho de Branca *Queimado,* no alistamento para a India em 1553.)

1 Ms. da Ajuda (51, VIII, 18, fl. 24) Ap. Dr. Ricardo Jorge, Rev. da Univ., II, p. 577. O epitheto da morte *impaciente* significa que morrera novo. No Caderno 12 do Promotor da Inquisição de Lisboa, é apontada *christã nova* D. Margarida Lobo, filha de D. Maria Lobo, que era viuva e irmã de um advogado que se chamava *Seropita* de alcunha. *(Id. ib.,* p. 592.) Fica authenticado o parentesco dos dois poetas.

esta obra de novo, com pouco mais cabedal que de desejos; mas o fervor da resolução e esperança d'elles prevaleceu contra a estreiteza do tempo.» O *Condestabre* era pois *res nullius*, pela morte do seu auctor.

Tambem na edição da *Côrte na Aldeia* de 1630, quando o titulo de Duque de Caminha desde 1620 era usado pelo Marquez de Villa Real, ainda se lê no Dialogo II: «Entre nós quando nomeamos o *Poeta*, se entenderá Luiz de Camões; o *Historiador*, João de Barros; o *Duque*, o de Bragança; o *Marquez*, o de Villa Real; a *Cidade* a de Lisboa; a *Coutada* a de Almeirim.» Se Rodrigues Lobo tivesse retocado em vida essa edição de 1619 actualisaria a honra do titular seu amigo.

Duas vezes nos *Romances* em 1596 e na *Primavera* em 1601, Rodrigues Lobo afoga as suas mágoas na corrente do Tejo, que por fatalidade veiu a effectuar-se na realidade; o bibliophilo coevo Nicoláo Antonio na *Bibliotheca nova*, referindo a sua morte no Tejo dá a esses trechos poeticos o valor de um presentimento, segundo a voz commum: «*Presagiisse sibi hoc factum ipse visus fuit cum, nescio ubi, exoptavit, poetica licet exageratione, inter Tagi arenas sepulturam.*» Nicoláo Antonio consignando esta circumstancia, confessa não conhecer o logar poetico interpretado. É um dos raros Romances portuguezes da collecção de 1596 e de um sentimento dos dezesseis annos:

Sobre as aguas vagorosas
que o Tejo já traz cansadas,
....
leva o pescador Lereno
com suas rêdes a barca,
tam perseguida dos ventos
quanto de amor sustentada.
E porque o leva forçado
sua vontade contraria,
desterrado do seu Lena,
e de sua amada patria.
....
E ao som que os duros remos
fazem dividindo as aguas,
derramando a dos seus olhos,
vae dizendo estas palavras:
— Fermosas aguas do Tejo,
do mundo tão celebradas,
....
este corpo que amparaes,
que persegue a sorte ingrata
dae-lhe em vós a sepultura,
que é corpo que vae sem alma.
....
o espirito com que vivo
é de um tormento que mata,
que os males aonde ha firmeza
nem com a vida se acabam.
Junto então do rio Lis
meu rebanho apascentava;
fiz-me pescador do Lena,
provei a sorte em mudanças
só ao mal acho firmeza.
....
Se em vós mora piedade,
n'essas humidas entranhas
dae fim a meus tristes dias
e o vosso nome esta fama.
Contra o poder da ventura
empregado em um sujeito,
de um fogo do amor perfeito
aguas foram sepultura.

Na Floresta III da *Primavera*, intercala um bello romance subjectivo, em que vendo de cima de um penedo vogar uma barca:

Me representa a ventura,
Quam pouco contra ella monta
Firmeza, vontade e fé,
Desejo, esperança e forças.
Por um mar tão sem caminho,
Morada tão perigosa,
Para as mudanças do tempo,
Dando sempre a vela toda.
O leme na mão de um cego,
Que quando vae vento á pôpa,
Dá sempre em baixos de areia,
Aonde em vivas pedras toca.
Que farei para valer-me?
Pois a terra venturosa
Aonde aspira meu desejo
É cabo que se não dobra.
Se quero voltar ao porto,
Não ha vento para a volta;
Emfim, *que o fim da jornada*
É dar no fundo ou na costa.

....

Mar empeçado e revolto,
Navegação perigosa,
Porto que nunca se alcança,
Agua que sempre sossobra;
Estreitos não navegados
Baixos, ilhas, syrtes, rocas,
Sereias, que em meus ouvidos
Sempre achastes livres portas;
Adeus! que aqui lanço ferro
E por mais que o vento corra,
Para saber da ventura
Não quero fazer mais prova. [1]

---

[1] Nas *Cartas bibliographicas* encontra-se noticia da Canção de Manoel Lopes de Vega: *Em sentimento de hũ amigo morto na passagem de hũ rio,* a fl. 158 V,

Nas muitas vezes que o poeta fez a carreira do Tejo entre Santarem e Lisboa, n'essas horas contemplativas teve breves momentos de intensa poesia em que a vida subjectiva e a realidade se identificavam. Se em condições normaes a sua vida se prolongasse, elle teria assistido ao falecimento da primeira Duqueza de Caminha em 1626; ao casamento do velho Duque com sua sobrinha D. Maria Brites de Menezes em 1633, e passado o titulo em 1636 a seu joven irmão,

---

Parte III do seu livro *Lyrica Poesia*, publicado em Madrid em 1620. É facil sob a primeira impressão parecer que se referia á morte de Francisco Rodrigues Lobo; mas a rubrica não declara que esse amigo era *poeta*, nem que o rio fosse o *Tejo*; e além de estar o livro já com as licenças datadas de 1619, a Canção exprime o sentimento pela morte de *uma criança*, logo na segunda estrophe:

> *Cortou-te ainda em flor* a Parea dura,
> Invejando o poder da natureza,
> Que em ti resplandecia,
> E do triumphante louro
> Duramente ambiciosa,
> Antes da tarde poz em noite escura
> Essa *manhã formosa*.
> De tua gentileza;
> Ai em que breve dia
> Caíu da natureza o mór thezouro.
> Exemplo lastimoso, que na morte,
> Fructo da possessão, flor da esperança
> Se egualam na balança,
> E no grande e pequeno egual a sorte
> Cego, quem considera
> Em mortal campo eterna primavera.

É muito acceitavel, que o livro de Antonio Lopes de Vega fosse conhecido de Rodrigues Lobo falecido em 1622.

veria-o ser degolado no patibulo com seu pae por ordem do proximo parente D. João IV. Com certeza Francisco Rodrigues Lobo, em homenagem á apotheose dos Braganças no *Condestabre*, gemeria alguns annos nos carceres, como D. Francisco Manoel de Mello ou emigraria para França, para junto d'esse grupo de litteratos foragidos da Inquisição, como Vicente Nogueira, Antonio Corrêa Henriques, Barrios, Manoel Fernandes Villa Real, formando uma pequena Academia protegida pelo Marquez de Nisa embaixador de Portugal. [1]

---

1 Por este tempo apparece em Ruão, Paris e Hollanda um *Francisco Rodrigues Lobo*, entre 1644 a 1649, cujo nome é citado nos depoimentos de Manoel Fernandes Villa Real, traiçoeiramente chamado a Lisboa e queimado pela Inquisição. Se não estivesse bem fundamentada a morte do auctor da *Primavera* em 1622, era difficil evitar a complicação d'esse homonymo, commerciante e banqueiro em Ruão e transmittindo fundos de Amsterdam para Paris, como com segurança apurou o Dr. Ricardo Jorge. Consignamos aqui uma das declarações de Manoel Fernandes Villa Real na Inquisição de Lisboa, que nos revelam alguns aspectos do quadro depois da Revolução de 1640:

«Declaro que, estando em Ruão para vir para Paris, nos principios da quaresma de 1648, me disse FRANCISCO RODRIGUES LOBO, que se eu queria praça em sua carroça, que lhe faria mercê em acceital-a. Eu o fiz assim, e vim em sua companhia, sendo que *haviamos sido grandes inimigos*, porque elle foi um dos que mais contradisse o officio de Consul e seu estabelecimento. Chegando a Paris o veiu vêr Jorge de Sousa da Costa, por ser grande amigo seu, e haver estado pousado em sua casa, quando foi a Ruão.

«E mandando-lhe uma empada de lampreia e ostras,

Em 1716 appareceu pela primeira vez em nome de Francisco Rodrigues Lobo o incompa-

---

lhe disse que mandava bom regalo *a um homem que se ia para a Hollanda;* mas que pois eu a havia comido, lhe dava d'ella os agradecimentos. Pediu-me que *não dissesse ao Marquez* (de Niza) *da sua ida*, pelo muito que havia louvado o seu procedimento, em odio meu, porém eu fiz o que devia e o que costumava, dizendo ao Marquez — que se passava, como fiz sempre de tudo o que tive noticia...» Ap. *Summ. de Varia Hist.*, (Idem, v, 108.)

«Declaro que o Officio do Consul, de que sua Magestade me fez mercê, foi causa de que tenho muitos inimigos em Ruão e Nantes, como sabe o Marquez de Niza. E peço queira ver-se a carta que elle escreveu a S. M. em Abril de 1646, sobre este particular, a qual entendo está entre os meus papeis, ou elle dará a copia, e dirá juntamente o que passou em Nantes com *os Portuguezes que alli estavam: pois uns e outros dizem que são naturalisados francezes, e que não reconhecem a El Rei nosso senhor por seu rei.* Por esta causa e outras palavras descompostas que usavam, disse eu em Ruão a FRANCISCO RODRIGUES LOBO, e os outros, que os havia de deitar por uma janella, se fallassem diante de mim com aquelles termos e ruins modos.» (*Ap. Summ. de Varia Hist.*, v, 109.)

«N'esta occupação (liquidação e balanço de uma casa commercial de um portuguez em Paris) e em tudo o mais do serviço de S. M., estive em Paris até findo janeiro de 1648, que fui a Ruão, adonde estive ajustando as contas d'aquella casa, e me tornei a Paris, meado da quaresma, em companhia de FRANCISCO RODRIGUES LOBO.» *(Ib.,* p. 94.)

«Na semana santa do mesmo anno (1640) emendei no Poema que fez Manoel Thomaz, da ilha da Madeira, intitulado *Phenix da Lusitania, e Restauração de Portugal* — a instancia do auctor, e do Dr. Paulo de Serra, que tinha a seu cargo a impressão do dito livro. E fiz a dedicatoria d'elle a Gaspar Severim de Faria.» *(Ib.,* p. 102.)

ravel Soneto, *Formoso Tejo meu, quam differente*, no primeiro tomo da *Fenix renascida*, glosado em Outavas pelo poeta culteranista Antonio Barbosa Bacelar. Sob a impressão d'essa leitura é que o Bispo do Gran-Pará, nas suas *Memorias* alludindo á desgraça que victimou o poeta, termina: «Morrendo, dizia talvez, inspirado de melhor nume:

Formoso Tejo meu, quam differente...»

Serão estes factos fundamento bastante para attribuirem a Rodrigues Lobo o bello Soneto que já andava em nome de outros poetas que o precederam, taes como Estevam Rodrigues de Castro, Fernão Alvares d'Oriente, Francisco Mendes e Henrique Nunes de Santarem? Reconhecendo que o primoroso Soneto só podia ser composto por um lyrico genial, D. Carolina Michaelis, o Dr. Wilhelm Storck e o Dr. Ricardo Jorge, sob esse criterio subjectivo encabeçam-o a Rodrigues Lobo, pretendendo expungil-o da obra de Camões. Levados unicamente pela belleza, não se preoccuparam com a situação material descripta no Soneto, e que lhe authentica a sua verdade historica.

O poeta, que até á sua morte cantou com todo o affecto o seu rio *Lis* e o patrio *Lena*, não ia tomar o Tejo para paradigma da sua vida, mentindo ao ideal, chamando ao rio que lhe era extranho — *Formoso Tejo meu*, e em época em que permanecia habitualmente em Leiria. Rodrigues Lobo morreu novo, e as suas decepções amorosas

estavam já acalmadas em 1610, quando publicava *O Condestabre*, entregando-se em 1616 ao estudo dos textos quinhentistas, e em 1618 ao trabalho de erudição da *Corte na Aldeia*, e conformado com a corrente dos acontecimentos da vida nacional, celebrando em 1619 nos numerosos romances castelhanos a vinda de Philippe III a Lisboa. A situação moral do Soneto é incompativel com o que nos revela a biographia de Francisco Rodrigues Lobo.

Em nome de CAMÕES apparece pela primeira vez publicado em 1861, pelo visconde de Juromenha (*Obras*, t. II, n.º CCCXXXIII), que declara a respectiva fonte: «Este Soneto vem em um Ms. com o titulo: *Soneto de* LUIZ DE CAMÕES *a hum Velho fallando com o Tejo.*» Condiz a situação moral do Soneto com a desolação dos ultimos annos da vida do épico; e o quadro objectivo da *grossa enchente* do Tejo *turvo* invadindo os vastos campos, fixa um facto historico, que é uma pagina da Vida de Camões, pouco depois da publicação dos *Lusiadas*. Escreve o visconde de Joromenha:

«Cerrou-se o anno com espantosos frios, que cahiram na derradeira semana de Dezembro, cobrindo-se tudo de gelo e coalhando-se o Tejo em Alcochete, ao longo da terra. Tal foi o anno do apparecimento dos *Lusiadas*. O anno que se seguiu em 1573, não raiou mais risonho; no primeiro de Março começou a chover tão grossa quantidade de agua, com fortes torrentes, que produziram grandes cheias; e no primeiro de

Abril foi esta tão grande que chegou o mar a cobrir toda a rua da Misericordia até ao Ver-o-Pezo, por onde nadavam grandes barcos, e durou este estado tempestuoso até 12 de Maio, que choveu consecutivamente.» (Jur., *Obr.*, I, 120) O formoso Tejo mostrou a sua alteração: «No ultimo quartel d'este anno (1575), aos 3 de Outubro começou novamente a chuva dia e noite até ao fim do mez... e houve grandes perdas na cidade, alagando-se o Rocio e a Rua Nova; logo em Dezembro houve nova cheia ainda maior, e vinham pelo rio abaixo muitos bois, bestas e outros animaes e até pessoas mortas.» *(Ibid.,* p. 122.) A figura do *Velho fallando com o Tejo,* é um reflexo pessoal do *Velho do Restello,* manifestando a forma da idealisação o sentimento de Camões; só elle, com verdade, é que podia em 1573-75, escrever:

> Formoso Tejo meu, quam *differente*
> *Te vejo e vi,* me vês a mim e viste:
> *Turvo te vejo* a ti, tu a mim triste,
> Claro te vi eu já; tu a mim contente.
>
> A ti, foi-te trocando a *grossa enchente,*
> *A quem teu largo campo não resiste;*
> A mim trocou-me a vista em que consiste
> O meu viver contente ou descontente.
>
> Já que sômos no mal participantes,
> Sejamol-o no bem. Oh, quem me dera
> Que fôramos em tudo semelhantes!
>
> Mas lá virá a fresca primavera,
> Tu tornarás a ser quem eras d'antes,
> Eu não sei se serei quem d'antes era. [1]

1 Não por ser em edição moderna (1861) a onde o

D. Francisco Manuel de Mello

Pelas particularidades da sua biographia determinam-se duas epocas da existencia, que actuaram profundamente nas modalidades do seu talento de escriptor. DisciPulo das escholas e do humanismo dos Jesuitas, frequentador enthuziasta das Academias ou Tertulias litterarias, é o seu joven espirito envenenado pelo falso gôsto do Conceptismo. Preponderava o pedantismo rhetorico no meio social, e D. Francisco Manuel de Mello obedece á corrente, dispendendo o seu genio em compôr Sylvas, Labyrintos e Obeliscos litterarios, em estylo culteranesco na inanidade das exagerações encomiasticas. Envolvido na incessante actividade das campanhas navaes, levantamento de têrços, cruzeiros e assedios, na sociedade desenvolta da côrte de Philippe IV, o cavalleiro fidalgo na sua ardente mocidade só entrevia a disciplina do seu espirito conhecendo de perto D. Francisco de Quevedo, de que tanto se

---

«*Soneto vem adjudicado a Camões*», que essa restituição com fundamento historico se possa considerar «*leviandade de attribuir ao épico a obra de feitura alheia*»; nem «*furia expropriadora em favor do épico*»; e muito menos a «*[illegible]dencia mixta de ingenuidade de criterio e de paixão idolatrica*». Assim fallou o Dr. Ricardo Jorge, concluindo: «É uma pagina escura para a nossa historia litteraria antiga e moderna.» Para attribuir a Francisco Rodrigues Lobo o primoroso Soneto, é preciso apagar-lhe a realidade historica, que se documenta, e lêl-o como uma ficção de effeito estylistico e sem *verdade*.

aproximou d'aquella singular individualidade; mas um accidente, que se tornou o facto capital da sua vida, forçou-o á concentração moral, á intensa vida de espirito pela situação forçada de nove annos continuos de carcere e isolamento; o estylo arrebicado tornou-se de uma encantadora naturalidade, o sentimento vivo e communicativo, a inspiração unisona com a expressão da dôr vergado sob o arbitrio da prepotencia irresponsavel. Foi n'esta crise tremenda e prolongada, que elle se tornou um delicado poeta renovando a tradição do puro quinhentismo do gôsto mirandino e camoniano; um prosador espontaneo, vigoroso, de empolgante vernaculidade, ingenuamente faceto para as especulações moraes, sobriamente pittoresco nas narrativas historicas. Menendez y Pelayo notou esta evolução do seu genio: «Empezó por el Culteranismo y por el Conceptismo y acabó por el decir llano y popular y por la mas encantadora y maliciosa sensillez...» (*Hist. de las Ideas esth.*, II, 416.)

Em uma das suas Cartas familiares escrevia: «Dizem lá, que: — aonde me a mim conhecem, honra me fazem. — Mas eu digo o contrario, tendo termo de que anda errado este proverbio; porque sempre me fizeram mais honra onde menos me conheceram.» (*Cart.*, Cent. I, n.º 66.) Isto desabafava na angustia de um carcere a arbitrio; porem o seu genio fulgurava para a immortalidade para tornal-o conhecido, admirado, e elle o presentia, dizendo: «*a falta da liberdade da pessôa não se estende ao espirito.*» (*Ib.*, Cent.

I, n.º 68.) É essa liberdade do espirito é que eleva toda a sua obra, acima das influencias do meio depressivo.

D. Francisco Manuel de Mello obedecera ao influxo hespanhol, escrevendo em castelhano uma parte das *Obras metricas,* em que ensaiou todas as formas, desde o romance mauresco, as *jacarillas* ou xacarandinas postas em moda pelo seu amigo Quevedo, até aos Madrigaes italianos, os tônos e os primeiros rudimentos da Opera. Porém nas segundas tres *Musas de Melodino* reagiu contra a subserviencia do estylo e lingua castelhana, rompendo com os ensaios culteranistas, imitando Sá de Miranda especialmente nas redondilhas: «Uma só cousa vos lembre, que me deveis esse grande desejo de ressuscitar o grave estylo dos nossos antepassados. Não aquelles cuja aspereza já para muitos foi desagradavel, como no antigo Mena condemnou o grande Sá; mas aquelle outro, d'onde, como o diamante que reluz por entre os diamantes da luva, vae scintillando por entre as phrases naturaes engraçadas e facilissimas. Se minha attenção fôra allegar-vos serviços, e ainda á minha patria, bem pudera dizer-vos que afim de vos renovar este interesse, da formosa imitação da antiguidade, passei mil descontos com meu natural, que o prendi e sopeei, a trôco de seguir aquelles nobres exemplos.» Este esforço, que o aproxima da tradição popular, tornou-o o perfeito lyrico do seculo XVII. As suas *Eclogas* e *Cartas* em redondilhas têm a graça desaffectada recebida de uma superior com-

prehensão de Sá de Miranda; serve-se tambem dos Motes velhos e de Cantigas populares para glosar *pelo modo antigo.* No seu *Canto de Babylonia* hombreia com Camões nas redondilhas em que paraphraseou o psalmo, quando naufragou na foz do Mecon. No bellissimo *Auto do Fidalgo aprendiz,* que se representou no paço, e em que adivinhou o thema universalisado por Molière, mais tarde no *Bourgeois gentilhomme,* o poeta apropria-se da forma do Auto nacional, creado por Gil Vicente. Emfim, ha um manancial de poesia, em que se vivifica, é a tradição popular, a que por vezes allude, como no conto da *Maria sabida,* da *Carochinha,* como os romances da *Silvana,* da *Infantina,* da *Angelina glarcisa* e *Gaifeiros,* os Adagios, as locuções vulgares da *Feira de Anexins,* que matizam os *Apologos Dialogaes,* e a *Carta de Guia de Casados,* revelando o sentimento nacional na observação dos costumes domesticos.

E esse estylo assim formado vinha dar corpo ás recordações historicas, que o isolamento pavoroso em uma torre sombria no mar lhe avivava na mente, escrevendo as emocionantes narrativas das suas *Epanaphoras,* e a concepção historica de um Thucydides, no quadro vigoroso das *Guerras da Catalunha.* Ninguem na Europa o egualou n'essa penetração das causas moraes dos factos, com o criterio apprendido na realidade da vida, como parte activa nas revoluções, como victima dos prepotentes, como prudente nas missões diplomaticas, e como excellente poeta com o dom

de animar o que se passou ante os seus olhos ou o impressionara profundamente. Philarête Chasles avalia superiormente a *Historia das Guerras da Catalunha:* «Vê-se alli uma nação selvagem combatendo pelos seus direitos, governando-se a si propria, completamente republicana pelos costumes, catholica pelas crenças, monarchica pelo habito, muitas vezes esmagada pelo inimigo, mas nunca abatida. — Os personagens do drama collocam-se todos em relêvo, conheceil-os; estaes a ouvil-os; acha-se ali o movimento dramatico de Thucydides e de Herodoto, sem esforço, sem imitação da antiguidade. Circumstancias analogas, produzem resultados communs; esses homens proferiram esses discursos assim; comportaram-se por esse modo; verdade, pujança, eloquencia, interesse energico sobre o theatro acanhado, pintura animada dos costumes catalães; axiomas politicos deduzidos naturalmente do conflicto das paixões e do curso dos acontecimentos, estes meritos numerosos deveriam ter fixado a attenção de um livro, que desgraçadamente appareceu pela primeira vez em Portugal, em um paiz então pouco litterario, e que se precipitava rapidamente para a decadencia.» *(Voyage d'un Critique, Espagne,* p. 283.) Os hespanhoes contam D. Francisco Manuel entre os seus escriptores classicos. Por estes traços geraes se reconhece quanto importa fixar as particularidades d'esses dois aspectos da sua vida, pela reflexão na obra do poeta e do moralista.

A sua actividade litteraria mistura-se com a

participação da vida publica, dando isto essa superioridade que primeiro se observou nos escriptores inglezes, e em França na epoca da Fronde.

1.º *Data authentica do seu nascimento.— Educação jesuitica e vida soldadesca.—Actividade incessante nas Armadas.—Combates, naufragios, e intrigas da côrte.* (1608 a 1641.)— Andou sempre errado o anno em que nasceu D. Francisco Manuel de Mello, até que, pelo Livro dos Baptisados da Freguezia de Santa Catherina (fl. 132 V) ficou determinado o anno de 1608, em Novembro; [1] embora seja omisso no assento parochial o dia, refere-se o poeta a 23 de Novembro, dia de *S. Clemente:* «Sendo *Clemente* o Santo titular do meu nascimento», como declara nos *Apologos Dialogaes,* (p. 402). Nas *Epanaphoras,* recordando o verso de Camões que dignifica Lisboa, escreve: «Chamou com elegancia o Poeta portuguez Princeza das Cidades do mundo *á nossa insigne Cidade de Lisboa, minha Patria.*» (p. 157.) Seu pae D. Luiz Manuel de Mello, (filho de D. Francisco Manuel de Mello, que serviu na India, Alcaide-mór de Lamego, e morgado da Ribeirinha por successão de seu tio Ruy Pereira da Camara, na Ilha de S. Miguel), [2]

1 Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Mello,* p. 12. É um estudo biographico fundamentalmente documentado e com importantes descobertas. In-8.º grande, de xxxv-614 pag. Coimbra. 1914.

2 Na *Epanaphora amorosa,* em que D. Francisco Manuel de Mello se dá por descendente de João Gonçalves

casou em 9 de Fevereiro de 1604, nos Paulistas, com D. Maria de Toledo Maçuelos, filha de D. Isabel Corrêa de Leão e neta do *chronista* Duarte Nunes de Leão. Apesar de recentemente casado, já em 1606 teve a primazia nos fastos da Armada, que era commandada pelo general D. Luiz Fajardo. Chronista eximio e militar denodado serão as capacidades predominantes n'este primogenito, que brilhou na sua epoca e sobrevive na historia. Em 3 de fevereiro de 1610, nasceu uma filha, D. Isabel. O lar domestico em breve perdeu as suas alegrias; D. Luiz de Mello teve de se ausentar de Lisboa, partindo para a Ilha de S. Miguel, em 1612, onde vivia seu pae, e ahi faleceu repentinamente em 13 de Fevereiro de 1615, succedendo D. Francisco Manuel a seu avô no morgado da Ribeirinha. Escreve elle: «*desde los primeros años, con mi padre me faltó quien me disposiese a los empleos* dignos de los hombres de bien. *La liberdade* mejor que otro respeto *me truxo mas presto a la vida de las armas* (si

---

Zarco: «razão he que eu me conte em a propria lista de seus successores, não com menor obrigação, que alguns que tenho referido; pois tirando os que possuem os morgados de suas baronias, sou eu quem gosa o mayor morgado da familia dos Camaras, instituido por Antão Rodrigues da Camara, que foi materno avô de meu avô paterno, e neto de João Gonçalves da Camara, filho de seu segundo filho Ruy Gonçalves, senhor da Ilha de S. Miguel, donde fundou (mas não menor) a segunda casa titular d'este apellido, e donde Antão Rodrigues da Camara ficou bem herdado.» (*Epanaphoras*, p. 443.)

tal inquietud se puede llamar vida): de dizisiete fuy soldado, seguila hasta aora.» *(Cartas*, Cent. II, n.º 50.) Estes dados encerram a psychologia da sua biographia. Aos doze annos foi internado no Collegio de Santo Antão, em 1620, sob a disciplina premente do ensino dos Jesuitas, e ao terminar o seu curso de humanidades, teve a reacção juvenil da independencia natural, e sem consciencia da liberdade, seduziu-o o movimento e o desvairamento da vida militar, a qual, até á apathia de encarcerado, foi um turbilhão de tremendos e imprevistos acontecimentos. O quadro da educação humanista de D. Francisco Manuel, acha-se bem definido na *Côrte na Aldeia*, como o typo pedagogico da sua época: «E começando da *Grammatica*, das linguas, que é o primeiro degráo das letras, ou como disse um auctor grave, a primeira porta por que se entra a todas as sciencias, com cujo beneficio ellas se conservam e se perpetua a memoria das cousas. — O segundo degráo d'esta escada é a *Logica*, arte que ensina a distinguir e fazer a differença do falso ao verdadeiro, do torpe ao honesto, e como o entendimento é causa do obrar, assim é ella do entender. — Reduzindo a dez cabeças ou Predicamentos toda a variedade de cousas que o mundo tem, achado o verdadeiro modo de distinguir todas ellas, e descobrindo os generos, especies, differenças, substancias e accidentes, esta ensina diversos modos de arguir, provar e sustentar o que concebemos no entendimento. — Aristoteles, Scoto e outros lhe chamam sciencia e instrumento

de saber... O terceiro logar é da *Rhetorica,* que ensina a fallar bem e a persuadir aos ouvintes com razões bem concertadas, ao intento do que pratica, não fazendo o fundamento na verdade do que diz, se não no concerto e semelhança de razão, com que obriga e move;... passarei á *Poesia,* arte tão nobre e desejada, que trabalhando sempre os invejosos por escurecer *seu prêço,* lhe não puderam tirar *o que hoje tem na opinião e exercicio dos principaes senhores de Hespanha,* e basta para o seu grande valor ser conhecido, ter n'ella fundamentada a *Philosophia...* Passarey á *Mathematica,* e como a parte principal d'ella é a *Geometria,* arte tão excellente e tam necessaria ao cortezão, que favorece todas as partes que n'elle se requerem — e que é necessaria para a conquista de todas as disciplinas, favorecendo a arte militar no formar dos campos, dispôr os esquadrões, recolher e dividir as companhias, sustentando a *Cosmographia* com suas medidas, a *Architectura* em suas proporções, a *Arismetica* e *Musica* em seus numeros, grandezas, medidas, corpos, pezos e todas as cousas que d'ellas se compõem... Atraz d'isto segue-se a sua companheira a *Astrologia,* sciencia tão levantada, que penetra da terra o segredo das estrellas... E passando d'esta á *Philosophia...* repartindo attributos seus pelas cinco partes em que se divide, *Fisica, Ethica, Economica, Politica* e *Metaphysica.*» Rodrigues Lobo descreve estas sciencias com todo o dogmatismo formalistico, que dava a pompa palavrosa das Escholas. Foi

n'esta atmosphera pedagogica do Collegio de Santo Antão afamado que D. Francisco Manuel de Mello carregou o cerebro juvenil com a volumosa Grammatica latina decorada materialmente pelo methodo *alvarista* com a longa e jesuitica syntaxe, ampliada com *Chôrros*, Cartapacios e Promptuarios e mais adminiculos. Mas o seu temperamento poetico resistiu ás indigestões de exametros insulsos da *Sylva* e á terminologia da dialectica. Foi um dos seus mestres o P.e Balthazar Telles na aula de Philosophia, deixando-lhe a impressão de um *Aristotelles*, e recordam-se d'elle com respeito: «Pelo que é universalmente reverenciado dos melhores mestres e discipulos d'aquelle mundo (o Brasil), *como eu sou testemunha de vista...*» (*Cartas*, Cent. III, t.) Ahi se lhe acordou o interesse pela Mathematica, escrevendo em 1625 um caderno sobre *Concordancia*, ensaiou-se na poesia ou versificação, esboçando *Las finezas mallogradas*, Outavas á *Restauração da Bahia*, e cultivou a musica, que tratou com enthuziasmo depois no curto periodo em que brilhou na côrte de D. João IV.

A educação jesuitica apparentemente fecunda e louvada por humanistas protestantes, deveu os seus resultados pedagogicos ao systema do *internato*, que o instituidor da Companhia observou praticamente quando foi alumno do *Collegio de Santa Barbara* sob o principalato dos Gouveias. A vida automatica das classes, sob a presença dos mesmos professores que dirigem os alumnos nas varias disciplinas, o exercicio material da memo-

ria excluindo toda a iniciativa do espirito e da critica, não creava intelligencias, mas naturezas *passivas*, que eram exemplares emquanto sob a ferula orbiliana, mas que ao libertarem-se destrambelhavam nos primeiros annos da sua libertação. Isto se observa em D. Francisco Manuel precipitando-se ao 17 annos na vida livre e tempestuosa da militança, procedendo capciosamente entre Philippe IV e D. João IV (1637-1641) e soffrendo sem impeto de revolta contra o despota que violando toda a justiça o conserva nove annos em carcere duro (1644-1653). Essa educação jesuitica imprimiu na sua intelligencia apenas o interesse pelas curiosidades anecdoticas dos *Loci communes* da erudição humanistica, que já no seculo XVII entrava na renovação critica.

O môço fidalgo e fidalgo escudeiro quiz a sua liberdade, para ir sacrifical-a á vida militar; sentou praça em 1626, na Gente de Mar e Guerra, na Companhia dos Aventureiros, de que era capitão Diogo de Mendonça Furtado, de uma das galeras hespanholas surtas no Tejo, estacionando sob o commando de Alonso de Castillo. Lisboa estava então ameaçada da proxima chegada de uma Armada ingleza, para piratear por ordem de Carlos I, na sua hostilidade contra Hespanha desde 1623, contando com o auxilio da Hollanda. O ataque tinha tambem por objectivo Cadiz e San Lucar; e livre de perigo, a galera em que servia D. Francisco Manuel saíu em guarda da costa. A edade e a tradição fidalga enthuziasmava-o pelo ideal que formulou na *Côrte na Al-*

deia Rodrigues Lobo: «que a honra se apura e sustenta mais na guerra que na côrte e nas escholas — porque a honra, o sêr, o prêço e a riqueza de um soldado não consiste no apellido da sua familia, na herança de seus avós, na riqueza e morgado de seu pae, nem outros juros tenças e rendas de que tenha esperança, se não na opinião em que está tido entre os amigos e contrarios, segundo seu valor e merecimentos. — Só o soldado é filho de suas obras e se pode chamar honrado por si mesmo, sem por roubo, emprestimo ou herança se chamar nobre; porque os que de nascimento o são, e pelas armas o merecem ser, assim honrão, a seus passados melhoram, e a seus descendentes obrigam. E os que de principios humildes chegaram por seu braço a merecer titulos, grandezas e senhorios, dão felice principio a sua familia e tambem a reinos...»

Era este o espirito do seculo XVII, creado n'essa agitação da Guerra dos Trinta Annos, *La bonne aventure*, da audacia do militarismo mercenario e da exploração dos commandos jogando ao acaso das victorias, servindo os allemães, e flamengos, os hespanhoes ou os francezes sob os palpites da sorte. O bravo homem de guerra era segundo a expressão do tempo *un beau joueur*. Esta a carreira que mais sorria á mocidade aristocratica, e que fascinou D. Francisco Manuel de Mello.

Ia ser arrebatado na vida activa. Nos serviços militares portuguezes, depois da derrota de D. Sebastião, as *Commendas*, que se obtinham em tres

annos de serviço militar em Africa, substituiramse pelo serviço de cruzeiros maritimos das costas, de cinco annos. Foi por esta circumstancia que o joven fidalgo serviu de soldado em uma das seis galeras hespanholas que estacionaram no Tejo, (1626), embarcando no anno seguinte na Armada da Corôa de Portugal, sob o commando de D. Manuel de Menezes, (24 de Septembro de 1626); viagem que durou cinco mezes. Observa elle: «em a *edade pueril antes que juvenil* em que me achava, me deu mais azas que forças.» (*Epanaph.*, 226.) A Armada da Corôa, de que era general D. Manuel de Menezes, uma grande figura de antigo portuguez, foi bordejando pela costa á espera das Náos da India. Por ordem regia partiu a Armada para a Corunha, onde já se achavam as Náos da India, e vindo com ellas para o reino, ao partir assaltou-a um tremendo temporal, perdendo-se as náos Santo Antonio e S. Diogo, indo naufragar nas costas de França em 14 de Janeiro de 1627.

Nas paginas das *Epanaphoras,* escriptas na intensidade das suas reminiscencias de encarcerado, traçou D. Francisco Manuel de Mello a narrativa d'esta catastrophe, que então se equiparava quasi á de Alcacer-Kibir. Aqui as transcripções tem o merito da emoção autobiographica e da revelação da belleza do estylo do potente escriptor, fazendo prevalecer a lingua nacional sobre o desnaturado castelhano:

«Ao longo da praia de Arcajona, que se dilata entre a Concha de S. João da Luz até Bor-

déos, cidade principal da Gasconha, foram tomando logar de sepultura nossos navios, e os Portuguezes que n'elles navegavam.» (*Ib.*, p. 226). Em 9 de janeiro de 1627 já tinha naufragado a Almiranta de Portugal, attribuindo-se as successivas desgraças aos conflictos entre o Almirante Antonio Moniz e o general da Armada D. Manuel de Menezes. Da situação da Capitania, em que se achava D. Francisco Manuel, escreve elle pittorescamente: «Seguiu-se ao cortamento dos mastros, o desfazer as obras mortas, com egual lastima que confusão, por serem todas de entalhamento precioso; ficou assim o navio mais leve; posto que eram desordenados os balanços que dava continuamente, e de tal sorte, que nem atados os homens podiam passar de um bordo a outro por acudir ás fainas necessarias. Agua do fundo vinha por instantes subindo e vencendo o navio, já cativo de seu pezo; o que obrigou a se não parar toda aquella noite com bombas e gamotes, nas quaes só tinham posto a esperança do humano remedio.

«Qual fosse a noite, sendo das longas do inverno, e em altura grande, poderá bem considerar quem se haja visto em semelhante fortuna. Toda se passou em confissões, votos e testamentos; outros mais previdentes que piedosos, em fazer jangadas e prevenir artificios, donde pudessem lançar-se ao mar no final aperto, que por instante aguardavam. D. Manuel, não ignorando o risco em que se via egual e commum ao de qualquer outro, mostrou sempre animo inteiro...

Sou bem lembrado de hũa notavel cousa, a este proposito, por haver eu n'elle tambem sido parte. —Assisti com D. Manuel quasi toda a noite d'aquella tribulação, por que lhe devia amor e doutrina; e querendo elle mudar de vestidos, como todos a seu exemplo fizemos, ornando-se cada qual do melhor que tinha, porque morrendo, como esperava, fosse a vistosa mortalha recomendação para a honrada sepultura. Em meio d'esta obra e consideração a que ella excitava, tirou D. Manuel os papeis que comsigo trazia, entre os quaes abriu hum, e voltando para mi (que já dava mostras de ser affeiçoado ao estudo poetico) me disse socegadamente: —*Este he um Soneto de Lope da Veiga, que elle me deu, quando agora vim da Côrte; louva n'elle ao Cardeal Barbarino, legado á latere do Summo Pontifice Urbano VII.* A estas palavras seguiu a lição d'elle e logo seu juizo, como se fôra examinado em uma serena Academia; tanto que, por razão de certo verso, que parecia ocioso n'aquelle breve poema, discorreu ensinando-me o que era *Pleonasmo* e *Acirologia,* e no que differiam, com tal socego e magisterio, que sempre me ficou viva a lembrança d'aquella acção como cousa muito natural, sendo tudo explicado com tão boa sombra, que influiu em mim grande descuido do risco...» Em outro logar d'esta *Epanaphora,* [1] faz D. Francisco a biographia litteraria de D. Ma-

---

[1] *Epanaphoras*, p. 248 e 249.

nuel de Menezes, que tanto influiu no seu gôsto poetico: «Amava a Poesia, e d'ella antes a Poetica que a versificatoria; o que procedia de ser nos versos (que talvez provou a fazer) infelicissimo, quão pratico nos preceitos da Arte, assim no modo Lirico como no Comico, Satirico e Epico. O seu auctor latino era Tacito, o grego Thucidides; e dos Poetas vulgares estimava pela variedade Ariosto, confessando sobre os heroicos a eminencia do nosso Camões.»

Fallando d'este naufragio em S. João da Luz, escreve D. Francisco Manuel: «as mulheres mais principaes, e as donzellas mais recatadas discorriam pelas largas e soberbas arêas, obrando com os naufragantes singulares acções de conforto, com tal affecto como se cada hum d'aquelles miseros, que jamais haviam visto, fosse seu filho, irmão ou esposo. — Poderei mais que algum outro dar razão d'este successo; porque eu já pela pouca edade em que o padeci, o sentisse menos, ou por particular mercê divina eu me achasse em melhor disposição que outro algum dos escapados, fui encarregado do entêrro dos mortos; os quaes deram carga a noventa e seis carros, que para os conduzir ao povo me foram remettidos.» *(Epan.*, p. 255.)

Da impressão produzida por este naufragio diz ainda: «cuja perda n'aquelle tempo, quizeram os mais republicos se pudesse avaliar neste Reyno pela mayor que elle padeceu despois da d'El Rei Dom Sebastião.» *(Ib.*, 259.) Relata as perdas: «*Duas náos da India,* que segundo

o melhor computo, importavam aquelle anno tres milhões; n'ellas mais de seiscentos homens, com a melhor marinhagem de sua carreira; sincoenta e duas peças de bronze que por ambas se repartiram. — A *Almiranta* de Portugal, notavel navio de quarenta canhões, quinhentos Infantes, o almirante Antonio Moniz, todos os fidalgos e homens de posto; o *Galeão San Joseph*, de trinta peças, um capitão com quatrocentos homens; o *Galeão S. Filipe*, de vinte e outo peças... A urca *Santa Isabel*, de vinte e seis peças, e com ella duzentos companheiros, que eram a flor da nossa Infanteria. A Capitania de Portugal, que foi em seu tempo o mais real e possante navio que navegava, com a maior parte dos fidalgos e officiaes d'elle, sessenta peças, quatrocentos e setenta e nove pessoas...» *(Ib.,* 260.) Esta enorme catastrophe foi attribuida ás rivalidades dos dois commandantes superiores, sendo certo que D. Manuel de Menezes, regressando a Portugal, morreu do desgosto ao fim de um anno em 28 de julho de 1628.

D. Francisco Manuel de Mello depois do naufragio visitou Madrid pela primeira vez, não por curiosidade de rapaz, por que a angustia de sua mãe só se tranquillisava com a sua volta a Lisboa, mas para acompanhar o seu general, que com tanta distincção e bondade, quasi paternal o tratava. Depois do regresso a Lisboa, ainda em 1627 compoz doze Sonetos em castelhano, que dedicou a D. Jeronymo de Athayde, ácerca de D. Inez de Castro. É uma folha de 16 pagi-

nas, in-8.º com o titulo *Doze Sonetos por varias acciones en la muerte de la Señora D. Ines de Castro mujer del Principe Don Pedro de Portugal.* Em Lisboa. Anno 1628. Diz na dedicatoria: «Vão buscar não applauso, mas emenda estes doze Sonetos, que escrevi na morte da Senhora Dona Inez de Castro, que ainda n'esta acção parece que lhe alcançou a tão mal merecida desventura, d'ella se façam isentos na mão de V. m. a que Deus guarde. De casa. Sabado. *D. Francisco Manuel de Mello.*» Os Sonetos são de um exagerado culteranismo, e bem revelam a impressão do poema *La Iffanta coronada* por El-rei D. Pedro — Dona Inez de Castro, em seis cantos e outava rima por D. João Soares de Alarcão, em Lisboa em 1606. É um apontoado de versos sem sentimento nem imaginação, agravado por um exagerado culteranismo. Veiu acordar o interesse pelo assumpto mais poetico da litteratura portugueza, que inspirou outro poemeto das *Saudade de D. Inez de Castro*, com mais valor.

Na *Harpa de Melpomene* o confessa: *el affecto a los versos es tan antiguo en mi como la razon.* Era simplesmente o prurido das rimas e das comparações e figuras do gongorismo; era uma prenda caracteristica dos antigos fidalgos. Mas quão longe estava ainda do sentir e comprehender para além dos versos o que era a Poesia. O discipulo das humanidades jesuitas, abusava do artificio dos acrosticos, segundo as formas exquisitas das estrophes, e o emprêgo da lingua castelhana empurrava-o para a pomposa sono-

ridade. Por isso elle proprio regeitou esses *Doze* frios e inexpressivos *Sonetos do caso de D. Inez de Castro;* seriam precisos os profundos soffrimentos moraes, para que n'elle vibrasse a verdadeira emoção humana, ainda assim moderando-lhe os impetos. Foi forçoso libertar-se da obsessão da lingua castelhana, para se revelar toda a pureza da sua dicção poetica.

Na primavera de 1629 embarca D. Francisco Manuel na Armada da guarda costa d'aquelle anno, e a esperar as Náos da India e a Frota do Brasil. D. Francisco Manuel embarcado na urca S. Salvador, acha-se no combate com um baixel turco de piratas, que se lhe escapa por mais velleiro. Foi depois d'este lance que pediu ao general Tristão de Mendonça Furtado que o armasse cavalleiro. O general accedeu: *«eu o armei com todas as cerimonias costumadas na ordem da cavall'eria.»* (Doc. n.º 9.) Este facto merece memorar-se, não tanto pela preoccupação que vemos constantemente ter D. Francisco em tirar nota official dos seus serviços e haurir de todos os beneficios, mas que foi este general o que em Rotterdam em Agosto de 1641 tirou D. Francisco Manuel da lealdade jurada a Philippe IV, que o nomeara em serviço de Mestre de Campo em Flandres. Torna-se por esta antiga relação de 1629 explicavel o prestigio exercido em Agosto de 1641 pelo embaixador portuguez, que contratara a Armada que D. Francisco Manuel commandou a seu pedido ao soccorro de Portugal.

D. Francisco Manuel era incansavel no seu mister de pretendente, approveitando Memoriaes, requerendo certidões, pedindo atestados. N'este ponto excede Tolentino na pedinchice, mas sempre fidalgo altaneiro. Da côrte de Madrid escrevia em 6 de Julho de 1634, a D. Lourenço de Athayde, promettendo-lhe uma Comedia: «Las Damas, los grandes, todo el mundo favorece este empleo: *era-me pretendiente;* mal estado de humas para burlas y donayres.» (Cart., Cent. v, n.º 3). O meticuloso biographo de D. Francisco Manuel, que publicou numerosos documentos ineditos das suas petições e pretenções, chega a concluir depois de expôr a sua viagem a Madrid por licença de 20 de Janeiro de 1637: «É forçoso confessar, que o nosso biographado foi um pertinaz pretendente. Já tinha allegado os seus serviços n'esta Armada de 1629 e em premio d'elles recebera o habito de Christo, mas não estava satisfeito. Tinha gasto muito dinheiro, talvez contrahido dividas, e precisava de uma recompensa pecuniaria...» (Prestage, *Op. cit,* p. 64.)

No Dialogo XIX da *Côrte na Aldeia* ao fallar da Criação da Côrte, expondo o influxo do trato das Damas e da situação do pretendente, encontram-se traços que nos fazem comprehender a physionomia de D. Francisco Manuel de Mello. No serviço das Damas adquire-se «o decoro e veneração, e d'este exercicio se alcança todo o bom procedimento e perfeição corteză que pode desejar o homem bem nascido; porque sobreleva

muyto do ponto do serviço real, e com muitas vantagens faz a um cortezão discreto, cortez, adestrado, galante, airoso, bem trajado, estremado na cortezia, no dito, na graça, no mote, na historia e galanteria: este o faz ser bom ginete nas praças, bem visto nas salas, bem movido nos saráos e bem acreditado nos ajuntamentos. E como o serviço das Damas é o mais apurado exame para se conhecerem sujeitos honrados, ellas graduam e auctorisam os homens e do seu voto tomam a informação para os fazer grandes na informação de todos.» Uma grande parte das poesias de D. Francisco Manuel foram compostas no serviço das Damas, em Madrid, comprazendo com o gosto dos romances maurescos e das velhas trovas de Cancioneiro; mas segundo a pragmatica do tempo, não era inferior ao serviço das Damas o exercicio de pretendente: «o soffrimento e diligencia dos pretendentes, que para tirarem fructo de seus serviços, acções e requerimentos, se accolhem ao amparo dos grandes, ao favor dos ministros, a companhia dos creados, e se sujeitam a todos os encontros e avisos que padece quem pede, sustentados no doce engano de uma esperança que lhes sae muitas vezes mentirosa.» D. Francisco Manuel de Mello foi um dos mais pertinazes pretendentes da côrte de Madrid, e Prestage desculpa-o pela época em que viveu sob o poder absoluto. Rodrigues Lobo, na *Côrte na Aldeia* faz o retrato completo do pretendente, partindo dessa mesma base: «E *como n'este tempo* os homens estão já desenga-

nados de *quam pouco valem os merecimentos* (que por elles o não serem) vieram a chamar valia as adherencias; e lhes tem mostrado a experiencia, a verdade d'aquelle rifão, que cada um dansa, segundo os amigos que tem na sala; e que só põem em pé os serviços, quem os arrima a bôa parede por mais arrastrados que andassem na opinião da gente. Já nenhum pretendente discreto faz tanto cabedal d'elles, como de Ministros que o ouçam, creados que o admittam, amigos que o alembrem, ricos que o abonem, terceiros que o cheguem e peitas que o despachem. Para que o avisado depois de fazer o signal da cruz á sua pretenção, primeiro sobre os que valem com o principe, depois d'isto os que tem logar e entrada com os privados; logo conhecer os criados mais mimosos, em sahindo da sala do valido tomal-a de empreitada, ser continuo no passeio d'elle, dando a todos a primeira cortezia, e a mais humilde seja a sua; o riso sempre na bocca, os offerecimentos na lingua, os olhos no seu intento, dar o melhor logar a todos, porque acaso não falte a algum que pode ser em seu favor, não se aparte da vista do que grangéa, faça-se encontradiço onde o veja, na egreja tomar o logar da porta, na sala a sahida, no acompanhamento a dianteira, para parar onde fique tomando os olhos do privado, para que assim ou com a continuação mereça ou com a importunação o despache; use de trajo limpo, mas não custoso... o fallar, sempre á vontade do Ministro, dizendo os amen a todas as suas orações,... fallar a to-

dos no seu negocio, porque muitas vezes acerta um de que elle não esperava abrir caminho a seu despacho; etc.» É uma psychologia completa do typo moral de pretendentes, e uma das melhores paginas da *Côrte na Aldeia;* parece que D. Francisco Manoel a estudara, porque a executa plenamente. Nenhum serviço seu deixou de ser relembrado em attestados, declarações e requerimentos continuos, auxiliado pela sua esbelta e garbosa figura de militar, sua valentia provada, o seu imperio pela inquebrantavel cortezia fidalga, pelos seus talentos poeticos e sentimentalidade que o prestigiava junto das damas da côrte dissoluta de Philippe IV. Por esses provimentos e despachos, informações e requerimentos, se constitue o quadro biographico do homem publico.

«Eu El Rey, como Governador, etc. Faço saber que avendo respeito a Dom Francisco Manoel de Mello fidalgo de minha Casa ter servido em duas Armadas da Corôa de Portugal, hũa d'ellas do anno de 626 que fez naufragio na costa de França, e a outra de 629 achando-se nas peleijas que teve com duas náos de turcos e assim em outras ocasiõis e ao serviço que Dom Luiz de Mello seu pai já falecido fez na Armada do anno de 606 de que foi general Dom Luiz Fajardo cuja ausão lhe pertence por sentença do Doutor Simão Soares que foi Juiz das Justificações de sette de setembro do anno de 629, hey por bem de lhe fazer mercê que servindo elle mais em duas Armadas efetivas da Corôa de

Portugal que não sejão de menos tempo de quatro meses cada huma, se lhe aja por servida hũa Commenda e que lhe lancem logo o habito da Ordem de Xp.º e averá effeito o despacho em que lhe mandei responder pelos dittos serviços em Carta de trinta de junho do anno passado de 1632; para o que se porá nella a verba necessária pelo secretario Francisco de Lucena, em cujo poder está, e de como fica posto passará certidão ao pé desta portaria antes de se fazer obra por ella, e por me constar por certidão de Francisco de Lucena ficar posta a verba na carta assima referida, lhe mandei passar o presente Alvará que lhe mandarei cumprir e goardar inteiramente como nelle se contém, e valerá como carta etc. posto que seu effeito aja de durar mais de hũ anno, sem embargo de qualquer provisão ou regimento em contrario, e se comprirá sendo passado pela Chancellaria da Ordem. Balthasar Gomes o fez. Em Lis.ª aos 11 de dezembro de 634. Manoel Pereira de Castro o fiz escrever. Rey.» [1]

No meio d'esta vida activa, observa o perspicaz biographo do poeta: «De 1629 até 1633 ha quasi uma lacuna na historia da vida de D. Francisco Manoel, e os seus escriptos não fazem referencia alguma aos seus actos durante o citado periodo, mas podemos affirmar que repartia o tempo entre Lisboa e Madrid.» *(Op. cit.,* p. 71.)

---

1 *Chancellaria da Ordem de Christo,* vol. 28, fl. 3 v.

Achamol-o em 1631 fazendo um recrutamento em Lisboa por ordem do Capitão General Duque de Maqueda; dominava então o systema do *agarrar para soldado;* levantavam-se tropas apanhando os homens novos e do povo a cordel. D. Francisco descreve-nos duas vezes este terrivel processo, que temperava, quanto possivel por uma natural bondade. Assim escreve, nas *Epanaphoras.*

Como estava ordenado que partissem oito mil infantes, e faltasse este numero, recorreu-se á violencia agarrando homens a torto e a direito: «Com tal excesso se fez a execução, que se pode affirmar foi este um dia de maiores lastimas e lagrimas que se viu em Hespanha ha muitos annos... As cadeas e grilhões que arrastavam os prezos, faziam temerosissimo estrondo; porem os alaridos e prantos das mães, mulheres e filhos que os cercavam, excedia o universal queixume dos que se viam cativos dos seus proprios naturaes e por seus mesmos irmãos tyrannisados. Nem para os ultimos abraços de perpetua despedida se lhes concedera licença, que a morte não nega em seu maior curso.» Para evitar estes alaridos foram mandados para bordo das náos, ficando ahi na mesma noite: «Ninguem estranhe a demasia com que refiro esta acção, porque sendo-me encarregado o ultimo golpe d'ella, com a embarcação que ordenei a esta misera gente, tenho ainda nos ouvidos o ecco de suas queixas e no coração a sombra de sua tristeza. Não pude escusar-me de ser um dos instrumentos d'esta ty-

rannia, offerecendo minha indisposição por desculpa.» [1] Alguns capitães, alferes e sargentos, consignaram em documento publico de 20 de Dezembro de 1638, o testemunho do seu caracter generoso e humano: «que ordenando o Mestre de Campo D. Francisco Manoel de Mello levantar o têrço para Flandres, para onde foi mandado — nos dispozemos a o acompanhar largando tudo pela fama de bom sujeito, liberalidade e outros requisitos que havemos bem experimentado, muita affabilidade no trato e honra, *sendo geralmente amado e com egual respeito obedecido*... E sabemos outro sy aver n'esta cidade ajudado a muitos soldados e capitães pobres e dado sua meza a alguns que atalhou a não deixarem o serviço real, nem cometterem vilezas a que a necessidade constrange.»

Em 13 de Fevereiro de 1636 faleceu sua mãe D. Maria de Mançoelos, e poucos dias ou semanas depois sua formosa irmã D. Isabel de Leão na flor dos seus vinte annos. D. Francisco achava-se então em Lisboa, não tendo partido para Flandres com licença; por ventura seria o motivo a gravidade da doença de sua mãe e irmã, que faleceram. O Soneto xxxxv, da Harpa de Melpomene na lição manuscripta traz na rubrica: *En las dos muertes (casy juntas) de su Madre y Hermana.* No texto da edição das *Obras metricas*, p. 59, o poeta tirou á rubrica todo o

---

1 *Epanaphoras*, p. 492 e 493.

sentido historico, substituindo-o *En las dos muertes juntas de madre y hermana;* no Soneto considera esse transe como comêço da sua ruina.

Acertar de mi mismo en tanta parte
Maldice que era errarme? Antes ha sido
Un ensayar al golpe de mi vida.

A circumstancia da morte simultanea de mãe e filha, leva a inferir que seria de febre infecciosa, por morarem na calçada do Combro, perto do Poço dos Negros onde se lançavam os animaes mortos. A vida domestica junto de sua avó era atormentada pelas execuções e odiosos tramites fiscaes a que ficara exposta a filha de Duarte Nunes de Leão. A mãe e irmã do poeta por esses abalos moraes estavam dispostas mais a estes insidiosos assaltos febris, vivendo na calçado do Combro. Diz Prestage: «Profundamente magoado pelo duplo desgosto que acabava de soffrer, *D. Francisco buscou distracção na Côrte...*» Não concordamos no motivo do seu apparecimento em Madrid, na edade em que tanto lhe podia comprazer o desvairamento da côrte devassa de Philippe IV; a sua approximação do singular espirito de D. Francisco de Quebedo, então mais uma vez afastado da côrte pela malevolencia do omnipotente valido Conde Duque de Olivares, faz entrevêr que por este meio tentava justificar a sua presença em Madrid. D. Francisco Manoel fôra a Madrid em uma missão secreta do Duque de Bragança, e em serviço da aspiração da independencia de Portugal. Authenticado este

facto. D. Francisco Manoel eleva-se como um heroe, que sacrificou a sua vida, e a figura do Restaurador apparecerá depois algo repugnante.

No 2.º *Memorial* de D. Francisco Manoel a D. João IV, ha a revelação de um facto em que recorda o ter servido secretamente o Duque de Bragança, na côrte de Philippe IV, onde era considerado: «só pela mercê de se lembrar V. Mag. para se servir de mim, me dispoz com todo o animo a fazel-o na mais e mais importante occasião, o negocio que á real Casa de V. Magestade havia acontecido.

«Vive Antonio Pereira, que era então *agente de V. Mag. na côrte de Madrid, por cujas mãos* V. Mag. *foi servido dirigir-me as suas ordens*, como me devia empregar n'aquella acção, quando no anno de 1637 succederam n'este reino as alterações de Evora. Creio tambem é vivo um Matheus Alvares, *que a V. Mag. servia n'estas jornadas*, e *as fez varias vezes á côrte, e á minha pousada, levando e trazendo segredos, e confianças.*

«Não tinha V. Mag. a esse tempo outro criado em Madrid, que Antonio Pereira, e tinha — como é de crer — muitos émulos, muitos fiscaes, e muitos olheiros para as suas acções.

«Satisfiz eu segundo meu pouco cabedal, a grande honra que V. Mag. me havia feito, dando cartas e informações ao Rei, valido, e ministros; *avisando a V. Mag. dos secretos e expedientes que se tramavam nas Juntas e Conselhos*, ácerca daquelle negocio, *conforme o observava, e por*

minha industria podia alcançar dos ministros com quem tinha sufficiente entrada; servindo-se V. Mag. agradecer-m'o por carta de 20 de — 1637.»

A aproximação de D. Francisco Manoel vinte outo annos mais novo do que D. Francisco Quevedo, exerceu uma decisiva influencia benefica no seu espirito: quebrou-lhe a impetuosidade de homem de armas, acordou-lhe o sentimento poetico e a idealisação amorosa pelo culto da galanteria. D. Francisco de Quevedo era um naufrago da vida, tendo soffrido a sua ruina pessoal em duas côrtes; o seu criterio moral era um escudo, refugiando-se nas suas especulações doutrinarias que tornavam profundos e fulgurantes os seus ditos, que se repetiam por consagração. Quantas vezes, nos transes da sua vida se sentiria lisongeado D. Francisco Manoel por se achar comparavel a Quevedo!

Em uma carta datada de Madrid em 4 de Outubro de 1636, e dirigida a D. Francisco de Quevedo *ao principio da sua amisade*, conta D. Francisco Manoel de Mello os primeiros annos da sua vida:

«Yo, Señor, sobre ser môço y viverlo entre los divertimientos de las Côrtes, donde naci y me he criado, llegué con tan certo caudal a las Sciencias, que ni tengo las letras por profession ni aun por mio el tiempo que poder gastar en su conocimiento. — desde los primeros años, con mi padre me faltó quien me dispusisse a los empleos dignos de los hombres de bien. La liber-

dad, mejor que otro respeto, me truxo mas presto á la vida de las armas (si tal inquietud si puede llamar vida,); de disisiete fui soldado, seguil-a basta aora. Ni el premio tarda, ni mis esperanças le han hallado menos. Aquel estruendo mal dexa domarse del reposo que apotecem los libros. Todavia yo hice mis robos, mas no á la obligacion, descançando con ellos las horas del descanço. — A los versos di aquelles tiempos el mejor cuidado en cuyo empleo no tuvieron poca parte los cuidados de aquella edade. No sé si por ocasion é lisonja, provè las musas affables, no las austeras, cuyo favor me hacian creer los amigos; tanto no que aun contra los precetos de Oracio yo confiasse de mi más que medianamente. La variedad de mis sucessos sobre quienes já mas pude afirmar el animo, me sacó algunas vezes no solo de mi Patria y estudios, pero de mi mesmo.»

Fallando do seu estado de espirito com umas certas tendencias para o estoicismo, confessa que uma boa parte d'essa disciplina moral deve aos escriptos de D. Francisco de Quevedo: «No paresca lisonja; mas ny porque la paresca dexaré de confessar mucha deuda en esta mudança a sus grandes escritos de V. M. donde no solo nos alumbra, con la que nos enseña a obrar, mas nos hechiza con la gallardia del instrumiento. Instetuido de nuevo en este proposito, las horas que no lleva tras si la tyrania del trato civil, en las aciones de una pretencion tan licita, que es forçosa, dey algunas a la consideracion moral, al-

gunas a la lecion varia, no pocas a la pluma...» [1]

Em principio de 1637 encontrava-se ainda D. Francisco Manoel em Madrid assistindo ao grande espectaculo da Procissão de Corpus Christi; mas em 26 de Junho já se acha prezo no Castello de S. Jorge, d'onde data cartas de 6 e 18 de Agosto aludindo á *sua causa* e *desgraças*. Seria essa prizão por qualquer vaga suspeita das suas relações com o duque de Bragança? Em 1 de Setembro data de Madrid uma carta, e em 18 deste mesmo anno de 1637: «Ir assocegar povo inquieto com pouca gente e mal disciplinada, e offerecer-se para isto, he levar as desgraças sem duvida, e contingente o successo...» (Cent. III, n.º 101.) Na *Epanaphora I* confirma D. Francisco Manoel a sua estada na côrte de Madrid quando se recebeu a noticia do levantamento de Evora: «N'este tempo eu residia na côrte, pretendendo como melhor fortuna para os negocios alheios, que para os meus proprios; e não sem alguma intelligencia e graça com grandes ministros.» Foi n'esta situação convidado a acompanhar o Conde de Linhares a Evora para pacificar o povo, por indicação traiçoeira de Diogo Soares, contrario ao Duque de Bragança; D. Francisco diz que acceitou o pezo d'esta missão «persuadido d'aquelle *grande imperio do rogo*, e confiado que os *meritos da obediencia* me dariam forças para levar uma carga tão exces-

1 *Cartas familiares,* Cent. II, n.º 50.

siva...» Era a préga jesuitica da pedinchice incansavel e obediencia passiva.

Por occasião das alterações de Evora, entenderam os amigos do Duque de Bragança que era conveniente mandar á Côrte de Madrid, onde tinha um procurador ou residente, pessôa de confiança para explicar a situação do Duque e se mesmo fosse preciso apresentar *renuncia á successão de Portugal.* O residente da Casa de Bragança em Madrid era então Antonio Pereira da Cunha; mas apesar da sua pratica de negocios, não estava á altura da situação; os amigos do Duque lembraram-lhe D. Gemes de Mello, o qual antecipando a indicação: «temendo ser elegido n'esta jornada, fez ao Duque lembrança de minha sufficiencia; accrescentando-lhe aquellas circumstancias que o parentesco e amisade, entre nós contrahidos, lhe faziam que em mim imaginasse bastante. Ajudou a occasião melhor que o juizo, seu discurso; porque neste tempo eu residia na côrte, pretendendo com melhor fortuna para os negocios alheios que para os meus proprios, não sem alguma intelligencia e graça com grandes Ministros; tudo junto foi causa de que se me confiasse o pezo de tão grande negociação, que eu acceitei persuadido d'aquelle grande imperio do rogo, e confiado que os meritos da obediencia me dariam forças para levar huma carga tão excessiva a meu talento.

«De pouco tempo eram então recebidas na Côrte as novas da alteração de Evora, quando eu, pela ordem que tinha, com cartas de Elrey,

Conde Duque e outros grandes Ministros de Portugal e Castella os informei (segundo minha instrucção) da verdade do successo, pelo tocante aos movimentos de Villa Viçosa e mais logares do Estado circumvisinhos, que era a parte que me tocava justificar. — Procurei instruir a todos os Ministros dos procedimentos de Bragança mais em modo de referil-os que de louval-os, mostrando-os de tal sorte que não podessem ser ouvidos sem ser acreditados.» [1] D. Francisco Manoel descreve as duas parcialidades dos Ministros de Portugal Diogo Soares e Conde de Linhares, e o perigo que resultava d'este conflicto para o Duque e Casa de Bragança. No *2.º Memorial* a D. João IV, refere-se ao modo como procedeu n'esta angustiosa crise:

«Foi mandado o Conde de Linhares a Evora, e eu em sua companhia a Villa Viçosa, com aquelle fim que se podia esperar podesse ter então em seus designios a Côrte Castelhana dirigida por um ministro industrioso e politico, qual era o Conde-Duque. E que era eu então senão um requerente, que em tudo dependia do bom semblante de ministro tão poderoso. Tampouco a edade me favorecia. A honra suppria tudo.

«Por ventura o galardão que podia esperar de comprazer áquelle Ministro, os signaes que elle não dissimulava de desejar lhe revelasse alguns segredos dos que passavam n'este reino, fôram

---

1 *Epanaphoras*, p. 72.

bastantes para me meter nos beiços outras rasões, que aquellas que me ditava a obrigação, e o amor que tinha e guardei sempre á real pessoa de V. Mag. e a seu estado.»

Querendo o governo de Madrid pacificar os tumultos de Evora, mandou em commissão especial o Conde de Linhares, acompanhado de D. Alvaro de Mello de Bragança, o inquisidor Antonio da Silveira de Menezes, e D. Francisco Manuel de Mello. Escreve elle na *Epanaphora politica:* «Eu fui o terceiro dos nomeados; ignorei sempre o segredo, mas se não continha outro, que o notorio. Era (diziam os Ministros) para intervir e communicar os accordos da Junta, Casa de Bragança, mostrando que El Rey havia elegido o mesmo instrumento que lá se elegera para o meio d'estas negociações.» [1] Já em jornada para Portugal, uma ordem do Conde-Duque que veiu encontrar o Conde de Linhares em Mérida, determinava que D. Alvaro de Mello e D. Antonio da Silveira voltassem para Madrid: «Que elle Conde *e eu sómente* proseguissemos a jornada, na forma em que se lhe havia commettido.» [2] Chegados os dois a Elvas, ali o Conde de Linhares declarou a mercê que El Rei Philippe fazia á cidade admittindo-a á primeira bancada dos Procuradores em côrtes; D. Francisco Manuel partiu para Villa Viçosa a tratar das pra-

---

1 *Epanaphoras*, p. 110.
2 *Ibid.*, p. 114.

gmaticas e cerimonias que exigia o Duque de Bragança, primeira condição para o trazer á cooperação com o Conde de Linhares. Em Evora, mandou o Conde de Linhares pedir aos Jesuitas por D. Francisco Manuel de Mello, para que pacificassem os populares: «Dei cumprimento ao que se me encarregara, e praticando donde fui mandado as materias presentes, sobre achar todos aquelles sujeitos conformes no desejo da quietação, de que discordavam muito em entenderem que elle se conseguiria por aquelles meios, a cuja introducção serviamos de instrumento.» [1] D'esta influencia dos Jesuitas nos tumultos de Evora diz D. Francisco Manuel: «dizem que tacitamente contribuiam ás esperanças de alguma novidade. Quem mais instigava os animos a não desprezal-a era (segundo fama) Sebastião do Couto, doutor theologo dos mais celebres do seu tempo... Da mesma opinião parece que foram os Padres Alvaro Pires Pacheco, — assi Gaspar Corrêa e Diogo Lopes, todos sábios varões sobre religiosos.» [2] D. Francisco Manuel descreve o prestigio das *Prophecias do Encoberto*, que os Jesuitas propagavam fazendo crêr ao povo que os tempos eram chegados para a «recuperação do Reyno portuguez.» [3]

Na noite do 1.º de Janeiro de 1638 a pre-

---

1 *Ibid.*, p. 124.
2 *Ibid.*, p. 25.
3 *Ibid.*, p. 37.

texto de ir cantar o *Anno Bom* e as *Janeiras* junto do palacio do Conde de Linhares em Evora ajuntou-se um grande concurso de povo, que preparava um assalto: «A casa se poz em armas, sendo desesperada a defensa; e com repartidas sentinellas e rondas se passou a noite, de que dou fé pela parte que me tocou do trabalho e receio.» [1]

D'ahi a poucos dias o Conde de Linhares pretextou negocios em Lisboa, retirou-se de Evora, deixando encarregado de redigir e remetter para a Côrte de Madrid os relatorios dos tumultos, a D. Francisco Manuel de Mello, que por ordem sua os foi levar á côrte. Do que D. Francisco omittiu por sentimento patriotico «annos depois me foi pedida (conta), e com prizão, desterros e trabalhos, castigado o silencio que guardei sendo voltado á côrte, adonde o Linhares me despachou remettendo tudo por meu mal á informação que eu desse a El Rey e ao Conde Duque.» [2] Foi assim que o Conde de Linhares se salvou das difficuldades em que o collocara o seu intrigante collega Diogo Soares. Continua D. Francisco Manuel a narrar a sua missão: «Fiz caminho á Côrte pela de Villa-Viçosa, como me era ordenado, donde informei do mesmo, que já alli se entendia, e recebendo tambem novas ordens e cartas, entrei brevemente em Badajoz.

1 *Ibid.*, p. 125.

2 *Ibid.*, p. 126.

donde já o Duque de Bejar e Don Diogo de Cardenas esperavam o aviso que trazia, para que segundo as noticias que de mi alcançassem, se dirigissem. Mas eu logo lhes fiz certo, que a negociação a que havia sido encaminhado era muito diversa da que lhes podia competir; e como para seu manejo não levava ordem, nem cousa para algum movimento. Ordenaram-me comtudo visse o exercito; só em nomes e cabos copioso, o mais pouca gente, bisonha e violentada. Arribando porém a Madrid em poucos dias, cheguei á presença do Valido (o ministro Conde Duque de Olivares) que com assáz destreza procurava animar-me a informal-o sem algum receio. Foram sutis e intrincadas as perguntas; o Conde tinha alto engenho, e eloquencia: pedia tudo a occasião, todas encaminhadas á observação do ânimo dos grandes do Reyno; e agora, com respeitos da auctoridade, agora com força de argumentos, algúma vez com promessas, e algumas com severas demonstraçoens, armou laços a minhas palavras: referi o successo, despido de todo o discurso, por não fazer offensa com minha ignorancia ou malicia a alguma verdade. — Não ficou sugeito em Portugal, de aquelles que podiam ter parte na direcção publica, sobre quem não fizesse particular exame; mas donde mais se lhe conhecia desejo de investigar suas acções era quanto á Casa de Bragança, ao Marquez de Ferreira e Conde de Vimioso. Do primeiro fallava sempre com cautelosa veneração, e dos dois com palavras que bem mostravam as

ruins suspeitas que havia no ânimo d'onde sahião. Da resposta que então lhe dei me formou (como já disse) culpa, trez annos depois...»

Depois de ter chegado a Madrid, do desempenho da delicada missão em que o envolveu o Conde de Linhares, dedicou D. Francisco Manuel o seu livro *Politica militar* em Abril de 1638, ao omnipotente valido Olivares, lisongeando-o hyperbolicamente. Pela sua correspondencia encontramol-o outra vez em Lisboa, datada entre Novembro e Dezembro, do *Castello* em que se acha prezo. Em carta de 18 de Novembro: «A minha Junta se fez hontem... Assistiu Gouvêa e Portoseguro. — Hoje recebi cartas da Côrte. E a Senhora Princeza (Margarida) assegurando que se lhe escreveu pela via da Guerra sobre o meu negocio.» (Cent. III, n.º 41.) Ao Marquez Mordomo-mór D. Manrique da Silva escrevia em Outubro: «Em mãos de V. S. está *a resolução da minha soltura*. — Só me fica para lembrar, que commigo está tambem prezo um negocio tão importante como *a leva d'esta gente*, que por ser destinada a Flandres, tem V. S. mais obrigação de ajudal-a...» Em carta de 16 de Novembro, a D. João da Gama, ainda do Castello: «Agora me mandam crêr me querem soltar hoje. O mesmo me prometteram a semana passada. Já me não entendo com palavras de principes.» Em 30 de Dezembro, referindo-se á Junta de conselheiros de estado, diz na carta 46 da III Centuria: «sobre réo, soy desvalido de los grandissimos.» Até a Manuel de Faria e Sousa escrevia

sobre este mesmo caso. Por nenhuma referencia vaga transpira o motivo d'esta prizão; ha motivos, que por futeis se não declaram. O livro da *Politica militar em avisos para Generales* considerava-se como um guia composto a pedido do Duque de Bragança, quando foi nomeado Governador das Armas de Portugal. Seria talvez este inicio suspeitoso, que o fez réo, submettido a Junta não de jurisconsultos mas de conselheiros de estado. A necessidade de utilisar as excepcionaes aptidões de D. Francisco Manuel para o levantamento dos Terços, é que determinou a sua soltura.

Os revezes soffridos pela Hespanha nos Paizes Baixos, obrigaram o governo a um levantamento de tropas; e como não occorresse nenhum alistamento voluntario, tratou-se de apanhar a cordel, concedendo o rei a D. Ventura de la Canal e D. Luis de Monçalve a faculdade de fazer esse recrutamento á força: «recebendo por cada cabeça, nas praças de armas, vinte e um ducados castelhanos, que da nossa moeda fazem 9$240 reis.» [1] D. Francisco Manuel descreve esta hedionda forma de recrutamento: «e na propria côrte andassem de dia e de noite como as cabildas em os desertos da Arabia, de gente armada; cativando os miseraveis innocentes, que atravessavam descuidados as praças e as ruas...» Os agentes d'esses duros recrutadores «se lança-

---

1 *Epanaphoras*, p. 454.

vam a cativar gente sem exceição ou respeito, já pelos caminhos, já pelos campos aquella que em fé de sua paz e utilidade os cultiva. Tal vez dentro das casas proprias, com falsos pretextos eram insolentissimamente assaltados os moradores, aos quaes despois escondidos em covas e casas subterraneas vendiam seus oppressores a aquelles obrigados a el Rey por custoso preço...»

Traçando este espantoso quadro de lesa humanidade, a que então se chamava *apanhar para soldado*, diz D. Francisco Manuel de Mello:

«Escrevo com toda a inteireza o que vi muitas vezes e quasi me passou pelas mãos; por que como em aquelle proprio tempo e para a mesma guerra eu levantasse hum Terço em Portugal, e depois em Castella o resto d'elle, fui muitas vezes convidado dos que tinham este trato — para proverem de alguns soldados que faltavam, por este atrocissimo meio, do qual se Deus quiz que eu não uzasse, vi usar a muitos...» Veiu ordem para em Portugal se levantarem quatro Terços; sobre isto diz D. Francisco Manuel: «A mim me coube em sorte a provincia da Beira, Douro e Minho com Traz-os-Montes e parte do Alemtejo, d'onde com menos difficuldade, não com menos dispendio, e por isso com menos difficuldade levantei quinhentos Infantes, de que fôra encarregado... mas pouco despois houve eu de governar todas estas tropas de Portuguezes...» [1]

---

[1] *Epanaphoras*, p. 456.

Os terços seguiam transportados para as praças de Armas, que eram Cartagena e Corunha: «A mim me coube o terceiro Terço, que constava de mil cento e setenta praças, com quinhentos e setenta portuguezes, seiscentos castelhanos, os primeiros com cinco, e os ultimos com seis Capitães, cada qual da nação de seus soldados.» [1] A Armada hespanhola partiu com as tropas em 27 de Agosto de 1639; D. Francisco Manuel, Mestre de Campo dos modernos, seguia embarcado no Galeão S. Francisco; era commandado pelo portuguez Salvador Rodrigues, natural de Almada, «o qual de grumete e marinheiro em nossas náos da India (donde foi preso dos Ingrezes na batalha do Poço de Çurrate) subia antes de quarenta annos de edade, por seu valor e industria, nas cousas de navegação ao posto de Almirante de Dunquerque; n'este navio pelo nome e pelo capitão, fiz eu viagem, governando-o segundo a superioridade do officio que exercia.» [2]

N'esta Armada figurava o Galeão Santa Thereza «que valia bem por uma esquadra.» Accrescenta D. Francisco Manuel: «Na retaguarda d'estes (navios á ordem do almirante Esfrondati) navegava a Thereza, que fôra para Capitana d'este Reyno, fabricada por Bento Francisco, homem notavel entre os nossos; cujo nome é bom que ande em memoria, pelos poderosos e

---

1 *Ibid.*, p. 465.

2 *Ibid.*, p. 494.

excellentes navios que fez n'esta edade...» [1] Para definir a grandeza da fróta, diz D. Francisco Manuel que segundo os livros da Vedoria geral se distribuiam cada dia entre gente de mar, fogo e guerra, vinte e cinco mil rações; chegou á altura do Canal de Inglaterra em 11 de Setembro; em 15 immediato foram avisados por um navio mercante inglez de ter sido avistada a Armada de Hollanda; e naquella tarde e noite se apparelharam para a batalha; ao amanhecer do dia 16 acharam-se em frente da Armada hollandeza. D. Francisco Manuel descreve com traços vivos um dos combates: «A noite, sobre serena estava escura; mas era o fogo tão continuado nos fogões das peças e mosquetes, donde se accendia de uma e outra parte, que alumiava o mar, e quasi nunca extincto, conservava certa claridade diante dos olhos que fazia escusar a luz do dia. As cargas dos canhões procedião indeterminadamente, de sorte que pareciam hum continuado estrondo, como se com trovão universal o mundo se destruisse.

«Carlos de Brevil, religioso da Companhia de Jesus, homem sabio, e de singular virtude, que n'esta jornada foi meu companheiro, affirmava — que nas quatorze horas que durou o terribilissimo combate, jámais pudera chegar á terceira palavra do Padre nosso, que continuadamente estava dizendo, sem ouvir o ecco de algum canhão

1 *Epanaphoras*, p. 495.

— Não sabemos, que o mar visse conflito de armas antigo, nem moderno, mais horrivel, porque das onze horas da noite até ás cinco da manhã, aquellas aguas pareciam as que fingem os Poetas do lago Averno... vimos e soubemos, que nas Dunas, povo de Inglaterra, cinco leguas distante do logar do combate, de tal maneira tremeu a terra, que a gente se sahiu ao campo por quasi todas as horas da peleja.» [1] D. Francisco Manuel traça um magnifico quadro dos brulotes que os hollandezes atiravam de encontro ás náos hespanholas, e do incendio da Thereza: «Ardeu por fim a Thereza, sendo já morto seu general D. Lopo de Ossis, e pereceram n'ella mais de seiscentos homens portuguezes e castelhanos. Este navio, sem duvida, como era o coração que animava o corpo d'aquella Armada, assim foi seu coração para diffundir a morte; o vencimento a toda ella; por que no mesmo instante foram desmaiadas de tal modo as forças hespanholas, como que na perda da Thereza se perdera cada qual dos que ali batalhavam.

«D'esta sorte já se não via outra cousa, que navios queimados, corpos mortos, mas de sangue e fogo, que a sangue e fogo fazia crúa guerra aos homens. Outros se rendiam a partido dos vencedores, que abusando da felicidade tratavam com maior rigor aos que se entregavam, que aos que se defendiam. A morte em differentes

---

1 *Ibid.*, p. 568.

trajos assaltava aos tristes combatentes...» [1]

Narrando na Epanaphora bellica o *Conflicto do Canal de Inglaterra entre as Armadas hespanholas e hollandezas,* em 1639, ao qual assistiu D. Francisco Manuel de Mello, allude ás differentes redacções que deu a esta Relação historica: «São trez vezes as que tenho composto, sem que de huma aproveitasse para outra hum só termo ou hum só papel.

«Compuz a primeira Relação logo que cheguei a Flandres na mesma Armada por especial ordem do Cardeal Infante D. Fernando, que governava aquelles Estados. Então sua Alteza por não dilatar o aviso, o pouco tempo que se gastava em copiar o discurso que eu lhe apresentei, mandou o proprio a el rey Dom Felipe, seu irmão. Depois para supprir esta falta, me pediu o original, seu secretario de estado Dom Miguel de Salamanca, o qual de minha mão recebeu, para nunca mais ser d'elle restituido. [2]

---

1 *Epanaphoras*, p. 515.

2 Acerca d'este personagem falla D. Francisco Manuel, a proposito dos Tumultos de Evora em 1637: «Por esta causa foi mandado de Madrid a Evora D. Miguel de Salamanca, pratico na lingua framenga e de presença semelhante. Havia occupado em Flandres o posto de Veador geral, d'onde passou ao de Secretario de Estado do Infante Regente D. Fernando. Tinha juizo e industria para qualquer negocio, e das materias da guerra sufficiente conhecimento. O trajo de peregrino dissimulava com a lingua e sembrante o animo e commissão. Entrou por Galliza em Portugal, cujas provincias discorreu attentadissimamente; passou a Evora, d'alli a Villa Viçosa e

«Seguiu-se a jornada que fiz de Flandes a Castella, de Castella a Aragão, donde achando-me alguns mezes ocioso, antes de darmos principio áquella infausta guerra da Catalunha (e eu tambem a sua Historia) tornei alli a escrever este proprio *Conflicto do Canal de Inglaterra* sem ter do passado opusculo outra ajuda, salvo este nome, que em todo lhe conservei. Porém esta segunda Relação, estando-se já copiando, deu o mundo tantas voltas, e tantas commigo minha fortuna, que em breves tempos vim prezo á côrte de Madrid, e na do exercito me forão tomados meus papeis, os mais e melhores que até então havia escripto, e que até hoje me não tornaram á mão, ficando em as de D. Gregorio Romeiro de Morales, que tinha a Secretaria d'aquella guerra; donde entre outros originaes, que não pude restaurar, perdi tambem estes, a que agora, como já vos disse, terceira vez dou principio...» [1]

Quando D. Francisco Manuel se achou em Madrid em principio de 1640, escrevendo a narrativa da grande derrota da Armada hespanhola, destruida pelo almirante hollandez Tromp, mal suspeitava que essa catastrophe da monarchia de Philippe IV, vinha n'esse mesmo anno determinar a Revolução de Portugal. O valido Olivares no seu fatuo optimismo estava certo do seu trium-

---

por Elvas, havendo visto e notado a força e disposição da Provincia de Alemtejo, entrou em Castella, dando parte de sua observação ao Duque de Bejar...» *(Op. cit.*, p. 130.)

1 *Epanaphoras*, p. 448.

pho sobre os Francezes e Hollandezes, vindo depois a gloriosa Armada de Oquendo estacionar no Tejo, e pôr termo ás agitações de illusoria aspiração da independencia nacional, e reduzir Portugal a provincia castelhana. A guerra da Catalunha, e ao mesmo tempo atacada pela França, Flandres e Italia, e envolvida pela politica de Richelieu desmembrando a Casa de Austria, collocaram a Monarchia hespanhola impotente para reprimir logo a Revolução de Portugal, reconhecendo-se que prolongar a apathia era despresar a voz do povo que já bradava não querer ser *reduzido á miseria dos Gallegos.* A 1637 seguiu-se como consequencia 1640.

«Succederam no anno de 1637 os movimentos de Evora, que foram como um ensaio da liberdade d'este reino. Não se acharam na côrte de Madrid D. Francisco de Mello, ou Francisco de Sousa Coutinho, que costumavam accudir e assistir aos maiores negocios da Casa de Bragança, e porque a juizo dos mais amantes d'ella, era aquelle o maior negocio com que se vira, depois da adhesão d'este reino, porque o justificar-se El Rei nosso senhor para com El Rei D. Filippe, vinha a ser n'aquelle tempo (e para este) a cousa mais importante. Resolveu S. M. que Deus guarde, descarregar sobre meus fracos hombros todo o pezo d'esta importante confiança. Vivo é Antonio Pereira da Cunha, secretario agora da guerra, e então agente da Casa. Vivo Matheus Alvres, creado antigo d'ella, por cujas mãos me foram entregues todos os despachos que

El Rei N. S. foi servido remetter-me. Fructo foi d'aquelle lavor o bem que hoje possuimos, tendo Rei nosso, o Principe cujo somos. A consideração de V. A. e o discurso universal examine (entrem tambem os desaffeiçoados) o valor do caso, o merito do instrumento. Passo adiante. Fui (instruido do Conde Duque) despachado por El Rei de Castela a Villa Viçosa e Evora, em companhia do Conde de Linhares: elle, que ficasse em Lisboa, e eu voltasse á Côrte a informar da força dos povos, do apparelho das armas e da observação dos animos. Voltei com tal informação, que a tudo e a todos deixei quietos. Se era caso este para que a ambição de crescer (que a tantos fez tomar ruins caminhos) a mim me attentasse em pôr naquelles ministros castelhanos uma ruim suspeita, V. A. o julgue, porque eu sei decerto que a ser julgado de outrem, ou perigarei na opinião de politico, ou na de verdadeiro. Incomparavel é o merito d'aquelle trabalho, tendo eu moral certeza de haver por esta causa succedido a nossa felicissima liberdade; mas qual foi o outro premio? Escute-o V. A.: Foi que vendo o Conde Duque apartado este reino da obediencia castelhana, á maneira que um touro bravo se vinga na capa do que o cegou com ella para poder escapar-lhe, assim se quiz logo vingar e satisfazer de mim, como de artifice e conselheiro de seu descuido, ordenando a minha prisão em Catalunha.»

Feita a Revolução do 1.° de Dezembro de 1640, e conhecida sete dias depois na côrte de

Madrid, mais tarde chegou a noticia á Catalunha, onde estava servindo em campanha D. Francisco Manuel de Mello, sendo logo *preso por portuguez*, por ordem expressa de Philippe IV. Não pode ser accusado de tratar de solicitar mercês «em logar de apressar a sua vinda para Portugal.» (Prestage, *Op.*, p. 152.) Prezo em *carcere aspero* durante quatro mezes, os seus memoriaes evitaram-lhe um processo, sendo a promoção o unico meio de poder sair de Hespanha. Foi por este meio que Antonio da Gama Lobo solicitou o despacho para as Galés de Sicilianos, «*para se poder mais facilmente passar a Portugal.*» [1] Por estes expedientes se passaram duzentos portuguezes á patria. D. Francisco Manuel de Mello aproveitou o despacho de Mestre de Campo para realisar esse intento; lê-se em uma relação contemporanea: «D. Francisco Manuel de Mello *sendo prezo por portuguez* no exercito da Catalunha, veiu a Madrid, onde em satisfação de seus serviços, foi despachado por El-rei D. Filippe por Governador da Praça de Ostende, em Flandres; *passou-se a Inglaterra*, aonde se appresentou aos Embaixadores de El rei nosso senhor, D. Antão de Almada e o Dr. Francisco de Andrade (Leitão), que tinha Sua Mag. n'aquella Côrte; e *d'alli se passou a Hollanda*, e Tristão de Mendonça Furtado, em nome de Sua Mag. lhe encarregou o posto de General da Ar-

1 *Restauração de Portugal prodigioso*, p. 394.

mada, que El rei — mandara alli prevenir, e com ella veiu a este Reyno.»[1] O Secretario da Embaixada era o Dr. Antonio de Sousa de Macedo, Desembargador da Relação do Porto, prosador e poeta da intimidade de D. Francisco Manuel de Mello; era elle a cabeça pensante da missão diplomatica, influindo para que D. João IV o encarregasse do commando da Armada de Soccorro, que o embaixador portuguez na Hollanda Tristão de Mendonça Furtado ali estava formando. Os Embaixadores portuguezes tendo soffrido grandes tempestades só avistaram em 5 de Março de 1641 o Cabo de Finisterra, e em 9 é que o Dr. Antonio de Sousa de Macedo se dirige a Londres para solicitar a licença para a

1 *Id. ib.*, p. 391.

Outros portugueses seguiram *para Inglaterra,* fugindo de Hespanha: "Alvaro de Sousa, depois de ter sido prezo por portuguez, estava feito Conde de Anciães por el rey Philippe, e *despachado Marechal de Campo para Flandres,* e lhe foram concedidas em tres Commendas que come, em mais uma vida, com alvará de Dama para uma filha; veiu para Bilbáo, *d'onde embarcou para Inglaterra,* e surgiu em Artimua, outenta leguas de *Londres, aonde passou* demandando ao Embaixador de S. Mag. D. Antão de Almada, para se offerecer ao seu real serviço, e no porto das Dunas se embarcou para este Reyno." *(Restauração de Port.*, p. 393.) De D. Manuel de Castro: "tambem *despachado para Flandres* por Capitão de cavallos, e Chave dourada e partidos grandes;... Francisco de Azevedo e Athayde, fizera el-rei catholico Alcaide-mór de Amarante..." ambos *seguiram em tudo a mesma via* de Alvaro de Sousa." (Ib.) — Outros fugiam por Catalunha e França para a *Rochella;* alguns por Sevilha e Cadiz.

entrada da Embaixada. Foi por Maio que D. Francisco Manuel de Mello chegou a Londres, abandonando o itinerario de Ostende, e a pôr-se ás ordens de D. João IV. Estava-se discutindo o Tratado de Paz e Commercio de Portugal e Inglaterra; em 12 de Junho fôra assignado o Tratado de Paz com os Estados Geraes, permittindo a Portugal o fretamento de navios e compra de armamento. Em 27 de Julho escrevia de *Londres* uma carta ao seu erudito amigo Hericio Puteano; e em 13 de Agosto o Embaixador portuguez na Hollanda convidava-o em nome do rei para servir como General da Armada, que estava organisando. É n'este decurso do fim de Junho a principio de Agosto de 1641, que D. Francisco Manuel frequenta a côrte *d'aquelle tragico Rei Carlos I*, como elle refere na sua *Carta de Guia de Casados*, recordando-se de scenas de «uma ceia ás damas da Rainha e ás maiores senhoras de Inglaterra», em que elle e gente diplomatica as serviram tão garbosamente, que ellas se deram «por melhor servidas, ainda que regaladas.» Nas Cartas (Cent. 1, n.º 39) refere a um ministro francez: «*Eu beijei a mão a El Rey Carlos duas vezes em Londres*, e por esta honra que d'elle recebi, estou de novo escandalisado e affligido.» Alludia á sua execução. O Embaixador hespanhol, cuidando embaraçar o recebimento da missão portugueza, chegara a fazer a promessa da restituição do Palatinado; não o conseguiu. N'esta crise é que D. Francisco Manuel de Mello entrou na intimidade das Prince-

zas Palatinas, que tanto souberam apreciar o seu talento poetico. No 2.º *Memorial* a D. João IV, allude a estas relações: «deixei de valer-me da intercessão dos *Principes Palatinos, com quem tinha alguns conhecimentos de Inglaterra e da Rainha sua mãe e irmãos*, quando me achei em Hollanda.» Em uma especie de prologo *Noticia a los que leen*, no Ms. *Obras en versos del Melodino*, dá-nos um aspecto d'essas relações affectuosas: «Yo, despues de varios casos... *Vine à parar en la Côrte de la Haye* (coraçon d'estes Felicissimos Estados) *donde me la Quietud y Buena Sorte traz que yo caminé tantos años: aqui la topé escondida entre la mercê de una Princeza* tan grande que no la llego ninguna Dicha y à quien la Fortuna no à dado Imperio y a que todos los del mundo se avian de salir estrechos *merecí el de ser su creado: y aficionada a las Letras españolas quise leer mis Versos*.» No anno terrivel de 1644 (da prizão do poeta) tinha elle já trasladado para a impressão os seus versos dedicados *A la Serenissima Princesa Madama Clara Emilia de Bohemia*, hija de Frederico Quinto Rei de Bohemia, Palatino del Rino.

Acompanhava a remessa *d'esta primeira parte* (Cent. I, n.º 87) dos seus Versos manuscriptos, carta alludindo aos baldões de sua vida e descanso moral que se lhe deparou: «De la peregrinacion del mundo, que he acabado a los piés de V. A. pocos mas despojos puedo colgar, que las mesmas insignias de mis errores; pues tam-

bien las mortajas suelen ser triunfos. — A la soberana sombra de V. A. (que del Sol es la menor sombra) hallaron mis males remedio, mi soledad abrigo, mi fortuna enmienda. Luego aqui será raçon publicar yo mis obras... Quanto tienen de indignas perderan ofreciendose a vuestro nombre... Si no he llegado a conseguir la dolçura francesa y de los mas idiomas que hermosamente goçais, en esta mesma falta voy confiado, pues por la novedad del lenguaje español y por la aficion que le teneis, ya llevan consigo mis versos alguna disculpa, y recomendacion para vuestro agrado. Lea V. A. los affectos y dexese las raçones; que tan grandes verdades, ellas se daran a entender...» Pela remessa da segunda parte de seus versos (Carta 78) ha já a queixa do prezo torturado: «Males contra cuyo rigor es solo escudo sua grandeza... No hará V. A. mucho en valerme agora, si lo estudia cada instante, haciendo entertenimiento de vencer mis peligros. Ellos crecieran, y vuestro nombre con ellos.» Na terceira remessa (Carta n.º 88) declara: «Escritas fueron en mi nascimiento las fatigas de una vida funesta e que se concertava a ser de todas passiones. Aumentaronse con los años, como las letras del arbol. Agora son mayores los tormentos con los dias — Olvidarei los afanes, en presencia de V. A., a quien desde lexos respetan las sinraçones.»

D. Francisco Manuel de Mello frequentou a côrte da rainha de Bohemia durante os dias ultimos de Julho até fins de Agosto em que par-

tia a Armada de soccorro para Portugal. Essas suaves recordações renovaram-se nos annos sombrios de prisioneiro de estado sob as calumnias de odios pessoaes.

«— Logo que vimos corridos, em favor da minha liberdade, os ferrôlhos de El Rei de Castella, procurei vir-me a Portugal, e tive mais que fazer em esquecer-me dos beneficios, que das injurias... Não posso negar que foram grandes as mercês, que depois me mandou fazer aquelle Rei, dando-me um soldo maior que a fazenda que em Portugal possuia, e um posto ainda mais vantajoso a meus merecimentos. Rompi por tudo, e passei a Inglaterra, *ensinando o caminho que haviam de seguir outros*, e foi assim que o seguiram apoz mim tantas e taes pessoas, que não fiz eu pequeno serviço a este reino com lhe mostrar a via. Achei-me no Congresso da paz celebrada entre Portugal e a corôa ingleza, assisti a nossos embaixadores com alguma utilidade da reputação d'este reino, porque vendo aquelles ministros, que pessôas de grandes postos logo a principio deixavam o serviço d'El-Rei de Castella, e se passavam ao de S. M. cresciam por instantes na estimação de Portugal. Vim ao Estado de Hollanda sollicitado por cartas do embaixador Tristão de Mendonça, assisti-lhe e o ajudei no ultimo apresto da Armada, prevenida para nosso soccorro, e não só n'esta expedição comecei a servir logo, mas já o tinha feito com as noticias que desde lá enviei a S. M. de cousas que pediam prompto remedio. E porque as materias

d'aquella embaixada não davam ainda logar a que Tristão de Mendonça as deixasse por se occupar no apréstо e governo dos navios; em ambas estas cousas o substitui, encarregando-m'o da parte de S. M. Dei de todas boa conta, chegando a este reino depois de immenso trabalho, com o soccorro de mais importancia que elle recebeu até hoje, porque lhe trouxe bom numero de náos, um regimento montado de cavalleria, outro armado de dragões, que depois ficaram infantes, e uma grande somma de armas e vitualhas, sobre muitas pessoas de conta nos exercitos d'onde serviam occupavam grandes postos e depois n'este reino, além de 200 soldados portuguezes, retirados de Flandes, India, Brazil e Catalunha, que se junctaram n'aquelles Estados, e com despeza conduzi a este reino, a quem foi tão grata a minha vinda, e principalmente ao povo de Lisboa, que o Juiz d'elle, Antonio Monteiro com alguns da Casa dos Vinte e Quatro, me foi vêr e dar os emboras da vinda, em nome do povo d'esta cidade, cuja auctoridade então representava.»

«Chegado a Lisboa, sem que me embaraçasse a mágoa da pouca mercê que minha fortuna consentiu se me fizesse... Mandou-me S. M. lhe accomodasse e repartisse todos os soldados velhos, que aqui andavam de Flandes e Catalunha, para que se aproveitassem em seus exercitos, e assim o executei logo, livrando a côrte e ministros de queixosos, e povoando as fronteiras de officiaes. Passei *sem posto* a servir em Alemtejo, donde assisti um anno, e não succedeu todo este tempo

naquella provincia cousa importante, na qual com a pessoa ou consenso me não achasse. E na formação do primeiro exercito tive tanta parte, como então souberam todos os cabos e ministros. Conduzi pelo reino as tropas dos rendidos por nossas armas, e desbaratei mais parte com a industria, do que elles o vinham pela força de um exercito vencedor; porque de 1.700 rendidos que me entregaram, não entraram em Castella 500, sem que á palavra real se fizesse alguma violencia, nem se perdesse a occasião da melhora achando-se modo de concertar o commodo e a verdade. Vim a Lisboa, e ordenou El Rei N. S. que assistisse a varias Juntas, que se fizeram, dos maiores ministros sobre a fortificação das praças do Alemtejo, e designios d'aquellas armas, e não foi o meu voto n'estas occorrencias o menos aproveitado.»

Ao chegar á patria e desconsiderando todos os seus grandes serviços, D. Francisco Manuel de Mello é afastado dos commandos, reduzido á inacção, envolvido em monstruoso processo judiciario e encarcerado em um prezidio d'onde ao fim de nove annos sae para o desterro!

2.° — *A Revolução de 1640, no quadro da Guerra dos Trinta Annos — A repressão sangrenta da Nobreza por D. João IV garante-lhe a estabilidade interior — Chega a Lisboa D. Francisco Manuel de Mello com a Armada de soccorro — O rei afasta-o dos commandos superiores — Sua intimidade nos divertimentos musicaes e litterarios da côrte. — O Conde de Villa Nova e a lenda*

dos amores de D. Francisco Manuel — Prizão e julgamento iniquo em tres Instancias — Ultimas esperanças mentidas de D. João IV. — A perda da nacionalidade portugueza em 1580, não foi a consequencia da cavalgada louca do fanatico D. Sebastião apoz o sonho imperialista da conquista de Marrocos; operou-se lentamente, desde que Castella constituiu a Grande Monarchia hespanhola; Fernando e Isabel, Carlos V e Philippe II, foram realisando uma unificação dos estados peninsulares, sendo Portugal o ultimo absorvido n'esse vortice do Castelhanismo: Integra-se Aragão (1469-1506) com o Roussillon e Cerdenha; com as duas Sicilias, insular e continental; afunda-se a Navarra (1515), pela alliança da Casa de Austria; vem os Paizes Baixos com o Condado de Borgonha e Charlois; engole o Ducado de Milão (1555); estabelece prezidios na Toscana, e para coroamento da Grande Monarchia de Castella, Portugal é comprado pela traição e forçado pela aproximação dos Têrços de Philippe II a acclamal-o nas Côrtes de Thomar. A obra de 1580, assim como era um final glorioso para a construcção da Grande Monarchia hespanhola, era tambem o inicio da sua dissolução; a invasão e occupação de Portugal por Philippe II, como considera o historiador Heeren, *foi uma verdadeira desgraça para o seu reino.* [1] Os seus successores abdicaram a omnipotencia soberana

---

1 *Manual historico do Systema politico dos Estados da Europa,* P. I, p. 84.

em validos que lhes lisongeavam os apetites e governavam por arbitrios caprichosos; a Grande Monarchia hespanhola começou a desmoronarse, perdendo o Roussillon, Napoles, Cerdenha, Condado de Borgonha, o d'Artois, os Paizes Baixos, nas luctas de 1621, e pelas questões do protestantismo e pelo plano politico de Richelieu para separar a Casa de Austria de Hespanha da Casa da Allemanha, envolvendo a Grande Monarchia em uma conflagração de guerras, que constituem o quadro da Guerra caracteristicamente *revolucionaria* dos Trinta Annos: assim começando o anno de 1640 pela rebellião da Catalunha, terminou pela Revolução do 1.º de Dezembro em que Portugal proclamou a sua independencia e autonomia nacional. E era tão logico o momento para a Revolução inadiavel, que o Alcaide-mór de Mourão Pedro de Mendonça, diante do Duque de Bragança, na tapada de Villa Viçosa lhe declarou, que se ficava na apathia hesitante, Portugal se constituiria em Republica, como a Hollanda: «a Europa, como observa Heeren, apresentava um espectaculo inteiramente novo: a Austria em guerra com a Suecia, e com a maior parte dos estados protestantes da Allemanha; a Suecia com a Austria, Baviera e Saxe; a França com a Austria e os seus alliados e a Hespanha; e Hespanha com a França, Portugal e os Paizes Baixos.» (*Op. cit.*, p. 108.) Era uma corrente que arrastava para o estabelecimento de um novo equilibrio politico da Europa, e Portugal pela sua independencia, além da impor-

tancia que lhe dava a sua posição geographica «*achou-se o alliado natural de todos os inimigos da Hespanha.*» (*Id.*, p. 112.) A Revolução de 1640, conhecida apenas pelo acto que se passou no dia 1.º de Dezembro, e desligada da sua connexão do movimento europeu, é uma lenda maravilhosa que se tornou tradicional nas narrativas de Passarello, de D. Luiz de Menezes, e dos Prodigios da Restauração accumulados pelo jesuita, P.e João de Vasconcelos, sob o pseudonymo de D. Gregorio de Almeida. Não foi «uma revolução *feita com exito milagroso — posta em scena com toda a possivel leviandade*; [1] caminhou-se conscientemente, tendo assegurado o desembarque de 7000 homens por ordem do governo francez, pelo consul Mr. de Sainte-Pé, e dado o caso de insuccesso, a presença de uma esquadra para levar os compromettidos. Richelieu servia assim o seu vasto plano politico do enfraquecimento da Hespanha. O Duque de Bragança não accederia á chamada momentosa se não tivesse a prova de que seria soccorrido pela França; tornava-se-lhe angustiosa a espionagem e as traições do castelhanismo, não se podendo fiar da nobreza portugueza, desde que «a maior parte d'ella dirigiu ao rei (Philippe IV) um papel — «no qual *estranhava a desobediencia dos vassallos de Catalunha*, significando grande sentimento e

---

1 J. de Vasconcellos, *El Rei D. João o 4.º*, p. v. Nas Cartas dos Jesuitas, chamam á Revolução *Las locuras de los Portuguesiños*. (Coll. da Acad. de Hist.)

offerecendo em momento tão critico os ânimos e as vontades. Algumas Camaras e entre ellas a de Lisboa, manifestaram votos eguaes em phrases mais ou menos lisongeiras. Philippe IV respondeu (carta de 29 de Julho de 1640) agradecendo o amor do paiz...» [1] Na hora da revolução o Corregedor do Civel Dr. Francisco Soares de Albergaria, deixa-se matar, bradando — Viva el-rei D. Philippe; e o Alcaide-mór de Torres Vedras D. João Soares de Alarcão escrevia da fronteira para onde fugira, em carta a seu irmão: «eu me vou lançar aos pés de Philippe, meu Rei, porque me parece força não me apartar dos a que uma vez me deitei, nem em minha consciencia pude nunca achar rasões bastantes para quebrar o juramento e homenagens feitos a um Rei que conserva o ser catholico... Com minha espada o hei-de acompanhar até á morte, e se de todo o vir desbaratado, com lagrimas a seus pés, chorarei as suas ruinas.» É uma amostra do *partido hespanhol*, que chegara até a penetrar no palacio de Villa Viçosa e a fazer a discordia entre D. Theodosio II, nacionalista intransigente, e o Duque de Barcelos seu filho. O retraímento de D. João IV justificava-se por esta obliteração do sentimento nacional da nobreza; em 24 de Agosto de 1640 foram chamados pelo governo de Madrid os fidalgos, commendadores e cavalleiros das Ordens Militares para acompa-

1 Rebello da Silva, *Hist. de Portugal*, t. III, p. 61.

nharem Philippe IV ás Côrtes de Valencia e Aragão. Não era possivel eximir-se o Duque de Bragança ao mandado decisivo; os que trabalhavam pela causa da revolução fizeram-o comprehender que *melhor era morrer em campanha*, do que em um carcere perpetuo e ignorado. Por todas estas collisões, da politica européa e do governo castelhano, das defecções internas e das traições a que se via exposto, o Duque de Bragança prestou-se a deixar os seus ocios opulentos de Villa Viçosa, as melhores horas de boa musica da sua Camara e Capella, as longas caçadas aventurosas na Tapada, para vir ser jurado nas Côrtes Constituintes de 1641. E na lhaneza dos seus gracejos, ao vêr-se rei de Portugal dizia: «*Para ser rei necessitou Deus trabalhar com ambas as mãos; com uma tapou-me os olhos, com a outra trouxe-me pelos cabellos.*» [1] E completando a expressão synthetica das lendas, a esposa que lhe escolheu Olivares, a castelhana D. Luiza de Gusmão, para arrancal-o da já deploravel hesitação, declarou-lhe: *Mais vale Rainha uma hora, do que Duqueza toda a vida.* Para os que visam os factos no seu mesquinho ambiente pessoal, a Revolução de Portugal foi um milagre; só viram os cavalheiros que se dirigiram ao paço e arrojaram Miguel de Vasconcellos da janella abaixo, deti-

---

1 "Refere um grande vulto do seculo XVIII." (Conde de S. Lourenço?) José Silvestre Ribeiro, *A Restauração de Portugal* Lisboa, 1885.

veram a Duqueza de Mantua incommunicavel, indo com ordem por 'ella escripta tomar a entrega do Castello, apoderar-se da fortaleza de S. Julião da Barra e irem depois celebrar um Te Deum á Sé. Em que condições se achava a Grande Monarchia hespanhola, para dar-se um tal successo? Escreve o Visconde de Santarem sobre documentos diplomaticos: «desde 1620 a formidavel Monarchia que Carlos V e Philippe II tinham formado dos Paizes Baixos, de Milão, das Duas Sicilias, e dos vastos paizes das Indias Orientaes e Occidentaes, caminhava a passos largos para a sua decadencia e ruina sob os reinados de Philippe III e IV; — os immensos thezouros que tinham achado na America haviam sido consumidos na guerra contra a Hollanda, no chimerico projecto de mudar a ordem da successão estabelecida em França, finalmente em uma tentativa infructuosa contra a Inglaterra, posto que todas estas causas tivessem abatido o grande Poder, nem por isso o orgulho e esse prestigio do seu antigo poder deixou de sobreviver...» [1] Quer dizer, subsistiam as farroncas do Castelhanismo, a desorientação e a insania.

Qual o estado do espirito portuguez e do sentimento nacional sob o dominio hespanhol? Manifestou-se sempre a aspiração da sua independencia. O Duque de Bragança D. Theodosio II,

---

1 *Quadro elementar das Relações politicas e diplomaticas de Portugal*, t. IV, p. CCX.

em 15 de Outubro de 1592, em um protesto escripto affirma a sua successão legitima á Corôa de Portugal. O Visconde de Santarem relaciona este acto com a declaração de Henrique IV contra a usurpação de Portugal pelo monarcha hespapanhol; embora se interprete este facto, visando o Prior do Crato, que faleceu em 1595, é evidente que ficou iniciado o plano politico do monarcha francez contra a grandeza da Casa de Austria separando os dominios da Hespanha e da Allemanha. Em 1596 assignou-se em 17 de Maio a Liga offensiva e defensiva entre a França e Inglaterra, resolvendo convidar para essa Liga os estados e principes inimigos da Hespanha. Isto reflectiu sobre o fervor dos partidarios do Prior de Crato, e de quantos ainda plausivelmente acreditavam na sobrevivencia de D. Sebastião, confiando na *sua vinda*. A morte de Philippe II em 1598, veiu suscitar as esperanças de revindicações da autonomia nacional, porque os seus successores trataram de fraudar e supprimir os fóros e garantias jurados pelo invasor nas Côrtes de Thomar de 1581; a intensidade das *esperanças sebasticas* entre o povo, chegou a causar receios aos governantes castelhanos, pelo desenvolvimento de uma activa elaboração de escriptos propheticos, em forma de *Trovas*, que se recitavam e interpretavam. O embaixador em Madrid, Conde de Barrault, communicava em carta de 20 de Fevereiro de 1602 para o governo francez, a agitação dos ânimos em Portugal contra a dominação castelhana, que além da independencia

lhe destruia a sua prosperidade e riqueza. *(Quadro elem.*, t. IV. p. CLIX.) E em 13 de Julho escrevia o embaixador francez: «que a desconfiança que os Hespanhoes tinham dos Portuguezes, se achava levada ao ultimo ponto;—que a gente de Lisboa tinha *intelligencia com os estrangeiros para se libertarem da sujeição de Hespanha*» *(Ibid.)* Que «não estavam no seguinte anno de 1603 os ânimos dos Portuguezes mais tranquillos. A este respeito refere em 5 de Junho, á sua côrte uma particularidade curiosa, que *em Lisboa e outras cidades de Portugal havia um movimento surdo por causa do pretendido D. Sebastião, o que inspirava alguns receios aos Hespanhoes.*» *(Ib.*, p. CLX.)

A noticia da morte de Henrique IV causou em Portugal um grande sentimento, como participou o embaixador de França, Vaucelles, e que estavam na esperança de se libertarem: «factos que mostravam quanto os Portuguezes esperavam da França e do reconhecimento que se consagrava á memoria de Henrique IV, que nunca viu de bom grado a dominação castelhana em Portugal, e quanto lhes era insupportavel o dominio estrangeiro.» *(Ib.*, p. CLXIX.)

Todas estas esperanças procuravam objectivar-se; D. Theodosio II, Duque de Bragança pela sua intransigencia com o castelhanismo, tornou-se um fóco de convergencia moral; foram numerosas as obras que poetas, moralistas e eruditos lhe dedicaram. Quando D. Sancho de Mascarenhas foi a Villa Viçosa notificar-lhe que se

pensava em acclamal-o, elle oppoz a *sua esperança*, que D. Sebastião *ainda era vivo*, e consultava as beatas italianas por intermedio de S. Bernardino de Sena. Existia a revolução nos espiritos: o povo estava esgotado das constantes lévas para os Terços de Flandres e para as Armadas contra a França e Hollanda; o commercio portuguez soffria as hostilidades de Hollanda na sua lucta entre a Hespanha; a nobreza de Portugal era excluida dos altos cargos, e arrebanhada para Madrid; as Ordens monachaes eram forçadas a contribuirem para as luctas dos Estados protestantes, e pela sua prédica entre o povo alentava-o nas esperanças de revindicação da independencia nacional; ligavam as prophecias danielicas com as esperanças britonicas. Lisboa era o ponto decisivo para a revolução que os acontecimentos impunham; o Tejo ficou livre da Armada de Oquendo, e antes de se conhecer em Madrid a rebellião, (como amesquinhando o movimento nacional) já em todos os pontos de Portugal estava proclamada em plena unanimidade a Revolução do 1.º de Dezembro. Revolução sem sangue, como a de 1385, como a de 1820, e a de 1910. Como são forças moraes que acordam, apparecem como eponymos as capacidades mentaes de um João das Regras, um João Pinto Ribeiro, [1] um Manuel Fernandes Thomaz.

---

1 Acerca de **João Pinto Ribeiro,** escreve Fr. Fortunato de S. Boaventura nos *Subsidios para se escrever a Historia litteraria de Portugal:*

Um dos primeiros actos de D. João IV, bem aconselhado pelo eximio jurisconsulto Thomé Pinheiro da Veiga, foi a convocação das Côrtes Constituintes, que se reuniram em Lisboa em 20 de Janeiro de 1641; convocados os deputados, dois cidadãos por cada cidade ou villa do reino, realisou-se a acclamação em 28 de Janeiro nos Paços da Ribeira. Acto sublime em que se proclamou o principio fundamental de todo o poder — a *Soberania nacional*, extincta pelo imperialismo da Casa de Austria contagiado a Dom Manuel. Esse principio foi lucidamente formulado pelo insigne jurisconsulto Francisco Valasco de Gouvêa, que a reacção catholica expulsara da Universidade de Coimbra; o livro *Justa Acclamação*, justificando a Revolução portugueza juridicamente demonstra com nitidez como os povos em

---

«Quem foi, se não elle o primeiro e principal motor da restauração de 1640? Quem persuadiu e metteu ânimo ao Duque de Bragança para commetter uma das emprezas maiores e mais arriscadas... Quem removeu as maiores difficuldades, levou ao fim aquella obra estupenda e maravilhosa que mais de uma vez chegou a pontos de falhar e perecer de todo? — Não teve, não conheceu outra ambição, que a de servir e melhor pudesse — a sua Patria e nem houve fadiga, nem obstaculo, nem sacrificio que o aterrasse ou fizesse esmorecer. Tinha sido Juiz de Fóra de Trancoso, era Agente da Serenissima Casa de Bragança ao tempo que rebentou a conjuração portugueza; e ninguem o viu allegar serviços, quando ninguem os tinha como elle, nem solicitar galardão ou recompensa, que ninguem como elle merecia. Corre-se a lista das mercês feitas no reinado de D. João IV, e não apparece o nome d'este heroe...» *(Op. cit.*, p. 172.)

accôrdo das suas vontades, possuem o poder soberano, que delegam temporaria e condicionalmente nos reis.

A Musa jocosa tambem tomou sua parte nos acontecimentos politicos, celebrando a independencia de Portugal como uma separação por incompatibilidade entre conjuges.

Mote e Grosas que se fez na acclamação del Rey D. João o quarto

Portugal e mais Castella
nunca foram bem casados,
agora estão apartados,
dizem que sem querer ella.

Um illustre cavalleiro
chefre de sangue real
por nome Dom Portugal
era mancebo solteiro.
Vendo-o rico e sem herdeiro
a um casamento anhella,
toda a dama nobre e bella,
Parma, Saboya e Bragança,
casa emfim com má liança
Portugal e mais Castella.

O casamento foi feito
fóra da sua Igreja,
porque a cobiça sobeja
nem a Deus guarda respeito.
E como houve este defeito,
muitos d'elles encadeados
nasceram, que mallogrados
os fizeram de tal sorte
que por sempre lhe dar morte
nunca foram bem casados.

Tinha a mulher taes costumes
que em vez de pedir a mão,

puxava de cabeção
ao marido com ciumes;
fez-lhe elle então seus queixumes
sentindo os juros quebrados,
e os comeres tão salgados,
que o sal lhe tirava o gosto,
Em fim por quinto desgosto
agora estão apartados.

Elle vive mui contente
por vêr que se desquitou,
ella o desquite chorou
que o bem perdido se sente,
cuida porém muita gente
que Portugal torne a vel-a,
mas se houver de recebel-a
será com festas de fogo
e pode ser seja logo,
dizem que sem querer ella. 1

Na obra do P.e João de Vasconcellos *Restauração de Portugal prodigiosa,* lêem-se factos que tem escapado á attenção dos historiadores. Assim da acclamação de D. João IV em Leiria, lê-se: «Com muita festa e contentamento de todos foi El-rei acclamado na cidade de Leiria, levou a bandeira da Camara D. Luiz de Noronha, *Marquez* que foi de *Villa Real,* por seu filho D. Miguel, *Duque de Caminha,* lhe escrever de Lisboa, a muita mercê que El-rei lhe fizera de Duque e a elle de Marquez, dos quaes titulos havia poucos dias os privara El Rey de Castella por carta sua; acabada esta acção veiu-se para Lisboa a beijar a mão a El-rei, e assistir-lhe no

1 Ms. L-3-58, *Bibl. nac.,* fl. 468.

Conselho de Estado; porém não lhe durou tanto bem, porque aos 29 de Julho foram prezos por entrarem em conjuração de lesa-magestade e aos 29 de Agosto foram degolados no Rocio com outras pessoas...» (*Op. cit.*, p. 294.) O joven Duque de Caminha, com 27 annos de edade, fez parte da côrte constituinte, que acclamou rei de Portugal o Duque de Bragança, e em obediencia paterna é que entrou na conjuração. Como membro do Conselho de estado o Marquez de Villa Real foi aliciado pelo Arcebispo de Braga D. Sebastião de Mattos de Noronha, presidente do Desembargo do Paço, do Conselho de estado, tendo sido assistente ao despacho da Princeza Margarida, Duqueza de Mantua; elle proprio envolveu seu sobrinho o Conde de Armamar, Ruy de Mattos de Noronha, com 23 annos de edade. O plano foi suggerido e dirigido pela Duqueza de Mantua, recolhida pelos revolucionarios em um convento, onde a visitavam os altos funccionarios do estado, que D. João IV conservara nos seus logares. Tolerancia generosa que determinaria uma facil restauração, que era apoiada pelo Inquisidor geral D. Francisco de Castro, e fortalecida pela Junta de Madrid *Intelligencia secreta*, em que entraram alguns fidalgos portuguezes residentes na côrte, sob ordem de Philippe IV. Era impossivel aos fidalgos portuguezes regressarem a Portugal, apesar das quantias depositadas na Rochella e na Hollanda pelo novo monarcha para se repatriarem. As angustiosas aventuras que o Conde de Castello

Melhor, João Rodrigues de Sousa de Vasconcellos, affrontou para regressar á patria excedem os romances mais sensacionaes. Esse nucleo de fidalgos portuguezes era um centro de attracção para os que não estavam satisfeitos com a restauração bragantina. D. João IV no seu terror reconheceu-o, e a 19 de Dezembro de 1640 prohibira sob pena de morte e confisco passar sem licença de Portugal para Hespanha, bem como cartas e papeis dirigidos a subditos castelhanos ou sugeitos a esse governo. Apesar do draconismo do alvará, grandes titulares portuguezes fugiram em um bergantim em 7 de fevereiro de 1641, dirigiram-se para um dos portos de Castella. Foi grande a impressão d'esta fuga sobre o espirito popular; desde logo tornaram-se suspeitosos o Arcebispo de Braga D. Sebastião de Mattos de Noronha e o Marquez de Villa Real. O procurador da Corôa Thomé Pinheiro da Veiga requereu contra os transfugas, sendo condemnados á revelia na pêrda de bens e honras; dando-se apesar das severidades as reincidencias.

São mordentes os Epigrammas dirigidos a Thomé Pinheiro da Veiga, o incomparavel esescriptor estylista da *Fastigimia:*

O vosso nome, Thomé,
Tem dois sub-postos n'um só;
Se por cão vos chamam *Tó,*
Por bode vos chamam *mé.*

Se *pinheiro* vos dizeis,
É nome de tal maneira
Que a lenha para a fogueira
No mesmo nome accendeis;

Nem vos falta para arder
Logar muito accommodado,
Que para seres queimado
Vossa *Veiga* o pode ser.

Um outro Epigramma denuncía a traição do Arcebispo de Braga: *Pasquim a S. Magestade que se não fiasse de D. Sebastião de Mattos arcebispo de Braga:*

Amo-vos tanto, Senhor,
Que uma cousa vos direi:
Que hade ser traidor ao Rey
Quem foi ao reino traidor.
Não cuideis que é valor
Ter paixões dissimuladas,
A traições tão declaradas
Haja publicos castigos
Que estão perto os inimigos
E em *mattos* sempre ha ciladas.

Se queimaes estes *mattos*,
Fique o campo descoberto
E os que andam dos tratos perto,
Andem mais perto dos tratos.
Que não tardeis nos recatos,
Como bom vassallo rogo,
Porque o mal forças não tenha,
Já que põe de casa a lenha,
Ponde vós de casa o fogo.

Havia um certo resentimento de D. Sebastião de Mattos contra D. João IV, por não ter aceitado o banquete que lhe preparara, sendo então Bispo de Elvas, quando em 1634 fôra esperar sua esposa D. Leonor de Gusmão, vinda de Badajoz: «ao receber os illustres noivos, se embaraçou em si mesmo e caíu (o bispo) no que muitos quizeram vêr um prognostico ou ameaço de

desgraça que veiu a experimentar pelo crime de rebellião contra o proprio Duque depois de acclamado e reconhecido rei.» [1] Por sentença de 23 de Agosto de 1641 foi prezo na Torre de S. Julião da Barra onde morreu, em 1644. Os seus tristes cumplices foram *degolados* com todas as formalidades nobiliarchicas em 29 de Agosto na praça do Rocio. Segundo o escriptor inglez coévo John Danncy, referindo a expulsão dos hespanhoes de Portugal, sob narrativa de testemunha occular, diz que a execução fôra no ultimo dia de Agosto. O erudito Guilherme J. Carlos Henriques, resumiu d'esse livro publicado em 1661 o quadro impressionante da execução. Tem por titulo a obra *A compendious Chronicle of Kingdom of Portugal from Alphonso the first King to Alfonso the Sixth, now reigning;* eis a narrativa abreviada: «Um comprido corredor conduzia ao cadafalso, que foi construido com tres andares, no mais elevado dos quaes havia *duas cadeiras,* no do meio uma cadeira e no mais inferior outra.

«O primeiro levado ao supplicio foi o Marquez de Villa Real, vestindo comprida opa de burel preto. Ia acompanhado de seus creados, todos vestidos de luto. Tendo subido ao andar mais alto, ajoelhou e resou durante bastante tempo, e depois erguendo-se perguntou se nenhuma

---

1 Ramos Coelho, *Vida do Infante D. Duarte*, t. 1, p. 135.

esperança de perdão havia? A resposta foi um grito unanime do povo que atulhava o Rocio: — Morra! morra o traidor! Em seguida fez-se a proclamação do costume, foi recebida com gritos de — Justiça! Justiça!

«Vendo o Marquez que nenhuma esperança havia de commutação da pena, pediu perdão aos assistentes e que o acompanhassem com as suas preces; encarregou o padre da Companhia, que ahi estava, de pedir por elle perdão a El Rei e á Patria, e feito isto sentou-se na cadeira, ás pernas da qual seus braços e pernas foram amarrados, *deitou a cabeça para traz, nas costas da cadeira, e o carrasco cortou-lhe as guelas com uma faca, tapando-o depois com um pano preto.*

«Em seguida veiu o joven Duque de Caminha ao mesmo andar do cadafalso, tambem acompanhado de seus creados vestindo luto. Chegado ao pé do cadaver do pae, ajoelhou e beijou-lhe os pés bastantes vezes; depois pediu aos espectadores um padre-nosso pela alma de seu pae, resou, ouviu fazer a proclamação, sentou-se na cadeira fatal que lhe era destinada e tambem teve cortada a guela.

«O terceiro a soffrer foi o Conde de Armamar, que foi morto do mesmo modo, no segundo andar do cadafalso.

«O quarto e ultimo dos nobres foi D. Agostinho Manuel e Vasconcellos que, sentado na cadeira do pavimento inferior, levou o cruel golpe que o separava para sempre da sua joven esposa.

«Diz o historiador inglez, que os juizes que-

riam que *a degolação se fizesse pela nuca;* mas El rei não confirmou a sentença por demasiada ignominia para pessoas da gerarchia dos réos.

«Os plebeus Pedro de Baeça e Melchior Corrêa de França foram enforcados em elevadissima fôrca; e Diogo de Freitas Xabo e Antonio Valente em fôrças de menor altura.» [1]

Esta repressão instantanea e cruenta de D. João IV, justifica-a um seu panegyrista, porque lhe dera uma trégua de dez annos (1646 a 1656); tão sangrento facinorismo não era do temperamento natural dos Braganças, mas da consorte castelhana, que actuou sempre nas suas resoluções. D. João IV, levado na sua organisação de artista, fundou a mais bella e completa Bibliotheca Musical do seculo XVII; deve-se-lhe portanto applicar com justiça este juizo que formulou Renan no seu estudo sobre a Arte na Edade Média: «O historiador da Arte não é sempre levado a proferir sobre certos personagens os mesmos juizos que o historiador da politica e dos costumes. Tal tyranno das cidades da Italia conspurcado de crimes e digno das maldições da posteridade, occupa na historia da Arte um logar honroso.» [2] A precipitação das execuções foi provocada por um terror feminino do carrasco castelhano. Esperava-se com angustia a Armada de Soccorro que se organisara na Hollanda, com-

1 No *Damião de Góes*, do 1.º de Janeiro de 1900.

2 *Rev. des Deux Mondes* (1862), t. XI, p. 221.

mandada por D. Francisco Manuel de Mello; logo á sua chegada, sabendo das execuções, teve conhecimento de que seu tio D. Agostinho Manuel, o poeta e o historiador critico, fôra um dos trucidados. Tudo lhe revelou desde logo a pavorosa atmosphera de suspeições que envolvia os espiritos.

Desde a sua chegada a Portugal encontrou D. Francisco Manuel de Mello uma surda e persistente má vontade, que accumulando-se desvendou o mysterio da sua perseguição. No livro de Fr. Antonio Segner, *Historia do Levantamento de Portugal*, fallando dos portuguezes que tinham fugido do serviço do rei de Hespanha para virem para a côrte de Lisboa, aponta o «Maesse de Campo de Flandres, D. Francisco Manuel de Mello, a quien su Majestad embiava a Flandres con plaça de Maesse de Campo con dos mil escudos cada año sobre todo soldo. No recebieron con gusto en Lisboa... en especial a los dos Maesses de Campo, *porque los parció hazer a dos visos; y assi nunca les fiaron frontera, ni vaso de pelear.*» [1] D. Francisco Manuel de Mello chegara a Lisboa com a Armada de soccorro, que commandara, e foi recebido com alvorôço pelo povo, apresentadas as felicitações da Cidade pelo Juiz do Povo e Casa dos Vinte e Quatro; D. Francisco reconheceu pelo retrahimento do

[1] Citado por Prestage, *D. Francisco Manuel de Mello*, p. 163.

Senado da Camara, a hostilidade que contra si existia. Na *Epistola Declamatoria* a D. Theodosio o revela: «Pouco advertidos d'esta demonstração estavam *aquelles* que ao proprio povo de Lisboa *quizeram fazer que visse minhas acções pelos vidros torvos dos seus affectos.*» No inedito *Tacito Portuguez* consigna, que houve o plano de mandarem a Armada chegada de Hollanda á Ilha Terceira, que ainda estava séde militar dos Hespanhoes, indo elle como segundo commandante, mas que o excusaram por *rasão ou fatalidade.* E no *2.° Memorial* a D. João IV, frisa esta muda desconfiança: «Os póstos para que V. Mag. foi servido destinar-me — se movia a fazer mercê d'elles não por algum genero de diligencia minha. *Aquelles, em que todos cuidavam que poderia ser empregado, se desviaram.* Eu, observando como pude o semblante de minha fortuna, em nenhum posto fallei jámais...» E mais adiante revela o ponto concreto da suspeição: «No mesmo dia em que eu estava diante de um esquadrão governando contra os inimigos — estava alguma pessoa n'esse paço, persuadindo a V. Mag. *me mandasse prender, porque eu sem duvida* — a juizo da sua bondade — *ia com ânimo de me passar para Castella.*» A tradição que chegou ao Conde de S. Lourenço era que D. Francisco Manuel de Mello se tornara «*suspeitoso ao rei por algumas informações de Castella* ou verdadeiras ou falsas...»

D. Francisco Manuel de Mello ia conhecendo a annullação a que o arrojavam, e na *Epistola*

Declamatoria, sempre garboso conclama: «Tão pouco parecerá immodestia (sendo certo) dizer a V. A. *que não ha n'este reino, senão eu, outro homem que fosse Mestre de Campo em Flandres*, e que fosse eu lá primeiro que aqui cingissem espada muitos cabos, que gloriosamente a desembainharam em serviço de S. M. e V. A. Ouso fazer esta lembrança, porque toca não a meu louvor, senão ao d'aquelles que em breves annos souberam merecer tanta honra e nome, como a elles se conhece. Alguns capitães dos de meu terço, mandam hoje, com notoria satisfação, exercito e provincias d'este reino; meus ajudantes governaram praças, e de presente dirige algum toda a cavalleria de uma provincia, como unico cabo d'ella. Um capitão general de largo estado de S. Mag. foi sargento da minha companhia, e sargentos móres, que de mim receberam ordens e disciplina, é um grande numero o que se acha repartido pelos exercitos, provincias d'estes reinos e conquistas.» No 2.° *Memorial* mostra as humilhações a que foi exposto sendo afastado do exercito e mandado, «encarregou a conducção de todas as tropas rendidas por suas armas em Castella,» apesar das rasões que expusera «para que V. M. *me excusasse de misturar com aquella gente, porque sem falta isto seria dar novas azas com que voasse o odio de meus inimigos*.» Mas para mais o ferirem foi mandado empregar-se «na conducção e commando dos soldados reformados de Flandres e Catalunha, que andavam na côrte» por decreto de 5 de

Novembro de 1641. E esse irrisorio acinte continuou-se pelo decreto de 16 de Novembro de 1643, para que «recebesse os soldados que andavam vagos na côrte, d'aquellas tropas dos rendidos de Castella... mais de setecentos homens, que para o poder do inimigo não voltaram.»

Trabalha-se para aniquillar aquella notabilidade já européa; era facil mal interpretar actos de D. Francisco Manuel de Mello como *delle juego*, mas elle estava tranquillo porque só de D João IV eram conhecidos os seus ininterruptos serviços á causa da independencia de Portugal. O rei que elle ajudara a pôr no throno era um egoista covarde; tudo occultou para comprazer com os odios, deixando succumbido nas intrigas o homem digno, sancionando as iniquidades da justiça. Ainda Prestage, que tão completamente estudou e documentou a sua vida, aponta factos que o collocam suspeitoso na crise da Revolução de 1640: «que em logar de apressar a sua partida para Portugal, sacrificando tudo á ideia patriotica, levará mezes em solicitar mercês de póstos e dinheiro. De mais a mais mostrava empenho em que a sua reputação fosse rehabilitada. Estamos por isso obrigados a concluir, que no principio tencionava ficar ao serviço do Rei Philippe, mudando depois por motivos que ignoramos.» (*Op. cit.*, p. 152.) Os factos annullam estas hypotheses: D. Francisco Manuel de Mello foi o escolhido para fazer a pacificação dos tumultos de Evora; e expoz em relatorio verbal ao Conde Duque, que lhe fez um forte questionario:

«passou a perguntar pelas forças e disposições em que se achava o espirito da Estremadura. Informei-o, segundo o que sentia, dizendo-lhe: — Que o exercito era pequeno, mas para a moderação e descuido em que se os Portuguezes achavam muito inferiores, forças seriam excessivas; — não tornei a ser occupado nem por esse desvio me excusei á sua observação, tanto pela julgar importantissima á Nação portugueza, quanto porque tinha n'ella mais que a parte commum, os passos, perigos e dispendios, que já me havia custado.» (*Epanaphoras,* p. 130.) Trabalhava para a Revolução, sustada pela irresolução do Duque de Bragança que chegara a declarar que se fôsse preciso renunciaria aos seus direitos. A guerra da Catalunha estando na maior intensidade, D. Francisco Manuel de Mello, pelo seu saber militar é mandado como assistente e ajudante do Marquez de los Velles; exercia pelas suas qualidades um grande prestigio no exercito hespanhol n'essa campanha de 1640. O traidor Diogo Soares concitava contra o activo disciplinador a desconfiança do Conde Duque de Olivares: «allegando-lhe que, desde o exercito da Catalunha, onde servia, e com tanta intervenção n'elle, *poderia por mãos dos Catalães, fazer a Castella muitos deserviços em proveito d'este Reino.*» Deu-se a Revolução do 1.° de Dezembro de 1640 e a acclamação de D. João IV; ordem de Philippe IV para que o Mestre do Campo D. Francisco Manuel de Mello fôsse prezo e enviado para Madrid com grande segredo, trazido por mar a Va-

lencia e entregue ao poder do rei de Hespanha. D. Francisco Manuel allude ao caso, nas *Epanaphoras:* «Fui o primeiro portuguez, que em Castella padeceu pela fé do Reyno, e vindo prezo para a Côrte desde Catalunha (em cujo exercito me achava servindo não inutilmente) já depois de calificado o meu procedimento por occultar diligencias, *e quatro mezes de prizão aspera,* fui solto, e reduzido á presença do Conde Duque, o qual vendo-me, se antecipou a fallar-me estas proprias palavras:

— Ea, Cavallero, *elle ha sido un erro, pero erro con causa.* Bien se acordará lo que me dixo en el Prado; pues para que pudo ser bueno acreditar tantas acciones contingentes? No se ne quales se volvieron su Bragança, su Ferreira, su Vimioso...»

Como poderia pois apresentar-se rapidamente em Lisboa apoz o 1.° de Dezembro de 1640, se D. Francisco Manuel esteve até Março de 1641 prezo incommunicavel, e quando eram postos todos os embaraços aos portuguezes, e mais de duzentos fidalgos que tinham sido chamados a Madrid, para se repatriarem?

Estando prezo, por não condizerem as informações que dera sobre os Tumultos de Evora com o exito da Revolução de 1640, a que a nação portugueza adheriu unanimemente, por certo que uma sentença de morte era a espectativa de D. Francisco Manuel de Mello, tal como a do seu amigo Conde de Castello Melhor. O Memorial apresentado em Fevereiro de 1641 a Phi-

lippe IV, allegando «dezeseis annos de serviços continuos em guerra viva, achando-se nos maiores transes, ferido algumas vezes» fêl-o forçado para desfazer «*a sinistra relação* que a S. Mag. se fez, em que se seguem muitos trabalhos e *detrimento em sua reputação*» (refere-se ás denúncias do terrivel Diogo Soares) declara que sempre foi fiel e verdadeiro servidor *como se tem conhecido e exigido suas obrigações,* e pede para voltar ao serviço em Milão ou em Flandres, attendendo a sua qualidade, serviços e trabalhos, que continuados tem padecido e com *a rebelião de Portugal tem perdido* «sua fazenda...»

Com esse Memorial D. Francisco salvou-se da morte, por que a Junta de Execução em 9 de Março de 1641, foi de voto que com o soldo de reformado vá servir em Flandres «*pelo bem que tem servido,* se lhe dêem 50 escudos mais porque não gosa as *mercês que lhe tinham feito em Portugal.*» D. Francisco Manuel de Mello em carcere aspero não podia saber se a Revolução de Portugal se mantinha; e bem saberia que o Duque de Bragança podia a cada momento converter sua *renuncia* em uma abdicação combinada com o Conde Duque, que lhe fizera o casamento com uma Medina Sidonia; e mesmo o pedido para ir servir em Milão ou em Flandres foi o unico expediente para conseguir sahir de Hespanha, *ensinando o caminho para Inglaterra.*

Por aviso de 23 de Novembro de 1640 foi communicado a D. Francisco Manuel de Mello,

que Philippe IV lhe fizera a mercê de *uma Commenda até trezentos mil réis;* como se deu o acontecimento da Revolução do 1.° de Dezembro em Portugal, representou D. Francisco em Fevereiro de 1641, estando por esse effeito prezo em Madrid «que V. Mag. attendendo á sua qualidade, serviços e trabalhos que continuados tem perdido, *e com a rebelião em Portugal tem perdido a sua fazenda... espera que o rei o occupe no seu serviço.»* A Junta de Execução, apontando as mercês que recebera *pelo bem que tem servido,* e porque *não gosa as que lhe tinha feito em Portugal,* S. Mag. recommenda ao Cardeal Infante que o occupe conforme sua qualidade e serviços.

Em Maio de 1641 appresentava outro Memorial a Philippe IV D. Francisco Manuel de Mello, «Mestre de Campo que foi de um Têrço de Infanteria portugueza, que no anno de 1640 foi S. Mag. servido fazer-lhe mercê de *uma Hidalgia na Corôa de Portugal* para que pudesse valer-se d'ella nos empenhos em que se achava para ir servir na Catalunha, *pois pelos movimentos d'aquelle Reyno* não pode gosar d'essa mercê, supplica V. Mag., que para fazer como faz resignação nas suas reaes mãos se sirva conceder-lh'a em um habito das tres Ordens Militares, para que a possa ceder em pessoa que lhe pareça.» [1]

---

1 Prestage, Doc. n.° 44. — A Junta da Execução foi do parecer que pedisse outra qualquer cousa.

E em outro Memorial pedia que o soldo que hade gosar em Flandres se eleve a mil escudos *emquanto não entre a gosar as mercês que lhe estão feitas em Portugal*, e para as despezas da viagem lhe permitta introduzir até 50:000 ducados da Fazenda de França ou da Hollanda. (Doc. 47.) É admissivel que com estes Memoriaes que condiziam com os seus costumes de pretendente e de militar da *buena aventura*, elle quizesse por taes expedientes alcançar meio de sahir de Hespanha; mas as phrases sobre o *levantamento de Portugal*, e as suas pêrdas *pelos movimentos d'aquelle Reyno*, e o augmento do soldo elevado a mil escudos, *emquanto não entrava no goso das mercês que lhe foram feitas em Portugal*, bastavam para pôr em duvida a sua confiança na Revolução nacional. Podiam as *informaçoens de Madrid*, faceis de obter pelo seu inimigo Diogo Soares serem remettidas a D. João IV; mas o proprio D. Francisco Manuel de Mello affirmou a sua lealdade a D. João IV ao chegar a Lisboa, entregando-lhe todos os documentos das mercês pedidas e obtidas.

Como contra-revolução entendeu Olivares favorecer os fidalgos portuguezes, para assim restaurar o dominio de Philippe IV: «E o que aconteceu em relação a outros portuguezes de importancia que serviam em Hespanha, os quaes ou não foram prezos ou o foram e logo estes e alguns até honrados e escolhidos para altos cargos, de que temos exemplos no mesmo D. Francisco Manuel de Mello, que chega a escrever no

seu Memorial a D. João IV, que *mais lhe custou desprender-se das mercês do que das cadeias de Hespanha.*» 1

Pelo prisma dos seus terrores D. João IV leu esses documentos, mas não mais contou com D. Francisco Manuel de Mello para a acção; continuou a reconhecer exclusivamente os meritos litterarios do escriptor, mas não fez caso dos Memoriaes em que D. Francisco reclamava para a sua justiça.

Conscios d'esta occulta animadversão de D. João IV, os inimigos de D. Francisco Manuel de Mello acordaram a lembrança de uns ferimentos que fizera em 1632, arrancando armas contra D. Maximo Turriano; foi-lhe passada carta de Perdão, assignada por João Pinto Ribeiro em 10 de Septembro de 1642, attendendo estar morto o aggredido e ter sido em legitima defeza. D. João IV, para fazel-o *entrar no goso de uma mercê em Portugal* por Philippe IV, em data de 21 de Abril de 1643 despachou-o para uma Commenda da Ordem de Christo. Na sua ingenuidade cavalheirosa D. Francisco Manuel de Mello não penetrou o sentido d'essa graça regia.

«Nasci cercado de obrigações á real Casa de Bragança, ainda as ponho tarde no nascimento, quando é certo as recebi do proprio sangue de que sou engendrado, porque desde que se erigiu

---

1 Ramos Coelho, *Vida do Infante D. Duarte*, t. I, p. 312.

este altissimo estado, até V. A. poucos foram os senhores d'elle, que se deixassem de criar em os braços de meus tios e parentes, coroando-se este nobilissimo progresso com a primeira creação e educação de V. A.: nem, sem offensa da minha obrigação, posso aqui escusar-me de lembrar a V. A., que se meu bisavô paterno, D. Gemes de Mello foi neto de D. Francisco de Faro segundo filho do primeiro Conde de Faro, D. Affonso, que foi irmão segundo do senhor Duque de Bragança D. Fernando. Faço a V. A. presente d'esta antiguidade, por que se veja que quem traz tão decoradas suas obrigações, bem se segue que não faltaria n'ellas.» [1]

Este facto do parentesco de D. Francisco Manuel de Mello com a Casa de Bragança, vem esclarecer uma obscura situação da sua vida. Quando em 1643 ainda não tinha rompido a terrivel perseguição palaciana, D. João IV, como Grão Mestre da Ordem de Christo, nomeou por alvará de 21 de Abril commendador da Commenda de Santa Maria de Espinhel, junto a Coimbra, vaga pelo falecimento do Conde de Odemira, D. Francisco de Faro. Este titular era pae de D. Guiomar de Castro, casada com D. Gregorio Thaumaturgo, 3.º Conde de Villa-Nova,

1 *Carta declamatoria* de D. Francisco Manuel de Mello, *Ao Serenissimo, ac Sapientissimo, ao Fidelissimo Principe N. Sr. D. Theodosio.* (Bibl. da Universidade, Ms. n.º 338. — Publicada no vol. XV do *Instituto* de Coimbra, p. 67 a 72.) Anda impressa na *Aula politica,* Lisboa, 1720.

que a envenenara, tendo fugido para Castella, d'onde regressou depois de 1640, entrando nas graças de D. João IV. Esta mercê da Commenda de Santa Maria de Espinhel devia ter acirrado a inveja do Conde de Villa Nova, cujo crime mysterioso seria conhecido em Hespanha, onde se refugiara sob pretexto da chamada dos fidalgos portuguezes por Philippe IV. O odio irrefreavel de D. Gregorio não se explica bem pelos ciumes do marido; esse precalço lhe aconteceu nos seus consorcios, como diz o Epigramma, *por effeito da vasilha;* o que o tornava rancoroso contra D. Francisco Manuel de Mello era julgal-o sabedor do segredo do envenenamento de D. Guiomar de Castro, filha de D. Francisco de Faro, e d'ahi o plano de o envolver em uma tenebrosa intriga, com cumplices de sua casa. Como Guarda da Pessoa de El Rei e Gentil-Homem da casa do Principe D. Theodosio, tinha D. Gregorio Thaumaturgo a intimidade e confiança do Paço, valendo-se do systema de espionagem com que D. João IV se defendia. Escreve Joaquim de Vasconcellos: «Uma rêde de informadores extra-officiaes communicava de Madrid todos os segredos da politica hespanhola a pezo de ouro, é verdade. N'este ponto a economia de D. João IV não fazia questão, e pagava generosamente, para não ter de gastar o centuplo numa campanha arriscada.» [1] Esse *elemento hespanhol*, que

---

[1] *El Rei D. João o 4.º*, p. VI.

fizera a discordia entre D. Theodosio II e seu primogenito, agora com os fidalgos que ficaram em Madrid intrigavam *informando secretamente* D. João IV, para fomentarem a anarchia. D. Francisco Manuel de Mello foi um d'esses *secretamente informados*.

Armado um processo contra o secretario de estado Francisco de Lucena, rogado D. Francisco Manuel de Mello para testemunhar contra elle, recusou-se immediatamente, ficando logo envolvido na rêde das suspeições, como allegou no *Memorial* a D. João IV. Ficou percebendo a trama, e as execuções appareceram-lhe a uma nova luz. Por sentença de 11 de Abril de 1643 é condemnado Francisco de Lucena a ser degolado; [1] elle era filho de Affonso de Lucena, se-

1 Para incriminar o secretario Francisco de Lucena e condemnal-o á morte, imputou-se-lhe a causa da prizão de D. Duarte, irmão de D. João IV que militava na Allemanha, por não lhe ter enviado a tempo a carta noticiando a Revolução de 1640, para o Infante se subtrahir ao odio castelhano. A demora do aviso da *Acclamação* foi devida aos numerosos mensageiros com cartas para diversos pontos da Europa, entre os quaes ia tambem o aviso para a Franconia. D. João IV quiz sacudir de si essa responsabilidade; era preciso sacrificar alguem por elle. D. Francisco Manuel de Mello não se prestou a jurar contra Francisco de Lucena; d'ahi o odio entranhado que o caracter reservado de D. João IV tornou um supplicio lento de nove annos. No *Tacito portuguez* escreveu D. Francisco Manuel de Mello: «O primeiro negocio foi *avisar D. Duarte*, então ao serviço do Imperador (Fernando III) e attento ao governo do seu regimento, aquartelado no paiz da Franconia, districto da côrte imperial... Com ser este o primeiro negocio, mos-

cretario, desembargador da Duqueza D. Catherina de Bragança, que sustentara intransigentemente o direito á Corôa de Portugal, mas veiu a acceitar despachos de Philippe II. O filho perdeu o cargo de secretario de estado de seu tio Francisco de Mattos, para o Conselho de Portugal em Madrid, sendo transferido depois como secretario das mercês para Portugal. Em Madrid convivera com elle D. Francisco Manuel de Mello, com quem estava apparentado. Realisada a Revolução de 1640, D. João IV conservou Francisco de Lucena no seu cargo, como conservara todos os altos funccionarios. Ficara-lhe um filho retido em Madrid apoz a Revolução; accusaram-o de se corresponder com o filho, e a rainha D. Luiza de Gusmão que assistia aos conselhos desapprovou o seu parecer de entregar a Princeza Margarida, Duqueza de Mantua, em troca dos fidalgos que estavam detidos por Philipe IV. Mas o odio da dura castelhana nasceu

---

trou a experiencia que se *tardou na resolução*, ou *errara no modo, umas cartas soltas* que se despacharam e todas perdidas por Flandres, Hollanda, Hamburgo, Veneza... *Acaso o alvoroço*, mais que a malicia, *foi o culpado d'esta inadvertencia.*»

Quando em conselho de estado se propoz a entrega da Princeza Margarida, que conspirava em Portugal, por troca do Infante D. Duarte, então prezo na Allemanha, lembrou Lucena, que por ella se trocassem todos os que estavam prizioneiros em Madrid. Foi então que a Rainha, castelhana soberba, disse que se enviasse livre para Hespanha aquella que governara Portugal. Tudo isto bastava para jogar a vida de Francisco de Lucena.

desde que Francisco de Lucena prestara a sua Quinta dos Peixinhos para residencia de D. Duarte e D. Alexandre quando saíram do Paço de Villa Viçosa por não poderem supportar as insolencias da cunhada D. Luiza de Gusmão. Quando a joven esposa do Duque de Caminha, rapaz de vinte e sete annos, recemcasado, foi lançar-se aos pés de D. João IV e da rainha, exorando-lhes o perdão do marido que occultara a infidelidade do pae por veneração apenas, o par soberano repelliu-a duramente concedendo-lhe por generosidade a permissão de commungar antes da execução. Assistira a esta scena, collaborando no mesmo rigor, Francisco de Lucena, já incurso no antigo resentimento da Rainha, pelo azylo prestado aos Infantes.

A condemnação de D. Agostinho Manuel, tio de D. Francisco Manuel de Mello, revela a acção do *elemento hespanhol;* D. Theodosio II, sempre intransigente com o castelhanismo, encarregou D. Agostinho Manuel de lhe redigir o seu testamento. Quando depois da morte de D. Theodosio II, em 1630, o já duque de Bragança leu o testamento, desgostou-se com elle e D. Agostinho teve a ingenuidade de lhe revelar que o redigira. Ficou o resentimento implacavel, sobretudo da Duqueza pela consideração ahi ligada ao Infante D. Duarte com quem se incompatibilisara. D. Agostinho Manuel era um poeta e estudioso da historia; imprimira em 1627 a *Vida de D. Duarte de Menezes*, o grande fronteiro de Africa; e em 1639 publicou em Madrid, a *Vida*

e Acciones del Rey Don Juan el Segundo, mas com a infelicidade de justificar a severidade de D. João II fazendo decapitar D. Fernando, Duque de Bragança; e para mais infelicidade estava casado em segundas nupcias, elle com 57 annos, com a joven D. Margarida de Albuquerque, tendo por antepassado o Dr. João Teixeira Lobo, Chanceller-Mór, e *um dos Juizes do processo do Duque de Bragança D. Fernando.* A autolatria heraldica não esquecia nenhum d'estes factos isolados. Para mais aggravar-se a sua situação, em 1639 publicara em Madrid a *Susseccion de Felippe II en la Corona de Portugal.* D. João IV dissimulava o resentimento e D. Agostinho Manuel ainda poucas semanas antes da execução publicara em 1641 o *Manifesto na Acclamação do Senhor D. João IIII.* Elle presentia a sorte que o esperava, e ainda para merecer as boas graças do monarcha lhe enviou pelo Conde de Vimioso o Ms. do *Discurso sobre a Casa de Bragança,* para que permittisse a sua publicação, sendo talvez a introducção do *Memorial da Genealogia e Privilegios da Casa de Bragança* em que trabalhava. D. Francisco Manuel de Mello, no seu *Tacito Portuguez,* mostra conhecer essa antiga dissidencia provocada pelo elemento hespanhol: «Os môços tem physica contradicção com os animos provectos; faz que *os filhos apartando-se do trato dos paes, quando menos se amam,* a mais das vezes no logar de amor, que lhes devem, accommodam por vicio aos outros objectos.» Um dos pontos de discordia era o casamento do Duque de Bar-

cellos com uma dama da alta fidalguia castelhana, ou com *sua prima* D. Maria Anna de Toledo e Portugal, neta de D. Duarte e bisneta de D. Catherina de Bragança. D. Francisco Manuel de Mello assistiu em Madrid, entre o anno da morte de D. Theodosio e o casamento do novo Duque de Bragança com uma Medina Sidonia por *conveniencias combinadas com Olivares.* Prestage observa no Esboço biographico (p. 71): «De 1629 até 1633, ha quasi uma lacuna na historia da vida de D. Francisco Manuel e os seus escriptos não trazem referencia alguma aos seus actos durante o citado periodo, mas podemos affirmar que repartia o tempo entre Madrid e Lisboa.» (*Op. cit.*, p. 71.) Tratava-se de combinações que determinaram o casamento do Duque de Bragança em 1634; e se D. Francisco por qualquer fórma servia o sentimento nacional nas combinações para que a neta de D. Duarte fôsse preferida pelo primo, eis determinado um movel da perseguição de que D. João IV foi o instrumento *passivo*, que se aproveita do grande talento litterario e artistico de D. Francisco Manuel de Mello e o opprime com a maior insensibilidade moral, quando elle lhe expõe a iniquidade do julgamento e a sua evidente justiça. O antigo *elemento hespanhol*, [1] tinha no paço a maior fôr-

---

1 Na *Historia do Infante D. Duarte,* t. II, p. 63, descreve Ramos Coelho: «O *elemento hespanhol* influiu profundamente nas discordias suscitadas entre D. Theodosio e o Duque de Barcellos, e como se formaram mes-

ça da intriga, e por elle D. Luiza de Gusmão trabalhava para que o Principe D. Theodosio desposasse D. Maria Thereza, filha de Philippe IV. Agora melhor se comprehende a trama que annullou D. Francisco Manuel de Mello, e porque os juizes affrontavam a sua justiça «*perdendo-o a elle para se não perderem a si.*»

Fundamentando a circumstancia de haver uma lacuna na historia da vida de D. Francisco Manuel de Mello de 1629 até 1633 notou Prestage, que d'este periodo «*os seus escriptos não trazem referencia alguma aos seus actos.*» Achamos allusão a dois factos capitaes, que actuaram na sua vida. Depois do terrivel naufragio da Armada de D. Manuel de Menezes, D. Francisco Manuel, ao regressar a Lisboa, lembrou-se de abandonar a vida das armas e dedicar-se aos estudos litterarios, que lhe abriam uma carreira egualmente digna. Por influição materna e impulso proprio, chegou a partir para Coimbra; o Soneto CI, da *Lira de Clio*, reforça o facto apon-

---

mo dentro do paço de Villa Viçosa dois partidos; o do pae, composto de grande numero dos seus mais affeiçoados, que adheriam, ou por se julgarem pref[illegible]iveis, ou por amisade ou dependencia, ás ideias rigidas e patrioticas que o animavam; e o do filho, em que entravam, além de outros, aquelle *elemento*, o qual attrahido, enganado por elle, transigia, até certo ponto, com os oppressores da nação e com os disfarçados inimigos da Casa.» A influencia da orgulhosa esposa castelhana, explica a crueldade e as injustiças do governo de D. João IV, facilmente suggestionado, explorando-lhe a covardia.

tado por A. F. Barata: «Lêmos algures que D. Francisco Manuel *fôra depois d'aquelle anno* (do regresso do naufragio) *a Coimbra, a fim de seguir a carreira das letras.* Seria por 1630, visto que *na primavera de 1631* sabemos que *elle partira para o Brasil na Armada de Antonio Oquendo...»* bem fadada pelas preces dos reverendos conegos, como se vê do documento inedito (a pedido pelo Conde de Basto em circular de 31 de Abril de 1631 aos Bispos e conegos do reino). No Soneto CI, pede D. Francisco Manuel de Mello ao rio *Arunce* que guarde silencio sobre a sua ida a Coimbra:

Calla, Arrunque, no digas al Mondego
Que mi desgracia tu ribera habita...

Al mar la inculcará, que sin socego
Sobre las ondas, que furioso incita...

Sahidas pues *las funebres batallas*
De mi suerte a desgustos mas agenas,
Informaran tus aguas, tus sirenas
Ves lo que escusas, si contigo callas
El haverme guardada en tus arenas.

Perto de Coimbra, em Goes, era o solar do Conde de Sortelha; elle falecera em 1617, repentinamente, mas sua viuva D. Maria de Vilhena e a filha unica *D. Branca da Silveira* para alli vinham veranear. Seria em uma excursão estudantesca nos arredores de Coimbra, que D. Francisco Manuel com os seus vinte e dois annos, se

encontrou com a joven condessinha de Sortelha, na floração dos quinze annos. *Nueva la vi* era a recordação indelevel que ficou no espirito do poeta. No emtanto ia partir a Armada de D. Antonio de Oquendo para o Brasil em 30 de Abril de 1631, para combater o Almirante hollandez; D. Francisco Manuel de Mello não pôde resistir ao impulso intimo da heroicidade e inscreveu-se na expedição. Partiu para o Brazil. Fundamenta-se o facto pelo Soneto XLV, *Apostrophe á la Estrella Norte, passando de America en Europa la linea Equinocial;* porque este regresso não póde entender-se o do *quebrantamento do desterro* em 1658, porque na estrophe segunda ainda se refere a suas loucas illusões:

> Antes tan ciega audacia, entre sus rocas
> Sepulte el mar, ó entre sus golfes hunda,
> Que en nave emplee, del Amor, segunda
> *Segundo empleo de esperanças locas.*

Barata escreve no seu esbôço biographico: «Sendo certo que Antonio Oquendo voltou logo ao reino, não sabemos se D. Francisco Manuel o acompanhara, ou se por lá ficara algum tempo.» (p. 267.) Por circumstancia ignorada D. Francisco Manuel não acompanhou na volta a armada de Oquendo, e isto explica as prizões que soffreu por conselho disciplinar em Lsboa e Madrid. É o unico facto que as explica.

Preenchem a lacuna a estada em Coimbra por 1630; o primeiro encontro com D. Branca da Silveira e a primeira ida ao Brasil em 1631

e a demora ahi não acompanhando o regresso de Oquendo, e explica a instancia com que pediu que fôsse trocado o degrêdo da Africa e depois da India *para o Brasil.*

Entre os projectos de casamento do Duque de Bragança na fidalguia hespanhola, falou-se em D. Maria Anna de Toledo e Portugal, neta de D. Duarte, seu tio; mas conveiu mais ao Conde Duque de Olivares, que o casamento se fizesse com D. Luiza Francisca de Gusmão, filha do Duque de Medina Sidonia. Foi o agente secreto e traiçoeiro d'este consorcio D. Francisco de Mello, que em uma carta ao Duque de Bragança revela a interferencia de Philippe IV e do seu valido: «Entende S. Mag., a necessidade que vossa excellencia tinha de casar-se e a conveniencia dessa Casa... trataria da senhora D. Luiza, filha do Duque de Medina Sidonia, *me mandou advertir pelo Conde-Duque, que gostaria que Vossa Excellencia effectuasse este casamento,* por juntar de novo as duas maiores Casas de Hespanha;... *e pedindo-lhe ambos mercês para se effectuar o casamento, lhes dera toda a satisfação que deseja dar...»* Olivares disse a este D. Francisco para caminharem de accôrdo dispondo e tratando da conclusão; declarando D. Francisco que das resoluções do Duque de Bragança informaria o ministro de Philippe IV: «e do que passar irei dando conta *ao nosso patriarca* (sc. o Conde Duque de Olivares!) se parecer a vossa excellencia, como agora fiz da sua carta, que aprovou muito.» E para mais influir na subserviencia do Duque de

Bragança, descreve-lhe a noiva D. Luiza de Gusmão: «Tem dezesete para dezoito anos de edade; sobre morena, formosa, olhos negros, grandes, e dizem-me que estremadas partes. Ando negociando o retrato, posto que se recatam muito antes de passar a materia mais adiante.» Ramos Coelho, na *Historia do Infante D. Duarte* commenta: «O estylo com que D. Francisco de Mello se exprime é para nós interessante, assim como a qualificação, applicada por elle ao Conde Duque de Olivares, de *nosso patriarcha.* — O herdeiro da Casa de Bragança a receber do valido de Filippe IV, o Conde Duque de Olivares, o titulo de pae, e a corresponder-lhe. O filho de D. Theodosio a pedir, a regatear mercês do rei estrangeiro, oppressor da sua familia e da sua patria! Era assim que elle imitava a austera isempção do que lhe dera o sêr, o seu afastamento da côrte de Hespanha, o desprezo pelas suas graças! E servia de intermedio a semelhantes torpezas um fidalgo portuguez, um parente dos Braganças, um seu protegido! — Mas, se D. João procedia de maneira tão censuravel, lá estava D. Duarte, espelho e herdeiro das virtudes paternas, para lhes seguir as pisadas e velar pela honra da familia. A sua opinião foi contraria ao casamento do Duque de Bragança na casa de Medina Sidonia:... *os enredos e as promessas da côrte de Madrid venceram seus conselhos.* De passo tão nobre e desinteressado, D. Duarte só colheria acarretar contra si o odio do potente valido de Filipe IV, ou antes augmental-o, pois é crivel que elle da-

tasse desde a recusa de casar com sua filha, dada por D. Theodosio, ao que D. Duarte não podia ser extranho, e do que soffreria as consequencias, assim como o duque seu pae. Outro fructo lhe resultou ainda provavelmente da contrariedade opposta ao casamento do senhor do estado de Bragança: indispôr-se com sua cunhada...» *(Op. cit.*, t. I, p. 119-121).

Nunca puderam envolver D. Francisco Manuel em um processo de conspiração, infidelidade ou traição; buscaram então a acção da intriga calumniosa, com um processo crime para se livrar da prizão, onde contavam que acabasse de vez esse glorioso benemerito da patria. Elle cita e expõe a D. João IV, no esbôço de *Memorial (Justificação)*:

«É constante que succedendo neste reino, depois que eu a elle vim, quasi todos os casos de infidelidade, sem os quaes Deus não quiz conceder a gloria de vermos a V. M. em seu throno, foi tambem elle servido, por sua infinita bondade, que havendo-se enredado naquellas materias muitas pessoas, com culpa ou sem ella, não fui eu nenhuma d'essas.

«Não é menos certo que em nove annos de Portugal, seis de prizão, e quasi todos de perseguição, foi sempre tão claro e tão singelo o meu procedimento, que, apesar do artificio dos émulos, não houve nunca logar de me occasionarem esta ultima ruina.»

«Mas, fallando ingenuamente, se eu deixasse de ter da guerra as noticias, que nem escondo,

nem ostento, muita grande culpa fôra a minha, por que, saberá V. A., que desde o anno de 1625, que foi o primeiro em que sentei a primeira praça de soldado, até o de 1644, em que fui prezo, não houve algum que passasse ocioso no serviço da guerra, já em armadas, já em galés, já em exercitos, achando-me nas maiores occasiões d'este tempo, donde veiu ter adquirido tão boa pratica das materias militares, que as opiniões que tive e escrevi acerca d'ellas foram seguidas dos melhores, a cujo respeito em Portugal e Castella fui muitas vezes escolhido para resolver duvidas. dar pareceres e arbitrar sobre estilos em os casos mais intrincados, que a milicia traz comsigo; ao que havendo respeito El Rei D. Filippe e seus ministros, tendo sua côrte tão abundante de soldados, quiz escolher-me a mim com menos treze annos de edade do que hoje tenho, para aconselhar e assistir á pessoa do marquez de los Valles, em a mais importante guerra que teve Hespanha, e póde ser que a monarchia hespanhola, por sua valia e consequencias. Vivas são ainda n'este reino muitas pessoas, das que n'ellas se acharam, que poderão verificar a mão e authoridade que eu tinha n'aquelle exercito, egual á dos maiores cabos d'elle, e se sem meu parecer dava um só passo quem o governava tanto, que todavia guardo algumas cartas dos maiores officiaes, em que me dizem (seja cortezia ou experiencia) como logo que eu ali faltara, tudo fôra desconcerto e perdição. Outra seria a causa, mas o successo foi assim.»

«Quiz-me Deus salvar a vida para empregar melhor os riscos d'ella em serviços de V. M. a quem *não tardei em offerecel-a, mais que o que se tardou em me darem liberdade.*

«*Soltaram-me, e não sem premio e honra,* como constou a V. M. pelos *despachos que puz em suas reaes mãos.*

«Acaso cuidei, ou duvidei se havia de vir logo entregar essa liberdade, que gosava, ao imperio de V. M.? Não, por certo. *O primeiro fui, que rompendo difficuldades, e deixando commodos, vim a este reino,* dando assim exemplo a que viessem outros.

«Antes de chegar a elle, comecei a servir a V. M.; pois *entrando nos Estado d'Hollanda, fui alli encarregado em nome de V. M.* pelo Embaixador Tristão de Mendonça, *do governo d'aquella Armada,* que elle lá prevenira para soccorro d'este reino.

«Governei-a e conduzi-a a Lisboa, sendo aquelle um dos maiores soccorros que em seu porto entraram, á custa de immenso trabalho meu, pela contrariedade dos tempos e faltas de todos os meios necessarios.

....

«Os postos para que V. M. foi servido destinar-me, por sua real grandeza se movia a fazerme mercê d'elles, não por algum genero de diligencia minha.

«Aquelles, em que todos cuidaram poderia ser empregado se desviaram; eu, observando como podia o sembrante de minha fortuna, em

nenhum posto fallei jámais, e de alguns procurei humildemente escusar-me...

«Fui depois em fôro de soldado, servir a V. Mag. a Alentejo. O como servi e obrei em um anno de assistencia dirão os cabos, debaixo de cuja mão servia. Vivos são; honrados são; estou pelo que disserem.

«No mesmo dia em que eu estava diante de um esquadrão, governando-o contra os inimigos de V. M., estava alguma pessoa (que já d'esta pratica haverá dado a Deus conta) n'esse Paço, persuadindo a V. M. me mandasse prender; por que eu sem duvida (a juizo de sua bondade) ia com animo de me passar a Castella.

«Fundava bem esta suspeita em me haver eu escusado de testemunhar contra Francisco de Lucena aquillo que eu não sabia, e este tal queria por força que eu soubesse, com pena de me ter a mim, e querer que me tivesse V. M. e o mundo n'aquella conta em que elle tinha aquelle ministro.

«Fui d'esta acção avisado, porque a pratica não parou nos ouvidos de V. M. Então, por satisfação minha, tomando a ousadia da verdade, escrevi a V. M. uma carta, a que V. M. com singular clemencia foi servido de me mandar responder com outra firmada da real mão em 4 de janeiro de 1642, servindo-se V. M. de honrar-me tanto que se acham nella escritas estas palavras: *Me pareceu dizer-vos que de vossos procedimentos tenho a devida satisfação, e fico certo que em tudo o mais que se offerecer de meu*

serviço procedereis sempre muito como devereis ás obrigações de quem sois e á confiança que eu faço de vossa pessoa.

«Não houve occasião, conselho ou confiança naquelle exercito, em que os cabos d'elle a não fizessem de mim mui particular. Será V. M. lembrado fui boa parte para se resolver a campanha d'aquelle anno, tão bem lograda, como todos viram.

«Sabem todos se não deu forma áquelle primeiro exercito sem meus papeis, parecer e industria. Examine-se bem quaes d'estas minhas acções foram simuladas. Veja-se em que faltei com a pessoa, com o juizo, e com a fazenda; e se para estes empregos se achou outro mais diligente ou mais offerecido.

«Serviu-se V. M. depois de me mandar encarregar a conducção de todas as tropas rendidas por suas armas em Castella, tirando-me para este effeito do exercito, em virtude de uma sua real carta em que V. M. depois de considerar a importancia d'este serviço, houve por bem que continuasse n'esta maneira: — *confiando de vós e do amor com que me servis, procedereis nesta occasião como sempre fizestes em tudo o que se vos encarregou* (e mais abaixo) *sendo certo que este serviço que ora me ides fazer, se hade avaliar em vossas pretenções como se fôra feito no exercito, em que com tanta satisfação minha o estaveis fazendo.* Foi esta carta escrita em Evora a 17 de Setembro de 1643.

«Representei eu então a V. M. as rasões que

havia para que V. M. me excusasse de me misturar com aquella gente; porque sem falta isto seria dar *novas azas* com que voasse o odio dos meus inimigos.

«Concluido aquelle negocio, que então era não de pequeno cuidado, se deu V. M. por tão servido do modo por que nelle me houvera, que me fez mercê de me mandar escrever por Carta de 5 de Outubro de 1643 o seguinte: — *agradeço-vos muito o trabalho e acerto com que tendes cuidado este negocio.*

«Varias vezes me honrou V. M. mandando-me assistir em algumas Juntas com os maiores ministros, sobre materias de guerra, politica e conveniencia, como se vê dos bilhetes por que fui chamado, que em meu poder tenho. Vivos são, e ao lado de V. M. assistem alguns dos sugeitos que alli concorreram e ouviram meus pareceres; testefiquem do zelo e amor do real serviço com que sempre tratei aquellas materias.

«Pareceu a V. M. podia bem empregar-me a servil-o na conducção e commodos dos soldados reformados de Flandres e Catalunha, que andavam na côrte. Mandou-m'o assim V. M. por seu real decreto de 5 de Novembro de 1642, e em muitos breves dias, por minha industria despejei a côrte de requerentes e povoei as fronteiras de reformados.

«O expediente que depois se tomou sobre seus soldos, conservando-se-lhe algum á parte, eu fui o primeiro que o arbitrei a V. M. por um papel que para isso offereci muito tempo antes

que se resolvesse, e emfim se praticou, na mesma forma que eu havia proposto.

«Mandou-me V. M. por decreto de 16 de Novembro de 643, recebesse em seu serviço os soldados que andavam vagos na côrte, d'aquellas tropas dos rendidos de Castella, das quaes por minhas diligencias desfiz mais de setecentos homens, que para o poder do inimigo não voltaram, e d'estes em menos de trez dias reconduzi uma leva a V. M. de quinhentos homens, soldadados velhos, que fui remettendo aos almazens, segundo V. M. me ordenava.

«Não é para esquecer, nem creio que V. M. esquecerá, que achando-se quasi toda a nobreza d'este reino na campanha de Badajoz, fui eu escolhido dos generaes para vir dar conta a V. M. de bocca, dos designios e potencia de suas armas, e receber de V. M. as ordens de como se servia ellas se empregassem em seus progressos.

«Estes foram, Senhor, passos meus e progressos em dous annos e meio que assisti solto na côrte e exercito de V. M. Mande-me V. M. agora a meus émulos, que declarem quaes foram os outros por que me calumniam; quaes foram meus designios, vistos por minhas obras, ou indicados por ellas nestes seis annos de minha prisão.» [1]

---

1 Representação a D. João IV d'onde resumiu o *Memorial — Declamação juridica.*

Fallando da sua vida de solteiro e do encanto de a passar em Lisboa, depois do seu regresso e empurrado por a inactividade, escreve D. Francisco Manuel com uma graça que lembra a prosa garrettiana: «Até eu mesmo, que tenho um espirito avêsso, folgo de *viver já posto ao canto,* n'este canto do Rocio de Lisboa, que me coube em sorte pelas habilidades de meu antecessor. Sabeis o que faço? Todo o santo dia se me vay notando os que vem e os que vão, como homem mesquinho que espreita os touros pela greta do palanque. De aqui vejo os cortezãos que passam e que passeiam essa praça. — Mas se, como vós dizeis, havemos de passar um pouco a discorrer por aquella que chamamos *Vida bona* dos namorados, como quereis que vos diga que ás vezes lhe tenho inveja? Vêde se ha quem nos ouça; e se posso fallar, ouvi, e cerrai a porta. Eu costumava dizer, quando andava pelo mundo, que os amores eram como os sapatos; por que andar uma criatura sem amor, he pouco menos que andar descalsa; trajo, que até em Lianor, quando ia para a fonte

Descalsa pela verdura

me fazia arripiar os cabellos. [1] Pois vedes aqui o que me parece hum homem muito em si, muito

---

1 Refere-se á celebre cantiga admiravelmente glosada por Camões, e por Francisco Rodrigues Lobo.

sobre si, muito para si. Disse bem, notou melhor o nosso D. Francisco de Portugal, que todos os preceitos da ley de Deus em amar começam, em amar acabam. Nunca me pareceu mais asseada hũa roupeta justa, que hum coração ajustado a vontade de quem quer bem. E mais vos quero dizer, que sendo agora hum d'estes, que andam peor cingidos do que Cesar em Roma na sua mocidade, já cuidei que a minha sorte me guardava para algum grande feito. Porque, depois da chegada a esta terra, estive mil vezes vay não vay para largar os velachos ao vento de algũa nova navegação; mas sempre se me mudou o vento. Eu digo para mi, que se isto hade ser para meu bem, que seja embora; mas se não he mais que desazo, não estou pelo favor d'este repouso, porque de verdade he vida sonsa e sem sabor. — Porque se me vay o entendimento enchendo de ferrugem, que n'outros tempos reluzia como espada de alfageme; sendo lastima que em hum homem honrado e de primor esteja sem exercicio o melhor affecto do animo, qual o querer bem. — E mais vos direi. Eu sou um Joane [1] de boa avença nesta materia; e tenho dó de que sabendo fiar tão delgado, não haja quem me gaste, nem se vista d'esta minha libré. Já eu disse que o mundo se parecia muito com a

[1] Allude á cantiga, tambem glosada por Camões:

> Touca de beirame
> Namorou Joane.

rua dos Algibebes, que tem os vestidos feitos, e morrem por quem lhos vista e o não acham; e logo todo o dia não se vê senão passar pela mesma rua homens muito despidos, mortos por lhes vestir aquelles vestidos, e mortos porque lh'os não deixão vestir; sem haver quem possa concertar estas faltas, estes desejos e estas necessidades.

«Da mesma maneira pode acontecer que haja algũa pessoa honrada que lhe faça falta o meu bem querer, que a mi me sobeja, e eu não me amanho a topar a quem queira bem.

«O que vos eu affirmarei he que, ainda que ha muito tempo que não exercito esta Arte, nem quero bem (nem á camisa que trago no corpo) que todavia me não esqueço d'ella, sem necessitar dos nominativos da de Ovidio; porque quando nisso me ponho, sey amar de uma Arte nova.

«Porém tambem digo, que passar ruins dias e peores noites, por gente loureira he cousa trabalhosa. Se assy achasse hũa criatura do meu tamanho, o que lhe bastasse de geitosa, e o que lhe sobejasse de entendida (como agora digamos, algũa que vós conheceis) então vos digo eu, que fazia meu emprego.» [1] Esta carta, que lembra por vezes o estylo das Cartas de Camões, é datada de 14 de Dezembro de 1641. D. Francisco Manuel de Mello estava apaixonado por uma mulher, e procurava encobrir o seu segredo

---

1 Cartas, Cent. II, n.º 10.

com essa linguagem despreoccupada. *Nueva la vi*, diz elle; e ao regressar a Portugal acordaram-se-lhe as suas primeiras impressões. Ella estava casada, mas era loureira, como se dizia na linguagem do seculo XVII, sécia, como se usava dizer no seculo XVIII, ou *coquette* que ainda hoje substitue esses epithetos. Era a Condessa de Villa Nova, casada com seu tio, como consta de alguma nota impertinente que apparece de vez em quando pelos Nobiliarios.

Escrevendo em 1657 a *Epanaphora tragica* do Naufragio da Armada portugueza em França, retratava assim a sua mocidade nas côrtes de Madrid e Lisboa:

«Já lá vão aquelles annos, em que nas côrtes de Portugal e Castella (donde fomos companheiros) idolatramos a mocidade dos enganos deleitaveis; aquella assistencia dos Theatros, apella porfia dos passeos, *os dias que se gastavam em delicadas conversações, as noites em musicas primorosas*, nossas disputas sutilissimas, nossas *Academias* elegantes. Tudo agora, senhor, olhado agora cá de longe da vida, é sem falta occupação inutil...» [1]

Estas ultimas linhas descrevem esses dias felizes, que encantaram a sua vida de 1641 a 1644, em que por tenebrosas intrigas foi encarcerado. D. Francisco Manuel de Mello, veiu encontrar

---

1 *Epanaphoras de Varia Historia portugueza*, p. 152. Ed. 1676.

na côrte de D. João IV, a gentil D. Branca da Silveira, com os seus vinte e cinco annos, casada com o tio gêbo, D. Gregorio Thaumaturgo, feito alto dignatario do paço. O poeta sentiu avivarem-se as emoções de um primeiro amor, sacrificado a uma empreza militar. *Nueva la vi*, suspirava na indelevel recordação, agora mais intensa. D. Branca da Silveira era ultrajada no seu lar domestico; e a grosseria do Conde de Villa Nova contrastava com o cavalheirismo inquebrantavel de D. Francisco Manuel. A poesia foi a natural confidente. D. Branca da Silveira era bisneta de D. Luiz da Silveira, Conde de Sortelha, o amigo intimo de Sá de Miranda e de Bernardim Ribeiro; [1] e a seu pae, dado a lances amorosos, offerecera Francisco Rodrigues Lobo em 1607 a sua novella do *Pastor Peregrino*; ella comprehendia bem essa linguagem da vida subjectiva. Nos versos de D. Francisco Manuel de Mello apparece a expressão timida de um sentimento que se avigora, diante da situação des-

---

1 Figura no *Cancioneiro geral*, de Resende, de 1516. Em 6 de Maio d'este anno D. Martinho de Castello Branco, Conde de Villa Nova de Portimão, obteve do rei D. Manuel despacho favoravel ao seu requerimento para estabelecer uma *Mancebia* (um lupanar) em Villa Nova de Portimão, cobrando os direitos, assim como os seus descendentes, ainda que a villa seja encorporada na Coróa. Um trisneto d'este, foi o 3.º Conde de Villa Nova, D. Gregorio Thaumaturgo, que casou em segundas nupcias com D. Branca da Silveira, sua sobrinha, sendo directo senhor da *Mancebia* de Portimão. Este facto interessa para avaliar o seu caracter antipathico.

graçada que o commove, casada com o tio envenenador.

Medo e Obediencia

Quantas vezes conheço o meu cuidado,
 E contemplo na duvida que o espera;
 Tantas e muitas mais, d'elle quizera
 Antes ser despedido, que enganado.
Torno a cuidar despois que inda apartado
 Quem me assegura a mi, de que o estivera?
 Se para sempre amar sempre é uma éra,
 Para sempre temer, sempre um estado.
Já propuz de passar o mundo a êsmo,
 Pois no Tempo, Logar, Fé, Gosto e Morte
 A fraude é certa, e nunca conhecida.
Vós, que sabeis de mi mais do que eu mesmo,
 Ensinae-me a viver com minha sorte,
 Farei de todo vossas Sorte e Vida.

(*Tubo de Caliope*, p. 14.)

Lamentando o infelice casamento de huma Dama

Rubi, cujo valor não conhecido
 Foi do *vil* lapidario a quem foi dado;
 Diamante, que quando mais guardado
 D'entre as mãos de seu dono foi perdido.
Zafiro singular, que foi vendido
 A quem em ferro o tem mal engastado.
 Aver, que por se haver em vão achado,
 Em pastas de carvão foi convertido.
Perola sem egual, pouco estimada
 Do barbaro boçal indio inorante,
 Por quem, acaso, foi do mar levada,
Sois na fortuna; mas dissemilhante
 No valor, se ante vós não valem nada
 Zafir, Perola, Aver, Rubi, Diamante.

(*Ib.*, p. 49.)

Na Silva XIX (*Tiorba de Polymnia*, p. 215) refere-se vagamente ao titulo da amante:

Vila para quererla, y assi la quise,
Que ninguno la vió tan adorada
Sin temella mudada;
Yo solo no, por mas que el tiempo avise
De su mudança; yo que, aun que la lloro
Améla tanto, que offendido adoro.

....

Esforçando la dicha el ardimiento,
Repitese la llama, y la osadia,
Mientras *la ingrata mia*
Burla mi fé y mi verdad ultraja,
Y de Celio las ansias agasaja.

....

......humareda sonorosa tanta
Sus bellos combatidos ojos ciega,
Que obligada no niega
(Aun *contra el ñudo del Hymineo santo*
De Celio a la cerviz antes pendiente,
Que de esperanças perfidas se aliente.

Nos Tercetos XIII (*Tiorba,* pag. 202) descreve a crise extrema do seu amor:

Basta para saber, *que soy d'aquellos*
De quien la fama castellana dice,
Que nace Amor, y vive Amor entre ellos.

....

Assi de Amor los passos y camiño
Varios años segui, por partes varias,
Buscando mi custoso desatino.
Por el vi las campañas solitarias
Del largo mar, por el vi las regiones
De las gentes remotas y contrarias.
Por seguir su milicia y sus pendones,
Pajaro implume, abandonando el nido,
Antes vesti, que plumas, ocasiones.
Supe mas de querer que de querido,
Sufri desdenes y provê recelos
Passé la ausencia y resisti el olvido.
Encontróme la furia de los celos;
Enfin quiso el Amor en mi paciencia,
Como flechas rompió, romper desvelos.

Desesperado pues, de resistencia
Entreguéme a merced, ante el império
De una siempre atrocissima violencia.
En esta ceguedad y cautiverio
Vivo, señora, donde esclavo odoro
Mi propria perdicion como misterio.

O poeta emprega intencionalmente a palavra *branca*, em um dos Tonos que se cantavam na côrte e para a qual compoz a musica o Maestro Gaspar dos Reys, mestre da Capella de S. Julião e depois da sé de Braga:

Blanca de los cabos negros
hermosos tan cabalmente
....
Lo negro sobre lo *blanco*
nos pone descreta siempre,
que al negro cabello manda
adorne la *blanca* frente
....
Dulce tempestad, el alma
corre entre ellos dulcemente;
desde el azavache en ondas,
a las arenas en *nieve*.
Que Mapa hermoso se ha visto,
donde junta-se nos mostren
el Mar Negro en el Mar *Blanco*,
el Mar Roxo en Mar de *leche?*

ESTREBILLO

Ay como lloro, mas ay como canto
que tus estremos,
niña, paguemos
quedando todos tus negros,
mas todos quedando *en blanco*.

(*Tono* XVI.)

Em um Romance *Pidiendo una Dama la me-*

moria de los Libros que elle Autor tenia en su casa, aponta o quadro dos seus tragicos amores:

De un Amor mas fiel que el *Fido*
se halla *escura una Tragedia,*
que de Amor la lengua antigua
no ay gusto que la entienda.

(*Avena de Tersicore*, p. 73.)

O Soneto CXVI (*Harpa de Melpomene,* p. 59) *Bolviendo a ver la causa de su perdicion,* tem seu tanto de dantesco:

En medio de las treguas de una vida
Con mas de aborrecida que olvidada,
Manda el Amor que corra desatada
La nueva sangre de la antigua herida.

Tal en el pedernal donde escondida
La centella assistio dissimulada,
Despues del ezlavon solicitada,
Responde al golpe, de quien fué perdida.

Custosa obligacion: Quando el olvido
Con sangre se pagó! O Amor, que tarde,
Remedias los errores de la suerte,

No que revoques la que corre pido;
Pero que el alma alguna vena guarde
Con que pueda otra vez obedecerte.

O Soneto CXXXV, *Viendo-se muger la que se vio niña,* como que commenta o anagrama de *Nueva la vi:*

Al dispuntar de tus divinos rayos
Infante luz, yo levanté los ojos,
Rayos ya tan ardientes, ya tan rojos,
Como palidos fueron mis desmayos.

Tiernas flechas, de un niño Amor ensayos,
Eran antes tus faciles enojos,
Mas siempre prometiendo a tus despojos
Ricos Agostos por sus verdes Mayos.

Entonces pretendi de mi cuidado
Tiernamente decir lo que oso agora,
Otra ves de tus rayos obligado.

La fé de ruega (que su riezgo adora)
Que adviertas que tu Sol tendrá abrasado
A quien ceniças le dexó tu Aurora!

No Soneto XCVIII (datado de Madrid, de 1640) com a rubrica *Cuentas con su perdicion* refere-se ao amor illicito que o empolga (Livia = *Branca)*.

Livia, por mas que sin raçon intente
Desponer de los casos la fortuna,
Mis desengaños con prudencia alguna,
Quien duda los movió como prudente.
Lo mejor de mi edad arde impaciente
De tu illicito amor llama importuna,
Que encendida en las tablas de la cuna,
Las del negro ataúde amaga ardiente.
No camiña la vida tan de espacio
Como el error; no son unos los dias;
Pues por que intentaras lo sea el engano?
Troquemos aquel siglo a un breve espacio.
Y d'essas horas que levaste mias
Dáme una hora (si quiera) al desengano.

No Soneto LXX (datado de Lisboa de 1642) ha uma intensidade de sentimento que corresponde a uma empolgante realidade:

Que secreta violencia a vuestro culto
Lleva, Señora, el pensamiento mio?
Y que gustosamente mi alvedrio
Prostrado adora el milagroso bulto.?

Que modo tan estraño y tan oculto
  Es este de obligar en que porfio?
  Lloro, espero, obedezco y desconfio,
  Creo, dudo, prometto y difficulto?
Sin falta esto es Amor, que poderoso
  Para vencer los impossibles sobra;
  Mas quien se admirará del vencimiento.
Siendo Amor el artifice ingenioso,
  Siendo yo la materia de la obra,
  Siendo vuestro poder el instrumiento?

Tambem da efflorescencia poetica faiscaram os Epigramas sobre D. Gregorio Thaumaturgo, e ainda á sua creada Elena da Cunha. [1]

---

1 Nas *Obras metricas (Viola de Thalia)* tem D. Francisco Manuel de Mello dois Epigrammas *A hum pouco venturoso em casamentos:*

Sempronio se descasou
  de Lesbia, d'ella ser tal;
  porém nada escarmentou,
  tomou Livia por mulher,
  sobre elle logo gritou.
Julio e a sogra, accode á filha,
  bradam todos; e um Doutor
  quer pôr em paz a quadrilha,
  dizendo que *era o sabor*
  que se tomou da vasilha.

Este nome de Sempronio substitue-se mentalmente por Gregorio e ahi temos os tres casamentos do Conde de Villa Nova. O segundo Epigramma, não é menos causticante:

Ticio, que aos Deuses se eguala,
  Saturno tem na corcova;
  na testa a Lua por gala
  na mão Jupiter; na alcova
  Venus; Mercurio na falla.

Ao tempo da Revolução do 1.° de Dezembro de 1640, o Conde de Villa Nova, D. Gregorio Thaumaturgo achava-se residindo na côrte de Madrid, [1] com muitos outros fidalgos portuguezes chamados por Philippe IV; mas d'elle lê-se nas genealogias, que se refugiara em Castella por ter envenenado sua mulher D. Guiomar de Castro, filha de D. Lourenço de Castro, Conde de Odemira e de D. Maria da Silveira, aparentando-se por este casamento na Casa de Bragança. Explica este facto, como conseguindo o Conde de Villa Nova escapar-se de Madrid solertemente, se appresentou a D. João IV, que o nomeou logo *Guarda-Mór da Pessôa de El Rei*, e Gentilho-

---

Na crueldade Marte; e logo
nada quer do Sol; e teima,
que lhe hade fazer máo jogo
Porque diz que o Sol, que queima,
e elle tem medo do fogo.

Provavelmente por que *cheiraria a côrno queimado?* subentende-se. Estes e outros Epigrammas congeneres concitariam o odio encarniçado de D. Gregorio contra D. Francisco Manuel de Mello. A Decima epigrammatica *De ciumes a hũa Elena, que tomou amores com um fulano de Lião,* parece aludir á aia da Condessa de Villa Nova:

Parti-me, *senhora Elena*
mas vós, que sois de tramoya,
déstes c'o cavallo em Troya
para me dardes mais pena.

(*Obras metricas,* II, 224.)

1 Rebello da Silva, *Hist. de Portugal,* no seculo XVII, t. IX, p. 381.

mem da Camara do principe D. Theodosio. D. Francisco Manuel de Mello conhecera-o em Madrid, e não ignoraria a infamissima aventura de envenenamento da esposa. Na situação favoravel em que se achou D. Gregorio Thaumaturgo, tratou de em segundas nupcias casar-se com sua sobrinha D. Branca da Silveira, filha de D. Luiz da Silveira, Conde de Sortelha e de sua irmã D. Maria de Vilhena. [1] É a esta dama que se referiu D. Francisco Manuel de Mello, como, segundo as Memorias do Bispo de Gram Pará deduz-se o anagramma *Nueva la vi,* do titulo da Condessa de *Villa Nova.*

A discordia entre D. Gregorio Thaumaturgo com a sobrinha, sua segunda esposa, proveiu da causa preexistente, que infelicitara a primeira consorte D. Guiomar da Silva. D. Gregorio mantinha amores com uma creada de sua casa chamada Elena da Cunha, da qual nasceu-lhe um filho que teve o nome de Gregorio. Para cohonestar a situação da creada em sua casa, fez-lhe o casamento com o seu criado Francisco Cardoso, que legitimou o Gregorinho por subsequente matrimonio. Todos estes factos se passaram antes de 1643, em que Francisco Cardoso, marido de Elena da Cunha, era mordômo da casa do Conde de Villa Nova, sendo assassinado.

D. Branca da Silveira não se conformava

---

1 *Genealogia* de Severim, na Bibl. nac. Albergaria, *Triunfo de la Nobleza lusitana.*

com as relações do Conde de Villa Nova com a sua aia Elena da Cunha, casada já com o mordomo: e tendo perdido os filhos ao nascer, angustiada pelas intrigas domesticas, recolheu-se por 1646 ao Convento de Sant'Anna, morrendo *dois annos depois*, em 1649. Convinha ao Conde de Villa Nova justificar esta deploravel situação da familia, calumniando a joven esposa, que prematuramente succumbira. Em 19 de Novembro de 1644 é prezo D. Francisco Manuel de Mello na Torre de S. Sebastião (do Restello) por processo de accusação de Domingos Cardoso e seu neto Gregorio, como mandante do assassinato de Francisco Cardoso. Bem se provou que Marcos Ribeiro fôra o mandante por adulterio de sua mulher com o Francisco Cardoso, tendo sido prezos tres individuos, que foram executados por sentença judicial. Induzido pelo Conde de Villa Nova, com as suas altas influencias junto de D. João IV, Domingos Cardoso depois do *caso julgado,* promove a accusação de D. Francisco Manuel de Mello, pelo testemunho de seu criado João Vicente, revelando-se pelos absurdos juridicos e iniquidade abrupta dos juizes a influencia implacavel de um occulto mas omnipotente poder, D. João IV, fazendo soffrer com refinada crueza doze annos de prizão e seis de degredo pela falsa accusação o desventurado D. Francisco Manuel de Mello, que tanto trabalhara para o elevar ao throno.

O odio entranhavel do 3.º Conde de Villa Nova, aggravado pela malevolencia de D. João

IV, deu logar á lenda dos amores de D. Francisco Manuel de Mello com D. Branca da Silveira e á rivalidade ferida do regio amante. Quando o gentil Mestre de Campo e delicado poeta chegou a Lisboa em 1641, frequentava a côrte a joven Condessa; ahi figurou D. Francisco Manuel de Mello nos divertimentos poeticos e musicaes, que promovia D. João IV.

Na Egloga I, *Casamento,* fez assim o retrato da mulher do seu gosto:

Quanto a côr, se eu lh'a escolhera,
  Fôra *branca*, como a prata,
  No cabello amanhecera,
  Carão mole como cera,
  Collo fresco como nata.
Os olhos foram retalhos
  Do céo, por quartas ou sesmos;
  Castelhãos, em lançar talhos,
  Grandes, como meus trabalhos,
  Formosos, como elles mesmos.
Faces, de camoeza nova,
  Dentes por ordem de guerra,
  Boca justa como trova;
  Se tiver na barba cóva;
  Hi vos digo eu que me enterro.
Mãos de alféloa *branca* e doce,
  Talho de juiz bemquisto,
  Corpo, que em vêl-o remoce,
  Pésinho que se não roce,
  O demais, assim como isto.

(*Çanfonha de Euterpe,* p. 59.)

Duas vezes quer o poeta, que a mulher idealisada seja de tez *branca,* como a prata, e as mãos *brancas* como a alféloa. Não indicará esta feição o typo aristocratico de D. Branca da Sil-

veira? O outro ponto da Egloga faz o retrato da mulher burgueza:

Unha com carne c'oa róca,
  Que na feira os fuzos feire,
  Grande alma de maçaroca,
  E saiba, pois que lhe toca
  Quantos pães dá um alqueire.

E mostra todo o seu desdem por certa classe de mulheres ou damas:

D'estas que lêem patranhas,
  Suspiram Motes de cór,
  Entendem fallas extranhas,
  Quer de amor, quer de Façanhas,
  Livre-nos nosso Senhor.

Insiste nos encantos da mulher plebêa, submissa, nova, sem arrebiques:

Tu não me podes negar
  Que a mulher pôldra se quer,
  Para poder-se amançar;
  Por isto a vou desejar,
  Mais cachópa que mulher.

....

Ser egual ou ser mais baixa
  Pouco importa entre nós já;
  Se é nobre, tudo é fataxa
  Eu não caso pela taxa,
  Como o que acho, e bem me está.

....

Tomara que fôra cham,
  Amiga de usos antigos
  Do cadarço para a lã;
  A mulher moça e loucã
  C'os fatos veste os perigos.

Trinta chaves com trambolho
Ao coz da vasquinha prezo,
Que co' estôjo façam mólho,
Olhar, que em lançando o olho,
Veja toda a casa em pezo.
Arrecadada, guardosa,
De comadres quanto menos,
Nemmigalha de gulosa,
Lave, esfregue, amasse e coza,
Saiba fazer aldemenos.

Um facto casualmente colhido pelos linhagistas vem acclarar a lenda: «A primeira Condessa de Villa Nova de Portimão tinha uma aia chamada *D. Helena da Cunha* de quem o Conde teve um *filho bastardo ao qual poz o nome de Gregorio,* reconhecendo-o e fazendo-lhe varias doações; e *casou a aia com seu mordomo Francisco Cardoso.*» [1] D'entre uns ineditos Mss. da Livraria Azevedo de Vasconcellos, de Elvas, offereceu-nos o erudito Antonio Thomaz Pires um papel com a rubrica *D. Francisco Manuel a* D. Helena *pedindo-lhe que sobre ella fizesse alguma cousa.*

Eis o texto gracioso da carta, que parece referir-se a pessôa inculta:

Pois mandaes que levante a minha penna,
e sobre vós, senhora *Dona Helena,*
vêde agora que bem se desempulha:
vae sobre vós; e fóra vae de pulha;
porque homem eu sou tão bem creado,
que me não meto em vós sem ser mandado.

---

1 Sanches de Baena, *Gil Vicente*, p. 136.

Mandaes-me, como quem me faz negaça,
que sobre vós alguma cousa faça,
no que não errarei em quanto escrevo,
se fizer sobre vós tudo o que devo.
E pois que as obras são desconcertadas,
pelo menos hamde ir mui bem fundadas,
entendendo que n'este darei fruito,
porque me desforrei por fazer muito.
Mas que heide fazer sobre vós toda,
se ha quem vos traz essa cabeça á roda?
porém calo-me, porque quero agora
trabalhar sobre vós, minha senhora.

Deprehende-se que a aia Helena da Cunha, envaidecida das relações com D. Gregorio Thaumaturgo, tambem pretendeu ser celebrada em versos *sobre ella* por D. Francisco Manuel. Está-se desvendando o meio odioso em que teceram primeiro as calumnias contra D. Branca da Silveira, e depois do assassinato do marido Francisco Cardoso essa Helena da Cunha cooperou no odio vingativo do amante, o Conde de Villa Nova.

Na *Carta de Guia de Casados,* traz D. Francisco Manuel de Mello uma observação ácerca dos *Maridos calacciros de criadas,* com o realismo de caso seu conhecido: «Parece-me será rasão fazer uma breve lembrança a alguns, que dão em se torcer para as criadas, com grande perigo, certo, da reputação da sua casa, a quem elles mesmos são aleivosos, e merecedores que em seu damno com semelhante ousadia sejam de Deus castigados.

«Sendo certo que *a morte principal para todo o perigo dos homens é o illicito trato com as mu-*

lheres, nenhum dos mais licenciosos resulta em tão pessimos effeitos como aquelle que se toma dentro da propria casa. *O desconcerto do senhor d'ella é logo bem aprendido da familia, e como um delicto chame por outro*, elles se multiplicam até em um triste excesso.

«*As criadas, vendo-se queridas de seus amos, conspiram logo contra as senhoras, traçando de ordinario taes enredos*, que, não contentes da primeira offensa, as procuram depois, *da honra e da vida. Algumas com esperança de succederem em seus logares (como não poucas vezes acontece)*; outras, por gosar mais soltamente sua liberdade. *D'aqui vimos tragedias lastimosas*; d'aqui vimos bodas infames.» *(Op. cit.*, p. 163. Ed. 1873.*)*

Agora a causa por que D. João IV exerceu a sua omnipotencia servindo o odio estupido de D. Gregorio Thaumaturgo e o seu terror politico; a ADVERTENCIA em cota ao ms. da *Justificação* tem este adminiculo na que está trasladada no ms. do *Tacito portuguez*, valioso inedito de D. Francisco Manuel de Mello: «Dom João José Ansberto de Noronha, Conde de San Lourenço, homem de prodigiosa memoria e muito grande instrucção em toda a litteratura e historia, me disse hoje, 4 de Maio de 1700 — que não ouvira jámais fallar n'esta briga, mas sim, que sendo D. Francisco Manuel suspeitoso ao Rei por algumas informações de Castella, ou verdadeiras ou falsas, fizera propôr a D. Francisco Manuel pela Condessa de Villa Nova, o plano de uma

conspiração contra o Rei, ferindo pelos mesmos pontos das noticias ou suspeitas que tivera. Á conversação d'esta nova Dalila assistiu o Rei occulto com um panno de raz, e o infeliz amante de condescender na proposição, e a fineza de não a denunciar, caíu na desgraça do Rei para não incorrer na de traidor.»

O eco d'esta tradição palaciana apparece nas *Memorias do Bispo do Gran-Pará*: «A Condessa de Villa Nova e *Figueiró*,[1] foi objecto das affeições de D. Francisco Manuel de Mello. Allude a ella quando diz *Nueva la vi*. D. João IV, querendo provar a fidelidade de D. Francisco, persuadiu a Condessa que o tentasse. D. Francisco Manuel, para lisongeal-a, disse que seguiria o partido de Castella. Foi prezo. Assim m'o con-

1 O titulo de *Figueiró* foi ajuntado ao de *Villa Nova*, pelo terceiro casamento de D. Gregorio, com sua parenta D. Marianna de Lencastre, filha de D. Lourenço de Lencastre e de D. Inez de Noronha; como ella não teve filhos passou o titulo do Conde de *Figueiró* para um sobrinho neto de sua irmã. D'esta confusão dos titulos veiu o erro dos linhagistas Cabedo e Moniz Castello Branco, de julgarem esta D. Marianna de Lencastre, que sobreviveu a seu marido fallecido em 1662, a heroina dos amores com D. Francisco Manuel de Mello e D. João IV. Camillo seguiu esta versão, tendo comtudo annos depois apontado a data do fallecimento de D. Gregorio Thaumaturgo, que torna impossivel o envenenamento d'essa terceira esposa: "como guardasse ainda algum residuo de veneno que matara D. Guiomar da Silva, ministrou-o a D. Marianna de Alencastre com egual exito, vindo assim a condessa a morrer pouco tempo depois de denunciada." (Ed. *Carta de Guia de Casados*, p. 48.)

tou o Conde de S. Lourenço.» *(Op. cit.*, p. 188.) Camillo, annotando esta passagem, observa: «Se o caso é verosimil, ahi está a dilucidal-o o mysterio do longo encarceramento do grande escriptor. Repugna crêr tão estupida perversidade em D. João IV.»

No interessante estudo sobre a *Bibliotheca de Musica de D. João IV*, por Ernest David, estribado nos trabalhos fundamentaes de Joaquim de Vasconcellos, descrevem-se as differentes composições dos mestres italianos do seculo XVII, que elaboraram os elementos formativos da Opera. Este facto nos revela a orientação artistica de D. João IV, e o motivo da intimidade litteraria com D. Francisco Manuel de Mello. Escreve Joaquim de Vasconcellos: «Tendo D. João IV conhecimento profundo de todo o movimento musical que se passava na Europa, facil foi um accordo para introduzirem nos divertimentos do paço *os primeiros germens da Opera.* Assim andaram os dois homens egualmente notaveis por algum tempo de mãos dadas.» [1] As riquezas da maravilhosa Livraria de Musica suscitavam essa iniciativa: «As producções do periodo revolucionario que começou nos primeiros annos do seculo XVII, não eram ahi defficientes. Ahi se podia achar as *Nuove Musiche* de Giulio Caccini, a *Eu-*

1 *Os Musicos Portuguezes*, t. I, p. 253. Ahi cita a nossa cooperação para a biographia de D. Francisco Manuel de Mello.

ridice de Peri e os *Madrigali guerrieri ed amorosi* de Monteverde, e a *Selva morale e spirituale* do mesmo maestro; o *Anfiparnasso* e a *Selva di varie recreazione*, de Orazio Vecchi; os *Madrigaes* de Gesualdo, principe de Venesa; *il Lauro verde* e *il Lauro secco*, do celebre Luca Marenzio sobrenominado *il piu dolce cigno dell'Italie*; os Madrigaes chromaticos de Cipriano Rore, os de Montoretto, sem esquecer o *Ulisse errante*, de Francesco Sacrati; o *Pianto d'Arianna*, de Francesco Costa; a *Armida del Tasso*, de Francesco Credi; *il Lamento d'Arianna*, de Claudio Peri, e uma multidão de outras obras que fazem já presentir o advento da Opera.» [1] Com esta riqueza de materiaes, encontrou tambem D. João IV um inspirado poeta, conhecedor da technica da versificação, tendo assistido na côrte de Hespanha ás representações das Zarzuelas e aos *Balets* francezes, verdadeiros rudimentos do Drama per musica. Todas as tentativas de D. Francisco Manuel de Mello, acham-se nas suas *Obras metricas*, d'onde se tira o curioso quadro: «Pelas rubricas das suas poesias, temos conhecimento de uma *Opera* representada antes de 1644, que se intitulava *Juicio de Paris*. Nas suas Obras se conserva o *Prologo heroico para uma Comedia em Musica ó Drama cantado*, com a seguinte rubrica: *Baxará desde el ayre en una nube, un gallardo Pastor que representa a figura*

1 *Revue et Gazette musicale*. Paris, An. XLI; 1877.

de Paris. Logo em seguida traz um *Côro de Ninfas prevenido a la Musica del Juicio de Paris.* E tambem: *El Juicio de Paris prevenido a la Lôa cantada de una real Comedia.*» «Por todos estes factos se torna incontestavel a existencia dos primeiros ensaios da *Opera italiana*, ainda envolta em germen nas ideias artisticas da *Opera-Ballet;* porque, com quanto não tenhamos nem a musica nem a letra do *Juicio de Paris,* comtudo pela natureza mesmo do assumpto, podemos concluir que esta *Comedia em musica* ou *Drama cantado* não passava da forma artistica acima mencionada.»

As *Operas-Ballet*, da côrte de França, eram imitadas nas outras côrtes europêas, e modificadas por elementos nacionaes; o seu enthuziasmo prevaleceu na primeira metade do seculo XVII, sendo dominante a fórma italiana: «A França estacionou em 1580 com a *Circé,* por que todos os Bailados seguintes que se representaram até ás *Noces de Thetis et de Pelée,* 1654, não tiveram a importancia da *Circé* para o desenvolvimento da *Opera italiana.* A Italia, consubstanciada artistico-scientifica e litterariamente, na *Academia Florentina*, continuou a ideia nascida em França, e assim vemos a *Opera-Ballet* chegada á sua perfeição em 1580 com a *Circé* transformada em Florença na verdadeira *Opera italiana,* cujos primeiros iniciadores se chamam pela ordem chronologica das suas producções, Caccini, Peri, Emilio del Cavaliere, Monteverde e Ca-

vali.» [1] D. Francisco Manuel de Mello chegara ás fontes vivas da musica moderna; na *Fistula de Urania*, colligiu as suas *Cancionetas e Balatas al Modo italiano*, e os *Madrigales para musica al Modo italiano*. N'esses versos conhece-se o systema da accentuação prosodica adaptando-se á accentuação melodica. Como poeta, elle escrevia a letra para os *Villancicos*, que se cantavam nos intervallos dos officios religiosos do Natal e mesmo das Missas festivas. Mas a sua maior actividade exerceu-se na composição de *Tonos*, cantados na côrte com musica de mestres insignes como João Soares Rebello, que dirigiu a educação musical de D. João IV, e como seu irmão Marcos Soares, [2] e mestres das Cathedraes de Lisboa, de Braga e mesmo de Hespanha. Nove d'esses *Tonos* foram postos em musica por Frei Felipe da Madre de Deus, que deixara a côrte de Filippe IV para vir para a de D. João IV. Tem personalidade historica os compositores Fr. Luiz de Christo, Gaspar dos Reis, Antonio Marques (Lesbio?) e Esteval de Faria, dos quaes se encontram noticias em Barbosa Machado, Joaquim de Vasconcellos e Ernesto Vieira. O *Tono*

---

1 J. de Vasconcellos, *Op. cit.*, p. 253.

2 Mais se verifica as relações do poeta com a côrte pelo Tono XXII, cuja musica compoz Marcos Soares: *Haviendo llegado las Damas a su Porteria para subir a Palacio, se hallava dormido el portero a quien llamaram en vano: y por celebrar esta accion, se escrevió este tono: Buelen, nuestras señoras*, etc.

pela sua fórma poetica, pelo seu estribilho seguindo-se a uma quadra, lembra a *Seguidilha,* desenvolvida poetica e musicalmente. Seria este o germen da Canzone, de que os italianos fizeram a *Aria.* Quando a Côrte ia para Salvaterra era uma das distracções favoritas a musica. E foi n'esse meio cortazanesco que D. Francisco se achou *mexericado*, tal como da sua propria desgraça revelou Camões. Na *Viola de Talia* (p. 215), traz umas quadras: *Estando a Côrte em Salvaterra, com um papel em nome do sabio Alfaqui se mandou perguntar ao Autor avisasse do que lhe parecia peor em aquella villa.* — D. Francisco Manuel fez uma enumeração com graça, e termina:

> Item, me enfadam e me cançam
> Mexeriquitos de além,
> Não só porque mexericam,
> Mas por outros mil porquês.
>
> Item, *me enfada um Juiz*
> *Que dá agora em me prender,*
> Por enfadado, e que solta
> Os enfadonhos sem lêr.
>
> (Rom. XXIV.)

N'este meio terrivel é que se entreteceram as intrigas de amores romanescos, de odios rancorosos, e os reconcentrados resentimentos da prepotencia, em que cooperavam as invejas do talento, da valentia e da generosidade com que afoutamente dominava. Não podendo envolvel-o nas denuncias de conjura, recorreram á calumnia

ou á felonia da Meza da Consciencia e Ordens para o inutilizarem. Em estes antecedentes da vida artistica de D. Francisco Manuel de Mello, é que se patenteia o fundo detestavel do caracter de D. João IV.

A perseguição de D. Francisco Manuel de Mello por D. João IV, com quem tanto cooperara na longa e perigosa conspiração que produziu o levantamento unanime de 1640, não foi um facto isolado; explica-se como outros analogos pelos covardes terrores do monarcha. Escreve João Francisco Lisboa: «No interior as intrigas, as rivalidades, o desalento, a inconsciencia de muitos d'aquelles que em Villa Viçosa tinham arrastado D. João IV para o throno, as repetidas conspirações aggravaram o seu caracter timido e irresoluto, e o tornaram sombrio e suspeitoso. Os terrores do carrasco castelhano o impelliam a procurar muitas vezes a salvação no ministerio do carrasco portuguez e assim o vimos á volta dos verdadeiros conjurados sacrificar Francisco de Lucena, ministro habil e fiel, perseguir e prender servidores dedicados, como o Marquez de Montalvão, e sobretudo Mathias de Albuquerque, justamente quando este acabara de ganhar-lhe uma grande victoria.» [1] D. Francisco Manuel de Mello reconheceu o meio em que se achava; allude na *Justificação* ás rivalidades que lhe disputaram os póstos que lhe competiam:

---

1 *Vida do Padre Antonio Vieira,* pag. 36.

«Aquelles que todos cuidaram poderia ser empregado, se desviaram. — No mesmo dia em que eu estava diante de um esquadrão, governando contra os inimigos de V. M., estava alguma pessoa, — que d'esta pratica já haverá dado a Deus conta, — n'esse Paço persuadindo a V. M. me mandasse prender porque eu sem duvida, — a juizo da sua bondade — ia com animo de me passar a Castella. Fundava bem esta suspeita em me haver eu excusado de destemunhar contra Francisco de Lucena aquillo que eu não sabia. Fui d'esta acção avisado, porque a pratica não parou nos ouvidos de V. M. Então por satisfação minha, tomando a ousadia da verdade escrevi a V. M. uma carta a que — foi servido de me mandar responder em outra — em 4 de janeiro de 1642 — «de vossos procedimentos tenho a devida satisfação. E fico certo que em tudo o mais que se offerecer de meu serviço, procedereis sempre muito como deveis ás obrigações de quem sois, e á confiança que eu faço de vossa pessoa.»

D. João IV ainda o empregou em serviços de confiança, e até nos seus trabalhos musicaes, para os quaes D. Francisco Manuel de Mello escrevia as poesias. Em uma crise de sombrios terrores e suspeitas, envolveu o rei aquelle varão prestante e alta intelligencia mandando-o prender em uma torre ou praça de guerra. Ante esse facto, que se tornou uma invencivel fatalidade na sua vida, o poeta adoptou a divisa *Quare?* a pergunta insoluvel ante a sphinge coroada. Por-

que rasão? A resposta historica resume-se em um effeito de psychologia morbida.

D. Branca da Silveira amou D. Francisco Manuel de Mello, e recolhendo-se ao Mosteiro de Santa Anna depois da prizão do poeta, faleceu *dois annos* depois em 1649, quando se dava a sentença condemnatoria contra elle. Uma pagina d'esses amores entrevesse em alguns calorosos Sonetos, de uma intima e profunda poesia vivida.

Reconstruidos os elementos historicos do processo judiciario, ainda não encontrado entre os livros findos, pelo Memorial appresentado a D. João IV, apoz a concessão da terceira instancia, e pela *Justificação* em que analysara as monstruosidades do Juizo dos Cavalleiros, resta o *elemento tradicional*, que nem Camillo nem Prestage conseguiram penetrar. Essas tradições mostram que o encarniçamento de D. João IV proveiu de um *ciume*, da rivalidade de amante despeitado. A primeira referencia a essa aventura amorosa foi consignada em um dos dez volumes das Linhagens colligidas por José Cabedo de Vasconcellos e Manuel Moniz de Castelo Branco; embora estes genealogistas coévos errassem o nome da Condessa de Villa Nova, e portanto a epoca da aventura, pela edade que dão a D. Francisco Manuel, aproximam-se da realidade: «Entre varios amadores, acceitou os requebros do rei, porque era D. João IV, e os de D. Francisco Manuel de Mello, porque era gentil, moço de trinta annos (em 1641, quando voltou a Portugal, contava 33 annos, observa Prestage), co-

rajoso e forte, o primeiro e mais galan de quantos abrilhantavam os saráos da primeira fidalguia.» Por esta data fixa-se com rigor qual foi a *Condessa de Villa Nova* d'entre as tres esposas com que se matrimoniou D. Gregorio Thaumaturgo. Os linhagistas referem o encontro do rei D. João IV e D. Francisco Manuel, no Pateo das Columnas do palacio proximo do Limoeiro, esgrimindo na escuridão sem se conhecerem e fugindo depois cada um para seu lado ao apparecimento de uma luz no patamar da escadaria. Camillo, summariando esta noticia, prejudicou-a romantisando o quadro, que chegou a ser considerado como de sua invenção. Esta tradição do seculo XVII foi consignada por curiosos, com o titulo de ADVERTENCIA nas margens do manuscripto da *Justificação* de D. Francisco Manuel de Mello. No Manuscripto do *Tacito portuguez* (Ms. 830 da Bibl. nac.) foi essa ADVERTENCIA transcripta por 1790, ajuntando-lhe o copista o parecer do Conde de S. Lourenço, «que narrou uma combinação de D. João IV com a *Condessa de Villa Nova* em relação a D. Francisco Manuel, mas *não ouviu nunca fallar na briga.*» A combinação era fazer certa pergunta a D. Francisco Manuel, sobre sympathias castelhanas. Bastam-nos as intimidades dos tres personagens para accentuar a realidade historica do ciume do rei. No Manuscripto da *Justificação* pertencente ao Dr. Ayres de Campos, tambem se acha a ADVERTENCIA, que este erudito philologo communicou ao bibliographo Innocencio Francisco da Silva,

que em 1859 a publicou no *Diccionario bibliographico;* esse texto resumido é egual ao da ADVERTENCIA, que acompanhava a *Justificação* publicada por Camillo na sua edição da *Carta de Guia de Casados* de 1873 (p. 42); ahi se lê: «Item: *dizem*, que a má vontade com que el-rei D. João 4.° se mostrou n'esta dependencia de D. Francisco, procedera de se encontrar com elle uma noite em a porta do Pateo das Columnas, que está nas casas contiguas ao Limoeiro em que morava então a *Condessa de Villa Nova* (senhora de muito bem fazer a quem lh'o pedia).» Esta ADVERTENCIA tambem foi discutida ineptamente attribuindo-a a malevolencia de Camillo! Como em nenhum d'esses traslados se diz qual das tres *Condessas de Villa Nova* foi a da aventura do duello na sombra, imaginou Gomes de Brito, que o Dr. Ayres de Campos occultara discretamente «resolvendo omittir o nome da dama, que deu causa a este reboliço.» Camillo, ao determinar qual das tres *Condessas de Villa Nova* era a amada por D. Francisco Manuel, acceitou o erro dos linhagistas Cabedo de Vasconcellos e Moniz Castello Branco, que consideraram a terceira mulher de D. Gregorio, D. Marianna de Lencastre, com quem casou depois de enviuvar da sua segunda mulher em 1649, quando D. Francisco Manuel já contava mais de cinco annos de carcere, a qual veiu a sobreviver ao Conde de Villa Nova falecido em 1662. O proprio Camillo veiu a apontar este facto na *Bohemia do espirito.* A primeira esposa, que morreu envenenada

pelo Conde de Villa Nova, foi D. Guiomar da Silva ou de Castro, fugindo em seguida para Castella, d'onde se repatriou em 1640; esta fica tambem excluida da aventura amorosa. Resta a segunda esposa, a sobrinha do Conde, D. Beatriz da Silveira, filha de sua irmã D. Maria de *Vilhena* e do Conde de Sortelha e sua unica herdeira, nascida por 1615 a 16. Camillo, encostando-se á informação de Cabedo, não só errou o nome em *D. Brazia de Vilhena* como á D. Marianna, que convolou a segundas nupcias depois de 1662, fez victima de veneno propinado por D. Gregorio Thaumaturgo. Esta, tambem herdeira do titulo de Figueiró, foi considerada nas *Memorias* do Bispo do Grão Pará como a namorada de D. Francisco Manuel, intitulando-a Condessa de *Villa Nova e Figueiró*. Camillo, sem apurar as legendas, pela informação simples do linhagista «pouco menos de textualmente copiado do codice genealogico de Cabedo, que diz ter conhecido todos ou quasi todos os figurantes da horrenda historia», exclamou enthusiasticamente: «Não podemos desejar mais claridade no mysterio, que tanto deu que meditar e conjecturar no decurso de quasi dois seculos e meio.» (p. 48.) Mais embrulhou a meada, quando na *Bohemia do espirito*, convindo-lhe defender D. João IV, diz que o rei «não podia desfazer o que os Tribunaes tinham feito» e tambem «como rei absoluto arrancar D. Francisco Manuel ás prezas do Conde e do Juiz dos Cavalleiros que o condemnou — na sua tal qual cumplicidade de parceiro nos

dissabores do marido de *D. Mariana de Alencastre* a sua interferencia seria duplamente affrontosa...» Prestage rejeita todas essas lendas apresentadas por Camillo Castello Branco «a quem faltavam os predicados de são criterio e exactidão.» E em seguida: «Digamos desde já que nada leva a crêr, que El-Rei fôsse auctor das desgraças de D. Francisco Manuel, antes pelo contrario...» *(Op. cit.*, p. 201.) E n'um negativismo, chega a duvidar que Francisco Cardoso fôsse creado do Conde de Villa Nova, e não ser certo que D. Francisco Manuel «andava de amores com a Condessa.» *(Ib.*, p. 204.) Por isso não se preoccupou em deslindar qual das trez Condessas foi a que occultaram as noticias genealogicas nos seus anachronismos e a ADVERTENCIA do seculo XVIII na vaga indicação titular.

Por uma carta ao Conde Camareiro-mór, datada de 28 de Janeiro de 1650, revela-nos D. Francisco a rasão que o levou a redigir dois Memoriaes para ser um d'elles appresentado a D João IV: «N. (o rei) aqui me tem e me achará para toda a resolução que fôr servido se tome commigo tão firme na pena como na mercê. É no meu animo indifferente o cutello ou a palma, quando a rasão seja quem pegue d'este ou d'aquella insignia. Mais sentirei perder o que podia servir, que o que podia alcançar, e ainda mais que a propria desgraça que me alcança. *Eu fiz dois papeis, um larguissimo*, (que não pude acabar menos com a minha dor), *outro brevissimo, mas certissimos ambos.* Creio estarão hoje em

mãos do Secretario do Estado (foi sua a ordem a de minha reclusão). O *segundo* lhe pedi quizesse offerecer em meu nome, e esse accusa o primeiro, porque se quer, se saiba que foi escripto. Pode-se só lêr este pequeno, porque é quasi todo elle um Psalmo de David, que me parece fallava por minha causa bem mais acreditadamente do que eu o faria.» [1]

O *Memorial*, até hoje conhecido do publico, é esse primeiro e mais extenso, em que dá largas á sua angustia; o *Memorial* brevissimo, que se conservou inedito no archivo do Conde da Silvan e publicado pelo Dr. Prestage na sua obra capital *D. Francisco Manuel de Mello*, é o que deveria ter chegado á mão de D. João IV; na sua carta pergunta ao Camareiro-mór se elle subiria tão alto, «e quando haja subido o que terá obrado.» N'este *Memorial* não ha referencia ao nome de assassinado Francisco Cardoso, escrevendo apenas: «Consta não haver visto nem tratado com tal homem, nem que o morto de mim se queixasse, nem eu d'elle em toda a vida. Nenhuma causa se offerece, por mais que com fingimento mostraram havel-a eu dissimulado para uma tal vingança.» A exhibição dos serviços á Casa de Bragança e a D. João IV tambem não apparece aqui, para poder «guardar a brevidade aos principes e ministros conveniente.» As palavras dos Psalmos com que fechava o Memorial,

1 *Cartas*, Cent. IV, n.º 46.

imprimiam-lhe uma emoção religiosa para fazer sentir a verdade da sua queixa:

«*Et factus sum sicut homo non audiens; et non habens in ore suo redargutiones.*

«*Quoniam in te, Domine, speravi: tu exaudies me, Domine.* (Psal. XXXVII.)

«*Sed tu, Domine, usquequo?* (Ps. VI.) [1]

Na mesma data escrevia a um amigo dando-lhe conta do seu estado: «No mesmo estado estou que antes; porque sem embargo que com *hum largo e bem breve papel*, procurei introduzir minha Justificação e Memoria diante de N. (D. João IV), nem que á sua presença hajam chegado posso ainda fazer certo. Vossa mercê que sabe o que custa perder a esperança do remedio, bem pode avaliar meu sentimento.» (*Cent. IV,* cart. 41.)

Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, dá conta do inedito de D. Francisco Manuel de Mello intitulado *Justificação de suas acções ante Deus, ante sua Magestade e ante o mundo, contra as falsas calumnias impostas dos seus inimigos.*

Barbosa Machado considerou-o um Memorial a D. João IV; como Memorial o tomaram Herculano e Camillo Castello Branco, e ainda depois do Dr. Prestage ter encontrado o *Memorial* authentico dirigido ao rei no Archivo da Casa Silvan, continuou a consideral-o um segundo Me-

---

1 O Dr. Prestage achou esta parte do Memorial avulsa no Cod. ms. da Ajuda, 51-VII, 50, fl. 418, Op. cit., p. 250.

morial. D. Francisco Manuel, como nos revela nas suas Cartas, escreveu essa *Justificação,* mas como lhe saíu extensa de mais, aconselharam-lhe a que a resumisse, se queria que ella fôsse lida. Assim a *Justificação* não teve o destino para que fôra escripta, ficando um simples papel, informatorio de que os curiosos houveram copias; o *Memorial* resumidissimo e com caracter official é que foi apresentado a D. João IV e aos juizes da terceira Instancia, não tendo produzido o esperado effeito benefico.

Como esse documento foi reservado, o traslado que ficou na casa Silvan nunca permaneceu ignorado; d'ahi resultou que nas copias da *Justificação* apparece o encabeçamento de *Memorial a el rei D. João IV. N. S. offerece D. Francisco Manuel de Mello.* Era uma hypothese plausivel; mas pela publicação do inedito da Casa Silvan nasceu a inferencia de que D. Francisco Manuel dirigira um 1.º e um 2.º Memorial ao rei quando lhe foi concedida a terceira Instancia. A carta de D. Francisco Manuel põe em claro este ponto, sobre que não podia haver duvida para quem estude a valer a obra do grande escriptor. Sigamos o exame do processo.

«As testemunhas foram compradas, os juizes coactos. Mas é mais difficil comprehender a inacção regia e os rigores insolitos, usados para com um parente da casa reinante, militar distinctissimo, homem influente por sua familia e amigos, o que tem persuadido a alguns, de que *o verdadeiro perseguidor fosse o proprio sobe-*

rano.» (Prestage, *Op. cit.*, p. 194.) Se o não foi por sua resolução, mais abjecto se torna por ser o iniquo instrumento de uma influencia malevola que durante nove annos se impoz ao animo apathico do rei. É eloquente a representação de D. Francisco Manuel:

«Porém, já agora, parece que pede a rasão, que... informe egualmente a V. A. das culpas que originaram a minha ruina. Varias côres e pretextos pouco decentes lhe quizeram dar meus inimigos... Por fim de tudo, Principe Serenissimo, eu fui culpado em a morte de um homem, que nenhuma outra cousa somma a accusação com que me criminaram fiscaes, partes e juizes. Quarenta testemunhas em minha defeza, que cada huma por qualidade e justificação valiam mais que todos os documentos que contra mim houve, nada, Senhor, valeram. Minha desgraça foi cêra que tapou os ouvidos a meus juizes, foi nuvem que lhe empanou os olhos. Oh perdôem as cinzas de muitos que são mortos, que com paixão me julgaram...

«Emfim me condemnaram em perdição de tudo o que na vida é estimavel, menos a vida, se a vida se pode contar como cousa de estima entre quem perde fazenda, patria e liberdade. — *Por esta propria morte foram trez homens justiçados até o ultimo rigor das leis, lançado outro nas galés para sempre,* não poucos degradados. Eu, sobre nove annos de preso (pena bem capaz de punir maiores culpas), despojado de minha fazenda por grossas condemnações, prohibido em

perpetuo da patria com desterro para o Brazil. Quem deu tanta calidade a um duvidoso erro dos ordinarios da republica? Deu-lh'o, Senhor, o odio e a vingança, que se lançaram da parte da culpa e a fizeram tão grave...

«Tardei, quanto foi necessario, para representar a S. M. minhas lastimas, que commovido realmente d'ellas, houve por bem continuasse em minha prisão, debaixo de um judicial protesto de que estaria presente e seguro, para que se executasse em mim o cumprimento de minha sentença, tanto nas penas pecuniarias como no perpetuo desterro do Brazil, em que estou condemnado.

«Grande será a desconsolação que levarei, deixando a patria ameaçada de uma nova guerra, sem que possa ser participante das victorias promettidas á justiça e generosidade de V. A.»

Dirigindo-se ao Principe D. Theodosio na *Epistola declamatoria*, D. Francisco Manuel errara o alvo; na vida confinada da prizão elle ignorava as antipathias mutuas entre o rei e o principe. Tal pedido, por esta via, era para aggravar mais o rancor que até se communicava aos seus juizes. Referindo-se a um Memorial que fizera chegar a D. João IV, diz D. Francisco Manuel a um seu primo em carta de 25 de Outubro de 1645: «Aqui tive noticia que no Paço se fallara em mim esta manhã. Fazei conta que *juram em vão este meu nome*. Comtudo, para não faltar á obrigação do tempo e de mi mesmo, *escrevi um papel a N.* (D. João IV) *mas segundo o que me dizem que vae por lá, nem de ler o sobres-*

crito haverá hora.» (*Cartas,* Cent. II, n.º 70.) D. Francisco Manuel sentia que D. João IV obedecia a uma instigação malevola permanente, a que nunca se refere. Por isso mesmo se denuncia: era a rainha D. Luiza Francisca de Gusmão, que influindo na morte de Francisco de Lucena, vingava-se de D. Francisco Manuel de Mello não querer jurar contra elle.

A Dama da rainha D. Luiza de Gusmão, prima de D. Francisco, D. Maria de Portugal, pela sua influencia dirigiu-lhe um pedido em favor do perseguido parente «*prezo de pouco,* se foi lançar aos pés da Rainha, banhando-se em lagrimas a pedir a real intercessão por seu primo que era assás homem de bem, semblante muito feio, talvez tanto como era bello espirito.» Deixando a parte caricata d'esta anecdota referida pelo Conde de S. Lourenço, o pedido á Rainha pela Dama da sua intimidade e serviço, mostra que elle bem conhecia uma das fontes da malevolencia que actuava na perdição de D. Francisco Manuel, excusando-o pelo seu *semblante muito feio* para seduzir mulheres, e um *bello espirito* para justificar a natural galanteria. A prizão de D. Francisco Manuel de Mello continuou depois da morte de D. João IV; e sob a regencia de D. Luiza de Gusmão foi para o degredo, vindo só a ser perdoado e rehabilitado quando ela teve de ceder o poder a seu filho Affonso VI e ao seu primeiro ministro o Conde de Castello Melhor. Sobre o caracter de D. Luiza de Gusmão, escreve Ramos Coelho: «De D. Luiza é bem notoria a indisposição con-

tra o cunhado (Infante D. Duarte) motivo principal de deixar a casa fraterna e o reino; o seu animo imperioso e ciumento do marido favorecida pela indifferença do esposo, que lhe abandonava a administração domestica; quanto contribuiu para leval-o a acceitar a corôa e quanto influiu nos casos do governo, durante a sua vida e posteriormente.» *(Hist. do Infante D. Duarte,* t. I, p. 306.)

Prestage, sem prevêr esta influencia, escreve: «nada leva a crêr que el-rei fôsse auctor das desgraças de D. Francisco Manuel... certo que podia ter mitigado a pena do escriptor sem affrontar as leis, por estas reconhecerem ao Grão Mestre a faculdade de modificar as sentenças proferidas pelos tribunaes da Ordem de Christo.» *(Esboço,* p. 201.) Como explicar a seccura e insensibilidade moral de D. João IV, senão por uma influencia malevola irresistivel?

Prestage notou o facto de D. Francisco Manuel «nunca nomear os seus inimigos *que tanto podiam no animo real* — infelizmente os nossos esforços para identifical-os fôram inuteis.» *(Ib.,* p. 205.) O poeta estava absolutamente inhibido de alludir por qualquer fórma á rainha.

Na ADVERTENCIA que apparece em algumas das copias da *Justificação* de D. Francisco Manuel de Mello, lê-se sobre a causa do seu julgamento: «A morte que se fez foi a um Francisco Cardoso, creado do Conde de Villa Nova, D. Gregorio; foram enforcados tres homens por ella, e um que entregou o morto aos homicidas foi con-

demnado a galés.» Isto se referiu na representação.

Nas Genealogias de José Cabedo de Vasconcellos e Manuel Moniz do Castello Branco, precisa-se o facto nas suas particularidades: «Este Cardoso andava de amores adulterinos com uma Catherina, de Enxobregas, mulher de um arrendatario de fóros da casa de Villa Nova, chamado Marcos Ribeiro; sabedor de sua deshonra, — peitou tres creados, que mataram a ferros o mordomo do Conde. Os assassinos foram prezos e, postos a tormentos, declararam quem os mandara.» Estes dados confirma-os D. Francisco Manuel de Mello na sua desassombrada *Justificação*: «Pela morte de Francisco Cardoso, foram os matadores achados e condemnados á morte, o mostrador d'elle a galés.»

Era um caso julgado. Como se recomessa um novo processo, para envolver em uma rêde de illegalidades e iniquidades a D. Francisco Manuel de Mello? Francisco Cardoso passara de creado a mórdomo da Casa do Conde de Villa Nova, porque este o casara com a sua amasia e criada Elena da Cunha; o mandante do assassinato, Marcos Ribeiro, era o arrendatario dos fóros daquella casa. Convinha ao Conde de Villa Nova que Domingos Cardoso, pae do assassinado, requeresse novo julgamento, tendo-se préviamente arranjado testemunhas para indicarem D. Francisco Manuel de Mello como mandante do crime.

Expõe D. Francisco no seu *Memorial*, em relação a Francisco Cardoso: «Consta não haver

visto nem tratado com tal homem, nem que o morto de mim se queixasse, nem eu d'elle em toda a vida. Nenhuma causa se offerece, por mais que com fingimento mostraram havel-a ou dissimulal-a para uma tal vingança.» E diante da repugnante imputação insurge-se o intemerato cavalheiro, o bravo mestre de campo: «Que do mais perdido homem da Republica se não pode presumir fizesse sem causa um tal feito.»

Conheceu promptamente D. Francisco Manuel de Mello quem movia o accusador Domingos Cardoso, para nova sentença: «Em a tal sentença se toma por fundamento, commetteram aquelle delicto *por mandado de certa pessoa,* que os réos varia e injuridicamente *deram a entender ser eu.*» *(Memorial)* Essa insinuação elle a esclarece: «Foram tres os cumplices do delicto; depozeram variamente, sempre sem tormento ou questão d'elle. Disseram em Juizo quatro vezes, *duas me nomearam,* duas não.» Esses testemunhos dos réos convencidos de falsos por sentença da Relação, foram de «Antonio Salvago de Sousa, capitão-mór de Castello de Vide. Foi prezo e julgado, solto e livre. O Alferes Bernardo de Faria. Foi prezo e tão levemente condemnado, que posso dizer e affirmar sahiu solto e livre.

«Consta haver lançado de minha casa a João Vicente, auctor d'este enredo, por não poder soffrer os seus máos procedimentos. Consta do seu escandalo e da sua natural disposição a qualquer modo de vingança, *consta que a prometteu tomar de mim.* Consta haver morto sua mulher por

adulterio, *nomear e perguntar pelo morto*, que não conhecia, *matal-o depois que o conheceu*. Prova-se como, havendo succedido o caso, e sendo notorio e mandado a meus creados a jurar na devassa geral, eu estive sempre em minha casa, sem d'ella fazer ausencia.

«Mostra-se que sendo avisado do dia e hora em que me queriam prender, não fiz alguma mudança, e fui achado em todo o natural e innocente descuido.» *(Memorial.)*

Como é que apparece aqui João Vicente, creado de D. Francisco Manuel de Mello, suggerindo a Domingos Cardoso que o seu antigo amo fôra o mandante do assassinato de seu filho Francisco Cardoso, quando já se tinham executado os assassinos e condemnado Marcos Ribeiro a galés como o indubitavel mandante? É este o *enredo* de que *foi auctor* João Vicente servindo influencias, que para exercer o seu odio se acoitavam ao paço manobrando no animo de D. João IV, nada menos do que o Guarda Mór da Pessoa de El-Rei e Gentilhomem da Camara do principe D. Theodosio. Os linhagistas Cabedo de Vasconcellos e Moniz de Castello Branco, citando o nome de Marcos Ribeiro, como mandante do assassinio de Francisco Cardoso, desconhecendo a vingança promettida de João Vicente, apontam o Conde de Villa Nova insistindo apesar da anterior sentença para a accusação de D. Francisco Manuel. O plano era bem achado: livrava das galés o arrendatario dos seus fóros; conseguia que João Vicente escapasse á acção da justiça, denuncian-

do como mandante seu amo, D. Francisco Manul de Mello, que ficou surprehendido pela infamante noticia. E no seu effectivo *Memorial* escrevia a D. João IV: «Que toda a accusação que se faz contra mim *tem por fundamento o odio,* a invectiva de publicos e encobertos *inimigos, grandes e poderosos,* por varios e injustos respeitos.

«Tem por instrumento a informe, falsa e convencida confissão *de dois homens perdidos e falsarios vis e facinorosos.*» *(Memorial)* Serão esses dois homens o arrendatario Marcos Ribeiro e João Vicente? Este *Memorial* foi dirigido a D. João IV, depois de cinco annos de prizão, em 1649; n'elle examina os trâmites injuridicos e as violações do direito, a monstruosa e insolita sentença de exterminio, que o Juizo da Corôa, a Meza da Consciencia e Ordens e o Juizo dos Cavalleiros lhe infligiram sob a pressão cavillosa de quem tudo podia. Antes de ter sido concedida a terceira Instancia para o julgamento, méramente consultivo para se exercer o final arbitrio do poder real, escrevera D. Francisco a larga *Justificação,* em que expõe os seus serviços feitos á causa da independencia nacional, á Casa de Bragança e pessoalmente ao proprio D. João IV; e confiando na alta influencia do Rei de França, impetrando ao monarcha portuguez a justa benevolencia para esse portuguez valoroso, considerado nas côrtes da Europa, elle nutriu a doce illusão que encontraria em D. João IV a reparação que lhe era devida. Era chegado o momento da intervenção absoluta *(moderadora)* do poder real.

«É presente a V. Magestade, é notorio a todos como estou prezo ha *seis annos*. Qual a causa, qual a prova, quaes os respeitos, que tal o soffrimento, que tão exquisito o rigor com que ordenou a minha fortuna fôsse e seja tratado?

«E porque supposto que a minha justiça foi tantas vezes ventilada, quam poucas foi ditosa! E de todas seriam a V. Magestade sómente referidos pelos juizes seus pareceres sem que appresentassem os motivos em que os fundaram. Permitta-me V. Mag. agora por principio de clemencia que invoco, represente aqui eu brevissimamente o processo da minha causa.

«Pela morte de Francisco Cardoso foram os matadores achados e condemnados á morte, e o mostrador d'elles a galés.

«Em a tal sentença se toma por fundamento commetterem aquelle delicto por mandado de certa pessoa, que os réos varia e injuridicamente deram a entender ser eu.

«Mas a sentença por ser dada entre outras pessoas não póde resultar em meu damno conforme a resolução do Direito tão vulgar, que até eu sei que assim está escripto na Ordenação, Lib. III, art. 81.

«Com tal pretexto de réo fui prezo pelas Justiças seculares, que depois de varios incidentes remetteram a causa para o tribunal da Corôa, porque alli se determinasse o ponto da jurisdicção, o qual sendo julgado a meu favor, fui remettido ao Juizo dos Cavalleiros.

«Pedi então n'elle se pronunciasse sobre a pri-

zão, a que ainda não estava pronunciado, e que para este provimento o juiz se regulasse pela devassa geral, que era só o acto legitimo d'onde podia ou não resultar-me culpa.

«Suspendeu a deliberação d'esse requerimento, emquanto se ventilava a materia do assassinio, em que aquelle quiz envolver sua accusação com egual falencia que na de mandante.

«Finalmente, declarou o juiz não continha o caso assassinamento, annullando o summario e procedimento dos autos, deixando porém as chamadas culpas em sua realidade.

«Esta sentença se confirmou em segunda e terceira instancia.

«Por quaes sentenças parece sem duvida haverem usado de fundamentos contrarios, porque não pode o summario, e procedimentos do Juizo secular serem nullos, sem que tambem o ficassem sendo as culpas que me formavam por elles.

«Assim, sendo julgada a nullidade do processo, se annullou tambem a nullidade da culpa, porque de causa notoriamente nulla se não pode deduzir algum effeito juridico, e que validamente prejudique o que não só mostram as leis, mas toda a boa rasão.

«Sendo, emfim, entregue ao Juiz dos Cavalleiros, e havendo elle então de pronunciar sobre a prisão (como no despacho antecedente havia prevenido) pois já se decidiu o não haver assassinio — declarou — não sei por que causa, me livrasse em seu Juizo da prisão em que estava.

«E porque se veja a violencia que alli pade-

ceu minha justiça, é de saber, que ainda que a sentença do juiz se confirmou, foi sómente quanto á questão do assassinio, de que por então sómente se tratava; e não quanto á validade das culpas e pronunciação.

«Isto é claro; porque se o juiz, antes de averiguado aquelle ponto, não quiz deferir o requerimento da pronunciação, como podia a Meza (da Consciencia e Ordens) e a Instancia, adiantar-se a julgarem em mais do que se litigava de presente?

«Assim, a titulo de réo, fui accusado pela via ordinaria, pela culpa de mandante.

«Pois se pelas tres sentenças estava livre da culpa do assassinio, que era mandar matar por dinheiro ou cousa que o valesse, bem se segue que tambem fiquei livre de o haver mandado matar.

«Porque as circumstancias que se aniquillaram e destruiram pelas tres sentenças, por se presumir mandara matar por dinheiro, eram as proprias que estavam já nullas e sem algum credito por se presumir que mandara matar sem elle.

«E não constando de tal mandado, nem podendo ser de effeito em meu prejuizo as declarações dos réos, varias e nullas, bem se segue haver sido mal condemnado pelo Juiz dos Cavalleiros em degredo perpetuo para Africa, mil cruzados para a parte, duzentos para as despezas da Meza, e cento para seu Juizo.

«Prova-se melhor o excessivo rigor d'esta sentença, se o seguinte se considera:

«Admittiu-me o juiz a defeza, condemnou-me como indefezo; disseram contra mim os réos incerta e variamente: disseram em minha defeza quarenta testemunhas; elles convencidos por duas sentenças da Relação, no mesmo caso por falsarios, havendo envolvido n'elle outras pessoas; as testemunhas que juraram por mim todas de grande credito. Nunca se deu causa contra mim d'esta morte. Eu provei uma tão justificada, como era vingar o matador o adulterio que o morto lhe havia feito.

«Os mesmos e maiores fundamentos havia para não haver de ser pela Meza, como fui condemnado em perpetuo degredo para a India; privação da Commenda, dois mil cruzados para a parte, quinhentos para as despezas do Tribunal. e cento para as do Juizo, cuja execução em maior parte está já feita.

«Conhece-se qual seja o odio da parte que me persegue não por verdadeira queixa, mas com ruim vontade, pois sendo esta sentença tão notavelmente rigorosa — como disse a voz publica — ainda appellou d'ella, pedindo egualmente — commigo a V. Mag. terceira instancia.

«Concedeu-me V. Mag. a terceira instancia e consultaram a V. Mag. já os juizes; pende agora do arbitrio real a resolução.

«A essa causa são os votos d'estes juizes consultivos, e não definitivos.

«Este suave estylo guardaram sempre os Mestres da nossa Ordem (de Christo).

«...Considere V. Mag. se com viva esperança

posso estar de que sendo V. Mag. o arbitro, o Senhor e o Mestre, haja de emendar o erro alheio, de que elles que tão sem causa justa criminaram minha innocencia, haja de mostrar o excesso a que subiram meu castigo.

«Ninguem ignora a paixão de que fizeram motivo alguns dos que me condemnaram; cujo effeito eu mais adivinhei que mereci, prevenindo d'elle a V. Mag. muito antes de ser julgado por que sabia, que me tinha a paixão certo do damno n'aquelle mesmo logar, onde a rasão me mandava buscar o remedio.

«Mas porque a experiencia me tem mostrado, que com armas mais dobres, além d'esta accusação, que estejam contra mim meus inimigos, impondo-me diante de V. Mag. de varias e falsissimas calumnias, licito me deve ser, Senhor, tomando de V. Magestade a devida licença, tornar sequer esta vez por meus procedimentos, dando minhas obras a minhas palavras tanta confiança, como rasão.»

Por alvará de 26 de Abril de 1648, D. João IV como Governador e perpetuo Administrador do Mestrado da Ordem de Christo, concede a terceira instancia a D. Francisco Manuel de Mello «prezo na Torre Velha — na causa da accusação que lhe faz Domingos Cardoso no Juizo dos Cavalleiros sobre a morte de seu filho Francisco Cardoso.» E nomeia para juizes d'essa terceira instancia para darem os seus pareceres aos Drs. Francisco d'Almeida Cabral, Pedro Fernandes Monteiro e Diogo Marchão Themudo. Como

correspondeu D. João IV á derradeira esperança do angustiado prezo? Mandando por alvará de 22 de Março de 1652, que «se execute a resolução tomada pelo decreto do Mestrado de 21 de Maio de 1650 «não obstante os embargos com que elle (D. Francisco Manuel de Mello) veiu depois de sentenciado em final, porque de mais não terem logar, estando o negocio já n'aquelles termos, se não allegou por sua parte cousa que o relevasse, e este se cumpra e guarde como n'elle se contém.» E em alvará de 4 de Dezembro de 1652, já depois de sentenciado em degredo perpetuo para o Brazil e mais penas pecuniarias, resolve «que sem embargo dos embargos a sentença dada contra elle se executasse e não fôsse mais ouvido de alegação alguma que na causa fizesse, e este se compra e guarde...» Aqui se patentêa a descoberto de todas as praxes o facciosismo de D. João IV, servindo o odio encarniçado do seu Guarda do corpo D. Gregorio Thaumaturgo, conde de Villa Nova. E esse rancor era tão entranhado, que ainda em carta de Roma, de 10 de Outubro de 1663, o Cardeal de Aragão escrevia para o seu rei, que alli a presença de D. Francisco Manuel «era pretexto que havia tomado el Conde de Castel Millor, parente y amigo suyo, por no sacarlo con desayre de Lisboa, ya que era preciso *por las quexas del Conde de Villanova que contra el tenia, de que V. Mag. se hallará noticioso...*» (Doc. 97, Prestage, *Esboço*, p. 544.)

Ficam até aqui bem authenticadas as figuras sinistras que se colligaram para a perseguição de

D. Francisco Manuel de Mello; e por tanto caracterisado o odio em que tão bem se entenderam o Conde de Villa Nova e D. João IV — *a intriga de mulheres*. Transpirou o mysterio d'essa intriga na ADVERTENCIA á margem da *Justificação* de D. Francisco Manuel, com a côr da lenda romanesca: «Dizem que a má vontade com que el rei D. João IV se mostrou n'esta dependencia de D. Francisco, [1] procedera de se encontrar com elle uma noite em o Pateo das Columnas que está nas casas contiguas ao Limoeiro, em que morava então a Condessa de Villa Nova, (senhora de muito bem fazer a quem lh'o pedia) e porque tenha dado ponto, senha e hora, uma noite a D. Francisco Manuel, e deu a mesma em tudo a el rei, que tambem era oppositor, não sabendo um do outro, pretendendo subir a escada ambos ao mesmo tempo, e não querendo ceder qualquer d'elles, vieram á contenda das espadas, brigando egualmente com esforço e ventura; cansados suspenderam a contenda, e accudindo gente, se retiraram ambos por não serem conhecidos; sem embargo que el-rei conheceu a D. Francisco, não conheceu D. Francisco a El rei, nem sabia que era oppositor áquella empreza.»

«*Succedeu depois a morte de Francisco Cardoso,* creado da Condessa...» Á parte o lance romanesco, que não prejudica a realidade dos

---

1 Do *Auctor*, na lição do Ms. do Dr. Ayres de Campos.

factos, vê-se como sobre o caso do assassinato de Francisco Cardoso, teceu *este enredo* contra D. Francisco Manuel o seu creado facinoroso João Vicente. [1] Camillo não estudou os elementos tradicionaes a que deu publicidade; a referencia á Condessa de Villa Nova comprehende o syncretismo das tres consortes com quem successivamente se desposara D. Gregorio Thaumaturgo. Qual d'ellas foi a heroina do drama amoroso? O syncretismo dos genealogistas corrige-se pelas datas, que por vezes fornecem. Pelo texto da ADVERTENCIA, se apanha o indicio, de que a Condessa de Villa Nova, depois da morte de Francisco Cardoso, *a sua lhe sobreveiu a ella d'ahi a poucos tempos.»* Portanto não foi D. Guiomar da Silva, por cujo envenenamento o Conde de Villa Nova fugiu para Hespanha, donde voltou em 1640; nem foi D. Marianna de Lencastre, que lhe sobreviveu em 1662. Por tanto foi a segunda *Condessa de Villa Nova,* D. Branca da Silveira, sua sobrinha, que falecera em 3 de Abril de 1649. Tomando a tradição no seu syncretismo, os espiritos sem disciplina critica, despresam-a, como phantasia inutil perdendo os residuos da realidade, em que se apura o fundo da verdade.

3.° — *Annos de prisão e desterro. — A Meza da Consciencia e Ordens influe no monstruoso*

---

1 Facto ignorado até á publicação do *Memorial*, que se guarda na Casa do Conde da Silvã.

processo. — A terceira Instancia e a acção directa de D. João IV. — Trabalhos litterarios de D. Francisco Manuel na Torre de Belem (1644-1646), *na Torre Velha* (1646 a 1650) *e no Castello de Lisboa* (1650 a 1653). — *Partida para o degredo no Brasil*, (17 de Abril de 1655.) — Tendo sido prezo D. Francisco Manuel de Mello em uma terça-feira, 19 de Novembro de 1644 pela justiça ordinaria, sem ter sido ouvido mas apenas indiciado no *caso julgado* da morte de Francisco Cardoso, requereu como Cavalleiro da Ordem de Christo a declinatoria de fôro para ser entregue ao Juizo dos Cavalleiros. O desgraçado escriptor ficou immediatamente sob o arbitrio do Tribunal da Meza da Consciencia e Ordens, que intervinha em todos os litigios pela forma consultiva, aos quaes o seu Presidente assistia e regulava os processos até final. A Mesa da Consciencia e Ordens abrangia na sua interferencia todas as questões referentes á Universidade, ás Ordens militares, aos mosteiros, e fundações piedosas, ao resgate de cativos, aos ausentes; ao cumprimento de legados, e orfãos; não tinha limite a sua intervenção. O presidente era então D. Carlos de Noronha, um ambicioso, que pelo facto de ter casado com a filha natural do Marquez de Villa Real, pretendia succeder na Casa extincta pela execução dos seus titulares. Para obter esta extraordinaria concessão D. Carlos de Noronha faria tudo quanto ao arbitrio palaciano aprouvesse; elle de secretario da Mesa da Consciencia, já em 26 de Fevereiro de 1641 assignava como Pre-

sidente, e levou o mais longe possivel a intervenção d'esse Tribunal consultivo a uma acção directa e perturbadora. D. Francisco Manuel de Mello em algumas das suas Cartas chama á Mesa da Consciencia e Ordens a *Mesa de Thyestes*, antropophagica; e no affectivo *Memorial* a D. João IV accentua a sua tremenda iniquidade: «Do mesmo modo não ha o que minha justiça padeceu na Mesa da Consciencia e Ordens, e menos são ignoradas as causas porque alli fui julgado de tal sorte. Sabe-se que a paixão de dois ministros que se encarregaram da minha perdição (de que ainda agora se gloriam), perturbou a causa de maneira que ella houve de ter aquelle successo. As paredes e os bancos d'aquelle Tribunal fazem notorio o que souberam ácerca do violento modo da sua sentença. O escandalo d'este reino, e de outros aonde do caso houve noticia, mostrou bem que n'elle se não condemnou a minha culpa, mas a minha desgraça. — Para mim se quebraram levemente os estilos não só da piedade, mas os da justiça. Aquelles, por ser *costume d'aquella Mesa* (o de todo o Juizo privativo) moderar as sentenças e penas... Mostram-se os factos do odio, porque não contentes de me privarem da minha patria e esperança d'ella, e da fazenda tambem, que toda não chega ás condemnações pecuniarias, me quizeram juntamente tirar a honra privando-me (como réo de lesa-magestade) da Commenda que mereci, por *dezeseis annos* de serviço na guerra.

«E esquecendo que do assassinio estava abso-

luto (que era só o caso em que podera de alguma sorte ter apparencia de justa tal condemnação) agora me tornam a castigar como a convencido n'elle. — Suspendendo-se os effeitos das sentenças d'aquelle Tribunal com a concessão da Terceira Instancia, houve n'elle tal zelo, que logo sobre mim executaram pela condemnação á Mesa applicada, me sequestraram a Commenda, que desde então posso dizer está perdida, e não embargada.»

Depois que D. Francisco Manuel de Mello reclamou por seu fôro o Juizo dos Cavalleiros, era junto da Mesa da Consciencia e Ordens juiz em primeira Instancia o Dr. Antonio de Beja (como se vê pelo livro da Porta); este despachou logo que se livrasse sob prizão; do Castello, a que por fôro fôra recolhido por determinação da Mesa transferiram-o para a Torre de Belem (Castello de San Vicente) para alli esperar o moroso julgamento, em que *nunca foi ouvido.* Requereu ao Juiz dos Cavalleiros para que o pronuncie pela Devassa geral, que servira para o *caso julgado*, em que agora o envolve; mas o Juiz confundia o fôro privilegiado com o ordinario *(mixti fori)* condemnando-o a degredo perpetuo para Africa, com o pagamento de mil cruzados para a parte Domingos Cardoso, 200 cruzados para as despezas da Mesa de Consciencia e Ordens e 100, para o Juizo dos Cavalleiros! No *Memorial* a D. João IV, escreve: «Não sou eu o primeiro queixoso das sentenças d'aquelle Juiz dos Cavalleiros, que me julgou afinal. Elle, sem adver-

tir em algum meu descargo, antes como se me vira matar, ou me ouvira mandar matar, me condemnou com temerario juizo. Bem fez por minha causa a resposta que deu a certo ministro, ao qual, estranhando-lhe o modo que commigo tivera, respondeu: — *Antes se perca F. que não eu.* É já defuncto este juiz, e devo omittir por honra de suas cinzas, outras cousas de maior pezo, que pudera fazer certas, com muitos vivos.»

Depois d'esta sentença execranda, foi D. Francisco Manuel de Mello transferido para a Torre Velha, na outra margem do Tejo, em 1646, ficando quasi incommunicavel, pela difficuldade da travessia do rio. Durante a prizão em S. Vicente do Restello, D. Francisco Manuel procurou resistir ao seu acabrunhamento pelo refugio na elaboração dos estudos litterarios. Pertencem a este periodo, em que gosou alguma sociabilidade, os seus livros *Ecco Politico* e a *Historia do Movimento e Separação da Catalunha*, e a composição da deliciosa farça vicentina em tudo, forma e chiste, do *Fidalgo aprendiz*, que se representou deante de Suas Altezas. E bem dizia elle:

> Que importa que a liberdade
> Cativa sempre dos erros
> Tema da fatalidade,
> Nem que viva o corpo em ferros,
> Se vive solta a vontade?
>
> (*Çanfonha d'Euterpe*, p. 85.)

Em carta de 3 de Fevereiro de 1646 escreve: «Aqui engenhei uma farça que se bem me não

descontenta de todo, para quem como eu tenho outras tantas no theatro da Fortuna, bem pudera ser melhor escriptor. É será mal, por aquella certa regra que não ha alfayate bem vestido.» Em carta de 6 de Abril, d'este mesmo anno, escreve a um parente: «Tambem se sirva de me avisar como chegou esse *Fidalgo aprendiz* (que se elle apprendeu em v. m. o esquecimento, bem aviados estamos) e do agasalho que por lá recebe, que emfim por fidalgo lá de riba, parece muito natural de logares tão altos.» *(Cartas*, p 516.) Dirigia-se a D. Maria de Portugal, dama da rainha.

«Fui prezo e dentro nas asperas prizões em que me retinham, servi como me foi possivel a S. M. e a este Reino. Prezo, escrevi e publiquei a *Historia de Catalunha*, do qual livro tomou o mundo a verdadeira opinião d'aquella guerra, e da industria de nossos inimigos, como se vê das doutrinas tão importantes á nossa causa, que sobre elle se fundou João Baptista Moreli, que escreveu depois. E no proprio tempo que os mais encobriam seus nomes, publiquei eu em meu proprio nome o livro que chamei *Ecco Politico*, respondendo e confutando um author insolente castelhano. Este livro deu occasião a se escrever modernamente contra o tal author, sustentando minhas opiniões D. Francisco de Molina Saavedra.» Em carta de 10 de Outubro de 1645, dirigida ao papa Innocencio x com a dedicatoria da «*Historia da Separação do Principado de Catalunha*, e sua primeira guerra como origem dos

grandes acontecimentos de Hespanha» escrevia os prodromos da Revolução de Portugal. E na carta de 25 de Novembro, datada de Belem, declara: «Aos maiores casos fui presente — sem que o differente nascimento me desvie ou affeiçôe a um ou outro partido.» E accrescenta: «As prizões asperas em que vivo, atalham o effeito do accesso e devoção (á Santa Sé e a Vossa pessoa) com que por mi mesmo determinava ir a adorar-vos e offerecer-vos este tão fraco livro.»

Por via do Vice-Collector Apostolico em Portugal, é que foi dirigido o livro e uma carta. E referindo-se ao livro: «Trata-se n'elle a *Historia dos movimentos, separação e guerra do Principado de Catalunha,* e todas as acções d'este tão grande negocio e das potencias n'elle interessadas. *Aos maiores casos fui presente...»* [1] O grande problema que se debatia na politica europêa, da separação da Casa de Austria da Hespanha era bem comprehendido pelo insigne historiador, que na primeira Carta a Innocencio x, dizia: «Da qual separação e guerra *tomaram tambem sembrante os mayores negocios da Europa*, que de importantes ou mortaes sómente aspiram aos remedios da Igreja.»

Em carta de 30 de Novembro de 1645 dando conta da sua *Historia da guerra da Catalunha* explica a rasão do pseudonymo *Clemente Libertino*, com que a assignara: «Eu houvera de ha-

---

1 *Cartas familiares,* Cent. I, n.º 2.

ver aquelle primeiro (sc. nome de *Clemente,)*; e assy escusando-me do que tenho (s. Francisco) fuy buscar o da obrigação *por nacer nesse dia* (em 23 de Novembro de 1608). O segundo usey, porque achando-me filho de Mãy que fôra escrava e hoje é livre (allude á Restauração de Portugal) me convinha aquelle significado.» [1]

Em 11 de Junho de 1645, escrevia D. Francisco Manuel (de S. Vicente de Rastello) ao Conde Galeazo Gualdo Priorato offertando-lhe o seu livro da *Historia da guerra da Catalunha* e offerecendo-se-lhe para ministrar certas informações sobre assumptos de historia contemporanea, de que o Conde se occupava: «a mi me será facil servir-vos en ellos, con justas informaciones de los sucessos publicos d'este Occidente. Y porque no del todo desprecieis mi confiança, sabed Señor, que el que se os offerece, años ha que professa la Historia, muchos que la lee, y algunos que la escrive. De que os embio la muestra en esse livro, que es en esta materia el primer trabajo de mi estudio, si bien no es el primero.» *(Cartas,* cent. 1, n.° 6.)

No carcere continuou D. Francisco Manuel os seus estudos historicos; em carta datada de 30 de Septembro de 1649 ao Dr. João Baptista Moreli, que se interessara pelo escriptor de quem fallara o Dr. Manuel Alvares Carrilho, dirige-lhe phrases que pintam as suas occupações; «*Den-*

---

1 Cent. 1, n.° 72.

tro de una Torre, donde por mis desgracias (y aun por las agenas) *ha seis años que vivo,* despues de haver peregrinado muchos por el mundo, que espirito podia sobrarme para emplear en la consideracion politica ó estudio historico? — Contudo, vencido del natural, hurté a mis querellas algunos ratos, en los quales recordando lo que havia visto, pude sacar a luz aquel informe de la *Historia de Catalunha,* lleno de imperfeciones, como su dueño. — Esta, con otras mayores causas, hicieron como yo la prohijasse a un *nombre supuesto. Creo no ha perdido nada el libro faltandole mi nombre,* ni mi nombre faltandole el libro. Pero para reconocer las honras, que V. S. hace a *Clemente Libertino,* está obligado y pronto *D. Francisco Manuel...* [1]

---

1 O critico francez Perrens, distincto pelos seus estudos sobre historia da Italia, no seu livro *Os Libertinos em França no seculo XVII,* descreveu esta phase intellectual da Europa, em que a emancipação da consciencia, a libertação dos preconceitos tradicionaes começava pelo pensamento e não pelos costumes. É assim que sob Luiz XIII, e mesmo ainda depois de Luiz XIV, esta palavra *libertino* não teve o sentido pejorativo e condemnatorio, que se lhe deu ulteriormente, quando por um sophisma sempre empregado nas luctas de má fé do auctoritarismo contra a rasão, se confundiu a libertação das intelligencias com a libertinagem dos costumes. E por tal forma se propagou esse sentido contra as especulações philosophicas e os que a ellas se entregavam, que do fim do seculo XVIII em diante e no nosso tempo exclusivamente o *libertino* é aquelle que vive na dissolução dos costumes, na incorrigivel immoralidade. Quando D. Francisco Manuel de Mello adoptou na sua dedicatoria ao papa o pseudonymo de Clemente *Libertino,* ainda

«Tristes y pocas son las occupaciones y progressos proprios deste mi triste estado. No obstante, he siempre resistido al ocio, escreviendo unos librillos de entre devocion y moralidad, de los quales los dos ultimos offeresco a V. S. muy a la ventura, por ser el transito difficultoso.»

Como D. Francisco Manuel fôra condemnado a pena maior, havia recurso obrigatorio para a segunda Instancia; para esse effeito foram nomeados dois Juizes da Relação para junto da Mesa da Consciencia e Ordens sentenciarem no fôro privativo dos Cavalleiros, sob a presidencia de D. Carlos de Noronha. Pergunta Prestage: «Resta saber quem eram os inimigos (além do Conde de Villa Nova de Portimão) que tanto podiam no animo real.» *(Op. cit.,* p. 205.) Era um d'esses o Fiscal do processo privativo como Presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, D. Carlos de Noronha, que ambicionava entrar na successão da Casa de Villa Real, e por tanto servindo o odio de D. Gregorio Thaumaturgo para patrocinar o seu requerimento junto da rainha. Os dois Desembargadores nomeados para a segunda Instancia carregaram mais a mão, com *excesso de jurisdicção.* D'elles escreve D. Francisco Manuel no *Memorial* a D. João IV: «Algum d'estes, mal affecto contra mim, obrou

---

este nome caracterisava espiritos como Desbarreaux, Naudé, Guy Patin, La Mothe Le Vayer, Gassendi, o cardeal de Retz até á geração da Fronde. Bem se vê que o nosso poeta respirava o ár do seculo na côrte de França.

com tal animo, que temeroso que por suspeição o recusasse, houve maneira para me assegurar que sahiria da Côrte, e não voltaria, e com effeito saíu; mas como só a effeito de sua vingança se dispunha, voltou tanto a tempo, que o teve de obrar segundo o seu espirito.» E mais: «Não repararam os dois apaixonados ministros, nem prenderam logar a que reparassem os outros no *excesso que faziam da sua jurisdicção,* (pois sendo só do Principe o exceder como o minorar os termos d'ella) me *condemnaram em perpetuo desterro para a India*, cousa jámais vista nem n'aquelle ou n'outro Tribunal praticada sem expresso mandato dos Reis.» E na *Justificação ou Declamação Juridica* tendo demonstrado como no Juizo singular dos Cavalleiros fôra mal condemnado em degredo perpetuo para a Africa, mil cruzados para a parte, duzentos para as despezas da Mesa e cento para seu Juizo, compara com o da segunda Instancia: «Os mesmos e maiores fundamentos havia para não haver de ser pela Mesa, como fui condemnado *em perpetuo degredo para a India*, privação da Commenda, dois mil cruzados para a parte, quinhentos para as despezas do Tribunal e cento para as do Juizo: cuja execução em maior parte já está feita.» Foi esta monstruosa sentença dada em 2 de Março de 1648, com immediato sequestro da Commenda. [1]

---

1 Depois de julgado em segunda instancia, e pedindo a intercessão de uma grande Senhora, escrevia D. Fran-

D. Francisco Manuel de Mello collocou as suas ultimas esperanças em D. João IV, que como Grão Mestre da Ordem de Christo sentenciava em terceira Instancia, consultando apenas os três Juizes da Casa da Supplicação, que reunidos na Mesa da Consciencia e Ordens ahi formulavam o seu laudo. Domingos Cardoso foi instigado para requerer logo, apoz o pedido de D. Francisco Manuel, a terceira Instancia, sendo-lhe concedida por alvará de 26 de Abril de 1648. Foi para ser lido pelos juizes da terceira Instancia, que D. Francisco Manuel escreveu o laconico *Memorial* entregue a D. João IV pelo secretario de estado. O desgraçado escrevia: «Por visão clara de Deus, que na mão de V. Mag. havia posto a *emenda de tão grande sem rasão.*

«Concedeu-me V. Mag. a 3.ª Instancia, consultou já os Juizes, *pende agora do arbitrio real a resolução*

A este caso *são os votos dos Juizes consultivos* e não definitivos.»

Como procedeu o Grão Mestre da Ordem de Christo, como juiz supremo em julgamento final de um cavalleiro?

---

cisco Manuel: "Tiraram-me a patria, a fazenda e a esperança para sempre, e sobolla honra tambem fizeram o possivel, pois me tiraram o premio que por ella foi Deus servido dar-me." (Cent. III, n.º 23.)

Esta grande senhora era D. Maria de Portugal, dama da rainha D. Luisa, prima de D. Francisco Manuel, irmã do embaixador D. Francisco de Mello. (Carta 43 da Collecção. Ms. da Bibl. Nac., Codice 155.)

«Acaso o vêr-me enterrado vivo no melhor de minha edade, quando pudera esperar de possuir o que vejo esperdiçar aos outros, tirou alguma hora de mim huma só regra, uma só palavra impaciente?

«Vendo encaminhar a uma total ruina minha justiça, e tendo por certo havia pessoas, que folgariam de m'a não achar, e chegando a tanto que m'a não acharam, foi por ventura tamanha causa bastante para que eu quebrasse estes cadeados de bons respeitos, que voluntariamente havia lançado em minha propria bocca?

«Cansei a V. M. alguma hora com petições de melhoras, ou de alivio de prisão? — senão padecendo meus males e trabalhos, me acomodei sempre de tal sorte com a prisão que V. M. me assignou, que já pode ser que pela conformidade com que a levava, houvesse quem d'essa temperança quizesse fazer sacrificio.

«Ouviu alguem o meu nome antes de agora pelos tribunaes, accusado de algum delicto?

«Fui tão attentado ao grande decoro que devia á justiça de V. M., que havendo recebido uma Carta de El Rei Christianissimo para V. M. em recommendação da minha causa, desviei que ella se apresentasse a V. M. pelas mãos do secretario do expediente, só afim de não obrigar a V. M. contra seu dictame a alguma correspondencia com aquella corôa, ainda a troco de minha utilidade.

«Presentemente deixei de valer-me da intercessão dos *Principes Palatinos*, com quem tinha algum conhecimento de Inglaterra, e da Rainha

sua mãe e irmãos, quando me achei em Hollanda, sendo de alguma maneira invitado, com sua auctoridade, para esse effeito; só por me não parecer justo opprimir as resoluções de V. M. com extraordinarias diligencias.

«Desejava e desejo de alcançar o beneficio de que necessita minha fortuna, ou da grandeza de V. M., ou da virtude de minha justiça. [1]

....

«Mande-me V. M. ouvir os soldados, os virtuosos, os amigos das letras; ouça V. M. os bons e os melhores, que são os mais dignos de ser ouvidos, e de ser cridos dos principes; ouçam-se aquelles em cujo poder estou ha seis annos; mande-se V. M. de todos elles informar ácerca de minha vida, dictos e feitos.» Eis o despacho:

«Eu El-Rey como Governador e perpetuo Administrador que sou do Mestrado, Cavalaria e Ordem de nosso sñor Jesu xpo. faço saber que havendo respeito ao que se me representou por parte de D. Francisco Manuel de Mello prezo na Torre Velha acerca de lhe haver de conceder terceira instancia na causa da accusação que lhe faz Domingos Cardoso no Juizo dos Cavalleiros sobre a morte de seu filho Francisco Cardoso, hey por bem de lha conceder, e nomeio para Juizes d'ella aos Doutores Francisco de Almeida Cabral, Pedro Fernandes Monteiro, Diogo Marchão Themudo, aos quaes mando chamem a sy os autos

1 Representação a D. João IV.

e n'elles dem seus pareceres com os fundamentos d'elles que me enviarão, e se cumprão e goardem este meu alvará como se nelle contém, sendo passado pela Chancellaria da Ordem. Nicoláo de Carvalho a fez em Lix.ª aos vinte e seis de Abril de seiscentos quarenta e oito annos. Manuel Pereira de Castro a fis escrever. Rey.» [1]

Parece referir-se a este novo julgamento a carta datada de 10 de Janeiro de 1649 *a um ministro da justiça:* «nas mãos de V. M. haverei de entrar sem liberdade, sem fazenda, sem patria e sem esperança, que nada d'isto me deixou o odio de meus inimigos. Confio na bondade de Deus, e na inteireza de V. m. haverey de sair d'ellas com toda a emenda e consolação de tamanhas perdas e sem razões, como as que em mi se tem exercitado.» [2]

E em carta ao Dr. Martim Monteiro, de 25 de Maio de 1648 allude a este novo julgamento: «Proximo estou ao ultimo golpe; e a experiencia dos passados (tão sensiveis) me tem enfraquecido de maneira, que havendo hoje tantas causas para estar animado, confesso a V. m. me vejo temerosissimo.» [3] Escrevendo ao embaixador nas côrtes do Norte, em data de 4 de Maio de 1649: «As náos da India se foram, e me deixaram cá, ainda por julgar; mas creo se tomará commigo

---

1 Ordem de Christo, Registo, vol. 40, fl. 429 V.

2 Cartas, Cent. 1, n.º 52.

3 *Ib.*, n.º 61.

brevemente resolução, e haverey de ir a parar á aquelle Brazil, a que nunca fui affeiçoado (digo a Deus minha culpa) porque havendo-se ajustado o Senhor Conde de N. (Castello Melhor?) a acceitar seu governo, deseja levar-me, e se entende que será possivel.» [1] Em carta de 3 de Agosto de 1649 a um ministro: «Hontem tive aviso se encaminhava o negocio para ser julgado. Já ando de amores com o fim, sem disputar qual seja. E elle até nisso faz o papel de dama, em se querer rogado.» [2]

Em carta de 18 de Abril de 1646 a uma grande senhora: «Porque hum homem que, entre outros, se esmera em me perseguir, e he minha parte, me affirmam faz diligencias por alcançar contra mi novas instancias. — Todavia, bem que a justiça que me assiste, e os que melhor o entendem, me asseguram que não será possivel conceder-se contra mi este provimento, nada comtudo fio da justiça, que se acompanha da minha fortuna.» (Cent. III, n.° 71, p. 349).

«De verdade falta tempo para me defender, que um homem entre outros que nasceu para que eu morresse, e isso pede, nem uma hora deixa em vão de me perseguir. Apurou os termos judiciaes da causa, e anda soffrego d'estas Náos da India.» (N'esta carta refere-se ao *Fenix de Africa*, acabado de publicar, em 1648.)

---

1 Cent. I, n.° 64.
2 *Ib.*, n.° 73.

D. Francisco Manuel pagava a um barco para lhe trazerem da Torre, onde estava prezo, as suas cartas á margem d'aquém. Diz elle: «Nunca desejei cousa como aquelle manto de S. Raymundo, e dera por elle aquelle meu mantão, porque era grande descanso passar hũa pessoa d'aqui para ali, sem mais embarcação que a sua capa. E de siso o digo, porque estas embarcações me vão a mi deixando sem ella.» (28 de Julho de 1646. — Cent. II, n.° 19).

Em carta de 13 de Janeiro de 1648: «achareis cá mais longa vontade que aposento, e sobretudo carneiro adubado de boa vontade, que he bom legume para o campo.» (Cent. II, n.° 44).

«Lá vay a nossa barqueta, muito facil vos será mandardes embarcar a liteira de dormir, que assy lhe chamam os italianos...» *(Ib.)*

Em carta de 4 de Agosto de 1646: «Os dias e as semrazões gastam a força a qualquer grande paciencia; e ainda que em todo seja pouco, certo que medido pelo soffrimento a mi mesmo me pareça maior. Hoje estou em peor estado que no primeiro dia que me prenderam, entrando já nos trez annos de prizão; e então isto he força que lembre e que magôe, se quer aquellas poucas vezes que se conta a quem se lastima de ouvil-o.» (Cent. IV, n.° 23.)

D. Francisco Manuel de Mello mandou aos Juizes da terceira instancia copia do *Memorial*, «d'onde com fidelidade vão referidos os termos dos autos, para que com tal noticia... fique mais leve e facil o estudo e conhecimento d'elles.» Com

este papel enviou-lhes uma carta que os elucida sobre a marcha d'este acintoso processo:

«Sobre trez annos de carceres exquisitos, cheo de trabalhos, injurias e enfermidades, cada vez mais perseguido, mais só, e peor tratado; sobre seis arrezoados e hum libello contra my de *hum homem industrioso e favorecido;* [1] sobre trez accusações de um Procurador da Corôa, qual se conhece, então fiscal da minha causa; sobre cinco acordos de varios tribunaes, e sobre não ser ainda ouvido, nem me ser licito até agora meu livramento e natural defeza, estou, Senhor, nas mãos de V. M. a fim de ser sentenciado na terceyra instancia d'este incidente.» A carta é datada de 18 de Agosto de 1646.

«Sabei que sem falta irá o meu feito (ou o meu por fazer) quarta feira á mão dos juizes; e visto que eu hey de importunar o mundo todo, começo logo por minha tia, a quem me fareis mercê dar esse papel...» (Belem, 31 de Janeiro de 1646.) (Cent. III, n.° 15.)

Em carta a Luiz da Silva Telles, em 30 de Agosto de 1647: «Ninguem me diz outra cousa, senão que tenha paciencia. — Tive esta manhã hum accidente; maltratou-me. Fez o que os mais que me tratam; que poucos me tratam bem, e mais não he por accidente.» E allude á redacção

---

1 Na Carta 51 da Terceira Centuria, escrevia: «só he poderoso homem este que me persegue, que no cabo de dois mezes alcançou contra mim a *Terceira instancia,* e alcançaria trezentas se tantas pedisse.»

do seu *Manifesto* «que hoje comecei, e espero que nos não envergonhe, salvo a mi, que devia gastar commigo a lastima e o tempo.» Refere-se ao documento intitulado *Manifesto de Portugal,* encommendado por D. João IV, quando o quizeram assassinar por occasião da Procissão de Corpus. (Cent. II, n.º 71.)

Em 2 de Março de 1648 (Torre): «Estou na miseria que a V. m. lhe será notoria; e ainda despois de vêr sobre mim tanta desgraça, creio que a não mereço, e que *se exercitou em mim hũa grande sem rasão.* Peço agora com essa petição, se sirvam de me conceder os meios ordinarios para a averiguação da minha justiça.» (Era a petição da Terceira Instancia?) «A confiança é de affligido; além do que ao Senhor (D. João IV) devo grande parte d'ella.» (A sentença da ultima instancia ao Grão Mestre da Ordem de Christo.)

Torre, 26 de Março de 1648: «Ha perto de outo dias que ando com tão pouca saude, affligido de uns vágados, que manter a cabeça podia o pouco espaço que requere um papel. E mais não são jejuns, por que estes em mim é fructo de todo o anno. — Tenho entendido haver N. aceitado a jornada do Brasil; e julgo que estamos em estado de introduzir as praticas de que eu a siga. Este mimo de escolher os ultimos tormentos, bem sabe v. m. que até a gentilidade o concedia. Parece o não deve negar a piedade e a christandade. Ser perdido em Oriente ou em Occidente, tudo é um. Digo a V. m. que ha rasões para me

obrigarem a desejar este miseravel favor, com que me dou por satisfeito.» (*Cartas*, p. 742.)

Em carta de 14 de Março de 1648, a um certo Secretario (Antonio do Couto) escrevia D. Francisco Manuel: «Tenho pedido nova instancia, para o que se devem consultar juizes em aquella *Mesa*, donde a minha justiça foi cruelmente trinchada, se comida não sei eu. (Refere-se á *Mesa da Consciencia e Ordens.*) 25 de Septembro de 1648: a resolução e como ella foi remetter-se áquella Mesa (da *Conciscencia* e *Ordens*), que para mim é a de Thiestes, não tenho a esperar senão a que elle costuma.» (*Cartas*, p. 729.)

Em uma carta a Antonio Luiz de Azevedo (N.° 60), escrevia: «esse papel para o Senhor Secretario me convinha que v. m. se sirva de lh'o dar logo em podendo, pois falle a S. Magestade antes que lá se ajunte aquella santa *Mesa*, para mim de Thiestes, donde se comem os filhos por iguaria.»

«Ha tanto que fazer agora nesta causa, para que a razão saya á luz, que não só necessito de homens letrados, mas valentes, quaes convem para que arremettão ás trevas que a minha mofina tem posto sobre mi mesmo.» [1]

Em carta de 7 de fevereiro de 1649, escrevia a um Ministro: «O feito entra ámanhã a ser visto dos Adjuntos; ser N. (o Dr. Marchão Themudo) o ultimo que o veja; porém como não he

1 Cent. II, n.° 36.

obra facil acabar com alguem que m'a não perca, sempre que V. M. fôsse servido de me valer, viria muito a tempo a recommendação...» [1] E em carta a um embaixador na côrte do norte, de 29 de Janeiro de 1649: «Os que tudo sabem melhor, me querem persuadir ha razões para ter esperanças de melhoramento. Cedo se verá o desengano, porque em breve haverey de ser julgado. Se a jornada que dizem fará á Bahia o senhor? tivesse effeito, de que muitos duvidam (e eu com os muitos) bem me parece que ou por commutação ou por outro respeito, me fariam por d'aquella parte. Isto he cousa que não está na minha mão.» [2]

Depois que entrou em julgamento a terceira instancia da sua causa foi-lhe apertada a prisão, como diz em carta de 3 de Janeiro de 1650: «Eu, Senhor, sobre seis annos de morto, estou enterrado agora de fresco; porque ante-hontem houve aqui novas ordens não sey porque causa, para que de mim se não fizesse a confiança que se fazia, e eu não desmereci em quatro, que tantos se tem feito de my n'esta prisão esta confiança.

«Seja Deus louvado, que por tão varios caminhos quer provar minha paciencia... Fui cá deixado do Brasil despoes de hum anno de noviciado, em todo o qual me avisaram estivesse certo na jornada.» [3]

---

1 *Ib.*, n.º 39.
2 *Ib.*, n.º 45.
3 Cent. II, n.º 46.

E em carta de 10 de Fevereiro de 1650 a um prelado amigo: «E tambem se não houvesse de fazer esta viagem, me seria de grande incommodo o aprestar-me em vão para ella, de que tenho assás experiencia no que me succedeu semelhantemente em outro tal apresto que sem fruto fiz para a do Brazil, com que de todo consumey minha ruina.» [1]

Em carta de 13 de Dezembro de 1648 escrevia da Torre a um amigo: «Confesso ao Senhor N. (D. João IV) com toda a verdade, que estou aqui já tão aborrecido e com tanto quebranto, que não só o viver no cabo do mundo, mas o morrer em busca d'elle, me será mais proprio. Cinco annos de padecer, sem dia de folga, não perdôa aos marmores quanto mais a gente, e tanto para pouco como eu sou, segundo amostra a minha sorte.»

Em carta datada da Torre em 13 de Janeiro de 1649 a um ministro, falla D. Francisco da vingança do alto personagem: «Quem deterá a furia de um braço poderoso e desarrasoado? — Ando em vesperas do dia do meu juizo.. Temem-no os innocentes e os culpados, porque he juizo de homens, ás vezes sem juizo. — Finalmente, ando lidando com este ultimo termo de meus successos; e asseguro que me não tem menos penoso a incerteza que o rigor. De França hei recebido hũa *carta de el Rey Christianissimo* em

---

1 *Ib.*, n.º 52.

recommendação de minha causa. Provavelmente irá ter a mãos de V. m. e provavelmente não perderá sua força na traducção. Eu a retenho, por esperar o offerecel-a mais perto da resolução.» [1]

«A carta anda já tão mandadeira, que se esse homem que a todo o proposito me persegue, me persegue já por ella muito de proposito, dando por desculpa quer concluir este negocio *antes que me chegue hum favor de França.* Estou para lhe mandar dizer que se não canse, por que já he chegado, mas que não importa.» 15 de Março de 1649. (Cent. III, n.° 71).

12 de Fevereiro de 1649 — Da noticia que o Processo já está em mão do Juiz Revisor, tendo chegado a Lisboa, o rei: «*me parece se encaminhará este ultimo desengano.*» (A Antonio Luiz de Azevedo.) E tremendo desengano, decepção esmagadora.

O Juiz era o Dr. Diogo Marchão Themudo, *que se não queria perder a si,* como os das anteriores instancias.

Em carta que escrevia para Roma a Fr. Bernardo de S. Pedro, com data de 13 de Fevereiro de 1649, allude á solução que se espera da sua causa: «Ficam para ultimar-se meus negocios, e eu com vezes de sol; porque taes me querem para o Oriente, taes para o Occidente. Dizem emfim, que *para a India,* ou *para o Brazil* haverei de fazer viagem. Nas mãos de Deus estou,

---

1 Cent. III, n.° 99.

Senhor de todo o mundo, bem pode fazer que caia bem em qualquer parte que os homens me lançarem. Todavia fico com alguma melhor esperança, havendo conseguido uma instante intercessão del Rey Christianissimo (Luiz XIV na regencia de Anna de Austria) que por minha causa escreveu com honra e affecto a N. (D. João IV) agora meu ultimo juiz.» [1] Como Governador da Ordem, Cavalleria e Mestrado de Christo, effectivamente D. João IV é que sentenciava D. Francisco Manuel de Mello em ultima instancia. Ainda sob a incerteza dolorosa do logar do seu desterro, D. Francisco Manuel não se esquece dos seus trabalhos litterarios, com que fortificava o espirito; falla-lhe na publicação de *Fenix de Africa:* «Resta dizer a V. P.e que o meu livro *Fenix de Africa,* que V. P.e viu em principios e abençoou, está já impresso e publicado em duas partes, e posso dizer que estimado em muitas — Pedi ao Senhor *(inicial)* quizesse remetter a Roma um exemplar ao P.e (Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo) hum volume. Creio o fará e haverá assi maneira para que elle chegue a mãos de V.a P.e de quem espero que julgando-o digno, queira communicar a alguns dos ingenhos de Italia, praticos na lingua hespanhola, lá donde ella he tão bem acceita quanto aqui experimentamos.» [1]

Em carta a Francisco de Sousa Coutinho es-

---

1 Cent. II, n.º 5.

2 Ibidem.

cripta em 4 de Maio de 1649, refere: «As Náos da India se foram e me *deixaram cá, ainda por julgar;* mas creo se tomará commigo brevemente resolução; *e haverei de ir para aquelle Brasil, a que nunca fui afeiçoado* (digo a Deus minha culpa) por que havendo-se ajustado o senhor Conde de (Castel Melhor) a aceitar seu governo, deseja levar-me; e se entende que será possivel.» *(Cartas,* p. 80).

Esta esperança lhe foi frustrada, pelas delongas do julgamento. N'esta mesma carta pedia D. Francisco Manuel ao Embaixador da Hollanda a remessa da Carta do Principe Palatino, que era estimado na côrte portugueza: «E mesmo (lembra-se) da carta do Principe, quando haja logar, se bem creo que não vindo agora, seria tarde, porém util sempre.»

Em carta de 9 de Fevereiro de 1649 a Mr. Lanier, escreve D. Francisco Manuel: «Mis negocios estan en el ultimo vale; y N. (D. João IV) para determinar-se en lo que hade disponer de mi persona. *Dicese que si el Senor Conde de* (de Castel Melhor) *passare al Brasil* para lo que fue llamado desde su govierno, yo avré de acompañalle, y alla no quedar ocioso.» (p. 124.)

Como vimos pelo alvará da Chancelaria da Ordem de Christo, foram nomeados trez juizes para revêrem o processo de D. Francisco Manuel de Mello; entre elles figura o Dr. Diogo Marchão Themudo. Com data de 27 de Maio de 1649, D. Francisco Manuel de Mello dirigiu-lhe uma extensa carta *informando de sua justiça,* appel-

lando para a sua integridade: «Quando considero que despois de tão varios successos ordenou N. S. que esta minha causa viesse ter seu ultimo termo nas mãos de V. m., e fôsse tal ministro o derradeiro que sobre ella desse seu parecer, creo que com particular attenção quiz o céo dar bom fim a este processo, e não só amparar-me da violencia de meus inimigos á sombra da justiça de V. m., mas tambem com sua benignidade consolar-me para qualquer resolução. — Certifico-me não se cansará V. m. de que eu lhe represente meu estado, e para que eu o represente, não he necessario mais que pedir a V. m. se lembre d'elle. Quaes foram os principios de minha desgraça, as circumstancias d'ella, como he fallido o juizo dos homens, quantas verdades se não podem justificar, que officios fizeram meus inimigos, o que podiam, quem eram, que vejo sobre mim de calumnias, qual foi a temperança com que supportara, quão rigorosas as sentenças, respeitos que n'ellas foram publicos, que tão grande ruina é a que estou padecendo. Não me ficou fazenda, nem saude para ganhal-a, nem merecimento, nem esperança de conseguil-o, nem patria nem terra donde não viva miseravel. Parece-me a mi, Senhor, que são todas estas lembranças bem dignas de serem presentes a quem julgar como Deus manda que se julgue.» [1] E referindo-se aos terrores do rei sobre conspirações, na epoca em que

1 *Cartas,* Centuria II, n.º 3.

o mandou prender, lembra D. Francisco Manuel de Mello, que o tempo tem desmentido tudo: «de minha pessoa não seja illicito ter compaixão, mórmente *quando os accidentes proximos tem postrados os medos*, desmentindo as imposturas com que me offendiam meus contrarios.» [1] «Os Ministros que com V. m. me hão de julgar, por letras, por cristandade e por honra espero eu d'elles acceitem qualquer discurso de V. m. a este proposito encaminhado.» *(Ib.)*

O empenho da mudança do degredo para o Brasil, explica-o D. Francisco Manuel de Mello na carta de 19 de Junho de 1649, a António Luiz de Azevedo: «De novo creio se move outro negocio ácerca do qual eu serei lá nomeado; porque esta nova Companhia, havendo intentado ha dias valer-se ou servir-se de mim sou certo que de fresco com instancia hade propôr esta petição a S. Magestade.» (Carta 15. Ed. Prest. A Companhia, approvada pelo Alvará de 16 de Março de 1649, vem descripta na Carta da III Cent., n.° 64.)

Torre, em 18 de Septembro de 1649: «Por lá me fazem crêr anda essa minha consulta ha vinte e mais dias; e sendo o tempo tal, e tal o negocio, asseguro a V. m., como christão, que em mayor enleio me não vi nunca. Vim já a suspeitar se S. Magestade haveria mandado fazer alguma secreta diligencia, movido da grande

---

1 *Ibid.* Um profissional da Justiça, como os outros.

variedade de votos, donde ha dois *ex diametro* oppostos; e por ventura que de alguma palavra do Senhor Secretario se haja colhido bastante occasião para se cuidar assim. Peço a v. m. me faça mercê de observar particularmente tudo o que lhe fôr possivel ácerca d'esta materia, porque com qualquer sinal de desengano eu embainharey essa pouca esperança de remedio, e me torne a sujeitar a um novo encantamento, pois assim é bem que seja.» (Carta 20, p. 65.)

Em carta de 29 de Agosto de 1649 a Azevedo: «Entendo que será ámanhã n'essa Secretaria a decantada Consulta de meus Juizes. Veremos (segundo espero) mais esta vez, que nem por muito cuidar as cousas, ellas acertam. Meus lumes tenho de grande variedade, e minhas confusões das suas. Escrevo ao Senhor Secretario largamente, remetto-lhe uma Carta para S. Magestade, um papel, parte d'aquella *Declamação*, para que se houver logar de que El Rei, se queira informar do processo. Tudo lhe levará João Nunes da Cunha...» (Carta 18, ed. Prest.)

«Que correspondencia se pode esperar de uma alma despedaçada? Eu me achara ditoso, se o fôsse de violencia á pessoa, comtanto que ao espirito se perdoasse. Lá chegam as lanças da sua rasão, lá fere a dôr, lá mata a malevolencia.—Tenho observado vae o meu negocio ás mãos de S. Magestade tão perdido emfim como meu; e sopposto que de sua grandeza muito pudera confiar, a minha fortuna me faz temer não menos.—Já pelo Senhor D. Rodrigo de Menezes havia

sabido a singular mercê que a Senhora Soror Maria fazia a meu nome. — Se esta Princeza quiz mostrar seu poder e bondade em me valer, não acertara com outro sujeito em que tanto mais se luzisse; porque tamanha desgraça de tão grande favor necessitava.» (2 de Outubro de 1649, a Antonio Luiz de Azevedo.)

Pobre D. Francisco, não imaginara que o pedido de Soror Maria, filha illegitima de D. João IV, mais acordava o rancor da rainha D. Luiza, que actuava na cabala dos intrigantes que o perseguiam.

Em 20 de Agosto de 1649: «Nem dia nem hora ha para mi. Que heide fazer? ou a quem heide pedir remedio? Dizer a v. m. o que estou padecendo, é injusto e impossivel. E de verdade, perece por teima ou por desgraça tudo é um e eu pereço.» (Cartas, p. 737.)

Em 28 de Novembro de 1649: «As cousas vão já tão cegas e fóra de commum discurso que eu me não atrevo a julgal-as nem ainda a presumil-as. D'onde naceu assentar commigo o deixar-me de todas as diligencias, pois nem ellas nem as circumstancias de justiça e de piedade, houveram commigo ou em mim algum logar. Comtudo será esta a derradeira; e assi vae o *Memorial*. Pode ser que a desesperação em que já me vejo sirva de sacrificio, e com rasão, porque elle é o mais custoso.» (*Cartas*, p. 786.)

Em 29 de Outubro de 1649: «Não são poucas as causas do meu silencio. Uma mortal melancholia; ...as minhas pretenções são acabadas. Ne-

nhuma outra tenho senão procurar alcançar alguma conformidade com esta fortuna em que me vejo e qualquer outra em que me ponham. —
— Justiça e Misericordia ambas cessaram para mi. Todos os mais são incertissimos. Sobre este desengano nenhuma Esperança diz bem.» (*Cartas*, p. 735.)

Em 18 de Septembro de 1649: «Aqui estou na maior confusão em que me vi jámais, e sem alguma esperança de sahir d'ella, despois de vêr barrados os caminhos ou os não vêr. Passa já de vinte dias que subiu a minha Consulta, já pudera baixar...» (p. 724.)

A influencia da prizão sobre o talento do escriptor é confessada por D. Francisco Manuel de Mello em carta de 21 de Dezembro de 1649: «Posso affirmar a V. M., meu mestre e senhor (tudo he hum bom amigo) que desde que estou n'esta miseria, huma só hora não discorri com gosto ou descanso. Veja-se agora, sendo tal o humor que me ministrou a eloquencia, que taes haverão sido as 2.600 cartas que por conta terei escripto nos seis annos da minha prisão! São largas, são proluxas, como aquella dôr que lhe serve de motivo.» (Cent. III, p. 362, n.° 29.)

«Os mais d'estes papeis são escriptos com summa infelicidade. Prizão, desordem, pouco gosto, espirito occupado de dores; quanto emfim, que faz desvariar as melhores pennas. Comtudo, por minha consolação, dei ha muitos annos em ir ajuntando copias e borrões de algumas Cartas, que hoje vou reduzindo a hum livro. Affirmo a V.

m. que mais foi guardar a memoria dos meus trabalhos, que por ellas se derramou, que para que ninguem visse o modo porque os refiro, e os accuso. (23 de Novembro de 1649.) (Cent. III, n.º 97.)

Em carta ao Conde de Castello Melhor, João Rodrigues de Vasconcellos, datada de 1 de Dezembro de 1649, allude D. Francisco ás vesperas do seu julgamento: «Obriga-me tudo a pedir de novo a V. S. que neste novo intento se prosiga com maxima cautela; servindo-se V. S. de me ir avisando do que vay obrando, porque eu (assi como doente a quem seus males fizeram medico) possa dar alguma rasão a proposito dos accidentes que succederem.» (Cent. I, n.º 76.)

Em carta de Agosto de 1649, falla do processo: «Decendo ao negocio, sey que a minha parte faz diligencia por segundo Alvará, que lhe está concedido, com que ou seja em virtude d'este despacho, ou do primeiro, não tardará muito em se pôr em juizo esta fatal acção, cujo fim e premio heyde ser eu; porque huma vez que tive preço, não fui mais ditoso. — Tempo he já de fazer contas com o successo, nem sahirá enganado quem as fizer de peor.» [1] Em outra carta, de 29

---

[1] *Cartas*, Cent. II, n.º 60. «N. (D. João IV) holgó de que yo le escreviesse, historiando la *Vida y Acciones* de su Serenissimo Padre, que he empeçado y prosigo. La obra será grande e por la materia, no por el artifice; y por que no sin causa, le adjudico sessenta y dos años de historia deste Reyno, y sus conquistas, de

de Abril de 1649, fallando nas delongas dos juizes, não deixa de desafogar nos seus gostos litterarios: «havendo trez mezes que lá tem o meu feito, e sabendo o hão de vêr ainda dois juizes tão occupados como elle. Com alvoroço espero os Cantos de Tasso... Não tive o Tasso por satirico como o Berni ou Aretino; mas conheço que nas glosas e commentos se lhe tem dado maior honra que elle podia tirar nem dar a seus inimigos e a seus mimosos.» Deixa transparecer a esperança de abrandar o odio de D. João IV, apresentando-lhe a *Historia de D. Theodosio,* que lhe encommendara:

«Nesta ida de Alcantara, que me dizem se faz esta semana, *farei eu presente dos trez livros de Theodosio,* porque poderá alli haver mais logar de ser visto. Eu darey aviso a V. M. para que tome á sua conta atiçar a leitura, e defender o Autor, como tem tomado defendel-o quando réo.» [1]

Torre, 10 de Janeiro de 1649: a um dos Juizes da *3.ª Instancia:* «nas mãos de V. m.ce haverei de entrar *sem liberdade, sem fazenda, sem patria* e *sem esperança,* que nada d'isto me deixou o odio de meus inimigos. Confio na bondade de

---

que espero sacar tres volumenes, y tengo casi acabado el primero, etc. — De la de más, que a Portugal pertenece, tengo sufficiente caudal de observaciones y antiguallas, y aun de las cosas modernas no me faltan noticias.» (Cent. I, n.º 8.)

1 *Ib.,* n.º 61.

Deus e na intenção de v. m. haverei de saír d'ellas com toda a emenda e consolação de tamanhas perdas e sem razões, como as que em mim se tem exercitado.» (p. 60.) Era ao Dr. Martins Monteiro, p. 72.

Ainda prezo na Torre Velha, escrevia em 7 de Janeiro de 1650, referindo-se á ultima instancia: «V. M. haverá entendido o estado em que de novo fico. Qual a causa? Dos documentos d'ella não sei, por isso lhe não respondo. — Eu sei que não heide parar em *ser accusado por matador e por facinoroso.* Novos delitos se hão de inventar para mi, que como não custam (por agora) mais que uma leve diligencia; emprego tão barato quem deixará de o provar, a trôco de vêr consumido este portento de maldades, em cuja ruina consiste o remedio de muitos, como se eu fôsse no mundo cousa para alguma cousa.» E termina angustiosamente: «Ultímo, senhor, meu pranto, com dizer a V. M. e a todos que queiram haver por bem de me mandar despachar, porque a justiça he larga e as minhas culpas não são maiores que seu imperio.» [1]

Em carta a Jacintho Freire de Andrade *dando-lhe conta da sua soltura* sob fiança: «Agora recebi um papel de N. em que me diz nomeie pessoa que pela minha fique. Veja V. M. quem ficará por um homem que sempre fica mal? — Emfim, senhor, ja tomei casas e na Ribeira, peores

---

1 Cent. II, n.º 66.

que na praça, e junto aos *Diamantes.* Será por ventura esta a pena que me dessem por meus delitos, vêl-os e desejal-os... Mas he muito pera considerar que estas casas se chamam egualmente dos *Bicos,* que dos *Diamantes;* tudo deve ser huma mesma cousa, os diamantes e os bicos.» [1] Escrevia em 28 de Novembro de 1653.

Em 7 de Janeiro de 1650: «He muito longo hum martyrio de seis horas; este ha seis annos que dura, sendo tão estreito. Desejava-vos d'essa banda, a vêr se podiamos desencalhar d'este cachopo, tratando de pedir aos Ministros, muito ao descoberto sejam servidos de me mandar castigar, pois ter-me assy não he justiça nem misericordia.» (Cent. III, n.º 82.)

Em carta ao Conde Camareiro-mór, de 7 de Janeiro de 1650: «Senhor, quando ha-de ter termo o estar hum triste homem exposto á furia do odio que não merece? e pelo que não merece? Penas ha, castigos ha para tudo. Sou eu peior que tudo, que ainda se não acha hum castigo que me venha? Se se me busca hum, que me venha justo, Deus sabe que se não ha-de achar. *Primeiro, disseram que matey:* Agora, *que fujo.*» (III, 81).

Ainda na Torre Velha, em data de 9 de Janeiro de 1850: «Quatro annos ha que aqui estou; em todos elles se fez confiança, sempre obrei de sorte que não se arrependeram de a fazer de mi,

1 *Ibid.*, n.º 99.

quem com ella me tratasse.» *(Cent. III*, n.° 385.)

N'esta mesma data, a D. João Pereira: «V. m. haverá já sabido das novas ordens que sobre mi vieram e a causa d'ellas.» *(Ib.*, n.° 88.) E na carta n.° 89: «como se não estivera por prezo me tornaram a prender.» E ao Conde Camareiro-mór, n'esta mesma data: «Seis annos de dôr na alma muito he para quem já não a trazia sã.» *(Ib.*, n.° 83.)

Em carta de 19 de Janeiro de 1650, a um ministro: «Tem-me já tanto sem espirito todas as horas de seis annos de continuos trabalhos, que me não sobeja alento nem para seguir aquelle inviolavel preceito da natureza, que nos manda defender e conservar.» (Cent. IV, 35.)

Em Carta de 6 de Março de 1650, escrevera a Antonio Luiz de Azevedo: «Eu já que das abelhas não posso tomar o mel tomo pelo menos a industria. De tudo provo. Escrevi a S. Magestade essa Carta. Entendo, pelo aviso que tive, irá cedo ás mãos de El Rei, e já pode ser que com outro papel mais, com que o Conselho quer que eu a acompanhe.» (Carta 27.)

Referir-se-ha á entrega do pequeno *Memorial*, muito resumido para poder ser lido pelo Rei, em que pedia a transferencia da Torre Velha para o Castello de Lisboa, como declara na Carta 29 de 15 de Março:

«Saiba v. m. como hoje deu o P.e Confessor uma Petição minha a S. Magestade, por que peço se sirva S. Magestade de me mandar passar d'aqui para o Castello de Lisboa. Respondeu-me

logo, achara em El Rey tal modo, que esperava cedo mandar-me a resposta, digo, despacho. V. M. bem sabe e vê o que me vae n'esta mudança de caminho e de descanço; não ha senão andar todos a vêr se pode abalar este Monte, que de difficuldades pode muito bem ter o nome.»

São deliciosas as quintilhas com que agradece a Francisco de Sousa Coutinho, embaixador na Hollanda, a carta que lhe dirigira; com ella fechamos o seu martyrologio na Torre Velha:

De terras tão apartadas
Lembranças de um perseguido,
Lembranças tão desejadas,
Aonde as porei, guardadas
Que fiquem como é devido?
Guardal-as-hei na vontade,
Na memoria e coração,
Guardal-as-hei na amisade,
Guardal-as-hei na verdade,
Que ali não se perderão.

....

Despois que em duros grilhões
Escravo vivo dos êrros,
Amarrado ás affliçôes,
Onde as imaginações
Tambem querem lançar ferros;
Outra tal voz não subiu
Doce, por cima do pranto,
Qual esta que hoje se ouviu;
Chave foi que a porta abriu
Das trévas do meu encanto.

....

Aquella tempera antiga
Da nossa honrada nação,
Tão honrada e tão amiga;
Senhor, não sei como o diga,
Destemperou-a a ambição.

Os arnezes vencedores
De Marte, que o mundo observa
São já de chumbo os melhores,
E reluzem com mil côres,
Pelos roupões de Minerva.
....
Tão cega corre a insolencia,
Mãe da soberba e cubiça,
Que *nos embarga a clemencia*
E nos taxa a providencia
Da soberana Justiça...
Que eu viva desenganado,
Miseravel, perseguido,
Isso é proprio d'este estado;
Porque o sempre desprezado
Que faz em ser conhecido?

(Carta v, p. 89: *Çanfonha de Euterpe*).

Na Carta a D. João de Saldanha, estando doente e retirado em Santarem:

Tenho tanta cousa vista,
Que já mais vêr não quizera;
N'esta mundanal conquista,
Oh quanta gente prevista
Vi cahir de azas, de cera!
Andei de aquém para além,
Vi o *Thomasis*, e o rio
Reno, que ao mar rijo vem;
Vi muito do mar de quem
Tanto custa o senhorio.
Grão trabalho e varia dôr
Passei por tão gram jornada;
E de todo o meu suór
Não trouxe cousa melhor,
Que não trazer d'elle nada.
....
Eu cá metido na toca
D'este Castello ancião,
Fallo segundo me toca,
Oxalá não diga a bocca
E o desminta o coração.

(*Ib.*, p. 88.)

Na Carta IX, a Francisco de Sousa de Menezes, Arcediago de Valdigem:

A esta Torre, que o mar cansa
Onde tenho a liberdade
Enterrada e a esperança;
Tal força teve a amisade
Que chegou cá co'a lembrança.
Porém que espanto é o meu
(Bem que foi raro entre nós)
De vêr este tiro seu?
Amigo, se fostes vós,
Quem tanta força lhe deu.

(*Ib.*, p. 102.)

Em carta de 17 de Março de 1650, pedia a intervenção de um poderoso amigo para que seja mudado para a prizão do Castello: «na verdade, a medo, a medo peço, não pedindo outra cousa, se não que se haja por bem mandar-me mudar d'esta Torre para o Castello de Lisboa. Como o heide dizer, ou a quem o heide dizer... Não tenho já dinheiro para dar a barcos, nem grãos a hospedes. Que será de mim? Tenho dividas, tenho legados que satisfazer: tudo em vesperas de fazer jornada larga e incerta. Que me mandem castigar no corpo, se o mereço, santo, justo e bom, mas na alma nem na honra, não parece idoneo. Um homem que está fora de sua casa seis mezes, ha mister um anno para a pôr na razão: que serão seis annos?» (Cartas, p. 651.) Em 18 do mesmo mez escrevia a um ministro: «A primeira cousa que pedi em seis annos de prisão, é a presente. Meu desejo se não estende a mais que a alcançar me mudem de prizão a pri-

zão, e não d'ella para a liberdade. Isto faz um corregedor aos prezos do Limoeiro cada vez que lh'o pedem: passal-os da cadeia da côrte para a da cidade, e ao contrario. Aqui d'onde estou, com a nova ordem do meu apêrto accresceram cousas que, não sendo eu de ruim soffrimento, me será mais leve soffrer qualquer sentença, que soffrel-as. — Sempre professei o não vir com as minhas queixas a publico; e a risco de todo o meu dano o observo. — Diga-se-me quem mais tem padecido e eu direi quem tem mais errado. — N. (D. João IV) entra como Juiz, superior e Prelado meu (Grão Mestre da Ordem de Christo) o que tudo pode ser sem que se torça o fio da equidade. — Eu fico que da clemencia que se exercitar em mim se não offenda a Consciencia nem o Mundo. (Cartas, p. 608.) E em 20 de Março: «Hoje — offereci uma petição — em que humilissimamente represento a miseria do meu estado; pedindo se sirva de me mandar passar d'esta prizão ao Castello de Lisboa, — não acabarei de crêr me pode chegar este allivio. Que elle me seja licito; parece que toda a rasão o está mostrando. Porque, como se poderá duvidar de que terei padecido e estou padecendo, na falta de saude e de fazenda, em seis annos de Torre? cousa não praticada com outro por tanto tempo. Que seja junto, ainda é mais claro, pois no meio dos maiores rigores de minha prizão, e a trez mezes d'ella, se houve por bem mandar-me fazer este mesmo favor. — Só a minha fortuna o poderia embaraçar, eu o confesso. Porém, por isso mesmo invoco eu contra

ella a grandeza de N. (D. João IV) e a intercessão de v. m. como o haver-me tirado d'esta Torre, se não do mais aspero cativeiro: porque as faltas e os incommodos vão sendo insupportaveis não menos á vida que á honra.» *(Cartas,* p. 614.) E em 25 de Maio: «Aqui se me tem certificado que N. compadecido de meus trabalhos, se serve de me mandar passar ao Castello de essa Cidade. Esperando estou a vêr o effeito, que poderá agora apressar-se, porque assistindo aqui o Governador d'esta Torre, um de nós é força que esteja desaccomodado; e não é rasão que seja elle. Se assim fôsse, grande interesse seria o meu...» *(Cartas,* p. 616.)

«Aqui estou já n'este Castello, como pedia e desejava. Bem sei quando devo ao señor Gaspar de Faria n'esta obra e á boa intenção de v. m.,... Castello em 3.ª feira (31 de Março de 1650). (Carta 44 a Antonio Luiz d'Azevedo.)

O que era essa prizão da Torre Velha, em que tantos annos soffrera, descreveu-a o poeta no Soneto XL da *Tuba de Calliope:*

Responde a um amigo, que mandava perguntar á vida que fazia em sua prizão:

Casinha despresivel mal forrada,
Furna lá dentro mais que inferno escura,
Fresta pequena, grade bem segura,
Porta só para entrar, logo fechada;

Cama, que é pôtro, mesa destroncada,
Pulga, que por picar, faz matadura,
Cão só para agoirar, rato que fura,
Candêa, nem c'os dedos atiçada;

Grilhão, que vos assusta eternamente,
Negro boçal e mais boçal ratinho,
Que mais vos leva, que vos traz da praça.

Sem amor, sem amigos, sem parente,
Quem mais se doe de nós diz: — Coutadinho!
Tal vida levo, santo prol vos faça.

Nos ultimos dias de Março de 1650 foi transferido D. Francisco Manuel de Mello para a prizão do Castello de Lisboa; a um ministro que se achava fóra de Portugal, escrevia: «Bastará que se saiba como N. (D. João IV) não se servindo que eu fôsse ao Brasil, tambem não houve por seu serviço passasse este anno á India. Eu por esperar os bons effeitos da sua grandeza, pedi mudança e a consegui, para este Castello de Lisboa, onde fico de 8 dias a esta parte. As gentes me vêm a vêr como a cousa monstruosa; e certo podem, que monstruosidades se tem padecido e vencido. Alguns me pronosticam o bom successo. Mande Deus o mais conveniente.» *(Cartas,* p. 712.) E a uma senhora sua parenta: «Aqui me fico com estas minhas cadeias invisiveis ao pescôço, sem as quaes já não poderei viver. E isto guardo eu por mézinha, para que quando acabar de me enfadar da vida peça que de todo me livrem d'ellas.» (4 de Abril de 1650.) Na mesma data, a um Religioso amigo: «Cinco dias ha que estou n'este Castello, Paraiso, se se compara ao que deixei.» *(Cartas,* p. 710.)

Em carta ao erudito Manuel Severim de Faria, escrevia em Janeiro de 1650: «se eu não vira tantos *aleivcs coroados* (quero dizer, premia-

dos...» Esta phrase revela a consciencia que elle tinha no sentimento de justiça de D. João IV. Barata sublinhou: «Aquelles aleives *coroados* são forçosamente allusão directissima a D. João IV, pois que se não o foram, escusava de mudar o adjectivo para premiados — não escrevendo aquillo com dobrada intenção.» (*Um Duello*, p. 281.)

Já na prizão do Castello, escrevia em 5 de Abril de 1650 a Francisco de Sousa Coutinho, embaixador em França, «havendo dous annos continuos» que lhe escrevia sem em todos elles vêr letra sua: «Grandes cousas ouço aqui; porque de novo foi Deus servido *se passasse minha prizão a este Castello de Lisboa.* E como entre nós ha muitos fumos, e eu moro no alto, não é muito que me cheguem as cousas de fumo ou o fumo das cousas. — O nosso amantissimo Tejo está eleito para theatro de mil tragedias, a umas ou outras Armas britanicas, qual se os seus crystaes fôssem aquelles das Dunas de Inglaterra, onde a Fortuna já fez tão infausto espelho para escarmento de acções inconsideradas. Negocio é o presente que mais opprime, que occupa a imaginação de nossos Politicos; cousa que eu em tudo ao revés desejára, por ser em tudo ao revés dos outros.» (*Cartas*, p. 714.)

Depois que D. Francisco Manuel de Mello foi transferido da Torre Velha para o Castello de Lisboa, em 1650, parece que lhe fôra permittido o saír com homenagem; em uma carta datada do Castello, a um amigo, diz-lhe: «se V. S. quizer que domingo muito por bem nos *vamos*

ao campo, c a uma quintinha que eu lá tenho, chegue-se V. S. por aqui, *faremos romaria até Alcantara...»* *(Cartas,* Cent. I, n.° 28.)

Referindo-se á sua repentina saída de Portugal: «porque, como eu estou tão embaraçado, todo o pouco que tenho será minha total perdição fazer d'aqui ausencia sem tempo de poder dar ordem a minhas cousas.» (Cent. II, n.° 63.)

Já no Castello, escrevia em 16 de Dezembro de 1651: «Estes negocios vão tão cheios de mysterio, que verdadeiramente não sei até onde me é permittido esperar; porque se eu pudesse fazer alardo dos meus pensamentos, pouco tinha que temer.» *(Cartas,* p. 778.)

«Tal foi o successo de meus negocios, que depois de seis annos de variedade, vejo affirmar-se esta tormenta na peor ruina. Nunca, certo, resisti á perdição; contentara-me com que fôra á minha vontade. Lá sou em phateosim *lançado para esse Brasil,* como a lenha inutil, me lançaram nas brazas, depois de me haverem abanado aquelles a cujas abas eu me acheguei. — Certo que nem a minha vida, nem a minha fortuna eram taes que merecessem andal-as eu assoalhando pelo mundo; mas pois assim ha de ser, assim seja.»

Na Epistola declamatoria ao Principe D. Theodosio, recorria n'este lance final das suas esperanças:

«Vinha, Senhor, para minha prizão (que dura ha nove annos) terça-feira 29 de novembro, e certo que vinha de fazer, como pude, serviço a V. A., quando fui avisado, que um Corregedor

da côrte me buscava para me levar d'este Castello a uma Torre (a mais aspera, disse então a ignorancia conjurada pode ser com a malicia) Perturbei-me como homem a quem os trabalhos tem cerceado boa parte do coração, que comtudo ainda ficou de pezo. Não direi a V. A. que me tomou a mudança de sobresalto: mudança de prizão esperava, Senhor, mas aquella que eu em tal tempo esperava (e commigo muitos) era que S. M. me mandasse defender-lhe uma praça com a confiança que de mim devia fazer; não que a Mesa da Consciencia ordenasse enterrar-me em uma Torre.» (*Inst.*, de Coimbra, vol. xv, p. 67.)

«Costumado sou, Senhor, a ser logo prezo nas mudanças de reinos e de estados, porque o proprio correio que levou a nova ao exercito de Catalunha, em que me achava, de que este reino se havia isentado do jugo castelhano, esse proprio correio (como se a vingança muito conviesse) trouxe ordem para que eu fôsse prezo e levado em ferros a Madrid. — Combine V. A. que egualdade ha em ser eu prezo em Barcelona, quando se perde Portugal, e ser de novo prezo em Portugal quando se perde Barcelona;» etc.

Este appello de D. Francisco Manuel para o Principe D. Theodosio revela-nos que elle, nos longos annos de isolamento do carcere, desconhecia as intrigas da côrte; a malevolencia entre o rei e o principe tornava contraproducente este appello. E no mesmo engano caíu, por ignorar que a mãe do Principe D. Theodosio andara em ajustes do casamento de seu filho com a Princeza D.

Maria Thereza, filha de Philippe IV, plano que se não realisou por Anna de Austria, Regente de França, casar seu filho Luiz XIV com a princeza hespanhola. O pobre D. Francisco Manuel, por transes difficilimos, obteve uma Carta de intercessão de Anna de Austria a favor da sentença que D. João IV tinha de dar n'esta terceira instancia. Como receberia D. Luiza de Gusmão esse documento emanado de Anna de Austria em nome do joven Luiz XIV?

A carta (6 de Novembro de 1648) intervindo a favor de D. Francisco Manuel de Mello, pareceu ao desgraçado prizioneiro que teria um effeito absolutamente benefico; planeava-se o casamento da Infanta D. Catherina com o joven herdeiro do Throno de França. Como não seria attendida a carta ditada pela Regente Anna de Austria? Pois a carta tornou-se uma aggravante da fatalidade que pezava sobre D. Francisco Manuel. A politica franceza teve uma transformação brusca; em vez de proseguir o plano de Henrique IV e de Richelieu, contra a Hespanha, Luiz XIV casa com a filha de Philippe IV, Maria Thereza de Austria, que tanto como sua mãe *hespanholisara* os costumes da côrte de França, reflectindo-se na propria litteratura.

A salvação que D. Francisco Manuel não encontrou n'este projecto de casamento com Luiz XIV, julgou encontral-a no outro plano do casamento da Infanta D. Catherina com Carlos II de Inglaterra. A familia Bragança patrocinara a causa do Pretendente Inglez, manifestando-se

na protecção ao Principe palatino que se refugiara no Tejo. Essa aproximação de Portugal da attracção Ingleza, parecia-lhe o ponto de apoio unico para a independencia de Portugal, depois da defecção da politica franceza sob Mazarino.

Respondendo a uma Carta do embaixador da Hollanda Francisco de Sousa Coutinho, que lhe fôra entregue na Torre Velha em 10 de Janeiro de 1648 por Mr. Lanier, narrava D. Francisco Manuel de Mello o resultado do seu segundo julgamento:

«Não ha muitos dias que por hum framengo, natural de Anvers, que aqui assistiu, e se foy por via d'esses Estados, seu nome *Lucas Vurosterman* escrevi a V.ª S.ª huma carta, que elle me prometteu pôr em mãos de V. S.ª e creo o haverá feito, se chegou a salvamento. N'ella dizia, o que mais breve agora: Como, havendo appellado da sentença se houverão comigo os novos juizes de tal sorte, que me condemnaram muito mais; eis aqui os nossos juizos e nossos juizes. Poderá consolar-me o publico escandalo com que o caso foi recebido. Mas eu me vejo sem fazenda, sem patria e sem esperança de me vêr nella; e a elles em seus tribunaes, tão bem accomodados, que ainda farão outra peor, se acharem a julgar outro tão mofino como eu. Todas as rasões de me serem infestos representei antes a N. (D. João IV) mas não foram remediadas, ainda que não foram desconhecidas. — Ora eu, aproveitando-me da faculdade de nossa Ordem, pedi terceira ins-

tancia donde ser julgado. Tem-se concedido; mas com o envite de trez juizes bem a proposito dos propositos de quem m'os buscou taes, que verdadeiramente nenhum o podia ser, pelo haverem já sido varias vezes. E são, com estes trez, mais trinta e seis os que me tem julgado. Cousa, de que pode ser se não visse exemplo; e menos ainda de que, havendo sido tantos (Deus me he testemunha) nenhum acertasse com a justiça, que he huma só, e dizem que andavam a buscar todos. Esta ultima sentença está em minha mão dital-a, e o vou fazendo; assy pelo beneficio que do tempo podia esperar, como por outras observações das quaes era a de mayor consideração esta resposta de V.ª S.ª que esperava. Meus longes tenho de que não haveria difficuldade em que se me commute ao Brazil o desterro da India. Mas eu, em quanto não vir a V. S. d'esta parte e segura a sua jornada, por nenhum respeito me adiantarei com o desejo ou diligencia. — Mas porque a minha mofina he tal que, por mais males que eu espere muito mais me soem vir, me vem a ser necessario pôr a mira alta ao remedio, a vêr se posso ficar onde e como desejo. A este fim tenho procurado a intercessão da Raynha Regente de França e do Cardeal Mazarino. Confio em Deus, que me não faltem. Nada d'isto será perfeito se V. S. (sendo-lhe possivel) se não puser a coroar com seu valor esta obra, procurando-me algumas cartas do Principe de Orange e dos Estados, que em favor meu recommendem minha causa, cousa que não julgo impossivel, e mais

sendo V. S. o instrumento...»[1] Sobre esta ultima intercessão, escrevia em carta de 4 de Maio de 1649: «E mesmo da carta do Principe quando haja lugar (sc. não faço lembrança) se bem creo que, não vindo agora, seria tarde, porém util sempre.»[2]

Em carta de 23 de Fevereiro de 1648 a Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo, agradece-lhe a interferencia que elle teve com os ministros francezes para lhe alcançarem a carta de recommendação de Luiz XIV: «Não posso dizer a V.ª P.ᵉ lhe mereço toda a mercê que me faz, mas affirmar si lh'a soubera merecer se pudera os effeitos do bom animo de V.ª P.ᵉ tam certamente como os esperei, havendo recebido a honra de huma carta de intercessão de el Rey Cristianissimo. Eu que de mais perto trato os meus merecimentos conheço o pouco que valem, e logo assy conheci tambem, que recebendo novo valor por serem de V.ª P.ᵉ representados aos Ministros francezes, puderão elles avultar de sorte que se fizerão dignos de um favor tão grande. Por este meyo confio alcançar algum seguro porto, em que possa salvar-me na ira d'esta minha Fortuna, que ha cinco annos me persegue, contra aquelle antiguo proverbio: De que a tormenta não exceda o pórte da embarcação.»[3]

1 Cent. III, n.º 21.
2 Cent. I, n.º 64.
3 Cent. II, n.º 42.

Pelas relações que D. Francisco Manuel conservava com Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo e com o Embaixador de Portugal, soube o desgraçado escriptor que o Conde de Brienne, secretario da Rainha Regente Anna de Austria, adquirira algumas obras suas para a Livraria que possuia; sob este pretexto e por estas vias indicadas, remetteu-lhe D. Francisco Manuel de Mello uma carta com data de 1 de Julho de 1648, para que se dignasse appresentar á Rainha Regente e ao Cardeal Mazarino as supplicas a fim de intercederem perante D. João IV, para lhe conceder a liberdade: «*La afflicion de una carcel de muchos años,* la terribilidad de una (y aun de muchas) injusticias, dan occasion y confiança a mi peticion y lamentos. He suplicado a S. Magestad Cristianissima, y al Eminentissimo Señor Cardeal Mazarino, se dignassen de valerme. Pero *como a tan altas personas llegaran mis humildes y estrangeras vozes,* si V. S. por su sola bondad no fuere servido de darles mano?» [1] Vê-se portanto que a carta dirigida a Anna de Austria é de 1648, quando o escriptor, tendo já trez annos de carcere, via-se exposto ao arbitrio irresponsavel de um despota obcecado. Transcrevemos alguns trechos da supplica a Anna de Austria, que bem definem a sua situação: «*Aqui, nas trevas de um escuro e dilatado carcere,* estou vendo ó Cristianissima Raynha, hé só vossa grandeza

1 *Cartas familiares,* Cent. 1, n.º 5.

quem poderá vencer minha fortuna. A qual despois de me arrastar por varios casos e gentes, me trouxe a fazer naufragio ao porto do descanso: a tempo que nem o premio nem o repouso me foram illicitos. Por uma accusação ordinaria padeço ha muitos annos trabalhos extraordinarios, fruto da violencia de poderosos inimigos — inclinando-se a interceder com uma affectuosa recommendação para que se veja minha causa com todo o bom respeito devido á interposição de V. Magestade; e não fique sem remedio aquelle que soube buscar vosso poderoso auxilio.» [1] Em carta ao Cardeal Mazarin, offerecendo-lhe os seus livros, diz-lhe com simplicidade modesta: «Meus infortunios podem haver dado de mi ás gentes aquelle conhecimento, que seus merecimentos aos bons lhe solicitam.» [2]

---

1 *Cartas*, Cent. 1, n.º 3.

Com a mesma data de 1 de Julho de 1648, escreveu D. Francisco Manuel de Mello mais duas Cartas pedindo a intercessão de dois ministros francezes, junto de Anna de Austria e do Cardeal Mazarin. Em uma allude ao tempo em que o conheceu na sua embaixada em Hespanha: «el tiempo de su embaxada en España, adonde yo alcancé la honra de verle, ya que no la de servirle. *Una inevitable desgracia me detiene çinco años ha, en miserable y rigurosa carcel,* con amenazos de mas riguroso y miserable fin.» (Cent. 1, n.º 49.) Na outra carta, refere-se aos livros que lhe offerecera um personagem portuguez illustre, e pede que lhe valha na sua pretenção junto da Regente e do Cardeal: «se digne valer a un miserable injustamente affligido entre los suyos, y en su propria patria naufragante.» (*Ib.*, n.º 50.)

2 *Ib.*, n.º 4.

A Carta da Rainha regente, que D. Francisco Manuel tanto desejava, e que tambem solicitara pela amisade de Mr. Lanier, Residente do rei de França, foi-lhe entregue em fins de janeiro de 1649. Agradecendo a Mr. Lanier, escreve-lhe o desventurado escriptor: «Pocos dias despuès de la partida de V. S. yo recebi la honra de una Carta de intercession de S. Magestad Christianissima para N. (D. João IV.) Lei en ella la Magestad de un Rey de Francia bien descrita; pues sin embaraçarse su grandeza en mi cortedad, assi pudo dar me credito y esperança: cosas que ya no tenia, y dudo si las meresco.

«Tambien conoci en el pronto y avantajado effeito de mi pretension, los officios de V. S., la magnificencia de los señores Ministros dessa Corona... El Secretario N. (Conde de Brienne) que en todo sabe ser criatura de V. S. y mas en hacerme merced, me assegura podrian venir algunas respuestas de aquellas cartas mias.

Em Carta a Francisco de Sousa Coutinho, embaixador na Hollanda, escrevia-lhe em data de 23 de Janeiro de 1649 dando parte da terceira instancia: «Estão meus negocios no ultimo ponto, juizes nomeados e o processo já em seu poder. Arrebentarei com as arvores, e praza a Deus que com algum fruto, que não seja mais amargoso que o temor e trabalho com que o espero ha cinco annos. Os juizes, me dizem, estão bem affectos á causa; mas isto mesmo me diziam os outros. De El Rey Christianissimo alcancei a honrada intercessão de huma carta, de que ainda

não tenho usado, por esperar offerecel-a mais perto da resolução. Dizem-me que se tem por certo não passarei o Cabo da Boa Esperança.— Ajunta-se a tudo isto, haver-se nomeado para ir ao Brazil o Conde? nosso parente, para a qual jornada (ainda muito duvidosa) me affirmam que estou convidado. Deve de ser fatal aquelle dito de V. S. de que eu houvesse de invocar as Musas do Capibaribe...» [1] N'esta mesma carta remette ao Embaixador dois volumes que acabara de imprimir, e accrescenta:

«V. S. não quiz lembrar-se d'aquella encommenda dos meus trez livros que lhe pedi e torno a pedir e lembrar. São: *Espelho aulico,* de Adam Contzen, *Poblacion general de España,* de Rodrigo Mendes da Silva (se lá chegou já) e Phelipe de Comines commentado por D. Juan Vitrian, que se imprimiu em Anvers.»

Em carta a Fr. Bernardo de San Pedro, em Roma, escrevia em 13 de Fevereiro de 1649: «Ficam para ultimar-se meus negocios, e eu com vezes de sol; porque taes me querem para o Oriente, taes para o Occidente. Dizem emfim, que *para a India, ou para o Brasil,* haverei de fazer viagem. Nas mãos de Deus estou, Senhor é de todo o mundo, bem pode fazer que caia bem em qualquer parte, que os homens me lançarem. Todavia fico com alguma melhor esperança, havendo conseguido hũa instante intercessão del

1 Cent. III, n.º 19.

Rey Christianismo, que por minha causa escreveu com honra e afecto a N. (D. João IV) agora meu ultimo juiz.» (Cartas, p. 145.)

A noticia da Carta do Rei de França intercedendo em seu favor era já fallada; mas D. Francisco Manuel de Mello reservara-a para fazer presente a D. João IV quando tivesse de dar o seu julgamento sobre os votos consultivos dos Desembargadores da Terceira Instancia. Em carta de 15 de Março de 1649 *a hum Parente* (D. Francisco de Mello): «A carta anda já tão mandadeira, que *esse homem, que a todo o proposito me persegue, me persegue já por ella, muito de proposito:* dando por desculpa que quer concluir este negocio *antes que me chegue hum favor de França.* Estou para lhe mandar dizer, que se não canse por que já he chegado, mas que não importa.» *(Cent. III,* 71 bis.)

Em carta de 14 de Junho de 1649, a Azevedo, está na incerteza de se na Secretaria appareceu a Carta da França, e em 17 escreve: «Persuado-me que a Carta de El Rei de França haverá passado á Secretaria do Estado; porque a não ser assim, já n'essa houvera de haver noticia d'ella.» (Carta 14, ed. Prest.)

Em carta de 9 de Septembro de 1649: «Será hoje, até manhã em mão do Sr. Secretario aquella Carta de El Rey de França em meu favor..» (Carta 19, ed. Prestag.)

Em carta de 6 de Janeiro de 1650: «Fico de novo (como v. m. ouviria) em nova tribulação; prezo de novo, com apertos, com guardas e

com desconfianças. Não sei que haja outra cousa, salvo se o conformar-me com o que de antes padecia, que deve parecer menos do que querem meus inimigos. Asseguro — que me tem prostrado de todo este accidente — havendo começado com o anno esta novidade.» (Carta 28.)

Na carta de 25 de Fevereiro de 1650 a Azevedo: «não delirava na pretenção que tive de que fôsse mandado para a India. Mas sobre que as causas eram muitas e o meu juizo justissimo, nunca passou de desejo este negocio, e só o em que fiz maior diligencia foi em buscar meyos para poder entender se S. Magestade queria ou não mandar-me. O que de tudo tenho recolhido é que se não serve que eu vá, e assim tenho já cessado de fallar mais n'essa materia, procurando o possivel compor o animo para qualquer successo.» (Carta 26.)

«Desejei cousas tão menores, e as fico desejando, que, prezo e degredado, folgára muito de ir n'elles, por vêr se entre aquelles Mangues me podia esconder e escapar a tamanhas tempestades. — Espero de lembrar agora a N. que pois não quer que seja para a India, queira que seja para o Brasil esta minha jornada, e se acabe assy de alimpar a terra de tão ruim cousa como eu. Muito estimara saber se a partida d'este socesso será despois da jornada das náos; por que se fôsse, entrara em melhores esperanças.» (Carta de 7 de Março de 1650, p. 594.)

Em 4 de Junho de 1650: «O Conselho haverá, segundo me dizem, descoberto muitos mo-

dos de proceder no caso presente. — O negocio já deixa de ser particular e é Real, pela opinião, que se perde, e commum pelo interesse que se não ganha. Devia como tal ser visto e remediado com repetidas instancias. A mim me desconsola assás, ardendo-nos a honra e o proveito, que só para os perdermos juntos, parece que se fizeram combinaveis.» (Cartas, p. 718.)

Em 30 de Junho de 1650: «Tenho o odio, toda a iniquidade, toda a violencia, toda a maldição que cabe em homens, e homens máos, se armou contra mim fraco, prezo, abatido e indefezo; veja V. m., que egual batalha eu que esperança posso ter de victoria n'este transe? Os successos são taes e tantos, que larga escriptura pediam. Mas esta machina se dispõe a perpetuar-me n'esta prizão, e que não consiga aquelle grande allivio (veja v. m. que tal) de ir desterrado para o Brasil; e aquillo que nem os inimigos puderam negar-me, querem que o tempo m'o negue, dilatando a execução d'este juizo.

«É já subida a Sua Magestade a Consulta da Mesa da Consciencia; constante cousa foi dizerem todos que lá se haviam estranhado de que os Juizes, havendo anno e meio que o eram, e proviam como taes nos autos, agora duvidassem se o podiam ser. Elles tinham nos mesmos autos a resolução donde estão estas Sentenças contra mim, havendo eu posto a um d'elles a propria suspeição.

«Finalmente, Senhor Antonio Luiz de Azevedo, o que lhe eu peço — queira ajudar esta minha pretenção, lembrando ao Senhor Secretario dirija

e alembre e disponha o despacho d'ella, porque de outra sorte eu ficarey aqui athe que o ecco da trombeta do Juizo Universal nos chame a todos e confunda, como confundiu aos que assim me tem julgado, e nem acabam ainda agora.

«Eu escrevo ao senhor Gaspar de Faria, de cuja mão espero este grande beneficio.» (Carta 32.)

O espirito de D. João IV, vendo-se contrariado pela politica franceza, fez da sentença a dar sobre D. Francisco Manuel de Mello a expressão do seu despeito.

A politica franceza, que Richelieu e Mazarino sustentaram para scindir a Casa de Austria nos dois ramos da Hespanha e Allemanha, comprehendeu a conveniencia de auxiliar o sentimento da autonomia de Portugal, mais forte do que os dissentimentos da Catalunha e da Hollanda; mas as suas negociações fôram sempre capciosas, como se patentêa pelos casamentos hespanhoes, de Anna de Austria e Maria Thereza, feitas rainhas de França. Assim, escreve com justeza João Francisco Lisboa: «O cardeal de Richelieu, ministro omnipotente de Luiz XIII, que as accolhera favoravelmente (as negociações para a Revolução de Portugal) faleceu pouco depois de as iniciar; e o cardeal Mazarino, que lhe succedeu no poder e governou a França quasi absolutamente durante a longa menoridade de Luiz XIV, deu provas constantes de uma politica doble e de má fé, durante dezenove annos, exigindo e extorquindo a Portugal avultadas quantias, promettendo-lhe e

negando-lhe soccorros, exprobrando-o por não fazer com mais vigor a guerra á Hespanha, a quem por derradeiro sacrificou na Paz dos Pyreneos, em 1660, fazendo primeiramente jogo com elle nas negociações celebradas com D. Luiz de Haro, a fim de o vender mais caro.» [1] N'essa negociação, como declarou o diplomata portuguez Duarte Ribeiro de Macedo, «aquella resolução *restituia este reino ao dominio de Castella;* e não pareceu então errada esta opinião, toda a Europa o julgou, vendo contender só este reino com todo o poder unido da Casa de Austria.» D'este abysmo salvou a nacionalidade portugueza a mudança politica resultante da morte de Mazarino.

A natural alliança com a Hollanda, inimiga da Hespanha, é impedida pelos interesses coloniaes: «Assim em 1640 fez-se a Paz de Munster entre a Hollanda e a Hespanha, que de inimigos encarniçados que eram, estiveram a ponto de unir as suas forças collossaes para assoberbar Portugal, quasi desamparado; assim, em 1651 e 1657, quando a Hollanda está para cahir sobre Portugal com as suas formidaveis esquadras, o golpe é desviado por uma guerra com a Inglaterra, e finda esta pela attitude ameaçadora da Suécia.

«No meio d'estas terriveis complicações, D. João IV, principe de animo pouco bellicoso, nascido e creado no seio e doçuras de Villa Viçosa,

1 *Vida do P.e Antonio Vieira*, p. 35.

dado em demasia aos prazeres da caça, da musica e da mesa, achou-se extranho e muitas vezes indeciso, outras desalentado e abatido diante do poder collossal e ameaçador de Hespanha.» *(Ib., ib.,* p. 40.)

«Sabida cousa é que D. João IV foi de animo tão pouco bellicoso, que nos dezesseis annos decorridos depois da sua acclamação até ao seu falecimento, nunca tomou a menor parte na guerra incessante que pela conservação do seu throno se fazia nas fronteiras a pouca distancia da capital, e quasi á vista, podemos dizel-o, da tapada do seu antigo solar de Villa Viçosa, onde a paixão da caça ainda o attraía uma ou outra vez. Foi sempre em vão que se lhe representou, até por parte dos embaixadores das potencias alliadas, quanto importava á estabilidade do seu throno o prestigio da gloria militar, e de uma grande batalha ganha debaixo do seu commando.» *(Ib.,* p. 150.) A visita do Principe D. Theodosio ao campo da batalha, como simples excursão, despertou o odio implacavel do pae, e esse desgosto que apressou a morte prematura do Principe, cuja popularidade o incommodava.

D. João IV homologou os votos consultivos da terceira instancia, tornando-os sentença de *degredo perpetuo* para o Brasil. E o requinte da malvadez vê-se no tom preremptorio como lhe recusa os ultimos recursos da defeza e que se execute a sentença:

«Eu El Rey, como Governador e perpetuo Administrador que sou do Mestrado e Ordem de

Nosso S.r Jesu Xp.°, faço saber aos que este alvará virem, que vendo-se ultimamente em Terceira Instancia a materia dos embargos com que, na causa da morte do filho de Domingos Cardoso depois de D. Francisco Manuel de Mello ser sentenciado em *degredo perpetuo para o Brazil*, e nas penas pecuniarias, veiu ao Alvará de vinte e dous de Março do presente anno pelo qual fôra excluido dos primeiros embargos que puzera a outro Alvará de vinte e quatro de Fevereiro antecedente, foi servido resolver que sem embargo dos embargos a sentença dada contra elle se execute, e não fôsse mais ouvido de allegação algũa que na causa fizesse; e este se cumpra e guarde como se nelle contém, sendo passado pela Chancellaria da Ordem. Nicoláo de Carvalho o fez em Lisboa aos quatro de dezembro de seiscentos sincoenta e dous. Francisco Pereira de Castro o fez escrever. Rey. — Foi por mim registado. Antonio Lopes Moreira.» [1]

«Eu El Rey, como Governador e perpetuo Administrador que sou do Mestrado, Cavalleria e Ordem de Nosso S.r Jesu Xp.°, faço saber aos que este Alvará virem que a resolução tomada por mim por outro decreto de vinte e um de Maio de seiscentos e sincoenta na terceira instancia da accusação de Domingos Cardoso contra D. Francisco Manuel de Mello se execute não obstante os embargos com que elle veiu depois de senten-

1 Ordem de Christo, *Registo*, vol. 41, fl. 184.

ciado em final, porque de mais de não terem lugar estando o negocio já naquelles termos, se não allegou por sua parte cousa que o relevasse; e este se cumpra e guarde como se nelle consta, sendo passado pela Chancellaria da Ordem. Nicoláo de Carvalho o fez em Lisboa, aos vinte e dous de Março de seicentos e sincoenta e dous. Francisco Pereira de Castro o fez escrever. Rei — Foi registado por mim Antonio Lopes Moreira.» [1]

O celebre chantre da Sé de Evora Manuel de Faria Severim, em correspondencia litteraria com D. Francisco Manuel de Mello, remettera-lhe um masso de documentos para os entregar a Manuel de Faria e Sousa; em data de 2 de Novembro de 1653, quando D. Francisco Manuel já estava transferido para o Castello de Lisboa, accusa a recepção dos documentos, e refere-se á sua situação: «As pessoas graves (qual V. m. diz he a que lhe deu *novas de minha embarcação)* ainda são mais sujeitas aos enganos que as humildes. Eu cuido que foi pensão que Deus poz á grandeza, faltar-lhe a verdade aos ouvidos para que ninguem desejasse um estado donde de ordinario falta a melhor cousa, que ha no mundo, se a ha no mundo. E tornando a mi, digo, Senhor, que até o presente se me não ordenou passasse ao Brazil. Já o tivera por grande mercê, por mais que em som de castigo me fôsse mandado;

1 *Ibid.*, fl. 184 V.

porque os perigos da guerra são mais honrados que os da desesperação. Não era melhor morrer a ferro que de cautelas?

«Fico no mesmo estado em que estava, e só me serve de esperança aquella certeza que tenho de que me hade acabar esta pena o mesmo mal que hei passado e vou passando.» Termina, dizendo que fará chegar a carta e quaesquer livros ás mãos do *nosso Escriptor* (Faria e Sousa): «estou aqui promptissimo, e poderei como desejo, visto que *os grilhões dos Principes não chegam ás vontades, ainda que se forjem n'ellas.*» [1]

Jacintho Freire de Andrade tambem se interessava pela situação do preso, que do Castello lhe escrevia em data de 27 de Novembro: «Continua-se por minha parte o negocio. E mando agora a casa do Secretario (Antonio Pereira da Cunha) porque em a do outro Ministro não acho razão. Quando se acha ella alli? Beijo as mãos de V. m. pela boa diligencia e melhor advertencia.» [2]

Os ultimos mezes que D. Francisco Manuel de Mello gemeu na Torre Velha, achava-se em uma disposição philosophica, que tanto se revela no delicioso livro *Carta de Guia de Casados,* cujas provas typographicas reviu já no presidio do Castello. Em 5 de Março de 1650, declara na conclusão do opusculo: «quando comecei a escrever

1 *Cartas*, Cent. II, n.° VIII.
2 Cent. II, n.° 9.

foi com animo de uma carta a rogo de um noivo, e acho-me agora com um processo escripto. Eu de meu natural sou miudo e proluxo, e *o estar só e a melancholia, que de si é cuidadosa,* me fizeram armar tão longas rêdes...» Em carta a Antonio Luiz de Azevedo, de 6 de Março de 1650, dá-lhe conta d'este seu ultimo trabalho: «Se João Roiz de Sá, nosso amigo, tem feito romaria a V. m., despois que cá esteve, dirá dos principios de um Discurso em que me occupei estes dias... Servir-nos-ha de fallar. Chamo-lhe *Carta de Guia de Casados.* Houve causa para se escrever, e tem-me enganado: chegará ás mãos d'aquelle critico, e desenganar-me-hei.» (Carta 27). Este bom humor philosophico suscitava-lhe um trabalho, a que allude em carta de 13 de Fevereiro ao Conde Camareiro-mór: «um meu Livro querido, que escrevo aos poucos, como quem lavra sepultura (porque tambem quizera acabar com elle). Chamo-lhe *Côrtes da Rasão.* Disputa-se alli advertidamente a materia, entre o Filosofo das Lagrimas e Theobaldo, Rey da Navarra, accusado de harmonico ante a Rasão... Finalmente, senhor, sirva-se v. s. de representar este prezo (que eu me rogo, a quem a ouça e ouça-a Deus), que tanta justiça ache a minhas rasões quem me julgar, como eu achei a estes que julgo.» (Cartas, p. 691.)

Ao Bispo Capellão D. Manuel da Cunha, escrevia D. Francisco Manuel, já da prisão do Castello em 4 de Abril de 1650: «Mudo-me esta semana a outra casa, e ali determino estender os

livros, seguil-os e perseguil-os (fazer como me fazem). Sirva-se V. S. de me mandar a *Margarita*... Outro papel tambem, porque honremos com elle a livraria. Pôr-me-hei logo a continuar a *Historia do Senhor D. Theodosio*, e temo que no borrador que cá me ficou ha algũa folha menos. Sirva-se V. S. de me fiar aquella *copia dos tres livros* que lá estão, que eu a tornarey pontualmente.» (Cent. II, n.º 78.) Por isto se vê que D. Francisco já entregara a D. João IV a obra que lhe encommendara, podendo attribuir-se a isto a obtenção da transferencia para o Castello de Lisboa.

Ao Conde Camareiro-mór, escrevia em 16 de Julho de 1648:

«Senhor, v. s. haverá entendido como (D. João IV) houve por bem de encarregar-me a honra de que eu escrevesse a *Historia de D. Theodosio*. E supposto que hum espirito affligido está incapaz de todo o bom discurso (pois assi como o furor ministra as armas, a dôr entorpece o entendimento) todavia aquelle grande desejo que em mi ha de me occupar em tão louvavel emprego lutou com as difficuldades, e as venceu; não sendo estas só as vencidas, mas até as de minha insufficiencia, nada menores. Tenho escripto a primeira parte, das trez em que dividi esta obra; porque me pareceu convinha á dignidade d'ella applicar-lhe todas as grandes ceremonias que se notam em outros não tão grandes sogeitos. Agora achando-me em vesperas de pôr em limpo este primeiro volume, e procurando seguir em tudo

aquelle modo, que a El Rey fôr mais agradavel, peço a V. S. me faça mercê de entender d'elle se he servido, que a linguagem d'esta Historia seja portugueza ou castelhana, porque no estado de hoje se pode com facilidade trasladar em aquelle estilo mais conveniente.» (Cent. III, n.° 51.) Em carta de 16 de Dezembro de 1648 a Antonio Luiz de Azevedo, mostra como trabalhava n'esta *Historia do Duque D. Theodosio:* «Achaques, afflicções, miserias, tudo junto fazem uma ruim composição de humor;... Mas para a *Historia do Senhor Duque D. Theodosio* cito eu a attenção de V. m., porque tanto pelo assumpto, como pelo empenho, e sobretudo por ser mais do genio meu, espero fazer boa escriptura. Do feito porém espero mais alguma parte brevemente de S. Magestade, e então communical-a aos doutos.» E termina com a dolorosa noticia: «ficando em vesperas de ser julgado, trago espirito de fazer uma Oração sobre minhas cousas a qual já a alguns estrangeiros com quem me correspondo tenho promettido em romance e latim...» *(Carta 5,* p. 16.) Seria a *Declamação Juridica (Justificação)* de valor autobiographico. Que caracter este de D. João IV, que se utilisava do talento do grande escriptor e do seu senso historico e politico, conservando-o prezo em uma Torre sobre o mar, longe do convivio social, sendo um Cavalleiro de Ordem de Christo, a quem o Rei, como seu Grão Mestre, tinha, por dever moral, de prestar toda a defeza! E sob esta inqualificavel tyrannia, escrevia em carta de 9 de Março de 1649, a um

ministro francez: «O meu *Theodosio* desejo assim de fazer publico, mas *esta minha vida é mais para lagrimas que para escripturas.*» (Cent. I, n.° 59.) E em 7 de Maio de 1649, ao grande erudito Vicente Nogueira: «havendo N. (D. João IV) commettido historiar a *Vida do Senhor Dom Theodosio,* seu Pay, não me deixou liberdade para que eu pudesse escrevella em nossa lingua. A obra é grandissima, necessita de muitos annos e mais gosto do que de vida me permitte o pouco gosto com que vivo.» (Cent. I, n.° 63.) D'este trabalho fallava ao Dr. João Bautista Moreli, em carta de 30 de Septembro de 1649: «N. (D. João IV) holgó de que yo la escriviese, historiando la *Vida y Acciones* de su Serenissimo Padre, que hé empeçado y prosigo. La obra será grande por la materia, no por el artifice, y por que, no sin causa, le adjectivo sessenta y dos años de historia d'este Reyno y sus conquistas, de que espero sacar tres volumes, y tengo casi acabado lo primero...» (Cent. I, p. 14.)

«Quiz S. M. que Deus guarde, que se manifestasse ao mundo a horrenda traição que lhe machinaram seus inimigos por mãos de Domingos Leite, e foi servido de escolher a minha penna para este *Manifesto,* que imprimi nomeando-me. por que a incerteza do author faz duvidoso o verdadeiro. Foi este papel tão ouvido e tão crido pelo mundo, quanto se prova do que d'elle se resente D. Nicolas Fernandez de Castro, no seu *Portugal convencido.* Avultou n'elle tão iniqua e perversa aquella acção, que presando-se o Nicolas

de responder a todas nossas objecções, e escurecer todas nossas verdades, não achou aqui que dissesse, senão negar o facto, pelo menos a intervenção de Castella n'elle. Passou muito além a confiança que S. M. fez de mim, mandando-me *historiar a Vida do sr. Duque D. Theodosio*, serenissimo avô de V. A. Pareceu (pouco depois) conveniente, justificar o procedimento d'este reino entre os *Partidos inglezes, Realistas e Parlamentarios*, e fui elegido, entre tantos, para este serviço, a cujo trabalho assisti por mais de seis mezes continuos, porque foram tão varios os accidentes d'aquelle negocio, que para o publicar na forma conveniente, se necessitava da observação dos ultimos successos. Fiz, por ordem do Conselho de Guerra o *Regimento das Torres e Fortalezas* [1] d'esta barra, e na referida occasião em que Lisboa pôde receiar-se das Armadas inglezas, escrevi o papel da defensa d'esta cidade, tanto a contentamento de El Rei N. S., como informará a V. A. o porteiro-mór Luiz de Mello, por cujas mãos o recebeu S. M., mandando guardal-o em tudo que então quiz que se obrasse. Logo pelo proprio ministro me ordenou lhe desse os meios

1 Este trabalho ajudou a demover D. João IV a permittir a mudança da Torre Velha para o Castello de Lisboa. Na Carta 41, a Antonio Luiz de Azevedo escreve: «Em 16 subiu a consulta do Conselho de Guerra *sobre o negocio das Torres*. Em 19 se deu a petição. Hoje (13 de Março) me escreveu o P.^e^ Confessor e o Camareiro Mór, que S. Mag. lhes *dera o sim, da mudança*.»

de conveniencia, pelos quaes se podia concluir aquelle negocio grande: assim o fiz, tão venturosamente meditados que foi pouco mais diversa d'elles a resolução ultima.

«Quando prezo e affligido como estava, furtei as horas ás lagrimas e queixas que são proprias d'aquelle estado, pelas empregar em servir a causa publica e a de V. M., na maneira possivel. Direi mais com toda a verdade... que fui e sou d'esta causa publica tão amante, que... poucos são os negocios grandes de guerra e paz, embaixadas, jurisdicções, casos novos, regimentos, capitulações, competencias e cousas semelhantes, das que se passam n'estes reinos e seus tribunaes, conselhos, exercitos, fronteiras e conquistas, dos quaes em algum modo, eu deixe de ter noticia e intervenção, mais ou menos, por parecer ou conferencia como aquelles que o dirigem.»

As relações de D. Francisco Manuel de Mello com Vicente Nogueira, que então se achava refugiado em Roma, e exercendo o cargo de Referendario apostolico, datam de 1650. Em carta de 23 de Maio d'esse anno, escreve-lhe: «Para eu dar a V. M. inteira informação de minha fortuna remetto a copia de hum *Manifesto,* que fiz ha poucos tempos, *de cujo credito resultou ser passado de outra prizão a este Castello de Lisboa,* aonde fico, e donde com maior commodo poderei empregar-me em servir a V. M. no que por estas partes se offerecesse.» (Cent. II, n.º 56.)

«Tornando ao *Manifesto* eu desejei não sem causa estampal-o n'este reyno, a que fui persuadido dos grandes e dos grandes ministros. Respeito houve para suspendel-o. Tivera hoje muito contentamento de que n'essa cidade se imprimisse na forma conveniente, para o que logo que V. M. se servir avisar-me, o mandará pôr em obra; eu acudirei com os effeitos necessarios á despesa da officina por via do Padre Mestre Fr. (Francisco de Santo Agostinho de Macedo) ou pela que mais promptamente chegar ás mãos de V. M.» Por esta mesma occasião D. Francisco Manuel enviava a Vicente Nogueira a collecção das suas obras impressas: «Para informar a V. M. d'esse pequeno talento que Deus foi servido repartir-me, ouso offerecer a V. M. *esses seis livros,* parte dos que tenho publicado, e que bem poderão servir de desengano ao pouco que de mi ha que esperar. [1] Alguns faltam dos impres-

---

1 Os livros enviados eram o *Ecco politico*, de 1645; *Historia des la Movimientos y Separacion de Cataluña,* 1645; *Manifesto de Portugal*, 1647; *El Mayor Pequeno,* 1647; *El Fenis de Africa,* 1648; *Las Tres Musas de Melodin*, 1649. Não remetteu os *Doze Sonetos en la muerte de D. Inez de Castro,* 1628, e a *Politica militar,* de 1638, de que não conservava exemplares. D. Francisco Manuel explica o motivo por que escreveu os dois livros religiosos. Em carta de 15 de Maio de 1649: «Quando escrevi aquelle meu livro a que chamo *Ecco*, me acharam todos tão modesto, que se não fui castigado, fui pelo menos reprehendido. Não sei como isto pode ser. Por essa rasão me resolvi a escrever só vidas de Santos, já que não faço vida do Santo.» (Cent. III, n.º 71.)

sos, porque os perdi pelo mundo, em que andei perdido muitos annos, mas para o que elles são muitos são estes. — Bem me consta da universal curiosidade de V. M., e por mais que conheço terá V. M. n'este reyno grandes e sabios correspondentes, todavia eu me offereço a esse exercicio se valer para tanto.» *(Ib.)*

Que *Manifesto* seria este, que merecesse D. Francisco Manuel que o rei lhe satisfizesse o pedido de transferencia da Torre Velha para o Castello de Lisboa? Revela-o elle em Carta de 24 de Maio de 1650: «Eu estou muito occupado com *um papel, que se me mandou escrever,* manifestando ás Nações a inteireza com que temos

---

Em carta datada de 26 de junho de 1646 diz: «Vós, senhor meu, fazeis o sizo com essas ginjas, e eu aqui á doudice olhando para mi e para estas agoas. — E pouco a pouco vou perdendo o gosto de tudo. E já com este pessimo exercicio tenho *guerras apregoadas,* e mando mais raramente hum papel de que mandara hum Tosão se fôra Duque de Borgonha. Até com as escrituras da casa me vou muito molle, molle. Comtudo o *Sam Francisco* está em dous livros. E ainda que tão de vagar, me parece que a este passo poderá n'este anno chegar á praça.» (Cent. II, n.º 13.)

Em carta de 28 de Julho de 1646: «*S. Francisco* anda em o livro 4.º e se me enfado hum pouco mais, hum dia acabo com o bom do Santo antes do tempo, porque já não ha paciencia para estes marchotes.» (Cent. II, n.º [illegible])

«Este meu livro *(El Mayor Pequeno)* foi escripto com melancholia; leva isto de antemão, além do meu, para não ser desagradavel. E mais para lêr com paciencia que com apetite. Tem seus modos. E falla de cousas de siso e proposito, d'onde lhe vem a ser para os menos.» (Cent. I, p. 47.)

procedido neutralmente entre estes dois Inimigos, nossos Amigos. Empreza é grande, e muito maior que eu. Emfim, o que não merecer acertando, poderei merecer obedecendo. Mas fique aqui dito, que no tal papel haverei de pôr pouco mais que será voz de Oraculo, que tambem falla dos bronzes, e que assy fallará de my.» (Cent. v, n.º 32.)

Em carta de 15 de Maio, d'este anno escrevia a Antonio Luiz de Azevedo: «Terá V. m. lá ouvido como S. Magestade foi servido de me mandar fazer um *Manifesto* em justificação do procedimento de seus ministros ácerca do recebimento e mais progresso d'estas Armadas Inglezas (emfim, isto em que andamos, é uma ingrezia). Occupadissimo estou com este papel e assombrado, vendo a muita desegualdade que ha entre a sua importancia e a minha sufficiencia. (Carta n.º 31, p. 79.) Referia-se á Armada de Realistas e Parlamentarios que pretendiam bater-se no Tejo. Entre os escriptos ineditos de D. Francisco Manuel figura com o titulo de *Manifesto de los Palatinos,* isto é os Principes Roberto e Mauricio; a este trabalho allude nos *Apologos dialogaes* com o titulo de *Congresso militar de los Parlamentarios e Realistas,* que é tambem identificado com o papel politico *El Pueblo Lusitano a todas Naciones del Mundo desea universal concordia,* e designado era outro manuscripto *Astrêa Constante pera en justa balança la igualdade de acciones del Rey de Portugal N. S. entre los dos Partidos Inglezes Realistas y*

Parlamentarios. Demonstrala D. Francisco Manuel. (Na Bibl. nac.). [1]

Apesar da crueza com que D. João IV tratava o grande escriptor, a quem já em 1647 encarregara de escrever o *Manifesto de Portugal,* elle bem conhecia o valor da intelligencia e o seu nitido estylo para na lingua castelhana universalisar na Europa os protestos politicos de que carecia. O premio que deu a este trabalho foi transferil-o de carcere, estendendo o favor a permittir algumas sahidas até á sua quinta de Alcantara, e a Bellas. Do Castello escrevia a um amigo: «Se v. s. quizer, que domingo, muito por bem, nós vamos ao campo e *a uma quintinha que eu lá tenho,* chegue-se v. s.ª por aqui, *faremos romaria até Alcantara...*» (Cartas, Cent. I, n.º 28.) Mas no meio de tantos e tão prolongados rigores, pasma-se das intimidades que lhe dava D. João IV, pedindo-lhe versos para pôr em musica, ou mandando-lhe motes para glosar: «e vá do peito *esse Romance,* que para a musica del Rey alinhavei cá um dia d'estes.» (Cent. II, n.º 28.) E sobre a rubrica: *Manda quem pode,* glosa a cantiga popular para uma festa do Natal:

---

1 Quando o Almirante Blake tentou forçar a entrada do Tejo para atacar os Principes Palatinos, embaraçaram-o as Torres de S. Julião e a do Bogio ou Cabeça Seca. N'esta Torre se achava D. Francisco Manuel de Mello, para observar o movimento, como o declara sua relação inedita *Astreo Constante.* D'aqui formou-se a tradição, que o prisioneiro da Torre Velha estivera na Torre da Cabeça Seca. (Prestage, p. 244.)

Os vossos olhos, Menino,
A vender andam na praça,
Não ha dinheiro que merque
Olhos de tão linda graça.

(Viola de Talia, p. 203.)

E sob o pseudonymo de Calado, enviava-lhe D. João IV uma Glosa, para examinar: «Vi esta vossa Grosa, que não valerá mais uma de botões de diamantes.» Fazia o trocadilho da Glosa metrica e grosa ou doze duzias. «Tal é a elegancia e agudeza com que penetrastes o espirito d'aquelle mote: gloriosissimo motivo a vossa discrição. — Este é o meu sentimento, de que sendo vós tão discreto sejaes Calado. — Bem sabeis que a mascara dissimula, mas não desmente o valor de quem até nos acenos reverbera. — Mas comtudo vos prometo, Senhor — que eu vos faça ser o *Calado* mais falado que houver no mundo.» (Cent. III, n.° XXVIII). Referia-se á vida do monarcha, que estava encarregado de escrever obrigadamente em *castelhano.* Na dedicatoria das *Obras metricas* ao Infante D. Pedro allude aos talentos do pae: «no solo estimando pero *exerciendo la Poesia con terminos tan dulces y graciosos,* que a los mas estudiosos destas Letras, solia darnos no sé si mayor lecion ó mayor embidia.»

Conhecendo estas intimidades litterarias o Conde Camareiro-mór emprestou-lhe por especial favor o opusculo da *Defensa de la Musica,* obra anonyma de D. João IV.

Ao Conde Camareiro mayor, havendo-lhe tornado o livro da DEFENSA DA MUSICA MODERNA:

Faça-me hoje mercê voss'Senhoria,
Se a grandeza aos pequenos se dispensa,
De lhe dizer ao Auctor d'esta *Defensa,*
Que me defenda todo o santo dia.
E pois que tem tal mão para a Harmonia,
(Que é parte que anda co'a brandura appensa;)
Me defenda tambem de tanta offensa,
Que é muito já, se vae de zombaria.
Se os avexados defender pretende,
Não gaste seu valor por vãos caminhos,
Já que as *Defensas* lê, já que as entende.
Ouça os corvos tambem co's passarinhos;
Que a Musica a si mesmo se defende;
E o pranto é só quem ha mister padrinhos.

(Tuba de Caliope, p. 45.)

Tudo servia de memorial ao desgraçado poeta; o titulo de *Defensa* sugeria-lhe meio de exorar piedade ante o encarniçamento da perseguição. O Soneto que acompanha a *Defensa de la Musica moderna* foi escripto por quem teve conhecimento do manuscripto muito antes do rei resolver-se a mandal-o imprimir para dedical-o ao seu illustre mestre João Lourenço Rebello; pela intimidade que D. Francisco tinha com os artistas d'esse meio palaciano, era elle o unico poeta a quem se podia pedir essa engenhosa forma de fixar o *incertus Auctor* nas letras iniciaes das 14 linhas: *El Rei de Portugal.* O poeta, no verso — Todo *mysterios* que el respetto occulta — exprime tambem a individualidade do *Encoberto:*

El que la nueva Musica defiende,
Luso escritor, con peregrinas flores,
Retratar sabe en metricas colores
Effectos con que el alma se suspende,
Injusta pluma, desluzir pretende
Del Arte, en vano, harmonicos primores;
En quanto sus defensas superiores,
Pluma discreta felizmente emprende.
Oraculo divino es todo quanto
Repulsaveis de accusacion mentida,
Todo mysterios, que el respetto occulta
Vence censuras criticas en tanto
Gloriosamente el arte presumida
AL discutir de intelligencia culta.

No exemplar da *Defensa de la Musica* da Bibliotheca nacional de Paris, lê-se uma nota manuscripta: *O author deste livro e o Rei de Portugal D. João IV. Foi feito a 2 de Dezembro de 1649, como se lê a pag. 44, e deram-m'o em Lisboa em 1666, como sendo um livro muito raro.* [1] O falecimento de D. Francisco Manuel em 13 de Outubro de 1666 suscita o criterio esoterico, de ter sido elle, que com essa raridade bibliographica brindasse algum dos eruditos estrangeiros que visitavam Portugal. Era do seu caracter generoso honrar ainda antes de morrer aquelle que implacavelmente lhe desbaratara a vida.

Na *Lira de Clio*, Soneto XCIII encarece esse trabalho: *Elogio al Opusculo que en* Deffensa de la Musica moderna *escriviò un grande Principe:*

---

1 Ap. J. de Vasconcellos, *Os Musicos Portuguezes*, t. I, p. 147.

En esta y aquella accion sempre lograda
    Crea, ó Senhor, que nasce en fuerza en buelo
    Tu Pluma, a defender la voz del Cielo,
    Del mundo a defender la voz, tu Espada.
Que una y otra pronuncien celebrada
    Tu fama, que me admira? Si a tu zelo
    Deve, docto el valor, dulce el disvelo
    Aquella el verso illustre, esta illustrada.
Defiende, pues, la voz que canta oy vivas
    Con que el Cielo, a la voz del Mundo abona,
    Y a voces, cada qual, tu voz derrama.
Devrante mas favor, que la recivas;
    Bien que el Cielo en su voz, tu ser pregona,
    Bien que el Mundo en su voz tu nombre acclama.

No anno de 1628 já as *esperanças* sebasticas se personificavam no Duque de Bragança D. Theodosio II; e dirigia-lhe o Dr. Bocarro versos, que ligavam a sua representação:

Estando tu, grão Duque, ahi presente
Do consanguineo *Rei, sem morte, ausente.*

Falecendo D. Theodosio em 1630, passou-se para D. João IV, que até a Revolução de 1640 o consideravam como o *Encoberto*. D. Francisco Manuel de Mello em umas Trovas *A el Rey nosso senhor pelo gosto antigo,* invoca-o com este poder mysterioso:

Guardou-vos Deus tantos dias,
  Encoberto e da maneira
    Que ordenou;
  E qual o Anjo a Tobias,
  Comvosco nossa cegueira
    Alumiou,

Revolveu-se esta piscina
C'o poder do espirito novo
Que em vós ha;
O bom Rey é medicina
Curae co's olhos ao povo,
Sarará.

....

Bom Rey, como a fonte sede,
Que ella só não se contenta
Com nacer;
Mas por nos matar a sêde,
Corre, salta e se apresenta
A quem quer.

Achando-se em Bellas, com licença fóra da prizão D. Francisco Manuel de Mello, publicou D. João IV, anonymamente em 25 de Septembro de 1654 um opusculo intitulado *Respuestas á las dudas que se puzieron á la Missa:* Panis quem ego dabo, *de Palestrina, impressa en el Libro quinto de sus Missas.* Deixando de parte o que vale esta critica reveladora de elevados conhecimentos de contraponto, vem o opusculo acompanhado de um SONETO *Al Autor* encubierto *D. B. sobre las Dudas y Respuestas á la Missa de Palestrina.* [1]

---

[1] Sobre este pequeno opusculo, observa o musicographo Joaquim de Vasconcellos: «N'esta obra se encontram citadas e aproveitadas intelligentemente as principaes obras da Palestrina, de Ferrabosco, de Adriano Willaert, de Filipe Regier, de Guerrero, de Jorge de Lebele, de Christobal de Morales, e os livros theoricos de Cleonides, de Juan Giudeto, de Stephano Vanneo, de Horacio Trigrino, de P.e Augino, de Boecio, etc.» *(Musicos Portuguezes,* I, p. 140.)

Oraculo del cielo al mundo dado,
 Resuelveme una Duda, que deseo
 Entender de tu pluma, pues la veo
 Ir bolando tan cierto en lo dudado.
No puede Autor incierto ser nombrado
 El que solo en certezas hace empleo,
 Poniendo del armonico trofeo
 Obelisco, a verdades consagrado?
Respondeme (Señor) bien advertido
 Tu livro, lo que cifra el nombre incierto:
 Un tesoro, dize, es mas escondido.
Gran respuesta; emperó mayor acierto
 Allo ser, *por misterios que he leido,*
 Llamarte felizmente EL ENCUBIERTO.

Só podia escrever este Soneto quem estivesse na intimidade de D. João IV quando andava imprimindo esse opusculo, deixando-o incluir como panegyrico ao auctor, e com as iniciaes do Duque de Bragança, alludindo á sua missão politica *prodigiosa*. Compoz o Soneto D. Francisco Manuel de Mello, em convivencia com os compositores da Capella e Camera real, para quem escrevia a letra dos Villancicos e Enseladillas que se cantavam na côrte.

Quando já se achava transferido para a prizão do Castello de Lisboa em 1650, teve D. Francisco Manuel de Mello conhecimento da publicação da *Defensa de la Musica moderna contra la errada opinião del Obispo Cyrillo Franco. Al señor Juan Lorenço Rabelo*. Lisboa. In-4.° de 56 p. A obra appareceu apparentemente anonyma, com quanto trouxesse indicações que a denunciavam escripta por D. João IV, taes como a folha assignada D. B. *(Dux Bragantiæ;)* e o

Soneto acrostico *El Rey de Portugal.* D. Francisco Manuel de Mello conhecia esse trabalho na sua elaboração, e obteve furtivamente a sua communicação.

A intimidade de D. Francisco Manuel de Mello com D. João IV manifesta-se em varias composições da *Viola de Thalia.* Assim no Epigramma LXXIV:

Memorial el Rey sobre cierto negocio.

Vossa Magestade tem
de um meu Juro uma Consulta,
onde a Fazenda consulta
que m'o mude, por que he bem.
Peço a Vossa Magestade,
que se é justo e pode ser,
me faça mercê de a vêr
com favor e brevidade.

(Pag. 236.)

Revela uma affectuosa confiança o *Memorial a El Rey Nosso Senhor D. João o Quarto, com uma Petição nobre o negocio que refere:* Quintilhas:

Meu Senhor Dom João o Quarto,
Que a ser Carlos fôreis Quinto;
Cuidareis ora que minto:
Pois não vos fallo de farto,
Antes de muito faminto.
Tão faminto, que não sei
Como vos posso fallar;
Mas, emfim, para gritar
Sobre El Rei — *Aqui d'El Rei,*
Eu farei por me esforçar.
....

A Petição é simplesmente jocosa, queixandose de que os coelhos lhe devastam uma sua quinta, alludindo á sua situação:

> Coelhos, são certo agouro [1]
> Da pobre quinta assolada;
> Por que sem lhe valer nada
> *De hũa parte a cerca o Douro,*
> *Da outra penha talhada.*

Em carta de 4 de Abril de 1650 ao Conde Camareiro-mór, fallando da mudança para a prizão do Castello, allude ao que alli já poderia receber da sua Quinta de Entre Rios: «Passar-me-hey de breve, a outra pousada mais commoda; e postas as mezas, correrão aquellas viandas que no cedro de Entre Douro e Minho estão em deposito.» O cedro de Entre Douro e Minho é a madeira de castanho com que se fazem as pipas para o vinho verde e as salgadeiras para os prezuntos e pernil de porco. Era d'esses depositos da renda annual da Quinta de Entre Rios, que o poeta podia ali melhor receber as remessas para mimosear os amigos que o visitassem, não já com grãos (mandubim, favas torradas), como na prizão da Torre Velha.

---

1 Barata no *Esboço biographico de D. Francisco Manuel de Mello* (no romance, p. 283) considera os versos:

> Coelhos são certo agouro
> Da pobre quinta assolada...

referentes á «sua quinta de *Entre-ambos-os-Rios*, junto do Porto, a qual lhe parecia haver sido demandada por uns fidalgos Coelhos...»

Fallava da Quinta de Entre Rios, proxima do Porto, que visitara pouco antes de ser prezo. Passaram-se os tormentosos annos de encarceramento, de sentenças iniquas de Trez instancias, e estava pendente a viagem para o degredo perpetuo no Brasil.

Na *Aula Politica* (p. 130) refere D. Francisco Manuel, que por suas lastimas o rei «houve por bem continuasse na minha prizão *debaixo do judicial protesto de que estaria presente e seguro, para que se executasse em mim o cumprimento de minha sentença* tanto nas penas pecuniarias, quanto ao degredo perpetuo do Brasil em que estou condemnado. Prometti-o, Senhor, e nunca em outra resignação mereci menos.» Por isto que declara na *Epistola Declamatoria,* vê-se que desde 1652 se lhe transformara o encarecerамento em prizão de homenagem, podendo assim ir passar alguns mezes, antes da ordem de partida para o Brasil, na sua Quinta de Entre-Rios. A Carta XV, respondendo a Jorge da Camara, é uma animada descripção d'aquelle retiro d'onde o afasta o degredo perpetuo, e cuja vida simples o encanta:

Que conta dera agora dos meus erros
Ou das minhas desgraças ou de tudo,
Se não fizesse a paz com meus desterros.
. . . .
Emfim, senhor, pois todos somos lullas,
Buz! n'esta bocca; e todas queixas minhas
D'aqui, para com Deus, as dou por nullas.
Aqui vivo sem sal n'estas marinhas,
Vendo esta ribanceira, cuja praia
São penedos, em vez de ser conchinhas.

Se quero lá mandar a Miragaia
(Como na vossa terra, he cá Lisboa)
Heide esperar que o mar ou entre ou saya.

Se quero pão, *apenas ha borôa*
E quando agua hey mister *agua-pé* trazem,
Que indo do pé á mão *dizem que é bôa.*

Os ventos já do mar seu dever fazem,
Que como moços são, e a casa velha;
Cada hora estou tremendo que m'arrazem.

Toda a minha parreira se me engelha
Veiu-se-me a uva ao chão, de podre toda,
E eu cuido quando cáe, que me aconselha.

Este meu páteo vae cercado em roda,
(Mas que digo, se ouvistes o outro dia,
Que para mi foi tal, como de boda.)

Os casados da pobre companhia
Vivem n'elles tão ricos de morganhos,
Que emfim, não falta á torre infanteria;

Huns tamaninos são, outros tamanhos,
Choram sempre por pão, nenhum se cala,
Quer diante dos paes, quer dos extranhos.

Huns me dão corredellas pela sala,
Livre para elles só; um bate á porta,
E emquanto aquelle bate, este outro falla.

Huma velha, que ha muito era bem morta,
Grita, para que é mais? por desenfado,
Vede bem que fará pelo que importa.

Pois o que vos eu gabo, que fechado
A sete chaves, fugirei do fumo
Do tabaco de fumo; mal peccado.

Logo se n'esta vida me consumo,
Chamae-me para pouco; pois por vida
De... (não quero jurar) que o não presumo.

D'esta sorte se passa e vê cumprida
Aquella maldição, que o fado escuro
Foi cortar para mim, mas sem medida.

De comprida me arrasta; e se procuro
Que lhe tome um refêgo, o soffrimento
Nem assim de embicar vivo seguro.

(*Çanfonha de Euterpe,* p. 130.)

Estes tercetos pintam com a côr local a casa e os costumes minhotos; D. Francisco Manuel foi passar alguns dias na velha casa da sua quinta de Entre Rios, sujeitando-se a comer *borôa* (pão de milho) e *beber agua-pé*, a dispensa dos pobres lavradores. A casa é invadida pelas crianças da familia do cazeiro, com quem a velha tia ou avó ralha sempre. Mas que interesse tem para a vida de D. Francisco Manuel de Mello este pequeno episodio antes da partida de Portugal? É n'este tempo e n'este meio, que foi gerado o seu filho natural D. Jorge Diogo de Mello, que morreu em 1674 na batalha de Seneffe. Pelo alvará de legitimação de 11 de Dezembro de 1668, sobre o que constava do testamento, «ficou de D. Francisco Manuel de Mello um seu filho menor, natural, e de D. Luisa da Silva, solteira, e sendo o dito D. Francisco solteiro tambem, como foi até o tempo do seu falecimento, que faleceu sem casar, e por tal declarou ao dito seu filho e o legitimou — por Breve apostolico...» (Prestage, Doc. 82.) Pelo estado de espirito em que se achava D. Francisco Manuel de Mello, sua edade, sob continuados desgostos, não era natural que fôsse galantear uma Dama para o amor livre, sendo aliás bastante religioso; esta mãe de D. Jorge seria pois uma filha do caseiro da quinta de Entre Rios, Luísa da Silva, mocetona frêsca, repolhuda e de attrativos ingenuos e alegres facilidades. Assim se explica a vida independente do poeta em Lisboa, em 1660-62, por Academias Litterarias, e depois em 1663 a entrada na vida

publica e as missões ao estrangeiro. Jorge de Mello foi-se creando no casal de Entre Rios; e pela sua legitimação ficou D. Luísa da Silva a governar n'elle, até que não entrando na successão do Morgado da Ribeirinha, ou por outra influencia desconhecida foi com patente de Capitão servir no Têrço de Lombardia, o mais afamado de Hespanha. Pela patente, e acção militar em que entrou, não podia D. Jorge de Mello, ter menos dos seus dezouto annos; e esta circumstancia induz [1] que fôra gerado em 1654, quando se pre-

---

1 A batalha de Seneffe, em que morreu Jorge de Mello, em 11 de agosto de 1674, é uma das paginas em que mais se accentua a capacidade do grande Condé, na campanha da Belgica, n'essa lucta contra um exercito de colligados de setenta mil homens com que a Hollanda combatia a França. Jorge de Mello pertencia aos terços do exercito de Hespanha sob o commando do Marquez de Assentar. Foi ás 10 horas da manhã que se deu o primeiro recontro na ponte de Seneffe, sendo ahi derrotada pelos francezes uma vanguarda de confederados de mais de outo mil homens. Descrevendo minuciosamente os feitos militares d'este dia, na sua *Historia dos Principes da Casa de Condé*, * escreve o Duque de Aumale: "Este primeiro conflicto duraria hora e meia; foi elle que conservou mais particularmente o nome de *combate de Seneffe*." Durante o dia travaram-se outros combates mais importantes, como formando parte de um plano; tal foi o combate do meio dia, mais rapido em quanto á acção, mas em que os alliados soffreram, ficando ferido e prizioneiro o general hespanhol Marquez de Assentar, D. Fernando da Cunha, grande de Portugal, e Mestre de Campo do mais valente terço hespanhol denominado o Terço da Lombardia. Seguindo por tanto as

* *Revue des Deux-Mondes*, 1.º de Maio de 1894, p. 1 a 45.

parava D. Francisco Manuel de Mello a partir para o degredo no Brasil, tendo ido com licença regia á sua Quinta de Entre Rios. A lembrança do Visconde de Ponte do Lima, Governador de Entre-Douro e Minho, em Carta a D. João IV de 6 de Fevereiro de 1654, pedindo a mercê que pretendia D. Francisco Manuel de Mello, de «mudar o desterro que tem para o Brasil para uma das Fronteiras d'este Reino, e sendo esta a mais distante da côrte, e que mais necessita de pessoas com quem se possa tomar resolução em muitas materias, sem a esperar de V. Magestade...» E referindo-se a D. Francisco Manuel: «que pela grande calidade de sua pessoa e grandes póstos que occupou em Italia e Flandres, he seguido de muitos e bons Cabos e Conselheiros, — não cum-

---

tradições correntes no seculo XVII, que dava o nome de *combate de Seneffe* ao recontro das 10 horas da manhã do dia 11 de Agosto de 1674, foi n'essa derrota da vanguarda alliada que morreu Jorge de Mello, herdeiro da bravura e da desgraça que sempre acompanhou seu pae. Pela patente de capitão com que entrou no combate teria dezenove annos, nascendo em 1655.

Prestage, collocando o seu nascimento em 1660, observa: "sendo capitão de cavallos, teria por consequencia só quatorze annos, *edade bem pouca para tal posto* — e parece mais provavel que a intriga de que nasceu D. Jorge começasse em Lisboa, *antes do desterro de seu pae.*" (*Esboço*, p. 296.) Camillo escreve: "Este D. Jorge *casou vergonhosamente em Lisboa, d'onde saíu afastado*, e pereceu capitão de cavallos na batalha de Seneffe em 1674, não deixando filhos." (*Hist. e Sentiment.*, I, 238. Ed. 1914.) O casamento vergonhoso seria uma d'essas cabeçadas de um môço de quinze a dezesete annos.

prirei eu com minha obrigação se não representar a V. Magestade o grande effeito de que será a seu serviço, tratando V. Magestade de fazer a D. Francisco Manuel a mercê que pede da mudança de destêrro, o ser para esta Provincia (de Entre Douro e Minho) onde parece que a necessidade é maior que nas outras... ainda que da pessoa de D. Francisco se haja de fiar tudo, sempre parece que o seu serviço será com differença, *pois no Brasil servirá como homem que vae a cumprir degredo,* e n'esta provincia o fará — como obrigado á mercê que V. Magestade lhe faz de o mudar para ella.» (Doc. 77. Prestage.)

Estava ordenada a partida da Armada da Companhia, para o Estado do Brasil sob o commando de Francisco de Brito Freire, e ainda surta no porto de Lisboa e D. Francisco Manuel de Mello apresentou-se como degradado, partindo n'essa Armada de trinta e sete náos em 17 de Abril de 1655; refrescaram na Madeira, demorando-se no porto do Funchal um mez, agradavelmente. Em 15 de Maio avistaram a ilha de Palma chegando ás ilhas de Cabo Verde em 26, dividindo-se ahi a fróta, uns para refrescarem e outros para adiantarem a viagem. Em uma carta de D. Francisco Manuel, que ia na náo *Conceição*, escrevia: «Esta náo leva alguma falta de agua pelo ruim estado da piparia e muita carga; tanto por esta como pela necessidade de refresco, sendo possivel que quanto ás que estão em Cabo Verde, nós por duas horas mandemos a lancha á terra para fazer esse provimento.» (Ap.,

Esboço, p. 277.) Na costa da Guiné, a náo do Almirante soffreu uma grande calmaria durante quarenta e dois dias, tendo o Capitão General de seguir sua derrota para a Bahia. D. Francisco Manuel ia no Almirante dos navios que se dirigiam á Bahia; fôram governados pelo illustre degradado, [1] soffrendo nas calmarias da Linha trinta e quatro dias de retardo, gastando trez mezes e meio até chegar á Bahia. Chegava em um momento de revivescencia da Colonia liberta do dominio hollandez; mas o sentimento do injusto exilio não deixa o imo de sua alma abrir-se á efflorescencia do Novo Mundo. Refugiou-se, como usara na Torre Velha, nos seus estudos litterarios, escrevendo esses curiosos *Apologos Dialogaes*, dos quaes é datado o segundo da Bahia, em 13 de Novembro de 1655; a 2.ª Epanaphora, de 5 de Fevereiro de 1657, e a dedicatoria do *Hospital das Letras* de 14 de Septembro, ainda d'este anno. Os conhecimentos de critica litteraria accumulados n'este pittoresco quadro, levam a inferir

1 Na *Relação da Viagem que fez ao Estado do Brazil a Armada da Companhia no anno de 1655*, a cargo do General Francisco de Brito Freire, vem: «Entre as pessoas embarcadas na fróta se fazem mais logar em esta lembrança...: D. Francisco Manuel de Mello, *sogeito conhecido da nossa e das Nações estrangeiras...*» É o primeiro inscripto na lista de vinte outo portuguezes. E na 2.ª edição d'esta *Relação*, escreve Brito Freire: «no governo da Frota da Bahia, que na viagem *se encarregou ás largas experiencias e mais estimados que venturosos merecimentos* de Dom Francisco Manuel, *por elle haver de ficar na Bahia...*»

que se utilisasse da livraria do Collegio dos Jesuitas da Bahia. Nos varios dialogos: *Relogios fallantes, Escriptorio do Avarento, Visita das Fontes* e *Hospital das Lettras*, é de uma riqueza de linguagem portugueza o quadro que traça dos antigos costumes populares, contendo os mais valiosos subsidios para o folk-lore nacional.

No seu isolamento ou quasi degrêdo na penhascosa praia de Monserrate, a uma legua de San Salvador da Bahia, a sua vida espiritual não se harmonisa com esse meio; no Soneto LXXV da *Tuba de Caliope*, expende a *Varia ideia estando na America e perturbado no estudo por bayles de Barbaros:*

São dadas nove; a luz e o soffrimento
  Me deixam só n'esta varanda escúra...

Mortos da mesma morte o dia e vento
  A noite estava para estar sizuda;
  Que d'esta negra gente, em festa ruda
  Endoudece o lascivo movimento.

Mas eu que digo? solta o tão sublime
  Discurso ao ar; e vou pegar da penna
  Para escrever tão simples catorzada.

Vêdes? não falta pois quem m'a estime:
  Que a palha para o asno é ave de penna,
  Falando com perdão da gente honrada.

Apesar de se entregar ás suas composições em prosa, «estylo facil sem guarnições novas», D. Francisco Manuel nem por isso abandona a poesia:

Esta nossa arte de fazermos trovas
 Já lhe eu fuy mais devoto, mas era antes
 De viver como lontra pelas covas.
Comtudo, não lhe nego aos consoantes
 Um és não és de imperio assi divino
 Que nas tribulações nos tem constantes
Na aspereza do Ponto, de contino
 Cantando o Sulmonense e escrevendo,
 Vivia natural e peregrino.
Mas vamos nós assim;...

(*Çanf. d'Euterpe*, p. 129.)

Datada de Monserrate Antartico, 5 de Fevereiro de 1657, é a Epanaphora tragica, do Naufragio da Armada portugueza, em que allude á sua situação: «Escrevo um successo maritimo, porque ha dias que vivo entre dois mares, que com seu obstinado movimento me estão sempre offerecendo especies produzidoras de semelhantes lembranças: Uma Relação de tempestades; porque as que de presente padeço em minha sorte não me deixam admittir imaginação mais serena; sendo sem duvida de maior perigo as injurias do animo que as da vida. Que quereis que escreva ou que quereis que cuide um affligido, se não afflições?» (*Epan.*, p. 152.)

Privado dos recursos economicos pelas exacções das sentenças de tres odiosas instancias, D. Francisco Manuel de Mello teve de recorrer á vida mercantil, na abundancia de generos coloniaes e largueza do credito; assim se explica o dizer de uma carta: «Tive hontem aviso de Pernambuco e noticia de ser ali chegado algum dinheiro meu de Angola; com o que será força fazer alguma

carregação.» (Prestage, *Esboço*, p. 286). Quando D. Francisco Manuel, ia alargando por via de Pernambuco a sua exportação de caixas de assucar para Angola, eis que subitamente *quebranta* o seu degredo perpetuo e trata de se embarcar para a Europa. Qual o motivo d'essa resolução abrupta?

Chegara a noticia, que D. João IV falecera em 6 de Novembro de 1656, em consequencia de uma vida dissoluta. [1] No *Portugal Restaurado*,

---

[1] Cinco dias depois de falecido D. João IV, escrevia-lhe de Roma Francisco de Sousa Coutinho: «Com esta entregará a V. Mag. o padre mestre fr. Manuel Pacheco uma *Comedia em musica*, que já nos mezes passados escrevi a V. Mag. que se ficava copiando; não será musica que lá se haja de cantar, mas por ventura que será a primeira que d'este genero haja ido a V. Mag. e servirá para ter de tudo. Vai mais outra que tambem tem seus assomos de Comedia, mas que se canta aqui nas egrejas particulares nas sextas-feiras e domingos de quaresma. Os que a cantam não se vêem, mas fazem-no com tal arte que os que ouvem por representação; a musica d'esta me dizem que é excellente; o autor d'ella e da Comedia he o Marco Ferracioli, musico do Papa, mas mais conhecido pelo nome de Marco dell Arpa. Á imitação d'esta, se a V. Mag. lhe parecesse se podiam lá formar outras que se cantassem na quaresma ou fóra d'ella, porque aqui é ao que mais acode gente, e tantos os Cardeaes, Principes, Senhores, Prelados que entram nas egrejas ás punhadas, e quasi não fica logar para o povo.

«Vae com estes papeis um cadernete que me deu uma freira depois de lh'o ouvir cantar, composição que se fez para ella só cantar á Rainha de Suecia. É uma môça *filha de paes portuguezes*, nascida em Roma, e deixada por morte d'elles em edade que nem os conheceu, nem falla outra lingua que a italiana. A voz é uma raridade, que até conhecer isto chega a minha sciencia e fio

o Conde da Ericeira explica o falecimento precoce do monarcha pelo «desdem com que vivia, assim nos mantimentos de que usava como em *outros intempestivos exercicios.*» Cobre este euphemismo as comezainas e aventuras de alcôva. D. Francisco Manuel vira-se exposto ao arbitrio do despota coroado, que podia a qualquer hora mandal-o degolar. Para elle o desterro era uma segurança. Alvaro Rodrigues de Azevedo observa, como advogado: «A diuturnidade com que Mello gemeu na prizão da Torre Velha, — tem mais visos de vingança de potentado, do que de detenção de um réo ou punição de um crime. (Ed. *Saudade da Terra*, p. 377.) Por Março de 1658 se deduz a partida para Portugal, de carta intima ao seu velho amigo Christovam Soares de Abreu.

4.° — *Quebrantando o degredo perpetuo: embarca para Portugal em Março de 1658.* — *Arri-*

---

eu se V. Mag. lhe ouvira cantar esse papel, e fazer com a boca a trombeta, creio que me houvera de dizer que não ouvira cousa semelhante em sua vida, que o não ponho em menos. Tem demais para eu fazer d'ella maior estimação dar-se por seu pae por *parente de Antonio Galvão:* e estimarei muito que seja agradavel a V. Mag. o presente, para com isso mandar outros semelhantes; mas não lhe hade ficar este barato a V. Mag., porque depois de o ouvir cantar me hade a mim ouvir chorar minha pouca fortuna, mas celebrar no meio d'ella, que já que não presto para outra cousa, preste para môço de mandados, já aqui, já acolá; e comtudo não quero que tenha nome de queixa, o que agora direi, etc.» *(Corpo Diplomatico portuguez,* t. XIII, p. 370).

bada á ilha de S. Miguel em Junho. — Acha-se em Lisboa em 1659. — Frequenta a Academia dos Generos. — Pela acclamação de D. Affonso VI e governo de Castello Melhor é-lhe perdoado o quebrantamento do degredo, e restituido ás honras civicas por carta de 30 de Julho de 1662. — Missão politica em Outubro: indo ás côrtes de Inglaterra, França, Parma e Roma. — Regressa a Portugal em 1665. — Victoria do partido do Infante D. Pedro. — Falece em 13 de Outubro de 1666. — Pelo *extraordinario caminho* como veiu ao conhecimento de D. Francisco Manuel de Mello a lenda de Machin, chegou tambem elle á ilha de S. Miguel, como refere em carta dirigida da cidade de Ponta Delgada, em data de 14 de Junho de 1658 a Christovam Soares de Abreu: «Dias ha, s.^or meu, que recebi uma carta de v. m. cuja resposta eu antes quizera dar que escrever; mas, quanto mais perto de o fazer entendi que estava, *ventos inimigos e inimigos como os ventos, nos fizeram arribar n'esta ilha de Sam Miguel, despois de 84 dias de molestissima viagem.* Eu passei com pouca saude, porque vim do Brasil sem ella; mas o agasalho do Governador desta terra, Luiz Velho, fará resuscitar os mortos, quanto mais convalescer os doentes. Aqui fico, e supposto que em logar donde tenho alguma fazenda, como a procissão d'estas minhas peregrinações não sahiu para se acabar aqui, fico desejando de achar via segura para me ir provar aventuras de essa côrte, a vêr se é da côr das passadas, ainda despois de tantas mudanças, e em

tempo que as necessidades e as misericordias eram fóra de mão.» Parece que Christovam Soares lhe dera conhecimento do que se passava na Regencia de D. Luísa de Gusmão: «foi esse, entre os mais votos semelhantes, aquelle que mais *me persuadiu aos novos riscos da viagem e luta dos émulos.*» E pedia-lhe que com seus amigos e parentes o ajudassem «*n'esta obra de redenção,* em a qual não posso arbitrar os meios... *porque de todo inoro o estado de meus negocios,* por haver muito tempo que d'elles não tenho aviso.» Lembrado ainda da deprecada que foi ter á Bahia pela Inquisição de Lisboa, para ser interrogado, elle declara: «já me contentara que aqui me deixaram estar quieto; mas *é tal a minha sorte, que ainda me temo de algum maritimo precatorio,* que de novo me desconponha e remonte.» Receiava que tendo quebrantado o degredo perpetuo, viesse de Lisboa qualquer ordem de captura; e assim insiste: «V. m. se sirva de lançar sobre tudo suas observações e inculcas; porque *a mão é de perder ou ganhar o jogo;* e eu não fio nada n'este da minha fortuna.» Como D. Francisco Manuel de Mello se achava desde Abril de 1655 alheio a tudo o que se passava em Portugal, principalmente desde a morte de D. João IV e complicações da Regente, pede ao bom amigo que lhe relate os acontecimentos: «Agora se vindo eu do Outro Mundo e vindo do outro Mundo pedir a v. m. *largas novas d'essas guerras, pazes, beneficios e injurias, mortes e casamentos,* diga v. m. que estou ocioso... me mandará este

soccorro, compadecido da minha grande inorançia.» A esta carta respondeu Christovam Soares, em 2 de Septembro de 1658; deveria ser interessantissima, descrevêndo as transformações que se passavam depois da morte de D. João IV, a lucta dos dois partidos, da acclamação de D. Affonso VI, e a da importancia do Infante D. Pedro; as noticias dos *casamentos* comprehendiam a politica internacional, que actuariam nas angustiosas circumstancias que envolviam a independencia de Portugal. Rodrigues de Azevedo, resumiu esse terrivel quadro em uma nota ás *Saudades da Terra:* «Com a morte de D. João IV, cobraram os Castelhanos ânimo, e embora a victoria coroasse as armas portuguezas na memoravel campanha do descêrco de Elvas, o perigo da nova invasão era imminente e temeroso, porque o paiz estava exhausto de dinheiro pela guerra sustentada durante vinte annos, na qual *os seus alliados, França e Inglaterra, o deixaram só por só em lucta contra Hespanha,* e ser-lhe algoz o seu heroismo mesmo... Portugal fôra affrontosamente excluido de tomar logar no Congresso europeu de Munster e da Paz Geral, ahi pactuada em 24 de Outubro de 1648; e por isso condemnado a continuar a guerra ou vergar-se ao jugo de Philippe IV. Os Hollandezes traíram-no e accometteram-no nas Colonias da America. A côrte de Roma, depois tão achegada á Casa de Bragança por effeito das devotas prodigalidades de D. João V, repellia-a, então, por intrusa. Desde a acclamação de D. João IV, nada menos de

onze embaixadores foram mandados ás diversas côrtes da Europa, tendo ao tempo sete em diversas partes, e em Lisboa não se via um só embaixador de um principe, como diz o P.^e^ Antonio Vieira. Por ultimo, depois de mallogradas varias tentativas de alliança matrimonial em França e Hespanha, primeiro com o principe D. Theodosio, prematuramente falecido, e depois para a infanta D. Catherina, Luiz XIV, a quem a mão da mesma infanta fôra offerecida, se não solicitada pelo seu ministro o cardeal Mazarino, com o dote de dois milhões de cruzados e a praça de Tanger, engeitara o casamento, celebrara com a Hespanha a Paz dos Pyreneos em 7 de Novembro de 1659, e por virtude d'esta, tomou depois por mulher em 9 de Junho de 1660, a infanta D. Maria Thereza de Austria, filha herdeira de Philippe IV, juntando por este modo ao abandono a ignominia de Portugal, que na França só em Mr. Turenne achou amisade e favor honrados. Como conjurar esta crise tremenda?...

«A solução possivel a bem da independencia portugueza era uma unica. Ou conseguil-a sem olhar a sacrificios ou succumbir. Os acontecimentos por si a prepararam. Em Maio de 1660 fôra Carlos II chamado ao throno de Inglaterra... Só o casamento d'esse potentado com a Infanta D. Catherina podia trazer a Portugal a paz honrosa, ou assegurar-lhe meios efficazes de proseguir com vantagem na guerra contra Hespanha.» [1]

---

1 Ed. das *Saudades da Terra*, p. 379.

Todo este quadro teria sido appresentado a D. Francisco Manuel de Mello, n'esses dias pacificos passados na cidade de Ponta Delgada, na convivencia confortante do Governador Luiz Velho, e no convivio litterario no sumptuoso Collegio dos Jesuitas, e attendendo á parte pratica da vida arrecadando os rendimentos do seu Morgado da Ribeirinha. A demora na Ilha de S. Miguel até principios de 1659 é explicavel por esta urgencia. É natural, que tendo noticia do nascimento do seu filho Jorge depois de 14 de Abril de 1655, já em viagem para a Bahia, um novo sentimento o impellisse ao regresso a Lisboa, a abraçar esse liâme que o prendia á vida.

Só pelo bom conselho e alto valimento do Doutor Christovam Soares de Abreu, é que se arriscaria D. Francisco Manuel a desembarcar em Lisboa. Dedicara-lhe em 1657, no desterro da Bahia, a *Visita das Fontes* (o 3.° dos Apologos Dialogaes) expondo no preambulo: «Desterrado, perseguido e achacoso, (tende mão) e ainda por se requintar contra mim a fortuna, desterrado do mesmo desterro, me acho agora morador de novas praias desertas, cujo caminho só sabem as ruins novas. Veja-se se em tal estado fará grande desproposito, quem cuidar muitos despropositos, a trôco de lhe não virem ao pensamento os acintes do Fado... Estes devarios me fizeram boa companhia, ajudando-me a passar saudades e solidões entre a porfia d'estes mares e as asperezas d'estas penhas donde vivo.» *(Op. cit.,* p.

127, 129.) É presumivel que por conselho de tão valioso amigo, quebrasse o degredo. [1]

N'esses dias tranquillos, a sua actividade de espirito levava-o a visitar a Livraria do Collegio dos Jesuitas que tinha na melhor parte sido doada pelo Doutor Gaspar Fructuoso, fallecido em 24 de Agosto de 1591. Devia ser preciosa essa livraria, porque o Doutor Gaspar Fructuoso graduara-se em Theologia em Salamanca, onde ouvira as lições do moralista Sotto; pela sua profunda cultura, o bispo de Miranda D. João d'Alva o encarregou da leitura de uma cadeira de Theologia no Collegio dos Jesuitas de Bragança, e acompanhou este prelado como seu secretario, quando fôra nomeado Capellão-mór de D. Sebastião. Gaspar Fructuoso viveu em Lisboa bastantes annos, trabalhando em uma obra que lhe encheu a vida, a Historia dos *Descobrimentos das Ilhas* ou *Saudades da Terra.* Offereceram-lhe por vezes a mitra do bispado de Miranda, mas rejeitou-a

1 O Doutor Christovam Soares de Abreu era vereador do Senado de Lisboa, Residente por Portugal na côrte de França e Deputado regio ao Congresso de Osnabruc á sanção da Paz Geral. Da sua competencia juridica diz D. Francisco Manuel ser "não só a Jurisprudencia adquirida por tantos habitos de gloriosos estudos mas a prudencia propria, em que tão cedo vos sinalastes. — Não poucas vezes a Côrte de Castella, uma, e outra de França; a de Inglaterra alguma vez, e muitas a de Alemanha, se gloriaram (vendo-vos) de ver tantas partes juntas em um só — a cortezania, a politica, a discrição, o luzimento, a arte, o juizo, e o zelo." Sómente um homem d'este ascendente moral é que podia ser a égide do grande desventurado.

sempre, preferindo o ser vigario de N. Senhora da Estrella da Villa da Ribeira Grande. Elle saudou Camões, na publicação dos *Lusiadas* em 1572. Os Jesuitas do Collegio de Ponta Delgada conservaram o precioso Manuscripto das *Saudades da Terra* até á hora em que por ordem do Marquez de Pombal fôram expulsos e embarcados na fragrata Graça. O Reitor do Collegio offereceu o manuscripto das *Saudades da Terra* ao Governador da Ilha de S. Miguel Antonio Borges de Bettencourt, para que o conservasse; por herança veiu o livro a pertencer ao ouvidor Luiz Bernardo, vigario de Alagoa e o herdeiro José Velho Quintanilha o vendeu ao Visconde da Praia Duarte Borges de Medeiros, e se conserva na casa Praia e Monforte.

Conheceu D. Francisco Manuel de Mello esse autographo das *Saudades da Terra*, e leu os capitulos do Descobrimento da Ilha da Madeira, em que novellescamente narra as aventuras amorosas do inglez Ricardo Machin e Anna de Arfet, cujo entrecho seguiu na *Epanaphora amorosa*. É preciso notar, que D. Francisco Manuel de Mello aponta as fontes da tradição d'esta terceira Epanaphora: «O nosso Livio portuguez (bem se sabe que digo João de Barros) começou a escrever d'ella em a sua primeira *Decada de Asia*. O Doutor Manuel Clemente, que foi prègador de tres pontifices em Roma, compoz d'esta historia um livrinho em latim, que dedicou á santidade de Clemente VII. Poucos annos ha, que Manuel Thomaz, nosso amigo, publicou da propria acção, o

seu poema chamado *Insulana.* Antes e melhor que todos, Francisco Alcoforado, escudeiro do Infante D. Henrique fez de todo o successo hũa Relação, que offereceu ao mesmo Infante, tão cheia de singeleza como de verdade, por ser um dos companheiros n'este descobrimento; a qual Relação original eu guardo como joya preciosa *vinda á minha mão por extraordinario caminho.*»

D. Francisco Manuel bem sabia que este Francisco Alcoforado nunca teve realidade historica em qualquer documento, mas acobertava-se com elle: «porque conheço não é meu credito bastante, para que por si sómente, *inculque por verdadeira huma historia tão exquisita.*»

Para occultar o *extraordinario caminho* por onde á sua mão viera a Relação, data-a de Bellas, 9 de Setembro de 1654, esta *Epanaphora.* Mas na dedicatoria deixa a impressão dos annos que passara na America: «os incognitos desertos *da nossa barbara America, ásperos até para as féras,* que antes os recebem por patria, que morada.» *(Ib.,* p. 273.) Estas palavras só podiam ser escriptas em 1658, arribando á Ilha de S. Miguel, *extraordinario caminho,* por onde lhe chegou o conhecimento d'esse livro que só no seculo XVIII foi compendiado pelo P.^e^ Antonio Cordeiro [1] sob o titulo de *Historia insulana.* E nas

---

1 Como se vê em algumas cartas, D. Francisco Manuel de Mello alterava as datas. Na ilha de S. Miguel teve noticia da veneração em que era memorada uma dama D. Margarida de Chaves, e ahi tratou com um filho

fontes que cita, D. Francisco Manuel limita-se a referir-se á epopêa *Insulana*, que segue a mesma trama das *Saudades da Terra*, podendo tel-a lido durante o mez que estacionou no Funchal a Armada do Brasil de Brito Freire, em que ia. Na mesma dedicatoria escreve: «Vendo-me agora n'esta solidão a cujo favor *vim fugindo da justiça* ou da injustiça do povoado, me puz a discorrer vagarosamente, sobre de que maneira poderia satisfazer — escrevendo a Relação de algum successo grande — de aspectos amorosos.» Em Bellas não podia fugir á Justiça, por que estava sob homenagem, mas sim quando *quebrantou o degredo da Bahia*. Conhecendo o poema de Manuel Thomaz onde vem o episodio dos amores de Machin, entendeu D. Francisco que me-

d'ella em 1658; pois na *Carta de Guia de Casados*, escripta em 1650 e impressa em 1651, intercala uma anecdota passada em 1658-1665, na sua segunda edição: "Solicitava com exquisita importunação em Roma a beatificação da veneravel matrona *Margarida de Chaves* um seu filho, que eu muito bem conheci, e de sua bocca ouvi o que digo. Tinha o Papa Paulo v remettido a causa a certo Cardeal, que já andava tão temeroso do requerente, que em o vendo fugia d'elle. Succedeu chegar a fallar-lhe um dia, estando o Cardeal mais que outros enfadado; e havendo-lhe lembrado, como costumava, seu negocio, lhe respondeu: — Senhor, não vos canceis em provar a santidade de vossa mãe; provae sómente que vos soffria, que o Papa a declarará como santa." No Divertimento de Estudiosos vem esta anecdota, com a resposta do Cardeal em italiano: — *Signore, non pigliar fastidio in prove di Santitá della vostra madre; solo basta provare che vi soffreri, per che il nostro Pontifice appunto la dichererá Santa.*

lhor lhe quadrava uma Relação com particularidades historicas.

D. Francisco Manuel escrevendo os seus quadros ou Relações historicas com o titulo de *Epanaphoras de varia Historia portugueza,* indica o modelo que seguiu: «Alguns dos discursos que vos digo, tenho acabado, e outros perto do fim, nenhum da perfeição. Mas havendo (já ha muitos annos) lido aquellas singulares Relações do Cardeal Bontevollo, tanto ha que fiz proposito de o imitar, com outras, em nossa lingua portugueza. E quando cheguei a lêr a fuga do Principe de Condé, e notei o vagar e a galanteria com que hum tão grave juizo se deteve em retratar os affectos do amor humano, certifico-vos que me fez inveja; entendendo eu então de mim, que para semelhantes materias era mais conveniente a minha pena que a do Cardeal, poeta que sabio, velho e religioso.» *(Epan.,* p. 271.)

A Epanaphora tragica, escripta na Bahia — Monserrate Antartico, 5 de Fevereiro de 1657, em que define a sua concepção da historia, allude á situação em que se achava: «quasi de outro mundo vos escrevo, posta entre mim e vós não só a Africa inteira e os immensos mares que dividem a America da Europa, mas interpostos silencios, annos e successos, que por larguissimos intervallos nos apartam.» (Pag. 150.)

A concepção que D. Francisco Manuel tinha do que era a Historia, indica-a: «Seccas e infructiferas se podem chamar aquellas Historias, das quaes se não tira outro fruto, que a preçisa

narração do successo d'ellas; e ao contrario, utilissimas e deleitaveis aquellas que, sem perder o fio dos acontecimentos propostos, nos levam por tal caminho, que juntamente chegamos ao fim da informação dos successos, e ao da comprehensão das varias materias, que com a historia d'elles fazem harmonia. Por este modo de historias (que é aquelle que eu desejo lêr) pretendo escrever sempre; instruindo brevemente aos leitores das occorrencias da acção, que lhes offereço, conforme se verá nas Historias que tenho publicado; e como esta regra, seguindo minha opinião favorecida da melhor parte dos Autores Historiographos, tenha logar em todos os negocios que se desejam perpetuar na lembrança das gentes, parece que muito mais propriamente se pode introduzir n'este modo de compôr Historias, que agora seguimos em Relação, a qual não requere tão epicas observações, como a particular historia de um sujeito heroico, tendo mais proporção com o Poema mixto que com a Epopêa.» *(Epan.,* p. 210.) Por estas ideias, expressas em 1657, quiz D. Francisco Manuel contrapôr em 1658, á Epopêa *Insulana*, a sua Relação em prosa singela e movimentada da Epanaphora amorosa. Manuel Thomaz, conego da sé do Funchal e grande amigo de Manuel Severim de Faria, entreteceu a expedição dos Navegadores portuguezes com a lenda dos amores de Machin e Ana d'Arfet, sendo a noticia do descobrimento da ilha da Madeira revelada por um dos seus companheiros, que cahidos no cativeiro de Marrocos communi-

caram essa noticia a outro cativo hespanhol João de Amores, por cujos informes se dirigiu João Gonçalves Zarco:

> Não acabava, quando claramente
> Uma ponta da terra descobrindo,
> Com mór gosto da nova a toda a gente
> Alviçaras alegre foi pedindo,
> Já cada qual a vê perfeitamente
> E de seus vãos receios se vão rindo.
> ....
> Reconhecendo o sitio assignalado,
> Publicou claramente João d'Amores,
> *Que dos Inglezes era a Ilha aquella,*
> *Que o Céo lhe demonstrava fresca e bella.*

Depois de largarem ferro na enseada, Ruy Paes vae por terra dentro á exploração com os companheiros e:

> Se envolvem com os seus pela espessura,
> *Na sepultura deu dos dois amantes.*

Pela epoca em que Manuel Thomaz escrevia, 1634-1635, havia uma funda depressão moral e quasi perdida a esperança de restauração da nacionalidade; o casamento do Duque de Bragança feito pelo conde-duque de Olivares a aprazimento de Philippe IV, com uma *castelhana* da casa de Medina Sidonia, era uma quasi renuncia do pretendente portuguez. Isto reforça a observação do Dr. Rodrigues de Azevedo: «não é aventuroso suppôr que a *Insulana* tivesse já um pensamento reservado de nos abrigarmos ao protectorado da Inglaterra para nos libertarmos da

tyrannia dos Philippes.» (Ed. *Saudades da Terra*, p. 398.)

As *Epanaphoras* foram publicadas em Lisboa, em 1660, por D. Francisco Manuel de Mello; pela Epanaphora bellica, do Conflicto do Canal, vê-se que já se achava recolhido na sua Commenda do Espinhel, datando-a de 30 de Septembro de 1659; e a Epanaphora triumphante, da Restauração de Pernambuco, quando residia já na sua quinta de Alcantara, e a datava de 23 de Dezembro de 1659. A publicação do livro em 1660 coincidia com complicados e importantes successos politicos. A Paz dos Pyreneus de 7 de Novembro de 1659 entre a Hespanha e a França, teve a sua condição de estabilidade no casamento de Luiz XIV com Maria Thereza de Austria, filha e herdeira de Philippe IV. No mez anterior fôra auxiliado pela França o misero Pretendente que foi esse devasso Carlos II; ahi estava a calhar um noivo para a Infanta D. Catherina de Bragança, e continuando Luiz XIV a sua protecção ao filho do justiçado Carlos I, favoreceu esse projectado casamento. A Regente D. Luiza de Gusmão comprehendeu a importancia d'este consorcio para a filha, e facilmente convenceu os ministros de que era isso o ultimo recurso para salvar Portugal das garras de Hespanha; todos os recursos da diplomacia resumiam-se na questão da Infanta de um estado em situação periclitante. N'esta data de 1660 faz-se a doação da Ilha da Madeira á Infanta D. Catherina, diploma *fabricado* com data de 1656 quando D.

João IV agonisante nada podia conhecer, e revalidada e mandada cumprir em 1660, quando se tratava do dote da Infanta para se effectuar esse casamento com Carlos II de Inglaterra. Em 17 de Novembro de 1660 é despachado Diogo de Mendonça Furtado, Governador da ilha da Madeira; em 2 de Dezembro toma posse no Senado da Camara do Funchal; em 7 de Dezembro apresenta duas cartas da Regente, que se registam em traslado, ficando o Governador em seu poder com os pseudo-authenticos; e em nome de D. Affonso VI manda-lhe tomar posse da Ilha por doação que á Infanta D. Catherina fez El Rei meu senhor e pae, que Deus tem, — *e será isto emquanto a Infanta não toma casa* — *tudo isto hade cobrar quando fôr tempo.* (Lisboa, 18 de Novembro de 1660, RAINHA.) E esta peça fabricada da doação de D. João IV da Madeira á Infanta D. Catherina em data de 1 de Novembro de 1656 (já o rei estava em estado comatoso) foi registada na Chancellaria da Côrte *quatro annos depois da sua data,* e onze dias antes da expedição da Carta da Rainha. (Dr. Azevedo, op. cit., p. 364.) D. Luiza obrava como castelhana e no exclusivo interesse da familia; preparava tudo para satisfazer qualquer exigencia ingleza.

Cooperou D. Francisco Manuel de Mello n'este arranjo do dote da Infanta para facilitar a doação da ilha da Madeira? Rodrigues de Azevedo julga que a data das Epanaphoras e da Doação, 1660, e a dedicatoria a D. Affonso VI sob a regencia de sua mãe, e a lenda do in-

glez Machin vindo a proposito, o fazem cumplice d'esse plano diplomatico. Não aceitamos tal juizo; porque D. Francisco tendo *quebrantado* o degredo, e sendo ainda vivo o seu implacavel inimigo Conde de Villa Nova, mantinha um obscuro isolamento de toda a acção politica. Como poeta e artista, tratou litterariamente uma lenda a que dera curso Valentim Fernandes para lisongear a aproximação das corôas de Hespanha e Inglaterra, [1] lenda a que apenas Antonio Galvão allude, e que o Dr. Gaspar Fructuoso floreou na historia do Descobrimento de Madeira. Se algum intuito politico houve no autor da *Insulana,* esse passaria para a Epanaphora.

A Infanta D. Catherina era o isco para allianças politicas fomentando interesses dynasticos; projectou-se o seu casamento com D. João de Austria, o bastardo de Philippe IV. Trabalhava solertemente a intriga jesuitica da antiga alliança da Casa de Austria e de Hespanha, que, atacada pelo governo de Richelieu, foi favorecida ao gosto de Anna de Austria por Mazarino, a quem o P.ᵉ Vieira tentava imitar influenciando em D. João IV e na Regente D. Luiza. Entre as varias noivas em que Luiz XIV tinha de escolher, estava inclusa a Infanta D. Catherina, o que encheu o olho a sua mãe: veiu a Lisboa o pintor

1 Quando Henrique VII casou Arthur com a 4.ª filha de Fernando e Isabel de Castella, e tambem quando a filha d'este enlace, Maria Tudor, casou com Philippe II, sob o plano megalomanico de Carlos V.

francez Nocret para fazer o retrato, que o embaixador Comminges enviou a Anna de Austria; segundo o testemunho de M.^me de Motteville, o retrato «*la faisait belle, quoiqu'elle ne le fût pas;*» e Comminges contara-lhe, que a Rainha regente de Portugal «offerecia ao embaixador grandes thezouros para conseguir que a princeza sua filha fôsse Rainha de França.» Mas Anna de Austria preferiu casar seu filho com a princeza de Hespanha Maria Thereza de Austria, filha de Philippe IV, convindo-lhe assim alcançar um direito eventual na Casa de Austria. Uma vez no throno, Luiz XIV, tendo auxiliado a restauração de Carlos II em Inglaterra, quiz dar-lhe uma esposa catholica, sendo uma Princeza de Parma indicada pelos Jesuitas; como Carlos II recusasse por achal-a muito gorda e feia, o rei de França negociou-lhe o casamento com a Infanta D. Catherina de Portugal, firmando assim um elemento de resistencia contra a Hespanha, se lhe fôsse necessario. As habilidades de D. Luiza de Gusmão seriam impotentes, se não interviera Luiz XIV, que tanto protegera a causa do Pretendente e o subsidiára. Tambem D. João IV favorecera os Principes Palatinos compromettendo a neutralidade de Portugal. O dote da Infanta D. Catherina de 350:000 libras sterlinas e entrega de Tanger e Bombaim (sem a ilha da Madeira, porque não foi exigida) pouco pezavam na balança politica de Luiz XIV. Carlos II tinha já os seus amores com mistress Palmers, depois condessa de Castlemaine, quan-

do D. Catherina de Bragança entrou n'essa Côrte devassa, que ella transformou pela firmeza do seu caracter honesto e invencivel bondade. O que era a esposa, disse-o Carlos II em uma carta: «Nas suas feições regulares, apesar de não ser uma belleza, nada havia que desagradasse; olhos bellos e physionomia sympathica, uma boa mulher, com a mais interessante conversação, cheia de espirito, com uma voz de tom especialissimo. Demo-nos logo desde os primeiros instantes, e julgo-me felicissimo.»

Em Maio de 1662 realisaram-se as festas do casamento de D. Catherina de Bragança com Carlos II, com illuminações e touradas. D. Francisco Manuel de Mello celebrou o Conde da Torre «*havendo salido en las reales Fiestas de las bodas de los serenissimos Reyes de Inglaterra.*» (*Lira de Clio*, p. 42.) E symbolisava o Touro, que apparecia d'esta vez «*llevando al Anglia nuestra real Europa.*» Tambem celebrou em um Soneto *Apostrophe a las luminarias que se hicieran por las fiestas de los serenissimos Reyes de Inglaterra.* (*Ib.*, p. 10.) E no estylo heteroclito das Academias culteranistas, concorreu com um *Soneto ordenado sobre as letras iniciaes de Carlos e Catalina, Lisboa e Londres, Tejo e Tamisa.* (*Ib.*, p. 2.) Todas estas festas deslumbravam a Rainha Regente, que acreditava no seu alto tino politico, tratando logo de resolver tambem por casamentos a situação dos dois filhos, D. Affonso VI, que ella pretendia substituir na successão pelo Infante D. Pedro, mais

moço cinco annos. Por esta differença de edade, tratou D. Luiza de conserval-o em prolongada menoridade, deixando-o sem cultura e abandonado aos seus instinctos, até que seu irmão chegasse á maioridade, e cercado de sympathias arranjadas, pudesse ser acclamado convenientemente. Mas o principe, como o descobrem as *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, conhecera «que a Rainha mãe, na catholica diligencia que havia feito, *lhe queria tirar a corôa, e dal-a ao Infante D. Pedro, seu irmão.*» (*Ib.*, p. 3.) Não conseguindo toda a sympathia para o filho mais novo, cercou-o de uma grande pompa, rodeando-o de fidalgos os mais influentes, e fazendo elle então 14 annos de edade em 4 de Junho de 1662, instalou-o em um palacio, com fausto regio, com um numeroso pessoal de camareiros e criadagem fidalga. Desmascararam-se assim os dois partidos, e a Regente annunciava-lhes que brevemente daria por terminada a sua Regencia, recolhendo-se a um mosteiro. No Soneto XXVI da *Harpa de Melpomene* D. Francisco Manuel de Mello traz a consagração do seu governo, em que de alfinetes fez espadas.

Na *Historia de Portugal*, Shaeffer explica o antagonismo creado entre os dois irmãos: «Na verdade a Regente oppondo ao Principe D. Affonso o Infante mais novo, — que era de melhor indole, de mais viva intelligencia e mais instruido, — animando-lhe a ambição e desejo de dominar e a esperança de ascender ao throno. Já em 1657, quando as Côrtes foram convoca-

das para Lisboa, a fim de jurarem D. Affonso como successor do throno, nasceu entre os dois partidos uma grande questão sobre se não deveriam prestar o juramento antes ao mais novo, sendo como eram conhecidas as qualidades dos dois irmãos?» (*Op. cit.*, t. IV, p. 449.) A crise dynastica avançava para a explosão. Observa o historiador Shaeffer: «Claramente se via, que todas estas intrigas se haviam feito a fim de que a Regente conservasse eternamente o governo, sem excitar o descontentamento do povo, que contava já os dezenove annos do Principe; sómente queria mostrar que a incapacidade do Rei era a causa de se terem lesado as leis durante cinco annos, em quanto que só a Rainha é que tinha a culpa das desordens do Principe por causa da má educação que lhe dera no intuito de o tornar incapaz para o governo, pois que queria eternisar-se n'elle e procedendo de modo a poder entregar o reino ao Infante D. Pedro, que amava ternamente.» (*Ib.*, p. 457.) A explosão era inevitavel entre os dois partidos; doze dias depois de ter dado casa ao Infante em 16 de Junho de 1662, a Regente, depois de mandar prender os dois favoritos italianos do Principe, apresentou-se na sala do Despacho, contigua ao aposento real, comparecendo com prévio aviso o Senado de Lisboa e os altos magistrados e perante todos mandou lêr pelo Secretario de estado uma Exposição de queixas de todos os aggravos que recebera de seu filho. O Principe D. Affonso, surprehendido com o es-

pectaculo e com a crueza das accusações da mãe perante aquella gente qualificada, ficou como interdicto. Dissolvida a assembleia, quando se viu só e teve a comprehensão das intenções de sua mãe, manter-se na Regencia mais cinco annos, até o Infante chegar á maioridade, veiu-lhe uma exaltação violenta; foi n'este momento que o Conde de Castel-Melhor, camarista de semana, conseguiu applacar-lhe o arrebatamento, dar-lhe calma e, fortalecendo-lhe a consciencia, fez-lhe notar a promessa que a Rainha fizera de abdicar da Regencia e recolher-se a um convento, e que lhe competia d'aquella hora em diante a Soberania. D. Afonso VI reconheceu a supremacia moral do caracter do Conde de Castel-Melhor, pediu-lhe para o acompanhar para o paço de Alcantara, em 17 de Junho de 1662, ficando o seu primeiro ministro. O primeiro acto do governo, que tanto se assignalou na historia, foi uma amnistia geral, [1] em que foi incluido ex-

---

1 Escreve Prestage: «Inesperadamente encontramos de certo modo comprovada esta nossa opinião no seguinte trecho do rarissimo papel *Declaracion por el Reino de Portugal:* = Porque luego que Su Magestad entró a governar hizo *mercê de su gracia real a todos quantos se hallaban apartados della*... Absolvió de su condenacion a Monsieur Castillo y a *Don Francisco Manuel,* que por 20 años y graves accusaciones estuvo preso y desterrado del Reino, *escusó el destierro*... = Mas não apparece a Carta de perdão.» *(Op. cit.,* p. 328, not. 2.)

Tivemos a ventura de encontrar esse Alvará de perdão de 30 de Julho de 1662, nas investigações que fizemos na Chancellaria da Ordem de Christo, para a mo-

pressamente D. Francisco Manuel de Mello. Aqui apparece pela primeira vez esse consolador documento:

«Eu El Rey como Governador e perpetuo Administrador que sou do Mestrado, Cavallaria e Ordem de nosso Snr. Ihs. cristo, Sam Tiago de Espada e Sam Bento de Avis, Faço saber aos que este alvará virem que D. Francisco Manuel me representou que averá vinte annos pouco mais ou menos que foi julgado na morte de

---

nographia sobre D. Francisco Manuel de Mello, que forma o vol. XVI da *Historia da Litteratura portugueza.*

Alvaro Rodrigues de Azevedo attribue á Regente D. Luiza a liberdade de D. Francisco Manuel: «*A restituição d'elle á patria e ao valimento da côrte* foi desaffronta para ella. Fôsse qual fôsse o motivo da prizão e do desterro, é certo — que o sabio governo da rainha regente D. Luiza já lhe tinha aberto as portas da patria em 1659.» (Ed. *Saudades da Terra,* p. 378.) Ignorava que o escriptor quebrara o desterro em 1658, e illibava a regente da tyrannia de D. João IV. Com egual falta de senso historico procede Barata: «Apenas D. João IV expira e sem que houvesse outra sentença, D. Francisco Manuel de Mello é posto em liberdade e volta ao continente nos fins de 1657. Ahi se patentêa, a toda a luz, na perseguição do grande homem, o vingativo monarcha a quem o destino escolhera para dar o seu nome aos esforçados cavalleiros de 1640, aos conspiradores immortaes.» *(Um Duello nas sombras,* p. 233.) Desconhece o quebrantamento do desterro, a data do regresso a Lisboa, e gratifica a Regencia do acto consequente da sua terminação.

Tambem Prestage dota D. Luiza de Gusmão de uma auréola de clemencia: «tornou-se necessario, isto é, a Rainha Regente lhe desse licença para regressar. D. Francisco Manuel pôde emfim voltar ao reino, mas ficou em casa sem emprêgo, até ao advento do seu parente o Conde de Castel Melhor ao poder.» *(Esboço,* p. 293.)

hũ Francisco Cardoso, pela qual esteve preso muito tempo e sahio condenado em pena pecuniaria que logo satisfez, e degredo, que não acabou por causas de infermidades que lhe sobrevierão, com manifesto perigo de sua vida, por cuja rezão e por aver ao depois alcansado perdão das partes se achase oje no estado em que custumava fazer graça e mercê a meus vassallos de lhes perdoar por expediente ordinario culpas semelhantes e visto não ter outra parte mais que a justiça, e por que os senhores reys seus antecessores em occasião de publicas alegrias e novos governos usarão sempre perdoar qualquer delito achando-se nos termos deferidos e eu a sua imitação o avia feito agora do mesmo modo reconciliando á minha graça e serviço todos os vassalos benemeritos que por qualquer via estavam impedidos, a cuja consideração e exemplo e muito mais por minha real clemencia ho pedia, que attentando as Rezões referidas e *aos grandes trabalhos e molestias que tinha padecido por espaço de vinte annos* e pelo respeito que se podia ter *a seu zello e sufisiencia, que tudo o fazia digno de ser occupado em serviço publico deste Reyno,* ouvesse por bem mandar fosse perdoado da dita culpa e quebrantamento de degredo, pera que *solto e livre se pudesse achar habil para me servir:* e tendo em consideração a referida informação que se houve do Desembargador Manuel de Tovar de Vasconcellos Juiz dos Cavalleiros ao que me consultou pelo meu Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens *perdão*

da parte que o dito Dom Francisco offereceu certidões por que consta aver pago as condenações pecuniarias em que outrosi foi condenado e *rezões particulares que concorrem em sua pessoa para lhe fazer mercê,* Hei por bem perdoarlhe livremente o degredo perpetuo para o Brazil em que foi condenado pela dita morte e a culpa do quebrantamento d'elle que cometteu. para que d'aqui em diante e em nenhum tempo se proceda mais contra o dito D. Francisco Manuel por nenhuma das culpas referidas digo daquella das referidas e fique para sempre livre das penas que por qualquer d'ellas devia ter. E esta se registará nos autos d'aquellas culpas e mais partes em que ouver, para a todo o tempo constar do que por elle mando, o qual valerá como carta posto que seu effeito dure mais de hũ anno, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel Paulo de Andrade a fez em Lx.ª a trinta de Julho de mil seiscentos e sessenta e dous. Pantaleão Figueira o fiz escrever. Rei.» [1]

Depois de constituido o novo governo, o Conde de Castello Melhor entendeu tratar do casamento de D. Affonso VI, pensando por esse meio actuar na formação de uma alliança politica com a França. É n'esta situação que o jesuita Chiaramonti, visitador da Companhia, achando-se em Portugal lembra a sua confessa-

---

1 *Chancellaria da Ordem de Christo*, Registo, vol. 47, fl. 261.

da, a filha mais velha da Princeza de Parma. Pareceu o caso conveniente, e em data de 27 de Outubro de 1662 foi passada procuração de D. Affonso VI, com minuciosas Instrucções dadas a D. Francisco Manuel de Mello para ajustar e celebrar o casamento do rei com a filha segunda da Princeza de Parma. Era o primeiro acto consequente da sua rehabilitação civica, com o intuito de aproveitar os seus talentos e grato testemunho á velha amisade por seu pae o Governador geral do Brasil. A esta missão confidencial ajuntava o encargo de ir a Roma tratar da questão dos Bispados portuguezes que estavam desde 1640 vagos, por não quererem os Papas reconhecer o Rei de Portugal exercendo a sua soberania na nomeação das mitras. Para esta missão, em que continuaria até ordem em contrario, foram-lhe arbitrados 4:000 cruzados para despezas da viagem e 500 cruzados por mez entregues ao seu procurador. A viagem que devia ser em uma das náos inglezas a partir para Genova de Leorne, foi sustada, sendo-lhe ordenada a viagem a Inglaterra para tratar com o embaixador portuguez Marquez de Sande, porque o casamento do Rei emaranhara-se em variadas propostas.

Em 8 de Abril de 1663 chega a Inglaterra D. Francisco Manuel de Mello «com ordem de passar a França para tratar do casamento com M.lle d'Orleans.» (Santarem, *Quadro,* IV, 523.) Sabidas tão poderosas negociações de Anna de Austria para dissiduadir a princeza de casar em

Portugal, pelas instrucções que levava D. Francisco Manuel «puzesse em pratica o casamento da filha mais velha do segundo casamento do Duque de Orleans, ou o da Princeza de Parma. Sendo a negociação de França difficil de concluir-se, foi o Marquez de Sande de parecer que D. Francisco Manuel passasse a Roma, fazendo caminho por Parma, para que vendo aquella princeza pudese informar a el-rei.» Demorou-se D. Francisco Manuel na côrte ingleza de 8 de Abril a 17 de Maio; elle recordava-se da sua passagem por alli no tempo de Carlos I e da Revolução de Inglaterra, quando o poeta estava prezo na Torre Velha, referindo-se em uma carta á execução de 30 de Janeiro de 1649: «Eu beijei a mão a El-Rey Carlos duas vezes em Londres, e por esta honra que d'elle recebi, estou de novo na alma escandalisado e afflicto.» Apreciando o talento musical da rainha D. Catherina escreveu uma Enseladilha que intitulou *Côrte na Aldeia*, para ser cantada pelas suas damas, entre as quaes figurava sua prima D. Maria de Portugal; *(Avena de Terpsicore*, p. 62) e outros versos *Para cantar na Camara da Rainha de Inglaterra, musica de Miguel Herrero. (Ib.*, p. 53.) Na sua viagem diplomatica para Roma, a Rainha D. Catherina dá-lhe carta de recommendação para o Dr. Belling, seu enviado junto ao Papa, afim que o auxilie na missão delicada que leva. O poeta deixou-nos um fio para seguir-se esta deambulação interessante desde que outra vez a fortuna o afastou do Tejo.

Na Epistola v à Francisco Corrêa de Lacerda, *Maestro de su Alteza,* (o Infante D. Pedro) descreve a subita sahida de Portugal, percorrendo na sua missão varios estados europeus:

Observando *mandados* y *secretos*
    D'aquel, a quien por dueño nos han dado,
    Los benïgnos, altissimos decretos
Dexo el dorado *Tejo* y al plateado
    Oceano la vida, y la esperança
    L'entrego en leño fragil, bien que armado.
Si es a costa de penas la mudança
    De la patria y el Amor, allá lo diga
    El que goça y el que pierde esta bonança.
. . . .
Entonces vimos las cervizes yertas
    Del *Herminio* y el *Artabro* levantadas,
    Que al piloto le dan rayas mas ciertas.
. . . .
Buscando a la siniestra el rumbo, en quanto
    Duras *Biscayas,* asperas *Galicias*
    Se quedavam, sin quexa y sin quebranto.
. . . .
D'onde se acaba el Mar, comiença junto
    A sacar de las aguas l'alta frente
    Da Selva, que do Chipre es el transunto;
Essa que *Caledonia* antigamente
    Albion y *Anglia* despues; *Bretaña* agora,
    La denomina docta y ruda gente;
Presto del burgo que en la arena mora,
    Plaustro, que si la toca no la hiende,
    Nos conduce, con rueda baladora
A la Corte, a la Menfis, ya se entiende
    Londres, juzgo su igual, hallando en medio
    Canterbi, Cidemburg, Ruistel, Gravzende.
De la grave fadiga era remedio
    El hermoso verdor, que al gusto amigo
    Salsa fué, de los ojos, contra el tedio.
Surto en *Huythal,* 1 ya nuevos golfos sigo

1 Whitshal, o palacio real.

Y aun pudiera temer nuevos naufragios
Si a pedir y a esperar el alma obligo.

. . . .

Tres lunas, poco menos, cortezanos
Si no locos, gasté passos perdidos,
Passeando en salones soberanos.
Pero ya recogido, y reogidos
En mi los embarqué, y a mi me embarco
Temeroso, a otros mares mas temidos.
Dexo a Londres, en fin, y en sutil barco
Lo Canal atraviesso que divide
Gallia de la Bretaña, como en arco.

. . . .

El viento a la esperança el passo cierra
Que un ayre encontra al otro y en fin quexoso
Buelvo otra vez a la anglicana tierra;
Mas, osado tambien, de temeroso
Pruevo, o rogar al aquilon, y buelve
A templarle mi ruego, respetoso.

Na sua passagem por Marselha encontrou o P.e Manuel Godinho, que deixou na sua *Relação do novo caminho da India que fez por terra e Mar vindo da India,* fixada a impressão moral que lhe causara D. Francisco Manuel de Mello: «Fui logo visitado do Senhor D. Francisco Manuel, o qual com o nome supposto de Monsieur *Chevallier de Saint Clement* [1] passava a Roma, recom-

---

1 No *Hospital das Letras*, ao examinarem os criticos Quevedo e Justo Lipsio as obras de seu collega, vem-lhes á mão a *Guerra da Catalunha:*

"Lipsio: Tende mão; esse livro não corre em nome de Clemente Libertino? Por sinal que por esse citam os authores que lhe succederam... Pois que causa teve o Author para em um livro tão verdadeiro pôr nome fingido?

Author: Se bem olhardes, não foram, e folgo muito que se ache aqui um castelhano, que as ouça... porque tambem a juizo publico parecia suspeitoso, que um por-

mendado a todos os Principes e Republicas amigas por cartas patentes dos senhores Reys da Inglaterra e França. Não he crivel, o gosto que me causou a visita d'este fidalgo; só o pode considerar, quem souber estimar suas inestimaveis prendas, quem tiver gosado da *sua admiravel conversação,* quem fôr lido em seus engenhosos livros, quem de seu singular juizo formar aquelle conceito que d'elle tem feito o mundo todo, quem do seu primor estiver obrigado como eu o estou; porque todas estas cousas juntas foram os motivos de meu gosto naquella visita.» (Cop. 30.)

Espalhara-se a noticia da tomada de Evora por D. João d'Austria, caso que complicava as negociações do casamento regio.

---

tuguez em seus trajos (e por isso em Castello punido e vexado) falasse em suas obras e justificasse sua rasão ou sem rasão, fiz mudança antes do nome que do proposito: usei por essa causa d'este nome supposto, chamando-me *Clemente Libertino,* porque a não ter o nome que tenho esse houvera de ser o meu nome, sendo *Clemente* o Santo titular do meu nascimento, o qual estimo pelo mais estimado horoscopo e ascendente; *Libertino,* porque já sabeis que era entre os Romanos o nome dos filhos dos escravos libertos; assim acudindo á liberdade que já gosava a minha patria, fiz d'elle brazão e appellido; se em tudo errei, bem pode ser culpa da eleição, que pertence ao juizo, não do proposito, que é filho da vontade.

LIPSIO: Não errastes, certo, e menos de o haveres aqui explicado... depois que soube que este vosso livro corre por Europa com honesta opinião e o citam os mais dos Authores que vos succederam, e de presente se traduziu em francez com muyto applauso.» *(Op. cit.,* p. 398 a 402.)

En medio apues d'estas congojas, Fabio,
Bevi en vez del antidoto, veneno
Oyendo de la patria el nuevo agravio.

....

Supe de nuevo, como Marte ayrado
Se sentara en la silla de Sertorio,
Igualmente dichoso que arrojado.

....

Depues de quatro dias, pocas horas
Tardó en Paris la nueva de postrarse
Las contrarias vanderas agressoras.
Dixo que nuestra hueste, por vengarse
Con treynta y mas de las contrarias, pudo
De su agravio fatal desagraviarse.

....

Yo viendo entonces la teniebla clara
Si no el fin del negocio, el del camino,
Con diligencia elijo, en nada avara.
Puedo decir que buelo y no camino,
Mas del buelo se cae; y asi sucede
De un postillon al ciego desatino.
Mi sangre lo pagó, y mientras puede
A callarse el dolor, es ya forçoso
Que poco tiempo a restaurarme quede.
Passó, y passo tambien aquel hermoso
Fertil espacio de la *dulce Francia,*
Qual lhe llama el proverbio argumentoso.
Cien leguas ay, pobladas de abundancia,
De Castillos, de Pueblos, quantos cuentan
De Paris a Leon en la distancia.
En medio solamante se presentan
Más notables *Nevers, Molin,* que tanta
Fertilidad posseen, más que ostentan.
Aqui ceñida de una y de otra planta
Riega a *Ruana,* la famosa Luera,
Y de Tarára el monte se levanta.
Entro, enfin, en *Leon,* la estacion era
Quando el brama en el cielo, porque Apolo
Toda su piel convierte en crespa hoguera.
No la baña el Meandro ni el Pactolo,
Pero el *Rhone* y la Saona la circunda
Que ambos a poco espacio és *Rihone* solo.

La tempestad en calma se dissuelve,
Que en viage el naufragio, el guelfo en puerto,
Tanto pesar en tal placer resuelve.
De la *Normandia* al termino que inserto
Oy contiene la *Francia* dilatada,
Desde el baxel, passamos con pié incerto.
Visitamos alli su celebrada
Metropoli *Ruan*, que aun oy se precia
Del antigo Breton reedificada.
Regada es de la *Sena* ó mansa ó recia
Segun la nieve, en su natal consiste.
Quando la halaga el Sol ó la desprecia.
....
Descubrimos la vega en los umbrales
De la *Sena* otra vez, que para espejos
Á *Paris* apareja los cristales.
....
Quantos del Oceano, en corvas quillas
Conculcaron los terminos al Mundo
Por ver, por admirar sus maravillas;
Si a este *Mundo francez*, si a este segundo
Cosmomega llegassen, en un hora,
Jubilaran el curso vagabundo.
Aqui del negro Ocaso e blanca Aurora,
Quanto rico pintó pincel celeste,
Mas desperdicia el Cielo que atesora.
La Belleza, del Hombre hermosa peste,
La Delicia, del Hombre afan preciado,
La Riqueza, del Hombre luz terrestre;
Todo aqui despendido ó bien cifrado
Ó se encuentra, ó se anhela; y si se goça,
Es solo aqui, donde se antoja, hallado.
Yo, pues, a quien el gusto ya destroça
Tanto desgusto y tanta primavera,
Que decrepita mas quien mas remoça;
Los estribos perdidos ya del Era,
Dixe mirando quanto ver no osava:
Eu não sei se serei quem d'antes era. [1]

---

1 Este verso portuguez intercalado nos castellanos é o final do maravilhoso soneto *Formoso Tejo meu, quão differente,* dos ultimos versos de Camões. Esta excepcio-

Este el famoso *Rhodano,* es que inunda
    Saboya y *Francia;* el otro, el que sereno
    De Borogoña los carmenes fecunda.
Ya de Leon dexando el sitio ameno
    Al Mar buscando, la Durança infame
    Transfiero de agua triste y vil terreno.
Ya miso el Mar, que aunque arrogante brame
    Lo saludo en *Marsella* que Mar bella,
    No Marsella, por bella es bien se llame.
Poblada de hermosuras es Marsella,
    Donde quiçá per esto la Hermosura
    De Magaad, vivió y lloró en ella...

....

Bolviendo a recoger todo mi engano
    Me dirijo a *Tolon,* haviendo visto
    Gentes, y tierras de costumbre estraño.
Para nuevas viajes siempre listo
    Visitando aquel puerto, que és de todos
    Los del temido Golfo, el mas bien quisto.
Passo las Islas, que por varios modos
    Fueron teatro del rancor, que irrita
    Francezes, Galos y Españoles Godos.

....

Huyendo entonces, los que se derraman
    Desde Germania, por Saboya a Italia
    Montes inaccesibles, que *Alpes* llaman.
Sin temer dentro el Mar nueva Farsalia
    De muchos escapado, al Mar me entrego
    Quando tambien el Hespero ó Acidalia.
Poco por el Ligustrico navego,
    Ya *Monaco* se encuentra, levantado
    Cuya cogulla fué mi abrigo luego.
Queda un espacio atrás (el *Var* passado
    Que entre la Italia y Francia se interpone)
    De *Nisa* de Provença, el breve Estado.

....

nal homenagem de D. Francisco Manuel de Mello só a podia prestar assim a Camões. (*Vide retro,* p. 107.)

Tiende las alas mi ligera haya,
Dexando del Poniente en la ribera
Saona, en medio su famosa *Vaya*.

. . . .

Llego a Genova enfin, y a mi me llega
Nueva ocurrencia, que a passar me obliga
Por ley del que obedece, sirve y ruega.
Devo y confieso una cortés memoria
A tal Corte y Ciudad, de quien no puedo
Medir, por breves numeros, la gloria.
Casi sesenta soles, mudo y quedo
El tiempo vió passar, mientras yo estava
Tanteando negocios con el dedo.
Y por que el tiempo estivo se passava,
Otra vez azia el Mar, otra azia el monte
Mi planta y mi designio encamiñava.
Trueco subitamente de horisante,
Y de *Liguria* a *Lombardia* vuelo,
Antes que el Sol la ecliptica remonte.
Subir al *Apenino* és mi desvelo
Y no solo subirle, mas passarle,
Hasta llegar al Parmesano suelo.

. . . .

Mientras del Ayre ya la fugitiva
Nieve, en ligeros velos no le cubre
Qual hace nueve mezes sucesiva.
Subo y apenas la vista lo descubre
Quando del Pó, la decantada orilla
De verdes lutos de alamos se encubre.
Con animo sincero y manso paso
Arrivo en esta Corte, d'onde escrivo
Su exceso liberal con modo escaso.

D'aqui donde el Bagança y Palma baña
Fabio amigo, un rincon de la ancha tierra
Que *Lombarda* llamó la lengua estraña,
Entrambos con raudal, que en la alta sierra
Del sobservio Apenino halló su cuna,
Y su tumba en el Pó, que ambos encierra.
Agora, en tanto, pues que mi Fortuna
Parece que cançado de llevarme
Rodando las regiones una a una.

En ocio oy quiso justa tregua darme
Mi Musa en metros disponerla intento
Y emplearlos en ti, por obligarme.

(*Fistula de Urania*, p. 97 a 106.)

Nas *Instrucções* dadas em 27 de Outubro de 1662 a D. Francisco Manuel de Mello para ir a Roma tratar com a Corôa as questões pendentes dos Bispados, dos Christãos novos e conjunctamente do casamento de D. Affonso VI, recommenda-se-lhe que não manifeste logo a sua qualidade diplomatica de enviado: «dareis sempre a entender em primeiro logar *passaes a Roma como pessoa particular*, emquanto vos não pareça a occasião accommodada de vos declarardes mais n'esta materia...» E ainda depois de visitar o Cardeal Orsini, appresentar-se-ia como «um fidalgo portuguez, que favorecido dos meus ministros *ides a Roma a negocios particulares vossos, e introduzindo por este modo a vossa negociação*, procurando alcançar d'essa com destreza as primeiras noticias.» (Doc. n.º 85 V, Prestage.) Facil foi a D. Francisco Manuel encontrar um plausivel pretexto como postulante: obter do Papa um Breve apostolico de legitimação de seu filho natural D. Jorge de Mello, menor e havido de uma mulher solteira, «tornando-o habil para succeder em todas as honras, dignidade, heranças, morgadio e tudo o mais que pertencer ao dito menor como filho de seu pae.»

Era um interesse natural, que cobria todas as suspeitas dos passos que desse em Roma e convivencia com diversos personagens. Tratado

este assumpto da legitimação, que estava fóra da casuistica canonica, D. Francisco Manuel de Mello recorreu a um outro interesse: relevar das penas da Inquisição o Conde de Villa Franca, D. Alvaro Manuel de Noronha, condemnado por *nefando* (sodomia) reincidente por denuncia de 1651. O Conde, que estava ausente de Portugal, ainda era seu proximo parente, e o cumplice de 24 annos era filho do seu feitor dos bens que D. Francisco Manuel de Mello possuia na ilha de S. Miguel. Obtido o Breve de Alexandre VII, que commutava as penas corporaes em espirituaes, o Conde de Villa Franca regressou á patria em 1664, ainda assim amparado por uma carta de D. Francisco Manuel de Mello recommendando-o ao P.e Balthazar Telles, seu *antigo mestre*. Em Roma, entre os postulantes encontrou o dedicado filho da extincta dama michaelense *Margarida de Chaves*, que promovia impertinentemente a canonisação de sua mãe, como conta em um dos conceitos jocosos da *Carta de Guia de Casados*.

Apesar de todos os segredos diplomaticos, a espionagem castelhana era tão constante sobre os actos da politica portugueza, que a missão confiada a D. Francisco Manuel de Mello pelo Conde de Castello Melhor, apparece referida na correspondencia do Cardeal de Aragão enviada de Roma para Philippe IV. Na Carta de 30 de Dezembro de 1662, communica-lhe o texto de uma carta do Prior de S. Domingos: «Ha se señalado para yr a Roma a Don Francisco Manuel,

no con titulo de embaixador, sino de Agente, que trate las materias en esa Corte que se ofrecen a esta, aunque otros dicen que es pretexto para que salga por no alborotar el pueblo con casamiento, haviendo quedado empobrecido con el pasado: *venl-o a tratar para El Rey,* no se save a donde: etc.» E em carta de 20 de Abril de 1663, communica o Cardeal de Aragão ao Rei: «en carta de 7 de Febrero escriven de Lisboa que *partiu este Don Francisco Manuel para Inglaterra,* y de alli goçando de la conjuntura destas diferencias en Italia havia de passar a Paris y tratar el casamiento con Madamosela de Monpensier, cuya noticia he participada al Marques de la Fuente para que esté advertido, y luego dicen que pasará aqui este enbiado y que trayendo credito para su sustento tiene ya aviso dello el mercantes de aqui...» E em carta de 27 de Agosto de 1763, alludindo ás noticias que lhe escrevera o Cardeal Ursino, informa o rei: «y segun me escrive de Paris el Marques de la Fuente, puedo *esperar aqui presto a Don Francisco Manuel,* que sera bien modesto embarazo en esta conyontura...» Em 4 de Septembro informa o Cardeal de Aragão ao monarcha: «Diego de Lavra en fecha de 25 del passado me avisa como *ya havia llegado Don Francisco Manuel vestido á la Franceza* a aquella ciudad (Paris) y tambien el Embaxador de Venecia al mismo tiempo me participó por aviso del Ministro de su Republica, que assiste alli el arrivo desto sugeto, intitulandose *Conde de San Clemente,*

añadiendo que le escrivia que traya treinta mil doblones, que venia vestido de muitos papeles para la consecucion de los Obispados...» Em carta de 15 de Septembro informa o Rei: «En la audiencia desta mañana, con la noticia de haver *llegado Don Francisco Manuel a Genova,* representè a Su Santidad tudo lo que me pareció conveniente, descorrendo en tudo lo que tuvo por a proposito *sobre los pretextos con que este sugeto queria dare a entender,* pues decian venia *con animo de disimular primero el intento en el exterior* con revistirse de largo, y aun pasando a pretender en Dataria, *siendo este medio para facilitar mas su introducion con todos,* que aseguro a V. Mg. es cosa bien artificiosa... por los avisos que tengo a la ultima trae comision de admitir los Obispados de *motu proprio,* con que — reduciendose a esto queda sola a que de ninguna manera parezia le ha movido con representacion exterior; el Tirano (sc. Conde de Castelmelhor) le ha mandado socorrer aqui con seis mil escudos; trae otros creditos; que es quanto he podido hasta ora entender, y que *no quiere hacer exterioridad de representacion.* — » Recommenda attenção para os Genovezes «pues aquella Republica se va vestiendo de afectos Francezes...» E na sua insistente espionagem o Cardeal de Aragão em 10 de Outubro de 1663, «he descubierto que *el que se suponia en D. Francisco Manuel era pretexto que havia tomado el Conde de Castel Millor, parente y amigo suyo, por no sacarlo con desayre de Lisboa, ya*

que era preciso por las quexas del Conde de Villanova que contra el tenia, [1] de que V. Mg. se hallara noticioso como *de la soltura de la prision en que estuvo este Don Francisco Manuel hasta que entró el Tirano* (o Conde de Castelmelhor) *en el govierno, con que se publicó que pasava a Inglaterra, Paris y Roma a negociar,* diciendo que se le remitirian los despachos, que nunca se le han cambiado.» Pela sua activa espionagem, o Cardeal de Aragão em 30 de Novembro, communica ter já fixado residencia, e que entre os portuguezes corre ter vindo com missão dos Reis de Inglaterra; em 20 de Novembro participa que fôra-lhe recommendado cuidado sobre o disfarce de alguma negociação secreta, não havendo ainda sido tocada a questão dos Bispados portuguezes.

Quando estavam mais accêsas as dissenções entre os personagens do Partido da Regente e os de D. Affonso VI, os retratos de todos os personagens da Côrte representaram-se pelos titulos das Comedias famosas mais conhecidas. Ahi apparece D. Francisco Manuel de Mello, contendo-se toda a sua vida no titulo da Comedia *Lances de amor y fortuna;* e ahi, sob o titulo *La madrasta mas honrada,* vem a allusão da *Condessa viuva de Villa Nova.* Vê-se que a este tempo já estava

---

1 O Cardeal D. Pedro de Aragão não fôra bem informado pela espionagem castelhana, porque o Conde de Villa Nova era já falecido em 1663.

morto o Conde D. Gregorio; ao Conde de Castel Melhor, liga-se o titulo da Comedia famosa *Quien todo lo quier, todo lo pierde,* alludindo á acção forte do seu governo e ás situações violentas com que apressou a sua queda. Da *Rainha que se espera* (a noiva que se negociava para D. Affonso VI), é significativo o titulo *Los Encantos de Medéa*, revelando que se conhecia já as tendencias do casamento na Casa de Saboya, que M.[lle] d'Aumale viria fazer triumphar. *Dos Sebastianistas*, que eram os partidarios do Infante D. Pedro, que o impelliam a apoderar-se do throno do irmão, frisa *Correr para mas fiestas.* De Antonio de Sousa de Macedo, que succedeu no governo do Conde de Castello Melhor, *Otro demonio tenemos,* e para caracterisar a Mesa da Consciencia, *Tarde, mal e nunca. (Monstruosidades do Tempo e da Fortuna,* p. 6.)

Depois da libertação de D. Affonso VI, a Regente sua mãe levou tempo a cumprir a promessa de recolher-se a um convento; fel-o em 17 de Março de 1663 entrando para o Mosteiro de Xabregas das Agostinhas Descalças. Nas negociações do casamento de Affonso VI, dissera D. Luiza antes de largar o governo que o casamento do rei com M.[lle] d'Orleans daria o apoio a Portugal da Alliança franceza. Embaraçado pelas intrigas castelhanas, o Marechal de Turene, que se interessava por Portugal, lembrou-se de M.[lle] de Montpensier, e procurou convencel-a a consorciar-se com o joven rei de Portugal. Ella estava prevenida da instabilidade da

monarchia portugueza e não queria ficar para um canto rainha theatral; e ácerca das circumstancias do noivo, vê-se como lh'o tinham representado, que Turene replicava «que era bem parecido, e seria bem feito de sua pessoa, se não tivesse vindo ao mundo com certa paralysia de um lado do corpo, que não tinha nem bôas nem más inclinações e que tomaria a que ella quizesse...» A reluctancia da Grande Mademoiselle era o effeito da malevolencia da Regente, que em combinação da rainha D. Catherina, de Inglaterra, queria que se tratasse ao mesmo tempo do casamento dos dois irmãos. Parece que obedecendo a este intuito, o Marquez de Sande, recebeu em 13 de Abril de 1663 uma carta do Duque de Guise para que se tratasse do casamento de M.^lle de Nemours. Em 25 de Septembro de 1663 o Conde de Castello Melhor escrevia ao Marquez de Sande com creditos para tratar do casamento do rei com M.^lle de Nemours. E emquanto se tratava d'este enlace, a rainha D. Catherina de Bragança escrevia em 19 e 20 de Fevereiro de 1664 a M.^lle d'Aumale, irmã da Nemours, augurando um casamento auspicioso e de brilhante futuro, que vinha a ser o do Infante D. Pedro. E a rainha D. Catherina não procederia assim sem ter combinado com este irmão, facilitando as trocas de retratos e até as declarações mutuas. Por isso, escreve o historiador *Shaeffer:* «A principio pensou-se em *alliar os os irmãos com as duas irmãs:* o rei com a mais velha, M.^lle de Nemours, e o Infante D. Pedro

com a mais nova, M.[lle] d'Aumale. Este plano foi porém alterado, devendo o rei casar com M.[lle] d'Aumale e o Infante com a filha mais nova do Duque de Bouillon, irmão do Marechal de Turene. Isto resolveu-se *ainda em vida da rainha mãe,* mas esta luctou por todos os meios contra tal plano, vendo que o Infante perdia d'este modo completamente a perspectiva de obter a corôa. Conseguiu ella tambem, já depois do Marquez de Sande ter partido para França a fim de concluir o esponsal dos dois irmãos, que o Infante retirasse o seu consentimento, não se deixando o Infante D. Pedro levar nem por admoestações do ministro e proprios camaristas, nem pelas ameaças de seu irmão a cumprir a palavra.» *(Hist. de Port.,* IV, p. 457.) Como se deu esta transmutação da scena epithalamica, é o que Shaeffer não aponta, mas que é essencial para o conhecimento da *Catastrophe,* como se chamou á deposição de D. Affonso VI, pelo irmão, que lhe tirou o throno e a mulher.

Pelos documentos extratados pelo Visconde de Santarem, os castelhanos faziam grandes diligencias, ajudados pelo Duque de Lorena, para que M.[lle] de Nemours casasse com o principe Carlos da mesma casa e titulo, sobrinho e herdeiro do duque de Lorena. Declarou-se que o casamento já estava tratado e trocadas promessas, sendo por isso substituida logo M.[lle] de Nemours por sua irmã mais nova M.[lle] d'Aumale para esposa de D. Affonso VI; para o Infante D. Pedro negociou o Marquez de Sande o casamento

com M.lle Febronia de la Tour d'Auvergne, sobrinha do Marechal de Turene, a quem Portugal devia estremados serviços, e filha do Duque de Bouillon. Nas *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna,* lê-se: «que se não déra parte a S. Alteza se não depois de assignado o contracto;» e sabendo o Infante «de como estava casado, estranhou a novidade e reprehendeu o atrevimento, abominou a desigualdade, não consentiu no concluido, tão resoluto que nem caricias nem ameaças, com todo o genero de diligencias que se chegaram a fazer o puderam reduzir.» (*Ib.*, p. 5.) Estes extremos em um rapaz de dezoito annos, que tinha em 1666, não eram sómente suscitados pela mãe lá do convento de Xabregas, mas pelas relações amorosas motivadas pelas promessas da rainha de Inglaterra sua irmã. A rainha D. Luiza morreu em 28 de Fevereiro de 1666, sem chegar a vêr o quadro deploravel da conspiração que trabalhava para derrubar o grande ministro o Conde de Castello Melhor, servindo-se da paixão amorosa de D. Pedro, feito um novo objectivo de esperanças sebasticas, o *Encuberto,* que tanto patrocinava o P.e Antonio Vieira, por conta da Companhia de Jesus, que o ameaçava ostensivamente de expulsão.

Terminadas as negociações das cinco noivas de D. Affonso VI, recebeu D. Francisco Manuel de Mello carta regia de 12 de Julho de 1664 para retirar-se de Roma. Por circumstancias, como a espectativa de ser recebido pelo Papa, demorou-

se até realisar-se esse successo diplomatico, que tanto incommodava o embaixador castelhano; em 14 de Outubro ainda se achava em Roma, provavelmente terminando a impressão das duas Obras, que formavam parte do plano geral de publicação dos seus livros: *Obras morales,* dedicadas á rainha Catherina, rainha de Gran-Bretanha, e as *Cartas familiares,* [1] dedicadas á Aca-

---

1 Na carta-prefacio da Primeira Centuria de suas *Cartas familiares,* declara D. Francisco Manuel de Mello: «só nos primeiros seis annos da minha prizão (1650) escrevi vinte e duas mil e seiscentas cartas. E que fôra hoje (1664), sendo *doze os de prezo,* (1654) *seis os de desterros* (1660) e muitos o de desditoso?» E das centurias das Cartas diz: «as mais foram escriptas com sangue, enxutas com lagrimas, dobradas com singeleza, selladas pela desgraça, levadas pela mofina. Só se deleitará de as lêr a fortuna, que as fez ditar, como quem n'ella está vendo o dibuxo das façanhas da sua sem rasão. Em os assumptos ha pouca variedade, porque sempre o humor da Sorte estava fixo na melancholia. — Postoque scintila o queixume, apesar da modestia, que procura embaraçal-o e desmentil-o, mas a dôr é tão atrevida, como quem nunca lhe falta coração, de avezado a viver n'elle.»

Emquanto D. Francisco Manuel de Mello esteve em Roma preparou o volume das suas *Cartas familiares,* ahi impressas em 1664. Lê-se no prologo Aos Discretos: «Escreveu-as peregrinando pelo mundo, e despois entre as maiores tribulações, *prezo em uma Torre, falto de saude, sem gosto, sem liberdade, deixado dos parentes, desamparado de amigos:* d'esses quero dizer, que retinham o nome, não o officio, porque deixaram de o ser quando era necessario o fazer mais. — Estas Cartas mais parecem de quem vive entre delicias de um socegado retiro, do que quem lida com os cuidados de uma prizão penosa. Quem assi não cede ás desgraças, digno era de grandes felicidades. Queixa-se algumas vezes da sua fortuna, mais para se mostrar sensivel, que para mostrar-se quei-

demia dos Generosos. No empenho de realisar este pensamento nos apparece em 2 de Maio de 1665 na cidade de Leão de França, subscrevendo a protestação de Fé no fim das *Obras metricas.* Regressa a Lisboa para dar conta da sua missão diplomatica, e quando tratava de coordenar o volume das *Obras historicas* e organisar os seus trabalhos ineditos é desviado para as funcções politicas e administrativas, nomeado deputado da Junta dos Tres Estados, pelo que o Marquez de Sande, que tanto o considerara no perfeito desempenho das Instrucções de que o encarregou, o felicitava por carta de 31 de Março de 1666.

No Soneto VII da *Lira de Clio,* increpando a Fortuna, faz o quadro das suas largas peregrinações, terminado pelo presentimento da paragem:

Sacasteme del *Tajo,* y al quieto
  Arunque me arrojaste con porfia,
  Pero, presto al *Mondego* y al *Liz* me embia
  Tu locura, vestida de preceto.

Apenas con mis males quiero estarme,
  Quando al elado *Tamasis* me buelves,
  Y oy mandas venga al *Sena,* por buscarme.

Di, que traças? que piensas? que rebuelves?
  Si tengo de ir al *Tibre* para hallarme?
  O adonde de perderme te resuelves?

---

xoso. — Das queixas val tanto com pedir o remedio para o de que se queixa. De elle creio, nos pede a compaixão, como quem sabe, que para males de tantos annos, não pode haver outro remedio.»

Quando D. Francisco Manuel se achava com a existencia tranquilla, altamente considerado entre os sabios e côrtes estrangeiras e acatado na sua patria, tendo o seu filho um adolescente gentil, parecia que lhe estava reservada a *verte vieillesse,* esse sereno outono da vida. Como explicar o seu falecimento com 58 annos de edade, em 13 de Outubro de 1666? Dera, dois annos antes, uma terrivel queda, quando de Paris se dirigia a Lyon; refere o accidente grave na Epistola a Francisco Corrêa de Lacerda:

> Puedo decir que buelo y no camino,
> *mas del buelo se cae,* y assi succede
> *de un postillon el ciego desatino.*
>
> *Mi sangre lo pagó, y mientras puede*
> *a callarse el dolor, es ya forçoso*
> *que poco tiempo a restaurarme quede.*

Na agitação em que andava envolvido na complicada missão de Inglaterra, França, Parma e Roma, a excitação nervosa não lhe deixou sentir logo os effeitos physicos da violenta queda, em que ficou ferido. O descanso na sua *quintinha de Alcantara* veiu-lhe fazer pelo aggravo da edade sentir a sua pouca resistencia no meio da odiosa cabala formada para expulsar do poder o Conde de Castello Melhor, recorrendo até ao assassinato por mão do Infante; assim fez testamento, mas já sem tempo para legitimar seu filho Jorge, confiando a execução da sua ultima vontade ao antigo e sempre dedicado procurador

Antonio Varella, que realisou essa legitimação em 11 de Agosto de 1668. [1]

A queda do Conde de Castello Melhor do seu fecundo governo de 1666 e o principio do governo de D. Pedro II com o titulo do Regente, teve um facto analogo com o abandono do poder do Conde de Clarendon, não podendo supportar as tropelias de Carlos II, entregando o governo a uma cabala de devassos com quem convivia. N'esta dissolução das côrtes portugueza e ingleza, pôde D. Francisco Manuel de Mello prevêr as calamidades, que desabavam sobre a sua patria e sobre esse amigo, o ministro que melhor a servia. [2]

---

1 Tendo publicado em 1647 *El Mayor Pequeno* "Offerecida a la Venerable Provincia de la Arrabida," quiz D. Francisco Manuel de Mello ser sepultado no conventiculo dos franciscanos arrabidos de S. José de Ribamar.

2 Da queda do ministro Castello Melhor escreveu Fernando Palha na sua monographia: "Uma princeza ambiciosa, um principe ingovernado, e violento, cortezãos devassos, padres sem escrupulos, e a par d'estes, generaes victoriosos e homens de estado de um certo valor, conluiados em si não hesitaram em lançar mão contra elle das armas mais vís, das mais obscuras tramas, não hesitaram em sacrificar a prosperidade da patria á satisfação da desenfreada ambição. Da calumnia, da credulidade popular, das paixões torpes dos principes, de tudo se serviram para o derrubar, para vencer os obstaculos que se antepunham entre elles e o poder. Conseguiram-n'o e o conde, quando começou a jornada, que o conduziu a um desterro de dezoito annos..." *(O Conde de Castel Melhor* no exilio, p. 14. Lisboa, 1883.)

"Quando o Conde começou a governar, a Hespanha, em paz com as demais potencias, tinha encaminhado um

O casamento de M.[lle] d'Aumale com D. Affonso VI, fôra decidido por Luiz XIV para firmar a influencia franceza em Portugal, tratando-se logo de desfazer a negociação da Paz entre Castella e Portugal por mediação da Inglaterra, estabelecendo um tratado de Liga de Portugal e França contra a Hespanha. O contrato do casamento de M.[lle] d'Aumale foi celebrado em 24 de Fevereiro de 1666 com D. Affonso VI, e sabendo-se os amores do Infante, já se procurava obter d'elle a promessa da approvação e

---

poderoso exercito para a fronteira portugueza, com a fortuna de D. João de Austria a commandal-o, e parecia resolvida a empregar os meios necessarios para acabar victoriosamente a guerra.

"O Conde de Castel-Melhor não se acobardou; creou recursos, dobrou o effectivo das tropas, poz no commando d'ellas os mais dignos; fez mais, conciliou-os entre si e olhando para mais longe, começou em França a especular com o desejo evidente, que lá havia, de vêr fraca a Hespanha. Menos de um anno depois, a *batalha do Ameixial* vinha rescompensal-o d'estes esforços. — Continuou na mesma politica e em 1665, dois annos, *Montes Claros* punha de facto termo a guerra.

"Começa então a negociar, não como vencido mas como vencedor, e como, apesar da intervenção ingleza, a Hespanha não se resignasse a aceitar as consequencias das suas derrotas, e recusasse assignar a paz com as condições que elle lhe queria impor, lançou-se nos braços da França, e a 31 de Março de 1667, firmava a liga defensiva com aquella potencia, coroando assim o edificio da sua politica. Se tivesse continuado no governo, teria por certo no meio d'esta alliança, obtido uma paz gloriosa em vez de se contentar com o tratado apenas honroso, que os seus successores assignaram." (F. Palha, *O Conde de Castel Melhor*, p. 13.)

cumprimento do tratado antes da abdicação do rei outo mezes, exercendo a rainha para o effeito o seu *encanto* sobre o cunhado. Quando a rainha chegou ao Tejo em 9 de Agosto de 1666, D. Affonso VI foi buscal-a a bordo, vindo com ella na mesma carruagem e o Infante. Na presença um do outro, começam as crises da tristeza, procurando o Infante afastar-se da côrte, pretextando doenças, *amore langueo;* a rainha executa a sério o papel de que a encarregaram, tomar parte em todos os negocios de Portugal, diminuir a influencia do Conde de Castel Melhor, dirigida pelo astuto embaixador Saint Romain, aconselhada pelo seu confessor P.^e^ de Viles, pelo jesuita P.^e^ Verjus, ensaiada pelo seu secretario, e tendo todo o apoio do Marechal Schomberg, commandante das tropas de Portugal. A pureza de Luiza Maria Francisca Elisabeth de Saboya preconisada pelo jesuita padre Orleans, o seu talento revelado em elegias enternecedoras e um tino pratico de uma vasta correspondencia politica, justificam todos os conflictos que se produziram logo que tomou parte nos conselhos de estado.

A joven Rainha de Portugal M.^lle^ d'Aumale veiu acompanhada de um sequito, que constituiu uma camarilha de intrigantes, visando a cimentarem a politica franceza e dirigirem a sua real pupilla entre os dois partidos, do ministro Conde de Castel Melhor e o do Infante D. Pedro. Acompanhou-a o bispo de Laon, que veiu a ser Cardeal d'Estrées, com os padres Verjus e Viles,

rônha jesuitica que trazia o seu plano, bem desempenhado por M.[lle] d'Aumale com toda a insensibilidade moral. Acompanhava-a Saint Romain, ministro de França em Portugal, por meio do qual a rainha sustentava uma importante correspondencia com Luiz XIV; trazia o seu medico Joelin, o seu secretario particular, damas de honor como Victoria de Cardillac e mais duas que mereceram referencia de Hamilton. O sequito sabia para o que vinha, e n'elle tencionara incorporar-se a viuva Scarron, que a fortuna empurrou para os braços de Luiz XIV, feita esposa morganatica do rei com o nome de M.[me] de Maintenon. *Lisboa era muito longe,* deu ella por excusa; e a ingenua M.[lle] d'Aumale com os seus directores espirituaes não carecia de tão eximia mestra. O embaixador de França, escrevia em Fevereiro de 1666, encarecendo o respeito e estima com que era tratada: «*mas o futuro ser-lhe-ha ainda mais importante;* ella precisa sobretudo n'estes começos dos bons officios do Conde junto do Rei.» Estava já alvejado o grande ministro Conde de Castello Melhor; D. Affonso VI, com os seus vinte e trez annos, era facil de empolgar pela galante franceza, pelo que o P.[e] Verjus escrevia a Colbert em 9 de Agosto de 1666: «O rei passa todas as tardes no quarto da rainha, e não pode estar sem a vêr. Tem com ella *complacencias que só se tem com pessoas que se amam muito*... e isto tem apparencia de durar, pois que do seu lado, *a rainha enternecida* pelos cuidados e affecto do rei, *correspon-*

de-lhe com egual complacencia. Aquelles que melhor a conhecem, estão persuadidos que ella *tem já muito ascendente sobre o seu espirito, e que d'aqui por diante terá mais...»* A lenda que se propagara da impotencia era contradictada pelos factos; por que com toda a ladinice jesuitica a rainha simulava uma gravidez, para manter a sympathica benevolencia de D. Affonso VI, emquanto o Infante D. Pedro creava situações conflictuosas com o ministro Castello Melhor, e ella com o secretario de estado Sousa de Macedo. Na obra escandalosa *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, Diario dos successos da côrte de 1662 a 1680, attribuido ao frade benedictino Fr. Alexandre da Paixão, vê-se este combate travado contra o Conde de Castello Melhor, pelo partido que para apear o prestantissimo ministro, queria pôr no throno o Infante D. Pedro, mais novo que o irmão cinco annos. A camarilha jesuitica empurrava esse tresloucado de dezouto annos, lembrando-lhe que quando M.^lle^ de Nemours era noiva de D. Affonso VI, sua irmã D. Catherina, rainha de Inglaterra, entrara na negociação do casamento d'elle Infante com M.^lle^ d'Aumale. As queixas contra Castello Melhor versavam sobre não lhe ter posto casa do Infantado com grandeza, e depois de affectar doença conservando-se em Queluz homisiado da côrte, chegou a ameaçar o Rei, que abandonaria Portugal, indo militar em exercitos estrangeiros. O Infante visitava particularmente a rainha, tão nova como elle, lembrando-se talvez das cartas

que trocaram no pouco tempo em que fôram officialmente noivos; M.[lle] d'Aumale era muito dada a epistolographia, tendencia de que se serviu na sua politica embrulhada. N'este desencadear de paixões, com o relêvo da sexualidade, entre os dois, o Infante D. Pedro delibera matar o Conde de Castello Melhor em qualquer parte que se lhe offerecer, (*Monstruosidades*, p. 11.) no natal de 1666. Não o favorecendo a occasião, o Infante é compellido a ir impôr-se ao rei para que expulse do governo e de Portugal Castello Melhor. A antipathia da esposa é manifestada no afastamento mutuo; começou ella a accusar «*un mari de ne l'être point.*» Ante a exigencia do atiçado Infante D. Pedro, o apoquentado rei mandou chamar o Conde de Castello Melhor, como narram as *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna:* «o mandou chamar uma quinta feira á noite, em 9 de Septembro de 1667, e lhe disse que sentia não lhe poder valer, porque ainda que desejara não podia só, tendo contra si a nobreza e o povo: que se ausentasse para uma jornada fóra da côrte...; (p. 15) despedido del rei se partiu no sabbado pelas duas depois da meia noite. — Na segunda foi o Infante ao paço para beijar a mão a S. M.... foi beijar a mão da Rainha, que o *recebeu com agasalho* e affabilidade a um tal defensor.»

Em 21 de Novembro «estava a Rainha disposta — a pôr em execução... o que havia muitos dias determinara e se dizia pela côrte, que era *annullar o casamento, invalido pelo impotencia do*

rei.» (p. 22.) O Infante D. Pedro convoca a seu arbitrio todos os conselheiros de estado para se acharem no paço, deliberando com espanto do rei a convocação de côrtes; a rainha recolhe-se ao convento da Esperança, requerendo ao Patriarcha a anullação do seu casamento com D. Affonso VI, e na reunião das côrtes fazem-no assignar a sua abdicação no irmão, que desde logo o detem, e encarcera. O processo canonico e juridico decorreu apressadamente, «annullando o casamento pelo *impedimento* que fica em termos de certeza, *ao menos moral.*» Na pressa de realisar o casamento com a cunhada, D. Pedro justificava-se com «a impossibilidade do reino para restituir o dote á Rainha era a total causa que o obrigava a sujeitar-se a semelhante matrimonio.» *(Monstr.*, p. 42.) A rainha sahiu da Esperança «acompanhada de muitas senhoras, e rompendo por grande multidão de povo, que havia concorrido a vêr com os olhos o que por estranho não podia crêr proposto pelos ouvidos, e se fôram aposentar na quinta que os Reis tem em Alcantara, *sem se ouvir um viva de todo aquelle povo, tão pasmado ou doido o tinha a novidade do caso.*» *(Monst.*, p. 43.)

Nas poesias satiricas do tempo encontram-se estrophes, que são como marcas de fogo que nos dão a vibração moral que as inspirava:

> Enfermo de mal francez
> Ha annos está Portugal;
> E não sara d'este mal,
> Porque o curam ao revés...

De uma rainha franceza
Que aqui veiu a Portugal,
Se pegou tão grande mal
N'esta Nação portugueza;
Penetrou mais na nobreza
Este pestifero humor,
Já não ha grande senhor
Que este veneno escondido
Lhe não tenha corrompido
De seu peito o interior.
....

Levanta-te, reino, logo
D'esta misera piscina,
Arranca a espada fina
E põe tudo a ferro e fogo.
Não te abrande algum rogo
D'estes infames traidores
Que querem com vis horrores
Por modo ou por interesse
Deixar o amor portuguez
Pelos francezes amores.
....

Da Casa de Austria e solar
Tomou posse a de Bourbon,
E pretende a este som
Em a de Bragança entrar.
Eia, pois, filhos, armar
Contra esta traça franceza,
E com formosa crueza
Sustentemos sempre a lei
Que deve á patria e ao rei
Esta nação portugueza. 1

Na dedicatoria das segundas Tres *Musas de Melodias* synthetisa D. Francisco Manuel de Mello todos os seus trabalhos litterarios em «um grande desejo de resuscitar o grave estylo de

---

1 São doze decimas, publicadas pela primeira vez por Francisque Michel, *Les Français en Portugal*, p. 243.

nossos passados.» A sua laboriosidade litteraria, com que se defendia contra o horror da solidão de prezidiario e da oppressão moral das calumnias e do arbitrio coroado, realisou o aperfeiçoamento, vencendo o contagio dos arrebiques culteranistas, e conscientemente declara: «Sempre escrevo, mas como risco em uma hora o que em muitos dias debuxo, luz pouco a obra.» (*Cartas*, p. 107.) Levou para o desterro perpetuo no Brasil os seus manuscriptos, planos e esboços, tentando no *Hospital das Letras* o inventario bibliographico dos seus trabalhos ineditos. Refugiava-se no labyrinto dos seus papeis, para anesthesiar-se da angustia do degredo em outros degredos. Traçou o plano geral das suas obras na intitulada *Obras morales*, e apenas realisando a publicação com as *Cartas familiares* e as *Obras metricas*, interrompidas pelo seu regresso a Portugal por ter terminado a difficil missão diplomatica. Como prosador, equilibra-se na galanteria de uma aristocratica cultura com as fulgurações dos soffrimentos e amarguras que nunca o deprimem, e como temperado nos combates, sem alarde de stoicismos. Com um caracter definido, uma imaginação pittoresca, animado por uma reacção emotiva, exprimindo ideias proprias, sempre verdadeiro e natural, verifica-se n'este prosador a observação de Buffon: *o estylo é o homem*. E como sobrevive a sua individualidade moral e historica, tambem a sua prosa, apesar de três seculos que passaram é ainda actual. Como poeta, vae mais alto, pela delicadeza e intensidade do

sentimento, velando o mysterio da psychose que o inspirou. Eleva-se á craveira dos grandes *quoniam dilexit multum.*

Manuel de Faria e Sousa

A desgraçada epoca em que nasceu e o meio social em que viveu actuaram no seu talento, impondo-lhe a feição de mediocridade, tendo aliás faculdades distinctas e sentimentos generosos que o tornariam creador de uma individualidade dominante. Camillo ataca-o ferinamente pelas suas compilações historicas, e Storck pulverisa-o pelo criterio com que compilou e commentou as obras de Camões accusando-o de falsario; mas todos estes rigorismos provêm do desconhecimento dos dados biographicos. Por elles vemos que era uma verdadeira organisação poetica, inspirada por um profundo amor, e no pouco que escreveu em lingua portugueza pode hombrear com os bons lyricos camonianos; por desgraça, pelos accidentes da sua vida teve de escrever em castelhano, e essa lingua pomposa e emphatica banalisou todos os seus pensamentos, dando aos sentimentos o tom falso das imagens convencionaes dos conceitos que desnaturam a verdade da expressão. Pelo espirito do imperialismo iberico, realisado pela Casa de Austria, a lingua castelhana perdeu a sua bella energia mascula, para se tornar voz de commando, de entono conselheiral, de auctoridade academica, e de rhetorica tribunicia. E d'este mal enfermou a litteratura hespanhola,

desde que sob a unidade castelhana, o genio catalão, aragonez, andaluz e gallaico tiveram de exprimir-se subservientemente no idioma official. O poeta e escriptor Manuel de Faria e Sousa põe em evidencia como o genio luso se deformava sob o *castelhanismo*. É um aspecto interessante da sua biographia.

Nasceu em 1590, em 18 de Março no Souto de Pombeiro, parochia do Mosteiro Benedictino de Refoios, em uma quinta paterna denominada a Caravella, no lindo valle regado pelo Visella. Diz o poeta, na sua Egloga x: «Souto fué aquel sitio de mi nacimiento, entre la region de Entre Douro e Minho.» E commentando as suas Eglogas VII e VIII: «A la parte del oriente de la comarca de Entre Douro e Minho, se levanta una montanha que corresponde al centro de la mesma comarca, el qual es el sitio de mi nacimiento.» Foram seus paes Amador Peres d'Eiró, fidalgo da casa real, segundo Moreno Porcel, e Luisa de Faria, filha d'aquelle Estacio de Faria, celebrado em um Soneto de Camões por tambem usar simultaneamente ora a penna ora a espada. [1] Desde criança ouviu Faria e Sousa na

---

1 D. Francisco Moreno Porcel, no Retrato de Manuel de Faria e Sousa, § 7, falla assim de Estacio de Faria: «Esse su abuelo servio al Rey en la milicia y despues en officio de los primeros d'hazienda en el Brazil y compuzo varias *obras poeticas* com acierto. Algunas se ponian en diversos manuscritos por de Luis de Camões. Tan felis fue en ellos. Bien se infiere de'aqui quanto obrava en la poetica quien a tan grande hombre se parecia tanto.»

tradição domestica estas gloriosas recordações:

«Al tiempo que empecé a estudiar, que fué a los años de 1600, è los onze de mi edad, me cogió este libro un mozo que luego se fué a estudiar a Coimbra, aonde entonces florecia Francisco Rodrigues Lobo.» Referia-se Faria e Sousa a uma collecção de prosa e versos, que passadas algumas dezenas de annos, sob a vesania camoniana, imaginou achar plagiados na *Primavera*. O que o facto manifesta é que nos seus onze annos, já nos estudos que seguia em Braga se distinguia por habilidade caligraphica, desenhando e compilando cousas litterarias. É provavel que frequentasse alguma disciplina especial no mosteiro de Refoios, por ter chegado essa tradição até ao tempo em que o bispo do Gram Pará fôra alumno d'aquelle Cenobio. Aos dez annos Faria e Sousa fazia-se notar pela grande habilidade caligraphica e tendencias para o desenho; isto fazia presagiar-lhe um logar de secretario junto de qualquer prelado ou personagem diplomatico. Dos traslados das boas letras, foi passando para a imitação da poesia, metrificando nos generos italiano-hispanos. A prosa era tambem cultivada em esboços novellescos imitando o *Palmeirim*. Entrava nos seus quatorze annos, e a sua musa tornara-se uma realidade; começou a amar uma menina, D. Catherina Machado, filha do Contador-mór da Chancellaria do Porto, Pedro Machado e de sua mulher D. Catherina Lopes Herrera. Nos versos em que a celebrava com o nome de Candida, adoptara para si o de

Menalio. Na Egloga I, intitulada *Valdemouros,* justifica:

> ....o nome tinha
> que parece tomado da brancura
> com que segundo a muitos olhos vinha,
> nas mãos, no peito, e colo e frente pura.

No fim da Egloga explica o titulo de *Valdemouros,* «é uma villa que fica á mão esquerda do Visela, no que corre por meio de Entre Douro e Minho e ali vivia então *Albania.*» Tornou-se este nome a forma poetica com que em todas as composições da *Fuente de Agaripe* celebrou a sua namorada e esposa D. Catherina Machado. No preambulo declara:

«Ya escribi muchas Eglogas; ...Los successos dellas todos son verdaderos, asi que exornados con invenciones poeticas. Los nombres que dey a los Interlocutores son acomodados a los de las Personas que alli se representan e algunos vienen a ser anagramas dellos, á casi que es lo que usaron algunos maestros. — *Albania,* que por la maior parte es la heroina en todos mis poemas, tambien en algunas vezes va con otros nombres, como hizo el Camões antes...» A fama do seu talento chegou aos ouvidos do opulento e bondoso Bispo do Porto D. Fr. Gonçalo de Moraes, que o recebeu com intuito de protegel-o para seu segundo secretario, principalmente pela sua bella caligraphia. Querendo abrilhantar-lhe o futuro, o bispo julgou attrahil-o para a vida ecclesiastica. Por 1612 torna-se conhecida a sua inclinação para *Albania,* e em vez de entregar-se

ao estudo das Sacras paginas, a predilecção pela mythologia hellenica leva-o a iniciar em 1613 os estudos para o Commentario dos *Lusiadas,* que se tornou o pensamento em que veiu a consumir vinte e cinco annos de sua vida.

O bispo D. Fr. Gonçalo de Moraes era implacavel em questão de mulheres, ao ponto de não admittir a entrada de nenhuma no paço episcopal, e a ter de dar qualquer resposta verbal a alguma dama era no claustro da Sé que o fazia acolytado. A desavença com o Bispo e *Menalio* foi motivada pela resolução de casar-se o esperançoso secretario; perdeu Faria e Sousa o rendoso emprego em 1614, realisando, com desgosto do prelado, o casamento com D. Catherina Machado. Sem recursos para sustentar o casal, Faria e Sousa viveu no Porto até 1618, em que se recolheu ao lar paterno na quinta da Caravella no Souto do Pombeiro.

Parece referirem-se a esta crise angustiosa o Terceto III *(Fuente de Agaripe,* P. II):

Se com vêr-vos *perdi o bello emprêgo,*
    Desculpa poderosa hey conseguido,
    Porque só pude errar depois de cego.
Mas se um perdido bem é mais querido
    Para com mais firmeza pretender-vos,
    Fostes formosa luz, meu bem perdido.
Agora, pois, que chego a conhecer-vos,
    Não quero mais de amor, que esta ventura;
    Mas que posso eu querer mais que querer-vos?
Farey por merecer essa luz pura,
    Que seja para mim felice sorte;
    Mas, quem merece tanta formosura?

De meus cuidados sois famoso norte,
Por vós, a morte vida me é notoria;
Mas, quem na vida tem tão doce morte?

Os tercetos continuam-se sempre em graciosas antitheses, imitados de uma forma camoniana, a que Faria e Sousa deu um grande relêvo. Como os erros de amor são faceis de perdoar, o sobrinho do Bispo do Porto Pedro Alvares Pereira, Senhor de Sertan e designado Conde de Muge, tendo de partir em Março de 1619 para Madrid para o Conselho de estado de Philippe III, convidou Manuel de Faria e Sousa para o acompanhar como seu secretario. Não podia encontrar quem melhor exercesse tal cargo.

Realisava-se n'este anno a promettida viagem de Philippe III a Portugal, tendo de acompanhal-o a Lisboa com a regia comitiva Pedro Alvares Pereira. Era uma bella occasião para Manuel de Faria e Sousa vêr Lisboa e obter noticias tradicionaes para entretecer a vida de Camões. Inesperadamente falece o seu patrono. vendo-se Faria e Sousa forçado a regressar immediatamente a Madrid.

Quando a vida lhe sorria agora, e floria a próle feliz, veiu a morte e arrebatou-lhe Pedro Alvares Pereira. Já bem relacionado com Lope de Vega e outros homens de letras, foi nomeado Secretario do Conselho de Portugal, trabalhando junto de Francisco de Lucena, ao qual dedicou em 1623 o seu primeiro livro impresso, as *Noches claras*, referindo-se lisongeiramente a seu pae Affonso de Lucena. Acompanha este livro

em insulsa prosa castelhana uma decima encomiastica de Lope de Vega *al Autor:*

> Peregrina erudicion
> De varias flores vestida,
> Enseñança entretenida
> Y sabrosa correccion;
> Fuerças del ingenio son,
> Dolce pluma y docta mano
> De un Filosofo cristiano,
> Sosa, de las letras sol,
> Demosthenes español,
> Y Seneca lusitano.

E como não bastasse esta glorificação, dedicou-lhe na Parte Vinte das suas Comedias uma d'ellas. Mas, como observa Ticknor, «é tão pedantesca e pezada, como todas as obras d'este erudito portuguez, que não publicou a segunda parte que promettera.» (*Hist. lit. esp.*, III, 427.) Essa segunda parte, licenciada pela Censura, tinha por titulo *Divinas y humanas flores.* Por certo, esses versos fôram distribuidos pela collecção da *Fuente de Agaripe* (impressa de 1624 a 1646.) Em um dos Dialogos das *Noches claras* discute as Academias, que estavam em moda, onde quizeram vêr certo despeito contra a Academia de Medraño, aonde o não admittiram. Estavam accesas as dissidencias das escholas poeticas; allude a ellas Antonio Lopez de Vega, poeta portuguez residente em Madrid: «Mas en esta guerra civil entre el antiguo e el moderno, procuré no fazerme parcial en mis escritos, conformandome con ambos i siguiendo una mediania, segura en todo.» (*Lirica Poesia*, 1620.) A necessidade de

escrever os versos em castelhano, para poder imprimil-os, obrigou-o tambem a converter um Poema em 16 Cantos sobre as *Vidas dos Reis portuguezes,* em prosa narrativa do *Epitome das Historias portuguezas,* que publicou em Madrid em 1628.

D'esta obra falla constantemente Camillo, em uma summarissima biographia de Manuel de Faria e Sousa compendiada de Moreno Porcel, sem attender que em 1628 nenhuns signaes existiam de resistencia nacional contra o jugo castelhano. Tudo parecia conformado com o imperialismo da Casa de Austria; D Theodosio II ainda confiava nas *esperanças sebasticas,* mandando consultar beatas italianas, e o seu primogenito tinha em volta de si em Villa Viçosa um *partido castelhano.* Que havia escrever Faria e Sousa, em 1628, senão o que ouvia dos testemunhos contemporaneos, que viram a defecção da aristocracia portugueza diante de Philippe II, e mesmo o que elle vira com os seus olhos, em Lisboa no recebimento de Philippe III? Faria e Sousa, secretario do Conselho de Portugal em Madrid, em relações de dependencia intima com D. Manuel de Moura, Marquez de Castello Rodrigo, filho de Christovam de Moura, como podia ter severidades de julgamento historico sobre o modo do estabelecimento do dominio philippino em Portugal? Mais do que a ganancia de obter mercês, era a dependencia de funcionario, o servilismo panegyricante da epoca, a inconsciencia moral, que não deixam resistir ás suggestões dos

que reservadamente o favoreciam, que o levou a transformar o poema de 16 cantos no *Epitome das Historias portuguezas.* Diz Camillo: «Que melhor documento para captar a generosidade do monarcha e bater moeda que o levantasse... Qual meio mais efficaz e operativo que escrever um livro de louvores a Philippe II, e a Christovam de Moura? Um livro em que a legitimidade, a prudencia, a honradez e tolerancia do usurpador realçassem á custa de muito denegrir nos portuguezes rebeldes ao jugo de Castella?» E accusa-o de referir-se assim ás Côrtes de Thomar: «onde já com alegria e applauso o tinham jurado legitimo herdeiro d'aquelles estados.» Se esta degradação ahi se patenteou, para que rojar na lama o pobre compilador do *Epitome* de 1628? Quanto ás mercês que lhe pagaram o *Epitome*, escreve Camillo: «Não é facil determinar a rasão da mesquinharia de Filippe III com um requerente de não vulgar capacidade.» *(Curso de Litt.,* p. 73.) Elle tinha falecido sete annos antes da publicação do *Epitome.* E por fim em nota (p. 302) chega á conclusão: «A primeira vez que vimos bem comprehendido Manuel de Faria e Sousa em poucas linhas, foi em um recente opusculo do Simões Dias, *Lições de Litteratura portugueza,* e diz assim: — «Manuel de Faria e Sousa (1590) que procurou as graças de Filippe II, e para o lisongear escreveu o Epitome das Historias Portuguezas em 1628.» Camillo não reparou na calinada contida n'esse periodo, em que se dá Faria e Sousa, nascido em 1590, outo

annos antes do falecimento de Filippe II, procurando as graças depois de trinta annos de inhumação.

Em 1628, achava-se em Madrid D. Affonso Furtado de Mendonça, Arcebispo de Lisboa e um dos Governadores do Reino de Portugal, e apreciando os conhecimentos de Faria e Sousa, secretario do Conselho, ou para auxilial-o nas suas pesquizas historicas, planeando refundir o *Epitome das Historias* na *Europa Portugueza,* trouxe para Lisboa a Manuel de Faria e Sousa com a sua familia, para aqui estabelecer-se definitivamente, como Secretario do Estado da India. O Marquez de Castello Rodrigo, D. Manuel de Mendonça sabia que Faria e Sousa trabalhava em uma importante obra genealogica, a *Historia de los Marquezes de Castello Rodrigo y de la Familia de Moura,* e para lisongeal-o oppoz-se ao despacho dado pelo Arcebispo, pretextando que esse cargo estava abaixo dos meritos de Faria e Sousa; o Arcebispo propoz nova solução, nomeando-o para Secretario da Camara de Lisboa. O Marquez de Castello Rodrigo reservava-o para ir como secretario da sua Embaixada de Roma. Emquanto permaneceu em Lisboa escreveu a Egloga *Tajo,* em que discretea com Alvaro Ferreira de Vera, sobre a caracteristica da Nobreza de nascimento e da Nobreza de Acções proprias. Na Egloga *Ulyssipo*, revela-nos o intimo desgosto que o inspira; e dá a rasão do titulo de *Ulyssipo*, «por aver sido en Lisboa la muerte de una hija segunda pero la mas querida de sus padres;

su nombre era Ana; sua edad tierna; su belleza mucha. (Esta succedió el año de 1629.)» Cabe aqui a bella referencia á sua consorte, que foi durante trinta e cinco annos o apoio moral da sua existencia de trabalho extenuante, e a providencia domestica dos seus dez filhos; assim na Egloga XI:

> Tu fiel e suave companhia
> Minha, em tanta horrendissima fortuna
> Que de todo refugio me desvia
> Em que nunca alcancei luz oportuna,
> E em que sempre da dôr tive materia,
> Peregrino por uma e outra Hesperia.

Faria e Sousa carecia de remanso para a sua actividade litteraria, e resistia ao convite do Marquez de Castello Rodrigo para o acompanhar a Roma; transigindo pela necessidade, no anno de 1630 foi ao Minho despedir-se de seus velhos paes, e dos sitios que não mais veria. De Lisboa, aonde regressara, dirigiu-se para Madrid, partindo com a Embaixada para Roma em 1631. A côrte de Urbano VIII era um fóco esplendido de toda a erudição; elle proprio, consummado latinista, já depois de eleito papa completou os seus estudos da lingua e litteratura grega, dedicando-se tambem á cultura da lingua hebraica, e compunha poesias em latim, grego e em italiano. O seu bibliothecario Leone Allaccio, grego natural de Chio, a quem o papa Gregorio XV encarregara de recolher a Roma a Livraria de Heidelberg que Maximiliano duque de Baviera tomara na sua invasão do Palatinato em 1622 e a

offerecera ao papa, foi pelo novo pontifice nomeado custodiario da Bibliotheca do Vaticano, pela sua grande erudição. Foi n'este meio que Faria e Sousa, secretario do embaixador Marquez de Castello Rodrigo, appareceu, sendo acolhido na intimidade intellectual de Leone Allaccio, e recebendo-o Urbano VIII e pedindo-lhe com interesse noticias do *Grande Lope de Vega*. O papa tinha mandado o seu camareiro-mór Conde Castel-Vellani cumprimentar o erudito portuguez. Leone Allaccio escrevera então um catalogo de todos os homens celebres que estavam em Roma de 1631 e 1632 com o titulo da *Apes urbanæ* com a nota bibliographica dos seus escriptos; d'aqui a approximação com Faria e Sousa. N'este meio, sentindo-se impellido para os seus estudos, começou a coordenar todas as suas notas colhidas para o *Commentario dos Lusiadas*; e por certo a parte philologica, comprehendendo noticias de mythologia, de referencias de historia classica, e exemplares de boa poesia italiana para a critica comparativa, encontraria seguras indicações nas conversações com Leone Allaccio, que veiu a ser bibliothecario do Vaticano; Faria e Sousa, para corresponder á amabilidade do Papa, offerece um poemeto celebrando-lhe a coroação; colligiu-o na Parte II das suas Rimas. A consideração que lhe prestavam causou certas invejas, e bastavam as suas conversações para o enredarem em qualquer complicação diplomatica; effectivamente sae de Roma para Madrid em 1634, sendo logo prezo á chegada *por inconfidente* em casa de D. Pedro

do Valle de Lacerda;[1] tendo desde 1614 até 1634 exercido a funcção do secretario, redigindo em asiatico estylo centenas de cartas de parabens, de pesames a varias entidades, entendeu pôr termo a esta occupação de *escrever trinta annos em vão.*

---

1 No *Hospital das Letras*, allude D. Francisco Manuel de Mello a este caso de Inconfidencia:

Author: Tambem quem rodêa chega, e ás vezes primeiro que os que atalham. O supplicante é meu grande amigo Manuel de Faria.

Quevedo: Quem lhe fez aggravo a um homem tão modesto e tão sabio?

Bocalino: O mundo todo inteiro, que sempre esteve mal comsigo e com todos, por não errar os inimigos, em cujo trajo ás vezes acommodava os amigos e bemfeitores, *segundo o pavor que se tomou em Roma e Castella de suas intelligencias com o Papa.*

Quevedo: Deixemos perigosas materias de estado, não pertencentes a Coplistas; que por muito menos que isto, me mandou prender o Conde Duque, e teve apertadissimo quatro annos em prizão do Convento de S. Marcos em Leão.

Author: Quasi d'essa maneira procederam os trabalhos ainda mais urgente de Faria.

Bocalino: Não tem que se nos queixar d'esses, pois são de outra jurisdição.

Quevedo: Mais lhe doerá a esse pobre sua pobreza, de que foi observantissimo em todo o estado.

(*Apologos dialogaes*, p. 252 e 254.)

Na Egloga II, a D. Leonor de Sá e Menezes, Condessa de Miranda, escreve no argumento:

Incerto, vago, errante, peregrino
Me traz a fatal Roda
Da Insolente Fortuna
Soberba, inexoravel, importuna.
Por toda Hespanha, por Italia toda.

Esteve tres mezes em carcere, foi-lhe dada a soltura pelo seu honrado procedimento, tendo por homenagem a cidade, concedendo-lhe Philippe IV sessenta ducados por mez, com faculdade de pedir uma mercê. Pretendendo regressar a Portugal, foi-lhe negada essa faculdade, sob pretexto de assim o exigir o real serviço. Madrid era-lhe então um prezidio de homenagem; sentiu-o, quando em 1635 foi detido por ordem de Olivares em uma tentativa de retirada.

Voltou-se para a absorpção do seu Commentario aos *Lusiadas*, ao cuidado dos desenhos de retratos, das gravuras em madeira, do arranjo typographico e por fim esse longo calvario das censuras ecclesiasticas e seculares. E depois de tudo prompto tornou-se-lhe necessario traduzir o Commentario em castelhano, e dedical-o a Philippe IV.

Em Março de 1638 appareceu este trabalho de vinte e cinco annos e á custa de sacrificios pecuniarios e de saude; immediatamente, sem tempo para um cabal conhecimento da obra, D. Agostinho Manuel denuncia os Commentarios dos *Lusiadas* á Inquisição, secundando-o n'esta malvadez o grammatico Manuel Pires de Almeida, ambos levados de resentimentos pessoaes de Manuel de Faria e Sousa, um porque elle lhe notara plagios de Camões nos seus versos, este outro por que o commentador negava os erros que notara nos versos ou phrases de Camões. O effeito da denuncia seria o supprimir o Santo Officio os Commentarios dos *Lusiadas*, ou prohibir a sua

leitura, tornando suspeita a obra, ou mesmo chamar Faria e Sousa ao carcere penitencial. O momento era asado para a denuncia, por que então o *Indice Expurgatorio dos Livros* estava sendo renovado pela Inquisição. Como os theologos hespanhoes não achassem fundamentada a denuncia, os mesquinhos accusadores recorreram á Mesa pequena do Santo Officio em Lisboa, e conseguiram que, sem Faria e Sousa ser ouvido, ordenassem os Padres revedores de livros, fôssem recolhidos os Commentarios por conterem proposições irreligiosas. Era um completo naufragio para a empreza. Valeu-lhe o Capellão-mór D. Alvaro de Castro e mesmo Frei Francisco Brandão, que intervieram, sendo por isso procurado e lido o Commentario com mais interesse. Juromenha publicou algumas cartas de Faria e Sousa a Frei Francisco Brandão, referindo-se a esse exito: «eu mesmo me admiro da acceitação do Commento, e que com esperar que a não tivesse pequena, nunca me passou pelo pensamento que fôsse tanta;...» (Madrid, 26 de Julho de 1639.) E agradecendo ao chronista o animo em que está da defeza do Commento, diz que o merece «em referencia ao *altissimo poeta*... E inimigos meus, que aqui o accusavam antes de o lêr, o tiveram por maravilhoso depois de lido. — A mim até agora não me passou pelo pensamento responder a cousa que se me diga sobre isto: por que, depois de farto de fallar, me metto em casa: Vê, ouve e cala, viverás vida folgada. — e entretanto me chucho o melsinho de vêr andar a rodopio

tantas cartas de tontos em toda a Hespanha, só de desatinados com o Commento, que, se elles não fôram tontos, houveram de calar só por não gloriar-me.» *(Ib.*, 24 de agosto, 1639.) Em 1640, com data de 12 de Novembro, (da ultima censura ecclesiastica) publicou Faria e Sousa uma apologia, *Informacion* sobre a odiosa denuncia. Poucos dias faltavam para dar-se esse acontecimento, cujo impulso moral derivava do sentimento nacional redivivo nos *Lusiadas*.

No *Hospital das Letras* D. Francisco Manuel de Mello allude pittorescamente a esta polemica:

«*Quevedo:* Vozes sôam de grande afflicção, mas, se me não engana o ecco, portuguezas parecem.

Bocalino: Pelo menos não são italianas nem francezas. —

Lipsio: Quem?

Author: É o pobre Luiz de Camões, que está alli lançado a um canto, sem que todos os seus Cantos tão nobremente cantados lhe negociassem melhor jazigo!

Bocalino: De que se queixa o famoso poeta portuguez?

Quevedo: De nós todos se poderá queixar: por que sendo honra e gloria de Hespanha, tão mal tornamos por elle, que se são poucos os que o lêem, são menos os que o entendem.

Bocalino: Cuidei que se queixava de quatro traducções e dous Commentadores que o têm posto na espinha.

....

Lipsio: E os Commentos?

Author: São dous, e nenhum santo; de Manuel Correia o primeiro e de Manuel de Faria o segundo.

Lipsio: E que taes?

Author: Um, breve e reprehensivel; e outro dizem que reprehensivel e longo, mas eu sou tão amigo de quem os fez, que ainda me parece breve, não o sendo o trabalho do seu author, que por mais de vinte annos estudou esse livro.

Lipsio: Negocios grandes, antes se offendem que lisonjeiam da brevidade; esses livros que tratam immensas materias, têm por qualidade principal serem diffusos;...»

«*Quevedo:* Direi o que vi do Commento de Faria; que sobre ser eruditissimo, affectou excessivamente a prova de algumas opiniões improvaveis, que o fizeram resvalar a perigoso, como de muitos varões doutos e pios foi julgado.

Author: Ha mais certos Commentos manuscritos...

Bocalino: Todos portuguezes?

Author: Todos; porque se o melhor remendo é o do panno proprio, a peior bainha é a do mesmo páo. O abbade João Soares de Brito e o sacristão Manuel Pires levantaram sobre o triste Camões novo Aqui-del-rei, com uma Apologia e uma Defensa, que Deus lhes perdôe. Fóra outras demandas e respostas ou libellos e contrariedades que sobre o seu Commento se puzeram, D. Agostinho Manuel e o mesmo Commentador Manuel de Faria e Sousa.» (*Apologo Dial.*, p. 302 a 307.)

Pela Revolução de 1640 foi prohibida a saída de Hespanha a todos os portuguezes, contra os quaes se estabeleceu uma terrivel espionagem. Ignorando este facto, Camillo, increpou injustante: «Restaurado o throno portuguez em 1640, Faria e Sousa continuou a residir em Madrid. Se o desejo de se vêr com portuguezes restaurados era energico, 'certo que não foi tanto que o impellisse como a D. Francisco Manuel de Mello.» (*Curso*, p. 78.) Só militares conseguiram saír de Hespanha, requerendo para servir em Italia ou em Flandres, desertando d'ahi para Inglaterra, d'onde regressavam a Portugal. Era impossivel ao pobre Faria e Sousa este audaz estrategema.

Pela Revolução de Portugal a curiosidade publica desviou-se do Commentario dos *Lusiadas*, e Faria e Sousa achou-se com sua familia em grande falencia de recursos. Não era favoravel a sazão aos poetas, que enxameavam em uma inconsciente mediocridade: D. Francisco Manuel por isso explica a situação dos pedintes, pondo nos labios de *Bocalino:* «Essa é já manha velha dos Poetas mendicantes, entre os quaes Manuel de Faria e Sousa poderia bem ser Reitor. — Ora, galantes homens são os Poetas! Todos vereis queixar da malicia dos tempos e da avareza dos Principes: eu provo, que nunca os tempos fôram menos maliciosos, nem os Principes menos avaros: se não, dizei-me, como podem os tempos deixar de ser muito bem inclinados, se elles soffrem tal quantidade de desvarios, como no mun-

do correm com o nome de Poesia! E como deixariam os Principes de ser agora mais liberaes, se os Poetas são tantos, que não ha monarcha no mundo que tenha hoje para poder dar um almoço cada anno aos Poetas da sua freguezia! — mas hoje, que se commutaram a Poetas as sete pragas do Egypto, quem quereis vós que os farte, quanto mais quem os esqueça!» (*Apol. Dial.*, p. 354.)

Na sua angustiosa situação, o Marquez de Montebello, Felix Machado Castro e Silva, escriptor genealogista e fidalgo do Minho, que residia em Madrid, accolheu no seu opulento palacio a Manuel de Faria e Sousa e sua familia, em 1643. Procedeu como um verdadeiro Senhor de Entre Homem e Cavado, dos Solares de Castro, de Vasconcellos e da Commenda de Couceiro na Ordem de Christo. Faria e Sousa tinha-o celebrado na sua Egloga IV intitulada *Araduca* (a antiga Guimarães), e na Egloga III, celebrara a Marqueza de Montebello D. Violante de Orozco, terminando um Soneto fechado pela graciosidade camoniana:

> Que a Lusitana Lyra sonorosa
> Por ti só disse, que o Amor queria
> *Viola antes* que lirio, nem que rosa.

Uma filha de Faria e Sousa era admirada em Madrid como eximia cantora, D. Luisa de Faria, e esmaltava os salões dos Marquezes de Montebello; o proprio poeta chegou a compôr duas Eglogas na linguagem rustica da provincia do

Minho, que seriam de um effeito artistico lidas pelo saudoso ausente do patrio Vizella. Não havia falta de pundonor em receber a franca hospedagem do seu compatriota Marquez de Montebello, onde ahi lhe fecharam piedosamente os olhos ao fim de dois annos de torturante doença, que o Marquez descreveu n'um apontamento especial.

Em 1644 imprimiu Faria e Sousa a Parte IV da *Fuente de Aganipe*, dedicada a Dom Gregorio de Castello Branco, *Conde de Villa Nova e da Sortelha*, senhor da antiquissima Casa de Goes e Guarda-mór de Sua Magestade nos Reinos de Portugal. Por esta dedicatoria se deduz que elle estava então casado com D. Branca da Silveira, Condessa da Sortelha e sua sobrinha. D'onde proviriam estas relações? Crêmos que do tempo em que o Conde de Villa Nova se refugiara em Madrid por ter envenenado a sua primeira consorte, tendo regressado a Portugal em 1641, apoz a Revolução. N'esta dedicatoria declara Faria, ter impresso esta parte dos seus versos á custa de D. Gregorio, que dera azas de ouro á sua musa para voar. Mas estas relações explicam-nos como Faria e Sousa entrou em correspondencia com D. João IV. Essa correspondencia foi considerada como de espionagem e de informações politicas. Camillo incutiu-lhe em brasa o ferrete de traidor, de vil espião. Essa correspondencia tratava de compras de composições musicaes, que D. João IV ambicionava para a sua incomparavel Livraria. Joaquim de Vasconcellos publicou uma d'essas cartas, que D. João IV dirigiu ao

Marquez de Nisa, em Paris, datada de 29 de Agosto de 1648, prevenindo-o de que Gaspar de Faria lhe fará entregar 400$000 rs. para pagar a Manuel de Faria e Sousa «*algumas curiosidades de Musica.*» E na carta de Gaspar de Faria Severim, ao Marquez, lê-se: «S. Magestade que d. g. me manda remetter a V. S. a letra de cem, que com esta será de mil cruzados, para Manuel de Faria e Sousa, que assiste em Madrid, por cuja via quer algumas copias de papeis de Musica, que deseja e entende alcançar por sua industria de um grande Musico portuguez que vive n'aquella côrte, de alcunha *O safio*, que o serviu em Villa Viçosa n'este ministerio. Ordena que lhe enviem logo cem mil reis e o restante fique em poder de V. S. para se lhe irem remettendo assy como forem vindo os papeis a poder de V. S. Bem sabe V. S. o gosto que lhe daa em lhe alcançar estas curiosidades...» (10 de Septembro, de 648.) [1]

As curiosidades musicaes que tanto interessavam a D. João IV, apparecem indicadas em carta de Gaspar Severim de Faria ao Marquez de Nisa, e lembrando o auxilio de Manuel de Faria e Sousa: «Com esta envio a V. S. carta de S. Mag. com um papel de obras que tem de Carlos Patinho e diz-me que envie a V. S., que estimara que V. S. as haja d'elle, remettendo este papel a

1 Ap. Joaquim de Vasconcellos, *El Rei D. João o IV*, p. 94-5. Porto, 1900.

pessoa que lh'as tire com toda a boa execução e que lh'as pague muito bem; *e que isto poderia fazer muito bem Manuel de Faria e Sousa,* se elle viesse por estas partes ou por França ou pelas outras Provincias, que não fôsse a d'Alemtejo, porque ora Badajoz toma muitas vezes. V. S. destro é para esta diligencia com o cuidado que V. S. tem de me dar gosto. Guarde Deus a V. S. muitos annos. Lisboa, 29 de Janeiro de 1648.» (Ap. Vasc., op. cit., p. 83.)

O papel referido das Musicas do mestre Carlos Patinho, contém a indicação de todas as obras d'elle que D. João IV já possuia, para não virem duplicadas, 3 Missas, 1 Magnificat, tonos, motetes e psalmos; numerosos Villancicos da Natividade, de Nossa Senhora, de S. Sacramento e dos Reis. Aquellas que deviam obter são quatorze Villancicos designados pelo primeiro verso. (Vasc., ib., p. 94.) Empenhava-se extremamente D. João IV em obter todas as composições do maestro *Capitan* e em especial a obra theorica do *Parque de Musica.* Para estes intentos contava com a capacidade de Faria e Sousa, que estava no penultimo anno do seu padecimento. O 4.º Conde da Ericeira conheceu a existencia de cartas trocadas entre o rei e Faria e Sousa, e suppoz que eram «com as noticias mais seguras e os avisos mais occultos e os conselhos mais prudentes...» Não imaginava que D. João IV ligasse á Musica uma importancia acima da politica; Camillo, apontando as palavras de Ericeira, prorompe: «Por conseguinte — *Espião.*»

(*Curso*, p. 79.) Para nós ainda hoje essas curiosidades musicaes teriam um vivo interesse, como os Tonos compostos por Fr. Bartholomeu da Cruz sobre poesias de Camões, de que diz em uma carta: «particularmente con el postrero que hice cuya letra es del Camões (como todas), que dize:

> Falso cavallero ingrato
> Enganaes-me...»
>
> (Vasc., ib., p. 18.)

Pela data d'esta carta, vê-se que Faria e Sousa tocava o penultimo anno da sua existencia, sob os mais implacaveis soffrimentos, tendo «na bexiga cento e cincoenta pedras e um tumor duro como pequena laranja, e com a hypertrophia de um rim e do figado, como constou da autopsia feita em 3 de junho de 1649 em que morrera. As encommendas musicaes de D. João IV eram desempenhadas por D. Luiza de Faria pela sua competencia excepcional. Durante esta prolongada doença, como apontou o Marquez de Montebello, «atravessou sempre em um perpetuo estudo em a escripção de mais de sessenta livros que escreveu e com dilatar a cura d'este mal, de que morreu, — viveu seis annos na minha casa, e nunca o vi colerico — era verdadeiro philosopho christão em todas as suas acções, inimigo de tudo que não fôsse verdade, e por ella padeceu muitos trabalhos.» (Ap. Jur., *Cam.* I, 340.) A viuva trouxe o corpo do marido para Portugal, e seu filho Pedro de Faria foi recebido por

uma forma especial, concedendo-se-lhe a mercê de 50$000 rs. de tença no reguengo de Aguiar, como pessoa benemerita e galardão dos serviços de Manuel de Faria e Sousa. Diante d'este diploma tambem o visconde de Juromenha pende para a suspeita de serviços politicos, segundo o Conde da Ericeira. Como é que um homem, tanto em evidencia em Madrid, e ahi prezo em homenagem, e absorvido nos seus incessantes trabalhos da *Europa Portugueza, Asia Portugueza, Africa Portugueza, Commentario ás Rimas Varias* de Camões, Commentario á *Ullysséa* de Gabriel Pereira de Castro, a fóra os trabalhos que queimou pouco antes de sua morte, podia cooperar em qualquer afanosa missão politica? A mercê concedida a Pedro de Faria corresponde a uma compra d'esses ineditos que trouxera para Lisboa, sendo elle mesmo encarregado pelo rei de dirigir a publicação das obras citadas. Juromenha esclarece a situação: «Por motivo da morte de Manuel de Faria e Sousa se passou de Castella a este reino com toda a sua familia, seu filho o Capitão Pedro de Faria e Sousa, onde foi bem recebido por el-rei D. João IV, que por alvará de 9 de Março de 1651, lhe fez mercê de um logar de justiça que estivesse em relação com a sua pessoa, attendendo á falta de meios em que se achava ao ter-se passado de Castella a este reino e ser filho de pessoa tão benemerita n'elle pelos escriptos e obras que compoz e deu á impressão, e na mesma data lhe faz mais mercê de uma tença de 50$000 no reguengo

de Aguiar.» (*Op. cit.*, I, p. 336.) Joaquim de Vasconcellos publicou uma carta dirigida *ao Capitão Pedro de Faria, Governador de Castello de Crasto Laboreiro*, com data de 11 de Fevereiro de 1653; n'ella se tratava de contractar um musico castrado (*capon*) que estivera com noventa escudos de salario na egreja de S. Thiago, dizendo «ya lo he oydo e su musica no es mucho avantajada.» Esta carta foi pelo Capitão Pedro de Faria remettida ao Visconde de Villa Nova de Cerveira, da Provincia do Minho, que a mandou ao Secretario das Mercês Gaspar Severim de Faria. (Vasc., *op. cit.*, p. 85.) Por aqui se vê que o filho de Faria e Sousa ainda era occupado por D. João IV em assumptos musicaes, tratando de negociar em Orense uns *lindos capones* por duzentos ducados, sendo os melhores os de S. Thiago que eram levados á Capella Real. Por qualquer suspeita politica, Pedro de Faria foi prezo e condemnado a degredo para o Brazil, depois da impressão do tomo primeiro da *Asia Portugueza*, em 1666; sendo-lhe concedido a seu requerimento pelo Regente D. Pedro II por alvará de 13 de janeiro de 1672, que tivesse por homenagem a cidade e proseguisse na publicação das obras de seu pae, sendo possivel com os dez volumes que lhe tinham sido furtados. A malevolencia suscitada em Hespanha contra os *Commentarios aos Lusiadas*, continuou-se em Portugal com relação ao inedito *Commentario* ás *Rimas Varias de Camões*, que só alcançaram a publicidade em 1685.

Manuel de Azevedo Morato

Entre os lyricos do seculo XVII accentua-se o influxo de Camões na belleza do verso e na expressão do sentimento ideal, em que os poetas se achavam espontaneamente *camonianos,* resultando apparecerem nas compilações de D. Antonio Alvares da Cunha e Manuel de Faria e Sousa, encontradas por cancioneiros manuscriptos, poesias que foram arrancadas aos seus auctores para avolumarem as *Rimas* de Camões. Á parte este equivoco, que vae sendo esclarecido por um Canon critico, a influencia de Camões defendeu os poetas seiscentistas do syncretismo das formas hispano-italianas: o cansado estylo de Cancioneiro cortezanesco de glosar Motes banaes, que só se poderiam salvar pela mordacidade satirica, elevou-se paraphraseando em glosas os mais bellos Sonetos ou as mais magestosas Outavas de Camões; a fórma italiana dos *Poemeti,* tambem recebeu vida artistica desenvolvendo quadros tratados por Camões nos *Lusiadas,* como os episodios de *D. Ignez de Castro* e do *Adamastor.* Seguindo esta corrente do gosto, e através de todos os exageros das expressões metaphoricas e translatas, de imagens mythologicas afogando a belleza moral da palavra, que é naturalmente melodica e pittoresca, o que escreveu Manuel de Azevedo na segunda metade do seculo XVII, por esse influxo camoniano sobreviveu ao arcadismo, sendo valo-

risado pela critica, vindicando o seu logar na historia litteraria.

Quando em principios do seculo XVIII Mathias Pereira da Silva emprehendeu formar uma collecção de composições seiscentistas, com o titulo *A Fenix Renascida ou Obras poeticas das melhores Engenhos portuguezes*, «de muitos e singulares manuscriptos que viu, trasladou e conferiu, resolveu tirar das sombras do esquecimento em que ha tantos annos estavam sepultados» entre outras obras os *Sentimentos de D. Pedro e de D. Ignes de Castro*, por UM ANONYMO, em 1716. [1]

N'este mesmo anno foi reimpresso este poemeto em Coimbra com o titulo de *Saudades de D. Ignes de Castro*, sendo a licença requerida por João Lopes da Rocha, e sendo pelo censor regio patenteado o nome do auctor Manuel de Azevedo; assim escreve Lourenço Botelho de Souto Maior no seu parecer official: «Os *Sentimentos de D. Ignes de Castro e Sentimentos do Principe D. Pedro*, que são os dois primeiros trôços de Outavas, que contém este papel, os compoz o licenciado Manuel de Azevedo, depois de andarem muitos annos escriptos pela mão de curiosos, se acham já impressos em este mesmo anno de setecentos e dezeseis;... como tiveram já licença de Vossa Magestade para se imprimirem.

1 *A Fenix renascida*, t. I, p. 92 a 113. Lisboa. Anno de MDCCXVI.

não apparece rasão para que se negue agora ao supplicante João Lopes da Rocha a que pede para os imprimirem de novo em a cidade de Coimbra.» Vê-se que houve o intuito de pôr em evidencia o nome de Manuel de Azevedo, que, como Anonymo, podia a sua obra ser confundida com as *Saudades de Lydia e Armido*, do anonymo com que o juntaram na *Fenix*, de 1716. Em alguns manuscriptos do seculo XVII andam trasladados estes dois poemetos, mas com o nome do auctor. [1] A competencia do censor re-

---

[1] Em um manuscripto de Poesias do seculo XVII, constando de Romances assonantados, Decimas, Sonetos, e Poemetos em Outavas, de que nos deu noticia em um longo e consciencioso extracto o sr. Balthazar Dias Coelho, de Vianna do Castello, encontra-se ahi trasladado:

Sentimentos do Principe D. Pedro em ausencia e morte de D. Ignes de Castro, por MANUEL DE AZEVEDO.

Sentimetos da Rainha D. Ignes de Castro em ausencia do Principe D. Pedro, por MANUEL DE AZEVEDO.

A valiosa collecção seiscentista começa pelo poema *Philis* em dez cantos de Antonio da Fonseca Soares, (Fr. Antonio das Chagas) em outava rima, com 5.860 versos. Vê-se por este numero de versos, que é uma das copias mais antigas do poema, por que contém menos do que o exemplar da Bibliotheca da Universidade de Coimbra, 175 versos, sendo dos traslados que escaparam a sequestração pelo proprio auctor. Por isto se pode avaliar a data da collecção onde ha mais 43 romances de Frei Antonio das Chagas, e composições a factos historicos, como um Poemeto em 384 versos endecasyllabos em outavas *Ao Marquez de Marialva na gloriosa victoria das Linhas de Elvas, sendo Conde de Cantanhede*. Varios Sonetos ao *nascimento do Serenissimo Principe*; a *D. João de Austria na batalha em que foi vencido*. Soneto por Socarello;

gio para authenticar a sua affirmativa, é estabelecida pelo erudito Ramos Coelho, apontando Lourenço Botelho de Souto Maior, como socio da Academia dos *Anonymos*, onde lêra e imprimira diversas poesias, e á qual dedicara o *Systema rhetorico*. Em Coimbra tornou a ser im-

---

de *D. Thomaz de Noronha, a sua mulher, que queria parecer formosa.*

Mas o que prova mais a antiguidade da copia do poemeto de Manuel de Azevedo é o encontrar-se n'esta collecção o poemeto *Despedidas de Lydia e de Armido*, de Fr. Fray Manuel de S. Joseph, religioso graciano, que está impresso na *Fenix Renascida*, t. I, p. 32 (ed. 1716) com o titulo *Saudades de Lydia e Armido*, Canto heroico por um Anonymo. No manuscripto de Vianna do Castello, consta apenas de um canto com 135 Outavas; na *Fenix* vem um segundo canto pelo Dr. Antonio Barbosa Bacelar com 40 Outavas e um Soneto final.

No manuscripto que serviu para a edição do poemeto de Manuel de Azevedo na *Fenix* (t. I, p. 99 a 139, ed. 1716) foi transcripto como *anonymo*: esta circumstancia motivou a reedição de Coimbra n'este mesmo anno, restituindo-lhe o nome do seu auctor *Manuel de Azevedo*, Conimbricense.

O nosso dedicado informador escrevia-nos em 2 de Maio de 1895, de Vianna do Castello: «Eu não creio que seja desconhecido este poema, que deveria ter collocado o seu auctor a par dos bons poetas do seu tempo.

«De um *Manuel de Azevedo*, tenho eu ideia, — homem d'armas e não poeta, agente secreto do Conde Duque de Olivares, cujas intrigas arrastaram á morte o desventurado Francisco de Lucena. Infelizmente as epocas coincidem, porque o traidor que andava a soldo do Conde Duque, viveu no tempo em que foi escripto este poema.»

Ha outros escriptores do mesmo nome, como o theologo poeta Manuel de Azevedo, mas este problema ficou fundamentalmente estudado pelo academico José Ramos Coelho, e desde 1890 publicados os seus resultados na *Historia do Infante D. Duarte.*

presso o poemeto das *Saudades*, em 1734, em tudo conforme á edição de 1716 e pelo mesmo João Lopes da Rocha, tendo por auctor o licenciado Manuel de Azevedo, conimbricense. [1] Por esta referencia podem descobrir-se dados historicos para conhecer a biographia d'este poeta; vê-se pelas Habilitações de Santo Officio, (Maço 35, n.º 774) que Manuel de Azevedo, causidico em Coimbra, pretendera o logar de advogado dos prezos da Inquisição d'aquella cidade, em 1688; contava pouco mais ou menos setenta annos, chamando-se seus paes Gaspar de Azevedo e Anna Morato. Este appellido de sua mãe justifica a noticia da *Bibliotheca Lusitana*, attribuindo o poemeto a Manuel de Azevedo Morato, que prevalece. [1] Ainda na edição de 1744, da Officina Joaquiniana de Musica, reconhece-se por auctor o licenciado Manuel de Azevedo, Conimbricense, mas apparece ahi pela primeira vez additada uma *Parte unica ou terceira das Saudades e Sentimentos de D. Maria de Lara.* É n'esta edição que começa a fabricar-se a lenda de uma imaginaria D. Maria de Lara e Menezes, neta illegitima do Duque de Villa Real e creada em

---

1 Observa Ramos Coelho: «Innocencio errou dando como *auctor* na de 34 João Lopes da Rocha, quan [illegible] é o publicador de ambas as edições.» *(Hist. do Infante D. Duarte*, II, 780).

1 Quando foi reimpresso o tomo I da *Fenix Renascida* em 1746, reproduzia o poema já com o nome do auctor Manuel de Azevedo *Pereira*, com que appareceu tambem no *Postilhão de Apollo* em 1761.

casa de seu tio o primeiro Duque de Caminha, a qual tivera amores com o Infante D. Duarte irmão de D. João IV, que a rainha D. Luiza contrariara obstinadamente.

Á série de documentos laboriosamente fabricados por um ardiloso falsario, que fortificava as fórmulas tabellionicas e as datas com circumstancias que, por fortuitas, se acceitavam sem discussão, accresceu a adaptação do poemeto do licenciado Manuel de Azevedo como expressão dos amores saudosos de D. Maria de Lara e Menezes inspirada pela ausencia do Infante D. Duarte, que militava na Allemanha. Em 1762 chegou ao descaro a burla esboçada em 1745 e 1749, apprcsentando o titulo: *Saudades dos serenissimos reis de Portugal D. Pedro e D. Ignes de Castro, escriptas por D. Maria de Lara e Menezes, e outras obras de sentimento proprio.* As dedicatorias ficticias d'estas edições assoalham os entroncamentos genealogicos, que pelo interesse das peripecias amorosas eram lidos com curiosidade e até credulidade. Adiante resumiremos o longo processo em que Ramos Coelho, que estudou de um modo exhaustivo todos os documentos relativos ao Infante D. Duarte, deslindou esta capciosa meada.

Barbosa Machado, conhecedor de toda a actividade litteraria dos Seiscentistas, considerou o licenciado Manuel de Azevedo Morato «um dos celebres poetas do seu tempo»; e entre as suas obras, «que correm entre as mãos dos eruditos», aponta o poemeto em trinta outavas *Daphne con-*

vertida em loureiro, e uma Glosa ao Soneto de Camões — Alma minha gentil que te partiste — á morte de um amigo, que foi publicada em 1717. Estas duas formas litterarias eram as mais tratadas pelos bons poetas entre 1640 a 1680; são as que figuram na *Fenix renascida*, como o Doutor Antonio Barbosa Bacelar, que tambem glosou esse mesmo Soneto de Camões (*Fenix*, t. II, p. 56 a 61) e que continuou as *Saudades de Lydia e Armido* (2.ª e 3.ª parte) começadas por Frei Manuel de S. Joseph, frade graciano. Tambem Fr. Carlos da Mota, do convento da Graça de Santarem, falecido em 1670 escrevia, segundo a paixão da época, um poemeto intitulado *Saudades de Ignez de Castro*. O Doutor Antonio Barbosa Bacelar, graduado em direito civil, era oppositor ás cathedras da faculdade, tendo exercido logares na magistratura e ascendendo a Desembargador da Casa da Supplicação em 22 de Novembro de 1661. Nascera aproximadamente em 1610, como Manuel de Azevedo, e floresceram ao mesmo tempo nos curriculos escholares. Estavam no gosto dominante as Fabulas tratadas como poemetos, á imitação da *Poliphemo*, de Gongora; vem na *Fenix*, sobre este thema, outro de Francisco de Vasconcellos, (t. II, p. 1 a 95) e tambem por Jacintho Freire de Andrade (t. III, p. 293 a 313), dominando sempre a Outava rima.

A versificação do licenciado Manuel de Azevedo é perfeita, e appresenta estrophes sentidas, segundo o seu conhecimento das poesias de Ca-

mões, e esses lampejos são intempestivamente manchados pelas sombras dos requintes do cultismo:

Mas Ignez, que por pena só vivia
Naufragando em soluços cada instante

. . . .

Discreta, grave, terna e generosa,
Que da mesma belleza foi Atlante
Tenha por menos prenda o ser formosa
Nos donaires do talhe tão galante,
Nos alinhos de graça ,tão vistosa,
Que topando nas culpas de Narciso,
Fôra sem culpa o seu discreto aviso.

Entre os braços de Pedro, ardente frágoa
Se acosta Ignez sem vida e sem sentido,
Que multiplica a dôr e dobra a mágoa
Lograr o bem presente, que é perdido:
Dos olhos solta dois chuveiros de agua,
Oceanos de neve, onde Cupido
Que da belleza já molhando as velas,
Chegasse a tempestade até ás estrellas.

No meio da exuberancia das imagens rhetoricas e inesperados epithetos, a lembrança do ideal cameniano acorda a belleza da naturalidade; e a par da estrophe com que desenha Camões — na bonina candida e bella — Ignez exangue, descreve Azevedo:

Qual a branca açucena que cortada
Sentiu do tempo ou ferro a crueldade
Em seu mesmo candor amortalhada,
Defunta flor em flor, na flor da edade;
A quem ficou sómente de engraçada
Os antigos rascunhos da beldade,
Tal fica a bella Ignez amortecida,
Sem gala, luz, sem côr, graça nem vida.

Na falsidade da phrase mythologicamente figurada, e na emphase que supre a emoção da realidade, e em que os transportes do sentimento são translações allegoricas quasi enigmaticas, apesar de todos estes defeitos, o poemeto do licenciado Manuel de Azevedo é um bello exemplar do genero gongorico, de um culteranismo sem esforço, como de quem respirava n'essa atmosphera deleteria do seu seculo. É esta a sua verdade na arte, e por ella sobrevive.

Depois de ter sido publicado e vulgarisado o poemeto das *Saudades de D. Ignez de Castro*, em 1716, anonymamente em Lisboa, e Coimbra; em 1734, reconhecido como seu auctor *Manuel de Azevedo*, cujo nome apparece nas edições de 1744-745, 1746, e na de 1749, um audacioso falsario, com reservados intuitos, publicou em Lisboa, em 1762, uma nova edição com o titulo: *Saudades dos Serenissimos Reis de Portugal D. Pedro e D. Ignez de Castro, escriptas por D.* MARIA DE LARA E MENEZES, *e outras obras de sentimento proprio.* Na officina de Pedro Ferreira. Anno MDCCLXII. Na dedicatoria — ao Senhor Guilherme Joaquim Paes de Menezes e Bragança, posta em nome de um P.e Fernando José Cardoso, revindica-se para D. Maria de Lara e Menezes a composição das *Saudades* e considera-se Manuel de Azevedo como um plagiario. Em outros exemplares d'esta mesma edição, foi posta outra dedicatoria á Senhora D. Maria de Menezes Lara de Bragança, por Diogo Rangel de Macedo, (falecido outo annos antes.) Esta

dedicatoria é uma pura fraude, por que a D. Maria de Menezes Lara, nascida em 14 de Março de 1752, não podia offerecer Rangel de Macedo a edição de 1762, a qual appresenta outra dedicatoria ao pae d'esta menina de dez annos, Guilherme Joaquim Paes de Menezes e Bragança. A dedicatoria ao pae, visava a patentear os talentos de escriptor, poeta, desenhador e mathematico, e entroncado com os Braganças, como descendente de um filho de D. Maria de Lara e Menezes e do Infante D. Duarte. Na dedicatoria á filha, a vaidade impudente põe sob o nome do linhagista as affirmações: «Escreveu a senhora *D. Maria de Lara e Menezes*, terceira avó de vossa Senhoria, as *Saudades* da rainha D. Ignez de Castro, empreza que lhe era muito propria *por ter sangue d'esta rainha.*» Esta preoccupação nobiliarchica, é que vae revelar o embuste litterario. Na edição das *Saudades* de 1744 e na de 1745, na Imprensa de Bernardo Fernandez Gayo (Officina Joaquiniana de Musica) em que ainda tem como auctor Manuel de Azevedo, appareceu pela primeira vez — Seguida da Parte unica ou Terceira das *Saudades e Sentimentos de D. Maria de Lara*. Ha a forma equivoca de parecer que esta é a auctora das *Saudades de D. Ignez de Castro.* N'esta mesma imprensa, em 1744 publicava este Guilherme Joaquim Paes de Menezes o seu livro intitulado *Tratado de Pontos de Honra,* em que vem como encomio um Soneto, chamando-lhe:

> Prodigioso *Menezes,* illustre rama
> *Del tronco de los Braganças* celebrados.

De 1745 até 1762, fóra da intervenção de Guilherme Joaquim Paes de Menezes (que esteve ausente em Angola até 1759) publicaram-se com o nome de Manuel de Azevedo, a edição de 1746 (na 2.ª edição do t. I da *Fenix)*, a de 1749 e a de 1761 (no *Postilhão de Apollo)*. No anno seguinte de 1762, é que Guilherme Joaquim se arroja a tomar o terreno que já tinha marcado em 1744 e 1745, por que tendo trabalhado com baldrocas genealogicas para se apparentar com a Casa de Bragança, inventando uma D. Maria de Lara de Menezes, imaginaria neta do Duque de Villa Real, e sobrinha, por parte da mãe, do Duque de Caminha, tomara amores com o Infante D. Duarte, irmão de D. João IV, e d'elle tivera um filho, casando-se por procuração com o Infante, que estava ausente de Portugal. Fixados pelas suas girias estes dados, convinha darlhes uma base qualquer; D. Francisco Manuel de Mello na *Vida de D. Theodosio* allude aos amores do Infante D. Duarte com uma creada menor da Duqueza de Bragança no paço de Villa Viçosa, e que por tal motivo deixara a companhia do irmão indo para a quinta de Francisco de Lucena. Para tirar a esta referencia a inferior situação de creada menor, e identificando o quadro de uma amante ausente com o de D. Ignez de Castro, o poemeto de Manuel de Azevedo era um bello elemento para realçar os talentos de D. Maria de Lara Menezes, dando-lhe mais ainda o relêvo de uma entidade real. Assim servia Guilherme Joaquim Paes o intuito do seu en-

troncamento heraldico com a Casa de Bragança não só pelas genealogias como por um bello documento litterario. Como habil n'esta exploração genealogica para justificar parentescos e alcançar direitos a heranças, achou na vida do Infante D. Duarte a brecha para o seu assalto, já aproveitada por outros. Escreve Ramos Coelho: «no anno de 1645 o Conde da Vidigueira recebeu *uma carta de um homem que se dizia filho do Infante* para apanhar talvez algum dinheiro, imaginando que por estar este prezo, não se podia averiguar a verdade, na qual pedia-lhe encaminhasse a resposta para certo sujeito. Avisou logo o Conde Sua Alteza da occorrencia, e o Infante apressou-se a responder-lhe por meio de Taquet, que tal filho não tinha, a não ser que Deus lh'o houvesse tirado de alguma costella, como fez a Adão para formar Eva, e que escrevesse ao dito sujeito que tudo era engano e velhacaria. Nem se contentou de regeitar a paternidade; concluiu até que o impostor devia ser um môço que o servira a elle e a seus irmãos no tempo do duque D. Theodosio, filho de um inglez e de uma portugueza, o qual, cativo dos mouros, fingiu em Argel varios paes cuidando melhorar de partido, pelo que não facilitou, difficultou a liberdade, pois com as invenções augmentou cada vez mais a somma exigida pelo seu resgate.» *(Ms. da Bibl. d'Evora.* Ap. Ramos Coelho, t. II, p. 788.) Guilherme Joaquim Paes, engenheiro, mathematico, desenhador e poeta tinha as melhores condições para servir os seus

fumos heraldicos e interesses litigiosos. N'este caso de D. Maria de Lara, juntaram-se estes dois processos; assim escreve Ramos Coelho: «Houve pois dois trabalhos em parte isolados, tendentes ambos ao fim de engrandecer-se a descendencia de D. Maria de Lara, aparentando-a pelo casamento d'esta com o Infante D. Duarte com os reis portuguezes; tiveram ambos identicas bases no dito casamento e no nascimento de...; encontraram-se até em varias circumstancias e empregaram diversos meios para attingir o alvo a que miravam, fingindo diplomas regios, decretos, alvarás, mercês, certidões, cartas, auctoridades e successos, que se destróem a si mesmos, apenas se aproximam e examinam uns á luz dos outros, e todos á luz da critica.» (Ramos Coelho, *op. cit.*, II, 792.) N'este trabalho foi Guilherme Joaquim Paes auxiliado por seu irmão Francisco Xavier Paes de Menezes, trabalhando ambos em litigios, em que fôram as suas allegações julgadas incoherentes e falsas por sentença, em que os advogados abandonavam a causa por conhecerem a burla e dos documentos que appresentavam, escrevia um advogado, que não só havia falsidades suspeitadas pelo costume d'estas aleivosias, tendo perdido o pêjo descaradamente ante o publico dos auditorios e na presença dos magistrados. (Ramos Coelho, *op. cit.*, p. 806 a 811.) Esses documentos relativos ao caso genealogico do parentesco com D. Maria de Lara e seus amores vieram no fim do seculo XVIII parar á mão do ferrenho compilador Fr. Vicente Salgado, cujo

espolio veiu para a Academia das Sciencias, e d'onde os copiou e publicou em 1843, outro ferrenho compilador de antigualhas Antonio Joaquim Moreira. Além d'estes documentos fabricados, que as regras da diplomatica annullam, accrescem os que fôram inventados nos prologos em dedicatorias das *Saudades* de 1744, 1745 e 1762, desconhecendo a carta apocrypha de 20 de Dezembro de 1634, em que D. Maria de Lara dava parte ao seu amante que escrevera e lhe enviava esses versos dos seus *Sentimentos*.

A publicação d'estes pseudo-documentos por Antonio Joaquim Moreira no IV tomo de uma Historia de Portugal (traz poucos capitulos de Shaeffer) de Domingues de Mendonça, que lhe deu um relêvo romanesco, veiu acordar a imaginativa de José Silvestre Ribeiro, de Luiz Augusto Palmeirim, e até o proprio auctor do *Diccionario Bibliographico* accusa Barbosa Machado, por não ter dado logar de honra a D. Maria de Lara Menezes, tendo dado noticia de Manuel de Azevedo. E encorporando-a na sua obra, escreve: «D. Maria de Lara é, segundo se affirma, a verdadeira auctora dos *Sentimentos ou Saudades de D. Ignez de Castro*, que... fôram varias vezes (impressos) com o nome do licenciado Manuel de Azevedo.

«Ha porém duas edições das referidas *Saudades* (1744 e 1762), e cujos titulos transcreverei aqui miudamente confrontados, *por serem uma e outra documentos unicos que podem contribuir para elucidação* d'estas especies ignora-

das...» Eram justamente esses prologos e dedicatorias, que desnorteavam a critica, e dos quaes o proprio Innocencio foi victima. E destituindo o verdadeiro auctor Manuel de Azevedo Morato, conclue Innocencio: «Afinal parece que a verdadeira auctora d'estes cantos fôra D. Maria de Lara e Menezes, filha do Duque de Caminha e casada, segundo se affirma, com o Infante D. Duarte.»

«E ainda, apesar de tudo, se fez uma nova edição das *Saudades* em 1824, creio que na typographia Rollandiana, *em que se dá por auctor* Manuel de Azevedo.» A este proposito escreve Ramos Coelho, que estudou capitalmente este episodio na *Historia do Infante D. Duarte* (t. II, p. 739 a 822): «Este espanto de Innocencio, para que não ha nenhum motivo e a maneira como menospresa o licenciado não pondo nem ao menos no artigo respectivo as edições que lhe pertenciam — mostram a mal empregada e indesculpavel fé que prestou ás mentiras das copias de Salgado e dos prologos e dedicatorias das *Saudades*.» (*Op. cit.*, p. 802.)

Como os documentos copiados por Frei Vicente Salgado ácerca do nascimento, amores e casamento de D. Maria nada dizem do poemeto das *Saudades*, era natural que os auctores do prologo e dedicatorias das edições de 1744, 1745 e 1762, ajuntando-lhe uma Terceira parte com o nome de D. Maria de Lara, fabricassem umas Outavas simulando o mesmo estylo de Manuel de Azevedo, e accentuando os tópicos novellescos do

seu amor. Demais, Guilherme Joaquim Paes tambem fazia versos. Ramos Coelho, examinando essas Outavas, assegura que — «essas poesias nada têm que se applique aos seus amores e casamento com o Infante: que tendo o nome de saudades não exprimem nem saudade nem outro algum sentimento consentaneo...» As rubricas em prosa acompanhando os versos dizem cousas que se não tratam nos versos, ou até os contrariam; sob a rubrica *ao mesmo pesar*, a poesia vê-se que é feita a um esposo que chorava a morte da esposa:

> Mas vós, a quem a dôr custa mais caro,
> Direi do damno d'ella atormentado,
> Que *não choraes da esposa o rico amparo,*
> Mais que *choraes a vós desamparado.*

Restituido o poemeto ao seu auctor Manuel de Azevedo Morato e á epoca seiscentista, apura-se philologicamente como sobre um facto banal se desenvolve uma legenda, que tomando visos de realidade se transforma em historia.

B) *Os Lyricos culteranistas*

Antonio da Fonseca Soares (Frei Antonio das Chagas)

No *Hospital das Lettras,* D. Francisco Manuel de Mello ao caracterisar os seiscentistas, destaca uma classe pela fórma lyrica que insistentemente cultivaram: «Vejo aqui grande tropel de *Poetas romancistas...*» (p. 360.) Com-

prehendia todos aquelles que versejavam nos metros de redondilha em assonancias simulcadentes, segundo o gôsto dos Romances castelhanos, de uma grande facilidade e exuberancia narrativa ou descriptiva. A elles se refere mais adiante o auctor das musas de *Melodino:* «Poetas ha, e não poucos, porque se pode passar como cão por vinha vindimada, porque jámais a sua vinha dá fructo que apeteça á curiosidade.» (*Ibid.*, p. 393.) N'este tropel dos poetas *romancistas* se cunfundiu e ficou por muito tempo esquecido Antonio da Fonseca Soares, apesar das numerosas copias dos seus versos espalhadas por manuscriptos dos fins do seculo XVII e todo o seculo XVIII; elle mesmo na sua conversão para a vida ascetica em que se tornou uma individualidade historica com o nome de Frei Antonio das Chagas, tratou de apagar esses lampejos de uma imaginação ardente que o aproximava de Gongora, o seu glorioso modelo. Por esta circumstancia merecia ser estudado o melhor representante do lyrismo gongorico em Portugal; e mesmo porque o sentimento amoroso toma uma nova expressão com as doutrinas theologicas do Amor divino. D. Francisco Manuel de Mello define bem esta imitação de Gongora: «Todos os que em seus dias e depois d'elles versificamos, *temos tomado seu estylo como traslado* de Palatino, Barata ou Mirante, para vêr se poderiamos escrever imitando aquella alteza, que justamente é magestade; poucos o conseguiram, precipitados como demonios do resplendor ás trevas, d'onde disseram muitos

mal intencionados, que este engenho viera para maior damno que proveito do mundo; pondo sómente os olhos nos desbaratados e não nos instruidos.» *(Ib.*, p. 323.) Todo esse lyrismo gongorico refulge nos Romances de Antonio da Fonseca Soares, que se occultou sob a cugula monastica de asceta varatojano; n'elles deve existir a vibração sensorial da sua vida mundana, o drama passional que se transformou em ardente apostolado. Como achar essa nota viva no meio da farfalhada monotona do tropel dos poetas romancistas do seculo XVII? Felizmente esta phase ignorada da vida, que se synthetisa no renome de *Capitão Bonina*, com que as damas o condecoraram, acha-se hoje bem estudada, [1] facilitando a sua collocação primacial no grupo seiscentista, e integrando-se com a phase ascetica de Frei Antonio das Chagas, o *Jonas, Soldado-Poeta e Frade*, como maliciosamente o designava o seu contemporaneo Padre Antonio Vieira.

1.° — *O Capitão Bonina.* — O nascimento de Antonio da Fonseca Soares liga-se á convulsão das luctas religiosas em Inglaterra sob Carlos I; o rei procurava fortalecer-se com todos os privilegios do absolutismo, apoiando-se para isso no

---

1 Alberto Pimentel, *Vida mundana de um Frade virtuoso* (Perfil historico do seculo XVII) Lisboa, 1890. In-8.°, de 161 p. e Fac-simile. — No exemplar com que nos distinguiu escreveu. *«A Theophilo Braga, o maior e melhor apreciador d'estes trabalhos.»* Ao fim de vinte e cinco annos entra em construcção este primoroso estudo.

restabelecimento da egreja anglicana, no papismo; o parlamento e as communas, revindicando as liberdades civis, sustentavam a egreja presbyteriana. Fôra em 1628 e 1629 que romperam estas luctas, em que o rei se atreveu á perseguição dos protestantes. Vivia na Irlanda catholica o castelhano D. Terencio de Zuniga, e antevendo os morticinios que tinham fatalmente de dar-se, resolveu afastar sua filha Helena Elvira de Zuniga para um paiz catholico, ficando elle mais livre para sacrificar-se á causa do papismo, que então prègava o fanatico Land. Achando-se restabelecida a paz entre a Inglaterra e a Hespanha, Zuniga achou meio de vir para Portugal sua filha, sendo confiada, por influencias catholicas, á Condessa da Vidigueira, D. Leonor Coutinho, que promptamente lhe arranjou marido. Casou pois Helena Elvira de Zuniga com o bacharel Antonio Soares de Figueirôa, que vivia na Villa da Vidigueira, onde se conservou até ao nascimento do seu segundo genito, em 25 de Junho de 1631, das «*tres para as quatro horas da madrugada*», como passados annos referia em uma carta Antonio da Fonseca Soares. Pode já inferir-se que esse fanatismo religioso a que se votara seu avô D. Terencio e os sustos de sua mãe foragida em uma villa do Alemtejo, entre extranhos, lhe transmittiram essa tendencia para a credulidade que veiu a tornar-se exclusiva pelas decepções do amor. A psychose religiosa tornou-se extensiva á familia, como observa Alberto Pimentel: «Quasi toda a familia, irmãos, irmãs, sobrinhos foram

a seu exemplo, attrahidos á vida monastica...» *(Op. cit.*, p. 125.)

Passadas sete semanas depois do nascimento d'este segundo filho, foi o doutor Antonio Soares de Figueirôa despachado juiz de fóra de Villa Nova de Portimão, no Algarve, onde proliferou abençoadamente. Ahi passou a infancia Antonio da Fonseca; na sua familia seriam conhecidas as grandes perseguições de Carlos I contra o presbyterianismo da Escossia em 1640, para implantar a ferro e fogo a egreja anglicana. Aos doze annos foi frequentar os estudos médios, grammatica latina, rhetorica e dialectica no Collegio e Universidade dos Jesuitas em Evora. As luctas depois da Revolução de 1640, que se feriam no Alemtejo, acordavam-lhe a paixão pela vida militar, pelo prestigio então dominante dos aventureiros e officiaes de fortuna, que alcançavam altos postos, governos de provincias e fortes prebendas. A dura disciplina do collegial quebrou-se repentinamente; em 1649 faleceu-lhe o pae. Cessaram os recursos da judicatura, e Helena de Zuniga regressou com sua familia á villa da Vidigueira. Antonio da Fonseca Soares, apenas conhecedor do latim, que era então a base de toda a cultura, e com tendencias para o floreado verbalista de rhetorica, na desenvoltura dos seus dezoito annos achou-se impellido para a desforra de seis annos de prizão material e subserviencia moral do collegio jesuitico. Nos exercicios escholares familiarisara-se com as regras da metrificação, e aos ouvidos lhe tinham chegado, por dis-

cussões e admirações, algumas poesias de Gongora. A poesia foi o philtro magico com que se lançou ás galanterias amorosas, e as raparigas lisongeavam-se com os seus requebros de envolvente ternura. A sua fecundidade espontanea condiz com os varios estimulos de inspiração, celebrando as Tisbe, Nise, Amarilis, Clori, Lice, Marfisa, e tambem Francisca, Isabel, Brites, Maricas, Clarinha, Magdalena e Leonor. Não o arrebata uma paixão profunda, nem mesmo n'essa *Philis* cuja morte celebra em antitheses:

Idolo posto em sombras
Laz morta em nuvens negras,
Eclipse vivo em tintas,
Sol desmaiado em trévas...

A falta de um sentimento intimo era supprida pela vaidade que origina o ciume, a rivalidade, o ponto de honra, que arrasta para os conflictos da pragmatica dos duellos, que estavam em moda. N'esta situação de uma mocidade irreprimivel, deu-se um accidente, que veiu ensombrar toda a sua existencia.

As aventuras amorosas do joven escholar defrontaram-se com rival mais feliz e segundo o estyllo do tempo, achou-se Antonio da Fonseca Soares forçado a um duello, por fatalidade ficando morto o seu adversario. Em um Romance inedito referindo os ciumes que soffre, dirige-se sarcasticamente á namorada:

É possivel que andeis sempre
Jogando commigo a chóca;
Não sei que isto seja graça
Nem por onde o julgueis moda.

Algum dia heide passar
Sem que mil carrancas soffra,
E se achaes que é muito um dia,
Não será sequer uma hora.
Não queiraes da minha vida
Dar a Deus estreita conta,
Pois vive pouco quem mata
E morre tambem quem zomba.
Que vos fiz para que andeis
De arrufada ou raivosa,
Ou já voltando-me a cara
Ou já torcendo-me a bocca?
Sempre para mim irada,
Se Deus vos fez tão formosa,
Essa cara hade estar fusca,
Esse beiço hade ser tromba.
Apenas me vêdes, quando,
Como se eu phantasma fôra,
Subis a *fechar a adufa,*
Desceis a trancar a porta.
Isto é morte, mais que vida,
Que soffrimento ha que possa,
Quando, commigo trombuda
Ver-vos com outro risonha!
Parece que quando o vêdes
Que cobraes uma alma nova,
E mais que não sereis minha
Me afflige o não vêr-me vosso.
Não basta por penitencia
Em vêrem sortes oppostas,
Que quando a um afago assisto,
Outro as travessuras logra.
Isto é vida para turcos,
Pode haver maior chacota?
Elle a descobrir as Indias
Eu a carregar as Frótas.
Sempre por conta dos dois,
Que corra quereis em todas,
Pela minha a pôr em carga,
Pela sua em dar á bomba.
Quando de raiva me cômo,
É justo que elle vos côma;
Um hade ser o que gasta,
Outro hade ser o que gosta...

Sendo tal, *que temo d'elle*
Que, a vêr-vos mil riscos corra...
Não sei em que se conforme
Andando comvosco ás voltas,
Ser elle o que logra as brisas,
Ser eu o que mando as joias...
(Romance 33.)

As nuvens carregavam-se e a tempestade desabou; Antonio da Fonseca Soares, perto dos vinte annos encontrou-se com um rival, com certeza da mesma edade e bateram-se em duello, no seu estouvado desvairamento. O padre Manuel Godinho, na biographia do veneravel asceta, allude a esse crime, casual erro da mocidade, á *defeza do desafiado*. Para fugir á vindicta da familia do morto e á penalidade do inesperado desastre, Antonio da Fonseca Soares evadiu-se da Vidigueira e foi homisiar-se em Moura, assentando praça para ficar sob a alçada exclusiva do *fôro militar*. Era um recurso frequente. Agora o escholar galanteador augmentava o seu prestigio no elemento feminino com o garbo marcial e com as audacias do profissional da bravura; os versos o denunciam:

Basta! que estaes aggravados,
Meus olhos; ai, que rigor!
Dizei quem foi o atrevido,
Dizei quem vos maltratou?
Prometto *sair a campo*
Co'as armas do meu amor.
A pelejar peito a peito
Com quem obrou tal rigor.
Força a força, braço a braço,
Corpo a corpo, só por vós,
Me porei vida *em campanha,*
Pois que me daes o valor.
(Romance 36.)

É caracteristico o Romance que intitula *Sitio amoroso:*

Toquem arma as liberdades,
Ponha-se a vida em *defensa*.
Que *contra a praça* de uma alma
Sae á *campanha* a belleza.
Despede por batedores
Aquellas vistas travessas,
Que *a tiros* de luzes chocam
Dos olhos com as *sentinellas*.
A *ganhar os póstos* sácm
Umas raras altivezas,
Contra quem não valem nada
As maiores eminencias.
Os movimentos atacam
Uma *escaramuça* fresca,
Pois que até *ferindo fogo,*
Que matam do ar se experimenta.
Como acham n'uma vontade
Sitio para tanta *empreza*
No *primeiro assalto* d'alma
A bizarria se empenha.
A *bateria* aos sentidos
Poz a formosura, que era
General da artilheria
Que é quem tudo põe em terra.
Dentro na *praça* o juizo
Servia de intelligencia,
Com que dobrando os *avisos*
Foi fomentando as entregas.
Feita a primeira chamada
De uma hypocrita clemencia,
A quem foram dando ouvidos
Uns suspiros e ternezas;
Por vêr que se não *rendia*
Ao partido das finezas.
Investiu á escala vista
Todo o *exercito* de prendas.
Já por toda a parte rodam
Os alentos e as cruezas
Chovendo de uns olhos raios
E de umas pestanas setas.

Já se perde *a contra escarpa,*
Porque na estrada encoberto,
De um coração se faz *forte*
Uma galharda violencia.
Pelas portas de um sentido
Fazem logo as vistas *brécha,*
Por onde já lhe não pára
Cousa emfim que viva seja.
Nas *muralhas* do alvedrio
Anda a vontade suspensa,
De vêr que os seus *rendimentos*
Se empenham na resistencia.
Sobre as ruinas e estragos,
Vendo as *minas,* que estão feitas
Intentam fazer *sortidas*
As ultimas labarêdas.
Mas como a peito opprimido
Ardendo em fogo *rebenta.*
Pretende nas cortaduras
Ter de seu mal a defensa.
Não lhe dão fôlego as iras
Com que a prevenção soberba
Nas *baterias* não pára,
Nas *avançadas* não cessa.
Vendo-se em fim reduzida
Já á ultima differença,
E as forças d'este inimigo
Que a *sangue e fogo* faz guerra.
Sobre a *homenagem* da ancia,
De *paz tremula a bandeira*
Com que a vozes de um gemido
A *pedir quartel* começa.

Estribilho:

Bom quartel! porque uma alma
A *render-se* intenta:
A formosura os golpes
Páre e suspenda,
Que são *tiros* ociosos
A *quem se entrega.*

Era censurado D. João IV de não tomar parte na campanha militar do Alemtejo, sobretudo pelo

effeito moral da sua presença. Para supprir esta deficiencia, os apaixonados da causa nacional lembraram-se de subtraír o principe D. Theodosio á apathia em que a exaltação religiosa o envolvia, incitando-lhe os brios, e suscitando-lhe uma visita ao exercito em campanha no Alemtejo. D. Theodosio comprehendeu a opportunidade do momento, mas conheceu que seu pae se melindrava com esse acto; levaram-o a uma resolução subita em fins de 1650, que se mallogrou talvez por denuncia palaciana. Insistindo na sua, o principe D. Theodosio saíu em Novembro de 1651 de Lisboa, illudindo a vigilancia paterna, e recebido com enthusiasmo pelo exercito, visitou todos os postos dos differentes acampamentos, exaltando os animos com a sua presença. D. João IV tornou-se implacavel contra esta iniciativa do principe, como uma violação da auctoridade paterna, fazendo-o voltar a Lisboa a pouco menos de dois mezes de ausencia. É n'este curto periodo de 1651 a começar de 1652, que esse enthuziasmo pela presença do principe se reflecte na dedicatoria em cinco estancias do poema *Philis*, de Antonio da Fonseca Soares, que roçava pela mesma edade, e militava na campanha do Alemtejo. Nos primeiros versos do poema, allude ás suas poesias amorosas, os romances, de que já circulavam copias:

> Yo, que *en la flor de mis premeros años*
> *canté de Amor* las dulces tiranias.
> Y en los echizos de agradables daños
> menti las horas, engané los dias...

E transitando para a presença do principe D. Theodosio nos campos das batalhas faz a antithese com o seu espirito bellico:

Y vos, Joven illustre, cujas prendas
Tanto ya de entendido y generoso
Se compiten, ...
Escuchad, no las armas y furores
De Marte, que á la patria heroico intento
Cantar, si no los tragicos amores
Que expongo en dulce llanto, en triste accento;
Harei si con espiritos mayores
Me infundis vuestro agrado y vuestro aliento,
Que dexe el fuego, que mi pecho inflama
Mi ruda lira trompa de la Fama.

O principe D. Theodosio falecia pouco tempo depois pela depressão moral causada pela crueza do pae, e Antonio da Fonseca consagrou-lhe o passamento em um bello soneto cujo primeiro verso — *Ignorada rasão, fatal mysterio* — encerra a essencia do facto:

Acabou, *ensinando na altiveza*
Do que foi, que acabou, porque declina
Todo o sêr, que os fins toca da grandeza.

Era desesperada a lucta pela independencia nacional contra a invasão castelhana no Alemtejo; Antonio da Fonseca ahi patenteou o seu heroismo, como se authentica por uma carta patente de D. Affonso VI de 20 de Janeiro de 1661 «tendo em consideração as calidades e merecimentos que concorrem na pessoa de Antonio da Fonseca Soares e aos serviços que me tem feito do *anno de seiscentos e cinquenta a esta parte,*

achando-se em muitas entradas de Castella, encontros e pelejas que se offereceram com o inimigo, sendo de sua muita parte de se aprizionarem um tenente e nove soldados com seus cavallos, sinalando-se em todas estas occasiões com grande valor,...» [1] Nos intervalos das refregas acordam-se-lhe os pruridos poeticos:

> *Alarma, alarma,* tormentos
> *Álerta, álerta,* cuidados!
> Senti, coração, soluços,
> Rompei meus olhos em pranto.
> Senti tragicos assumptos,
> Chorae motivos infaustos,
> Que já para vós são mortos
> Alivios, vistas e applausos.
> Retumbem funestos eccos,
> Que já senti enlutados
> Cento a cento os paroxismos,
> E mil a mil os lethargos...

(Romance 16.)

Pertencem a estes primeiros annos da vida soldadesca os deliciosos romances de sentimento popular, ás deidades plebeias:

> Á fonte vae buscar agua
> Com um cantaro Isabel,
> Deidade rustica e egual
> Na belleza e no desdem.
> Era do loureiro a fonte,
> E foi a primeira vez,
> Que dos raios o loureiro
> Se pôde defendido crêr.

1 *Registo de Alvarás, Patentes, Cartas e Ordens de* 1659 *a* 1662, vol. xxv, fl. 102. (Achado laborioso na Torre do Tombo, por Alberto Pimentel, *Op. cit.*, p. 74.)

Cantando vae de caminho
E na fonte ingrata a quer,
Por não deixar de matar,
Matar de sêde tambem...
De puro ouro é o cabello,
Dizem que é ouro de lei
Mas ella de puro falsa
Não tem lei para ninguem.
Logra com tanta grandeza
O ouro que n'ella tem,
Que já solto sobre os hombros,
Todo lhe fica em anneis.
Prata brunida é a testa,
E seu cabello se vê
Sobre dourado lhe forma
Pois sobre ella tem seu ser.
Negros são seus olhos bellos,
Ou de Angola ou de Guiné,
Mas são negros de engenho,
Que só serve de moer...
Em as faces neve e rosa
Troca fizeram fiel,
A neve lhe deu brancura,
A rosa seu rosicler...
Vendo suas perfeições
O sol enforcar-se quer
Que primeiro veste alva
Quando quer apparecer...
Vae descalsa pelo campo
E advertencia sua é,
Por desengano das flores
Levar descalsos os pés...

(Romance 45.)

Por trez annos se prolongou a vida de campanha, embarcando-se para o Brasil, aproveitando a companhia de um desembargador seu parente que ia para a Bahia e ao mesmo tempo para se eximir a qualquer vindicta da familia do morto da Vidigueira. A viagem demorada e enfadonha da carreira do Brasil, com as suas impacien-

tantes calmarias, lançaram-o na concentração moral e no recolhimento subjectivo. Um prodrômo da monomania religiosa, em que o espectaculo de uma natureza esplendida se lhe torna inexpressivo. Lembram-lhe um casamento vantajoso, que repelle; conforta-se com os padres da Companhia de Jesus seus antigos mestres, e refugia-se das suas perturbações espirituaes entre os frades benedictinos. Era a adaptação ao meio que estava soffrendo, a nostalgia das saudades que novamente o inspira.

Minha saudade, onde estaes,
Que ha muito que me não vistes?
Se me não olhaes, respondei-me,
Se me não fallaes, ouvi-me.
Que impossiveis vos escondem?
Que distancias vos dividem?
Que nem ouvir-vos mereço,
Nem vêr-vos se me permitte.
Quem vos poz de mim tão longe,
Quando parece impossivel
Que dos meus olhos se ausente
Quem dentro n'alma me vive?
Quem vos poz tão mal commigo,
Que andando sempre a fugir-me,
Nem vos doeis do que chora,
Nem se vos dá que eu suspire?
Não fujaes de ouvir meus males,
Ouvir meus suspiros vinde,
Porque sempre foi discreta
A conversação de um triste...

. . . .

Na solidão d'estes montes
Desterrado, amante e firme,
Vivo de um mal que engana,
Morro de um bem que já tive.

Busco-vos entre estas penhas,
Que, como o sois sem me ouvirdes,
Só entre as penhas presumo
Que achar-vos será possivel.
Se vos busco entre estas praias,
Faz a minha ancia insoffrivel,
Que o numero das areias
O mal das maguas imite.
Se ao mar lagrimas levo,
Maior que o mar onde estive,
Corre outro mar de meus olhos,
Pois o pranto é sem limite...
Se do arvoredo as aves
Ouvem meus suspiros tristes,
Em logar de alegres tonos
Roucas cadencias exprimem.
Se corro abraçar as sombras
Em que meus olhos vos fingem,
Nem por sombras me consentem
Vêr que em meus braços vos tive.
Morre o dia, nasce a noite,
Sem que a minha ancia expire,
Morre a noite, o sol renasce
Sem que esta pena se evite.
....
Tudo se alegra e renova,
Por mais d'amores que sentisse;
Eu sem vêr gosto em meus olhos
Vivo cada vez mais triste.
Desço o valle, chego ao monte,
Emfim, por mais que varie,
Sem vós, minha saudade,
Tudo me offende e afflige...
Emfim, minha saudade,
Aqui morrerei de triste,
Sem vós, pois vos tenho ausente,
Sem mim, pois cá vivo triste.

(Romance 10.)

Depois d'esta personificação da Saudade, evoca o Pensamento em que todo se absorve, como em um consolador mysticismo:

Vinde cá, meu Pensamento,
Se é que não andaes perdido,
Pois que não posso ir comvosco,
Quero que fiqueis commigo.
Bem sabeis que entre os estorvos
De uma ausencia e de um retiro,
Nem do que padeço fujo,
Nem ao que desejo sigo.
Bem sabeis, que entre os pesares,
De que chóro e de que sinto,
Nem para o martyrio morro,
Nem para o remedio vivo.
....
Ainda assim, quando relato
As razões porque me afflijo,
No que adquiro fineza
Se me attribue delito.
Porém, já, meu Pensamento,
Nem me queixo nem me admiro,
Que emfim não são para nescios
Males tão bem padecidos.
Os motivos por que peno
Suavisam tanto o que sinto,
Que na causa por que morro
Acho rasão por que vivo.
(Romance 13.)

Mudando de rythmo faz a prosopopêa de um Suspiro, animando-o das circumstancias que o provocam:

Onde ides, meu Suspiro,
Onde ides tão ligeiro,
Sem mais norte que um louco,
Sem mais guia, que um cego?
Aonde voaes perdido,
Sem vêr que é desacêrto,
Crecer mais fogo ao fogo,
E dar mais vento ao vento?
Nascestes ainda agora,
Entre os meus ais, morrendo,
E já quereis, de ousado,
Ser de uma alma correio?

E sendo um desmaio,
Correis com tanto alento,
De meu, aos precipicios,
De Philis aos extrêmos.
Não vêdes que o caminho
D'esse veloz desejo,
Vae por terra de abrólhos,
Da esperança aos desacêrtos?...
Não discorreis que tendes
Para o mar fragil lenho,
Para o sol breves azas,
Para o ar pouco alento?
Não vêdes contra vós
Erguer-se o mar violento,
Vestir-se o sol de lutos,
Encher-se o ár de mêdos?
Pois não mais, meu Suspiro,
Parae e já suspendei-vos,
Não vades, não, mais longe,
Tornae, vinde, que é tempo...
Ficae pois, meu Suspiro,
Que em tão divino incendio,
Fugir da morte é culpa,
Morrer de frio é prémio.

(Romance I.)

As allegorisações da Ausencia têm uma sentida vivacidade, exprimindo a ancia do regresso. A morte inesperada de D. João IV, e a nova côrte da Regente, com uma perspectiva de difficuldades em que Portugal se viu abandonado pela Europa e assaltado furiosamente pelo Castelhano, actuaram no animo do garboso militar, para vir á defeza da patria; é por 1656 que Antonio da Fonseca Soares embarca para Lisboa. Nos fundamentos allegados na carta patente de 20 de Janeiro de 1662, aponta-se um episodio do seu regresso: «em todas as occasiões com grande valor; e vindo do Brasil na Capitânia, entendeu o

General da Frota que a Armada de Inglaterra a esperava dispondo-se a pelejar com ella, pela bôa opinião que tinha d'elle Antonio da Fonseca, o encarregara do castello de pôpa...» Referia-se á lucta dos Parlamentarios.

A Frota não foi atacada, e Antonio da Fonseca Soares entrou logo em acção da guerra defensiva, indo, como se lê na referida patente, «assistir na campanha de Olivença com todo o bom procedimento e satisfação...» Toma parte na conquista da Praça de Mourão, que celebrou em um poemetto de 62 outavas *Mourão restaurado em 29 de Outubro de 1657*, e em outro poemeto em 49 outavas *Aplausos da gloriosa victoria das linhas de Elvas*. Mas a suggestão da frequencia das egrejas e dos conventos veiu-lhe acordar a juvenil inspiração e o delirio amoroso.

Nas Egrejas é que se tomavam os namoros e campeavam as sécias; Fonseca Soares faz nos seus romances a chronica das suas aventuras galantes:

A San Vicente de Fóra
Lize aos sabbados vae,
Porque belleza tão grande
Não cabe na côrte já.
Vestida toda á franceza,
Sae sómente por mostrar,
Que é bem que se Lize é flor
Flor de Lize seja já.
É homizio e não rebuço,
De manto o airoso desfaz,
Pois pelas vidas que tira
O sagrado vem buscar.

Mil sinaes leva na cara,
Porque, se alguem duvidar
Que a todos mata, repele
A morte pelos sinaes.

....

Tanto escandalo a menina
A todos no templo dá,
Que entrando todos devotos,
Sahir idolatras faz.
Guardar pois a alma d'ella,
Que o dia em que Lize sáe,
Como a todos é de festa,
Seja a todos de guardar.

(Romance 59.)

Outra scena do mesmo genero eroto-ascetico:

Maricas foi aos Caetanos
Uma outava de Natal,
Inda que o logar faltava
Ella se fez bom logar.
Entrou dentro, e dentro d'alma
Entrou com impeto tal,
Que sahi fóra de mim
E em mim mais não pude estar.

....

A par d'ella as mais formosas
Pretendiam assento egual
E sendo as outras sem conto,
Ella mostrou ser sem par. Etc.

(Romance 60.)

E fazendo o retrato de Tisbe, vestida de luto, serve-se de antiphrases e locuções populares:

Em as luzes de seus olhos
Mostrou tão suave influxo,
Que as almas mete a saque,
Quando as vidas leva a furto.

A boquinha, em cuja graça
Se enleia o melhor discurso,
Dizer que enfeitiça é pouco,
Crêr que mata não é muito.
Çapatinho a la moda,
Que atropella todo o mundo,
Faz com pouco mais de nada
Gato sapato de tudo...

(Romance 61.)

Foi Cloris a San Francisco,
E foi de luto esta vez,
Por mostrar que a tal belleza
Nada póde escurecer.
....
Leva suas contas brancas
Porque quando as toma, quer
Deixar em branco os extremos
Que fazem quantos a vêem.

(Romance 73.)

Em decreto de 15 de Janeiro de 1657, mandou a Rainha Regente para «atalhar a inquietação com que se assiste, e o excesso com que fallam homens e mulheres nas egrejas, — na porta ou no adro d'ella, assim homem como mulher, sejam castigados com todo rigor em pena pecuniaria, prizão e desterro, se assim o merecer a qualidade do excesso. O Regedor da Casa de Supplicação faça pôr editaes nas portas das egrejas...» As mesmas disposições se repetiam em 31 de Janeiro de 1659, e 8 de Junho de 1667, mas tudo ficou letra morta: o costume pode mais que a lei.

Pela referencia á *Arrabida,* vê-se que este idylio freiratico se passava em Setubal, em volta do convento de Jesus, onde Antonio da Fonseca

Soares dispendia a sua inspiração amorosa. Em Romance a Brites bella, recebendo uma carta exprime o seu goso por termos liturgicos:

> Hoje, que vi vossas letras
> Foi para mim esta carta
> De seguro a meu receio,
> E de guia á esperança.
> Fiquei louco de contente,
> E como em *Quaresma* estava,
> Cuido, achei as *Alleluias*
> Antes da *Semana santa.*
> Acabaram-se as tristezas
> E a *Paixão* de penas tantas,
> E foram vossas noticias
> Para mim alegres *Paschoas.*
> *Ressuscitou* o meu gosto
> Já que *sepultado* andava
> No profundo da saudade
> E no abysmo da magoa.
> A *Quaresma* d'esta ausencia
> Mui *penitente* passava,
> Que quem de vós vive ausente
> *Arrependido* se acha.
> *Jejuava* aos alivios,
> De penas me sustentava,
> Eram muitos estes *Passos*
> *As mortificações* raras.
> Ia para traz nos gostos,
> E por *cadeias* levava,
> Nas lagrimas que vertia
> Duas correntes pezadas
> O coração repetia
> As *desciplinas* molhadas
> ....
> Té que vosso papel veiu
> Com *indulgencia plenaria*
> Livrar-me de culpa e pena
> Pois trazia tanta graça...

(Romance 53.)

Em um romance a uma dama chamada Francisca, descreve a sua situação na linguagem da ascese franciscana:

Francisca da minha vida,
Por cuja divina cara,
Inda que caro me custe,
Vivo todo *á franciscana.*
Na *Arrabida* d'esta offensa
Me vão seguindo as distancias,
Com soluços e desejos,
Burel de desconfianças.
Com *habito* de paciencia
Estou já tão feito a mágoas,
Que *conventual* das penas,
Sou *profano* de desgraças.
Estou mal, meu doce emprêgo,
Que ha no *Calvario* d'esta alma,
Cada saudade uma *cruz,*
Cada memoria uma *chaga.*
Das cordas do coração
Só tu me quebras e arrrancas
Sendo nó cégo os soluços,
Põem-se-me os nós na garganta.
Sempre *descalso* de alivios,
Vou pisando em minhas ancias
Os *abrólhos* de ciumes,
A neve das esperanças.
No *jejum* de teus favores,
Como se me dão á larga,
Poz nas penas agua aos olhos,
Vão passando *a pão e agua.*
Nas *contas* de meus extremos
Passo os dias e semanas,
Por que com tantos me achas,
Com me *pôr na cruz* me pagas.

....

Pois, Francisca de meus olhos,
Se uma fineza tão rara,
Já por *penitencia* é digna
De uma *indulgencia plenaria,*

Permitte que torne a vêr-te
Essa peregrina graça,
E por bem de tel-a á vista
Não sentirei vêl-a ingrata...

Pela noticia de soror Anna Maria do Amor Divino, nas *Memorias historicas do Mosteiro de Jesus de Setubal*; «quando era capitão de Infanteria d'esta praça, no tempo de seus desenfados por elles mereceu Antonio da Fonseca Soares *o renome de Capitão Bonina.*» (Mem. IV, § 22.) É um symbolo e uma synthese, que representam e resumem todos os requebros enternecidos do marcial enamorado. Em um dos seus romances ineditos revela-nos como as flores lhe serviam de linguagem allegorica:

Com o favor d'estas flores
Quereis, meu bem, que agradeça,
Se dar-me a flor em venturas
É desenganar-me d'ellas.
Se ainda uma flor mais luzida
É vida uma aurora apenas,
De um bem que nasce morrendo
Que fructos uma alma espera?
Se a flor d'esse *amor perfeito*
Acaba quando começa
N'um favor que é *maravilha*,
Como hade a fé ser *perpetua?*
Se da condição das flores
Foi sempre a vossa promessa,
Como hade esperar-se os logros
Se na esperança se séca?
Em flor me daes esperança
E n'esses fios de sêda
Alma me põe por um fio,
Daes-me o que me desespera...

(Romance 71.)

No Romance em que celebra uma rosa exagera os requintes dos equivocos com que costumava engalanar as suas declarações e confidencias:

> Para que nasceste, rosa,
> Detem-te em nascer, que morres.
> Que nas flores tens alentos
> Desmaios crueis da morte.
> No bêrço florido nasces
> Em que o sepulchro descobres,
> Sendo as mantilhas que vestes
> As mortalhas que te envolvem...
> Quando de aljofar a Aurora
> Te enfeita a purpura nobre,
> Chora a monarchia breve
> Da flor, monarcha que morre...
> Não quiz que muito durasses,
> Porque a belleza não fôsse
> Escandalosa a inveja
> Que se cega em resplandores...
> Se muito tempo tiveras,
> Não te choraram a morte,
> Que o bem que depressa acaba
> É bem que se sinta e chore.
>
> (Romance 75.)

Ao fim de onze annos de bom serviço em campanha, é-lhe supprido todo o tempo que lhe faltava para a patente de capitão, sendo-o por carta de 20 de Janeiro de 1661, antes de romper a lucta do partido da Regente com o da maioridade de D. Affonso VI. Lê-se no referido documento: «e por confiar d'elle que em tudo de que o encarregar corresponderá inteiramente á confiança que faço de sua pessôa: Hei por bem e me praz de o nomear como por esta carta o nomeio por Capitão de uma Companhia do Terço que de novo

mando formar em Setubal, da qual é Mestre de Campo D. Manuel da Camara, o qual posto servirá emquanto o houver por bem e em elle haverá de soldo por mez quarenta cruzados pagos na forma das ordens e todas as honras, graças a preheminencias, liberdades, mercês e franquezas que de direito lhe pertencerem. E para elle, Antonio da Fonseca Soares haver de entrar n'este posto, lhe hei por supprido todo o tempo de serviço que lhe falta pelo capitulo 15 do Regimento dos Fronteiros no qual dispenso com elle sem embargo de se não declarar o que tem de menos. Pelo que ordeno ao Governador das Armas de Setubal lhe dê a posse d'esta Companhia, jurando primeiramente de satisfazer as suas obrigações, e ao Mestre de Campo d'este Têrço lh'a deixe exercitar livremente e aos mais officiaes e soldados d'ella obedeçam e guardem suas ordens, como devem e são obrigados e o soldo referido se lhe assentará nos livros a que tocar para lhe ser pago a seus tempos devidos. Por firmeza do que lhe mandei passar esta carta, por mim sellada e firmada com o sello grande de minhas armas. Dada na cidade de Lisboa a 20 de Janeiro. João de Mattos a fez no anno do nascimento de Nosso senhor J. C. de 1661. Francisco Pereira da Cunha a fez escrever. — *Rainha.*» Pela apostilla a esta carta patente vê-se que a resolução regia data de 27 de Agosto de 1660. Parece que emquanto se creava o Terço pago por Setubal Antonio da Fonseca Soares foi auctorisado á permuta com um capitão do Terço do exercito do

Minho do Mestre de Campo Alvaro de Azevedo Barreto em 11 de Junho de 1662. Como explicar este afastamento de Setubal, do campo do seu imperio affectivo, em que as freiras do Convento de Jesus quasi o adoravam? As loucuras do amor são perigosas em cidades maritimas, e segundo o biographo padre Manuel Godinho, serviu-lhe um grave achaque de aviso do céo; mais do que isso foi *«ferido por um bacamarte, com que em Setubal lhe tiraram á queima-roupa, de noite, sem lhe tocar bala alguma no corpo...»*

Ligar-se-ia esta emboscada nocturna em que foi alvo de varias balas ainda á vindicta do duello da Vidigueira, que se pode tambem relacionar com a partida brusca para a Bahia? É certo que Antonio da Fonseca Soares tratou de *accolher-se ao sagrado,* professando na ordem franciscana da Provincia do Algarve. Pela data da sua profissão em 19 de Maio de 1663 apoz o noviciado, vê-se que este se passou desde a permuta para a companhia de um Terço do Minho e justificada então a ausencia por uma doença grave. Aquelles vigorosos trinta e dois annos não podem abafar-se sob o burel franciscano; todos os fogos dos seus fatuos amores vão concentrar-se em um sentimento exclusivo e absoluto: *crêr.*

2.° — *Jonas: soldado, poeta e frade.* — Depois de nomeado Capitão do Terço de Setubal por carta patente de 20 de Janeiro de 1661, Antonio da Fonseca Soares obteve a permutação em data de 11 de janeiro de 1662 com um capitão de um

dos Terços do Minho; n'esta transferencia visava a preparar a sua entrada na vida monastica, porque em 20 de Maio de 1622 começava o anno do noviciado na Provincia franciscana do Algarve. A grave doença a que allude o seu biographo padre Manuel Godinho fôra um recurso para cobrir o seu desapparecimento no anno de noviciado no convento em Evora. D'este passo decisivo ignorado de sua familia, diz em Carta: «Meu irmão. Foi Deus servido de querer, que esta ovelha perdida se restituisse ao seu rebanho e conhecesse os seus êrros; e desejando de empregar em *melhor guerra* o que me ficava de vida, *troquei o serviço d'Elrei* pelo serviço de Deus. E dia da Ascenção, *(sem que o soubesse ninguem, do mundo)* tomei o habito n'este convento de S. Francisco de Evora, d'onde avisei a minha mãe e a parentes e a Lisboa aos amigos que me faziam mercê; e fico tão consolado com os favores do céo, que os maiores impérios da terra rejeitára eu, se fôra grande principe... A todos esses senhores meus amigos dae muitas lembranças e pede me recommendem muito a N. Senhor... Dae a minha mãe grandes consolações, persuadindo-a que dê muitas graças a Deus por esta mercê; e elle vos guarde como desejo. Evora, 20 de Maio de 1662. Irmão e amigo. *Frei Antonio.*»

Este abandono da actividade militar pela vida monachal, no terrivel momento em que os exercitos de Philippe IV invadiam o Alemtejo, achando-se Portugal abandonado das outras nações, só

é explicavel pelo egoismo ascetico. No dia em que, decorrido o anno de noviciado, fazia com toda a pompa a profissão na capella-mór da egreja de S. Francisco, em 19 de Maio de 1663, a cidade de Evora achava-se cercada pelo exercito commandado por D. João de Austria, e uma bala de artilheria inimiga foi cahir junto de Frei Antonio das Chagas. A cerimonia da profissão foi seguidamente ser continuada na Capella dos Ossos, assim chamada por ser completamente revestida de ossadas humanas, de um effeito aterrador. A cidade de Evora foi tomada por D. João de Austria, o feliz general bastardo de Philippe IV; mas murcham-se-lhe os louros, porque lhe foi retomada. [1] N'este transe decisivo da independencia de Portugal, escrevia F. Antonio das Chagas: «vivo aqui tão satisfeito com o meu estado, que tenho por usura ter deixado pelo burel as ostentações da maior gala e pelos nadas de não ter proprio todos os favores e esperanças de fortuna... Esta vida, que foi a todo o mundo toda escandalos e toda culpas, quizera que fôsse agora toda exemplar e toda emendas...» Aquelle temperamento activo e impulsivo não podia conformar-se com a vida contemplativa e apathica

---

1 Por decreto de 14 de Agosto de 1663 foram prohibidas e mandadas recolher as *Outavas rimas* de André Rodrigues de Mattos contra o povo de Evora, advertindo os Desembargadores do Paço para não darem licença sem consultar a obra em que se envolvam cousas do estado ou reputação publica.

do mystico; o estado religioso imprimiu á sua individualidade uma energia moral e material que o elevou a um vulto preponderante da epoca. Observa Comte, na *Politica positiva:* «O estado religioso assenta sobre a condição permanente de duas condições egualmente fundamentaes, *amar* e *crêr,* que, embora profundamente distinctas, devem naturalmente concorrer. Cada uma d'ellas, além da sua propria necessidade, ajunta á outra um complemento indispensavel á sua plena efficacidade. Na nossa mesquinha constituição cerebral, a fé não é completa sem o *amor,* a qualquer gráo que chegue a demonstração. Mas em sentido inverso, o melhor coração não pode *amar* uma potencia externa cuja existencia comporta duvidas habituaes. Só então o *amor* excita a *crêr* vencendo o orgulho, a fé dispõe a *amar* prescrevendo a submissão.» *(Op. cit.,* II, p. 17.) Segundo as relações d'estes sentimentos *amar* e *crêr,* se manifestaram as doutrinas theologicas da egreja, a *Graça* e as *Obras,* que no seculo XVI perturbaram os espiritos com a questão da *Graça efficiente,* reapparecendo no seculo XVII sob um novo aspecto, o *Quietismo* formulado pelo mystico hespanhol Miguel de Molinos, tornando-o (prep. 28, 41 e seg.) um ascetismo sensual, e o Amor divino tomado como thema das subtilezas culteranistas estimulando uma deslavada poesia religiosa e um lyrismo de freiraticos. A esta corrente obedeceu soror Violante do Céo. Fr. Antonio das Chagas, detestando todas as suas poesias do amor mundano, libertou-se dos versos de redondilha e

dos romances assonantados, e elevou-se á altura de Frei Luiz de Leão, com as suas quatro Elegias na forma italiana do terceto. Mas a vida monachal tornou-se tanto ou mais turbulenta que a militar: prégar, missionar, doutrinar, vias-sacras, penitencias, fundações, confissões e correspondencia espiritual não lhe deixavam tempo para a idealisação poetica. Os seus antigos amores eram-lhe lembrados, o que em extremo o contristava. Descreve Soror Maria do Amor Divino nas *Memorias historicas* do convento de Jesus de Setubal: «No anno de 1669 prégou uma fervorosa missão n'esta villa o veneravel Padre Frei Antonio das Chagas, filho d'esta Provincia dos Algarves. Como tinha militado n'esta Praça, onde fôra capitão de Infanteria no tempo dos seus desenfados, que lhe mereceram o renome de *Capitão Bonina,* quando já missionario apostolico em Varatojo, fundação sua, quiz aqui vir prégar desenganos com a voz, e corrigir seus escandalos com os exemplos de sua santa vida. Prégou varias vezes em nossa Igreja ao povo, e outras só ás freiras á porta fechada.» Uma freira, repetindo uma quadra do tempo do seu fervor poetico, Fr. Antonio das Chagas, «parou, cheio do pejo, e na ira santa: — Oh! madre, não repita isso, que foi feito por um doudo.» *(Ib.)* Sob este horror aos seus versos amorosos, conta o Bispo de Gram-Pará: «Depois de religioso, sabendo que no mosteiro de S. Bento da Saude vivia o seu amigo Frei Jeronymo Vahia, e que havia copia de seus versos entre aquelles cujos

olhos se deviam tamsómente occupar em versos de David no côro, quiz rasgal-os, por terem taes coplas muitas profanidades. Não obteve despacho; gracejaram com elle e meteram-no á bulha.» Tambem Barbosa Machado refere como procurava destruir os traslados do seu poema ainda inedito da *Philis:* «Promettia o veneravel padre a quem lh'as desse para as reduzir a cinzas, jejuar ou disciplinar-se um anno por sua tenção.» Toda a sua impetuosidade e improvisação imaginosa irrompeu na predica de 1672 em diante, dominando as multidões. Estava na pujança dos seus quarenta annos. O famigerado prégador padre Antonio Vieira fala como jesuita com certo desdem pelo seu rival franciscano:

«Poucos dias antes do ultimo correio, partido aos 13 de Novembro, se tinha em Lisboa hũ Jonas prégando: *Adhuc quadraginta dies et Ninive subvertetur.* Este homem (que pode ser seja conhecido de V.ª S.ª) he hum Capitam gram Poeta vulgar, chamado antigamente Antonio da Fonseca, o qual se metteu frade de S. Francisco haverá outo ou dez annos, (1663-1665) e hoje se chama Frei Antonio das Chagas. Haverá dois ou trez annos começou a prégar apostolicamente exhortando á penitencia, mas com cerimonias não usadas dos Apostolos, como mostrar do pulpito hũa caveira, tocar uma campainha, tirar muitas vezes hũ Christo, dar-se bofetadas, e outras demonstrações semilhantes, com as quaes e com a opinião de Santo, leva apoz si toda Lisboa, préga principalmente na Igreja do Hospital, concorrem

fidalgos e senhoras em grande numero, e hũa vez lançou do pulpito entre ellas o crucifixo a que se seguiram grandes clamores; e com isto se entende que o dito prégador tem na mão os corações de todos e os poderá mover a quanto quizer, temendo-se que se seguir a opinião ou apprehensão vulgar, e se meta no ponto de fee, poderá occasionar algum alvoroto semelhante ao do tempo de elrey D. Manuel, não longe do mesmo logar onde préga, e verdadeiramente que a consideração do logar, a circumstancia do tempo, a disposição dos ouvintes, e *ser o Jonas soldado, poeta e frade,* e não acudirem a estas extravagancias os que costumam fazel-o com menores fundamentos, prenuncios podem ser de alguma tempestade, que se não se levantou nos primeiros dias, pode ser que se vá armando para o fim dos quarenta, que tantos são os sermões que tem promettido e vae successivamente continuando todos os dias.» (P.e Vieira, *Carta*, de 1675, de Roma, 1 de Janeiro.)

O gesto pathetico de arrojar o crucifixo ao meio da multidão pávida, eguala a expressão de um Soneto religioso do seculo XVII, todo formado de antitheses:

A Christo crucificado

Se sois riqueza, como estaes despido?
Se Omnipotente, como despresado?
Se Rei, como de espinhos coroado?
Se forte, como estaes enfraquecido?

Se luz, como a luz tendes perdido?
Se Sol divino, como ecclipsado?
Se Verbo, como é que estaes calado
Se vida, como estaes amortecido?

Se Deus, estaes como homem n'essa Cruz!
Se homem, como daes a um ladrão
Com tão grande poder pósse dos céos?

Ah, que sois Deus e homem, bom Jesus!
Morrendo por Adão em quanto Adão,
E redimindo Adão em quanto Deus.

O mysticismo não podia encontrar uma epoca mais adequada para as suas elevações e subtilezas do que o seculo XVII; escreviam-se por toda a parte livros de piedade. Os requintes do gongorismo prestavam-se á revelação das finezas do amor divino. A face do mysticismo n'esta epoca é toda especulativa, como o foi na Escola de Alexandria. Appareceram as palestras e as theses dos conventos, os casos, os escrupulos, e quanto o admiravel Pascal soube cobrir de um eterno ridiculo. Ao lêrem-se as poesias espirituaes de fr. Antonio das Chagas, que se encontram no, de arrebicado prolixo livro do padre Manuel Godinho, sobre a vida do veneravel religioso, conhece-se o seculo XVII na poesia e na crença.

O delirio de imagens e sentimentos, ás vezes sublime, que caracterisa a poesia de seiscentos, expande-se nas suas elegias. O *conceito* parece ter nascido da especulação mystica. A Peninsula é a terra do mysticismo.

Soror Brigida de Santo Antonio, no seu cantico sobre o amor divino, [1] eguala por vezes os

---

1 Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano*, tom. 3, pag. 876.

mais vertiginosos transportes da Carmelita Doutora. Tambem Soror Clara de Jesus, religiosa do mosteiro da Madre de Deus, morre recitando aquelle terceto de Santa Thereza de Jesus:

> Vivo sin vivir en mi
> Y tan alta vida espero,
> Que muero, por que no muero. [1]

Possuido do horror do claustro, para Frei Antonio das Chagas é o habito a mortalha, a cella onde se abriga a sepultura; deprime-se, compara-se ao guzano que se esconde no tumulo que vae abrindo. Os desvarios de uma mocidade turbulenta passam-lhe pela imaginação, como uma nuvem que tolda um céo esplendido e aberto. A primeira elegia é uma allusão á sua vida mundana; Antonio da Fonseca Soares, no seculo, sacrificava a sua musa ás distracções lascivas; abnega d'essa gloria, quando procura o esquecimento das *loucas cantilenas*, que tantas Magdalenas haviam feito. A sua vida é o logar commum da de todos os ascetas; o agiographo não cessa de tirar-lhe o horoscopo do nome, para fazer em tudo o parallelo com Antão Solitario. *Respondent rebus nomina sæpe suis*, disse Ovidio. Pelos nomes do baptismo se descobre o sentimento mystico da familia na Edade Média. Em todas as edades religiosas existia este horoscopo como se vê nas leis de Manu; [2] na Meia Edade era elle frequente,

---

1 Obras, 1.ª parte, pag. 579, ed. Plantiniana.
2 Leis de Manu, pag. 32, § 31, 33.

porque a ascese consistia na *imitação*. [1] O mesmo horoscopo do nome se encontra nas lendas de S. Christovão, de S. Renato. Como Antão, o poeta varatojano ficou, quando adolescente, orphão de pae; o que S. Jeronymo diz do patriarcha do deserto, o apologista vae applicando a fr. Antonio das Chagas.

As doutrinas mysticas que professava achamse nas Cartas a suas irmãs, tambem religiosas, e em varios apophtegmas espirituaes. Sobre o primeiro passo da ascese diz o poeta: «os bens d'este mundo falso e enganoso dita é não chegal-os a possuir mais do que para os despresar: nem ha para que fazer caso mais que d'aquillo que por Deus se deixa, e só por se deixar se estima.» A sua linguagem é conceituosa e equivoca na descripção, aliás bella e difficil, do amor divino e do estado psychico. O amor divino é o ideal de toda a poesia mystica, o sentimento, como diz Hegel, que só determina o absoluto na forma.

O religioso poeta em tudo encontra imagens para exprimir a saudade do céo: «O caminho de uma alma para Deus parece ás vezes espiritualmente como os caminhos da terra; uma hora se vae por campos de flores, outr'ora por matas de espinhos, ora por valles, ora por serras; o negocio de quem caminha consiste em não parar e ir por diante, ou seja por serras asperas ou por val-

---

1 Vid. o canto XII do *Paraiso* de Dante, terceto: O padre suo, veramente Felice, etc.

les aprazíveis, ou por flores de consolação, ou por espinhos de tribulação, apesar de que picam e magôam. A sua esposa disse o Senhor, que então lhe parecia uma flor, quando a vira entre os espinhos.» Vendo o sol cantava um hymno, como a *seu irmão Sol* os sabia modular o seraphim de Assis. A terra e o mar, as sombras e a luz, as fontes, os rios, e os descantes das aves, motivavam-lhe os pensamentos do amor divino. As flores lembram-lhe a brevidade da vida, e ella — «que é mais do que uma flor que se murcha, que é mais do que uma luz que se apaga e que é mais do que uma sombra que foge, uma figura que desapparece! Como náo que não sente o curso do caminho que vae fazendo, como setta que em um ponto travessa os pontos a que tira, como ave que um momento penetra os áres que vôa. Assim como entre espinhos nasce a rosa, assim entre as afflicções a graça.»

Outras vezes, arrebatado na vehemencia d'esse amor, eleva-se na inspiração hymnico-dithyrambica de alguns cantos da Egreja; o epitheto converte-se em estrophe, é a ladainha. O que a doutrina mystica de fr. Antonio das Chagas tem de futil e ridiculo mostra-se já nos titulos das suas obras; [1] tinha um tanto d'aquella faculdade in-

---

1 *Escola de Penitentes e flagello de Peccadores.*
Ramilhete espiritual composto com as flores doutrinaes.
Desengano do mundo pelo mais desenganado.
Fugido para o deserto o desengano do mundo.
Lagrimas e Suspiros vertidos de um pedernal humano a golpes de Amor divino.

ventiva de Escobar, cuja aberração para o *quietismo* originou a poesia obscena do seculo XVIII.

As quatro Elegias de fr. Antonio das Chagas, umas vezes sublimes de sentimento, outras, manchadas de equivocos, levam-nos a fazer uma ideia mais justa da poesia d'essa epoca, tanto tempo despresada e escarnecida pelos espiritos pautados nos canones quintilianescos e tropeços horacianos. A novidade de imagens, o arrojo das metaphoras denotam sempre uma actividade intellectual. Aqui o poeta mystico vae penitente chorar retirado *nas covas de seus olhos.* — Ubique daemon! — foi o ecco que restrugiu pelo vacuo do mundo, quando os Deuses se fôram. Por isso em tudo ha uma tentação para o poeta religioso, que tem um secreto amor com a Natureza que incessantemente combate e a final aniquilla em si; um ribeiro que desliza entre flores, compara-o, inspirado pela tentação, a um *áspide de prata.* Toda a poesia mystica deixa sempre esta impressão de desgosto.

A malevolencia do P.^e^ Antonio Vieira contra Frei Antonio das Chagas provinha do antagonismo politico; o jesuita fôra a alma damnada da intriga da deposição de D. Affonso VI, favorecendo a causa do *Encoberto*, que veiu a ser D. Pedro II, porém o franciscano prégando na côrte, no seu fervor evangelico proclamava na presença d'esse rei: *Non licet tibi habere uxorem frutis tui!* Para amaciar o animo apostolico do varatojano, o poder real offereceu-lhe a mitra de Lamego; elle recusou-a com simplicidade e firme-

za, e não deixou de condemnar a *generatio mala et adultera,* que exacerbava a colera dos cortezãos que lembravam a D. Pedro II o expediente de mandar atirar ao Tejo o frade. Mais intelligente que esses aulicos, respondia-lhes: «Que faz isso a um *homem que calca mitras?*» Simão de Vasconcellos, irmão do Conde de Castello Melhor que estava homiziado longe de Portugal, trabalhava para que lhe fôsse concedido o regresso á patria, e entre as pessoas de importancia entendeu-se para esse fim com Frei Antonio das Chagas. Em carta de 6 de Novembro de 1679, escrevia Simão de Vasconcellos, dando-lhe conta do que na côrte se passava sobre a sua pretenção: «As cousas aqui estão como no passado dizia a V. S., sem alteração que se divulgue. O governo continua da mesma maneira, não faltam queixas... O Duque (Cadaval) é o tudo aqui, com elle os camaristas;... a Rainha senhora é de tudo, e como faz tanta confiança no Duque, tudo o que nos toca tem ali o maior obstaculo; *assim me dizia Fr. Antonio das Chagas,* que não havia mais que ter paciencia, que não se podia esperar do governo presente cousa que não estivesse bem, que elle assim o reconhecia pelo que ouviu, e que só a Ilha da Madeira, V. S. conseguiria, querendo ir para ella, mas que no reyno não consentiria a V. S. que quanto a intercessões da Rainha (D. Catherina), eram muito boas, mas que aqui se estimavam pouco, e que caso quer V. S. que d'ellas se façam se o Duque chegou a dizer quando foi do principio d'estes trabalhos, que se a

mandassem para cá, que alli estava o Sacramento e que não convinha romper a guerra com a Inglaterra; dizem que S. M. não pode saber o que lhes convem e que a sua conservação está diante de tudo, e que está só segura não estando V. S. no reyno, *emquanto el Rey fôr vivo*. Isto me disse Fr. Antonio das Chagas com bem magua sua, segurando-me que não tinha deixado de dizer tudo o que julgava conveniente e pio a este proposito, assim como a paciencia é o melhor remedio para tudo, V. S. se não deve dar por entendido pelo que toca á Rainha (D. Catherina) e antes confiar muito nas suas intercessões por que ella se empenhe sempre em nosso favor...» Simão de Vasconcellos depois de informar do que lhe dissera Fr. Antonio das Chagas, que *emquanto el Rei fôr vivo* não podia regressar a Portugal, accrescenta que na côrte se tratava de fazer a coroação de S. A. o Regente, não por natural sobrevivencia ao irmão, mas *com industria*. Absorvido na sua intensa prédica, nas penitencias das vias-sacras, na disciplina do seu Seminario do Varatojo e missões por differentes terras, e fundação do Seminario de Brancanes em Setubal, Fr. Antonio das Chagas caíu em um esgotamento nervoso, que lhe produziu vágados e pequenas syncopes, que inanido o prostraram de vez no convento de Varatojo em 20 de Outubro de 1689, com cincoenta annos de edade, dos quaes a monomania religiosa hereditaria o victimou pela doença da santidade, em verdade menos sympathica do que os *desenfados* do *Capitão Bonina*.

Soror Violante do Céo. — É a expressão mais completa do lyrismo seiscentista, emquanto aos requebrados conceitos rhetoricos, ressumbrando um *quietismo* quasi sensual com que traduz as emoções do amor divino, que muitas vezes encobre allegoricamente paixões de freiraticas intrigas. Nasceu em Lisboa, em 30 de Março de 1601, sendo seus paes Manuel da Silveira Montezuma e Helena Franco. Professou no Convento dominicano de N. S. da Rosa em 29 de Agosto de 1630, falecendo depois de sessenta e tres annos de clausura em 28 de Janeiro de 1693. A poesia, ao gosto da sua época, foi uma distracção na monotonia conventual, sendo as suas composições quasi todas escriptas em castelhano para as festas da Virgem, Romances e Villancicos, que eram cantados pelas festas do Natal. Muitos successos da côrte de D. Pedro II são celebrados nos seus Sonetos e Canções, que foram impressos em 1733 sob o titulo de *Parnaso de divinos e humanos versos,* em 2 volumes. Apenas publicou em sua vida as *Rimas varias* em 1646, e os *Versos asceticos ao S. Sacr. para antes e depois da communhão.* [1] Em um Villan-

---

1 O *Parnaso* de Soror Violante do Céo, religiosa dominica do mosteiro da Rosa foi dedicado pelo editor a Soror Violante do Céo, religiosa do Convento de Santa Martha «pela identidade do nome com que singularmente se appellida... deixando de parte outras circumstancias (a principal das quaes é dever ao senhor seu pae uma estreitissima amizade acompanhada de especiaes obrigações) me anima a honrar esta edição com dedicar a V.

cico do Nascimento, o quadro é de sensualidade:

Principe, que á meia noite
  Sahis a rondar amante,
  Porque sempre n'esta hora
  É mais certa a soledade;
Não cuideis, que por sahirdes
  Tão disfarçado e tão tarde,
  Falta quem logo dê novas
  De um excesso tão notavel.
Porque os mesmos que vos servem
  Foram logo pelos ares
  A dizer em altas vozes
  Que sois mui de osso e carne.
....
Porque apenas do aposento
  Em que até agora habitastes,
  Sahistes sem ser sentido
  Com este lindo disfarce, etc.

(Vill. LVII.)

No meio dos assumptos religiosos como Natal, S. João, Santo Antonio, Ascensão, Rosario, envolve assumptos contemporaneos, como o attentado contra D. João IV e o milagre do Crucifixo, a entrada da Rainha D. Luiza para a clausura ao fim da sua regencia, o casamento de D. Pedro II, e o nascimento da princeza Isabel, as festas pelo casamento da Infanta D. Catherina

---

M. as ditas Poesias, para que com tão grande patrocinio e livres do esquecimento a que estavam condemnadas, respirem alentos de fama...» Esta Soror Violante do Céo, de 1730, chamou-se no seculo D. Leonor de Mascarenhas Barreto, filha segunda dos Condes da Torre, tendo feito o seu noviciado em Lorvão e professado aos dezesseis annos.

com Carlos II de Inglaterra. Tudo isso dá um tom de vida a esses versos em que o sentimento está mais nas palavras requintadas do que na emoção simples.

No *Hospital das Lettras* aprecia D. Francisco Manuel de Mello esta poetisa, enfeixando-a com D. Bernarda Ferreira de Lacerda: «*Autor:* Soror Violante do Céo foi compositora d'esse outro livrinho *(Rimas varias)* feito publico por D. Leonardo; ambas as cousas *(Versos asceticos)* a meu juizo escusadas, por decoro de duas pessoas religiosas interpostas n'esta discreta ociosidade.

«*Quevedo:* No seculo vi e ouvi muitos versos d'este sujeito, e sempre tive para mim que sendo Divino havia parar em o divino, porque o espirito, menos ainda com o sangue, se quer rogado.

«*Author:* Tem que curar este livro?

«*Bocalino:* Todos os filhos dos filhos de Adão participam dos seus achaques.

«*Author:* Tambem logo julgareis por doente um e outro Poema de D. Bernarda, que aqui agora estão, como vos parecem achacosos, os de Violante do Céo?

«*Quevedo:* Ambas vem d'esse solar por linha direita do talento, que em ambas resplandeceu, e como no Céo se não admitte peregrinas impressões, claro está que não pode lá haver achaques.

«*Lipsio:* Muita noticia tenho d'estas duas poetisas portuguezas, e como é louvor em uma

mulher cultivar tão varonilmente o entendimento pela parte laboriosa; porquanto é na data e summario d'ellas, não foram ellas peior aquinhoadas...

«*Quevedo:* Eu, na minha Culta Latiniparla e o Author na sua *Carta de Guia* não parece que nos amassamos bem com mulheres Doutoras, Authoras e Compositoras, porque como dizia um cortezão... mas sem embargo dos embargos, louvemos estas nossas irmãs, e se o seu mal não é melindre, sejam as primeiras a quem se advirta a emenda e receite a mèsinha, se de todo o coração a pedem para remedio das suas obras.» (*Apol. dial.*, p. 393.)

O D. Leonardo, a que se refere D. Francisco Manuel de Mello como collector das poesias de Soror Violante é auctor de um livro intitulado *Collegio Espiritual da Theologia mystica.* Confiou-o á auctora do *Parnaso lusitano de divinos e humanos versos;* ella felicitou-o em uma Decima e tendo-lhe offerecido as suas *Deprecações devotas para quando se ouvir missa,* este Collector de Obras de Madre Soror Violante, presta-lhe louvor pelos mesmos consoantes forçados.

D. Francisco Manuel de Mello, no *Hospital das Lettras* considerava estes cultores da poesia religiosa como os malfeitores que se refugiavam em logares sagrados:

«*Author:* Parece que sahiu a trunfo de authores aquaticos; é a *Insulana* de Manuel Thomaz, e com elle dous livros mais em verso: a

Vida de Santo Thomaz, seu assumpto, e os *Poemas sacramentaes.*

«*Bocalino:* Aquelles *que se nos accolhem a sagrado,* parece que fogem da justiça, que já por essa causa conhecendo eu ali atraz o livro da *Conceição* de Luiz de Abreu Mello, e o de *Santo Antonio* de D. Luiz de Tovar, com todos os de *Francisco Lopes Livreiro* e os de Fr. Manuel das Chagas, de proposito não quiz perguntar por elles.

«*Lipsio:* Pois isso não hade ser assim, porque uma vez julgados todos é força que venham á audiencia e passe pela rasoura, visto que é para saude das famas senão das pessoas.» *(Ib.,* p. 387.) Vêm pois á audiencia:

D. Francisco de Portugal — Filho de D. Lucas de Portugal e de D. Antonia da Silva; sem se lembrar que pertencia á Casa de Vimioso, viveu na côrte faustosa de Philippe II, onde apurou a sua graciosidade e espirito que se reflectiu no delicioso livro da *Arte de Galanteria*, tão louvado por Ticknor; Capitão das Armadas do reino, foi mandado á India por tres vezes, sem receber recompensa, e batalhou em 1624 na restauração da Bahia, que os Hollandezes tinham assaltado por surpreza. Tomou o habito de Terceiro de S. Francisco, cultivando a poesia ascetica, ás vezes inquinada do elemento picaresco ou gosto xacaresco, como lhe chama D. Francisco. Os seus *Divinos e humanos versos* constam de Sonetos, Canções, Outavas, Sextinas, Romances e

Motes em redondilhas na maior parte em castelhano. Faleceu em 5 de Julho de 1632. Sua consorte D. Cecilia de Portugal conservou um vasto Cancioneiro dos fins do seculo XVI, por ventura colligido pelo marido. D'elle extrahiu Juromenha muitas poesias ineditas de Camões e de outros quinhentistas. Jacintho Cordeiro no *Elogio de Poctas Lusitanos,* completando o *Laurel de Apollo* de Lope da Vega, consagra-lhe estes versos:

> Discreto *D. Francisco,* sigo en tanto
> *Portugal* sin igual, cuyo sentido
> Para la elevacion moviendo á espanto,
> El ingenio mas alto y presumido.

D. Francisco Manuel de Mello, no *Hospital das Lettras,* depois do elogio do Conde de Vimioso, primeiro D. Francisco de Portugal, accrescenta:

«*Author:* O que vos posso affirmar é que esse outro D. Francisco de Portugal, de quem agora tratamos (de Poeta em fóra) foi um dos sujeitos de maior applauso que houve em nosso tempo, assim n'este Reyno como no de Castella.

Quevedo: Pelo Portugal se póde dizer á bocca cheia, porque eu sei que era elle estimadissimo na nossa Côrte, com ciume de nós todos.

Author: ......Tanta opinião lhe deram os estranhos, quanta quiçá agora lhe nega a patria ou lhe regatêa.

Lipsio: Que obras ha suas?

Author: As Tempestades e Batalhas, uma ideia galante e namorada que imprimiu em seus

dias debaixo do nome de Thomás de Jape; muitos annos depois de sua morte se estamparam algumas Rimas suas com o titulo de *Divinos e humanos versos*, a que deu forma de livro e poz os remates Francisco de Vasconcellos; cujas obras, tambem sem rasão alguma houveram de padecer uma sorte semelhante, de seu engenho bem designadamente merecida; porque o sangue da vêa da sua Musa foi muito parente do sangue de suas vêas illustres e illustrado por avós e por estudos. Tinha composto D. Francisco a *Arte de Galanteria*, o *Solitario*, *Os Espiritos Portuguezes*, e um famoso livro de Cavallerias que ainda hoje se guarda com o nome de *Dom Belindo.*

Lipsio: Gram trabalho, mas grande desculpa é essa de Authores de obras posthumas.

Quevedo: Não vos mateis por elle, nem por ellas, que todos vemos em o caracter d'esses versos; gosava gentil espirito quem os compoz.

Bocalino: E quem é esse outro D. Francisco Rollim, porque entendo vos ouvi já n'este logar dizer e fallar n'elle outras vezes?» (*Ib.*, p. 383.)

Interrompendo aqui o dialogo com alguns dados biographicos, melhor se comprehenderá o chiste do Author.

Era D. Francisco Rollim de Moura, filho de D. Antonio Rollim de Moura que morreu em Fez em 1578, e de D. Guiomar da Silveira, filha de João Rodrigues de Beja, védor do Infante D. Luiz. Nasceu em Lisboa em 1572, foi de-

cimo quarto senhor de Azambuja e Montargil; era casado com D. Cecilia Henriques. Segundo Juromenha faleceu em 12 de Novembro de 1640 e jaz na capella da egreja da Misericordia da villa de Azambuja. Eis o que escreve das suas obras D. Francisco Manuel:

«*Author:* Estes são os seus *Novissimos do Homem*, poema mixto, e ainda mixto com muitas partes de moral e heroico.

Lipsio: Ah, sim; já o tenho visto e julguei mais doente que agradavel; cure-se de melancholia, e ficará para viver muitos annos.

Bocalino: Será pouco mais ou menos como a *Infanta Coronada* de D. João Soares de Alarcam, que eu vejo ali tão cahida detraz d'aquelle almario como caíu a gran Princeza de Bretanha.

Author: Mais, e muito mais é o Rollim por singularmente estudioso como se mostrou no seu retrato de *Galathea*, á imitação de que Marino traz em sua *Galathea* retratando o Duque Carlos de Saboya.

Quevedo: Tambem em sexta rimas?

Author: Tambem.

Quevedo: Oh, valha-me Deus, que mestre sem sabor é esse;...

Author: Escreveu de mais os *Dias criticos*, e uma *Arte de Tourear* com extravagante capricho. — De tudo o que vi de seus escritos, que varias vezes me communicou, não apparece parte.

Lipsio: Assim consome o tempo e esperdiçam os herdeiros o nobre lavor de tantos annos.

Bocalino: Deixae já essas lamentações, em que

não incorrestes;... haja logar de que o *Author* nos faça capazes dos muytos que pedem visita.

Author: Seja o primeiro este meu amigo Antonio Gomes de Oliveira, nos seus *Idylios maritimos,* parto nascido de uma dôr, como elle diz em seu prologo...»

Este poeta, quando estudante de Coimbra, pelo sentimento patriotico foi para a campanha do Alemtejo e achou-se na batalha de Montijo e na das Linhas de Elvas; sendo depois secretario do conde de Alegrete. *(Dicc.* de Cardoso, vbº. Torres Novas, fl. 708.) Segue o Dialogo:

«*Bocalino:* Esse nome Idylio é frequente em os nossos Poetas italianos...

Author: Não averiguo cuja é a invenção; mas affirmo-me que este Poeta foi o primeiro que trouxe a Portugal a cultura dos versos aureos, de que agora nos vestimos.

Quevedo: Dizeis verdade; e eu me lembro, que D. Luiz de Gongora me mostrou um exemplar d'esse livro e carta de seu author, communicado por D. Gonçalo Coutinho, grande, entre os vossos sujeitos em prosa e verso... mas tambem me não esqueço que o Gongora sendo soberbo e desabrido assás, respeitou notavelmente esta composição de Oliveira.

Lipsio: Já sei que foi homem estudioso: ha maré emfim bem estreada em nomes e symbolos; sei comtudo, que padece sua indigestão de Musa infelice, que por precedida da frialdade do genero, é de cura difficultosa.

Author: Assim fundou não acabar suas obras.

Bocalino: Quaes são as imperfeitas, se o não foram todas?

Author: Deixou quasi no fim um Poema heroico portuguez de Elrei D. João I e as Historias em prosa da Ilha Terceira.» *(Ib.,* p. 384.)

E depois de ter apreciado a *Ulyssêa* de Gabriel Pereira de Castro passa a aquilatar dois poetas menos que secundarios:

«*Author:* Dous livros de menor grandeza se nos offerecem aqui juntos: Paulo Gonçalves de Andrade e Antonio Alvares Soares, ambos poetas lyricos e contemporaneos.

Lipsio: Aqui estão esses dois. Não podem deixar de andar juntos, como a noite e o dia; porque de um a outro não ha menos differença que do dia á noite.

Quevedo: E qual o dia?

Lipsio: Vós o sabeis muito bem: o Paulo Gonçalves foi um polido e galante poeta.

Bocalino: Por essa conta o Soares é farello d'esta farinha, e no cabo o farello leva a fama dos trovadores do seu tempo.» *(Ib.,* p. 279.) [1]

No *Elogio de Poetas Portuguezes* pelo Al-

---

1 Antonio Alvares Soares, *Rimas varias,* 1.ª Parte, Lisboa, 1628, in-8°, VI-72 fl. Tem apenas 5 Sonetos e 6 Decimas em portuguez; tudo o mais é em castelhano. A Cancion a Santa Isabel (Rimas, fl. 43 a 50) foi premiada no Certame que se fez em Coimbra pela canonisação de Santa Isabel.

Francisco Lopes Livreiro, merece logar de destaque entre os poetas agiographicos por ter alliada a quintilha mirandina com a dicção popular, nos seus poemas lendarios *Santo Antonio* e *Martyres de Marrocos,* mao gra-

feres Jacintho Cordeiro figuram setenta metrificadores glorificados em pomposas hyperboles;

---

do a sua prolixidade, e o poemeto *Sam Bom Homem* cujo merito depende da sua relação com o mytho de *Omomi,* o Mediador do culto Mazdeano.

Leonel da Costa, nascido em Santarem em 1570 e ahi falecido em 28 de Janeiro de 1647; apesar de ser um bom latinista, traduzindo as *Georgicas* de Virgilio e as Comedias de Terencio, cultivou a poesia religiosa metrificando em quintilhas a Lenda *A Conversão miraculosa da felice Egypcia penitente S. Maria, sua vida e morte,* publicada em 1627. Segue a mesma forma do poemeto de Sá de Miranda *A Egypciaca Santa Maria* que n'essa época era ignorado. É dividida em sete cantos, com os argumentos em prosa.

Manuel Thomaz. — Compoz e publicou em 1638 um poema em redondilhas *Vida do angelico Doutor Sancto Thomaz de Aquino.* O proprio auctor d'elle escreve: «como o vulgo é monstro de muitas cabeças, em quem não faltam juizos e pareceres diversos, não faltou algum escrupuloso que no estylo de redondilhas puzesse objecção, sem conhecimento por ventura da difficuldade d'ellas, que tão poucos alcançam, pois não só está na locução de convenientes palavras, mas na variedade dos conceitos e no copioso adorno das sentenças, sem consentir desaforadas adornações, a que muitos chamam fachina, e sendo taes são capazes de n'ellas se tratarem materias altas — com cujas obras se enriquece Hespanha e leva a palma ás demais provincias da Europa. A estes procurei imitar, por não desmerecer na patria do credito do filho seu; e assi fiz ensaio n'aquelle primeiro idylio — ainda que em redondilhas...» (Prologo da *Insulana,* fl. 7 não num.)

Manuel de Galhegos, nasceu em Lisboa em 1597, filho de Simão Rodrigues Galhegos e Gracia Mendes Mourato. Viveu em Madrid na intimidade de Lope de Vega; e depois de ter viuvado de Luiza Freire Pacheco, ordenou-se presbytero. Morreu em 1665, a 9 de Junho. *Gigantomachia* (1628) poema em cinco cantos da guerra dos Gigantes contra Jupiter. *Templo da Memoria,* poema ao casamento do *Duque de Bragança* (1635).

não vale a pena consignar-lhes aqui seus nomes, podendo applicar-lhe o juizo do *Hospital das Lettras.* «Poetas ha, e não poucos, porque se póde passar como cão por vinha vindimada, porque já mais a sua vinha dá fructo que apeteça a curiosidade.» *(Ib.*, p. 393.)

2.° — *Os Poetas épicos*

O prestigio dos *Lusiadas* na aspiração e esforço da restauração da Nacionalidade portugueza acordou as imitações litterarias seiscentistas. São numerosos os Poemas heroicos visando a exaltar as origens patrias, os heroes e os altos feitos; n'elles se reflectem todas as correntes do gosto, uns seguindo a estructura dos *Lusiadas* e mesmo plagiando-lhe versos, outros contrapondo-lhe a imitação da *Jerusalem Libertada* para se emanciparem da mythologia classica. Assim rompeu o conflicto no seculo XVII dos *Camoistas* e *Tassistas.* Os poetas que visavam as origens historicas, emaranharam-se na Lenda Troyana, seguida na Europa ainda por muitos chronistas nacionaes; idealisaram os errores de Ulysses, e continuando os *Nostoi,* ou os regressos, fizeram o astuto heroe grego vir fundar Lisboa no extremo Occidente. Auxiliaram-se com as narrativas de Frei Bernardo de Brito, crédulo enthuziasta das invenções archeologicas de Anio de Viterbo e Martin Polonus. Por essa pauta escreveram-se *Ulyssêas* e *Ulyssipos,* e o épico Braz Garcia de Mascarenhas, que se apropriara de

gosto cavalheiresco de *Orlando*, confessa a maior admiração pelo chronista Brito, pelas suas narrativas tradicionaes:

> Mas investigue-as sempre o curioso,
> Que Portugal por falta dos passados
> É um bom cemiterio respeitoso
> De valerosos feitos sepultados;
> De entre os golpes do Lethes proceloso
> Salvando a muitos, vão poucos honrados,
> Que a um Brito e dois Brandões, unicos scientes,
> Devem muito os antigos e os presentes.
>
> (*Viriato trag.*, v, 40.)

Conjuncta com a Epopêa classica tornando-se chronica rimada, mantinha-se a Epopêa medieval transformada em Novella de Cavalleria. A fusão d'estas duas fórmas foi realisada pelo genio de Ariosto, que no *Orlando* traçou os contornos do poema romantico moderno.

A) *Camoistas e Tassistas*

Gabriel Pereira de Castro

Um jurisconsulto que exerceu o magisterio na Universidade de Coimbra e os altos cargos da magistratura, nomeado por Philippe IV Chanceller mór do reino de Portugal; para elle a poesia foi uma distracção das horas de ocio; assim o affirma o seu panegyrista Manuel de Galhegos:

> Cansado na juridica palestra
> Ocio doce buscaes, repouso brando
> E da penna allivaes a insigne destra
> . . . .
> O engenho singular, geral em tudo,
> Descansaes de um estudo em outro estudo.

Nascido na cidade de Braga em 1571, era filho do celebrado Jurisconsulto Doutor Francisco de Caldas Pereira, auctor do tratado *De Jure Emphyteutico,* que elle celebrou em uma *Elegie in laudem Parentis sui,* em 1601; foi sua mãe D. Anna da Rocha de Araujo, sendo uns dos seus tres irmãos o Doutor Luiz Pereira de Castro, que exerceu importantes funcções diplomaticas, que fez a edição de *Ulyssêa ou Lisboa edificada* em 1636, quatro annos depois da morte do Poeta. Ficaram ineditas as suas poesias lyricas, conhecendo-se apenas a Canção ao nascimento de Philippe IV, lida no certame que fez a Universidade de Coimbra em 1605, onde vem anonyma, e em seu nome no tratado *De Manu Regia.* As Poesias lyricas existiram na livraria do Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, e vieram parar á do bibliographo Innocencio Francisco da Silva, desapparecendo depois do leilão dos livros por sua morte. [1]

Muitos são os documentos que podem esclarecer a sua vida, existentes na Torre do Tombo; a escriptura de dote para o seu casamento com D. Joanna de Sousa, em 8 de Fevereiro de 1607,

---

1 No Catalogo Ms. de Innocencio, p. 191: Obras de Gabriel Pereira de Castro. Manuscripto original que foi de D. Rodrigo da Cunha, 1 vol., in-4.° (Tinha 318 p. contendo Sonetos 48, Canções 4, Elegias 3, Eglogas 3, Epistolas 7, Romances 12, Satira 1, Sextina 1, Glosas e Decimas, segundo Barbosa).

foi lavrada na cidade de Braga, donde era natural «na rua do Souto d'ella e pousadas de Ana da Rocha Araujo, viuva. Foi procurador por parte da noiva Gonçalo de Sousa, fidalgo da casa real e Desembargador da Supplicação da Casa do Porto, que representava os paes d'ella Mathias de Sousa e Angela da Cunha Mesquita, moradores na villa de Amarante = que tinham contratado casar sua filha D. Joanna de Sousa com Gabriel Pereira de Castro, desembargador outrosim de S. Magestade na dita Casa do Porto. O dote de Gabriel Pereira feito por sua mãe: = e por ella foi dito, que ella tinha e possuia a quinta de Esporões que he dizima a Deus, e assi a de S. Martinho e os Cazal de Guimarães, convem a saber o de Aydis, e das Caldas e assi o Prazo da quinta da Regada, em que he a primeira vida, que é propriedade do mosteiro de Adaufe, a qual fazendo assi dotava toda para este dito dote de seu filho Gabriel Pereira de Castro. = Tinha elle já de seu: «Mas além do sobredito, tem e possue o Morgado e capella instituida na santa sé d'esta cidade e que ficou de seu tio Manuel da Rocha, que tudo vale bem mais de vinte mil cruzados, pera que ella dita dotadora fique podendo remedear sua filha D. Maria de Castro com dote para o Mosteiro e a seu filho João de Sonsa, *no estudo*, conforme sua qualidade.» Teve o poeta um filho natural, Fernão Pereira de Castro que appresentou na egreja de S. Miguel de Fontoura, arcebispado de Braga, o qual morrera em Madrid. O seu testamento

foi de mão commum. [1] Como perspicaz jurisconsulto sabia muito bem requerer a favor dos seus interesses um habito de Christo com tença ou pensão, o que contrastava com o ideal convivio das musas. Dil-o o documento:

«Por diversas consultas temos lembrado a V. Mag. o zello, diligencia e cuidado com que o Doutor Gabriel Pereira de Castro, Procurador geral das Ordens militares procede no serviço de V. Mag. e das milicias, e como por executar esta occupação era conveniente fazer-lhe V. Mag. mercê do habito da Ordem de Christo, como a tença ou pensão que fôsse servido, por ser devido aos ministros das ditas Ordens, terem o habito de alguma d'ellas; e por assy o considerarem os sñors Reis predecessores de V. Mag. occuparam sempre neste officio pessoas que o tinham, e faltando na do Doutor Balthazar Dias Freitas. houve V. Mag. por bem logo que o proveu no

---

1 Inventario dos Papeis dos Jesuitas remettidos pelo Tribunal de Contas para a Torre do Tombo, Maços 71 e 72. Apontamos alguns documentos do Maço 72:

— Partilhas de Gabriel Pereira de Castro, fl. 33 V.

Partilha de D. Joanna de Sousa pela sua metade por morte do marido, fl. 31.

Vista das sentenças das partilhas do Dr. Gabriel Pereira de Castro, fl. 32.

Rol dos Documentos que houve na casa do Dr Gabriel Pereira de Castro, fl. 32 V.

Cartas de mercês a Gabriel Pereira de Castro, fl. 33 V.

Testamento do Dr. Gabriel Pereira de Castro, Ib.

Escriptura do seu dote, Ib., fl. 34.

Inquirição sobre a sua geração, Ib., fl. 35.

officio de lhe mandar deitar o de Christo, por ser qualidade necessaria e muy conforme aos breves apostolicos da fundação das Ordens; e porque o Doutor Gabriel Pereira, pelo bom serviço que n'este officio tem feito a V. Mag. e ás Ordens, e pela pontualidade com que acode ás cousas da sua obrigação he merecedor de toda a mercê, nos pareceu, obrigados do que V. Mag. nos manda, por Regimento d'esta Meza, que o advirtamos dos ministros que servem com satisfação para lhes fazer mercê, que deviamos tornar lembrar a V. Mag., como fazemos, se sirva de mandar deferir ao Doutor Gabriel Pereira a pretenção que tem do habito de Christo, por concorrerem n'elle as rezões referidas e ter todas as mais qualidades para V. Mag. haver n'elle por bem empregada esta mercê, com a qual ficará habilitado para V. Mag. se servir d'elle nos logares de deputados d'este tribunal. E porque ora se hade tratar de hum, nos pareceu representar a V. Mag. que assim pelo que toca a seu serviço, como pelas partes e letras que concorrem no Doutor Gabriel Pereira, e pela muita noticia que tem das cousas das Ordens, devia V. Mag. mandar tratar d'elle e occupal-o n'este logar, porque entendemos que d'elles será V. Mag. tam bem servido como té qui o he nas cousas de que o tem encarregado. Lx.ª 19 de fevereiro de 1621. — Mascarenhas, Mesquita, Ferreira, Carvalho. [1]

---

1 *Meza da Consciencia e Ordens:* Registo das Consultas de 1621 e 1622, fl. 78 V.

Em carta de Madrid, de 2 de Maio de 1621, lê-se: «e porque esta materia não toca á Meza, lho advirtirem; e para o logar de deputado me proporeis pessoas na forma do Regimento; e pretendendo Gabriel Pereira o habito, se verá e consultará a sua petição pela via das mercês.»

Segue-se o Parecer da Mesa da Consciencia e Ordens.

«O Doutor Gabriel Pereira de Castro, Corregedor do Crime da Côrte e Procurador geral das Ordens, fez petição a V. Mag. n'esta Meza, em que diz, que V. Mag. lhe tem feito mercê do habito de Christo: e por que passa de cincoenta annos e as occupações que tem lhe não darão logar a hir ao Convento de Thomar, P. a V. Mag. lhe faça mercê dispensar no impedimento da maior edade, e de lhe conceder que possa receber o habito no Mosteiro de Nossa Senhora da Luz, que he da mesma Ordem, sem embargo do statuto em contrario.

A Meza julga por justificada a pretenção de Gabriel Pereira, e he de parecer que na forma que pede lhe deve V. Mag. fazer mercê conceder dispensação da maior edade, e que possa receber o habito no Mosteiro de Nossa Senhora da Luz, como se tem feito a outras pessoas menos occupadas que elle. Em Lx.ª a 19 de Julho de 624.» [1]

---

1 *Meza da Consciencia e Ordens:* Registo de Consultas, de 1622 a 1624, fl. 271 V. — Foi-lhe concedido por despacho de Madrid de 29 de setembro de 1624.

Gabriel Pereira de Castro, é o épico seiscentista, que os contemporaneos quizeram collocar acima de Camões, maravilhados com o regular alinhamento da fabula da *Ulyssêa*. O erudito Doutor, Corregedor do Crime da Côrte, e nomeado pelo invasor castelhano Chanceller-Mór de Portugal, revela-nos em todas estas categorias o seu estado moral e ordem de ideias para a concepção de uma epopêa nacional. Como juiz a sua memoria anda envolvida na tragica e injusta morte do namorado Simão Pires Solis; e como jurisconsulto, em plagiatos das consultas de Thomé Pinheiro da Veiga. [1] Manuel de Ga-

---

1 No seu tratado de *Manu Regia,* Gabriel Pereira de Castro serviu-se dos Manuscriptos de Thomé Pinheiro da Veiga; d'este integerrimo jurisconsulto escreve João Pedro Ribeiro: «falecendo de 85 annos, mandou el rei recolher á Torre do Tombo, para se não distrahirem, todos os seus Manuscriptos, que ahi foram emprestados aos Desembargadores Domingos Antunes Portugal, e *Gabriel Pereira de Castro*, para organisarem as suas obras *De Regiis Donationibus*, e *De Manu Regia,* de que tudo restam provas no mesmo Archivo.» (Breves considerações ao opusculo *A questão entre os Senhorios e os Forenes.)*

Transcrevemos do *Summario de varia Historia* do Dr. Ribeiro Guimarães, este caso do desacato de Santa Engracia:

«Na manhã do dia 15 e outros dizem do dia 16 de Janeiro de 1630, appareceu roubado o cofre das particulas da freguezia de Santa Engracia. — Espalhado o caso pela cidade, produziu a maior sensação. A justiça sem detença empregou todos os meios, então em uso, para descobrir o author do crime. Logo se lançaram pregões por toda a parte... immediatamente se passaram a correr todas as casas, inquirindo que pessoas haviam sa-

lhegos escreveu o elogio da *Ulyssêa,* publicada

---

hido n'aquella noite, onde haviam estado, a que horas tinham recolhido...

«A justiça acertou com um Simão Pires Solis, homem de boa condição, que fôra encontrado nas visinhanças da egreja de Santa Engracia, na noite seguinte, a cavallo, levando os cascos do cavallo entrapados, para que se lhe não sentisse o tropear. — A justiça tomou conta de Solis, e em breves dias foi processado, condemnado lhe cortaram as mãos e o queimaram vivo.

«O povo murmurou da sentença e julgou-a iniqua. — Era publica a noticia que Solis requestava uma freira do convento de Santa Clara, que lhe ia fallar a deshoras... O juiz d'este processo foi o celebre Gabriel Pereira de Castro, poeta e jurisconsulto afamado, author do Poema *Ulyssêa* e do tratado juridico *De Manu Regia.* Ha uma tradição pela qual se affirma que Gabriel Pereira de Castro era rival de Simão Pires Solis, requestando ambos a mesma freira, sendo Solis o preferido e por isso Pereira de Castro tratara de se vingar. — Consta que foram tantos os remorsos que assaltaram Gabriel Pereira de Castro, que chegara a enlouquecer, vendo sempre diante de si o espectro de Solis. O caso é que o juiz morreu d'ahi a dois annos.»

E de um manuscripto de um contemporaneo, extrahiu Ribeiro Guimarães outros factos:

«Eu vi esta execução e os desmaiados. Assistiram a ella a cavallo os dois Corregedores do Crime da côrte, Gabriel Pereira de Castro e Manuel Alvares de Carvalho, com todas as mais Justiças.

«Gabriel Pereira de Castro lendo o processo se embaraçou de maneira, que não atinava o que dizia...» *(Op. cit.,* t. I, p. 72 a 88.)

Entre os papeis que acima apontámos vem consignado o seguinte facto: «Declarou o Desembargador Gabriel Pereira de Castro, estando para morrer, que no enterramento de seu corpo dispuzesse eu Luiz Pereira de Castro como me parecesse.» Passados quatro annos depois da sua morte, deu seu irmão publicidade á *sesquipedal* e *quixotica* epopêa, como á *Ulyssêa* chamou Garrett. A edição de 1636 nem veiu valorisada com os encomios dos poetas hespanhoes Lope de Vega e Lopez Zarate.

em 1636 depois da morte de Gabriel Pereira de Castro; exalta-a acima dos *Lusiadas,* porque satisfaz a todas as regras da poetica grega: é admiravel emquanto á *peripecia,* ou imprevisto das situações, magnifico na *magthaina,* ou emprego das machinas do maravilhoso ou sonhos, vaticinios, magias; graduado na *periferia,* ou área percorrida pelos heroes; compassado na *bracologia* e na *ecthania,* ou amplificações e abreviações da fabula. Galhegos admira o emprego da figura *dianomi,* ou repartição symetrica das partes do poema, e das mais figuras de *parasceve, analogia, teliotis, gorgotis,* e *enargia.* Com a falsa tradição recebida de Frei Bernardo de Brito, com o conhecimento do texto homerico pelas Selectas das escholas jesuiticas, com subserviencia á Poetica de Aristoteles, e bajulando o usurpador da autonomia da sua patria, como é que poderia Gabriel Pereira de Castro elevar-se a uma verdadeira idealisação epica? Os melhores versos da *Ulyssêa* são reminiscencias dos *Lusiadas.* [1] Faria e Sousa admirou tambem esse poema e fez-lhe um commentario, porque era um excellente pretexto para explanações mythologicas e aparatos eruditos; d'este commentario falla o Conde da Ericeira, no prologo da *Henriqueida:* «Não saberiamos haver tambem commentado a *Ulyssêa,* se

---

1 A carta de Manuel Severim de Faria a D. Bernardo Ferreira de Lacerda sobre a *Ulyssêa* diz que alli é imitada nos seus episodios dos *Lusiadas.* (Ms. 484 da Coll. Pombalina.)

o R. P. Pedro Alvares da Congregação do Oratorio nos não trouxesse de Madrid este e outros thesouros litterarios; etc.» Debalde se procurava offuscar o poema dos *Lusiadas* oppondo-lhe a *Ulyssêa;* a espiritos que exploravam a corrupção do jugo castelhano, esse poema apparecia com os defeitos da falta de unidade de acção e de heroe, mistura da mythologia com o christianismo, oitavas menos perfeitamente construidas, e omissão de accentos que tornavam o pensamento obscuro. Não faltaram um advogado Manuel Pires de Almeida, um João Soares de Brito, um D. Francisco Child Rolim de Moura, para deprimirem o grande epico nacional, cujo poema consolava o desalentado patriotismo do velho Bispo de Targa, e era commentado por João Pinto Ribeiro, o fautor da revolução de 1640. Por causa do seu assumpto religioso preferiram alguns a *Jerusalem libertada* aos *Lusiadas,* formando estes o grupo dos *Tassistas.* Galhegos queria impôr a *Ulyssêa* á admiração á custa dos *Lusiadas:* «Em nenhuma outra cousa mais o nosso poeta manifesta seu talento, que no exordio da narração, pois começa do principio da fabula, que é o ponto d'onde deve começar o poema heroico, *e não no meio como fez Camões,* vendo que Virgilio dá principio ao seu poema com Eneas á vista de Carthago...» E depois d'esta insinuação contra a originalidade de Camões, prosegue: «Valerio Flaco no seu poema dos *Argonautas* (*que he quasi a mesma acção que a de Luiz de Camões*)... E não se entenda que o meu animo

é reprovar a Luiz de Camões; que isto em que elle se não ajustou com a arte, he cousa em que muitos se enganaram, e não lhe tira a auctoridade; etc.» A gloria de Camões venceu estas cabalas da critica, descriptas por D. Francisco Manuel no *Hospital das Letras;* com a revindicação da autonomia portugueza elevou-se a comprehensão do seu maior genio poetico.

«*Lipsio:* A Poesia épica é carreira que poucos no mundo tem acertado, porque são tantas e tão varias as leis e os preceitos de que consta, que vem a ser quasi impossivel ao juizo humano sua observancia. Aristoteles a poz em praxe...

Bocalino: Acabem alguma hora por isso os Epicos de se conformarem em suas regras, e haverá quem possa decoral-as e satisfazel-as; mas entretanto, que uns não querem que se cante mais que um só heroe, como fez Virgilio com Eneas, e que outros admittam muitos companheiros, como Valerio Flaco em os seus *Argonautas;* e entretanto, que uns mandam se dê principio aos Poemas pelo principio da acção, segundo Homero em Ogigia, outros pelo meio d'ella conforme ao Mantuano com o seu heroe á vista de Carthago; e que entretanto, que uns se matam sobre o final, Apostrophe ou Peroração, dizendo que o poeta de boa lei se devia despedir com cortezia do auditorio, fallando ao Mecenas, a quem convidou para ser ouvido, segundo que todos os poetas latinos o fizeram, e entre os mais elegantemente Silio Italico; e outros affirmam ser demasia indecorosa, de que fugia Lucano, Tasso e

Camões, supposto que alguns vulgares o acceitassem, fique o negocio pois como de antes e faça cada um o seu Poema segundo Deus lhe ajudar...» *(Op. cit.*, 332.)

Durante a discussão dos poemas epicos Bocalino reclama que venham á apreciação:

«Não escondaes lá de nós ess'outros livrinhos, que não vimos aqui a empecer e censurar, senão melhorar e advertir, que é obra de misericordia.

Author: Tenho-lhe *affeição, pelo que tive a seu compositor.*

(D. Francisco Manuel de Mello alludia á sua amisade pelo auctor do Poema.)

Lipsio: Ora acabou; dizei-nos quem seja?

Author: É a *Lisboa Edificada* de Gabriel Pereira de Castro.

Quevedo: Jesus! Este livro para ser são e salvo, não tendes mais que despegar-lhe aquelle juizo critico que traz de Manuel de Galhegos ao principio, que se vos dou minha palavra, que logo elle fique rijo e valente.

Lipsio: O vosso Doutor Pereira de Castro escreveu em direito civil um livro *De Manu Regia;* mas com mais real mão ainda escreveu este que agora vós escondeis.

Bocalino: Tão bom livro é este?

Lipsio: Tão bom! Porque comprehende grande poesia, pensamento, tropos, adornos, flores, clareza, elegancia e magestade.

Bocalino: Acabae já de nos dizer, que esse

livro é um estojo, e acabaremos de entender que ha n'elle serventia para toda a cousa boa.

Author: Não, quanto é por este, ponho eu que não tenha achaque.

Lipsio: ......um livro, que apesar do frontispicio prospero de applauso dilatado da opinião estrondosa, lá por dentro padece seus trabalhos, que melhor se encobrem que remedeam. — Deixemol-o como estava, e sabei de caminho, que não ha cousa de maior perigo que querer estar melhor que bom, aquelle que não está mal.» *(Ib.,* p. 377-379.)

D. Francisco Manuel de Mello mostra com fina critica que a *Ulyssêa* não corresponde á fama que lhe crearam, e irá passando na opinião vulgar não lhe attribuindo supremacias. [1]

Os poetas seiscentistas não viram na revolução de 1640 senão o thema de uma bajulação abjecta ao Duque de Bragança. Manuel de Galhegos no Epithalamio *O Templo da Memoria,* celebra o desposorio do Duque; Frei Manuel de Santa Thereza, no poema em dez cantos a *Lusifineida,*

---

1 Camillo apreciando o poema de Gabriel Pereira de Castro conclue: «É certo que hoje em dia ninguem resistirá sem enfado á leitura de um canto da *Ulyssêa;* mas o que ahi nos enfastia não são as hyperboles, são os trocadilhos e equivocos; é o mechanismo mythico, a urdidura pagã, a desnaturalidade do maravilhoso.» *(Curso da Litt. port.,* p. 30.) E em seguida diz, que Gabriel Pereira de Castro «*prevalece a Camões* na harmonia, no numero, na synonimia, emfim, na abundancia das locuções.» *(Ib.,* p. 31.) É de apertar as mãos na cabeça.

sobre a decadencia desde D. Sebastião até D. João IV, adula o novo monarcha.

Francisco Rodrigues Lobo. — Pela publicação do *Condestabre* em 1610, abre a primeira manifestação épica da época culteranista; era bem achado o typo do heróe nacional, um Cid luso, em que os traços historicos já estavam idealisados na legenda. Passava-se nos espiritos depois da morte de Philippe II em 1598, um despertar da apathia que o grande despota conseguira, não deixando transparecer no seu dominio nenhum aspecto de sujeição. Um alento se criava contra a politica castelhanista dos ministros favoritos, e o Duque de Bragança D. Theodosio II começava a personificar a aspiração da independencia da patria. Rodrigues Lobo elaborando o poema do *Condestabre,* pondo em correctas outavas as narrativas da *Chronica anonyma,* visava a glorificação da Casa de Bragança, dando ao poema pela dedicatoria o sentido intimo. O facto não é isolado; é grande o numero de escriptores d'este primeiro terço do seculo XVII, que dedicando a D. Theodosio II as suas obras, espontaneamente o reconheciam como destinado a dar convergencia á aspiração nacionalista.

Aquelle espirito de revivescencia nacional que se revelou no ultimo quartel do seculo XVI, imprimindo as obras dos Quinhentistas, continuou-se nos primeiros decennios do seculo XVII, dedicando os escriptores os seus livros a D. Theodosio II, em quem se personificavam as *esperan-*

ças sebasticas. Ramos Coelho colligiu esse significativo quadro bibliographico:

«O celebre calligrapho Manuel Barata, mestre de escripta do principe D. João, filho de D. João III, dedicou-lhe os *Exemplares de diversas sortes de Lettras.*—*Naufragio e lastimoso successo da Perdição de Manuel de Sousa Sepulveda e D. Leonor de Sá com seus filhos...* de Jeronymo Côrte Real — Dirigida ao Excellentissimo Principe D. Theodosio, duque de Bragança e Barcellos (e depois da enumeração de todos os seus titulos e senhorios, termina com a phrase *Summa felicidade,* impressa a tinta vermelha.) Belchior Estaço de Amaral o *Tratado das Batalhas e Successo do Galeão S. Thiago com os Hollandezes na Ilha de Santa Helena e da Chagas com os Inglezes entre as Ilhas dos Açores;* Pero Vaz Pereira, celebre architecto e mathematico, a *Fabrica e uso do radio latino;* o conhecido poeta Francisco Rodrigues Lobo, o poema *O Condestabre de Portugal;* Gaspar de Chaves Sentido, *Os Successos tragicos do Reino de Portugal e precedidos da infelice Jornada de Elrei D. Sebastião a Africa, e das Alterações que succederam e entrada do exercito d'el-rei de Hespanha, Philippe II, e sua successão;* Manuel Corrêa Montenegro, a *Lusiada* de Luiz de Camões *novamente reduzida;* Francisco Soares Toscano, os *Parallelos de Principes e Varões illustres antigos, a que muitos da nossa Nação portugueza se assemelham;* Francisco Saraiva de Sousa, o *Baculo pastoril* de flores de Exemplos, colhidos

de varia e authentica historia espiritual sobre a doutrina christã; João de Brito de Lemos, o *Abecedario militar* do que o soldado deve fazer até chegar a ser capitão e sargento-mór; João Alvares Frade, a sua Egloga pastoril, em que eram interlocutores Fradelio, Denio e Laurena; André Affonso Castella, a *Chronica de Santo Antonio de Padua;* Antonio da Fonseca Osorio, o *Perigrino Oriental de varias cousas e Successos da India;* Pedro Tacito Salmarinho, o *Cortezão Fortunato, no qual á sombra de duas curiosas Novellas, se trata toda a historia dos Hollandezes no Brasil;* Francisco de Moraes Sardinha, o *Parnaso de Villa Viçosa;* Manuel Bocarro, *Outavas* e uma das *Anacephaleoses* intitulada: *Estudo politico,* onde se relata as versões politicas que produziu Portugal; Manuel Severim de Faria, a *Arvore genealogica da Casa de Bragança;* Manuel Pinto de Sousa, a *Musa panegyrica in Theodosium,* que saíu á luz em Braga no anno de 1624; Pedro Barbosa, a obra juridica: *Commentariè ad rubricam et Legem Codicis De Praescriptionibus;* e de estrangeiros, por todos Lope de Vega, que lhe dedicou o poema acêrca da *Tapada de Villa Viçosa.*

«Quanto devia influir este commercio litterario de D. Theodosio, e o que teve com tantos homens sabios, como o Bocarro; Belchior Rego de Andrade, auctor das *Antiguidades de Villa Viçosa,* Diogo de Paiva de Andrade, o sobrinho, Pero Mendes, Antonio Corrêa da Costa, o P.ᵉ Bartholomeu Guerreiro, e o grande Fr. Luiz de

Sousa, com quem frequentemente se correspondia.» (*Hist. do Infante D. Duarte*, t. I, p. 93.) Por este quadro se comprehenderá como o espirito do *lusismo*, junto de D. Theodosio se concentrava, resistindo á corrente do *elemento hespanhol*, que chegou a contaminar quando Duque de Barcellos e depois de Bragança a D. João IV.

Francisco Rodrigues foi captado por este *elemento hespanhol*, no meio aristocratico de Leiria, celebrando a *Jornada* de Philippe III a Lisboa.

D. Francisco Manuel de Mello no *Hospital das Lettras*, apreciando as obras varias de Francisco Rodrigues Lobo, estabelece:

«*Lipsio:* As obras de prosa tem perfeitissima saude, não ha para que lhes pôr mão; porque foi claro, engenhoso, elegante, grande cortezão, e não menor jardineiro da lingua portugueza, que tozou, puliu, e cultivou como bom filho e grato republico.

Quevedo: A *Côrte na Aldeia*, que vi, sua, avantaja ao Conde Balthazar Castiglioni, na sua *Aldeia dos Aulicos*.

Bocalino: As *Eglogas* me parecem o melhor livro d'este poeta.

Lipsio: Tendes rasão, que em nenhuma lingua vulgar achareis versos de maior propriedade e energia.

Author: Aos mais poemas que lhe diremos?

Bocalino: Já se sabe que os mandamos lançar *no Tejo, donde seu author se afogou*, para

que o vão buscar e lhe requeiram que os emende ou os sepulte.» *(Ib.*, p. 375.)

As emendas a fazer no *Condestabre* não incidem na versificação, sempre bem rithmada e rimada, mas no traçado estructural, transformando o poema de chronica em quadros emoldurando uma acção heroica obliterada entre séries genealogicas postas em outava rima de insistente bajulação.

Manuel Thomaz. — Nasceu em Guimarães em 1585, filho do Dr. Luiz Gomes de Medeiros e de D. Gracia Vaz Barbosa. Na licença para a impressão do seu poema, *Insulana,* em 1636, apontam-se alguns dados biographicos: «quando nos offerece a terceira da sua, melhor diremos nossa, *Insulana,* em que trata do descobrimento da Ilha da Madeira... Não lhe faltavam ao auctor gloriosas emprezas *no patrio sólo da leal e insigne Guimarães,* em que pudera mostrar e empregar os subidos quilates do seu rico talento, mas como generoso se ha obrigado a esta princeza e deleitosa Ilha, em que pelo discurso de muitos annos adquiriu o *bene esse* de que tão bem dotado está.»

Em uns versos em louvor da *Insulana* escreve o P.e Pero da Silva:

> Guimarães villa famosa
> Se honra com teu nascimento,
> Com as glorias cento a cento
> Como rosal com sua rosa.

Porém planta mais formosa
Te vejo hoje transplantada
(Qual a da Persia estimada)
Na minha Ilha da Madeira,
Cuja fama verdadeira
Hoje é por ti sublimada.

No canto x da *Insulana* Manuel Thomaz faz uma descripção da Sé do Funchal, em que enumera as Dignidades:

Com cinco Dignidades eminentes:
Conegos doze, e quatro prebendados,
Um doctoral e dez sempre assistentes
Capellães, a seu clero dedicados;
Curas, Sochantre e Mestres excellentes
No canto e cerimonias aprovados,
Môços do Côro seis, e os mais officios
Com Ministros decentes e propicios.

(Est. 23)

Referia-se ao canonicato que fruia na sé do Funchal; n'esta cidade morreu assassinado em 10 de Abril de 1665 por um louco filho de um ferrador. O erudito Manuel Severim de Faria procurou obter noticias do auctor da *Insulana* e dos seus trabalhos em uma «Memoria das diligencias que o snr. Pedro Milanez me pode fazer na Ilha da Madeira com relação a Manuel Thomaz.

«Primeiramente se faz menção de como o sr. Manuel Thomaz é natural da villa de Guimarães e 4.° neto d'aquelle homem, que sendo menino de 18 a 19 mezes fallou perfeitamente latim, como diz Garcia de Resende na *Miscellanea:* pede-se o nome do tal, em que anno faleceu e a

terra da sua ascendencia té o sr. Manuel Thomaz e das demais particularidades que houver.

«E se nos quizer dizer em que anno naceu e em que foi para a ilha, nome de seus paes, estas particularidades se escreverão. Tambem se pede noticia de alguns outros escriptores, se os ha na Ilha.» [1]

A passagem referida por Garcia de Resende contem-se na seguinte decima:

Em Evora vi um menino
Que a dois annos não chegava,
Entendia e fallava
E já era bom latino.
Respondia, perguntava
Era de maravilhar,
Vêr seu saber e fallar,
Sendo de vinte e dois mezes,
Monstro entre Portuguezes
Para vêr, para notar.

Este facto acha-se authenticado em carta de D. João III, de 3 de julho de 1536 ao Reformador da Universidade de Coimbra Fr. Braz de Barros, recommendando-lhe o escholar pobre filho de Manuel Thomaz: «muyto vos encommendo que do menyno façaes ter especial cuydado pera *latinidade* e greguo háde aprender, por que sendo de tão pequena idade tem jaa algũm principio no *latim* como la vereis.» (CAMÕES — *Epoca e Vida,* p. 194.)

---

1 Papel avulso offerecido pelo já falecido Antonio Thomaz Pires, escrivão da Camara de Elvas.

A precocidade do seu quarto avô ainda se reflectiu em Manuel Thomaz, que aos dezesete annos compoz o poema *Vida de S. Thomaz de Aquino*, impresso em 1628; esta e as *Rimas sacras* precederam a sua terceira e melhor composição, como se declara na licença para a publicação da *Insulana*, da qual diz o propio poeta: «Na verdade da historia segui o mais apurado e verdadeiro Descobrimento manuscripto, cujo principio abreviou na *Primeira Decada* da sua *Asia* o nosso João de Barros... Observa-se n'esta Ilha por verdadeiro, que sendo seu principio na éra de 1419, e havendo até hoje 214 annos (escrevia em 1633) não é tão alheio na memoria dos homens que mereça duvida, porque ainda hoje vivem muitos que da maior parte d'estes successos dão verdadeira noticia.» Manuel Thomaz fiava-se ás cegas em João de Barros, que na sua primeira *Decada* deu curso á mentirosa lisonja do chronista official Gomes Eanes de Azurara attribuindo ao Infante D. Henrique em 1418 a iniciativa de mandar descobrir a Ilha da Madeira e Porto Santo, que antes de seu nascimento em 1394, já figuravam no Atlas de 1375 e no Mappa Mediceo de 1351. Conveiu a Azurara encabeçar no Infante D. Henrique todos os esforços dos Navegadores portuguezes desde D. Affonso IV (1326-1357) até á morte de D. João I em 1434. João de Barros glosou rhetoricamente a attribuição phantasista de Azurara, dando-lhe minucias descriptivas que parecem factos historicos. Mas esta obra manuscripta era tambem

copiada pelo impressor Valentim Fernandes (de Moravia) que vendia para o estrangeiro copias da *Chronica da Conquista da Guiné,* fabricando a lenda de Machin e Anna d'Arfet que aportaram á ilha da Madeira, na *Descripção ou Noticia das Ilhas do Atlantico,* dando a iniciativa d'esse descobrimento aos inglezes e castelhanos, porque é um prizioneiro João de Flores que no cativeiro de Argel soubera d'esse descobrimento e o revelara a João Gonçalves Zarco. A intenção de Valentim Fernandes era servir Carlos V que tratava do casamento de Philippe II, seu filho com Maria Tudor, rainha de Inglaterra, filha de D. Caterina de Aragão, castelhana casada com o principe de Galles filho de Henrique VII. Foi d'esta fonte de ganancia que a lenda se syncretisou com os esforços do tempo de D. Affonso IV, sendo notada em 1556 por Antonio Galvão e romanceada pelo Dr. Gaspar Fructuoso nas *Saudades da Terra* (Descobrimento da ilha da Madeira) manuscripto legado em 1590 ao Collegio dos Jesuitas de Ponta Delgada (Ilha de S. Miguel.) Manuel Thomaz leu o caso dos amores de Machin e Anna d'Arfet imaginosamente narrado por Fructuoso, e sobre essa prosa compoz a base tradicional do poema *Insulana,* começando no canto II, em 1633; depois de impresso em 1635, veiu ao conhecimento de D. Francisco Manuel de Mello, e só depois de 1658 em que arribou na viagem do Brasil para Lisboa á Ilha de S. Miguel é que por *extraordinario caminho,* viu em Ponta Delgada o manus-

cripto do Dr. Gaspar Fructuoso e tratou esse thema novellesco como Relação historica compondo a sua *Epanaphora amorosa*, que imprimiu em 1660. D. Francisco Manuel de Mello inventou um Francisco Alcoforado, creado da Casa do Infante D. Henrique, como auctor d'essa Relação, que Henry Major, na *Vida do Infante D. Henrique* tomou como documento historico da iniciativa ingleza do Descobrimento da Madeira. Naturalmente a Historia amplifica-se e se universalisa na Legenda; mas a ficção artistica converter-se em historia é o processo *evehmerista* essencialmente erroneo.

Manuel Thomaz em Advertencia antes de começar o poema *Insulana* escreve: «Alguns Escriptores nossos brevissimamente contam este descobrimento da Ilha, sem tratar da *causa e noticia principal que d'elle se teve*, como na verdade o tratam as Relações dos primeiros descobridores que seguimos.» Quaes esses escriptores? Valentim Fernandes, Antonio Galvão e P.e Manuel Clemente, cujas allusões vagas romanceou o Dr. Gaspar Fructuoso. Vivendo na Ilha da Madeira, Manuel Thomaz ainda pôde colher da familia de João Gonçalves Zarco a noticia que ligava ao seu antepassado a primazia do descobrimento da Ilha da Madeira, privando d'essa gloria ao seu companheiro Tristão Teixeira, porque este não soubera do segredo de João de Flores ou de Amores. João de Barros cita os esforços que a familia Zarco fazia para manter a primazia que fundamentava a posse do Capitão Donatario.

Tirado o Episodio dos Amores de Machin e Anna d'Arfet, o poema é uma corographia posta em outava rima, costados genealogicos, sem invenção, sem sentimento e com a deploravel ideia que a poesia consiste unicamente na metrificação.

Francisco de Sá de Menezes, filho de João Rodrigues de Sá, o Môço, e de D. Maria da Silva; cultivou a poesia como uma prenda aristocratica emprehendendo tambem uma epopêa historica. Escolheu um verdadeiro heroe, Affonso de Albuquerque e um grande feito, a *Conquista de Malaca.* Fez um poema descriptivo e narrativo sem emoção, no mesmo systema de chronica rimada usado por Francisco de Andrade, por Rodrigues Lobo, Manuel Thomaz, na monotona outava rima, aliás a mais bella forma heroica. Pelo sentimento da morte de sua mulher D. Antonia Leitão de Andrade abandonou a vida civil, e como outros varios poetas seus contemporaneos recolheu-se ao claustro dominicano, professando em Bemfica em 14 de Dezembro de 1641 com o nome de Fr. Francisco de Jesus. Além do abalo moral da sua viuvez, a agitação revolucionaria de 1640, a que se seguiu o terror castelhano em permanente ameaça, actuaria n'este seu refugio na clausura monachal. Camillo determina o seu falecimento depois de 1658, anno em que reimprimiu a *Malaca conquistada,* retocando a edição de 1634 e additando-lhe mais quatorze estrophes; segundo Barbosa faleceu em 27 de Maio de 1664.

As façanhas dos heroes portuguezes nas gran-

diosas conquistas d'alem-mar tinham um aspecto poetico que estes metrificadores não comprehenderam; corriam tradições oraes referidas por aquelles que tinham batalhado. Chronistas como Gaspar Corrêa e Castanheda procuravam com intelligencia essas relações. Temos um exemplo importante d'este elemento lendario no facto historico da *Conquista de Malaca* por Affonso de Albuquerque, em que nas proprias tradições orientaes vem essa conquista com as maravilhosas situações de um extraordinario poema. Sá de Menezes, desconhecendo a riqueza tradicional que engrandece o facto historico, tratou-o allegoricamente, sem movimento, sem vida, sem realidade.

Em uma *Historia dos Reis dos Malayos de Malaka* (1252-1511), appresentada por Aristides Marre na undecima sessão do Congresso dos Orientalistas em 1873, lêem-se excellentes subsidios tradicionaes para a concepção de uma bella epopêa sobre Affonso de Albuquerque. Transcrevemos aqui alguns trechos d'esse antigo monumento, para que se note quanto os nossos poetas teriam sido admiraveis, se em vez de contrafazerem os modelos classicos procurassem inspirar-se das tradições orientaes:

«No tempo do Bandhara *Sir Maha Radja*, o porto de Malaka tornara-se o mercado mais importante das Indias Orientaes. Encontrava-se ahi uma multidão de baixeis e de ricos mercadores vindos do Japão, da China, de Sião, das Molucas, das costas de Coromandel, da Persia e

da Arabia. Desde *Ayer-Zélék* até a entrada da bahia de *Maar*, era tudo um vasto mercado fornecido de toda a especie de fazenda. Desde a cidade de *Kelang* até á barra de *Penadjar*, seguiam-se as construcções ao longo da praia em uma linha não interrompida. Todo o individuo que fôsse de *Malaka* a *Djagara*, não tinha necessidade de levar lume comsigo, porque aonde lhe aprouvesse parar sempre achava casas habitadas. A cidade de *Malaka* além do que tinha fóra dos seus muros, contava dezenove *laska* ou 190:000 habitantes. Tal era a metropole da peninsula malaya, quando appareceu pela primeira vez nas suas aguas um navio *franggi* (europeu); era um navio portuguez chegado de Goa para commerciar. O capitão foi perfeitamente accolhido pelo Bandhara, e ficou encantado de tudo quanto viu, durante a sua permanencia em *Malaka*. Na sua volta a Gôa fez ao vice-rei Affonso de Albuquerque um relatorio tal, que este se apressou a mandar uma fróta de sete navios e treze galeões, commandada por Gonçalo Pereira para submetter a opulenta cidade de *Malaka*. Esta primeira expedição falhou, graças principalmente á vigorosa resistencia prompta e habilmente organisada pelo Bandhara *Sri Maha Radjá*. Os Portuguezes voltaram para Gôa, convencidos na maior parte de que emquanto o Bandhara fôsse vivo, nunca conseguiriam apoderar-se de uma cidade que elle defendia tão bem. Alguns Capitães não temeram o manifestar esta opinião diante de Affonso de Albuquerque, que se contentou com

responder: — Para que me fallaes assim? Não me é permittido abandonar Gôa n'esta occasião, mas logo que me veja fóra da vice-realeza e senhor meu, irei eu mesmo atacar *Malaka*, e então se verá se eu farei ou não essa conquista.

«Emquanto esperava o fim do seu cargo, Albuquerque adiou provisoriamente a execução do seu intento. O Sultão *Mahmud Clah*, livre do perigo presente, e crendo-se ao abrigo, de futuro, de novos ataques da parte dos Portuguezes, entregou-se completamente, posto que já velho, a toda a soltura das suas paixões, e não tardou a commetter o mais negro dos seus attentados. O seu fiel Bandhara *Sri Maha Radjá*, casava a sua linda e seductora filha *Tun Fatimah*, com *Tun-Ali*, filho de *Sri Nara Diradja*. O rei foi convidado a assistir á cerimonia, que consistia em os dois noivos comerem juntos um prato de arroz. Foi então que o Sultão *Mahmud Clah* viu *Tun Fatimah*, e regressou para o seu palacio com o coração possuido de um amor desenfreado pela filha e de um secreto rancor contra o pae. O casamento não deixou de effectuar-se, e *Tun Fatimah* deu a seu esposo um filho, que se chamou *Tun Trang*. Durante este tempo o Sultão procurava um meio de satisfazer o seu furor, e de conseguir a sua vingança. Tendo-lhe sido dirigidas queixas mal fundadas, pelos inimigos de Bandhara, deu o seu proprio *kris*, como signal de sua vontade soberana, a dois dos seus officiaes, *Tun Sina Daradja* e *Tun Indra Sagara* com ordem de matarem o Bandhara. O nobre velho entregou-se-lhes

sem defeza, desarmando os seus parentes e a sua gente, sendo depois assassinado sem piedade com seu irmão *Sri Nara 'Diradja*, seu filho *Tun Hassan*, e o seu genro *Tun Ali*, marido de *Fatimah*.

«Logo que o Bandhara morreu, o Sultão tomou por mulher *Tun Fatimah*, e, melhor informado das falsas accusações contra o Bandhara, deu ordem a que matassem o *Radja Medelier*, um dos culpados, que empalassem horisontalmente *Kital*, que fôra a alma da intriga e com elle sua mulher e seus filhos, que arrazassem a sua casa e os lançassem ao mar.

«Mas a bella e enternecedora *Fatimah*, feita rainha de *Malaka*, nunca mais soube o que era alegria; conta-se que emquanto ella viveu com o Sultão, nunca a viram sorrir uma unica vez; accrescenta-se tambem que quando ella se achava gravida procurara abortar, porque não queria ter filhos do Sultão. Esta invencivel melancholia de uma mulher que elle amava loucamente, deu ao Sultão a tristeza e o remorso, e decidiu-se a abdicar em favor de seu filho *Ahmed*. Retirou-se para o interior da terra ao norte de *Malaka*, e ali em um sitio chamado *Kayer-Hara*, entregou-se ao estudo do Sufismo sob *Mokhadden 'Sadar Djekam*.

«Affonso de Albuquerque, cognominado o *Sadjerat malayo*, depois de ter resignado a sua realeza foi a Portugal reclamar uma Armada. O rei de Portugal deu-lhe quatro grandes navios, cinco carracas e quatro galeões; Albuquerque tor-

nou a Gôa, aonde equipou mais trez baixeis, outo galeotas, quatro galeões, e quatro barcas mais pequenas, ao todo quarenta e tres velas. Esta frota singrou direita para Malaka. Logo que chegaram, os Portuguezes desembarcaram; o Sultão *Ahmed* monta o seu elefante *Djinaia* e vae ao seu encontro. Os Portuguezes são repellidos e tornam-se a embarcar. No dia seguinte o combate recomeça encarniçado, os canhões portuguezes fazem terriveis estragos nos malakezes; o Sultão *Ahmed* sobre um dos seus elefantes e armado com uma longa lança faz prodigios de valor apesar de ferido em uma mão. Os Portuguezes ficam vencedores e o Sultão *Ahmed* foge até *Pahch*, e d'ali subindo o rio, até *Panarigan*. Depois d'isto o Sultão *Ahmed* e o Sultão *Mahmud*, seu pae, refugiaram-se em Pahang, d'onde tinham tirado grandes soccorros e aonde receberam do *Radjá* um magnifico accolhimento. Pouco tempo depois os principes se separaram; *Mahmud* retirou-se para a ilha de Bintang, e o Sultão *Ahmed* foi fundar a cidade de *Kopeh*. Ali, o seu proceder despresador para com os grandes e nobres que o haviam seguido, irritou o odio do Sultão *Mahmud* que lhe mandou um dos seus officiaes para o matar. Assim morreu o ultimo rei malayo de *Malaka*, e foi enterrado em *Bukit-Bata*. Quanto ao Sultão *Mahmud*, o seu odio implacavel contra o estrangeiro não se extinguiu com o seu alento vital no principado de Djor, que elle havia fundado; porque, cem annos depois, é d'ali e de *Atchin*, que partiram os golpes, que lançaram por

terra o dominio portuguez em Malaca ...com proveito da Hollanda.» 1

Por esta trancripção da *Historia dos Reis dos Malaios de Malaca*, se vê quanto os nossos poetas épicos se despreoccupavam do elemento tradicional, para se mostrarem metrificadores segundo a banal rhetorica do humanismo jesuitico.

Braz Garcia de Mascarenhas

No seu juizo sobre as Epopêas do seculo XVII, Camillo Castello Branco condemnou «a perderem-se no mar morto das bibliothecas inuteis o *Viriato tragico* de Braz Garcia de Mascarenhas, a *Insulana* e a *Fenix da Lusitania* de Manuel Thomaz, o *Macabeo* de Miguel da Silveira, o *Alfonso* de Francisco Botelho de Moraes e Vasconcellos, a *España libertada* de D. Bernardo Ferreira de Lacerda, e outros de tão fastidiosa analyse que não podem ser aquilatados pelo apreço que lhes deram os contemporaneos...» (*Curso de Lit.*, p. 39.) O conhecimento da vida de Braz Garcia de Mascarenhas e do meio beirão em que foi creado, illumina o seu poema do *Viriato tragico*, revelando-nos como no seu espirito ressurgiu a tradição do Pastor do Herminio luctando contra o invasor romano pela independencia da Lusitania, dando-lhe realidade combatendo tambem o invasor castelhano como chefe da *Companhia*

---

1 Ap. *Congrès des Orientalistes*, t. 1, p. 549 e 552. (1873.)

dos Leões, por elle levantada na Beira apoz a Revolução de 1640. Esta relação entre o poeta e o poema, dando verdade e realidade a uma creação inspirada pelo sentimento nacional, suscita o interesse das investigações historicas sobre a sua individualidade. Por ellas se reconhece como um typo com o relêvo excepcional de uma forte raça — apaixonado, aventureiro, destemido e soffredor. A sua vida é um poema, que elle mesmo resumiu nas estrophes autobiographicas, que constituem o canto XV do *Viriato tragico*. Bento Madeira de Castro salvou o poema ao fim de trinta e sete annos depois da morte de Braz Garcia de Mascarenhas, e para intelligencia d'esse Canto XV escreveu «uma breve noticia da *vida tambem poetica do Author* para maior pasto da curiosidade...» Pelas investigações recentes essa vida poetica apparece determinada por um desventuroso amor, que actuou nos lances imprevistos da sua existencia. Madeira de Castro, escrevendo em 1693, ainda *não eram esquecidas as suas juvenilidades*, consignou valiosos elementos biographicos tradicionaes, mas sem a justeza das datas historicas. Os dados genealogicos laboriosamente colligidos pelo visconde de Sanches de Frias no seu livro *O Poeta Garcia*, e os numerosos documentos excavados pelo Doutor Antonio de Vasconcellos no seu fundamental estudo sobre *Braz Garcia de Mascarenhas*, publicado na Revista da Universidade de Coimbra, dão-nos todos os elementos para resumir essa *vida poetica*, que dá a intelligencia do *Viriato tragico*.

Escreve Bento Madeira da terra da sua naturalidade: «a nobre e antiga villa de Avô, não longe da Serra da Estrella, na provincia da Beira... ennobrecida com um Castello e duas pontes — é retalhada de dois rios, o Alva e o Pomares, e muito mimosa de excellentes fructos.» No Canto IV, estancias 90 e 91 descreve o poeta:

Da altiva Estrella nasce altivo infante
  Meu *patrio Alva*, corno de Amalthêa,
  Que em pomos e pescados abundante
  Mais copia cria do que tem de areia:
  Em partes mudo, em partes retumbante,
  De villa em villa placido passeia,
  Que todas n'elle tem soberbas pontes
  Para quando soberbo investe os montes.
Com duas e um *Castello*, a qual mais forte
  A cara patria minha, aonde abraça
  O trutifero Moura, umbrosa côrte
  De Flora e Diana lhe accrescenta a graça.

E no Canto XV descreve o encanto da paizagem que o fez poeta, e que o attraia com seducção através de todas as luctas da vida:

Creei-me n'estes vales deleitosos,
  Refrigerio de cálidos estios,
  Quente abrigo de invernos rigorosos,
  Labyrinto de flores e de rios;
  De peixe, caça e fructos abundosos,
  De primor cheios, de ambição vasios,
  Que ambições e privanças, que namoram
  Fogem dos vales, e nas Côrtes moram.

Porém, como estes bens não conhecia,
  Nem os futuros males receava,
  Quanto já na puericia mais crescia,
  Mais os patrios regalos despresava.
  Em desejos de vêr o mundo ardia,
  Estreita a patria o coração achava...
(Cant. XV, est. 32-33.)

O seu talento poetico manifesta-se espontaneamente, acordado pela fulguração de amor:

> E tu, filha do Alva cristalino,
> *Minha mais natural, que culta Musa,*
> Em cujas praias o senil Menino
> Me ensinou a tocar a Citara lusa:
> Esse da natureza, dom divino
> Mal repartido á parte em que não se usa,
> D'onde eu sómente dei em tantos males
> Queixas aos montes, lagrimas aos vales.
> (Cant 1, est. 4.)

Da sua filiação e data de nascimento diz-nos Bento Madeira, seu parente por affinidade: «Aqui, a 3 de Fevereiro, na éra de 1596, nasceu Braz Garcia de Mascarenhas; seu pae se chamava Marcos Garcia e sua mãe Helena Madeira, gente nobre e principal da terra.»

O registo ou assento baptismal feito em 10 de Fevereiro de 1596, não declara o dia em que nascera; mas o poeta o revelou nas estancias 30 e 31 do canto autobiographico alludindo ao nascimento de seu irmão Manuel Garcia em 1594, pela coincidencia de terem ambos nascido no mesmo dia 3 de Fevereiro, em que se venera S. Braź:

> *Dois annos antes* (o contal-o espanta)
> *Três do segundo mez,* dia do Prelado
> Sancto, e nosso advogado da garganta
> (Mal de que fuy gran tempo atribulado)
> Nasceu outro irmão meu, a quem por santa
> Devoção, foi na pia o nome dado
> Que na circumcisão se deu primeiro
> A quem nos deminuiu do cativeiro.

Alludia ao nome de *Emanuel*, embora sem rigor theologico.

No mesmo dia, e na mesma hora
Que elle nasceu, *nasci pera me darem*
Do Sancto o nome, que ignorancia fôra
Ao que elle advertiu não repararem.
O descanço, a que não conheço agora,
Então passou por mim, sem m'o mostrarem
Que nenhum ha no mundo tão perfeito
Como o gosado no materno peito.

O assento baptismal encerra elementos, que esclarecem a vida intima da familia do poeta:

«Aos dez de fevr.° baptizou o p.e Diogo Piz, *a bras,* filho de Marcos Garcia e de sua molher Ilena madr.a foi padrinho gaspar dias e madrinha Joanna pegada molher de Symão G.ia todos desta vila.» Ant.° Dias.» 1

Este Simão Garcia, viuvo de Veronica Nunes, era avô materno do neophyto, o futuro poeta, e achava-se então casado em segundas nupcias com Joanna Pegada, da qual houvera um filho em 1578, legitimado pelo matrimonio em 7 de janeiro de 1598. Não são indifferentes estes dados; por que Simão Garcia, que desde 1557 exercia o cargo de Escrivão das Cisas geraes e dos Passos de Avô e de S. Sebastião, obteve licença para renunciar o dito cargo em seu genro Marcos Garcia em 4 de Septembro de 1595. O casamento com Helena Madeira celebrara-se em 19 de Agosto de 1591, nascendo em junho de 1592, uma filha Feliciana Monteiro, da qual Joanna Pegado

1 Publicado pelo Dr. António de Vasconcelos em 1907 na *Gazeta da Beira*, n.° 3, anno II (de Oliveira do Hospital).

foi madrinha. Era um modo de lisonjear o velho sogro, que depois do nascimento do seu segundo neto Manuel Garcia em 3 de Fevereiro de 1594 e em vesperas do nascimento de Braz Garcia, fez a renuncia da Escrivaninha das Cisas geraes de Avô e dos Passos, para auxiliar aquelle fecundo casal.

No registo do baptismo de Braz Garcia torna a apparecer o nome de Joanna Pegada, como um reconhecimento e figura como padrinho Gaspar Dias da Costa, Capitão-mór de Avô, a figura mais importante da florescente villa. As relações da familia de Marcos Garcia com a do Capitão-mór de Avô tornaram-se intimas como se infere pelo compadrio estabelecido pelo nascimento de varia prole. Assim pelo nascimento de Veronica Nunes, baptizada em 6 de Dezembro de 1597, figura como madrinha Suzana Manuel, esposa do Capitão-mór Gaspar Dias da Costa. Pelo nascimento de Anna Monteiro, baptizada em 15 de Setembro de 1603, é mais uma vez madrinha Suzana Manuel.

Na familia do Capitão-mór era tambem numerosa a prole, merecendo apontar-se duas meninas, que foram gentilissimas Maria Madeira e Cecilia Madeira, nascida em Maio de 1600. As crianças das duas familias principaes de Avô brincaram juntas em innocente confiança, á boa sombra dos seus padrinhos, em correrias pelos areaes do Moura, pelos pomares do formosissimo vale. No Canto xv, estancia 24, descreve Braz Garcia esse meio encantado em que se creou:

Os bosques, em que está, vê deleitosos
  A Ceres loura e a Flora jardineira,
  Vê nascer entre os rios caudalosos
  Nobre Villa em peninsula guerreira,
  Que com tres edificios sumptuosos
  Ponte, Castello, Egreja, honrando a Beira,
  Ennobrece Diniz, segundo Brigo,
  Novo Restaurador do reyno antigo.

Refere-se n'esta estrophe ao rio Alva engrossado pela ribeira do Moura, que atravessa a villa separando os dois bairros de Santo Antonio e do Adro, fazendo, pela confluencia de ambas as aguas, a esplendida lagôa do Pégo, que uma pequena insula torna mais esplendida. Nunca se apagaram no espirito do poeta estas perspectivas; assim no canto XIV, estancia 104, descreve com alma:

Bem d'onde o Alva cristalino abraça
  O pomifero Moura, que correndo
  Pobre de cabedal, rico da graça,
  Censo estivo lhe está sempre offrecendo
  De claras aguas, larga e bella praça
  Entre ásperas montanhas se está vendo
  Amphiteatro de plantas que autorisam
  O grão Lago, em que sempre se narcisam.

A ponte a que se referira o poeta era a de Santo Antonio, do lado do norte sobre a ribeira, e foi mais tarde derrubada por uma cheia; a ponte que atravessa o Alva a oeste, do lado do Adro, tambem foi no fim do seculo XVIII reedificada. [1] O Castello na elevação escarpada do antigo Couto, em que se formou o bairro do Outeiro era

[1] Sanches de Frias. *O Poeta Garcia*, p. 88.

construido de grossas muralhas em forma de polygono, com onze lados, tendo a parte principal para o lado sul, com sua torre rectangular, e rendilhada de ameias. No tempo do Capitão-mór Gaspar Dias da Costa, ainda o Castello, bem conservado, tinha uma egreja padroeira e casa de moradia, communicando por meio de rampas com as duas pontes.

D'este meio paradisiaco em que se lhe acordava o sentimento do amor e da poesia, escreve Braz Garcia de Mascarenhas:

> Em desejos de vêr o mundo ardia,
> Estreita a Patria o coração achava,
> E *as Letras, a que quatro irmãos se deram,*
> Pelas armas seguir me aborreceram.
>
> (Cant. xv, vol. 32 e 33).

Esses quatro irmãos eram Manuel Garcia, dois annos mais velho, que frequentou a Universidade de Coimbra, e Pantaleão Garcia, mais novo cinco annos, Mathias Garcia, onze annos mais novo e Francisco Garcia, os seus dezesseis annos. Três d'estes irmãos seguiram a vida ecclesiastica; das informações para receberem as ordens vêm-nos o conhecimento dos seus aspectos physicos e moraes, que nos representam idealmente o poeta. Assim as informações de 21 de Fevereiro de 1625 dão-nos Manuel Garcia: *homem alto de rosto, os dentes alvos, a testa grande, não muito gordo, não é muito alto, o corpo bem feito.* E de Pantaleão Garcia, em data de 17 de Fevereiro de 1628: «homem virtuoso e pacifico, quieto,

homem *alto de corpo,* ainda sem a barba, *o rosto comprido, não muito alto, os olhos formosos, as mãos grandes e brando de falla.*» Braz Garcia sentia o seu garbo juvenil, enveredou por outro caminho:

> Entro na adolescencia, ponho espada,
> E d'ella apprendo uma e outra regra,
> Ramo não fica em que não vá provada
> Nem cabello, em que não me dêm com a negra.
> *O tanger, e dansar muito me agraaa*
> Mais o cavallo brincador me alegra
> De festa em festa ao nescio encaretado
> Aqui senhor me finjo, ali criado.
>
> (Cant. xv, est. 34.)

As dansas, as musicas, passeios divertidos e imitações mimicas eram as affectuosas partidas, em que suas irmãs Feliciana, Veronica, Maria, Anna, Isabel e Maria com as duas filhas do Capitão-Mór, Maria Madeira e a formosa Cecilia formavam os deslumbrantes ranchos de que o poeta era a alma irrequieta. Elle nos descreve esta crise de uma vaga sensibilidade que vae concentrar-se em uma paixão unica:

> Por que a toda a janella de cortina
> O picaro disfarce reconhece,
> Que, *onde brilha a belleza peregrina*
> Sobe o sotaque a vêr se o favor dece.
> Qual cala, qual responde, *qual se inclina,*
> *Qual favorece,* qual disfavorece,
> Selada feita de *confiança honesta,*
> Festa, que todos têm por melhor festa.

Amor, que em noviciado entretivera
Até ali minha louca ociosidade,
Tratou de siso, como se o tivera,
De me opprimir de toda a liberdade.
As Musas, que eu'té então não conhecera
Achando em seu calor facilidade,
Cantando espalham queixas e louvores
Que Amor sem versos é jardim sem flores.

O mais inhabil e grosseiro amante,
Se não faz versos, os alheos canta,
Passarinho não ha que os seus não cante
Por que seu metro tem sua garganta.
Responde a féra á rude consoante
Da que bramindo absente a voz levanta;
A tudo o que ama enfeita esta harmonia,
Por que é gala do Amor a Poesia,

(Canto xv, st. 34 a 37.)

A vista das areias do Alva recorda-lhe os tempos em que as *duas irmãs* D. Maria e D. Cecilia, na alegria da adolescencia por ali corriam com seus namorados:

Se não filhas do Sol, filhas do Alva,
Almas vencendo, corações ferindo...

(*Ib.*, IV, 103).

Pórque sempre a belleza apetecida,
Ou dos pés ou dos olhos é seguida.

Quanto mais fugitiva, mais buscada,
Quanto mais presumida mais ingrata,
Quanto mais vergonhosa respeitada,
Docemente cruel, agrada e mata.
Cada qual, quando envergonhada,
Por onde passa as almas arrebata;
Que é tyranna a belleza em dar cuidados
Traz si leva afflicções e deixa agrados.

(*Ib.*, 108 e 109.)

Ambas amadas são e desamadas;
Querem, não querem; rogam, são rogadas.

Parece que as fizera a natureza
Muy de encomenda eguaes como as boninas,
Que eguaes eram nos membros e belleza
Eguaes na graça e partes peregrinas.
Correspondia o siso á gentileza,
Que nem todas as bellas são mofinas.

....

Ambas ao sol furtaram seus cabelos,
E ás Indias os rubis das faces bellas,
O resplendor do branco aos caramellos
E o scintillar dos olhos ás estrellas;
Os cramezis da bocca aos cravos bellos,
A harmonia do canto ás philomelas,
A porporção dos membros á esculptura,
E todo o bem a toda a formosura.

(*Ib.*, 116 a 118.)

Eram pelo contrario seus amantes,
Posto que gentis homens e atentados,
Naturalmente feros e arrogantes...

Amor lhe ensinou logo a policia
Das galas, dos requebros, dos passeios,
A brandura, primor e cortezia
Dos sempre apetecidos galanteios;
Ajudada se quer a galhardia
Dos corpos com as galas e meneios;
Outros parecem já, d'onde se entende
Que na Eschola do Amor tudo se aprende.

Mas este, que avassala tantos peitos...
Pode só produzir varios effeitos
De tão affectas e leaes vontades...
Que vae muito de amores a amisades,
Que estas os tem conformes nos primores,
E aquelles differentes nos favores.

....

Amor costuma, vezes infinitas,
Frustrar a muitos que a servil-o acodem,
Engana a firmes, paga a venturosos,
Poucos alegres tem, muitos queixosos.

Que maiores serviços, que maiores
Merecimentos, que os dos dois amantes?
Que promessas mais firmes, que favores
Mais certos, que os dos dois bellos semblantes?
E comtudo vem mallograr as flores
E o fructo, por ser fructo de ignorantes,
Que mal se logra, e nas mãos periga;
Se Egle isto negar, Tantalo o diga.

No canto v desenha-se o quadro dos pares namorados escreverem na areia do Alva as suas queixas:

Pelas praias do Alva divertiam
Todos quatro uma tarde os pensamentos,
E por ella a escrever se divertiam
Sobre o papel da areia seus tormentos.
O que escreveram separados, liam
Juntos, multiplicando sentimentos...

— Como esta areia, que meus olhos regam
E que vão minhas plantas imprimindo,
Que quando n'ella a estribar se chegam,
Esquiva para traz lhe vae fugindo;
Assim meus gostos, porque não socegam
Na areia da mudança viu fugindo
E quando n'ellas, porque mais me enojem,
Quero estribar-me para traz me fojem.
. . . .
Triste de quem seus desconcertos pinta;
Da areia faz papel, do dedo tinta.

(Canto v, est. 124 a 128.)

O seu primeiro biographo por estas suas *juvenilidades* apenas diz: «Passando a infancia e

puericia em companhia de outros seus irmãos que estudavam, *tomou algumas noticias da lingua latina,* que ao depois soube com perfeição por sua muita e natural curiosidade e prompto engenho.» A lingua latina dava uma cultura geral, actuando na correcção grammatical e na expressão rhetorica; se recebesse as macissas dozes das classes jesuiticas ficaria bestificado. O amor salvou-o, libertando-lhe a imaginação. É pena que as suas poesias lyricas se perdessem pelo ignaro desleixo dos seus descendentes; por ellas conheceriamos a que empolgou todo o seu pensamento. Pelas relações da familia de Marcos Garcia com a do capitão-mór Gaspar Dias da Costa accode ao espirito que seria uma de suas filhas. Qual? Por 1617 casava sua filha Maria Madeira da Costa com João Manuel da Fonseca, que succedera ao sogro na Capitania-mór de Avô; a outra filha, Cecilia Madeira, estava nos seus deslumbrantes dezesete annos (nascera por Maio de 1600). Braz Garcia contava vinte e um annos, e como afilhado do velho Capitão-mór obedecia áquella observação de Camões: «Conversação domestica affeiçôa.»

Nas suas fortes investigações de documentos sobre Braz Garcia de Mascarenhas, o Doutor Antonio de Vasconcellos, com a sua visão synthetica, escreve: «Ignoro quem e d'onde seria esta dama que assim cativou o galã temivel: certamente era da Beira e talvez *mesmo de Avô* ou cercanias. Por uma série de circumstancias e coincidencias, que bem estranhas seriam se se considerassem méramente casuaes, sou tentado a aventuar a hy-

pothese, embora não possa sustental-a como facto historico á falta de prova sufficiente, que a grande paixão de Braz teria por objecto uma filha do Capitão-mór de Avô, Gaspar Dias da Costa, antecessor no cargo, e sôgro do referido João Manuel da Fonseca.

«*D. Cecilia Madeira da Costa,* se chama essa menina, e era quatro annos mais nova do que o poeta, pois nascera no principio de Maio de 1600, sendo baptizada a 11 do dito mez.

«Herdeira de rara e afamada belleza e encantos de espirito de sua mãe, e de parte da grossa fortuna de seu pae, apellidado de *honrado* e *rico homem* em varios documentos da epoca; descendente de nobilissima estirpe, tanto pela linha paterna como pela materna; possuidora de um nome dos mais illustres de toda a Beira, esmaltado por tradições de familia gloriosa, não admira que em volta d'esta joven se formasse uma côrte de apaixonados e pretendentes.

«Seria ella realmente a amada do nosso Braz Garcia? Supponho que sim... a paixão do poeta foi profunda e enorme, senão tambem que semelhantes paixões despertou a mesma dama em outros rivaes. O que é certo, é que *exerceu sobre elle e sobre a sua vida uma influencia decisiva.*» (*Revista da Univer.*, vol. 1, p. 35 e 36.) Braz Garcia concentra em uma estancia a conflagração em que lhe foi impellida a existencia; diz referindo-se ao Amor:

Este tyranno intrinseco me deve
Quantas desditas tenho padecidas,

Que em tantas me enredou em tempo breve,
Que o não ha para serem referidas.
Ciumes, vento, chuva, calma, neve,
Desafios, paixões, brigas, feridas,
Resistencias e trances, que não pinto,
Tudo por elle passo, e nada minto.

(Canto XV, est. 38.)

Bento Madeira, no resumo biographico que explica o canto XV do *Viriato tragico,* assignala o primeiro transe, que lhe desharmonisou a sua vida: «Vindo a Coimbra a assistir a umas *Festas celebradas no Terreiro de Sansão,* por correspondencias com uma Dalila, perdeu a liberdade sendo prezo na Cadêa da Portagem, da qual *depois de alguns mezes de prizão,* ao receber um grande prezente se escapou entre muita gente, deixando mal ferido o carcereiro, e bem montado, na Ponte, por não voltar ao cativeiro de ambas as liberdades, se passou a Madrid...» Bento Madeira não fixou datas, mas são lucidamente deduzidas pelo Doutor Antonio de Vasconcellos. Descreve o seu transe o poeta:

Lá, donde com mais placida corrente,
O sereno Muliades caminha,
Espelho dando á fabrica eminente
Do arriano Ataces e christã Rainha,
Fui a vêr, mais incauto que prudente
Uma festa que foi tragedia minha,
Que o sôpro de malsim prezo exprimento,
Que leva um sôpro o môr contentamento.

Quem per mui grave caso não foi prezo,
Não diga que passou tormento grave,
Que, com a liberdade é todo o pezo
Calamitoso de levar suave;

Logo um prezo e tratado com despreso,
Inimigo não ha que não o aggrave;
Deixado é de parentes e de amigos,
Muitos nos bens, poucos nos perigos.

Bem tenho á minha custa experimentado
Verdade, que é de tantos tão sabida,
Pois quanto era a prizão mais dilatada
Achava mais difficil a sahida;
E como é na occasião mais apertada
A desesperação mui atrevida
Com celebrado ardil e alheio êrro,
Rôta a masmorra, abre caminho a ferro.

Cerral-o a vozes Némesis procura,
Rustica plebe a seu favor se emprega;
Mas quem deliberado se aventura
Não teme a quem sobressaltado chega.
O perigo em que a morte se affigura
A quem a solicita espanta e cega,
E por horror confuso e sol ardente,
Bem como a lebre os cães me segue a gente.

A mais distancia, de que o caso pede,
Uma filha do vento um prado toza,
Que se é bruta, piedade me concede
A madeixa da Calva melindrosa.
Esta, d'aquella inextricavel rêde
Me livra tão leal, quanto animosa,
Pois sem fazer nos máos encontros falta,
Quanto alcanço com os beiços, e os pés salta.

Temor e Amor luctando vão commigo
Por donde quer que vou; aconselhando
O temor que me aparte do perigo,
Amor que me detenha perigando.
Reprovo o cáuto lynce, o cego sigo,
Por elle a vida e credito árriscando,
Que quando Amor seus gostos solicita,
Difficuldades grandes facilita.

(Canto XV, est. 39 a 45.)

Fixou o Doutor Antonio de Vasconcellos este transe soffrido por Braz Garcia de Mascarenhas em Novembro de 1616, porque se fizeram as grandes festas da entrada do Bispo Conde D. Affonso Furtado de Mendonça na Sé de Coimbra. No *Terreiro de Sansão,* o largo diante do Mosteiro de Santa Cruz, fizeram os Conegos Regrantes (os chamados Bispos de Sansão) apparatoso e esplendido festival como lhes competia por ter o Bispo-Conde sido Reitor e Reformador da Universidade nos annos de 1597 a 1605. Ao Prior geral dos Cruzios competia o cargo supremo de Cancellario da Universidade. O nome do Terreiro despertou a Bento Madeira a ideia de seducção de uma *Dalila;* por certo um rapaz de vinte annos, como era Braz Garcia, entrou em alguma casa e sendo surprehendido por traição para lhe apanharem o dinheiro que em si tinha, facilmente veiu para a rua, e aos berros e clamores foi prezo por um partazana, contra quem, sacando a espada, lhe decepou dois dedos. Assim o que seria uma breve detenção policial, tornou-o réu de um crime contra a auctoridade, sendo promptamente mettido na cadeia da Portagem. Devia este acontecimento ter uma forte repercussão em Avô, e sobretudo no meio domestico e relações distinctas. Durou mezes o encarceramento, por a ninguem interessar o andamento do processo. Foi então que Braz Garcia de Mascarenhas ideou o estratagema para evadir-se da Portagem: Nas festas de 4 de Julho de 1617, em que Coimbra se atulhava de gente pela canonisação da Rainha Santa, é que elle fi-

xou o momento para a fuga, quando todos estivessem embebidos nas musicas e procissão; para esse dia combinou a entrada de um prezente faustoso, cousa volumosa, que obrigasse a abrir a porta do carcere para a collocar, alguma pipa de vinho ou tassalhos de carne, cousa que enchesse o olho ao carcereiro. Surtiu bem o plano; e aberta a porta do carcere, Braz Garcia safou-se, correndo por entre o tropel e os gritos para além da Ponte onde pastava combinadamente uma égua; e assim escapou do ajuntamento *(rustica plebe)* como caracterisa nos seus versos, 1 este angustioso

1 Sobre este lance entreteceu Camillo Castello Branco o romance intitulado *Lucta de Gigantes*, em contradicção com todos os factos historicos, como nota o Doutor Antonio de Vasconcellos: «levado pela phantasia, e sem se preoccupar com a realidade historica, nos descreve o poeta a cursar a Universidade em 1619, tendo por condiscipulo e amigo intimo o fidalgo lisboeta Diogo Cesar de Menezes, cuja amisade, segundo elle conta, veiu a ter uma acção muito importante e decisiva em toda a vida do poeta... Mas a verdade historica é muito diversa d'aquella que foi romantisada por Camillo.

«Braz Garcia nunca frequentou a Universidade de Coimbra. Percorri com minuciosa curiosidade tanto os livro de Matricula como de Provas de Cursos de todas as faculdades academicas, desde 1610 em diante, e posso assim com inteiro conhecimento de causa fazer esta affirmação. — Diogo Cesar de Menezes tambem jámais frequentou as escholas universitarias. Nem era verosimil que fôsse condiscipulo e confidente de Braz, pois havia entre elles notavel desproporção de edade; no anno de 1619, a que são por Camillo reportados os acontecimentos por que abre o seu romance, Braz contava 23 annos, emquanto Diogo tinha apenas 14, — contando 16 de edade fazia este a sua

momento da sua vida. Appareceu rapidamente em Avô, mas refugiando-se em Bobadella em casa de sua avó, arriscando-se de vez em quando pelo amor que o faz affrontar todas as difficuldades. Como consideraria a sua namorada esta situação de foragido? N'este anno de 1617 realisava-se o casamento de D. Maria Madeira da Costa, filha do Capitão-mór, com João Manuel da Fonseca, grande proprietario de Anceriz que occupava depois a Capitania-mór de Avô; d'este enlace nasceu no seguinte anno de 1618 uma menina D. Maria da Fonseca da Costa, da qual foi madrinha D. Cecilia Madeira. Este facto provocaria um maior ascendente sobre o espirito da namorada de Braz Garcia. Os bens que em Anceriz possuia João Manuel da Fonseca, tinham de ser separados dos de seu irmão Alexandre Affonso da Fonseca, solteiro, que ahi residia. A cunhada d'elle engendrou um projecto simplista para fazer o casamento de sua irmã e comadre com Alexandre Affonso da Fonseca; assim ficava tudo em casa. É natural que D. Cecilia Madeira se não deixasse abalar ás primeiras suggestões; mas Braz Garcia sente-se brevemente *enredado* em *ciumes, paixões, brigas, resistencias, transes* (xv, 38). Sente-se humilhado no seu caracter altivo, mal julgado entre parentes e amigos, e vendo falecer sua avó

---

profissão religiosa...» (*Rev. cit.*, p. 30.) O trabalho de Sanches de Frias foi contaminado por esta phantasia romanesca.

Anna Marques em 18 de Abril de 1619, perdendo o seu suave refugio de Bobadella, parte resoluto para a côrte de Hespanha. (*Rev. da Univ.*, p. 295.) Saboreêmos estas estrophes autobiographicas:

Cançado em fim do *vil encantamento*
Que o corpo debilita e a honra acanha,
Me transfiro, a pesar do amante intento
Á Côrte do feliz Numa de Hespanha;
No tempo, quando em seu maior augmento
Gozando a paz, que os vicios acompanha.
Parecia nos faustos e grandeza,
O centro das delicias e riquezas.

(Canto XV, est. 45.)

Era a Côrte de Philippe III, a que alludia o poeta, e que descreve com traços magistraes:

Considerei, que a força da ventura
Sem forças de que tal se imaginara,
Aquella Babylonia mal segura
De universaes cahidas levantara,
Para quotidiana sepultura
Das illustres Nações que sujeitara,
Por que os thronos reaes são fabricados
Sobre os ossos dos mal afortunados.
É mar a Côrte, e rios os Senhores
Que entrando n'ella, como n'ella os rios,
Os que se têm cá fóra por maiores,
Perdem lá dentro a furia, nome e brios;
Sem lhe os pulsos tomar, julguei dar côres,
Que uns padeciam febres, e outros frios,
Que esta ancia de privar é divulgada
Maleita bem prevista e mal curada.
Madrid, dizem, que estriba em fogo e agua,
Deve ser por rhetoricas figuras,
Que geral pranto e ambiciosa fragoa
Formam do vasto corpo as bazes duras.

Um anno inteiro vi, com grande magoa
Venturas de uns e de outros desventuras,
Estas cahindo nos indignos d'ellas,
E os d'ellas dignos alcançando aquellas.
Vi os aduladores mui possantes,
O mérito mui fraco e desvalido,
Com máo partido os pobres negociantes
E os ricos todos com mui bom partido.
E achando-me formiga entre elefantes,
Por não servir, depois de ser servido,
Deixei a Côrte por abysmo cego,
E enfadado da terra ao mar me entrego.

(Cant. xv, est. 46-49.)

No canto v, estancia 5, traçando um rapido quadro da Côrte de Madrid, conclue pela previsão de calamidades:

Competiam na Côrte de Castella
Merecimentos e dinheiro certo,
E de ordinario se antepunha n'ella
Todo o rico risonho ao pobre esperto.
Tanto dar tanto pode empobrecel-a,
Que de Côrte caminha a ser deserto,
Que d'onde falta o premio a quem milita
Nem habita a razão nem gente habita.

Quando Marte repousa socegado,
Bem soffre a Paz o que não soffre a Guerra,
Que bem fraco pastor governa o gado
Se de lobos está segura a serra;
Mas, que quando solicito, indignado
E estupendo resolve o mar e a terra,
Se prefiram bisonhos a peritos,
Vésperas são de estragos e delictos.

Fixa-se este anno de Madrid em 1620, Bento Madeira, sem datar o facto, aponta apenas a passagem a Madrid, côrte de Hespanha e tambem a este tempo de Portugal; e passado um anno n'esse imperio do mundo, enfadado já da estancia ou

a instancia da bolsa, se partiu e se embarcou em o porto mais visinho em um patacho que fazia viagem a Lisboa.» Prosegue o poeta na sua autobiographia:

Da Turdetania apenas me sahia,
Dobrando o Sacro Promontorio, quando
De Meias-Luas abordado via
O patacho, e conflicto miserando.
De corpos destroçados se cobria
O convés, em que o sangue anda nadando
Que antes se escolhe em transe tão guerreiro
Morte honrada, que infame cativeiro.

Tinha terminado a trégua de doze annos entre a Hespanha e a Hollanda, quando partira de Sevilha; foram immediatas as consequencias:

Eis que por balravento em pôpa assoma
Tão alterosa náo, que em um momento
Desaferrando as Luas de Mafoma,
Partem voando a seu patrio assento:
Deixa os Turcos fugir, e os Christãos toma
O soccorro do Hereje fraudulento,
Que abordando com capa de amisade
Prende a fazenda, e sólta a liberdade.

Sobre a turdula praia em batel roto
Os poucos vivos quasi nús alija,
E com o Pirata só fica o piloto
Pera que a costa mais perito afflija.
Eu em vez de fazer solemne voto
De mais não contrastar fera tão rija,
Como agua falsa, tão voraz e tanta
Que espanta o vêl-a, e o passal-a espanta.

(Cant. xv, est. 51 e 52).

A fragata hollandeza que andava a corso é uma indicação preciosa, como observa o Doutor

Antonio de Vasconcellos: «este facto nos fornece um elemento chronologico; não succedeu isto antes da primavera de 1621, por que então terminou a trégua de doze annos ajustada entre a Hespanha e os Paizes Baixos, pelo tratado de Antuerpia, assinado a 9 de Abril de 1609.» *(Revist. ib.*, p. 299.) A *turdula praia* em que foram alijados os sobreviventes da matança do pirata turco e da pilhagem do corsario hollandez, é determinada pelo criterioso investigador na região dos *Turduli veteres*, de Plinio, que Fr. Bernardo de Brito, a quem segue com admiração Braz Garcia, localisa na Estremadura, que se estendia até ao Tejo, como o poeta o admitte:

> Dos *Turdulos antigos*, que habitavam
> O que hoje *Estremadura* é nomeada.
> (Canto v, est. 18.)

O desembarque na costa portugueza motivaria o piedoso soccorro aos seus ferimentos e indigencia em que o deixaram, proporcionando-lhe em qualquer rasca de cabotagem o poder seguir para o Porto, demorando-se ahi, até obter auxilio da casa paterna e seguir clandestinamente para a villa de Avô. A successão de Philippe IV motivava qualquer amnistia geral, segundo o costume; d'ahi a confiança para voltar á saudosa patria, aonde, como diz Bento Madeira, *ainda não esqueceram suas juvenilidades*. Mas peior que todos os golpes soffridos, veiu encontrar tratado o casamento de D. Cecilia Madeira com seu concunhado Alexandre Affonso da Fonseca, ficando assim unidas as

propriedades de Anceriz. A irmã e comadre de D. Cecilia aproveitou-se da longa ausencia de Braz Garcia e das provas do seu estouvamento para desfazer-lhe o doce sonho amoroso. Braz Garcia não tinha mais que esperar na patria. A terrivel data de 1623 comprova a realidade do seu romance de amor; em 16 de Agosto de 1623 casava D. Cecilia Madeira da Costa com seu concunhado; e Braz Garcia, como observa Bento Madeira, «não cabendo seu animo em tão curtos limites, se passou á cidade do Porto e d'ahi ao Novo Mundo...» n'esse mesmo anno de 1623. E escreve o poeta:

> Sobre a primeira queda, torno á lucta,
> Sem me turbar de tão funesto agouro,
> Por que com pertinacia resoluta
> *Dentro em dous mezes desemboco o Douro.*
> Brevemente me ensina gente bruta
> A sciencia, que apura a fome do ouro,
> Por que o sutil me alegra e maravilha
> Do astrolabio, da carta e balestilha.
>
> (Cant. xv, est. 53.)

A sua partida para o Brasil em 1623 bem significa um acto de desespero, porque as noticias que constavam dos jornaes hollandezes, eram de que a Republica batavia, pela sua Companhia Occidental mercantil preparava uma invasão das colonias Portuguezas do Brasil. Pelo monopolio do commercio do Brasil e Africa á Companhia, logo acorreram os capitaes e dinheiro para organisar-se a liga ou expedição naval, e estabelecer o corso contra a navegação de Hespanha. Tal foi o effeito da cessação da trégua ineptamente recebida

por Olivares. Portugal tinha repellido as invasões francezas; agora, envolvido nas habilidades castelhanas, achava-se assaltado nos seus dominios pelos Hollandezes (as Sete Provincias unidas pela Paz de Utrecht de 23 de Janeiro de 1579.) O Governador da Bahia, Diogo de Mendonça Furtado, recebeu aviso da metropole para que se acautelasse da proxima chegada da esquadra neerlandeza.

Quando Braz Garcia seguia viagem para a Bahia, já estava em acção um terrivel corso que desde 1623 a 1636 destruiu e aprezou 547 navios hespanhoes, representando a pêrda de sete milhões de florins. No canto xv descreve o poeta a tormentosa viagem:

> Apesar de tormentas, calmarias,
> *Corsarios,* e afflicções de sangue e morte,
> Entrei pela rainha das *Bahias,*
> Celebrado theatro de Mavorte.
> D'esta Cidade illustre em bizarrias,
> Da nova Lusitania nova côrte,
> Julguei que era o Brasil jardim sem muro,
> *Thesouro rico, porém mal seguro.*
>
> A Edade de Ouro inda então lembrava,
> E a de Prata, que n'elle florecia,
> Já com intercadencias vacillava,
> Porque perto a de ferro trasluzia.
> Se a muita gente pobre alevantava,
> Tambem a muita rica empobrecia,
> Que é mal segura em quem compra e vende
> Toda a riqueza, que do mar depende.
>
> (Cant. xv, est. 54-55.)

O poeta não se quedou na Bahia; fez digressões ao longo da costa do Amazonas e ao Prata,

percorrendo as quatorze Capitanias e vindo estacionar em Olinda até o sinistro dia 8 de Maio de 1624 em que branquejaram no horisonte as velas da Armada hollandeza; assim narra o poeta:

Navegando sua costa, desejoso
De saber estranhezas não sabidas,
Naufragio padeci tão lastimoso,
Que entre muitos salvamos poucas vidas.
Escarmentando mais que curioso,
Tendo as Colonias já reconhecidas,
Na de *Olinda* parei, tendo a de *Olinda*
Por maior, por melhor e por mais linda.
(*Ibid.*, est. 56.)

Este juizo de Braz Garcia de Mascarenhas acha-se confirmado pelo seu contemporaneo Fr. Manuel Calado, que no pomposo livro *Valeroso Lucidemo* descreve a fascinante Olinda, como uma cidade maravilhosa: «O ouro e a prata eram sem numero nas casas apparatosas, e por um pobre e miseravel se tinha o que não tinha seu serviço de prata. As mulheres andavam tão loucas e tão custosas, que não se contentavam com os tafetás, chamalotes, veludos e outras sedas, senão que arrojavam as finas telas e ricos brocados; e eram tantas as joias com que se adornavam, que pareciam chovidas em suas cabeças e gargantas as pérolas, rubis, esmeraldas e diamantes. Os homens não haviam aderêços custosos de espadas e adagas, nem vestidos de novas invenções, com que se não ornassem; os banquetes quotidianos em que as delicias de manjares e liquores, eram todos os que se produziam assi no Reyno como nas ilhas; as escaramuças e jogo de canas

em cada festa se ordenavam, tudo eram delicias, e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraiso.» Por baixo d'esta capa deslumbrante descreve o estyloso frade uma outra realidade: «As usuras, onzenas e ganhos illicitos era cousa ordinaria, os amancebamentos publicos sem emenda alguma, porque o dinheiro fazia suspender o castigo, as ladroíces e roubos sem carapuça de rebuço; as brigas, ferimentos e mortes eram de cada dia; os estupros e adulterios eram moeda corrente; os juramentos falsos não se reparava n'isso; ...os ministros da justiça como traziam as varas mui delgadas, como lhe punham os delinquentes quatro caixas de assucar, logo dobravam; etc.» Esta grande attracção fez que o desenvolvimento de Olinda, pela acção dos seus opulentos moradores, embaraçasse o desenvolvimento da população do Recife, que assim se tornaria em valioso posto estrategico para a defeza de Pernambuco. [1] E esse effeito viu-se no 8 de Maio de 1624, á chegada da armada hollandeza; escreve o poeta:

Estando aqui, como trovão com raio,
Rompe a guerra, estragando de repente
A cabeça do Estado *um mez de Maio,*
Infeliz ao repouso do Occidente.
Sobresalto cruel, mortal desmaio
Vae perturbando a paz de gente em gente,
Branca, negra, gentia, moça e velha,
Toda se espanta e toda se apparelha.

(*Ibid.*, est. 57.)

---

1 Varnhagen, *Historia das luctas com os Hollandeses na Bahia,* p. 38. Ed. 1871.

Em 8 de Maio de 1624 o Governador Geral da Bahia manda tocar a rebate para a defeza; no dia 9 entram a barra trinta e trez navios, dos quaes cinco fundeiam diante do forte de Santo Antonio, e os restantes em linha diante da cidade. A resistencia ao hollandez não se manifestou. Em uma carta Annua do jesuita P.e Antonio Vieira, descreve assim a tomada da Bahia, o *mortal desmaio*, como lhe chama Braz Garcia: «Tanto que o sol saíu em 10 de maio, julgando os Hollandezes da muita quietação da cidade estar sem defensores, deliberaram-se a entrar, não sem receio de algumas ciladas; mas a cidade ou para melhor dizer, o deserto, lhes deu entrada franca e segura, indo logo tomar posse das casas reaes, onde estava o *Governador desamparado de todos* e acompanhado de um filho e tres ou quatro homens. — Prezos estes, e postos a recato na Almiranta, correm todos os despojos que tanto a mãos lavadas lhes offereciam liberalmente as casas com as portas abertas, tudo roubam, a nada perdoam, empregam-se no ouro, prata e cousas de maior preço, e despedaçando o mais, o deitam pelas ruas, como a quem custara tão pouco.» Com estas e outras riquezas de carregamentos valiosos é que a Hollanda manteve a sua guerra contra a Hespanha; é este o sentido do verso de Braz Garcia, «Infeliz ao repouso do Occidente.» E diante d'esses novos Carthaginezes, o Brasil é — «Thesouro rico, porém mal seguro.»

Em Julho de 1624, chega a Lisboa e Madrid a noticia da pêrda da Bahia; apresta-se com dif-

ficuldade uma Esquadra de outo a dez mil homens, commandada por D. Fradique de Toledo; sómente em 22 de Março de 1625 é que elle apparece nas aguas da Bahia. Constava de 52 navios, trazendo 12.563 homens. Os Hollandezes não se tinham prevenido a tempo: em 23 entram os navios, e no dia 30 põe o cêrco á cidade; em 6 de Abril, a esquadra acerca-se, e recebendo reforços de Pernambuco e do Rio de Janeiro, os Hollandezes capitulam, recuperada a Bahia em 1 de Maio. No canto autobiographico descreve Braz Garcia este combate:

> Começa de ferver *em mar e em terra*
> O duro Marte, sem deixar em quanto
> De Equinocio ao tropico se encerra
> Cousa que não envolva em sangue e pranto:
> Tudo apalpa e revolve a dura guerra,
> Porque em tudo se oppõe com grave espanto,
> Já sobre as velas, já sobre as amarras
> As santas Quinas, ás herejes Barras.
>
> (*Ib.*, est. 58).

No canto IV, estancias 24 e 26 descreve o poeta a guerra moderna, em que predomina o assedio em vez das batalhas campaes, e refere-se ao cêrco em que se reconquistou a Bahia em vinte outo dias, 12 de Abril a 1 de Maio:

> Antigamente sobre gran batalha
> Grande Reyno mui presto se perdia;
> E agora em torno de qualquer muralha
> Mezes e annos aloja a Infanteria.
>
> . . . .
>
> Mais carrancas nos faz que bizarrias
> Nos sitios, que com mais credito abraça,
> O da *Bahia*, de *vinte outo dias*
> *Por mar e terra*, atacada a praça.

Com sortida a San Bento e baterias
Não chegou a custar de toda a massa
Trezentos homens, nem em tanta prova
Custou mais que vinte e outo Villa Nova.

No Canto xv, explica o poeta por que é tão succinto na descripção da tomada da Bahia em 1 de Maio de 1625:

Nem porque nossa poderosa Armada
O perdido restaura, o mal socega,
Porque sempre é do Belgico infestada
A costa porque indomita navega.
Em varias Rimas tenho lamentada
Esta guerra, que muito avante chega,
Calo por tanto os mais particulares,
Que é dobrar magoas repetir pesares,

(*Ibid.*, est. 59.)

Por esta estancia se poderá reconhecer que essas Rimas formavam o livro inedito, hoje perdido, das *Auscncias Brasilicas,* do qual dizia Bento Madeira em 1693, dos escriptos «que da sua letra existem; sobretudo suspira nosso affecto por um Tomo que compoz quando se voltou do Brasil, intitulado *Auscncias Brasilicas,* pois n'esses copiosos cadernos, que duram, nos excita as saudades do que quasi gastou o tempo e o descuido.»

Da participação do poeta nos combates contra os Hollandezes de 1623 a 1625, falla com informação directa Bento Madeira: «se passou á cidade do Porto e d'ahi ao Novo Mundo, e ambicioso de noticias e gloria militar discorreo não sem naufragios por todo o Brasil, e ahi *por espaço de nove annos militou contra Hollandezes servindo de Alferes reformado,* e obrando sem-

pre como esforçado e ardiloso.» D'aqui se deduz que tendo partido em 1623, foi o seu regresso a Portugal em 1632, o que se comprova pelo documento de 21 de Novembro d'este anno, em que figura como padrinho do sobrinho do licenciado Antonio Dias, vigario de Avô, publicado pelo Doutor A. Vasconcellos. Eis a referencia ao seu regresso:

> Satisfeito porém da minha sorte
> No Brasil, *me parti d'elle contente;*
> Porque assim como a Agulha busca o Norte,
> Busca a Patria o que d'ella vive ausente.
> Adherencia não ha que mais importe
> Que a de uma larga absencia a um delinquente,
> Porque sempre hade ser esta enfadonha,
> De reos triaga e de Amor peçonha.

A larga ausencia, dil-o como experimentado, *sempre hade ser do Amor peçonha;* o casamento da sua namorada D. Cecilia Madeira foi conseguido por esse effeito. Os Hollandezes continuaram a sua invasão systematica atacando Pernambuco e queimando Olinda em 1630; resistia-se-lhes á espera da Armada que viria commandada por D. Antonio de Oquendo; effectivamente chega á Bahia em 13 de Julho de 1631. A pêrda de Olinda e do Recife não quebrantou a resistencia organisada por Mathias de Albuquerque, mostrando que o sentimento patrio podia mais que o ouro da Companhia mercantil neerlandeza. As luctas encarniçadas com a Hespanha, levavam a Hollanda por este tempo, 1632, «a discutir a ideia do abandono do Brasil.» *(Varnaghen,* op. cit.,

p. 57.) N'este desalento, que precedeu a traição de Calabar, é que Braz Garcia de Mascarenhas embarcou para Portugal; por certo foi causa importante que o levou a esta resolução? Chegara-lhe a noticia de que estava amnistiado. Dil-o na seguinte estrophe:

Avisado de estar *convalecido*
Emquanto a réo, 1 *sem cura emquanto Amante*,
Trez mezes naveguei, já conhecido
Por mal afortunado navegante:
De esquadrões e tormentos perseguido,
Derrotado a Ferrol, bem que distante
Porto, do que buscava meu desejo,
Apostata do mar, a terra beijo.

(*Ibid.*, est. 61.)

N'estes *nove annos de importuna absencia,* ainda lhe sangrava a ferida «*sem cura, em quanto Amante*.» Ia tornar a vêr a terra da patria, mas sem remedio á magoa do amor perdido; por isso todos os seus affectos se concentravam agora n'aquelle seio em que veiu á luz:

Amor universal, doce atractivo,
Empenho natural, divida honrada,
Sempre foi, será sempre este incentivo
Da Patria sempre cara e sempre amada.
Quem longe da em que nasce vaga esquivo,
Não é por que seu clima o desagrada,
Se não, porque não cabe um peito nobre
De grande coração em Patria pobre.

---

1 O primo de Braz Garcia, que o acompanhou para o Brasil em 1623, Luiz Figueiredo, regressou a Portugal em 1628; eram passados dez annos sem o processo criminal de Coimbra de 1618 ter tido andamento. Estava feita a prescripção. Foi esta a noticia que determinou Braz Garcia a voltar á patria em 1632.

Exemplificando esse Amor na natureza physica, animal e moral, em que — Tudo se volve á Patria aonde nasce, — conclue, que não existe cafre, scytha ou gentio,

> Que do ninho paterno em que vivia
> Saudades não sinta estando absente,
> Que é alvo a Patria, a que nunca erram
> Os suspiros de quantos se desterram.
> A defendel-a o corpo se provoca
> Por ser o ar primeiro o que respira,
> Primeira cousa, que em nascendo, toca,
> Primeira luz, que abrindo os olhos vira.
>
> . . . .
>
> Bem a Justiça na rasão fundada
> Pena poz de desterro ao delinquente,
> Porque o da Patria sempre desejada
> É gran castigo de quem vive absente.
> Quem a trôco de vêl-a restaurada
> Por ella morre, vive eternamente,
> Ou quem por defendel-a do Inimigo
> A vida poz em publico perigo.
>
> (*Ib.*, IV, 57 a 63.)

Mas este amor da terra natal não era uma paixão egoista, antes um ideal que o levava a aspirar a libertação da Patria portugueza, e que morrer por ella, *bithanatos,* era resurgir na memoria infinda. Referindo o seu regresso:

> Sobre *nove annos* de importuna absencia,
> Torno a gosar da patria desejada,
> Como quem sobre larga penitencia
> Se absolve da censura reservada:
> De importancia lhe foi minha assistencia,
> Pois está com mais obras illustrada,
> Que dá mais honra ao que a patria zela,
> Accrescental-a, que morrer por ella.

Bento Madeira faz referencia ás apparatosas festas do Jubileu das Quarenta Horas, da exposição Eucharistica, forma liturgica do culto do Santo Espirito: «Aqui instituiu e celebrou com versos a Festa das 40 horas, que hoje logramos em Avô, (1693) e festejou muitos Santos com Comedias, que ainda existem para credito de seu engenho...» Isto refere no Canto autobiographico:

Sete annos festejei (cousa é notoria)
Juntando n'estes vales Côrtes bellas,
Porque o monarcha da celeste gloria
Quarenta horas cada anno assistiu n'ellas;
Dura, e hade durar, sua memoria,
Pela parte que ás Musas tocou d'ellas
E por outros applausos grandiosos,
Que inda estão repetindo eccos saudosos.

(xv, est. 63.)

Referia-se o poeta ao applauso na representação das suas Comedias hieraticas no gosto das que Miguel Leitão de Andrade escrevia nas festas de Pedrogam. N'estas festividades, com côrtes ou certames poeticos, viu Braz Garcia a *sobrinha* e *afilhada* de D. Cecilia da Costa, que nascera em novembro de 1618 e que estava agora nos florentes dezeseis annos, D. Maria Fonseca da Costa, que talvez conhecesse a lenda do desventurado amor do poeta. A mãe d'ella, «que arrancara do coração da irmã a paixão que se lhe affigurava funesta», não desarmou e conservou-se-lhe hostil. Escreve o poeta:

Mas nem bom zelo da inveja escapa,
Que é geral esta furia de Cocyto,

E em terra não mui grande trazer capa
Mais limpa, que a mais limpa, é delicto.

. . . .

O vêr-me á quietação restituido
Me fazia encolher e soffrer tudo,
Que descanso em trabalho adquirido
O não deve arriscar nenhum sisudo.
Por outra parte, vendo-me offendido
De linguas, seus doceis com ferro agudo
Rasgo com mais rigor do que propunha,
Sem propór, rasga a espada que se empunha.
Cuidava em tempo, que nas mãos estava
Dos homens evitarem seus perigos,
Mas vim a conhecer que me enganava,
E que tem quem mais luz mais inimigos.
Alguns amigos, que eu taes julgava,
Que poucos são já hoje os bons amigos
Mal invejando possessão rendosa
De pacifica a fazem litigiosa.

Bento Madeira precisa o facto alludido: «voltou á patria, aonde já era esquecido, mas logo se fez lembrar rebatendo uma briga em que houve mortos e feridos por conservar um seu irmão no priorado da Travanca.» Era este irmão Pantaleão Garcia, que já em 1630 servia em logar de seu irmão Manuel Garcia, Prior de Travanca de Farinha Podre, «freguezia de grossa renda», como escreve Sanches de Frias. Como o priorado era de nomeação pontificia, Pantaleão Garcia fôra a Roma para effectuar-se a cedencia; n'esta ausencia um clerigo intruso ia-se apossando do priorado apoiando-se no fôro regio, e complicando as tricas de um litigio; Braz Garcia resolveu o complicado problema pela força:

Pleito de *mixto-fôro* nunca visto
De Nemese correndo varias casas,

Parou em força aberta, que eu resisto
Que uma força com outra empata as vasas.
Como de antes o mal tinha previsto,
Com a rasão á soberba quebra as azas,
A muitos com mui poucos destroçando
Caso raro, na paz, é memorando.
Na guerra os vi de menos sangue e gente,
Que em meu e teu, em cousas não mui claras,
A tanto obriga o litigar presente
A tanto chega o variar das varas.
Sobre qual hade ser o precedente
Avante passam com pendencias raras,
Umas me absolvem, outras me condemnam,
Penam-me algumas, outras me depenam.

(xv, est. 68 e 69.)

Pela gravidade do conflicto, Braz Garcia teve de homiziar-se accolhendo-se a casa de um amigo de seu irmão, o Abbade de Santa Maria das Chans, no bispado de Viseu, e partidario da Casa de Bragança, Jacintho Ferreira de Andrade, que tambem foi bom amigo de D. Francisco Manuel de Mello. Era por fins de Novembro de 1640, e subitamente mudaram-se todas as circumstancias. Narra o poeta:

Emquanto retirando a causa provo,
Se *Restauram* com subito estampido
Reino antigo e ligitimo Rei novo,
Em cherubico throno promettido.
Aguas envoltas são voltas de Povo,
A que sae todo réo, peixe escondido;
Logo sahi da Patria para a Côrte
Onde o caso passava d'esta sorte.
Qual fica de gram fabrica assolada
Em pé, firme columna alabastrina,
A parte sustentando reservada,
Que o senhoril conserva entre a ruina;

Tal d'esta Monarchia sepultada
A sempre real columna Brigantina,
Em pé, por alvo de olhos magoados,
Os brios sustentou dos Reis passados.

(xv, est. 70 e 71.)

Braz Garcia de Mascarenhas viu realisarem-se as Prophecias que alentavam a alma popular desde o principio do seculo XVII, as *esperanças sebasticas*, da independencia de Portugal, na Revolução de 1640:

Antiguas Prophecias, bem que escuras
Notadas de prudentes curiosos,
Por entre a confusão das desventuras
Uns longes transluziam venturosos.
Porém sendo em propheticas figuras
Os alvos de acertar difficultosos,
Tendo perto de si o que atiravam,
Como cegos sem luz, todos o erravam.
Abriu-lhe os olhos a necessidade,
Ajudou a occasião o intento honrado,
Tantalo á vista da real Cidade
Pondo o futuro Rei prophetisado
Que a gosar agua e fructa se persuade,
Mas vendo seu intento mallogrado
Precursor de si mesmo se publica,
O nome o diz; o tempo o verifica.

(xv, est. 74 e 75.)

Já o morto valor resuscitado
Na hora sinalada, oito do dia,
Primeiro de Dezembro, *anno apontado*
Em quarenta, de antiga prophecia;
Com a gala encobrindo o peito armado
De varias partes lento concorria
Ao Paço, como tinha de costume,
Que este desmente, o que se já presume.

(*Ib.*, est. 87.)

Espalhada a boa nova da Revolução, Braz Garcia appresenta-se em Lisboa, para servir a causa nacional, e Jacintho Freire de Andrade, estimado pelo principe D. Theodosio, leva-o á presença de D. João IV. Fallou na rixa pela revindicação do priorado de S. Salvador da Travanca; ao que o rei lhe respondeu com natural graça: — «Faze pela minha corôa o que fizeste pela egreja do teu irmão e estamos reconciliados.» (Sanches de Frias.) A esta amnistia, allude a estancia 102 do canto autobiographico:

> A ter extranho Rei longe, era certo
> Que poderão traidores derrocar-me;
> Com o ter natural, tão justo e perto
> Atropelei quem quiz atropelar-me.
> Vendo-me livre com ditoso acerto.
> Não quiz de cargos mais encarregar-me
> Por não dar ordens nem estar a ellas,
> Por que o dal-as é máo. peior recebel-as.
> A guerra sigo voluntariamente,
> Se ouço rebate, se me o facho acena,
> Que quem a professou e mandou gente.
> Por vicio a segue, sem assombro ou pena.
> Se o inimigo quer entrar potente,
> Ou se entrada de porte se lhe ordena
> Com gram zelo da Patria me detenho.
> E se vejo que a cabras vão, me venho.
>
> (*Ib.*, est. 102 e 103.)

Bento Madeira, que escrevia trinta e sete annos depois de sua morte, commenta estas estrophes: «Porém, como n'este comenos se levantasse o Reino reconhecendo um legitimo rei o senhor D. João, o Restaurador, teve occasião com esta revolta de se fazer esquecido ao crime e lembrado na guerra; porquanto ajuntou uma Companhia

de mancebos nobres e lusidos das terras circumvisinhas, que levados da ambição da honra e gloria militar, que elle lhes persuadia, espontaneamente se apresentaram em a praça de Pinhel, e o tomaram por seu Capitão como experto e prático na guerra, e com tanto esforço e brio, e generosidade se portaram nas emprezas, que por abono lhe chamaram a *Companhia dos Leoens,* como ainda hoje testemunham esses poucos que ainda vivem.» N'esta lucta do guerrilheiro Braz Garcia de Mascarenhas, [1] sente reviver em si a tradição de Viriato:

> Por um golfão de largo esquecimento
> Viemos até'gora navegando

---

[1] No seu valioso artigo sobre o *Viriato tragico,* escreveu o prof. Carlos de Mesquita: «Muito verosimilmente o poema foi concebido durante o curto periodo em que o auctor commandou a *Companhia dos Leões.* Não podia deixar de dar-se em Braz Garcia de Mascarenhas, simultaneamente litterato e homem de acção, esse facto. — As reminiscencias litterarias acordadas pela analogia das situações deviam fazel-o sentir-se como que possesso pelo espirito do remoto Chefe lusitano. Para nos convencermos de que o *Viriato* do Poema, pelo menos na phase ainda regional e guerrilheira da sua historia, é o auctor transportado para os tempos pre-romanos, basta comparar o feito de armas que rendeu a Braz Garcia a prisão no Castello de Sabugal como um dos primeiros actos de bravura do seu heroe — o destrôço de uma força hespanhola que levava comsigo boas prezas feitas àquem fronteira, e o ataque de uma força romana que escoltava as bagagens de um forte exercito ainda distante. A estrategia de ambos é a das guerrilhas: a emboscada n'um desfiladeiro de passagem forçada em paiz montanhoso, o ataque imprevisto e a retirada prompta.» (*Gazeta da Beira,* 1907, n.° 3. Oliveira do Hospital.)

Com muitas velas e com pouco vento.
Aqui e ali confusamente errando:
Pela agulha do humilde entendimento,
De Viriato os principios penetrando,
E esse pouco que d'elle escrito temos,
Ás Inscripções e *Tradições* devemos.
D'estas seguindo a luz andou a pena
Mendigando os vestigios e escrevendo,
As memorias que bem ou mal ordena
Letreiros conferindo, serras vendo,
Que induz a pedra, o vestigio acena,
Da luz a tradição, apetecendo
Aproveitar fragmentos exquisitos
De Viriato, nunca d'outro escritos.

. . . .

Se letreiro o não fica declarando,
Se de Cantar antigo o não sabemos,
Se o não commenta Tradição antiga,
Em vão curiosamente se investiga.

(Canto v, 34, 35 e 39.)

A bravura de Braz Garcia foi justamente avaliada e por carta régia de 24 de Janeiro de 1641 foi-lhe conferido o cargo de Capitão de Infanteria. «D'este posto (escreve Bento Madeira) foi assumpto pera Governador da *Praça de Alfaiates,* em que se houve com tanto acerto e aceitação, não sem utilidade da Praça, que fortificou na forma que hoje permanece... Mas, n'esta maior prosperidade voltou a fortuna á roda e caíu no antigo fado sendo a causa, que entrando pelas nossas terras um trôço de Cavalleria e Infanteria castelhana depois de feitas muitas hostilidades se retiraram carregados de despojos e com mais de vinte mil cabeças de gado. Chegou-lhe ordens de D. Sancho Manuel, que não sahisse da Praça pela não expôr a perigo, por quanto logo chegaria

com um soccorro; e no mesmo dia chegou recommendação de Fernando Telles de Menezes que da outra parte avisava visse se podia impedir o passo ao inimigo; a esta segunda ordem como mais gloriosa se lhe accomodou o animo, e deixou algumas Companhias de presidio, saíu com duzentos mosqueteiros e os dispoz de emboscada sobre o rio Agueda em o porto de S. Martinho, divindindo-os em dois montes que abriam o vale por donde necessariamente haviam de passar os Inimigos, os quaes sendo já chegados passaram diante todos os gados, e entrados já no valle lhes sobrevieram taes cargas de mosquetaria que se deram por obrigados a virar as costas persuadidos ser muito numeroso o poder contrario, e deixando muitos mortos e todos a preza, se retiraram fugitivos. Com tão glorioso successo se voltou o nosso Governador triunfante á sua Praça de Alfaiates...»

No canto II do *Viriato tragico*, de estancia 58 a 72, descreveu Braz Garcia este lance representando-o no heroe lusitano:

> Mas já donde uma estrada outra cruzava,
> De gente satisfeita e chocarreira,
> Distante sentem vir tropa infinita
> Que ao som de carros baila, canta e grita.
> Logo Viriato, que com prompta orelha
> Cauto, de longe nota seu descuido,
> Sua gente desvia e aparelha,
> Tudo antevendo e prevenindo tudo.
> Occulta gente de uma e outra banda
> Por que a romana tarde a reconheça,
> A qual da certa morte descuidada
> Vem a cahir em meio da cilada.

De cada lado foi logo investida,
Atraz cercada e bem cortada ávante,
Pagando seu descuido com a vida,
Que da morte se faz sempre distante.

. . . .

Viriato que vê desbaratada
A gente que a bagagem conduzia,
E quanta em sua guarda vinha armada,
Que um excessivo numero fazia,
A viva perdoou, que manietada
Com toda a carruagem que trazia,
Armas, cavallos, mulas tudo encerra
Entre sua gente e marcha para a Serra.

Agora prosegue Bento Madeira, apoz a entrada triumphante na Praça de Alfayates: «aonde logo chegou, como promettera D. Sancho Manuel, e achando já a empreza vencida ou a perca *(sic)* d'esta gloria *em que tambem já ia interessado* ou não se guardar a sua ordem, quando o Governador se saboreava nas suas esperanças de prémio, de improviso se achou prezo na Torre do Sabugal, e accusado a El-Rei por falsario, que tinha tratos com Castella...»

A esta narrativa faltam as datas; suprem-nas os documentos. Em 22 de Maio de 1642, escrevia Fernão Telles de Menezes a D. João IV, pedindo-lhe a nomeação de um Governador para a Praça de Alfayates, escrevendo: «A Praça de Alfayates é a chave de toda esta provincia da Beira, necessita para a governar de uma pessoa de grande experiencia e de grande talento, porque n'ella se manda pôr o maior golpe de gente que houver paga, porque ademais de ser necessario para sua defensa d'ella, se acode a muitos logares visinhos

quando necessitam de soccorros, o que sóe ser muitas vezes por não se poderem defender de outra maneira, e assi se V. Mag. foi servido mandar-se gente para ella tal que possa occupar bem este logar, entendo que será muito conveniente a seu serviço...» Em 2 de Junho era consultado o Conselho de Guerra, sendo em consulta de 21 de Junho de 1642 logo indicados trez nomes para a provisão de Capitão-mór de Alfaiates.

Em relatorio autographo de Fernão Telles de Menezes a D. João IV, datado da Guarda de 25 de Julho de 1642, refere ter prezo por *inconfidente* (traição) o capitão Braz Garcia de Mascarenhas: «Estando em Penamacor aonde me recolhi da primeira entrada que fiz em Castella, como tenho relatado, me veiu aviso que d'Escarigo haviam fugido pera Castella 2 Capitães, hum pago que ahi estava de guarnição com uma companhia, e outro de ordenança com quatro ou cinco pessoas das mais nobres do dito logar, de cujos nomes e sua fugida dei logo conta a V. Mag. e depois de estarem em Castella com informações que d'elles devia tomar o inimigo e *com o favor que achou em* Braz Garcia Mascarenhas, *Governador de Alfaiates, que eu tinha prezo por penquo confidente,* porque quando menos lhe queria entregar a Praça, como consta da sua devassa, veiu por aquella parte da nossa arraia e achando resistencia em Aldeia da Ponte de donde Braz Gracia tinha tirado a guarnição que ali estava porque melhor pudesse conseguir seu intento, e vendo como isso não podia passar adiante pera

se meter em Alfayates, como lhe tinha promettido o dito Braz Gracia, se foi fazendo algum dano nas aldeias d'aquella arraia, como são Forcalhos, Fuinhos, Lagiosa, Aldeia velha, queimando em cada uma d'estas aldeias algumas casas...» Pela Consulta do Conselho de Guerra, de 8 de Agosto de 1642, accentua «o descontentamento que Fernão Telles mostra ter que havendo-se-lhe escrito pela secretaria de estado com fervor e agradecimento, fazer-se pela da Guerra com advertencia do que devera e hade fazer.»

A situação de Braz Garcia de Mascarenhas:

«Prezo na Torre de Sabugal e accusado a El Rey por falsario, que tinha tratos occultos com Castella, allegando por fundamento uma correspondencia urbana que tinha com um seu grande e antigo amigo chamado vulgarmente o Maçacan, governador de uma fortaleza fronteira, n'esta prisão solitaria o privaram de toda a communicação, e subtrahindo-lhe pouco a pouco o mantimento, lhe pretendiam abreviar os dias; até que, vendo-se já desamparado de todo o favor humano, se valeu da sua industria mandando pedir pelo seu servente, que ao menos lhe mandassem um livro, seu ordinario alivio, já que lhe não consentiam o divertimento de escrever, e juntamente para seus achaques lhe mandassem farinha e linhas e tesoura pera refazer seus vestidos. Logo lhe mandaram um *Flos Sanctorum*, dizendo que era o que mais lhe servia pera se encommendar a Deus, e com o livro lhe mandaram as mais miudezas que pedia; e pegando da tesoura foi

cortando as letras huma a huma as que lhe serviam do livro; fez cola da farinha com a qual unindo-as com muito vagar e industria compaginou *uma discreta carta em verso mui limado* para o Senhor Rey D. João IV, em que relatava a sua prizão e innocencia, e dependurando-as pelas linhas da muralha no escuro da noite, falou a um soldado da guarda, seu confidente, que a entregasse a seu irmão pera que logo a levasse a Lisboa, como succedeu. E lendo o paternal Rey a carta tambem lançada, despediu logo hum decreto em que ordenava apparecesse logo sem demora em Lisboa Braz Garcia de Mascarenhas. Chegou á Côrte rodeado de guardas, e quando todos agouravam final sentença a sua vida, lhe deu o piadosissimo Rey audiencia affavel na qual de tal sorte se limou e inteirou o seu negocio, que sahio despachado com Habito de Avis e boa tença, e restituido por entretanto ao seu governo de Alfayates.» (Bento Madeira, *Resumo.*) Hoje, que estão publicados os documentos pelo doutor Antonio G. R. de Vasconcellos, authenticou-se a narrativa tradicional, colligida por Bento Madeira: Em 5 de Abril de 1644 foi passada a portaria reconhecendo os serviços valiosos prestados pelo Capitão Braz Garcia de Mascarenhas, com a promessa de 20$000 de tença com o Habito de Sam Bento de Avis; mercê que se tornou effectiva por carta regia de 14 de Maio d'este mesmo anno; e ainda em alvará d'este mez e anno, são reconhecidos os grandes serviços prestados na Guerra de Hespanha com a mercê da Commenda.

Prosegue Bento Madeira: «Voltou a Lisboa triumphante da inveja e do odio; e repetida a posse do seu Governo apesar de seus émulos, aconselhando-se comsigo se retirou á patria, assim por não irritar mais a impaciencia de seus adversos, como tambem para lograr algum descanso devido á sua edade e muitas peregrinações por mar e por terra...» Aqui foi omisso Bento Madeira, no facto capital de sua vida: em 19 de Fevereiro de 1645 casava Braz Garcia de Mascarenhas com D. Maria da Fonseca da Costa, então de vinte e sete annos de edade; era «sobrinha e afilhada de D. Cecilia da Costa» que assim sanava a dôr *sem cura em quanto amante.* O casamento revigorou-lhe os seus quarenta e nove annos; voltou á sua actividade militar, e em Carta régia de 8 de Novembro de 1645 agradecendo-lhe os grandes serviços prestados exaltou a boa vontade no levantamento da gente de varias partes para guarnecimento das Praças da fronteira.

Nasce-lhe o seu primeiro filho Thomaz Garcia de Mascarenhas em 1646; e por carta regia de 4 de Agosto é o poeta encarregado do levantamento de uma Companhia e de passar com ella ao Alemtejo; toma parte na tomada de San Felice de Gallizes, louvado em carta regia de 13 de Septembro de 1647, pelo zelo e valor com que se portara. Em carta regia de 24 de Julho de 1648 recebe instrucções sobre a leva que Braz Garcia andava organisando na comarca de Esgueira, e de 9 de Agosto sobre a mesma commissão. Em carta regia de 10 de Septembro ao

Conde da Ericeira, é-lhe communicada uma queixa contra Braz Garcia de Mascarenhas feita por Thomaz da Costa Corte Real, de Aveiro, a respeito da *leva*, e encarregando-o de syndicar em segredo e informar sobre o assumpto. Braz Garcia já estava cansado de intrigas, e refugiou-se na vida domestica, na santidade da familia. Ao terminar o *Sonho de Viriato*, revela-o na estancia 101:

> Como estes Reinos teus se levantaram,
> Sua conservação, te não relato,
> *Por ser um dos que a peitos a tombaram,*
> Tão mal m'o sataisfez o vulgo ingrato
> *Tanto émulos inuteis me invejaram*
> Que me chegaram a pôr em mais perigos
> Os naturaes, que os proprios inimigos.
> . . . .
> Retiro-me a estes valles, a estas fontes,
> A estes frescos jardins e patrios rios,
> Quando vão cheios caço pelos montes,
> E n'elles pesco quando vão vasios,
> Contente d'estes éccos e horizontes
> Sem a côrte invejar, passo os estios,
> Pelos invernos canto teus louvores
> De outra musa melhor merecedores.

O nascimento de sua filha D. Quiteria da Costa Mascarenhas, em 29 de Junho de 1651, veiu dourar-lhe os ultimos annos de sua vida, [1]

---

1 D. Quiteria da Costa Mascarenhas casou em 9 de Fevereiro de 1677 com seu primo Manuel Garcia de Mascarenhas, filho do padre Mathias Garcia, seu tio. A sogra, D. Maria Madeira da Costa mostrou a sua funda animadversão contra este casamento desherdando a neta no seu testamento: "Hei por desherdada a Quiteria Garcia,

entregando-se á composição do poema *Viriato Tragico*, cujo pensamento lhe dominou o espirito durante a prisão na Torre de Sabugal:

> Melhor a guerra canta o que é soldado;
> Agradece a meu tragico planeta
> E a vis émulos meus este cuidado
> De, por patricio teu, querer louvar-te,
> *Pois quando prezo emprehendi cantar-te.*
>
> (xv, est. 105.)

Fôra Braz Garcia de Mascarenhas quem localisou a tradição de Viriato na região da Serra da Estrella. Com *robusta velhice*, como diz Madeira de Castro, faleceu em 8 de Agosto de 1656, ficando o seu espolio litterario exposto a perder-se pela incuria da vida provinciana, sendo apenas salva, passados trinta e sete annos, a sua *Lusiada Viriatina*, tão tarde dignamente apreciada. Durante este periodo, apesar de inedita, foi conhecida e até plagiada «*pois antes de se dar ao prélo já era de muitos venerada*» assim pela gravidade e pezo das sentenças, nas quaes é muito frequen-

---

minha neta (sendo que nem por tal a queria nomear) pois foi tão desmandada e atrevida, sem guardar respeito ao Senhor, que antes de ter edade de 25 annos, tendo ella de 23 para 24 annos, se namorou e fez mal de si, dando o seu corpo a um Manuel Garcia, filho bastardo que dizem ser do padre Mathias, irmão de seu pae Braz Garcia Mascarenhas, por que além de ser espurio para com o dito seu pae, é filho de uma molher, além de ser de gente vil e baixa, molher de ruim fama...» Transcrevemos este trecho para pôr mais em evidencia a hostilidade, que lhe inspirava seu genro Braz Garcia de Mascarenhas, tendo-lhe contrariado o seu primeiro amor.

te, como tambem pela muita e mui aprazivel variedade de toda a historia», etc. Estas palavras de Bento Madeira explicam o plagiato do desembargador André da Silva Mascarenhas, que em 1671 publicou o poema *A Destruição de Hespanha, restauração summaria da mesma,* em que o poema de *Viriato tragico* é saqueado. Sanches de Frias infere: «que pelo apellido e visinhança da sua naturalidade, parece aparentado dos Mascarenhas de Avô.» Muitas das outavas da *Destruição de Hespanha* são indecorosas copias do *Viriato tragico* [1] que jazeu vinte outo annos inedito. D'ahi os elogios de André da Silva Mascarenhas pelos seus contemporaneos Christovam Alão de Moraes, Soror Violante do Céo e Antonio Craesbeck de Mello.

B) Os Novellistas

Depois da execução feita pelo licenciado Pero Perez das Novellas de Cavallaria que deram volta ao miolo de D. Quixote (na bella satira de Cervantes), esse genero decaíu com a obliteração dos costumes medievaes, transformando-se em Pastoraes, em Allegorias moraes, e nas narrativas *picarescas,* como as *Novellas exemplares* de Cervantes, o *Gusmão de Alfarache,* de Mateo Aleman

---

1 Sanches de Frias transcreve as outavas 39 e 40, do canto III da *Destruição de Hespanha,* em tudo similhante á 6.ª e 8.ª do canto I do *Viriato tragico,* menos um verso.

e o *Gil Braz* de Lesage, transitando para o realismo do romance inglez. N'esta transformação da Novella de Cavalleria, já iniciada por Bernardim Ribeiro com a sua narrativa pastoral da *Menina e Môça,* e tornada modelar na *Diana* de Jorge de Monte-Mór, compete o primeiro logar entre os nossos Seiscentistas a Francisco Rodrigues Lobo, com a sua Trilogia *Primavera, Pastor peregrino e Desenganado,* em que os trechos lyricos são de incomparavel belleza, dissolvendo-se a prosa em diffusos soliloquios, não animada pela vivacidade do dialogo. No seu rapido estudo da litteratura portugueza publicado por Christiano Muller em 1809, depois de apontar Francisco Rodrigues Lobo como o «mais famoso dos imitadores da *Arcadia* de Sanazzaro», diz dos outros bucolistas, do seculo XVII: «Ha um certo gráo de insipidez além do qual acaba a escala que gradua o enfadamento; e a este gráo parece que chegaram todos os escriptores d'esta eschola, tanto mestres como discipulos.» [1] Constam estas Novellas quasi sempre de um apaixonado pastor, que desabafa as suas ausencias em prolixos soliloquios dando largas á exhibição dos conceitos culteranistas; recheia essas prosas crivadas de cansados epithetos com elegias e romances recitados junto das fontes; outros pastores intervêm para o consolarem prolongando a prosa, escutan-

1 *A Litteratura portugueza,* trad. do inglez por J. G. C. M. João Guilherme Christiano Muller, p. 37.

do-o as nymphas por detraz dos arvoredos, a confortal-o, morrendo por fim quando tarde reconhecia que era amado. Produz um enfado esse estylo cheio de magoas e comparações confundindo-se a prosa e o verso na monotonia da pompa declamatoria em contraste com a simulada simplicidade popular da poesia. É um completo exemplo a pastoral de Eloy de Souto-Mayor, de 1623, *Ribeiras do Mondego*, em que o illegivel auctor pretende arrogar iniciativas suas á custa de Rodrigues Lobo. Abaixo d'elle, só os que sáem da orbita do senso commum, como Diogo Ferreira Figueiroa com os *Desmaios de Maio em sombras do Mondego*, escripto em 1636, em Villa Viçosa, onde servia o Duque de Bragança; e esse outro aleijão dos *Crytaes d'Alma, phrases do coração, rhetorica do sentimento e amantes desalinhos*, por Gerardo de Escobar, de 1672, que ainda foram reproduzidos em 1721.

Para cultivarmos a Novella picaresca faltavam-nos classes sociaes e costumes typicos como na Hespanha castelhana; mas a corrente do gosto impellia á imitação, como a continuação do *Bacharel Trapaça*, de Solorzano, feita por Matheus da Silva Cabral. A Novella moral apparece como um succedaneo da doutrinação theologica, composta de embrulhadas situações de casos narrados como acontecidos, interminaveis descripções, considerandos e exhortações, matizados de contos ou Exemplos, que estavam já fóra de moda entre os Prègadores. Tornaram-se classicas d'este ge-

nero as novellas volumosas dos *Infortunios tragicos da constante Florinda*, do licenciado P.e Gaspar Pires Rebello, de 1665; e o *Alivio de Tristes, consolação de queixosos,* do P.e Matheus Ribeiro, de 1688, e ainda pelo mesmo *A Roda da Fortuna e Vida de Alexandre e Jacintho* de 1695. Este genero insipido fez eschola, representado no seculo XVII, pelo *Feliz Independente do mundo e da Fortuna* pelo P.e Theodoro de Almeida, e no seculo XIX, *A Virgem da Polonia*, do conselheiro Rodrigues Bastos. Herculano, proclamando o talento de Camillo Castello Branco revelado no romance *Onde está a Felicidade?* disse que nos veiu libertar do influxo do *Allivio de Tristes* e do *Feliz Independente.* Nas luctas religiosas de Inglaterra, o pobre hallucinado puritano Bunyan, suscitado pela angustia de dez annos de carcere, onde trabalhava de sirgueiro para sustentar sua numerosa familia, compoz uma Parabola-allegorica *Pilgrim Progress*, que rivalisou pela sua popularidade com o *Robinson Crusoé* de De Foe. Esse livro, em que os personagens são Entidades nominaes, agradou aos Jesuitas, adaptando-o á sua catechese na imaginação popular. O jesuita castelhano Balthazar Gracian imitou o *Pilgrim Progress* no seu *Criticon,* como se vê pela descripção da feira do mundo. «Pode dizer-se que o *Criticon* é referente á religião catholica e á vida dos hespanhoes no reinado de Filippe IV, e que a ficção de Bunyan é para o puritanismo e ao estado da sociedade ingleza nos tem-

pos de Cromwel, mas sem a animação dos phantasticos personagens do escritor hespanhol.» (Ticknor, *Hist. Lit. hesp.*, III, 342.) O jesuita P.e Alexandre de Gusmão, traduziu a allegoria de Bunyan *Historia do Predestinado peregrino e seu irmão Precito,* em a qual debaixo de uma mysteriosa Parabola se descreve o successo feliz do que se hade salvar e a infeliz sorte do que se hade condemnar, *composta* pelo P.e Alexandre de Gusmão. A palavra *composta* cobre o plagiato jesuitico do celebre livro de Bunyan, adaptado a Portugal, quando a rainha D. Catherina de Bragança, esposa de Carlos II trabalhava na reacção catholica. [1] É tambem allegorico o *Peregrino da America* de Nuno Marques Pereira.

As novellas de Cavalleria actuaram tambem na forma dos Poemas classicos da eschola italiana, que foram floreados com episodios maravilhosos; assim na *Insulana* de Manuel Thomaz os amores de Machin e Anna d'Arfet fazem um delicioso quadro no meio das prosaicas narrativas; e no *Viriato tragico,* as Festas apparatosas n'esse poema historico distinguem-se por um brilhantismo novellesco. «Antes de partir para a Serra, Viriato mandara espalhar por toda a Peninsula cartões convidando a um torneio todos os Cavalleiros que quizessem mostrar o seu va-

---

1 A edição de Evora de 1685, foi precedida de outra, como declaram as licenças: *Póde-se tornar a imprimir. Pan.*, vol. II, p. 47.

lor, promettendo aos vencedores grandes prémios. Assim costumava fazer o grande rei Arthur. Acedem ao convite cavalleiros de todo o mundo então conhecido, que viajavam pela Hespanha buscando gloria e instrucção, e trazem brazonados nos escudos allusões a seus passados feitos, a suas magoas amorosas e, por baixo das insignias, divisas ora lastimosas, ora arrogantes. — Além do torneio e da regata, as festas compõem-se tambem de uma tourada, do jogo das canas, de combates de féras com cativos. Quasi todo este canto é admiravel e sem duvida o melhor do poema. A tourada, o torneio, a regata são obras primas de colorido e de movimento. As descripções de cavallos soberbos e garbosos são verdadeiros modêlos de precisão de termos e de justeza de rythmo.

«Este poema de Cavalleria enxertado na rude epopêa da independencia e que com elle se mistura, não descende directamente da litteratura cavalheiresca anonyma, nem mesmo das Novellas portuguezas que n'ella se filia. É um fructo tardio, talvez até o ultimo do interessante ramo que a Italia dos seculo XV e XVI fez brotar da velha arvore épica. Com Boiardo e com o seu grande continuador Ariosto os elementos dos dois cyclos épicos medievaes, o carlingio ou franko e o arthuriano ou bretão, fundem-se. Do primeiro aproveitaram o pessoal, e a localisação historica, do segundo o maravilhoso e a parte do pessoal destinada a manobral-o: o sabio Merlin com o seu numeroso cortejo de encantadores — com o seu

material de anneis magicos, de lanças encantadas e outros talismans. A collossal e justissima popularidade d'essa incomparavel obra prima de poesia phantastica, humana e maliciosa, que é o *Orlando furioso*, deteve cêrca de meio seculo os modelos classicos em respeito perante os dominios da poesia narrativa. Por cerca de meio seculo se succederam as tentativas infelizes para conciliar os elementos classicos da epopêa com os elementos cavalheirescos, que a influencia dos dois *Orlandos*, principalmente o segundo, tornaram inabalaveis. — Prolongaram-se estes artificios para resolver o conflicto, até que já no ultimo quartel do seculo XVI, um grande poeta, — forçou pelo seu genio as duas tendencias antagonicas a uma trégua mais duradoura — Tasso e a *Jerusalem libertada*, de que deriva immediatamente a estructura fundamental do *Viriato tragico*.

«A actualidade que acontecimentos contemporaneos davam aos assumptos remotos dos dois poemas — a attitude ameaçadora dos Turcos no tempo de Tasso, a guerra do tempo da Restauração no tempo de Braz Garcia — torna muito maior a analogia dos dois poemas apesar da grande differença de valor que os separa. No *Viriato tragico* a suppressão de todo o maravilhoso medieval aproxima mais este poema da epopêa classica, embora tambem o maravilhoso pagão n'elle se ache reduzido ás modestissimas proporções de ornato litterario... A influencia directa de Ariosto, além d'esta pelo intermedio de Tasso, é reconhecivel até na creação da amazona Ormia

que é a Bradamante do *Orlando*, (o poeta chama-lhe mesmo uma vez *a nossa animosa Bradamante*)...» [1]

Esta corrente litteraria explica-nos o intuito dos *Tassistas*, e o interesse que levou a fazer-se duas traducções da *Jerusalem libertada*, a de André Rodrigues de Mattos, de 1682, com a de Pedro de Azevedo Tojal, de que se imprimiram sómente cinco cantos, conservado o resto inedito na Bibliotheca nacional

3.º Theatro

a) *Os Pateos das Comedias. — Comedias de Capa e Espada.* — Emquanto as Litteraturas modernas seguiram a corrente do gosto e imitação da Antiguidade classica, o Theatro hespanhol desenvolveu-se organicamente com uma extraordinaria fecundidade, continuando a idealisação dos costumes da Edade Média. Emquanto a Egreja catholica deblaterava pelos seus theologos contra as profanidades do theatro, as Novellas cavalheirescas e os Romances heroicos eram reelaborados dando fórma dramatica aos seus seus bellos themas lendarios, para satisfazer o interesse do publico. Da fórma simples do Auto hieratico em que estacionou a eschola vicentina, surgiu evolutivamente a *Comedia famosa*, que foi actuar em todas as litteraturas, recebendo a sua estructura

1 Carlos de Mesquita, *O Viriato tragico*, n.º 1 *Gazeta da Beira*, de 3-III-de 1907.

definitiva no genio de Lope da Vega. O theatro tolerado pelo pretexto caritativo em favor dos hospitaes, tornava-se assim uma instituição social, dando a opinião publica, que faltava em todas as outras manifestações individuaes. Pela variedade infinita dos seus themas, quanto comprazia á multidão e á fidalguia, a *Comedia famosa* exerceu um prestigio excepcional em todas as Litteraturas da Europa, no seculo XVII, em Inglaterra, em França, na Italia e na Allemanha. Em Portugal essa corrente acordou energias latentes; no infindo repertorio das Comedias de Capa e Espada, collaboraram entre os ingenios castelhanos muitos poetas portuguezes, lisonjeados por verem representados em *Comedias famosas,* os grandes vultos e feitos historicos da nação portugueza, que na scena sobrevivia á incorporação iberica.

Por alvará de 9 de Abril de 1603, concedeu Philippe III ao Hospital de Todos os Santos a mercê de se representarem comedias passada a paschoa até ao entrudo seguinte, ficando a censura prévia delegada aos desembargadores do paço. Em alvará de 26 de abril do mesmo anno, permittia-se que outo Companhias de representantes funccionassem no reino. Entre esses outo directores figura o nome de Antonio de Villegas, um dos mais afamados representantes de Madrid, com a sua companhia de *Comediantes sevilhanos* Á companhia de Escamilha, que era a melhor de Madrid, chegou o Hospital de Todos os Santos a offerecer tres mil cruzados «para afreguesar o Páteo e dispôr melhor as vontades dos ouvintes.»

A predilecção do publico pelas Comedias famosas; d'isso se queixa o jesuita P.e Bento Pereira, escrevendo no seu *Florilegio:* «Todos los dias resuenan en los theatros de Lisboa la discrecion de sus Comedias, en todas las fiestas que en las Iglesias de este Reyno se celebran, con sus Coplas, Villancicos y Motetes se alientam las armonias.» Pela importancia que tomavam as representações os *Côrros* ou *Pateos* começaram a ser cobertos. O Hospital de Todos os Santos, em escriptura de 9 de Maio de 1591, contratou com Fernão Dias Latorre a construcção de dois Pateos *os quaes cobertos;* em 6 de Julho d'esse anno já eram escripturados os seus rendimentos. O Pateo das *Fangas da Farinha* de 1588 a 1633 e o *Pateo da Betesga*, de 1691, foram absorvidos pelo *Pateo das Arcas* ou da *Praça da Palha,* onde se concentrou toda a actividade dramatica, desde 1593, em que o construiu Latorre, até ao incendio que em 1698 o destruiu, vindo depois de construido a desapparecer pelo terramoto de 1.º de Novembro de 1755.

Não é indifferente o estudo dos *Pateos das Comedias* para o conhecimento da forma esthetica da *Comedia famosa*, no seculo XVII; tem para a Litteratura dramatica em Hespanha o mesmo influxo que o *Globe Theatro,* para Inglaterra e *Hotel de Bourgogne,* para o genio francez. Lope de Vega, Shakespeare e Molière encontram-se debaixo das mesmas têlhas. Groussac no seu livro *Um Enigma litterario*, ao tratar do Drama hespanhol, observa: «O *Corral* (Côrro

ou *Patco)* como o seu nome indica era um terreiro descoberto, entre dois andares de janellas com grades, que eram camarotes; eram, effectivamente, verdadeiros quartos, em que as nobres damas mascaradas recebiam os seus amigos, sem fazerem muito caso da peça. Lá no alto a *cazuela* (torrinha) só para mulheres. Diante da scena, que occupava todo o fundo e pouco mais elevada que o nivel do *Patco,* apenas algumas bancadas para os fidalgos *aficionados,* e logo fervilhava a platéa de pé, ruidosa, bulhenta, como todas as platêas. Estes *mosqueteiros,* mercieiros, soldados, artifices, estudantes, formavam o verdadeiro publico, esse que decidia da sorte da peça, pois que para elle tinha sido composta. Esta multidão tinha os seus corypheus, diante da qual auctores e actores tremiam. Eis aqui os areopagos para os quaes escreveram os grandes poetas do seculo XVII as suas obras primas. Para lhes conquistar, ás tardes, os seus suffragios é que Lope, Tirso, Moreto, Calderon e a pleiada completa exclusivamente visaram.

«Nada, effectivamente, mais afastado da verdade que attribuir a estes dramaturgos qualquer preoccupação superior de arte ou ideal litterario. Improvisavam em algumas manhãs, por vezes em poucas horas, peças que então só eram destinadas a viverem ephemeramente. — Lope repellia o chamarem-lhe escriptor por estes improvisos theatraes, em que fallava como *necio* ao gosto vulgar do publico pagante. As bellezas do pensamento e do espirito, que irrompem n'esses dramas, nasce-

ram espontaneamente. Os quatro ou cinco d'entre os que deixaram obras primas, elevam-se acima de cincoenta dramaturgos contemporaneos egualmente applaudidos, por que tiveram genio a botar por fóra. No exame da Comedia hespanhola, sem este criterio ella será julgada sem equidade nem clarividencia.» *(Op. cit.,* p. 201.)

Era justificada esta influencia, por que o theatro estava dominado pelas creações imponentes de Lope de Vega, de Tirso de Molina, Calderon, Guevara, Moreto, Alarcon, Luiz de Belmonte, que de vez em quando tratavam assumptos da Historia portuguesa. Entre essa grande pleiada figuram com vantagem os poetas portuguezes João de Mattos Fragoso, Jacinto Cordeiro, Antonio Henrique Gomes e Manuel Freire de Andrade, que escreveram as suas peças em castelhano.

João de Mattos Fragoso, natural de Alvito (Alemtejo), tendo estudado philosophia e jurisprudencia na Universidade de Evora, procurou, para expandir o seu talento, a côrte opulenta de Madrid, dando-se a conhecer entre os poetas em 1659, pelo seu Soneto á morte de Perez de Montalvão, seu intimo amigo, e collaborando na grande efflorescencia das Comedias famosas com os celebrados dramaturgos Moreto, Diamante, Cancer, Velez de Guevara, Vilaviciosa, Zavaleta, Arce, os Figueroas e Gil Enriquez. [1] Tratou a

---

1 O Dr. Garcia Perez, no *Catalogo razonado* dos Escritores portuguezes, que escreveram em castelhano, cita

lenda de *San Gil de Portugal*, o amor de D. Inez de Castro: *Ver y Creer, El Rey D. Pedro de Portugal y Doña Inés de Castro* (2.ª parte de *Reynar despues de morir*); dramatisou o *Don Quixote* e *La Vida de Tristan*, e *Rolan*, no *El mejor Par de Doce*. Muitas das suas peças foram traduzidas para o theatro portuguez do seculo XVIII, e impressas nos folhetos de cordel. Faleceu em Madrid em 4 de Janeiro de 1689.

Nas Collecções de Comedias hespanholas figura o Alferes de Ordenanças Jacinto Cordeiro, nascido em Lisboa em 1606. As suas Comedias foram publicadas por Pedro Craesbeeck em Lisboa, 1630, em duas partes, contendo cada uma Seis *Comedias famosas*, destacando-se entre ellas *Duarte Pacheco*, na sua prospera e adversa fortuna, dedicada a Gabriel Pereira de Castro; foi representada por Valdez. Na segunda parte das Comedias, dedicadas a D. Duarte, filho segundo de D. Theodosio Duque de Bragança, vem uma sobre *Los Doce de Inglaterra*. Muitas d'estas composições foram representadas por celebrados actores castelhanos: Thomaz Fernandez representou *Amar por fuerza de estrella*; a celebre Riquelme, representou *El mayor transe de horror* e *El juramento ante Dios*; Manuel Simon, *El hijo de las batallas*; Salazar, a segunda parte do *Duarte Pacheco* (Adversa fortuna.)

---

todas as comedias que Fragoso escreveu em collaboração com estes poetas. Pag. 350. Barrera y Leirado enumera-os no seu Catalogo.

Na visita de Philippe III a Lisboa em 1621, escreveu Jacintho Cordeiro uma Comedia *de la entrada del Rey en Portugal*, acceitando porém com fervor a revolução de 1640, e falecendo em 28 de Fevereiro de 1646.

Outro comediographo, Antonio Henriques Gomes, filho de pae portuguez que servia como capitão de Couraceiros em Castella, Diogo Henriques de Villegas Villa Nova, nasceu em Cuenca em 1602, como elle proprio declara nas *Academias morales de las Musas,* que publicou em Bordeos, em 1642, dedicadas a Anna de Austria. Quatro Comedias acompanham as quatro divisões que intitula Academias: *A lo que obliga el honor, La prudente Abigail, Contra el Amor no hay engano,* e *Amor con vista y cordura.* Além d'estas imprimiu mais quinze Comedias, tendo uma por titulo *Fernão Mendes Pinto* (1.ª e 2.ª parte), *El cabellero de Gracia, El Sol parado, El Trono de Salomon,* tudo inquinado por um intenso gongorismo. A sua vasta cultura impellia-o para a philosophia moral, que exhibe na sua novella picaresca, *El Siglo pitagorico y Vida de D. Gregorio Gadaña,* em que hombrea com Aleman e Quevedo. Refugiou-se em França por causa do seu judaismo, vivendo com o seu intimo e desgraçado amigo Manuel Fernandes Villa Real e Miguel de Barrios, tambem filho de paes portuguezes, formando uma pequena côrte junto do Marquez de Nisa, embaixador de Portugal a Luiz XIII e Luiz XIV. Em Ruan imprimiu a *Politica angelica* em 1647, que foi por denuncia mandada

destruir e interromper o curso das 187 paginas impressas «o qual é feito e dirigido a aniquillar e destruir o Tribunal e Justiça de Santa Inquisição de Portugal.» N'estas intrigas trabalhava o celebrado Fr. Francisco de Santo Agostinho Macedo.

Tambem em Madrid residiu por muitos annos Manuel Freire de Andrade, nascido em Alhandra; n'aquella côrte figurou em Academias e Certames poeticos. Ahi imprimiu em 1670 a Comedia *Verse y tenerse per muerto;* e no Ramilhete de Sainetes, em 1672 o *Baile del Cojo.* Faleceu em 1686. N'este prestigio da Comedia famosa tambem D. Francisco Manuel de Mello, que viu os esplendores da côrte de Philippe IV compoz Comedias de capa e espada em castelhano, *Laberinto de Amor, Los secretos bien guardados, De burlas hace Amor veras,* e *El Domine Lucas.* Lope de Vega na *Nova arte de fazer Comedias* revelara a forma definitiva do genero: «Uma vez escolhido o assumpto, escrevel-o em prosa, *em tres actos*, tendo o cuidado, se assim o puderdes, de encerrar cada acto no espaço de um dia. — Não deixeis adivinhar o desenlace até que chegue a scena do final, porque quando o publico o descobre antecipadamente vira a cara para a porta... Que o theatro fique o menos tempo possivel sem personagem que falle. A linguagem seja casta e nada de prodigalisar grandes pensamentos nem agudezas de espirito em scenas de interior. Acabae vossas scenas por algum traço gracioso... A exposição occupará o primeiro acto;

o segundo será para o desenvolvimento e encadeamento da intriga, de modo que até ao terceiro acto ninguem possa prevêr o desfecho; enganae o espectador deixando-lhe entrevêr um desenlace possivel e differente por tanto d'aquelle que lhe prometteis. Que a fórma dos vossos versos seja apropriada avisadamente ao vosso assumpto: as *Decimas* servem bem para exprimir as queixas; o *Soneto* colloca-se bem na bocca d'aquelle que espera; as narrativas pedem a forma de *Romance* ou melhor ainda, algumas vezes a *Outava;* não empregando o Terceto a não ser nas cousas graves, e as *Redondilhas* para o amor. Acobertae a verdade com uma cousa que pareça bem. Escolhei o assumpto que interesse a honra, porque commove vivamente o publico;...»

Representavam-se as Comedias de Lope de Vega por todas as cidades de Portugal e aqui se reimprimiam; assim se universalisou o genero; as representações faziam-se em *castelhano.* Lamentava este exclusivismo Manuel de Gallegos, no *Templo da Memoria*, em 1636: «A lingua portugueza como não é hoje a que domina, esqueceram-se d'ella os engenhos, que com seus escriptos a podiam enriquecer e autorisar; e quem agora se atreve a saír ao mundo com um livro de versos em portuguez arrisca-se a parecer humilde; pois escreve n'uma lingua cujas phrases e cujas vozes se usam nas praças; o que não deixa de ser embaraço para a altiveza; que as palavras de que menos usamos sôam bem e agradam em razão da novidade e por isso os rhetoricos lhe

chamam peregrinas.» Restabelecida a nacionalidade pela Revolução de 1640, em Portugal entraram novas influencias litterarias, fundindo-se com a comedia castelhana de *Capa e de Espada*, com a italiana de *imbroglio,* misturando os comediographos Lope de Vega com Molière e Goldoni, visando á exploração do publico, vindo a formar o vasto repertorio da *Baixa Comedia* do seculo XVIII.

b) *As Tragicomedias dos Jesuitas.* [1] — No regulamento das Escholas da Companhia, a *Ratio Studiorum* de 1583, estabelecendo exercicios litterarios de composição e declamação, adopta os antigos costumes das Universidades e dos Collegios dos fins da Edade Media e Renascença: «Que o assumpto das Tragicomedias e das Comedias, as quaes sejam em latim e raramente,

---

1 No vol. III da *Historia do Theatro portuguez,* publicado em 1870, tratamos extensamente das *Tragicomedias dos Jesuitas.* Passados dez annos appareceu o livro de Ernest Boysse, intitulado *Le Theatre des Jesuites.* Paris 1880: ahi observa: "É para estranhar que os historiadores do theatro tenham esquecido ou desdenhado o dos Jesuitas. Os mais exiguos tablados e mesquinhos barracões, têm encontrado annalystas applicados e conscienciosos. Porque não se tem feito um rapido esboço do Theatro dos Jesuitas, que durou tres seculos, que teve os seus scenarios abertos em toda a Europa e nos legou uma bibliotheca de peças em todos os generos? Importantissimo pelo logar que occupou na educação da mocidade, a fina flôr dos seculos XVI a XVIII, não merece o olvido em que o deixaram."

o argumento, essencialmente sacro, e piedoso; que não haja entre os actos entremez algum que não seja latim e decente; e que nenhum personagem ou trajo de mulher seja admitido.» Nas festas da Companhia usavam-se as representações dramaticas dos *Ludi majores* e *minores* como divertimentos escholares: extensas peças escritas em hexametros latinos, sobre assumptos biblicos, postas em scena com córos e apparatosas decorações, levando dois e mais dias o seu desempenho. O que induziria os Jesuitas a estas praticas pedagogicas theatraes? Responde o jesuita Prat, estudando Maldonado: «elles adoptaram as cousas taes como a experiencia do passado as havia estabelecido. Elles não se dedignaram de conservar o uso admittido nos Collegios da Universidade, de fazerem representar dramas, por que este costume, afastados os abusos, lhes prestava um novo meio de desenvolver no coração dos seus alumnos os sentimentos mais generosos, de lhes pôr diante dos olhos o exemplo da constancia e da coragem que exige a virtude...» Este espirito de continuidade como condição de estabilidade, é a base organica da Companhia de Jesus, preparando assim a sua psychologia do automatismo para alcançar a obediencia pela abdicação da vontade individual. Foi no *Collegio de Santa Barbara*, dirigido em Paris pelos grandes pedagogistas Diogo de Gouvêa e André de Gouvêa, que Ignacio de Loyola recebeu a cultura humanista, escolhendo ahi os companheiros para a sua fundação. Quando veiu a estabelecer os Collegios de Roma e Germanico

e o das Artes, de Coimbra, deu-lhes a organisação que vira no de Santa Barbara, adoptando as *Classes*, que ainda hoje conservam; e d'ahi tomou a pratica das representações dramaticas, que sobreviviam da tradição pedagogica medieval, nas suas festas escholares. No Collegio de Guienne, de Bordeus, dirigido por André de Gouvêa, *le plus grand Principal de France*, como lhe chamava Montaigne, tambem se representavam tragedias latinas; entre os professores que trouxe para o Collegio Real, fundado por D. João III em Coimbra e de que os Jesuitas se apoderaram, vinham com André de Gouvêa poetas latinos, como Bucchanan e Diogo de Teive, que escreveram para as festas escholares. Pelos Estatutos da Universidade de Salamanca de 1538 (tit. LXI) as representações theatraes faziam-se pela Natividade, Quaresma, Ressurreição e Pentecostes, e os Collegios tinham de exhibir declamações publicas, representando-se annualmente uma Comedia de Plauto ou Terencio, no primeiro domingo das Outavas de Corpus Christi, ou Tragicomedias, que pelo melhor desempenho eram premiadas pela Arca do Estudo. Em França estas representações escholares eram exhibidas pelas festas de S. Martinho, de S. Nicolau, Santa Catherina e Epiphania. Os Jesuitas conservaram nos seus Collegios estas velhas praticas, e desde que se viram senhores do ensino publico foram admittindo o emprego das linguas vulgares nas peças dramaticas e a Dansa, na forma de *Balet*, e applicando o effeito espectaculoso para as festas das

Canonisações dos seus santos e entradas e consorcios de monarchas. Quando Philippe III veiu a Portugal, em 1621 os Jesuitas celebraram-o com dois Melodramas, como refere Soriano Fuertes, na sua *Historia da Musica em Hespanha:* «Conhecendo a affeição do monarcha ao theatro e á musica, executaram n'estas festas dous Melodramas, que chamaram sobremaneira a attenção do rei e de todos os espectadores. Um d'elles intitulava-se *Os Titans*, disposto pelo provedor Diego de Las Casas, e pelos officiaes da Aduana; sendo o argumento allusivo á expulsão dos Mouros, servindo-se da fabula dos Titans, a qual symbolisava como os temerarios esforços das forças africanas e turcas, á maneira dos titans accumulando montes sobre montes, intentavam perturbar a paz e offender a auctoridade real; como Jupiter com um raio lançou no averno os que queriam conquistar o céo, Philippe III tambem arremeçou os Mouros para a Africa. O segundo melodrama *As nações orientaes reconhecidas ao seu Bemfeitor*, foi posto em scena e dirigido pelo Collegio de Santo Antão.» *(Op. cit.*, t. II, p. 201.) Mais espectaculosa foi a *Real Tragicomedia do Descobrimento e Conquista da India*, representada a Philippe III, na sua recepção em Lisboa em 21 e 22 de Agosto de 1619. Fôra composta pelo mestre de rhetorica P.^e Antonio de Sousa, da qual publicou Mimoso Sardinha uma Relação descrevendo a riqueza do scenario e a pompa deslumbrante do espectaculo. As Tragicomedias foram-se convertendo em *Oratorias*.

prevalecendo o canto sobre a declamação, o que com a *Zarzuela* em Hespanha, o *Ballet* em França, o *Madrigal* na Italia, e os *Tonos* em Portugal, preparavam a creação da *Opera*, no seculo seguinte.

c) *A Eschola Vicentina.* — A creação de Gil Vicente, desenvolvendo a Egloga da monotonia *pastoril* em Auto, dando-lhe interesse dramatico, estacionou cedendo diante da *Comedia famosa* hespanhola, já com as suas tres jornadas definidas. Não faltaram talentos para cultivarem a fórma de Auto, que ainda hoje subsiste na litteratura portugueza, nem jámais lhe falhou a sympathia e o interesse popular. Resistiu o Auto á invasão da Comedia classica latina e italiana; floresceu a par da Comedia castelhana de *Capa e Espada*, por que esta nasceu das Tragicomedias vicentinas; o seu estacionamento proveiu da Censura clerical, dos *Indices Expurgatorios* que desde 1559 até 1624 dilaceraram, destruiram e impediram a floração do theatro nacional. Basta percorrer esse volumoso Index feito pelo jesuita P.e Balthazar Alves, provincial e imposto pelo Inquisidor Fernando Martins Mascarenhas. Ahi se ataçalham Gil Vicente, Balthazar Dias, Affonso Alvares, Antonio Ribeiro Chiado, Fr. Antonio da Estrella, Fr. Antonio de Lisboa, Jorge Ferreira de Vasconcellos: mas combatendo contra a Eschola Vicentina os Jesuitas adoptavam o Auto para a sua catechese dos indigenas do Brasil, como se vê pelo *Dialogo da Ave-Maria*, pelo P.e Alvaro Lobo,

Auto de Pregação universal, Auto de Santa Ursula, e o do *Rico avarento*.

Os costumes populares dos *Prespios, Lapinhas, Reisadas* e *Mouriscadas* vivificavam essa fórma nacional do Theatro nacional, que no seculo XVII encontrou cultores, como Fr. Antonio da Estrella com a sua *Pratica de tres Pastores*, Francisco Rodrigues Lobo com o Auto do *Nascimento de Christo*, e D. Francisco Manuel de Mello, com o *Fidalgo Aprendiz*, incomparavel prototypo do *Bourgeois gentilhome* de Molière, e o P.^e João Ayres de Moraes, com o *Tratado da Paixão de Christo*, em que ha a contaminação da Comedia castelhana. A *Pratica de Tres Pastores*, ainda hoje se representa por todo o Alemtejo, conservada exclusivamente na transmissão oral; é um extraordinario phenomeno de assimilação tradicional popular, em que o texto seiscentista cotejado com as transcripções oraes põe em evidencia o processo da formação collectiva pelas independentes variantes, ampliações, substituições, eliminando o que não interessa a imaginação do vulgo. O *Fidalgo aprendiz* de D. Francisco Manuel de Mello é a perfeição ideal da fórma vicentina; o verso de redondilha rimado com flagrante lyrismo, os typos caricatos de um realismo vivo, as situações succedendo-se naturalmente, e os costumes da epoca nitidamente definidos, tudo leva a crêr que não é um simples producto de imaginação. Pelas relações intimas que D. Francisco Manuel de Mello teve na côrte franceza, com o embaixador em Lisboa e a quem enviava para Paris os seus livros,

podemos inferir que o thema do *Fidalgo Aprendiz,* escripto em 1642, e representado na côrte de D. João IV, foi reflectir-se no genio de Molière em 1670, quatro annos depois do falecimento de D. Francisco Manuel de Mello. Quando o Auto foi impresso em Lyon em 1665, trouxe a rubrica *Farça que se representou a suas Altezas,* que eram o principe D. Theodosio, e os infantes D. Affonso e D. Catherina. A farça tinha uma intenção, visava a alguem; foi talvez isso que fez rir a côrte, e que lhe provocou odios cegos? A dama da Farça é uma tal *Britiz* ou Beatriz, objecto dos galanteios canhestros de D. Gil Cogominho, que se enfronha em fidalgo. «Francisco Cardoso era casado com uma filha bastarda do Conde de Villa Nova, *Beatriz* da Cunha, nascida de uma aia de sua casa.» [1] Só mais tarde viemos a encontrar o nome d'essa aia, a quem D. Francisco Manuel de Mello fez uns versos satiricos *sobre Elena da Cunha.* Esse creado, que se afidalgava casando com a bastarda do Conde de Villa Nova é o Francisco Cardoso, feito mórdomo, cujo assassinato attribuiram ao poeta. Que maior motivo para o odio figadal do Conde de Villa Nova, que como guarda do corpo de D. João IV açulou em seu real amo o odio pela farça que fizera representar na côrte, e vista e festejada por D. Branca da Silveira? O *Fidalgo*

1 *Historia do Theatro portuguez,* vol. III; e *Gil Vicente e o Desenvolvimento do Theatro nacional,* 438. Camillo aponta um filho, que casou e morreu no Porto, por 1723; inferindo-se por esta data ser um neto do Conde.

aprendiz vive, é uma realidade, que hoje se desvenda pelas lendas genealogicas; D. Francisco Manuel de Mello procedia como Camões no seu *Auto de El-rei Seleuco*, em que as allusões se pagam com amarguras. [1]

§ II

Academias litterarias e renovação dos Estudos philologicos

O movimento scientifico realisado fóra das Universidades caracterisa-se no seculo XVII pelo desenvolvimento das *Academias* particulares ou

1 Em uma nota do Dr. Sousa Viterbo, de 24 de Maio de 1898, participou-nos este erudito academico que encontrara nos *Papeis da Acclamação*, da Torre do Tombo uma Comedia famosa *Contra si faz quem mal cuida*, escripta por D. Leonardo de S. José, conego regrante, assignada com o nome de um Leonardo de Saraiva Coutinho, quando secular. No frontespicio sem data nem impressor, lê-se: *Representada na Universidade de Coimbra*, a data das licenças é 1644, e na ultima pagina traz o nome do livreiro Paulo Craesbeeck. É composta em bellos versos de redondilha com endecassyllabos; versa sobre o caso tragico de D. Maria Telles, que figura entre os outros personagens Infante D. João, D. Leonor rainha, Infanta D. Beatriz, D. Fradique, Diogo Affonso de Figueiredo, Garcia Affonso, commendador, Pero, criado, Medronho gracioso. Começa com uma Lôa em que fallam um Portuguez e um Castelhano, cada um em sua lingua; este accusa a ousadia de representar uma Comedia em portuguez: explica-lhe o nacional

Comedia, alfim, portugueza,
Por que a lingua castelhana
Já em Portugal não reina

tendo sido usada para figuras ignobeis, como Diabos, Mouros, Gentios, Phantasmas, Chimeras,

Institutos, que vieram a receber dos governos a consagração official[1]. Em Inglaterra, já sob o protectorado de Cromwel, reunem-se alguns *philosophos* para investigações sobre phenomenos da Natureza; em França Richelieu e Colbert aproveitaram estas iniciativas particulares, fundando a *Academia franceza* e a *Academia de Inscripções e Bellas Lettras.* Ao novo criterio scientifico deu-se o nome de Philosophia natural, e *naturalistas* aos que nos estudos experimentaes, despresavam a auctoridade da tradição e só admittiam os resultados da rasão. Nos paizes em que predominava a intolerancia catholica, esta emancipação dos espiritos era combatida, e o ensino publico mantinha-se estavel no velho humanismo, bem como as Academias conservaram um exclusivo caracter litterario. Foi preciso o decurso de um seculo para que em Portugal se fundasse uma Academia de sciencias; as Academias seiscentistas, além de corromperem a litteratura portugueza, foram deploraveis instrumentos de apathia mental.

a) *As Academias dos Generosos e dos Singulares.* — Dava-se na Italia o nome de *Academia* a uma simples reunião de poetas e cantores; assim começou tambem em Portugal a *Academia dos Generosos*, porventura como effeito do grande desenvolvimento que a musica teve na côrte de D. João IV, a qual influiu na poesia pela fórma dos *Tonos, Motetes e Villancicos.* Foi a *Academia dos Generosos* fundada por D. Antonio Alvares da Cunha, trinchante-mór de D. João IV.

guarda-mór da Torre do Tombo, e um dos solicitos investigadores dos ineditos de Camões.

Pouco tempo depois do regresso de D. Francisco Manuel de Mello a Lisboa, e no curto periodo da liberdade que gosou de 1642 a 1644, entregou-se á distracção litteraria de uma tertulia que denominou *Academia Augusta,* que foi o nucleo da *Academia dos Generosos.* Em carta de 13 de Dezembro de 1647 ao seu amigo Antonio Luiz de Azevedo, queixa-se de não lhe terem dado noticia da sessão da nova *Academia dos Generosos:* «Seja-nos muito para bem a Academia.... Até hoje não me fizeram digno nem de uma noticia. Pois tambem Roma tinha cidadãos entre os Barbaros. Eu soube d'este mister de Academias bastantemente; *por que a agasalhei em minha casa alguns tempos.* Muito louvo este exercicio e não menos peço a v. m. novas dos seus progressos. Cá a encommendaremos a Apollo em nossas fracas orações.» N'essa *Academia Augusta,* leu elle os *Caprichos de Amarylis,* e a ella pertenceu D. Agostinho Manuel. Evidentemente refere-se D. Francisco Manuel á primeira epoca da *Academia dos Generosos,* antes de 1647, sendo então D. Antonio Alvares da Cunha muito môço. A sua epoca florente em casa do fundador, aos domingos, documenta-se pela longa actividade de 1647 a 1667. Sómente depois do regresso de D. Francisco Manuel do seu degredo é que toma parte nas sessões dos academicos *Generosos.* D'esta phase citaremos alguns nomes ainda celebrados, como Luiz Serrão Pimentel, Dr. Antonio

de Sousa Macedo, Francisco Corrêa de Lacerda, D. Francisco de Mello, Alexis Collots Jentillet, Carlo Antonio Paggi, Christovam Alão de Moraes, Conde da Ericeira, Fernão Telles da Silva, André Rodrigues de Mattos, Luiz do Couto Felix.

Nas obras de D. Francisco Manuel de Mello vem algumas das theses que se discutiam n'esse cenaculo rhetorico, e os discursos que aí se recitavam. Pertenceram á *Academia dos Generosos* os principais escriptores do seculo XVII, mas infelizmente esterilisou-os um tal meio; eram na maior parte fidalgos, e preferiam escrever em castelhano. As theses que discutiam são deploraveis. Em uma sessão academica, D. Francisco Manuel de Mello disserta sobre: *el descontento de algunos Autores quexosos de los principes por falta de premio.* E para bajular o principe herdeiro, toma-se: *Por assunto academico cuya lei era mostrar en pocas estancias como la gloria de los reales Alfonsos pide la pluma de mejores Tassos.* A poesia tornou-se um artificio insensato, de anagrammas, obeliscos, acrosticos, labyrintos, em fórmas de pyramides, como o usavam os eruditos italianos. Eis como D. Francisco Manuel abriu uma sessão dos *Generosos:* «Que é isso? Hoje é domingo? Hoje é o celebre dia do nosso celebrado ajuntamento? Hoje é o dia em que eu devo ostentar alguma generosa Oração ao generoso auditorio dos nossos *Generosos?* Sim. Hoje é este dia. Tal é hoje minha obrigação, e minha maior divida; etc.» Depois da morte do trinchante-mór a Academia foi renovada por seu filho D. Luiz

da Cunha em 1693; n'ella floresceram os Condes da Ericeira e Tarouca, o Marquez de Alegrete, que transportaram para o seculo XVIII a paixão pelas academias litterarias nos seus palacios.

Na 2.ª presidencia da *Academia dos Generosos* leu D. Francisco Manuel de Mello uma composição, *Banquete metrico*, em que define perfeitamente o espirito da Academia e do Seiscentismo:

> Altos conceitos, solidas doutrinas,
> Sutis ideias, frases elegantes,
> Raras sentenças, flores peregrinas,
> Vivos exemplos, regras abundantes,
> Discretas notas, fabulas divinas,
> Sentidos certos, opiniões constantes,
> São os sabios, sabidos, saborosos
> D'este Convite pratos numerosos.
>
> (*Viola de Talia*, p. 272.)

A *Academia dos Singulares*, instituida em outubro de 1663 por Pedro Duarte Ferrão, deixou dois volumes de Conferencias, das suas sessões, documento palpavel da perversão das ideias litterarias da epoca; d'esta tertulia diz D. Francisco Manuel, no dialogo da *Visita das Fontes:* «Famosa Academia de Lisboa, que se chamou dos *Singulares* por ser a primeira que se celebrou n'esta cidade á imitação dos *Illuminados*, *Insensatos*, *Lyricos* da Italia, em Urbino, Padua e Roma.» (p. 203). D'entre os seus membros destacam-se os nomes de André Rodrigues de Mattos, que traduziu a *Jerusalem libertada*, o Padre João Ayres de Moraes, auctor de um auto hieratico *Tratado da Paixão*, Antonio Serrão de Castro

que deixou a longa e inintelligivel satira em redondilhas *Os ratos da Inquisição*, Manuel de Galhegos, conhecido pela *Gigantomachia* e *Templo da Memoria*. [1]

De ordinario as ephemerides do paço eram o unico thema da versificação academica; e em Hespanha os reis chegavam a visitar estas tertulias, sendo por isso uma gloria o pertencer ao numero dos seus socios. Philippe IV visitava a celebre Academia poetica de Sebastian Francisco de Medrano, á qual pertencia Miguel da Silveira, auctor do poema epico *El Macabeo*. Manuel de Faria e Sousa procurou debalde entrar para a Academia de Medrano, escrevendo por despeito nas *Noches claras*, contra as Academias: «Cuantos poetas revientan por ver divulgados sus nombres en letras de molde, ó por menos, tener entrada en las Academias, piensan algunos que tienen mejor silla en el Parnaso; como si acá por fuera nos no diseran sus obras el lugar que les cabe.» A abundancia de poesias sem ideal não correspondia a nenhuma necessidade moral da sociedade,

---

1 Dos Mss. 5864, da Bibliotheca nacional, e 147, da Livraria da Universidade de Coimbra, transcreveu o sr. Prestage farto material d'estas Academias para o seu esbôço biografico de *D. Francisco Manuel de Mello*, reconhecendo embora a frivolidade de vultos de importancia social se entregarem a estes irrisorios apparatos litterarios. Este seu processo de documentação, levou a revista mensal de Barcelona *Estudio*, a criticar-lhe a excessiva meticulosidade dos factos accessorios e "*a insistir na necessidade de completar com o genio e a intuição as deficiencias do documento.*"

e Faria e Sousa, clama na Parte III da sua *Fuente de Aganippe:* «Ya se tienen por escusados livros de rimas por ser tantas; por malas si, que por muchas, a ser buenas, no pudiera ser.» Por fim desculpa-se de ter escripto a maior parte dos seus versos em castelhano: «Algo se verá en portuguez de cada suerte de rima, por no negar a mi lengua, teniendo un justo sentimento de que no me vea en nuestro reyno, para no escrivir en otra: bien que hay en ella muchos, que estando en el escriviendo en la castellana muestran claramente que no saben ninguna. Duélome que siendo tan parecidas estas dos lenguas, no se entienda la portugueza en Castilla.» Os versos que compõem todas as partes da *Fuente de Aganippe* são mediocres, postoque Lope de Vega considerasse bastante o auctor. Tambem em 1634 escreveu Manuel de Galhegos no prologo do *Templo da Memoria:* «A lingua portugueza, como não é hoje a que domina, esqueceram-se d'ella os engenhos; e quem agora se atreve a saír ao mundo com um livro de versos em portuguez, arrisca-se a parecer humilde.»

As festas religiosas das canonisações, dos oragos, das eleições de abbadessados eram o principal objecto da poesia em congressos academicos chamados *Certamens;* o tio de D. João IV, D. Duarte, Marquez de Franchilla, foi juiz em um certamen poetico por occasião da canonisação de Santa Isabel, tendo por adjunto Lope de Vega. Foi talvez do conhecimento das poesias d'este D. Duarte, que veiu o attribuir-se ao infante

D. Duarte, irmão de D. João IV, o livro de poesias que se diz andar publicado em nome do seu secretario João Bautista de Leon. Quando em Portugal constou a morte desgraçada do infante D. Duarte, a Universidade de Coimbra celebrou um Certamen poetico onde já figurou Braz Garcia de Mascarenhas com um *Labyrinto de Sentimento na morte do principe D. Duarte,* que mereceu o primeiro premio, porque se lia por todos os lados com diversos sentidos.

Onde se caracterisam bem os vicios do Culteranismo é na celebre collecção de poesias lyricas *A Phenix Renascida,* colligida por Mathias Pereira da Silva; alli se lê uma curiosa satira contra essa aberração litteraria, parodiando o estilo:

Do quarto globo a gema nunca avara
Que tem por casca o céo, nuvens por clara.
Nunca ninguem tal disse,
Não vi mais descascada parvoice!
Grande cousa é ser *Culto,*
Fingir chimeras, e falar a vulto.
  Mas sempre ouvi dizer d'esta poesia,
Que vestido de imagem parecia,
Pois quando vemos o que dentro encobre,
Quatro páos carunchosos nos descobre.
Faça-lhe a *culterana*
Muy bom proveito á lingua castelhana;
Que a phrase portugueza por sezuda,
Por prezada e por grave não se muda.
Não se occulta entre *cultas* ignorancias,
Pois toda é cultivada de elegancias.
Mas porque me não digas, *culto* amigo,
Que do ovo a metaphora não sigo...

Esse amigo de Frei Antonio das Chagas, e que guardava os versos da sua mocidade, Frei

Antonio Vahia, auctor do Soneto *Ao Girasol* a quem chama «aguia das flores», é um dos que melhor caracterisa essa monomania das metaphoras; a falta de sentimento e a consciencia da falsidade da linguagem levava-os para o estylo *picaresco*, applicado aos cantos de devoção e ás odes sobre os triumphos das armas portuguezas nas luctas da independencia. No genero *picaresco* destaca-se Diogo de Sousa, ou tambem chamado Camacho, na sua *Jornada ás côrtes do Parnaso,* em que chega até á obscenidade. Para elle a tradição litteraria quinhentista, que ainda animou Rodrigues Lobo e D. Francisco Manuel era por antithese objecto de irrisão:

> Um *Luiz de Camões, poeta torto,*
> Que era em cousas de mar este mui visto,
> E já comera muita marmelada
> Desde o polo de antartico a Calisto...
>
> No fim de companhia tão lustrosa,
> Um *Francisco de Sá* apparecia,
> *Poeta até o embigo, os baixos prosa.*

No *Hospital das Letras* protestava D. Francisco Manuel contra este verso travesso «maldito o mal que lhe tem feito» contra a auctoridade litteraria de Sá de Miranda.

Entre os versos de D. Francisco Manuel de Mello vem um, que foi intencionalmente tomado de Diogo Camacho: — Um Luiz de Camões, poeta tôrto. — Vê-se que ao dar-lhe um repellão no *Hospital das Letras*, reconhecia o merecimento do poemeto *Jornada ás Côrtes de Parnaso,* que só em 1728 fôra impresso, variando o seu texto

nos manuscriptos. Quem era este Diogo Camacho, que representa a satira causticante e chula contra a poesia culterana? Era um estudante, que foi juiz do Districto da Inquisição de Coimbra; que assignava as suas sentenças com o nome de Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, nascido na proxima povoação de Pereiró. Por um privilegio que requereu para a impressão de oito tomos de questões de Direito, que lhe foi passado em 30 de Maio de 1669, vê-se que a sua actividade poetica se exercera na sua epoca escholar, chegando a ser considerada por D. Francisco Manuel de Mello. Os oito tomos que Diogo Camacho chegou a licenciar, constavam: cinco *De munere judicis Orfanorum;* um, *De recusationibus;* outro, *De privilegiis familiarium et Officialium Sanctae Inquisitionis;* e o ultimo, *Eschola politica christã e moral.* [1] Felizmente para a sua algibeira, Diogo Camacho não chegou a imprimir os outo tomos juridicos. Tornou-o lembrado D. Francisco Manuel de Mello, pela graça estudantesca das *Jornadas ás Côrtes de Parnaso.* Infelizmente o manuscripto que se publicou no tomo v da *Fenix renascida* foi muito deturpado pela censura. Na Segunda parte da Jornada, que começa:

Depois d'aquelle caso desastrado
  Que aconteceu a Daphne sem ventura,
  Ficou perdido Apollo de enfadado.

---

1 Chancell. de D. Pedro II, Liv. LIII, fl. 102.

foram omittidos os seis tercetos seguintes, que se acham no texto trasladado nas *Flores de diversos Authores lusitanos*, fl. 97:

E foi em tamanho augmento esta quentura
Que lhe inchou com os carnaes desejos,
(Fallando com perdão) toda a natura.
Andando mariscando aos caranguejos,
Dona Pobreza assás comsigo tinha
Piolhos, lendeas, pulgas, persevejos.
Apollo viu-a, e como teza vinha,
Chegou-se a ella, conta-lhe seus males,
E o remedio lhe pede que convinha.
Faltavam á senhora então reales,
Pediu-lh'os, deu-lh'os, e ambos se encontravam,
Sem pifanos tambem, sem atabales.
Todo o dia depois se retouçavam
Sobre uma pouca de erva e verde rama,
Que ambos com as unhas arrancavam.
Ficou prenhe de Apollo a pobre Dama,
Porque para emprenhar são escusados
Travesseiros, lençóes, colchões ou cama.

Segue logo o texto impresso que começa no terceto:

Depois de nove mezes já passados,
No minguante da lua, em noite fria,
A Pobreza pariu com dois mil brados.
Nasceu a Rapariga Poesia,
Filha de Apollo, filha da Pobreza,
Muito mais pobre que ella em demasia.
Não lhe faltou comtudo gentileza;
Mas nasceu a coitada em tal estrella
Que nunca teve casa, cama e mesa.
Foi requestada em quanto foi donzella,
Por ser formosa, mas foi mal fadada,
Mofina como a mãe, como o pae bella. [1]

---

1 No Codice ms. tem uma Dedicatoria em prosa e

Em divertidos tercetos, sempre bem metrificados e rimados, faz a Historia da Poesia através das edades. Merecem lêr-se pela sua pintura grotesca; a Poesia ficara viuva de Homero.

Mas buscando algum amo que a queria
Que por qualquer soldada ou por dinheiro
Todo o magano d'ella se servia.
Chegou de Italia alli um forasteiro,
Que chamavam *Virgilio Mantuano,*
Pobre saloio, pobre pegureiro.
D'ella se namorou, mas por seu dano
Porque a trouxera á Italia, e em seus braços
Em Napoles morreu como magano.
Depois d'este morrer feita pedaços,
E muito em que lhe pez', a esfraldaram
De todas as nações muitos madraços.

É então que Apollo, o pae da Poesia, chama dos Elysios os poetas das principaes regiões:

Vinha Petrarcha, de enjoado morto
Por nunca se embarcar; zombava d'isto
Um Luiz de Camões, poeta tôrto,
Que era em cousas do mar este bem visto.
E já comera muita marmelada
Desde o polo de Antartico a Calisto.
Emfim, este, e os mais de camarada,
Partiram com mais outros companheiros,
Que os quizeram seguir n'esta jornada.
. . . .
Carregado de muita veniaga,
Das suas *Trezentas* vinha *João de Mena,*
Por não achar ratinho que lh'as traga.
N'uma sanfonha inda não pequena
Garcilasso da Vega entrou cantando:
Cerca del Tajo en soledad amena.

---

uma allocução ao religioso Leitão, e no fim tres poesias assignadas por João de Bobadelha, Fernão Lopes, e Estevão Ribeiro.

Traz este, as Côrtes todas assombrando,
  De mestres e pilotos rodeado
  O tôrto de *Camões* vinha bradando.
....
No fim da companhia tão lustrosa,
  Um *Francisco de Sá* apparecia,
  Poeta até o embigo, os baixos prosa.
A este respondeu *Boscão* um dia,
  Porque como salsicha defumada
  Com seus safurros palmos a media.

Depois de reunidas as Côrtes de Parnaso decretam a pragmatica que tem de ser applicada a todos os que fazem trovas, a saloias, a freiras, a donzellas ou viuvas, com as hilariantes penalidades. A *Jornada ás Côrtes de Parnaso* termina com o gráo doutoral em latim macarronico ao heroe o poeta bordalengo; é uma parodia da *Viagem ao Parnaso*, de Cervantes que abriu n'ella a torneira aos elogios, continuados no *Lourcel de Apollo* de Lope de Vega, e por Jacinto Cordeiro no poemeto em que consagra os Poetas portuguezes nomeados até ao anno de 1631.

É natural que a organisação poetica e faceta de Diogo Camacho se manifestasse em outras composições. Pelo assumpto e versificação, seguem-se á *Jornada*, mais trez satiras litterarias, *Pegureiro do Parnaso*, *Saudades de Apollo* e *Lagrimas saudosas*, que accusam a mordacidade jocosa de Diogo Camacho, dando-se ahi por primo do poeta bordalengo e fixando a data de 1642. Reconhece-se o sentimento da independencia nacional:

...... ia o portuguez ardendo em sêde:
Que antes que fôsse o Reyno libertado,
De fraze castelhana andava inchado,

Que sempre compuzera
Com brava tromba e catadura féra.
. . . .
Não sabes tu, que a lingua portugueza
Não tem no mundo egual outra em nobreza.
. . . .
Que tem o Portuguez propriedade,
Eloquencia, brandura e claridade.
Amourisca-se muito o castelhano;
Tem muitos *ches* e *chis* o italiano;...
Seja o conceito fundo,
Mas que possa entendel-o todo o mundo
Que não perde a beldade
O sol, por ter mais luz e claridade.
Por escarneo sómente ou zombaria
Se pode escurecer qualquer poesia.
. . . .
E que Camões famoso
Poeta, ainda que tôrto, magestoso,
Lá pelo tempo quente
Na fonte mitigava a sêde ardente;
Por isso assim cantou em altos brados:
As armas e os varões ass'inalados.
. . . .
Aqui chegando em tempo o grão Miranda,
Molhava toda a barba veneranda.
Bernardes reverendo
Da mais clara da vêa ia bebendo.

E porque obram variamente estes licores
Gerando espinhos n'uns, em outros flores...
Algum, sem que descanse,
Faz ás barbas do Cid logo um *Romance,*
Outro, grave e quieto,
Compõe a Durandarte algum *Soneto;*
E por que nunca a consoante chega,
Batendo no toutiço a testa esfrega.
Outro mais facilmente
Vae furtando a toada a Gil Vicente.
Algum com furia brava
Unta com alho os versos de uma *Outava,*
Outro por entre os ramos das *Canções*...
Outro, porque a sua pipa está vasia,
Mata-se por compôr uma *Elegia;*

Outro de imaginaria todo sêco
Alguma obra vae compondo em *Ecco*.
Outro que *Laberinto* faz por traça
Cuida que tem cabeça e tem cabaça.

Na satira *Saudades de Apollo* chasqueia mordazmente do culteranismo castelhano:

Faça-lhe a *culturana*
Muy bom proveito á lingua castelhana,
Que a fraze portugueza por sizuda
Por prezada e por grave não se muda,
Não se occulta entre cultas ignorancias,
Pois toda é cultivada de elegancias;
....

Outros poetas satiricos do seculo XVII apparecem em larga copia nos manuscriptos das Bibliothecas, sendo os que mais se distinguem D. Thomaz de Noronha [1] e Gregorio de Mattos. O fidalgo, metrificando bem é chulo, picaresco, versejando á tôa sobre os accidentes mais insignificantes; o brasileiro é má lingua na expressão moral, tem esse temperamento azedo e causticador; servem-lhe de thema os frades devassos, as freiras tribades e as exibições pornographicas, com as louva-

---

1 Filho de D. Thomaz de Leão e de D. Branca de Castro, filha de D. Gonçalo Coutinho. Serviu em Ceuta sob o governo de Marquez de Villa Real, nomeado gentilhomem do principe D. Theodosio. Casou com D. Helena da Silva, e em segundas nupcias com D. Margarida de Bourbon, filha do 1.º Conde de Arcos D. Luiz Brito de Lima, sendo por ella 2.º Conde d'este titulo, e seu sobrinho do mesmo nome terceiro. Não quadram com esta pompa nobiliarchica a chulice dos seus versos e baixo ideal, como os Sonetos á morte desgraçada de Francisco Rodrigues Lobo.

minhas ás mulatas provocadoras. D. Francisco Manuel de Mello soube manter a Satira na belleza da sua tradição mirandina.

b) *Grammaticos e Philologos.* — Emquanto o methodo *alvaristico* e a syntaxe rhetorica de Sanches dominavam absolutamente os estudos humanistas, já as ideias de Bacon sobre a Grammatica geral se disseminavam pela Europa provocando a renovação do criterio philologico. Bacon formúla as seguintes phrases, que encerram uma das maiores descobertas realisadas pelo nosso seculo: «Em verdade, seria obra preciosa aquella em que um homem que conhecesse perfeitamente o maior numero de linguas scientificas e vulgares, tratasse das propriedades de cada uma, mostrando os defeitos de cada qual... Basta-me distinguir a Grammatica simples e elementar da *philosophica*, e notar que esta, que ainda está por nascer, é digna da nossa attenção.» Em Portugal, já em 1619 publicava Amaro de Reboredo o seu *Methodo grammatical para todas as linguas*, cujas doutrinas se derivam ou são um presentimento das theorias de Bacon. Quer Reboredo, que se estude primeiramente o portuguez para se ter melhor intelligencia do latim: «Para o que fôra de muita importancia crear-se uma cadeira de lingua materna, ao menos nas Côrtes e Universidades... Saberão os principiantes por arte em poucos annos e melhor a lingua materna, que sem arte mal sabem por muitos annos, com pouca certeza, a poder de muito ouvir e repetir... e serão mais cer-

tos e apontados no que fallam e escrevem, terão mais copia de palavras e usarão d'ellas com mais propriedade. Porque, por falta de regras, ainda nas Côrtes e Universidades se fallam e escrevem palavras necessitadas de emenda. Saberão por regras de compôr e derivar, ampliar a lingua materna e ajuntar-lhe palavras externas com soffrivel correcção e formar outras de novo; para que com menos rodeios se possam explicar os conceitos e as sciencias quando nas maternas se queiram explicar. Porque a pobreza das maternas na traducção de livros gregos e latinos e na declaração de especulações philosophicas se manifesta. Saberão fugir de palavras externas ainda não recebidas, quando tem proprias, por não mostrarem que a lingua é mais pobre... O principiante que passar por este Methodo para as outras linguas, tem meio caminho andado... Como por exemplo: quem souber bem por Arte a Portugueza ou Castelhana, discorrendo na Latina por semelhança irá descobrindo um concerto, propriedade e metaphora racional, e ainda as irregularidades e particulares modos de fallar, que o ignorante vulgo introduziu: os quaes são certas quebras da arte, que sendo muito arreigadas devemos usar. A razão é, que os Latinos eram homens com os quaes concordamos na racionalidade, que encaminha o entendimento e lingua a declarar o que sentimos: e ainda que as palavras sejam diversas, assi cada uma per si, como muitas juntas, na razão da phrase comtudo, a unica racional d'ellas em todos é a mesma.» A reforma philologica proposta por

Amaro de Reboredo, foi, segundo o grammatico Gomes de Moura «tão attendida como os vaticinios de Cassandra.» [1] Os grammaticos procuraram reduzir as regras da lingua materna ás da lingua castelhana; os jesuitas, como Bento Pereira, transportavam do latim para o portuguez o vocativo, o módo potencial, gerundios e supplementos de supino. Em geral faziam-se divagações rhetoricas sobre as qualidades da lingua portugueza.

No seu *Elenco da historia de Philologia,* Hillebrand, referindo-se ás consequencias das guerras religiosas que destruiram a Philologia em França, aponta: «O estudo das linguas mortas perdeu desde logo o seu caracter scientifico; e o methodo jesuitico, introduzido por esta epoca em todas as escholas francezas, sobreviveu mesmo á philosophia do seculo XVIII. É um deposito de conhecimentos quasi invariaveis, que desde ha trezentos annos, se transmitte de geração em geração, em que a memoria tomou a parte do pensamento, e d'onde a vida se afastou.» [2]

---

1 *Mon. da Lingua latina,* p. 354.

2 Para a Companhia de Jesus o ensino do Latim servia para o internato dos alumnos e dependencia das suas familias, procissão pela cidade e espectaculo dos *ludi*, empregando todos os meios de captação. Isto explica o Accordam do Senado do Porto de 22 de Novembro de 1630 sobre um requerimento dos Procuradores da cidade: "que os Padres da Companhia, contra as portarias de Sua Mag. tratavam de fazer *Classes* emtanto que rogavam e buscavam valias para alguns naturaes d'esta cidade

Em 1631, Alvaro Ferreira de Vera publica uma *Orthographia e modo para escrever certo na lingua portugueza*, confundindo com o modo material da transcripção da palavra os factos organicos das modificações dos sons e fórmas da lingua. Apenas se encontra no trabalho de Ferreira de Vera uma observação importante: a incerteza da formação do plural dos nomes acabados em *ão*. Incapaz de comprehender o criterio historico, Ferreira de Vera fixa a formação d'esses pluraes submettendo a lingua portugueza á grammatica castelhana: «E porque no formar dos pluraes dos nomes, cujos singulares são em *ão*, se embaraçam muitos sem saberem se hão pronunciar e escrever *cidadães, cidadões* ou *cidadãos; villões* ou *villãos; cortezães, cortezões* ou *cortezãos*, farei aqui regra geral para esta pronunciação e escriptura: Todas as vezes que na lingua portugueza acabar qualquer nome em *ão*, havendo duvida na fórma

e moradores d'ella, mandarem os seus filhos apprender ao dito Collegio latim: e que ainda que eram poucos os que lá mandavam os seus filhos induzidos, e não respeitando o bem publico da Cidade, que era por este modo levantar Classes, e por evitar o grande escandalo que d'ali nascia — requeriam que qualquer que mandar seu filho ou parente estudar Latim aos ditos Padres da Companhia — sendo nobre se riscasse do Livro dos Cidadãos, e sendo official ou não official ser lançado d'esta cidade, e os que tenham ordenados pela cidade os perderão.» (Archivo da Camara Municipal do Porto, I-B, fl. 58-60.) Como o Accordam dependia da approvação real para ser executado, Philippe IV obedeceu ao interesse dos jesuitas que collaboravam na sua politica.

do plural, *veja-se como termina na lingua castelhana,* porque se acaba em *an* faz o plural (cerca dos Castelhanos) em *anes,* como: *capitan, capitanes, gavilan, gavilanes, alleman, allemanes.* E assi forma sempre sem exeição alguma o Portuguez o singular em *ão* e o plural em *ães; capitão, capitães; gavião, gaviães; allemão, allemães.*» E prosegue comparando os pluraes castelhanos *anos* e *ones* com os portuguezes em *ãos* e *ões.* (fl. 25 *v.*) Sob o dominio hespanhol os grammaticos lisonjeavam por esta fórma os invasores; já Duarte Nunes de Leão, que alardêa a Philippe III a protecção que recebera sempre de Philippe II, explica o phenomeno historico da mudança das fórmas dos nomes em *om* para *am,* no fim do seculo XV pela «analogia e respeito que a lingua portugueza vae tendo com a castelhana; que sempre onde a castelhana diz *an* ou *on,* que é sua particular terminação, responde a portugueza com aquella pronunciação de *ão,* que succede em lugar da antiga terminação dos portuguezes de *om,* que punham em logar de *an* ou *on* dos castelhanos.» [1] A falta de criterio historico no estudo da lingua portugueza, levava a procurar explicações em uma lingua que obedecia ás mesmas leis da degeneração phonetica latina. O jesuita Bento Pereira, em 1655, «renovando a memoria dos annos que professou letras humanas» compoz um *Florilegio dos modos de fallar*

---

1 *Orthographia da lingua portugueza,* p. 29.

e *Adagios da lingua portugueza,* no qual traz uma *Prosopopêa del Idioma portuguez a su hermana la lengua castelhana,* na qual ridicularisa os philologos portuguezes que derivam a lingua patria das sessenta e duas falladas na confusão da torre de Babel, e propõe a derivação tanto do castelhano como do portuguez da lingua latina. Na *Grammatica da lingua portugueza,* que imprimiu em 1672 em Londres, e escripta em latim, o Padre Bento Pereira seguindo ás opiniões do Dr. Manuel Luiz, tambem da Companhia, acha na lingua portugueza vocativo no pronome *Eu,* genero neutro nos pronomes *Isto, Isso,* admitte nos verbos modo potencial, gerundios e supplementos de supinos, e reduz a syntaxe a regras de concordancia. [1] A syntaxe figurada fazia comprehender a Grammatica como uma rhetorica, e sob este ponto de vista do humanismo jesuitico os philologos fizeram longas declamações sem valor; João Franco Barreto escreve em 1671 a *Orthographia da Lingua portugueza* pobremente calcada sobre o opusculo de Ferreira de Vera, a quem copía na regra de formação dos pluraes dos nomes acabados em *ão,* e levanta sobre o uso dos accentos e perigos da amphibologia essa ridicula questão dos litteratos do seculo XVII, que se encarniçaram para determinar a hora do Sonho de D. Manuel, nos *Lusiadas.* *(Op. cit.,* p. 207.) Na *Côrte na Aldêa,* Francisco Rodrigues Lobo, ex-

---

1 *Gram.* de Lobato, Intr., p. XIX a XXV.

pande-se em amplificações sem critica: «A lingua portugueza, assim na suavidade da pronunciação, como na gravidade e composição das palavras é lingua excellente... É branda para deleitar, grave para encarecer, efficaz para mover, dôce para pronunciar, breve para resolver, e accommodada ás materias mais importantes da pratica e escriptura... Tem de todas as linguas o melhor: a pronunciação da latina, a origem da grega, a familiaridade da castelhana, a brandura da franceza, a elegancia da italiana. Etc.» (*Dial.* I.) A mesma vacuidade rhetorica apresenta Manuel Severim de Faria, no *Discurso das partes que hade haver na linguagem para ser perfeita; e como a Portugueza as tem todas e algumas com eminencia de outras linguas.* Alvaro Ferreira de Vera deixou ainda outro documento d'esta erudição banal dos rhetoricos seiscentistas e que prova a decadencia dos estudos humanistas sob a férula jesuitica; nos *Breves louvores da Lingua portugueza com notaveis exemplos da muita semelhança que tem com a latina*, conclue: «que não ha na Europa lingua, tomada nos termos em que hoje a vêmos, mais digna de ser estimada para a historia que a Portugueza: pois ella entre as mais é a que em menos palavras descobre móres conceitos, e a que com menos rodeios e mais graves termos dá no ponto da verdade. Os espiritos mais distinctos, como Antonio de Sousa Macedo, nas *Flores de España*, repisavam este thema das excellencias da Lingua portugueza, começado por Magalhães Gandavo no *Dialogo*

em defensão da Lingua portugueza, e Fernão Alvares d'Oriente na *Lusitania transformada* (liv. II, prosa 6.) O vicio capital da forma de ensino exclusivo do latim reflectiu-se n'esta diciplina grammatical confundindo-se com a rhetorica pela syntaxe figurada. As construcções syntaxicas explicavam-se pela figura *Elipse*, vencendo-se todas as difficuldades por amplificações ou redundancias. D'estes artificios grammaticaes ao estylo figurado dos conceitos dos culteranistas estabeleceu-se a consequente continuidade, em todos os paizes em que predominaram as classes jesuitas. Ainda no seculo XVIII, escrevia Diniz *(Elpino Nonacriense)* no *Hyssope:*

> Verte em máo portuguez do Tridentino,
> Com o que, em repetir alguns exemplos
> Da *longa e jesuitica Syntaxe*,
> Passa entre os seus por homem consummado.
>
> (Canto VII.)

No emtanto passava-se na Europa uma revolução mental, a transformação da erudição banal e opaca, na Philologia, que encetava os processos para a critica historica e comparativa. A Italia, que estudou os Auctores gregos e latinos pela sua belleza artistica, impelliu os estudos philologicos para o *humanismo* rhetorico. Mas em França os jurisconsultos (principalmente o nosso Antonio de Gouveia e depois d'elle Cujacio) explicavam o Direito romano á luz da comprehensão das obras litterarias, satiras e Comedias em que representavam a vida social. Esta eschola cu-

jaciana deu o caracter definitivo á Philologia franceza, subitamente atacada e destruida pela Guerra de Religião e pelo exodo forçado de um milhão de protestantes. É então que na Hollanda se refugia a liberdade de consciencia e com ella a de pensamento ou da critica philosophica; assim como na politica d'essa heroica democracia vivificada pelo idealismo das instituições gregas e romanas, ahi se renova com um brilho imponente a apagada Philologia franceza. De Hollanda se communica a Inglaterra esta nova orientação de philologia tornando-a a verdadeira eschola da critica historica, reconstituindo pela comprehensão dos auctores o passado por uma intuição creadora do sentimento. Assim fez Bentley. Generalisado o processo critico da Philologia hollandeza pela Philologia ingleza, ampliando-se esse novo criterio historico philosophico á comprehensão dos auctores modernos. Cessou o exclusivismo da admiração dos Classicos antigos; procurou-se nas modernas litteraturas a representação ideal da vida moderna, e surgiu a celebre *Querella dos Antigos e Modernos,* tomando ora o aspecto polemico de dissertações longas, e as Satiras e Allegorias, como a *Batalha dos Livros* de Swift.

D. Francisco Manuel de Mello, liberto da obsessão dos Classicos, representa em um quadro, que intitulou *Hospital das Lettras*, o exame das Litteraturas modernas, verdadeiramente doentes do máo gosto dos estylos *culto* e *picaresco*. É em uma Livraria de Lisboa que elle entra em

conferencia medica com o hespanhol D. Francisco de Quevedo, velho amigo que tanto admirava, com o italiano Bocalino, e com o belga, o mais celebrado erudito do seculo XVII, Justo Lipsio. Estes trez vultos, por isso que eram já de ha muito fallecidos, davam a este Dialogo dos Mortos uma certa irresponsabilidade ás ironias e mordentes graças dos juizos sobre os auctores de obras castelhanas, francezas e italianas apreciados no *Hospital das Lettras*. Balthazar Gracian não podia entrar n'esta conferencia douta, por que era contemporaneo e vivo, não devendo D. Francisco Manuel ligal-o, como auctor do *Criticon*, aos seus juizos. A escolha de Justo Lipsio, fallecido dois annos antes do nascimento do auctor do *Hospital das Lettras*, dá-nos o intuito com que idealisou este quadro das Litteraturas modernas. Resumiremos em poucas linhas quem foi essa grande figura: «Justo Lipsio desempenhou uma acção preponderante na historia do Humanismo. Os antigos mestres tinham editado e traduzido uma multidão de textos gregos e latinos; desde logo se sentiu a necessidade de ter d'elles uma intelligencia mais perfeita. Os philologos lançaram-se a esse trabalho restabelecendo os textos alterados por meio dos manuscriptos; elles mesmos promptamente notaram as falhas da sua erudição n'este dominio critico. A philologia não podia ainda abrir horisontes novos, accorrentada aos textos; para comprehender os auctores e restabelecer em toda a sua pureza os seus escriptos, era preciso conhecer a lingua que tinham empregado e o meio

em que tinham vivido. A historia da Antiguidade, dos seus costumes, de suas leis, de sua religião, o conhecimento das inscripções e das moedas, o estudo dos restos da antiga civilisação, carga pezada era, certamente, mas indispensavel ao Philologo: Justo Lipsio foi o pioneiro mais ardente d'esta região inculta e inexplorada; — as suas obras sobre politica e historia, moral, philosophia, os seus commentarios sobre os philosophos antigos, as suas obras philologicas abriram aspectos novos sobre a historia da Antiguidade, e foram a base de todos os estudos philologicos ulteriores. As obras de Lipsio divulgaram-se por toda a parte com profusão. Poucos sabios gosaram de uma celebridade egual á que cercou Lipsio; em uma epoca em que a sciencia era considerada um titulo de nobreza, a auréola do genio d'este belga fascina a Europa inteira.» [1] D. Francisco Manuel, no periodo activo da sua vida militar, tinha estado na Hollanda, em Inglaterra e em Flandres; conheceu a nova corrente das doutrinas philologicas, e a influencia exercida por Justo Lipsio; a sua presença no *Hospital das Lettras*, dá-nos bem o sentido d'esta phantazia critica, que bem merece um commentario historico. Elle estava em relações pessoaes intimas com outros philologos portuguezes, como Manuel Severim de Faria e com uma larga correspondencia littera-

---

1 Paul de Lannoye, *L'Université de Louvain*, p. 128-30. (1915.)

ria, a começar pelo successor de Lipsio na Universidade de Louvain. Devido a esse novo espirito é que D. Francisco Manuel se interessa vivamente pela Lingua portugueza, nos seus modismos, observando os costumes populares e colhendo elementos tradicionaes; d'ahi lhe vem a ideia de uma Bibliographia dos Escriptores portuguezes, ideia em que trabalham o P.^e Francisco da Cruz, João Franco Barreto e João Soares de Brito, que precederam o auctor da *Bibliotheca Lusitana*. No mesmo espirito trabalhou Manuel de Faria e Sousa, commentando Camões em toda a sua obra e consultando os seus manuscriptos. As biographias vieram como um novo subsidio para conhecer os auctores, a que Manuel Severim de Faria (1583-1655) deu uma forma plausivel, nas de Camões, de João de Barros e de Diogo do Couto.

Vicente Nogueira (1586-1654) foi por muito tempo desconhecido, porque homisiara-se de Portugal, em 1631, perseguido pela Inquisição, pelo crime de nefando, imputação facil de aniquilar qualquer capacidade intellectual. Viveu em Roma, mantendo correspondencia litteraria com os grandes eruditos do seu tempo, e era um dos agentes de D. João IV para a acquisição de obras artisticas e litterarias. Uma grande parte da sua correspondencia, que existe na Bibliotheca de Evora e na Torre do Tombo, começou a ser inventariada por Graça Barreto, com intuito de dar-lhe publicidade. O seu falecimento prematuro obstou a que este manancial viesse enriquecer a Historia litteraria. Morel-Fatio, um dos bons hispanisan-

tes, escreveu uma suggestiva noticia sobre Vicente Nogueira.

E é nos fins do seculo XVII que começa a elaboração do Diccionario da Lingua portugueza.

Escreve o sabio theatino irlandez D. Raphael Bluteau: «No anno de 1678 cheguei a este reino e desde aquelle tempo raro foi o dia em que me não aproveitasse de alguma noticia da lingua portugueza.» — «Já certo religioso estrangeiro dos mais conspicuos... admirado da grande quantidade dos meus cadernos, me disse que não imaginava que fôsse a lingua portugueza tão copiosa.» Bluteau cita os differentes eruditos que o auxiliaram para realisar a grandiosa empreza do *Vocabulario:* Antonio Luiz de Azevedo, o modesto official da secretaria das mercês, que tanto trabalhou para salvar D. Francisco Manuel de Mello, e o que lhe reuniu as suas *Cartas;* Mendo de Foyos Pereira, secretario de estado, Antonio Rodrigues Costa, latinista e grecista, D. Francisco de Sousa, capitão de guarda de D. Pedro II e do conselho de estado, o marquez de Alegrete, Manuel Telles da Silva, que o auxiliou em termos de cavalleria, o conde de Ericeira, D. João de Almeida, conde de Alorna e de Assumar; os oratorianos, P.es Antonio dos Reis e Domingos Pereira, e quatro theatinos eruditissimos, D. José Barbosa, D. Luiz de Lima, D. Jeronymo Contador de Argote e D. Manuel Caetano de Sousa fornecendo-lhe cadernos de vocabulos.

Era o momento para salvar a lingua portu-

gueza, que ia cahindo em desdenhosa ignavia; assim observa Bluteau: «Tambem houve quem com rustica simplicidade me dissesse que não merecia a lingua portugueza tanto trabalho. A rasão d'este disparate é que na maior parte dos estrangeiros, a lingua portugueza não é lingua de per si, como é o Francez, o Italiano, etc.; mas lingua de enxacôco, e corrupção de castelhano, como os dialectos ou linguagens particulares das provincias, que são corrupções da lingua que se falla na côrte e cabeça do reino, v. g. o gascão, o normando, o provençal na França; o genovez, o milanez e o bergamasco na Italia. Sobre esta errada apprehensão tenho tido grandes debates com estrangeiros de porte e litteratos. A rasão em que se fundam, é que muitos vocabulos portuguezes são radicalmente castelhanos, mas truncados e diminutos, falta que (segundo elles dizem) denota a sua pouca derivação, trazem por exemplo umas dicções em que o portuguez tem uma ou duas letras de menos: *v. g.*, *Fogo*, *Morto*, que em castelhano é *Fuego*, *Muerto*; *Pé*, *Mão*, que em castelhano é *Pié*, *Mano*.» É justamente por este diphtongos *ue* e *ie*, privativos da lingua castelhana, que os glotologistas modernos deduziram a independencia da formação d'estas duas linguas hispanicas. Assim como a formação do Lexico portuguez veiu ao seu desenvolvimento como orgão de autonomia nacional, bem precisa se tornava a Historia litteraria de Portugal, que opportunamente se iniciou pela Bibliographia, mas não mais se elevou das catalogações materiaes

até Innocencio, extranho ás exigencias da historia litteraria.

c) *A Eloquencia sacra.* — Os sermões, no seculo XVII em Portugal, foram o que as Comedias eram para a sociedade hespanhola; era o pulpito o unico logar onde havia liberdade para dizer tudo. No celebre sermão da *Sexagesima*, prégado por Vieira em 1653, estabelece-se esta relação entre os Sermões e as Comedias: «antigamente prégavam bradando, hoje prégam conversando... *os ouvintes vem como á comedia*, e ha prégadores que vem ao pulpito como á comedia; ha *prégação* e ha prégadores que vem ao pulpito como comediantes. Uma das felicidades que se contava entre as do tempo presente, era acabarem-se as Comedias em Portugal; mas não foi assi: não se acabaram, mudaram-se; passaram-se do theatro para o pulpito. Não cuideis que encareço em chamar comedias a muitas prégações que hoje se usam. — Pouco disse San Paulo em lhes chamar comedia porque muitos sermões ha que não são comedia, são farça. Sóbe talvez ao pulpito um prégador dos que professam ser mortos ao mundo, vestido ou amortalhado em um habito de penitencia... E nós o que é o que vêmos? Vêmos sahir da bocca d'aquelle homem, assi n'aquelles trajos, uma voz muito affectada e muito polida, e logo começar com muito desgarro a quê? A motivar desvellos, a acreditar empenhos, a requintar finezas, a lisonjear precipicios, a brilhar auroras, a derreter cristaes, a desmaiar jasmins,

a toucar primaveras, e outras mil indignidades d'estas. Não é isto farça a mais digna de riso, se não fôra tanto para chorar?» O proprio Vieira era arrastado n'esta corrente do gosto publico, e a aristocracia mandava deitar de manhã tapetes na egreja de S. Roque, para ir ouvil-o á tarde. O sermão apresentava dois aspectos, que o tornavam appetecido: umas vezes era cheio de allusões politicas, outras impressionava pelos effeitos theatraes que inventava o prégador. O Padre Manuel Bernardes caracterisa estas fórmas: «O que mui ordinariamente ouvimos aos Prégadores d'este tempo são dictames politicos e razões de estado, tocando nos vicios dos que governam, talvez com demasiada clareza e individuação, e por ventura para saborear a gente popular sempre queixosa.» [1] O Padre Vieira, em uma Carta de 1675, caracterisa o outro genero de Sermões de effeito, descrevendo a fórma das prédicas de Frei Antonio das Chagas: «Como mostrar do pulpito huma caveira, tocar uma campainha, tirar muitas vezes um Christo, dar-se bofetadas, e outras demonstrações semelhantes,... préga principalmente na Igreja do Hospital, concorrem fidalgos e senhoras em grande numero, e huma vez lançou do pulpito entre ellas o crucifixo...; e com isto se entende que o dito prégador tem na mão os corações de todos e os poderá mover a quanto quizer...»

1 *Ultimos fins do homem*, p. 329.

Ainda no meado do seculo XVIII persistia este estylo, como refere Cenaculo na *Memoria historica do ministerio do pulpito:* «Este methodo proveiu de frequentarem os homens a lição e a representação das Comedias de máo gosto. — Os homens habituados a verem e ouvirem as pessoas conferentes n'aquelle jogo da Comedia, e aos assumptos e expressões pueris de que abundam as mesmas composições theatraes, nos produziram um costume de se explicarem apaixonado, molle e delicioso... Muitos prégadores ou por condescendencia ou por dictame, nada menos eram que uns maneiristas d'aquella face de theatro.» *(Ib.,* p. 159.)

A linguagem dos Sermões reflecte todos os defeitos litterarios do seiscentismo, contra os quaes reclama o Padre Manuel Bernardes: «o estylo em que se tratam é tão aceiado, tão sumido em discrições, tão estafado de lumes rhetoricos, tão pendurado de correspondencias de palavras e periodos, que não póde o serio e espiritual do assumpto lograr a sua efficacia.» *(Op. cit.*, p. 333.) O Padre Vieira, que tanto abusou das allusões politicas, e dos equivocos culteranistas, como na celebre imagem do *homem-pó*, ataca tambem o vicio das agudezas de engenho dos prégadores: «Um estylo tão empeçado, um estylo tão difficultoso, um estylo tão affectado, um estylo tão encontrado a toda a arte e a toda a natureza? O estylo hade ser muito facil e muito natural. Por isso Christo comparou o prégar ao semear... É uma Arte sem arte, caia onde cahir...

Assi hade ser o prégar. Hãode cahir as coisas e hãode nascer: tão naturaes que vão cahindo, tão proprias que venham nascendo. Que differente é o estylo violento que hoje se usa. Vêr vir os tristes *passos* da Escriptura como quem vem ao martyrio: uns vem acarretados, outros vem arrastados, outros vem despedaçados, só atados não vem... Este desventurado estylo que hoje se usa, os que o querem honrar chamam-lhe *culto;* e os que o condemnam chamam-lhe escuro, mas ainda lhe fazem muita honra. O *estylo culto* não é escuro, é negro boçal e muito cerrado. É possivel, que somos portuguez, e havemos de ouvir um prégador em portuguez e não havemos de entender o que diz? Usa-se hoje o modo que chamam *apostillar o Evangelho,* em que tomam muitas materias, levantam muitos assumptos:... prégam o alheio e não o seu.» Bernardes enumera o conteudo dos Sermões seiscentistas em geral: «Mais, o que ouvimos são graças indecentes, apódos, chistes e historiasinhas ridiculas, especialmente nas tardes de Quaresma e menhã de Ressurreição. Finalmente o que ouvimos são questões de Theologia escholastica, de que os ouvintes quasi todos ficam em jejum; como succedeu em uma occasião, que tratando o Prégador com grande subtileza da *Graça efficaz,* ficaram os ouvintes persuadidos que eram louvores a uma Santa chamada Graça Efficaz, e vieram perguntar pela sua vida e milagres. São fabulas gentilicas, panegyricos floridos, encarecimentos enormes e fóra de toda a semelhança de verdade, comparações e pre-

ferencias de Santos entre si, injuriosas aos mesmos Santos, e tudo semeado de descripções poeticas, por agradar ao vulgo com o prurito dos ouvidos, que reprehendeu San Paulo.» (*Ib.*, p. 331.) O papa Innocencio XI, ordenou ao seu Nuncio em Portugal, Francisco Nicolini: «que avisasse aos Superiores regulares que puzessem aos Prégadores seus subditos preceitos de obediencia *para que não prégassem conceitos e floreios...*» Foi o aviso communicado em 1688, e acrescenta o Padre Bernardes: «porém não me parece que se guarde.» (*Ib.*, p. 318.) Tambem a questão jesuitica da *Graça efficaz* tinha sido prohibida por Paulo V, mas continuava no pulpito como thema de subtilezas. Nas ordens monachaes desviou-se o prurido rhetorico para theses apparatosas, ás quaes ainda no seculo XVIII allude Diniz no *Hyssope*.

O padre Antonio Vieira

O typo mais completo do prégador do seculo XVII é o padre Vieira, cuja personalidade se envolve nas intrigas diplomaticas para a defeza do throno de D. João IV ou para a deposição de D. Affonso VI da soberania a bem de seu irmão D. Pedro II. Nasceu em Lisboa em 6 de fevereiro de 1608, acompanhando seus paes Christovam de Oliveira Ravasco e D. Maria de Azevedo para o Brasil em 1615; ahi na cidade da Bahia de Todos os Santos, entra aos outo annos para os estudos menores do Cellegio dos Jesuitas. A

sua vivacidade não escapou áquelles pedagogos, entrando aos quinze annos no noviciado da Companhia de Jesus, fazendo passados dois annos votos solemnes em 1625. Maravilhados com a sua loquella, encarregaram-o do ensino da Rhetorica e pelas subtilezas formalistas confiaram-lhe o curso de theologia dogmatica. Em 1641 voltou a Portugal na commissão que vinha declarar a D. João IV, que o Brasil adherira á restauração nacional, acompanhando D. Fernando de Mascarenhas, filho do governador geral. Vieira, já celebrado pelo seu extraordinario Sermão prégado em 1640 pelo triumpho contra os Hollandezes, revelou-se em Lisboa um assombroso prégador e, deslumbrando a côrte entrou na intimidade do paço. D. João IV fel-o seu conselheiro privado, communicando-lhe a cifra secreta dos seus embaixadores, e confiou-lhe as missões mais reservadas.

Vamos resumir d'esta obra magistral de João Francisco Lisboa, *Vida do P.e Vieira*, as linhas nitidas de tão grande figura, que nos põe a descoberto o plano da Companhia de Jesus na questão da independencia de Portugal. Pelo papel historico do Padre Vieira conclue-se que foi — exclusivamente jesuitica — para quem «toda a patria é uma terra estrangeira, e toda a terra estrangeira uma patria.» Trabalhou para os interesses da Companhia, á qual, depois de estabelecida a paz entre a França e a Hespanha, interrompida desde o seculo XVI, não convinha que este pequeno territorio de Portugal continuasse autonomo entre estas duas potencias. Emquanto

a Companhia de Jesus teve de luctar com Philippe II, que votava as suas sympathias á Inquisição e aos Dominicanos, convinha-lhe a ella a autonomia de Portugal como ponto de apoio da sua resistencia; porém, desde que Philippe II comprehendeu o jogo da Companhia facultando-lhe o desenvolver-se por toda a Hespanha, entendeu logo a Companhia abandonar Portugal ao seu isolamento, certa de que nada perdia da sua influencia na peninsula iberica sob a unificação do governo da Casa de Austria.

Quando pela politica franceza de Sully e de Richelieu, que tendia ao enfraquecimento da Casa de Austria, se reconheceu que a independencia de Portugal era um dos meios mais seguros para realisar esse golpe, ficaram assegurados os resultados da revolução de Portugal depois da missão secreta do consul Mr. Saint-Pé, que aqui viera garantir um contingente militar e uma esquadra no caso de mallogro da revolução nacional. Foi com este apoio e para a cooperação da politica franceza, que se fez a Revolução de 1640. Parecia natural que ficassemos como nação livre cultivando a alliança franceza e fortificando-nos com ella. Deu-se no emtanto a paz entre a França e a Hespanha; os jesuitas, que durante o seculo XVI não conseguiram estabelecer-se estavelmente em França, eram no seculo XVII os omnipotentes directores espirituaes e temporaes do Rei christianissimo. Portugal, que fôra o quartel general da Companhia, o campo neutro das suas operações quando estavam em hostilidade a França e Hes-

panha, agora, que estavam conciliadas as duas nações. Portugal tornava-se um estôrvo para a Companhia por causa da sua impertinente autonomia. Tal é a situação, o quadro diplomatico em que nos apparece a intervenção ou acção historica do Padre Vieira.

Quando chegou ao Brasil a noticia da Revolução portugueza, e que a nação redimida delegara a soberania na pessoa do Duque de Bragança pelas côrtes de 1641, o vice-rei da Bahia, que fôra nomeado pelo governo de Castella, reconheceu a independencia de Portugal e mandou seu filho D. Fernando de Mascarenhas á Europa offerecer a sua homenagem ao monarca proclamado pela nação. O Padre Antonio Vieira acompanhou o filho do vice-rei como seu habil mentor, e n'esse mesmo anno de 1641 já o jesuita se achava junto de D. João IV propondo-lhe gigantes planos de Companhias de Commercio para a India e Brasil á imitação das Hollandezas. Por subtis sugestões assim se apoderou do animo de D. João IV, tendo entrada franca no paço e nas secretarias de Estado, assistindo ás conferencias dos ministros, possuindo a cifra dos embaixadores, e emitindo o seu parecer antes das resoluções dos tribunaes. Em summa, o tibio D. João IV diante de tão absorvente actividade e da omnipotencia dialectica do Padre Vieira, só lhe pedia uma coisa — *que não empregasse labia!* É textual. O Padre Vieira tratou de convencer D. João IV, que lhe seria impossivel resistir á Hespanha se esta potencia se ligasse á Hollanda; e

que para evitar este perigo, mais seguro era, para estabilidade do seu throno e dynastia, abandonar Pernambuco e a Bahia aos Hollandezes, dando-se desde logo em penhor uma fortaleza no reino, fazendo a paz com elles, ficando assim a lucta com a Hespanha reduzida a uma guerra defensiva. .

Felizmente, o Desembargo do Paço foi de opinião, que realisando-se este plano do jesuita, sobre o qual o rei o mandara consultar, seria nem mais nem menos a perda do Brasil, e o reino de Portugal reduzir-se-hia a um territorio isolado, á situação de uma pequena Galiza, de incorporação facil e inevitavel. Para a Companhia de Jesus, que o Brasil fosse dos Portuguezes ou dos Hollandezes era isso indifferente para o vasto emporio mercantil que estava alli fundando. D. João IV não pôde realisar os planos do Padre Vieira, porque por um tratado secreto reconhecera á Hollanda o direito das conquistas feitas no Brasil; por que achando-se o Brasil abandonado pelo governo de Portugal ás guerras dos Hollandezes, as colonias portuguezas, pela sua propria energia e sob o commando dos sublimes patriotas João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, sacudiram o jugo estrangeiro, e depois de libertarem o seu territorio, offereceram-se espontaneamente á obediencia da metropole, que as abandonara!

O Padre Vieira mudou promptamente de politica; não pôde effectuar-se a offerta de Pernambuco aos Hollandezes como preço da paz, e

em vez d'isso tratou de engenhar varios planos de casamentos principescos para assegurar a estabilidade do throno a D. João IV á custa do holocausto da nacionalidade portugueza ou á França ou á Hespanha.

Com uma missão secreta em 1643, partiu o Padre Antonio Vieira para Paris encarregado de tratar do casamento do principe D. Theodosio com a filha do Duque de Longueville, vindo Condé governar Portugal como uma especie de Protector, e D. João IV iria ser rei do Brasil, aproveitando o acendrado patriotismo das Colonias portuguezas, que se tinham libertado dos Hollandezes. Este plano, achado em um manuscripto do Archivo da Casa do Marquez de Niza, não chegou a realisar-se pela circumstancia fortuita de a Duqueza de Longueville apparecer casada clandestinamente com Lauzan.

Sempre fertil em expedientes e *com labia,* o Padre Vieira architectou outro plano de casamento do principe D. Theodosio com a filha mais velha do Duque de Orleans, Mademoiselle de Montpensier. O pae da noiva vinha tomar conta do governo de Portugal. O Duque de Orleans, vendo os negocios de Portugal mal parados, não acceitou a proposta, allegando que tinha certos compromissos com o Pretendente de Inglaterra. Mais ainda em 1647 lhe foi proposto que ficaria o principe rei do Algarve, casando a infanta D. Catherina com o Duque de Beaufort. Por via do casamento d'esta infanta é que se entregou Bombaim á Inglaterra, que apoderando-se logo

d'essa parte do imperio da India nunca mais deixou o leilão d'esta nacionalidade como fiel alliada.

O biographo jesuita André de Barros, conta como o Padre Vieira se achou em Roma em 1649, combinando com o jesuita Gonzales de Mendoza o arranjarem o casamento do Principe D. Theodosio com a irmã de Carlos II de Hespanha, unificando-se assim as duas nações. O embaixador hespanhol Duque do Infantado enfureceu-se quando o jesuita seu adjunto lhe communicou este plano, e ameaçou o Padre Antonio Vieira de mandar assassinal-o, alardeando que o seu rei Carlos II não tratava com um rebelde e que lhe pertencia Portugal sem recorrer á indignidade de um tal casamento.

Vivendo e respirando na atmosphera da intriga politica, o Padre Vieira, que andava munido de plenos poderes para tratar d'estes casamentos reaes, e como o de D. Theodosio falhara, architectou uma empreza: volveu-se para um projecto de casamento da infanta D. Catherina com D. João d'Austria; e por accordo com a Hespanha, D. João IV passaria para o Brasil com o titulo de Rei. Mas o rei de Hespanha não chegou ao preço; não queria dar tanto pelo reino de Portugal, e limitava-se, segundo Mr. Vicoquefort, a consentir que D. João IV ficasse Rei do Archipelago dos Açores, ou, por ultimo alvitre, simplesmente rei da Sicilia. Falharam todas estas intrigas em que o Padre Vieira se poz tanto em evidencia, deixando quasi que a descoberto o jogo diplomatico da Companhia de Jesus. Por

este motivo foi mandado recolher ao Maranhão em 1650. Já no Maranhão recebeu a noticia do falecimento do Principe D. Theodosio em 1553, com dezenove annos de edade. A morte em seguida de D. João IV não embaraçou Vieira na elaboração dos seus antigos planos. [1] Segundo instrucções secretas de D. João IV á rainha D. Luiza de Gusmão, quando ella não pudesse sustentar a guerra defensiva contra a Hespanha, de-

---

1 Além dos planos dos casamentos principescos, eram tremendos os da politica internacional de D. João IV:

Para firmar o seu throno, afastando a hostilidade da Hollanda, emergente das luctas com Hespanha, D. João IV reconheceu aos Hollandezes todas as conquistas que tinham no Brasil, isto é, cedia-lhes Bahia, Pernambuco e Maranhão. Conhecendo o genio e caracter do Bragança, os Hollandezes e Inglezes já lhe tinham proposto a cedencia da India. D. João IV sentia a necessidade de desfazer-se d'esse embaraço da India e exclamava: "*Prouvera a Deus, que eu pudesse abandonar com honra a India Oriental.*" E que movel o embaraçava de realisar essa espantosa loucura? Elle dá a rasão com toda a inconsciente insania: "Que o unico motivo que lh'o estorvava era o interesse da religião; os Hollandezes e Inglezes já lhe haviam feito varias propostas sobre aquelle particular, mas estremecia quando pensava que a religião catholica havia de ser substituida pela dos herejes." (Ap. *D. João o 4.º*, p. VIII, por J. de Vasconcellos.) Com estas hesitações fanaticas D. João IV não attenuou a malevolencia de Roma contra a independencia de Portugal: "A todas as humilhações e miserias havia a juntar o procedimento indigno da Curia. Quatro Papas, Urbano VIII, Innocencio X, Alexandre VII e Clemente IX, qual d'elles mais cobarde, recusaram receber durante 27 annos os enviados de Portugal, com medo das represalias dos Hespanhoes, e só os admittiram depois do tratado especial na Paz de 1667." (*Id., ib.*, p. XV.)

via abandonar Portugal ao invasor e fugir para o Brasil com a familia real e ali fixar o throno e a Dynastia de Bragança. Em 1660, vendo D. Luiza de Gusmão que, pelo tratado dos Pyreneos entre a França e a Hespanha, Portugal se achava sem apoio para a sua resistencia, por conselho dos Condes de Cantanhede e de Soure, mandou ao governador de Pernambuco, Francisco de Brito Freire, que preparasse abrigo para a chegada da familia real. O Padre Antonio Vieira estava então mal visto na côrte, mas é certo que esteve a pique o realisar-se o plano que tanto o preoccupava.

Nas luctas tormentosas do reinado de D. Affonso VI, sob o governo do Conde de Castello Melhor, os jesuitas fôram separados da influencia que sempre tinham exercido na côrte. Para rehaverem o ascendente perdido, trataram de demolir D. Affonso VI, e conseguiram tirar-lhe o throno e a mulher, dando-os a seu irmão D. Pedro II. N'estas intrigas preparatorias, o pretendente quasi fratricida, patrocinado pela Companhia de Jesus, era denominado o *Encoberto*, e é a D. Pedro II que se referem as Prophecias sebastianistas que os jesuitas fabricavam em nome do sapateiro Bandarra.

Vieira entrou no plano da deposição do monarcha que repellira os Jesuitas da governação. Para sustentar no espirito popular as esperanças da vinda de um salvador, o *Encoberto*, que era D. Pedro II, imitou sobre fragmentos das Trovas do Bandarra, prophecias com Commentarios seus, os sonhos do *Quinto Imperio*, manipulando

a seu geito as prophecias danielicas. A esta *labia* chamou a Inquisição crendice supersticiosa. E tendo sido desterrado para o Porto, e logo depois para Coimbra, ahi foi prezo em 2 de Outubro de 1665, até 24 de Dezembro de 1667, sendo sentenciado a silencio perpetuo.

Por causa d'estas prophecias se viu o Padre Vieira envolvido em um volumoso processo da Inquisição (então governamental) e que assim dava um cheque á Companhia de Jesus (que era opposição); mas tudo mudou subitamente, desde que a Companhia poz no throno D. Pedro II e o fez o carcereiro de seu proprio irmão. Restaurado o poder jesuitico no governo de D. Pedro II, ainda appareceu um projecto de casamento da filha d'este com o principe castelhano, em 1676.

Triumphante a facção de D. Pedro II, Vieira viu-se solto, e prégou na côrte na quaresma de 1669, partindo para Roma, prégando ahi em julho de 1670.

Vieira regressava a Portugal em 1675, mas na côrte tinham medo d'elle, como declara o Conde da Ericeira: «o seu juizo era superior e não egual aos negocios;» e tratava-os «mais subtilmente do que o comprehendiam os outros principes e ministros.» N'estas subtilezas consistia o jogo da Companhia; por isso, como elle já nada aproveitava aos interesses da corporação, foi atirado para o canto, recolhendo-se á Bahia em 27 de janeiro de 1681, vegetando sem importancia em um Collegio até ao momento da sua morte.

A vida em Roma, proporcionara a Vieira a

larga exhibição dos seus talentos; Christina da Suecia, que ahi vivia entre os homens cultos, quiz ouvir-lhe os sermões. Resentido dos vexames que soffrera na Inquisição de Coimbra, e do que pudera observar n'esse antro, collaborou nas *Noticias reconditas* com a revelação dos processos criminaes com que eram julgados, condemnados, executados e confiscados os bens dos infelizes que por denuncias anonymas eram envolvidos n'essa apertada rêde. Tambem advogava perante Clemente X a causa dos Christãos novos. Mas a Companhia de Jesus receiou-se d'esse intervencionismo em negocios tão delicados, e sendo-lhe attribuidos o *Papel critico a D. Pedro II*, e o *Discurso em que se prova a vinda de D. Sebastião*, apocryphos; vivendo no olvido, viu-se tambem exposto ás intrigas locaes, que chegaram a envolvel-o na cumplicidade de um crime de assassinato imputado a seu irmão, e malquistado com o Geral por supposta aliciação de voto. Aos 90 annos, veiu a falecer de uma queda na escadaria do seu Collegio.

Tendo o P.e Vieira nascido em 6 de fevereiro de 1608 e falecido em 18 de julho de 1697, abrange a sua existencia activa quasi todo o seculo XVII, o seculo bem caracterisado pelas grandes syntheses philosophicas do *Baconismo* e do *Cartesianismo*, da creação das Academias scientificas, e da Diplomacia. O julgamento de Vieira faz-se perante este quadro; em que cooperou elle? Dispendeu a sua actividade nas estereis intrigas politicas em que muito prejudicou a combalida au-

tonomia da nação portugueza. Com a sua phantasia e subtileza do pensamento, com a facilidade improvisadora, como profissional da rhetorica fez no seculo XVII sermões, com a mesma fé com que na epoca do parlamentarismo encheria as sessões com discursos tachygraphados no Diario das Camaras.

§ III

Historiographos, Moralistas, Viajantes, Epistolographia

A fórma litteraria da Historia não escapou á perversão do estylo culteranista, soffrendo a sua concepção do estado mental dos narradores, que fôram principalmente frades, escrevendo na apathia da clausura, sob preceito de obediencia á ortodoxia, em uma atmosphera de lendas e milagres, que os levava a aceitarem os documentos historicos com consequente apocryphismo. Os interesses da religião e o facciosismo patriotico cooperavam n'esta degenerescencia da historia, conhecida pelo titulo de Falsos Chronicões, e em que os antiquarios de Hespanha e Portugal, com Higuera e Lousada, se entendiam e auxiliavam na exhibição de authenticos diplomas.

a) *Chronistas e Historiographos.* — A abbadia de Alcobaça recorria a mui piedosas fraudes, e Fr. Bernardo de Brito, membro d'essa corporação, inquinou o seu talento n'este espirito Antes de professar no mosteiro de Alcobaça aos

dezesseis annos, onde Balthazar de Brito e Andrade tomou o nome de Frei Bernardo de Brito, elle estivera em Italia junto de seu pae. Em Roma teve conhecimento do grande problema de alargar as noticias da Historia classica, penetrando nos tempos fabulosos por novos descobrimentos archeologicos devidos a Annio de Viterbo. D'ahi até aos descobrimentos egyptologicos e assyriologicos passaram-se bem tres seculos, para se lêrem os documentos geroglyphicos e cuneiformes. Fr. Bernardo de Brito caíu no engano do seu seculo, e obedeceu á phantasia do seu temperamento poetico. Em 1597 publicou a primeira parte da *Monarchia Lusitana*, em que narrou imaginosamente uma pre-historia de Portugal, em que a Lenda troyana era então geralmente considerada o ponto de partida da Historia universal. Por este producto da erudição do tempo, entendeu que lhe era devida uma mitra, e por certo Philippe II lh'a concederia; mas armaram-lhe uma terrivel cabala; em 1597 apparece publicada e coordenada a *Sylvia de Lisardo*, sonetos e romances amorosos com uma continuação do *Sonho de Chrisfal* e malevolamente a attribuiram a Fr. Bernardo de Brito. Philippe II não lhe concedeu a mitra, sob pretexto que tendo nascido em 1569 não tinha os trinta annos, edade canonica para o episcopado; Fr. Bernardo de Brito ainda allegou que nascera em 1568, mas baldadamente. Em compensação Philippe II nomeou-o Chronista-mór do Reino; n'esta situação publicou em 1609 a segunda parte da *Monarchia Lusitana*.

Falecendo no vigor da edade em 1617, tratou-se de nomear um novo Chronista-mór; pretendeu esse cargo Diogo de Paiva de Andrade, filho do antigo chronista Francisco de Andrade, e para mostrar a sua competencia publicou um *Exame de Antiguidades*, analysando os destemperos de Fr. Bernardo de Brito. A ordem sentiu-se ferida, e Fr. Bernardino da Silva saíu em *Defensão da Monarchia Lusitana*. A razão estava do lado de Paiva de Andrade, mas não ganhou a partida, porque foi nomeado *Chronista-mór do Reino* D. Manuel de Menezes, que commandava a Armada portugueza que naufragou nas costas de França em 1627. Na *Epanaphora tragica*, em que D. Francisco Manuel de Mello narra este tremendo naufragio, de que escapou, deixou noticia dos talentos historicos de D. Manuel de Menezes, para quem os seus auctores preferidos eram Tacito e Thucydides:

«Viveu largos annos retirado, em os quaes fazendo grande cabedal de estudos, se declarou pretendente ao officio de Chronista-mór, que alcançou pelos annos de 1618, por morte do famoso historiador Frey Bernardo de Brito; o qual officio (pela de D. Manuel) tornou logo á Religião de São Bernardo em que se continua; succedendo-lhe, *a despeito de varios e dignos pretendentes* [1] o Doutor Frey Antonio Brandão, cujo

---

1 Refere-se evidentemente a Diogo de Paiva de Andrade, que pretendia succeder a seu pae Francisco de

sobrinho, discipulo e successor immediato he hoje (1657) o Doutor Fr. Francisco Brandão, que tantos eruditos testemunhos como livros, tem dado de seu talento.

«Na occupação de Chronista, sabendo eu tudo o que D. Manuel escreveu, (porque, já n'aquelle tempo elle me tratava como a discipulo, já o ajudava a dispôr alguns papeis e anotar-lhe as noticias que continham) me affirmo, em que só deixou escrito a boa parte da *Chronica de El Rei Dom Sebastião*, com que, violentado de ordens reaes, determinava sahir á luz em breves dias; e nos que durou a jornada, que tão tragicamente rematamos, escreveu no mar e porto a *Restauração da Bahia* tambem por expresso mandamento d'El Rey; uma e outra eram historias seccas, e de extraordinario estilo, porém fiel; que ambas se devem conservar entre seus papeis. Tinha de muitos annos impressa uma Relação em portuguez e latim do Successo e batalhas que teve na Náo São Julião, com a qual, sendo Capitão-mór d'aquella viagem se perdeu na Ilha de Comoro, além de Madagascar ou S. Lourenço. Aos ordinarios Livros de Linhagens, havia feito certos Escolios e Notas, muito mais conformes com a verdade, que com a politica.» *(Ib., p. 265.)*

Como notou D. Francisco Manuel de Mello, o cargo de Chronista-mór volveu á Abbadia de

---

Andrade no cargo de Chronista-mór do Reino, atacando a *Monarchia Lusitana* por falta de criterio no *Exame de Antiguidades*;

Alcobaça, sendo nomeado Fr. Antonio Brandão, que em 1632 publicou a 3.ª e 4.ª parte da *Monarchia Lusitana*. Conhecedor da critica diplomatica, as suas narrativas fundamentam-se em documentos authenticos, no periodo até então quasi ignorado, desde a vinda de Henrique de Borgonha a Portugal até ao reinado de D. Affonso III. Herculano, que estudou este chronista, foi norteado pelo seu texto, parando na *Historia de Portugal* até aonde Fr. Antonio Brandão imprimiu. Sanchez Miguel, no Elogio que fez de Herculano, dá noticia de uma outra parte dos ineditos da *Monarchia lusitana* de Brandão, no Escurial, e aventou, que se Herculano conhecera esse inedito talvez continuaria o seu trabalho. Os Chronistas que levaram a *Monarchia* até á 8.ª parte, Fr. Francisco Brandão, Fr. Raphael de Jesus e Fr. Manuel dos Santos cáem na pecha commum dos annalistas claustraes, em que a ornamentação do estylo se tornou exclusivo cuidado.

Frei Luis de Sousa, é de todos os Chronistas do seculo XVII o mais celebrado, attribuindo-se-lhe o maior purismo na dicção portugueza. Escreveu a *Vida de Frei Bartholomeu dos Martyres*, e a *Chronica de Sam Domingos*; porém d'estas obras apenas lhe pertence o estylo, porque os materiaes de investigação historica tinham sido amontoados pelo desconhecido Frei Luiz de Cacegas, falecido, segundo Barbosa Machado, em 1616, o qual tinha percorrido o paiz por mais de vinte annos. Os superiores da ordem dominica-

na, conhecendo os talentos cultos de Frei Luiz de Sousa, excellente poeta latino, mandaram que se lhe entregassem os manuscriptos de Cacegas, para que os apurasse e os vestisse com a exposição rhetorica. Contava Frei Luiz de Sousa pouco mais de sessenta annos, essa edade apathica em que o dizer toma uma fórma conceituosa e auctoritaria. Liberto do trabalho das investigações, que tanto ensina ao historiador a critica da importancia e vitalidade dos factos, entretinha-se Frei Luiz de Sousa descansadamente a arredondar phrases, e a soprar as simples narrativas de Frei Luiz de Cacegas. No emtanto confessa quanto deve ao ignorado obreiro: «Frei Luiz de Cacegas, a cujo nome e trabalho se deve *a parte mais substancial* da presente escriptura, e dos outros dous volumes...» E accrescenta: «Serviramme os seus caminhos para eu poder escrever assentado, quieto e escondido no canto da cella...» [1] Sobre o valor de Frei Luiz de Sousa como chronista, transcrevemos o testemunho insuspeito do seu melhor biographo, D. Francisco Alexandre Lobo: «Estes Chronistas quasi nunca são muito habeis, e raramente podem ou se atrevem a saír da esphera que o costume, a authoridade dos superiores, e as ideias na corporação dominantes lhes tem assignado. A fundação dos Conventos ou Mosteiros, o descahimento e reformas, as vidas espirituaes e reformas dos alumnos, enchem

1 *Chr. de S. Domingos*. P. II, liv. 4, c. 7.

totalmente a dita esphera; de ordinario os casos politicos e ainda militares, com que estes se prendem, as alternativas da litteratura, as causas do descahimento, os meios sabios e efficazes de reforma, são deixados com descuido muito digno de censura. Não accusarei ou arguirei Frei Luiz de Sousa de ir aqui pela vereda dos mais Chronistas: Sei que não foi a arbitrio seu... Mas nem por isso deixarei de confessar, que a sua Chronica é n'esta parte como poucas, posto que com algumas excepções similhante ás outras; e que não deve servir de exemplar no tocante á selecção dos factos graves e momentosos, que podem interessar e aproveitar a grande numero de leitores.» [1] Eis a severa opinião do Bispo de Vizeu sobre a *Chronica de Sam Domingos.*

Sobre a *Vida de Frei Bartholomeu dos Martyres*, tão inconscientemente admirada, falla o erudito Bispo de Vizeu citando a sua falsidade historica: «o Arcebispo, que na maior parte dos casos representa um honrado principe da egreja, aqui e alli parece sómente um frade rasteiro; e fôra melhor que o oraculo de Trento, o desenganado e intrepido conselheiro do Vaticano ou de Belvedere se não mostrasse comendo as couves grosseiras em tisnada escudella nas choupanas de Barroso. Eu creio que Frei Luiz de Sousa errou n'esta parte por seguir os papeis de Cacegas...» (*Ib.*, p. 153.) Frei Luiz de Sousa ser-

---

1 *Obras*, t. II, p 151.

viu-se d'estas pequenas anecdotas do Arcebispo para encobrir as manchas da sua individualidade historica, que apparecem de um modo miseravel nos documentos da terrivel epoca da perda da nacionalidade portugueza. Em hostilidade com Roma, por não lhe acceitarem as decisões do Synodo que celebrou em Braga em 1566; em demandas continuas com o seu cabido; em conflicto com a jurisdicção secular, não consentindo que entrasse em Braga uma alçada mandada por D Sebastião; em recriminações contra D. Catherina por ceder a regencia ao Cardeal D. Henrique, o celebrado Arcebispo está longe de ser essa figura extactica repintada por Frei Luiz de Sousa. Elle se oppoz ao movimento de resistencia nacional no Minho, exercendo a sua auctoridade moral e religiosa em fazer reconhecer Philippe II, refugiando-se em Tuy desde que viu que lhe era momentaneamente impossivel oppôr-se á corrente patriotica, e vindo ás côrtes de Thomar com os Arcebispos de Evora e Lisboa reconhecer a soberania do invasor. Frei Luiz de Sousa calava a verdade historica acobertando a sua deficiencia com as flôres recortadas do estylo culto. Philippe IV, por carta de 20 de outubro de 1627 escolheu-o para redigir a *Chronica de D. João III*; como o que se pretendia de Frei Luiz de Sousa era sómente o estylo, trataram de poupal-o a todo o trabalho de investigação; o secretario Francisco de Lucena mandou-lhe um livro dos despachos de Pero de Alcaçova, D. Luiz Lobo deu-lhe um manuscripto das cousas de Africa; Manuel Se-

verim de Faria offereceu-lhe uma *Chronica de D. João III* esboçada por Antonio de Castilho, as notas diplomaticas de Pero de Alcaçova, e uma *Chronica de Arzilla* por Pedro de Andrade Caminha. Para escrever os seus *Annaes de D. João III,* achados em um sotão da Bibliotheca das Necessidades e impressos em 1844, consultou o Chronista-mór de Hespanha Gil Gonçalves d'Avila: «que lhe parece bem escrevermos por annos, ao modo como escreveu o chronista del-rei D. João II de Castella, cujas obras vimos e lemos, e é de estimar.» Herculano, que publicou esses *Annaes,* diz que o manuscripto é «cheio de muitas emendas, *mais de estylo e de linguagem,* que de outra cousa; quanto aos successos da India resume João de Barros, e os da metropole «são pouco mais que uma série de apontamentos.»

A vida d'este escriptor antes de entrar na clausura foi envolvida em lendas romanescas, que vieram a suscitar um romance historico por Ferdinand Denis e o admiravel drama de Garrett. Os documentos encontrados no Archivo Nacional desfazem essa atmosphera de sonho que envolve os desalentos pela catastrophe de Alcacer Kibir, a perda da autonomia portugueza e esse impeto de renuncia mystica lançando as individualidades mais distinctas na ascese monachal. Frei Luiz de Sousa é o nome que apagou no claustro o nome civil e nobiliarchico de Manuel de Sousa Coutinho, 4.º filho de Lopo de Sousa Coutinho, descendente do Conde de Marialva; nasceu em Santarem por 1555, indo habilitar-se para a no-

meação de uma Commenda com o noviciado na ordem de Malta para ahi ser armado Cavalleiro, o que se fixa por 1576. Foi ao regressar de Malta, que uma galera de piratas mouriscos aprezou o navio em que vinha, sendo então levado para o cativeiro de Argel, seguindo os tramites em que foi negociado o seu resgate ainda não passado um anno. Levado para Valencia, ahi permaneceu Manuel de Sousa Coutinho cerca de dois annos, tendo-se alli relacionado com Jaime Falcão, poeta latinista e especialmente mathematico. As desgraças de Portugal o forçaram a voltar para Lisboa pelo luto commum, e a assistir ás angustias do *tempo das alterações* e das traições. Entre 1584 e 1586, em que se fixa o seu casamento com D. Magdalena Tavares de Vilhena, vivendo em Almada, tinha Manuel de Sousa Coutinho a patente de coronel de 700 infantes e 100 cavallos. Casara com D. Magdalena de Vilhena, viuva de D. João de Portugal, que morrera na batalha de Alcacer Kibir, como refere Fr. Bernardo da Cruz na *Chronica de D. Sebastião*, incluindo o seu nome na lista de outros cavalleiros ahi mortos. Tinha D. Magdalena de Vilhena d'este seu primeiro casamento duas filhas e um varão, o que obstava a um casamento precipitado, por que possuia bens proprios, dote e successão de heranças, que tinham de ser partilhadas com os filhos. Desfaz-se portanto a lenda do apparecimento de D. João de Portugal, quando D. Magdalena de Vilhena já vivia em Almada com o segundo marido. É ahi que se dá o episodio heroico do

incendio que este poz ao seu palacio em 1599, quando os Governadores do Reino ahi tencionavam refugiar-se da peste, que em Lisboa grassava. Por esse acto de independencia, teve Manuel de Sousa Coutinho de refugiar-se em Madrid, d'onde regressou em 1606. Não abandonara as suas distracções litterarias, imprimindo, em 1600, as poesias latinas de Jayme Falcão, e ao mesmo tempo entregando-se a negocios que o fizeram embarcar para o Brasil, e como deixa entender nos *Annaes de D. João III*, aproximando-se das Indias orientaes. Na volta a Portugal confinou-se na vida domestica, com a esposa e uma filha unica D. Anna de Noronha, e, convivendo com homens cultos, formou uma douta academia. Esta serenidade de espirito, que durara outo ou nove annos, desmoronou-se pelo falecimento d'essa filha unica. Que mais era preciso, para que os dois conjuges, ao entrar na velhice, e na imitação ascetica, resolvessem, na sua angustia irreparavel, fazerem o *divorcio santo*, renunciarem ao mundo? Camillo formulou como psychologo: «Os exemplos eram bastantes como incentivo. Já Francisco de Sousa Tavares, pae de D. Magdalena, vestira o habito na Provincia da Piedade, e morrera no mosteiro de Santo Antonio de Aveiro. D. Luiz de Portugal, amigo de Manuel de Sousa, estava então no mosteiro de Bemfica (Fr. Domingos do Rosario;) — sua mulher D. Joanna de Mendonça recolhia-se ao mesmo mosteiro onde D. Magdalena de Vilhena professou...» Terminado o noviciado. Manuel de Sousa professou em

1614, no mosteiro de Bemfica. [1] Na vida de clausura Fr. Luiz de Sousa conformou-se com o dominio castelhano, e escreveu, por instancias de Philippe IV, os *Annaes de D. João III*, que ficaram ineditos até 1844. Faleceu em 1632, outo annos antes da Revolução nacional.

Jacintho Freire de Andrade, que já nas poesias se manifestara um exagerado cultista, como historiographo é um palavroso, que em vez do encadeamento dos factos busca o effeito das apostrophes, dos discursos póstos na bocca dos capitães á maneira de Tito Livio. Assim, depois de Frei Luiz de Sousa, é o estylista mais admirado pelos sectarios da tradição humanista dos collegios jesuiticos. Para comprazer com o Inquisidor geral D. Francisco de Castro, escreveu Jacintho Freire, abbade de Sambade e de Santa Maria das Chans, a *Vida de D. João de Castro, quarto Visorei da India*. Sobre o estylo d'este inchado panegyrico, escreve D. Francisco Alexandre Lobo: «Um estylo tão discreto, tão agudo, tão affectado, não diz com um heroe tão grave; diria melhor, por exemplo, com *Persiles e Segismundo*. Quer ser eloquente o auctor e não é senão inchado. A larga oração de Coje Çofar nem tem verosimilhança, nem tem em varios rasgos senso commum... Até o numero e cadencia das palavras

1 Na sua ultima composição, *Persiles y Segysmundo*, Cervantes tendo conhecimento do caso de Manuel de Sousa Coutinho, deu este nome ao personagem da sua novella, que era *um portuguez que morreu de amor*.

em todo o livro são pouco entendidos, porque fogem do que é dado á prosa, e vão entrar no que pertence á poesia. A cada paragrapho e quasi a cada oração topamos com versos.» *(Ib.*, t. II, p. 164.*)* É d'este livro que ainda hoje se extrahem os themas escholares.

Quando os Chronistas não tinham a preoccupação do estylo, unica fórma da sua individualidade, plagiavam as relações manuscriptas; assim as *Doze excellencias da China*, escriptas pelo missionario portuguez Padre Gabriel de Magalhães, em 1668, e mandadas traduzir para francez pelo Cardeal d'Estrées, com o titulo *Nouvelle Relacion de la Chine*, acham-se incluidas no *Vergel de plantas e flores* de Frei Jacintho de Deus, (de p. 149 a 264) titulo verdadeiramente culteranista para um livro de historia.

Tambem o jesuita P.^e^ Balthazar Telles publicou em 1660 uma *Historia geral da Ethiopia Alta ou o Preste João*, em que plagiou á vontade a até hoje desconhecida, *Historia da Ethiopia*, do P.^e^ Pedro Paes, em 4 livros, com os resultados de vinte e dois annos de viagens, a qual por sua morte em 1622 fôra enviada para Roma ao Geral da Companhia. Aproveitou-se mais Balthazar Telles da obra do P.^e^ Manuel Barradas, em tres tratados, *Do estado da santa Fé romana na Ethiopia; Do reino do Tigre e seus mandos na Ethiopia;* e *Da cidade de Aden.* Outro Jesuita, Manuel de Almeida, escreveu, dividida em dez livros, uma *Historia de Ethiopia Alta ou Abassia imperio do Abexim, cujo rei vulgarmente é chama-*

do Preste João. O plagio do P.^e Balthazar Telles verifica-se pela recente publicação da Historia d'estes trez viajantes do principio do seculo XVII em Roma em 1905-906, na collecção intitulada *Rerum Athiopicarum Scriptores occidentales inediti a saeculo XVI a XIX,* encetada em 1903 por Camillo Beccari. Ahi occupam o principal logar os trez portuguezes nomeados.

Modernamente se descobriu a obra do P.^e Fernão Queiroz, auctor da *Conquista espiritual de Ceylão,* em que historía o antigo dominio portuguez até ao cêrco de Galle pelos Hollandezes em 1640. Fernando Queiroz nasceu em Canavezes em 1617, sendo admittido na Companhia em 26 de Dezembro de 1631, e enviado para Cochin em 1635, onde professou. Nomeado reitor de Puna e de Baçaim, depois Superior e Provincial de S. Paulo em 1688. Chegou a licenciar para a impressão e dedicada ao Vice-Rei Francisco de Tavora a *Conquista espiritual de Ceylão com muitas outras proveitosas noticias pertencentes á composição e governo do Estado da India.* Foram publicados os capitulos 12 a 15 d'esta obra em 1902, por De Vos, em dois fasciculos. N'esta obra manifesta-se a esperança da reconquista de Ceylão, terminando o auctor expondo *«o que mais anime Portugal pera recuperação d'aquella Ilha.»* [1]

---

1 Falla d'esta obra do P.^e Fernão Queiroz Paulus E. Pieris, *Ceylon: The Portuguese Era,* em 2 vol., em que historía o dominio portuguez.

D. Francisco Manuel de Mello. — É o unico escriptor seiscentista, que apresenta uma elevada concepção da historia, influindo na fórma pittoresca e viva das suas *Guerras da Catalunha.* Ninguem na Europa o egualava no vigor das narrações e no exame das causas moraes dos factos com um criterio adquirido na vida real sendo parte activa nas revoluções politicas, tambem victima das arbitrariedades da força, como prudente nas missões diplomaticas, e ainda excellente poeta, com o dom de animar o que se passara ante os seus olhos ou o que o impressionou profundamente. O seu alto criterio historico revelado nas *Epanaphoras*, impõe o dever de o estudar na *Historia de los Movimientos, Separacion y Guerra de Cataluña*, escripta sob os ferros del-rei. Embora escripta em castelhano, este escriptor bilingue é, segundo Ticknor e o seu traductor Gayangos, «muy de notar que en uno y otro idioma obtuve los honores de escritor classico.» *(Hist lit. esp.*, III, 399.) No meio do desvairado culteranismo, o seu estylo vigoroso e animado «bastantes vezes lembra Tacito com o seu pensado laconismo e bruscas transições (Ticknor); o grande critico francez Philarète Chasles, na sua *Voyage en Espagne* (p. 283) assim o julga: «acha-se alli o movimento dramatico de Thucydides e de Herodoto, sem esforço, sem imitação da antiguidade.» E apreciando o seu estylo, observa este eximio critico: «A simplicidade viril do estylo, alheio aos ornamentos ridiculos com que a poesia se arreiava então; a liberdade dos juizos,

o vigor com que os caracteres se desenham, são dignos do assumpto. Vê-se alli uma nação impetuosa combatendo pelos seus direitos...» Ticknor resume em poucas linhas o quadro contido no livro da *Guerra da Catalunha:* «a pintura dos primeiros alvorôços de Barcelona na festa de Corpus, quando a cidade se encheu de ceifeiros e labrêgos descidos da montanha; a lucta das facções oppostas e desesperadas, as questões e debates suscitados na Junta da generalidad de Catalunha e as discussões daquella que mandou formar em Madrid o Conde de Olivares; o frustrado ataque ao castello de Monjuich pelas tropas reaes e sua desastrada retirada, são quadros pintados com o vigor e colorido que só podia dar-lhe um homem penetrado dos mesmos sentimentos e testemunha occular das animadas scenas que descreve: narrando sómente os successos de seis mezes, que correspondem a fins de 1640 e principios de 1641.» *(Ib.,* III, 400.) Teria D. Francisco Manuel de Mello intenção ou plano de narrar «os successos e ruinas das armas do rei na Catalunha?» Diz elle no prologo: «Largo é o theatro, dilatada a tragedia, *outra vez nos encontraremos;* já me conhecerás pela voz, eu a ti pela censura.» É possivel que este livro acordasse terrores no animo assustadiço de D. João IV, tornando-lhe mais angustioso e prolongado o carcere. Revela-o o abalo moral que impelliu o historiador para a composição de livros asceticos, abandonando de vez o seu plano da obra que o revelou á Europa como um bom historiador.

Os Moralistas. — A theologia especulativa, tornando-se incompativel com a rasão, dissolvia-se nas considerações e disciplina dos costumes constituindo uma moral. Os moralistas portuguezes do seculo XVII ampliavam a prédica nas reflexões casuisticas, abonadas pela erudição patrologica e por contos e parabolas com artificiosas alegorias. Quão longe d'esse caracter secular das *Maximas* de Larochefocauld, dos *Caracteres* de la Bruyère, estudando o homem nas suas relações humanas. Considera-se o P.e Manuel Bernardes, da Congregação do Oratorio, como um luminar de estylo nas obras *Exercicios espirituaes e Meditações da Via purgativa*, os *Ultimos fins do homem*, *Tratados varios*, *Luz e Calor* e *Nova Floresta ou Sylva de varias Apophtegmas e Ditos sentenciosos espirituaes e moraes*. Compilações de variada e incoherente leitura em trinta e seis annos de apathia claustral. A meditação banal incidiu na forma litteraria, sempre perfectivel quanto mais se copia; o seu estylo unctuoso e monotono, sem nascer das emoções e contraste da vida, é um pouco anesthesico. A lingua portugueza perde ali a sua tonalidade mascula, imperativa. Segundo os assentos de baptismo da Freguezia do Loreto, (Liv. 6, fl. 10) Bernardes nasceu em 1644, e foi baptisado na egreja da Encarnação em 27 de Agosto, sendo seus paes João Antunes e Maria Bernardes. Em um Ms. da Collecção pombalina (n.º 305, fl. 46) ha modificações n'esta filiação, sendo filho de Maria Bernardes e de Domingos Leite Pereira, escrivão do Civel da

Côrte, que tinha n'aquelle tempo mais de 400$ reis de renda. Teve varios irmãos e irmãs, quasi todos frades e freiras, e dois sobrinhos tambem Oratorianos, P.es João Bernardes e José da Silveira.

D. Francisco Manuel de Mello, na sua *Carta de Guia de Casados*, elle que foi um frècheiro e tanto soffreu por suas aventuras galantes, traçou um quadro de perfeita moral humana, repassada de suaves ironias no meio das insanias do seu tempo; foi um lampejo de sua alma atormentada em vago momento de uma philosophica conformidade. Lê-se com o encanto das graças do estylo, e pela curiosidade descriptiva da vida domestica portugueza. Em 1630 publicava Diogo de Paiva de Andrade, sobrinho do celebre theologo quinhentista, um pequeno tratado do *Casamento perfeito*, adstricto ao dogmatismo catholico. A *Arte da Galanteria* de D. Francisco de Portugal, escripta em castelhano, segundo a praxe da côrte, é tambem uma moral pratica na forma agradavel «pelas anecdotas que pintam bem o estado da alta sociedade do seu tempo.» (Ticknor, *Hist.*, III, 428.) Foi publicada em 1670, trinta e outo annos depois da sua morte.

c) *Os primeiros Jornaes em Portugal.* — Na *Politica positiva* definiu Comte este phenomeno, que hoje se appellida o quinto poder do estado: Do *Jornalismo*, escreve o philosopho: «instituição anarchica, nascida da impotencia do theologismo, que floresce pela irracionalidade empirica

do parlamentarismo e dos Governos de expediente. *(Op. cit.*, IV, 382.) E definindo-o historicamente: «Suscitou-o o antagonismo popular: — preponderа n'elle o caracter subversivo.» *(Ib.*, IV, 477.) O apparecimento dos primeiros *Jornaes* em Portugal deveria ter influido algum tanto na forma da redacção historica. Em 1625 Manuel Severim de Faria publicou a *Relação universal do que succedeu em Portugal e mais provincias do Occidente e Oriente de Março de 625 até todo o Setembro de 626;* e continuou essa Relação *até Agosto de 1627.* Forma parte das trinta *Relações* que Manuel Severim de Faria escreveu desde 1610 até 1641, que se guardam na Bibliotheca nacional (Cod. 241.) Graves acontecimentos provocaram o interesse pelas noticias immediatas, dando-se-lhe uma forma avulsa. Assim no mez de Dezembro de 1641 começou-se a publicar o primeiro periodico portuguez com o titulo de *Gazeta,* tomado das primeiras folhas avulsas italianas. Era um fasciculo mensal in-4.°, com seis paginas, a *Gozeta em que se relatam as novas todas que ouve n'esta Côrte e que vieram de varias partes.* Na *Gazeta* de 1642, lê-se com relação a Bandarra: «Fez El-rei nosso Senhor mercê a um bisneto de *Bandarra* de uma Capella com que se pode sustentar sufficientemente.» *(Panorama,* vol. III, 153.) Vê-se que D. João IV acreditava nas *Trovas* do sapateiro de Trancoso, e que se identificava com o *Encoberto*, como o tratara já D. Francisco Manuel de Mello. A *Gazeta* dava noticias dos sucessos do paiz, principalmente da guerra

entre Portugal e Hespanha e do estrangeiro; o seu preço era taxado em seis reis por cada folha. Durou a *Gazeta* até fins de 1647, sendo em data de 4 de Novembro passado um alvará de privilegio a Manuel de Galhegos como proprietario da folha periodica; o auctor da *Gigantomachia* e do *Templo da Memoria,* vivera alguns annos em Madrid; e tendo viuvado de sua mulher D. Luiza Freire Pacheco, fez-se padre, falecendo em Lisboa em 9 de Junho de 1665.

Talvez devido a esta situação de Galhegos, appareceu em janeiro de 1663 o *Mercurio portuguez,* redigido pelo secretario de estado Antonio de Sousa Macedo, publicando-se mensalmente até 1667; vê-se que pertencia a esse periodo de governo do Conde de Castello Melhor, como meio de reagir contra as insidias dos partidarios do pretendente D. Pedro, irmão de D. Affonso VI, por elle desthronado. Sob o systema de segredo da influencia jesuitica não se publicaram mais *Gazetas,* até que em 1715 appareceu em 10 de Agosto um 1.º numero das *Noticias e estado do Mundo,* que passou do 2.º numero em diante com o titulo de *Gazeta de Lisboa,* durando até 1760 sob a pressão da mais estricta censura, occultando todas as relações com as nações europeias.

Epistolographia — As Cartas, sendo essencialmente documentos, tornam-se uma forma litteraria, pela sua espontaneidade despretenciosa, pela revelação intima de sentimentos, pelas narrativas pittorescas de factos pessoaes, quando sobretudo referem estados de alma. Exemplificam estas ma-

nifestações as Cartas espirituaes de Fr. Antonio das Chagas; são do maior interesse as Cartas de D. Francisco Manuel de Mello pelo seu valor autobiographico revelando as iniquidades contra que debalde luctava. Desde os dezesete annos Vieira foi encarregado de redigir as *Annua* da Provincia brasileira, restando apenas 5 cartas de 1624 e 1625, a do Collegio da Bahia aquella em que descreve de visu a tomada da Bahia pelos Hollandezes. N'esta pratica formou o seu estylo conciso e nitido das suas numerosissimas Cartas; poucas são as impressas, algumas ineditas e dispersas, muitissimas perdidas. Chegam as cartas impressas de 6 de Abril de 1648; continuam-se em 19 autographos de 20 de Abril a 31 de Agosto d'esse anno, dirigidos ao Marquez de Niza, no periodo em que se tratava da Paz da Hollanda, e ainda outra a Francisco de Sousa Coutinho sobre o mesmo facto. A carta de 6 de Junho de 1650 a D. João IV, sobre a missão de Roma, com as de 5 de Outubro de 1653, nas Noticias do Maranhão e na Relação da Viagem ao Amazonas, ao Provincial de Lisboa; as Cartas de 1673 a 15 de Março de 1674 (na *Deducção Chronologica*) não foram collecionadas. Essa correspondencia explica a sua acção historica, e os seus intuitos politicos. Mas as Cartas de Marianna Alcoforado, conhecidas universalmente pelo titulo de *Cartas da Religiosa portugueza*, são o documento psychologico mais verdadeiramente sentido, que representam a alma portugueza no seculo XVII. Stendhal, Sainte Beuve e Barthe-

lemy Saint Hilaire emparelham-as com as Cartas de Heloisa. Embora essas Cartas só existam com o texto francez, revelam as construcções e modismos da syntaxe portugueza. Não devem passar desapercebidas na historia litteraria, quando através d'ellas transparece a expressão do genio nacional. A influencia politica da França na restauração de 1640, continuou-se sob outros aspectos, nos habitos da vida sumptuaria, na imitação dos *Ballets*, nas ideias economicas dos nossos estadistas, prolongando-se até ao seculo XVIII com o pseudo-classicismo. [1]

CARTAS DA RELIGIOSA PORTUGUEZA

Em todas as litteraturas da Europa, e por todos os admiradores d'aquelles documentos espontaneos em que recebeu expressão incomparavel o sentimento do amor, as *Cartas da Religiosa portugueza* são conhecidas, e carinhosamente estudadas com espanto. Appareceram á luz da publicidade em 1669, talvez por uma indiscrição de vaidade do seu possuidor, e, constantemente reproduzidas, correram a varia fortuna de andarem confundidas com imitações apocryphas, e serem regeitadas por incompativeis com a ingenuidade do sentimento feminino por João Jacques Rous-

---

1 Escreve D. Francisco Manuel de Mello, em carta de 27 de Junho de 1650: "...em tempo que todos os portuguezes vestem pela *frasis franceza*, falle alguem pelo talho de França." (*Cartas*, Cant. v, n.º 46.)

seau, [1] chegando-se mesmo a negar a realidade da existencia da mulher que as escrevera, como o julgou Herculano. A verdade, no dominio do sentimento ou no das idéas, impõe-se e vence todos os preconceitos, quer dos costumes automaticos, quer das doutrinas autoritarias. A Europa sentiu que aquellas doridas *Cartas* eram o grito de uma alma, a estrangulação de um amor mentido, e admirou-as equiparando-as ás de Heloisa. As *Cartas da Religiosa portugueza*, assim denominadas pela consagração de trez seculos, não são obra de litteratura, producto da reflexão, que procura dar fórma a um vago ideal, e em que transparece uma individualidade consciente; são, como diria Zola, um *documento humano* apanhado em surpreza, que assim como foram parar á mão do livreiro Claude Barbin, que as explorou commercialmente, tambem poderiam formar parte de um Processo do Santo Officio. A confusão d'estes dois caracteres, litterario e espontaneo, é que embaraçou os criticos, que, como Camillo Castello Branco, já não duvidavam da existencia da mulher mas ainda suspeitavam da genuinidade das *Cartas*.

---

1 Em carta a d'Alembert, escrevia Rousseau considerando as mulheres como incapazes de sentir ou de descrever o amor, e para justificar tal asserção exemplificava com as Cartas de Sóror Marianna: «Apostaria com toda a gente, que as *Lettres portugaises* foram escriptas por um homem.» Rousseau conhecia todos os processos estylisticos, mas não a sinceridade da emoção.

— Quem escreveu, pois, essas *Cartas* attribuidas a uma Religiosa portugueza?

— Quando e a quem as escreveu?

— Como se determinou a sua authenticidade historica?

Estes trez quesitos encerram os aspectos da questão que se liga a este bello e supremo producto do soffrimento humano.

Estas trez perguntas já estavam cabalmente respondidas, antes de apparecer o importantissimo trabalho de Luciano Cordeiro, a quem estava destinada a gloria de restituir irrevogavelmente esta pagina luminosa á historia moral do seculo XVII, e este monumento imperecivel á nação portugueza. Antes de nos referirmos á sua viagem a Beja, em 1887, d'onde lhe resultou a descoberta de inapreciaveis documentos que escaparam á perspicacia de outros investigadores, vejamos o estado da questão antes da sua intervenção fecunda. Pelo exame bibliographico das edições das *Cartas*, mesmo antes do processo critico de Sousa Botelho em 1824, já se determinam cathegoricamente como authenticas *cinco cartas*; de mais não constava a edição de 1669, então denominada *Lettres portugaises*; porém n'este mesmo anno publicou-se uma segunda parte, contendo sete cartas, expressamente attribuidas a *une femme du monde*, com um estylo em nada comparavel ás *cinco cartas*, que ficaram constituindo uma primeira parte. Algumas edições, como a de 1672, reproduzem sómente as *cinco cartas* primitivas; mas a necessidade de distinguil-as das

que pertenciam a *une femme du monde,* fez com que o titulo de *Lettres portugaises* se alterasse para *Lettres d'une Religieuse portugaise,* como se começou a usar na edição de Colonia, de Pierre Marteau (sem data.) Infelizmente os livreiros baralhavam as duas séries de Cartas, pondo tudo debaixo do mesmo titulo, como na edição de 1686; em outras edições as sete cartas da Dama de sociedade antecedem as da freira, como na de 1688. Sousa Botelho, no seu estudo critico de 1824, deixou este problema resolvido, destacando as *cinco Cartas* como authenticas, tendo a intuição do sentimento antecipado a realidade dos factos.

A quem fôram escriptas as *Cartas?* Manifestando os editores completa ignorancia a principio, já na edição de 1671, de umas pretendidas respostas, dá-se como auctor d'estas *Le Chevalier de C.* Nas edições de 1678, 1681 e 1682 continua a ser reproduzida esta referencia, que na edição de 1688 se torna mais clara, dando-as como *écritas au Chevalier de C. Officier F. en Portugal.* Na edição de 1699, a inicial C já não é segredo, e na advertencia do livreiro lê-se: «O nome d'aquelle a quem fôram escriptas, é Monsieur *Chevalier de Chamilly,* e o nome d'aquelle que fez a traducção d'ellas é Guilleraque.» As *Cartas* tornaram-se um motivo de orgulho para aquelle que as recebera, e por isso deixara vulgarisar o seu nome, facto que não escapou a Saint-Simon, que pasmava como o bravo official, um tanto bronco, merecera uma paixão tão exaltada.

Quem escreveu as *Cartas?* Além do pro-

prio texto, vê-se que desde a edição de Colonia se attribuia a *uma freira portugueza.* Quem ella fôsse, parece nunca ter-se perdido a noticia da sua personalidade, por que Barbier, citando uma edição attribuida a 1778, explica a designação da *Chanoinesse portugaise,* «traduzidas do portuguez de MARIANNA ALCOFORADA, religiosa, pelo conde de Lavergne de Guilleragues.» O nome de *Marianna* constava das proprias *cartas;* o appellido de *Alcoforada* é que provém de uma informação historica. Esta informação, transmittida na curiosidade dos salões, foi escripta por mão intelligente em um exemplar das *Cartas,* de 1669, que em 1810 estava em poder do erudito Boissonade: n'elle se lia a noticia manuscripta: «*La religieuse qui a écrit ces lettres se nommait Mariana Alcoforado, religieuse à Beja, entre l'Extremadure et l'Andalusie. Le Cavallier à que ces lettres furent écrites était le* Comte de Chamilly *dit alors le* comte de Saint-Leger.»

Boissanade deu publicidade a esta nota manuscripta no *Journal de l'Empire,* de 5 de janeiro de 1810. Ficaram, pois, definidos os elementos da questão para serem comprovados. Sousa Botelho nada encontrou relativo á familia dos Alcoforados; mas nos *Tratados genealogicos* de Aguilar e Montarroio Mascarenhas, encontrou Camillo Castello Branco noticias dos Alcoforados de Beja, approximando nós depois em 1880 estes dados da referencia das *Cartas,* o que lhes fortificava a realidade e authenticidade: «ahi se nomeia o *irmão* que lhe facilita a remessa das *Cartas,* Mi-

guel da Cunha Alcoforado, companheiro de armas, que veiu a casar com D. *Brites* Montes, á

qual alludem as *Cartas*, como confidente de Marianna. Pela citada genealogia se vê que Marianna entrara *muito nova* para o convento da Conceição de Beja, tendo por companhia com *trez annos* de edade sua irmã *Peregrina* (nome que substituiu o de Maria, na profissão.» Sem reparar para estes dados, Camillo suspeitava que tal freira «apenas deu o amor e o nome para a vaidosa ficção.» (*Curso de Litt.*, p. 307.)

A importancia dos achados de Luciano Cordeiro no Deposito de Livros findos da Camara ecclesiastica de Beja é evidente; além do tino da investigação, que fazia dizer a Agostinho Thierry, que os olhos lhe pousavam no documento que elle procurava, era preciso tambem a feliz casualidade, o accidente fortuito, de entre centenares de volumes lançar a mão áquelle onde estava o que pretendia. Luciano Cordeiro procurava referencias a Marianna Alcoforado, e poisando a mão sobre um *Livro de Baptisados e Defunctos de Santa Maria da Feira d'esta Cidade de Beja, da Ordem da Cavallaria de sam Bento de Avis, que mandou fazer o muito R. p.e frey Francisco Gago Prior em ella e Juiz da Ordem e Conservador da Religiam de S. João de Malta — comesa em dia de Pascoa que veo a 23 de Março de 636 annos. até o anno de 640.* N'este livro, a fl. 14 v. encontrou o têrmo do baptismo de Marianna, em 2 de Abril de 1640, filha de Francisco da Costa

Alcoforado e Leonor Mendes, sendo seu padrinho o Conde da Vidigueira.

N'este livro, em sigla á margem do têrmo referido, ha subtracção da data de 1640 da de 1723, sendo o resto 83. Esta curiosidade acha-se explicada pelo confronto com o termo de obito de Marianna Alcoforado, que Luciano Cordeiro tambem descobriu, no *Livro das Religiosas defunctas do real Convento da Conceição de Beja,* cujo ultimo têrmo é de 1732; ali, a fl. 70 v. se encontra sob o n.º 125 referida a morte de Marianna, dando-se-lhe erradamente *oitenta e sete annos* em vez de oitenta e trez, quando faleceu a 28 de julho de 1723. No assento de obito pela escrivã D. Antonia Sophia Baptista de Almeida, vem algumas phrases com luz moral. Referindo-se aos seus longos annos, diz: «todos gastou no serviço de Deus; continuamente seguiu côro e communidades e comtudo fazia as suas divagações, era muito exemplar — ninguem teve queixa sua; por que era mui benigna para todas; trinta annos fez ásperas penitencias; padeceu grandes enfermidades e com muita conformidade; desejando ter mais que padecer; e conhecendo que era chegada a sua ultima hora; pediu todos os sacramentos os quais recebeo em seu juizo perfeito; dando muitas graças a Deus pelo haver recebido e assim acabou com signaes de pridistinada falando athe a ultima hora...» Além d'este documento conservado no proprio convento, achou Luciano Cordeiro em mão de um cavalheiro de Beja o *Tombo novo* do Convennto de S. Francisco, com o titulo: *Tom-*

bo 3.º das Capellas que agora existem, feito em 1778: n'este livro, de fl. 32 a 57 vem o testamento e instituição do morgado de Francisco da Costa Alcoforado, em que nos apparece na sua existencia completa a familia de Marianna, com que Luciano Cordeiro refuta a tradição malevola contemporanea ácerca de Leonor Mendes, *filha de uma tendeira, a qual chamavam a Maricota,* e de Francisco da Costa ter sido creado de D. Tristão da Cunha, o Torto. [1]

---

1 No n.º 4.291 do *Conimbricense* do anno de 1888, publicava esta informação Martins de Carvalho:

"Já ha dias publicámos dois documentos, que nos enviou o sr. visconde de Sanches de Baena, nos quaes, com a nota que hoje vae addicionada, se vê que *os avós maternos* de Marianna Alcoforado fôram *mercadores com loja aberta, e tambem iam vender pelas feiras;* em contrario da opinião do sr. Luciano Cordeiro, no seu livro."

É o documento inserto n'esse n.º 4.291, o alvará de 5 de Dezembro de 1647, para ser lançado a Francisco da Costa Alcoforado o habito de Christo, como noviço.

"Em quanto ao documento que vamos publicar, é fidedigno, porque se funda nas habilitações que Francisco da Costa Alcoforado fez, e foram julgadas bôas, para ser aceite na ordem de Christo, onde indubitavelmente confessou e provou ser *viuvo,* n'aquella data — 1647."

E d'este facto tira as seguintes conclusões, que por certo explicam o afastamento e olvido de Chamilly:

"Nasceu Marianna Alcoforado em 1640, mas pelo documento que publicamos se vê que seu pae Francisco da Costa Alcoforado era *viuvo* em 5 de Dezembro de 1647.

"Ora sendo Marianna Alcoforado filha de Francisco da Costa Alcoforado e de Leonor Mendes, e vivendo esta, casada com Alcoforado, quando elle fez o seu testamento em 30 de Setembro de 1660, segue-se — 1.º que Francisco da Costa Alcoforado foi casado duas vezes; — 2.º que a freira Marianna Alcoforado era *bastarda,* nascendo, ou

Na Torre do Tombo encontrou tambem Luciano Cordeiro o alvará do grão de cavalleiro conferido a Francisco da Costa, e o de uma tença por serviços notaveis á causa da restauração. Por todos estes documentos, até hoje desconhecidos, explicam-se completamennte as principaes cir-

---

durante a vida da primeira mulher de Francisco da Costa Alcoforado, ou já quando este era viuvo.

«No assento de baptismo de Marianna Alcoforado, publicado pelo sr. Luciano Cordeiro, apparece, na verdade, a declaração de ser — *filha de Francisco da Costa Alcoforado e de Lianor Mendes;* mas sem se dizer, como era e é costume, se elle fosse casado — *e de sua mulher* Lianor Mendes.

«Só muito depois é que apparece Leonor Mendes com o titulo de *dona*, que lhe competia por já então ser casada com um nobre.

«Francisco da Costa Alcoforado descendia de Barcellos, da familia nobre dos Alcoforados. Foi viver para Beja; ahi agradou-se da *filha da tendeira*, e como lhe não convinha, pela sua nobreza, casar com ella, teve relações illegitimas com essa Leonor Mendes, de que nasceram a freira Marianna Alcoforado, e varios outros filhos.

«Posteriormente resolveu-se Alcoforado a legalisar a posição dos filhos, casando com a mãe.

«Resulta do que dizemos:

«1.º Que em 1640 nasceu Marianna Alcoforado, sendo filha de Francisco da Costa Alcoforado e de *Lianor Mendes.*

«2.º Que em 1647 era *viuvo* Francisco da Costa Alcoforado; pelo que se elle tivesse sido casado com *Lianor Mendes*, já então necessariamente ella havia de ter fallecido.

«3.º Que em 1660, quando Alcoforado fez testamento, era casado com *D. Leonor Mendes*, a mesma *Lianor Mendes*, de quem em 1640 tivera Marianna Alcoforado.

«Portanto Marianna Alcoforado era filha *bastarda* e não *legitima*, como diz o sr. Luciano Cordeiro; pois que sendo o pae *viuvo* em 1647, não podia posteriormente casar *segunda vez* com a mãe d'ella.»

cumstancias a que alludem as *Cartas;* essa fortuna teve Luciano Cordeiro esgotando o assumpto, que por isso mesmo adquire um maior interesse. As *Cartas da Religiosa* foram escriptas por uma mulher de vinte e seis annos (p. 174) a um garboso official francez de trinta annos. A paixão estava na sua intensidade, e absoluta.

Luciano Cordeiro ainda pôde descobrir nas *Cartas* uma referencia historica por onde determina a época em que effectivamente foram escriptas: «Foi nas proprias *Cartas,* que procurámos e achámos essa data com uma certa precisão que parece impossivel ter passado desapercebida. Na que se considera a segunda, regeita-se a noticia de que *«a paz da França estava feita».* Não é necessario uma grande investigação da historia para vêr que essa paz era a que terminou rapidamente a guerra da *devolução* pelo tratado de Aix-la-Chapelle, em 2 de Maio de 1668. É sabido que o episodio decisivo d'essa guerra fôra a brusca e rapida invasão, em pleno inverno (fevereiro de 1668), de Luiz XIV no Franche Comté, em que já tomou parte Chamilly, que pouco antes chegára de Portugal.» (p. 173.) D'aqui deduz, que não tendo Marianna recebido noticias havia já seis mezes, teria Chamilly partido de Portugal por fins de 1667. Por documentos achados tambem pelo mesmo critico na Camara de Beja, ácerca de conflictos da cavallaria franceza na povoação em 1667, deprehende-se que haveria qualquer pequeno escandalo freiratico que fez com que o Marechal Schomberg determinasse a partida de

Chamilly para França. A circumstancia de Marianna ter recebido no Convento da Conceição uma irmã de *trez annos* de edade, por 1662, para se encarregar da sua educação, é considerada como um maternal derivativo para a paixão violenta que a opprime. No testamento de D. Peregrina Alcoforado (no seculo D. Maria, e nascida em 1659) vem a clausula de deixar «a sua irmã D. Marianna Alcomforada cem mil reis e os quaes lhe deixa pelas muitas obrigações que lhe deve *pela haver criado de menina de tres annos.*» (p. 299.) O drama do desditoso amor desvenda-se sob estes textos tabellionicos. Depois procurou-se obliterar todas as noticias ácerca da freira que tanto ruido levantara fóra de Portugal; a vida de penitencias, o seu caracter de benegnidade conformada, os grandes soffrimentos nervosos de um organismo que resistia ao tedio da vacuidade ascetica, levaram-n'a a esse automatismo ou vida vegetativa, a que as outras freiras chamaram signaes de predestinada, falecendo com oitenta e tres annos! Esta longevidade não destroe a poesia d'este nirvana em que pairou essa pobre alma. Sua irmã Peregrina sobreviveu-lhe vinte e cinco annos.

Pelo estudo litterario do periodo dos Seiscentistas, torna-se mais comprehensivel o problema do *Castelhanismo*, que ainda se impõe. Philippe II, pela intolerancia catholica e pela megalomania do Imperialismo austriaco, isolou a Hespanha das nações da Europa; e embaraçando o movimento religioso que era solidario com o movimento intellectual, deixou essa nação, ao fim de quarenta e quatro annos de uma politica suicida, mergulhada na apathia mental e na ruina economica pelo esgotamento de continuadas guerras. O desmoronamento do *Castelhanismo*, de Philippe II e Philippe IV manifesta-se na perda da terça parte do territorio da Hespanha na posse dos seus inimigos.

Como se tira a moralidade da fabula, tambem a historia conduz á deducção de uma lei moral. A Castella, no seu esteril planalto, submetteu as ricas vertentes da Hespanha, das regiões da Andalusia, da Catalunha, das Asturias e da Galliza, e por fim, por casamentos nas familias dynasticas fanatisadas pelo unitarismo catholico, conseguiu incorporar a vertente de oéste, Portugal, com os seus vastos dominios coloniaes. O *Castelhanismo* tornou a Hespanha um perigo para a Europa, (tal como o prussianismo com a Allemanha de hoje) e foi batida pelos estados europeus do Norte, Flandres, a Allemanha, França e mesmo a Italia. Aos triumphos das tropas hespanholas segui-

ram-se as derrotas, perdendo Graveline, Contay Dunquerque; e derrotadas por Condé en Lens com 8000 baixas, e todo o trem de guerra (1617), é n'esta derrocada forçada a pedir a paz (1648), que se assigna em Westphalia, perdendo a Hespanha os Paizes Baixos e todas as Colonias que tomara aos Hollandezes. Sublevaram-se os Estados italianos; Napoles revolta-se com Mazaniello, e vencida nas Dunas (1657) tem que pedir a paz dos Pyreneos e assignal-a, apesar de mais affrontosa do que a de Westphalia; perde Roseil, Conflant, e numerosas praças de Flandres. O unico torrão europeu conquistado, Portugal, liberta-se d'essa incorporação absorvente pela Revolução de 1640 e vinte e sete annos de resistencia armada. Escrevia n'este anno da revolução o Dr. Ayres Varella: «Os povos que abraçam apertadamente as rasões de liberdade, o fizeram — porque *conhecem que o castelhano* a grandes jornadas *pretendia extinguir o nome portuguez e reduzir-nos á miseria dos gallegos.*» Todas estas luctas, que duraram vinte e sete annos para Portugal libertar-se, crearam o sentimento nacional, que acordou essa energia com que fundou o assombroso monumento de Colonisação, o Brasil, creando alli os elementos de uma futura Nacionalidade, as condições economicas da riqueza, que se tornou o esteio da metropole. Mas a Dynastia dos Braganças, na sua apathia egoista,

1 *Successos de Portugal de* 1640 *e* 1641, p. 3.

tratando de firmar-se no absoluto *sentimento de familia*, procurou sempre o apoio estrangeiro, comprimindo e affrontando o *sentimento nacional* pela cedencia de territorio patrio em dotes das princezas bragantinas, e acabando de vez com a convocação das Côrtes. A independencia de Portugal foi uma consequencia da dissolução do *Castelhanismo* na Europa, porque o exagerado Imperialismo da Casa de Austria jungira na sua soberania elementos incoherentes. Esclarece-o um pensamento de Sybel na *Historia da Europa durante a Revolução franceza:* «A natureza, que deu a cada nação qualidades particulares e caracteres distinctos, não permitte que, o que ella creara seja sacrificado á ambição dos homens. É o destino das dominações concebidas pelo orgulho, de cavarem a sua propria sepultura esgotando as fontes do seu poder.» *(Op. cit.,* t. I, p. 148.) O *Castelhanismo* chegara a subjugar-nos materialmente, mas essas qualidades e caracteres do *Lusismo,* tornaram toda a união incoherente, indomavel, e esse contacto de sessenta annos em vez de uma absorpção fez com que fôsse verdadeiramente impulsor do *Castelhanismo.* [1] Quando Philarète Chasles exaltava o alto valor historico das *Guerras da Catalunha,* de D. Francisco Manuel de Melo, lamentava que este livro apparecesse pela primeira vez em Portugal, (1645) em um paiz —

1 J. A. Coelho, *Evolução das Sociedades Ibericas,* t. II, p. 587, 608.

que se precipitava rapidamente para a decadencia.» [1] A restauração tornou-se effectivamente uma prolongada decadencia, porque o *sentimento nacional* foi systematicamente obliterado pelo *sentimento familial* da Dynastia dos Braganças, [2] iniciada com o casamento com uma castelhana. Camões, memorando as luctas para a independencia de Portugal, apontou os dois seculares inimigos — o *Mouro* e o *Castelhano:*

> C'um poder tão singelo e tão pequeno,
> Tomou do *Mouro* forte e guarnecido
> Toda a terra que rega o Tejo ameno;
> Pois contra o *Castelhano* tão temido
> Sempre alcançou favor do Céo sereno...
>
> *(Lus.,* Cant. I, est. 25.)

---

1 *Voyage d'un critique en Espagne*, p. 283.

2 Os livros *Arcadia lusitana, Dissidentes da Arcadia, Bocage e Garrett e o Romantismo*, synthetisam essa larga decadencia.

INDICE

HISTORIA DA LITTERATURA PORTUGUEZA

(RECAPITULAÇÂO)

PAG.

Os escriptores do seculo XVII vencem o Castelhanismo ... V

SEGUNDA EPOCA

2.º Periodo: Os Seiscentistas

(SECULO XVII)

As ideias preponderantes no seculo XVII são a sequencia da Renascença ... 1
Acção retrograda dos Jesuitas: seu influxo pelo ensino publico... 2
Desenvolvimento das Sciencias e fundação de Academias 3
Triumpha o espirito da Reforma ... 4
Nos paizes catholicos a corrente scientifica é supplantada pelo Humanismo... 5

§ I

Syncretismo da influencia italiana e hespanhola em Portugal

O exagero da imitação classica suscita a reacção da livre phantasia ... 6
O *Culteranismo* hespanhol influe em todas as litteraturas 7
As Academias particulares ... 8
Quadro geral da influencia culteranista ... 10

PAG.

A litteratura franceza apropria-se das Comedias e Novellas hespanholas... 11
A reacção do Cartesianismo contra o formalismo da Scholastica, ataca a Poetica de Aristoteles 14
Proto-romantismo do seculo XVII 15

1.º — Os Poetas lyricos

Os dois aspectos do lyrismo: gongorico e camoniano... 16

A) Os Lyricos camonianos

Francisco Rodrigues Lobo

Leiria, uma verdadeira Arcadia em que nasce o poeta... 17
O seu bucolismo natural 18

1.º *Nascimento, Mocidade e Amores de Francisco Rodrigues Lobo* (1579 a 1604) 19
Fixação do seu nascimento em 1579 20
Preponderancia da familia do Duque de Villa Real ... 21
Intimidade do poeta com a illustre familia 24
Tradição dos amores com uma Dama do palacio ducal 25
Allusão do poeta a esses loucos amores 26
D. Antonia de Menezes, filha natural do Marquez de Villa Real... 29
O cryptonymo de *Thionia*, *Latonia* e *Dionea*, nos Romances, Novella e Egloga 30
— *Filha de um antigo Pastor* da ribeira do Liz 31
Filha natural do marquez, casou com seu primo D. Carlos de Menezes 32
Os *loucos amores* passaram-se entre 1598 e 1605... ... 30
Quão pouco tempo dura uma alegria 31
Saída para os estudos de Coimbra em 1593 36
Imita as Canções de Christovam Falcão 38
Como terminaram os amores 41
Carta faceta de Soropita mofando dos amores do primo 42
Matriculado nas Escholas Maiores em Outubro de 1594 46
— em 20 de Novembro de 1595, no curso dos Legistas... 47
Imita os Romances maurescos 48
O gosto das Redondilhas no seculo XVII 53
Frequenta de 1597-98 o segundo anno de Leis 55
Peste em Coimbra e Leiria: vae completar a frequencia ao Mosteiro da Batalha 55
Recebe o grão de Bacharel em 3 de Maio de 1602 ... 57
Amisades com o velho lente Fr. Luiz de Souto Mayor... 58
Publicação das suas *Eglogas* em 1605 59
Faria e Sousa ataca sem fundamento a originalidade de Lobo 60
Interpretação do *Sileno* pela situação de Thionia 61

PAG.

Perigos do seu amor 65
Despedida de Coimbra 69

2.º *Vida litteraria em Leiria: inspirado pelo sentimento nacional, é empolgado pelo Castelhanismo. — Sua morte desastrosa* (1604 a 1622.) 70
Lembrança da agitação das Escholas 70
Pelo casamento do Marquez de Villa Real, Leiria torna se um centro de sociabilidade (1604) 72
Dedica o poema do *Condestabre* a D. Theodosio 72
Continua em 1608 no *Pastor peregrino*, o encanto da *Primavera* 74
Em 1614, termina como o *Desenganado* a idealisação novellesca 78
No *Condestabre*, allude ao nascimento de D. João IV e ás esperanças sebasticas... 83
Sentimento que o leva a reproduzir a *Euphrosina* 84
A *Côrte na Aldeia*, dedicada a D. Duarte, irmão do Duque D. Theodosio 85
Viagem de Philippe III a Lisboa em 1619 88
O Marquez de Villa Real é feito Duque de Caminha ... 89
Lobo escreve em Romances castelhanos a *Jornada de Filippe 3.º* a Lisboa (influxo do Duque de Caminha)... 90
O effeito da visita regia 93
Philippe III, apoz o regresso, em 20 de fevereiro de 1621 94
Lobo ainda elogia em um Soneto o Sermão das exequias em Portalegre em Maio de 1621 94
Soneto encomiastico ao *Tratado* de Aleixo de Menezes de 1623, traz: *Ultimo que hizo en su vida* 95
Na traducção da *Côrte na Aldêa*, publicada em 8 de Novembro de 1622, já o traductor Juan Bautista Morando, dá o auctor como no céo repousando em paz 95
Soneto de D. Thomaz de Noronha á morte de Lobo 96
Em outro Soneto, diz que a *sua morte natural* seria *queimado* 98
Por documentos da Inquisição, sabe-se que Soropita era de origem judaica 98
Presentimentos do Poeta sobre sua morte... 99
Pela sua morte no Tejo, lhe foi attribuido o Soneto de Camões, *Formoso Tejo meu* 105

D. Francisco Manuel de Mello

Duas epocas differentes na sua actividade litteraria ... 108
No carcere liberta-se da vesania do Culteranismo ... 109
Sá de Miranda, Gil Vicente e Camões, orientam o seu gosto poetico 110
O conhecimento da linguagem popular dá-lhe a estructura da prosa portugueza 111

PAG.

1.º *Data authentica do seu nascimento. — Educação jesuitica e vida soldadesca. — Actividade incessante nas Armadas. — Combates, naufragios e intrigas de Côrte.* (1608 a 1641.) 113
Nasceu em 23 de Novembro de 1608, em Lisboa 113
Seus paes D. Luiz Manuel de Mello e D. Maria de Toledo Maçuelos 114
D. Luiz de Mello parte em 1619 para a ilha de S. Miguel, e ahi morre repentinamente em 1615 114
A orfandade prematura na vida de D. Francisco Manuel 114
Em 1620 é internado no Collegio de Santo Antão 115
Elementos da sua educação: P.e Balthazar Telles 117
Liberto da compressão collegial, aos 17 annos dispõe de si e acceita a vida militar 118
Senta praça em 1626, na Companhia de Aventureiros, da Gente de Mar e Guerra 118
O espirito militar da *bonne aventure* 119
Serve na Armada da Corôa sob commando de D. Manuel de Menezes 120
Naufragio nas Costas de França, 14 de Janeiro de 1627 120
Descripção viva na Epanaphora 121
Visita Madrid pela primeira vez, após o naufragio ... 124
Regressa a Lisboa em 1628, publica *Doze Sonetos á morte de Inez de Castro* 125
Embarca na primavera de 1629 a comboiar as Nãos da India 126
Normas de pretendente e galanteador... 127
Lacuna de 1629 até 1633 na documentação da vida de D. Francisco Manuel 131
Depois do terrivel naufragio, projecta trocar a carreira das armas pelas das letras, e vae para Coimbra ... 199
Confirma-o o Soneto CI, da *Lira de Clio* 199
Visita o solar do Conde de Sortelha, em Goes, onde viu *D. Branca da Silveira* (*Nueva la vi*)... 199
Para acudir á tomada da Bahia pelos Hollandezes, parte o general Oquendo, em 30 de Abril de 1631: D. Francisco Manuel appresenta-se para ir 199
Fundamento no Soneto XLV *Apostrophe á Estrella do Norte* 200
Não regressou logo com a Armada de Oquendo, pelo que foi julgado 200
Estava na côrte de Madrid em 6 de Julho de 1634... 137
Portaria de 11 de Dezembro de 1634 para lhe ser lançado o habito de Christo, completando quatro viagens na Armada da Corôa 131
Falece sua mãe em 13 de Fevereiro de 1636, e dias depois sua irmã 133
Vae para Madrid e aproxima-se de Quevedo 134
Serve secretamente o Duque de Bragança na côrte de Philippe IV 135

PAG.

Carta de 4 de Outubro de 1636, a D. Francisco Queredo 136
Estava em Madrid em 1637, quando se recebeu noticia do Tumulto de Evora 138
Mandado acompanhar o Conde de Linhares a Portugal 141
Prestigio das *Prophecias do Encoberto* 142
Volta a Madrid a informar o Conde Duque 144
Publica em 1638 a *Politica militar*, ... 145
Como se fazia o levantamento de tropas 146
Acompanha em 27 de Agosto de 1539 a Armada que leva as tropas para os Paizes Baixos 148
Grande combate naval com os Hollandezes 149
Redige a *Relação do Conflicto do Canal* 151
Jornada de Flandres para Castella, d'ahi a Aragão até á Guerra da Catalunha 152
Chega á Catalunha a noticia da Revolução do 1.º de Dezembro de 1640 155
D. Francisco Manuel de Mello é prezo em Madrid durante quatro mezes... 155
Para fugir da Hespanha, requereu promoção, sendo despachado Governador da Praça de Ostende 157
Foge para Inglaterra; e frequenta a côrte de Carlos I 157
O embaixador portuguez na Hollanda convida-o para ir organisar a Armada de soccorro a Portugal 157
Communica os seus versos á Princeza Palatina 158
A partida da Armada de soccorro, sob seu commando... 160
Chegada a Lisboa 161
São desconsiderados todos os seus grandes serviços ... 162

2.º — *A Revolução de 1640 no quadro da Guerra dos Trinta Annos. — A repressão sangrenta da Nobreza por D. João IV garante-lhe a estabilidade interior — Chega a Lisboa D. Francisco Manuel de Mello com a Armada de soccorro. — O rei afasta-o dos commandos superiores. — Sua intimidade nos divertimentos musicaes e litterarios da côrte. — O Conde de Villa Nova e a lenda dos amores de D. Francisco Manuel. — Prizão e julgamento iniquo em tres Instancias. — Ultimas esperanças mentidas de D. João IV.*
A perda da nacionalidade portugueza consequencia da formação da Grande Monarchia hespanhola 163
A Revolução de Portugal, resultante do seu desmembramento 164
Alliada natural de todos os inimigos de Hespanha ... 165
Chamados os Commendadores e Conselheiros das Ordens Militares a Madrid em Agosto de 1640, o Duque de Bragança sabe que não voltará a Portugal, e prefere a eventualidade da Revolução 166
Como explica a sua ascensão ao throno 167
O sentimento nacional ácerca do dominio castelhano... 168
As esperanças sebasticas e as Trovas propheticas ... 169

	PAG.
João Pinto Ribeiro, alma da Revolução	172
O eterno divorcio dos dois Povos	173
A execução do Marquez de Villa Real e seu filho o joven Duque de Caminha	174
Malevolencia contra D. Francisco Manuel de Mello ...	181
Afastado dos commandos militares superiores	182
Má interpretação das mercês que solicitara	184
Como elle se justifica	185
Começo de odio do Conde de Villa Nova contra D. Francisco Manuel	191
Processo contra o secretario Francisco de Lucena contra o qual D. Francisco Manuel se excusa de depôr...	193
Condemnação de D. Agostinho Manuel, seu tio... ...	195
O antigo *partido hespanhol* no paço	196
Primeiro projecto de casamento do Duque de Bragança	201
Debalde se procura incriminar de traidor	203
Sua defeza em uma Declamação juridica	204
Inactividade de D. Francisco, no seu recanto do Rocio	210
Recordações da vida alegre de 1641 a 1644	213
Encontro com D. Branca da Silveira, já casada com seu tio D. Gregorio, Conde de Villa Nova	214
Poesias de D. Francisco Manuel, sobre esta psychose...	215
Discordia do Conde de Villa Nova com a esposa por causa das antigas relações com a criada *Elena da Cunha*	222
Francisco Cardoso, genro de Elena da Cunha, assassinado	222
O Conde de Villa Nova fizera-o seu mordomo pelo casamento com Beatriz da Cunha	524
Prizão de D. Francisco Manuel em 19 de Novembro de 1644	223
Versos sarcasticos feitos a *Elena da Cunha*	226
Allusão ao amor das creadas, na *Carta de Guia de Casados*	228
Intimidade litteraria e artistica com D. João IV	230
Comedia em Musica ou Drama cantado	231
Intrigas e rivalidades da côrte	235
Quare? (Porque motivo?) divisa sua, depois de prezo...	236
A tradição dos ciumes de D. João IV...	237
Os negativismos de Prestage	241
Os dois Memoriaes a D. João IV	241
O mais extenso não foi apresentado; sómente brevissimo ou segundo (achado no Archivo Silvã)	242
A rainha D. Leonor de Gusmão domina D. João IV ...	247
O rancor do Conde de Villa Nova	249
As intrigas do creado facinora João Vicente	250
Marcos Ribeiro mandante do assasinato de Francisco Cardoso	251
Iniquidades e nullidades do processo contra D. Francisco Manuel	253
Julgado em tres instancias no Juizo dos Cavalleiros,	

PAG.

D. João IV condemnou-o a degredo perpetuo para o Brazil 258
O mysterio da *intriga de mulheres* 259

3.º — *Annos de prizão e desterro. — A Meza da Consciencia e Ordens influe no monstruoso processo — A Terceira Instancia e a acção directa de D. João IV. — Trabalhos litterarios de D. Francisco Manuel na Torre de Belem* (1644-46). *na Torre Velha* (1650 a 1653) *e no Castello de Lisboa* (1650 a 1653.) — *Partida para o degredo no Brasil* (17 de Abril de 1655.)

A Mesa da Consciencia, omnipotente... 261
Mesa de Thyestes 262
O julgamento da primeira instancia, sem ser ouvido ... 263
Prezo em S. Vicente de Restello escreve e publica a *Guerra da Catalunha* 265
O pseudonymo Clemente Libertino 268
Carlos de Noronha, presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, alma damnada do processo 269
A condemnação em segunda Instancia 270
O arbitrio real, em terceira Instancia 271
A filha illegitima de D. João IV intercede 288
É transferido para o Castello de Lisboa 300
Recorre ao Principe D. Theodosio, ignorando a dissidencia com el-rei seu pae 303
A carta de intercessão de Anna de Austria, sem effeito 304
A politica franceza 315
D. João IV homologa os *votos consultivos* da terceira Instancia 317
Nos ultimos mezes da prizão da Torre Velha escreve a *Carta de Guia de Casados* 321
D. João IV encarrega-o de escrever a *Historia do Duque D. Theodosio* 323
— o *Manifesto dos Palatinos* 329
— Versos para o rei pôr em musica 330
É-lhe emprestada a obra de D. João IV *Defensa de la Musica* 332
Petição jocosa ao Rei, sobre a sua quinta de Entre Rios 337
Antes de partir para o degredo do Brasil é-lhe concedido passar alguns mezes na sua quinta de Entre Rios 339
Ahi teve relações com Luisa da Silva da qual houve o filho natural Jorge Diogo de Mello 341
O Governador de Entre Douro e Minho pede a D. João IV a mercê de mudar-lhe o desterro do Brasil para uma das fronteiras do Reino 343
Parte na Armada do Brasil em 17 de Abril de 1655 ... 344
Na Bahia refugia-se nos seus trabalhos litterarios. *Apologos Dialogaes, Epanaphora* 345

PAG.

Sem recursos, fez algum negocio de assucar para Angola ... 347
A morte de D. João IV em 6 de Novembro de 1556... ... 348

4.º — *Quebrantamento do degredo perpetuo: Embarca para Portugal em Março de 1658. — Arribada á ilha de S. Miguel em Junho. — Acha-se em Lisboa em 1659. — Frequenta a Academia dos Generosos. — Pela acclamação de Affonso VI, e governo de Castello Melhor é-lhe perdoado o quebrantamento do degredo e restituido ás honras civicas por carta de 30 de julho de 1662. — Missão politica em Outubro: indo ás côrtes de Inglaterra, França, Parma e Roma. — Regressa a Portugal em 1665. — Victoria do partido de D. Pedro. — Falece em 13 de Outubro de 1666.*

Carta a Christovam Soares de Abreu dando-lhe noticia da arribada á ilha de S. Miguel 350
Pede-lhe informação do meio cortezanesco... 351
A situação politica 353
Demora-se na Ilha de S. Miguel até principios de 1659 ... 354
No Collegio dos Jesuitas de Ponta Delgada teve conhecimento das *Saudades da Terra*, d'onde colheu a Lenda de Machin e Anna d'Arfet, sobre que escreveu a *Epanaphora amorosa*... 355
A sua concepção da Historia 359
Publica as Epanaphoras em 1660 362
A falsa Doação da Ilha da Madeira á Infanta D. Catherina para casar com Carlos II 363
O dote de Tanger e Bombaim 365
D. Luiza de Gusmão trabalha para substituir o Principe D. Affonso pelo irmão o infante D. Pedro ... 367
Como D. Affonso VI assume a Soberania, tendo o Conde de Castello Melhor por primeiro ministro... 369
Pelas festas da Acclamação é indultado D. Francisco Manuel de Mello 370
Missão diplomatica de D. Francisco Manuel para negociar o casamento do Rei 370
Em 8 de Abril chega a Inglaterra 373
Descripção poetica da sua viagem 375
Como o P.e Manuel Godinho o considerara 377
A sua permanencia em Roma: trata de legitimar seu filho Jorge de Mello 382
A espionagem Castelhana informa Philippe IV de todos os seus passos... 384
Os casamentos de D. Affonso VI e de D. Pedro tratados simultaneamente (consequencias)... 38
Em 14 de Outubro de 1664 ainda se achava em Roma, imprimindo as *Cartas familiares* 391
Nomeado Deputado da Junta dos Tres Estados felicitado em 31 de Março de 1666 392

PAG.

Falecimento em 13 de outubro d'este anno, consequencias da queda soffrida 393
Não soffreu o pesar da queda do Conde de Castello Melhor, e o espectaculo da degradação do triumpho do partido de D. Pedro II. 394
A satira contra a rainha incestuosa 400
A synthese da vida de D. Francisco Manuel de Mello... 402

Manuel de Faria e Sousa

Errados pontos de vista de Camillo e Dr. Storck ácerca d'este escriptor... 403
Dados biographicos tirados dos seus textos 404
A tradição camoneana na sua familia... 404
Seu amor aos 14 annos com D. Catherina Machado ... 405
Perde a protecção do Bispo do Porto, D. Fr. Gonçalo de Moraes... 406
Casado sem recursos, accolhe-se á casa paterna 407
O sobrinho do Bispo, tendo de ir para Madrid tomar posse do logar no Conselho de estado, leva-o em Março de 1619 como seu secretario 408
Viu em Lisboa as festas á chegada e visita de Philippe III 408
Nomeado Secretario do Conselho de Portugal, trabalhando junto de Francisco de Lucena 408
Escreve um Poema em 16 Cantos da *Vida dos Reis Portuguezes*, que converteu depois em prosa no *Epitome das Historias portuguezas* 410
Vem para Lisboa com o Arcebispo Governador do Reino para servir como Secretario do Estado da India... 412
O Marquez de Castello Rodrigo, toma-o para seu secretario na Embaixada de Roma 412
Intimidade em Roma junto de Urbano VIII 413
É chamado a Madrid, sob prisão por inconfidencia ... 414
Depois de tres mezes de prizão foi-lhe contrariada toda a tentativa de voltar a Portugal 416
Publica em 1638 o Commentario dos *Lusiadas* em que gastou vinte e cinco annos 416
Accusado á Inquisição pelos *Commentarios*, salva-o Fr. Francisco Brandão 417
Luctas dos anti-Camoistas 418
O Marquez de Montebello accolhe-o nas suas doenças e falta de recursos 421
Dedica em 1644 ao Conde de Villa Nova a Parte IV da *Fuente de Aganipe*... 422
Serve D. João IV na pesquiza de composições musicaes celebres 422
A sua correspondencia, como se verifica pelas Cartas a D. João IV, era exclusivamente musicographica ... 423
Morre com calculos na bexiga, no figado e rins em Junho de 1649, ... 425

PAG.

Os seus Manuscriptos foram trazidos para Portugal por seu filho Pedro de Faria 427

Manuel de Azevedo Morato

Auctor das outavas *Sentimentos de D. Pedro e D. Inez de Castro,* que appareceram anonymas na *Fenix Renascida* 429
Manuscripto do seculo XVII em que apparece com o nome de Manuel de Azevedo 430
Advogado dos Prezos da Inquisição de Coimbra em 1688 432
Tornou-se celebre o poemeto pela burla da attribuição a D. Maria de Lara e Menezes, imaginaria amante do Infante D. Duarte 433
Sua metrificação perfeita, mas Gongorica... 435
A burla da attribuição a D. Maria de Lara, em 1762, nasceu do intuito de authenticar litterariamente a lenda genealogica do parentesco de um desconceituado Guilherme Joaquim Paes de Menezes com a Casa de Bragança 236
Na *Historia do Infante D. Duarte,* Ramos Coelho deixou a descoberto este embuste 442

b) Os Lyricos Culteranistas

Antonio da Fonseca Soares (Frei Antonio das Chagas)

O tropel dos Poetas romancistas 443

1.º — *O Capitão Boniña.* Nome dado a Antonio Fonseca Soares, na vida mundana 445
Sua mãe Helena Elvira de Zuniga, catholica castelhana, vinda da Irlanda 446
Seu pae o bacharel Antonio Soares de Figueirôa, da Vidigueira... 446
Nasceu em 25 de Junho de 1631 446
Frequentou o Collegio e Universidade dos Jesuitas em Evora... 447
A cultura humanista levou-o para a versificação, no gosto dos Romances assonantados 448
Um duello de amor, aos vinte annos com um rival da mesma edade (*defeza de desafiado*) perturbou-lhe toda a vida... 450
Refugia-se em Moura, e aí senta praça 450
Dedica versos ao Principe D. Theodosio quando foi ao Alemtejo 453
Depois de tres annos de campanha embarca-se para o Brasil... 456
Pela morte de D. João IV em 1656, regressa a Portugal 460

PAG.

Toma parte na campanha de Olivença e conquista da Praça de Mourão 461
É um celebrado galanteador freiratico 463
Tem renome de *Capitão Bonina* 466
Tem a patente de Capitão do Terço de Setubal, em 20 de Janeiro de 1661 467
Uma emboscada nocturna de que escapa leva-o a *acco-lher-se ao sagrado* 469

2.º — *Jonas: soldado, poeta e frade* 469
Noviciado da vida monastica em 20 de Maio de 1652... 469
Professa em S. Francisco de Evora em 19 de Maio de 1663 471
N'essa occasião era tomada Evora por D. João de Austria 471
No seu ascetismo lançam-lhe em rosto as aventuras galantes... 472
Vieira ridicularisa a sua forma de prègar 472
Doutrina mystica das suas Cartas 478
As quatro Elegias 480
Censura a situação moral de D. Pedro II, ... 481
Defende o Conde de Castello Melhor exilado 482
Morre em 20 de Outubro de 1689... 482
Sóror Violante do Céo 483
Nasce em Lisboa, em 30 de Março de 1608... 483
Celebra as festas religiosas em Vilancicos e Romances: e em Sonetos e Canções a vida da côrte 484
É louvada no *Hospital das Letras* 485
D. Francisco de Portugal 487
D. Francisco Rolin de Moura... 489
Antonio Gomes de Oliveira 491
Poetas secundarios referidos no *Hospital das Letras*... 492

2.º — Os Poetas Epicos

Prestigio dos *Lusiadas* 494

A) TASSISTAS E CAMOISTAS

GABRIEL PEREIRA DE CASTRO

Jurisconsulto, lente, e Chanceller-mór do reino por Philippe IV... 495
Nasce em Braga em 1571 496
Documentos ineditos de sua vida 497
Condemnou Simão Pires Solis, supposto auctor do Desacato de Santa Engracia 501
Deixou a *Ulyssêa* inedita sendo publicada por seu irmão Luiz Pereira 503
Os seus melhores versos são reminiscencias dos *Lusiadas* 503

PAG.

Juizo de D. Francisco Manuel 505
Francisco Rodrigues Lobo, no *Condestabre* glorifica a Casa de Bragança 508
Numerosas obras litterarias dedicadas ao Duque D. Theodosio 509
D. Francisco Manuel falla da sua morte *afogado no Tejo* 511
Manuel Thomaz. — Nasce em Guimarães em 1585 ... 512
Viveu na ilha da Madeira, conego na Sé do Funchal ... 513
Precocidade de um seu avoengo 514
No seu Poema *Insulano* trata a lenda de Machin e o Descobrimento da ilha da Madeira 515
Francisco de Sá de Menezes, e o seu poema *Conquista de Malaca*... 518
A tradição oriental d'essa conquista dava um bello poema 519

Braz Garcia de Mascarenhas

O conhecimento da vida do poeta e do seu meio beirão dão uma nova luz ao poema *Viriatho tragico* 524
Em volta dos traços biographicos de Bento Madeira de Castro se agrupam as valiosas investigações do Doutor Antonio de Vasconcellos e Sanches de Frias... 525
O Canto XV autobiographico, encaminha a reconstrucção da sua vida 526
O seu amor por D. Cecilia Madeira da Costa 537
Prizão em Coimbra, d'onde se evade audaciosamente em 1617 538
Refugia-se na côrte de Madrid 544
Aventuras no mar, luctando com um corsario argelino, e roubado por uma não hollandeza 545
Voltando a Avô sabe que D. Cecilia Madeira vae casar com o cunhado de sua irmã D. Maria Madeira ... 547
N'esse anno de 1623 parte para o Brasil 547
Esteve na Bahia e Olinda 549
Bate-se valentemente com os Hollandezes que tinham assaltado a Bahia 551
Nove annos de importuna ausencia 555
Com a boa nova da Revolução de 1640 appresenta-se em Lisboa a D. João IV... 561
Commanda a guerrilha de Mancebos nobres *Companhia dos Leões* 562
Nomeado Governador da Praça de Alfayates, é prezo por intrigas na Torre de Sabugal... 565
Como vence os seus inimigos e é reintegrado por D. João IV 567
Seu casamento com D. Maria da Fonseca, afilhada e sobrinha de D. Cecilia, seu primeiro amor 569
Como elle localisou a tradição de Viriatho na Beira... 571

B) Os Novellistas

PAG.

Generalisa-se o genero *picaresco*... 575
As Novellas pastoraes desenvolvem-se em Allegorias e longas historias moraes... 575
Historia do Predestinado peregrino, de Bunyan 576
Influencia das Novellas de Cavalleria nos Poemas classicos 577
Este aspecto no *Viriatho tragico* 578

3.º — Theatro

a) *Os Pateos das Comedias* — *Comedias de Capa e Espada* 579
Privilegio concedido ao Hospital de Todos os Santos ... 580
João de Mattos Fragoso 583
Alferes Jacinto Cordeiro 584
Antonio Henrique Gomes 585
Manuel Freire de Andrade 586
b) *As Tragicomedias dos Jesuitas* 588
Representações na visita de Philippe III 591
c) *A Eschola Vicentina* 592
O *Fidalgo aprendiz*, seus elementos de realidade 593

§ II

Academias litterarias e renovação dos Estudos philologicos

Movimento scientifico fora das Universidades... 595
Institutos officiaes 596
a) *Academia dos Generosos e dos Singulares* 596
Ausencia de espirito critico e de senso commum 600
Satira do Culteranismo, na *Jornada do Parnaso* de Diogo Camacho 601
D. Thomaz de Noronha e Gregorio de Mattos 609
b) *Grammaticos e Philologos*... 610
O humanismo jesuitico 612
A syntaxe figurada 617
Valor critico do *Hospital das Lettras*... 618
Tentativa de Bibliographia 621
Trabalhos para o Vocabulario portuguez 622
c) *A Eloquencia sagrada* 624
A liberdade do pulpito comparada com a das Comedias... 624
Censuras do P.e Vieira, Manuel Bernardes e Cenaculo 625

O P.e Antonio Vieira

Nasce em Lisboa em 6 de Fevereiro de 1608 628
Frequenta na Bahia o Collegio dos Jesuitas 628
Professa na Companhia em 1625 629

PAG.

Préga na côrte e entra na confiança intima do rei ... 631
Planos politicos e missões secretas do jesuita 632
É mandado recolher ao Maranhão em 1650 635
Entra nas intrigas para a deposição de D. Affonso VI 636
Prezo na Inquisição de Coimbra em 5 de Outubro de 1665 637
Sentenciado em 24 de Dezembro de 1667 637
Vae a Roma, e defende os Christãos novos 638
Mandado recolher ao Collegio da Bahia em 27 de Janeiro de 1681 638
Seu fallecimento em 18 de Julho de 1697 638
Julgamento ante a synthese do seu seculo... 638

§ III

Historiographos, Moralistas, Viajantes, Epistolographos

A Historia sob o influxo monachal 639
a) *Chronistas e Historiographos* 639
Frei Bernardo de Brito... 640
D. Manuel de Menezes 641
Frei Antonio Brandão 643
Frei Luiz de Sousa, juizo sobre a *Historia de S. Domingos* e *Annaes de D. João III*, pelo Bispo de Viseu... 643
— *Vida de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres* 645
Documentos que dissolvem a lenda de Frei Luiz de Sousa 646
Jacintho Freire de Andrade 650
P.e Balthazar Telles, descoberta dos seus plagios 651
D. Francisco Manuel de Mello equiparado a Thucydides 653
b) *Os Moralistas* 655
c) *Os primeiros Jornaes portuguezes*... 656
Manuel Severim de Faria um dos seus iniciadores ... 657
Manuel de Galhegos e Dr. Antonio de Sousa Macedo . . 657
Epistolographos... 658
Frei Antonio de Chagas, D. Francisco Manuel de Mello e P.e Antonio Vieira 659

Cartas da Religiosa Portugueza

Authenticidade de Cinco Cartas 662
Documentos descobertos por Luciano Cordeiro, que dão luz plena á biographia, e authenticam as Cartas... 667
Conclusão sobre o Castelhanismo... 674

Encyclopedia pela Imagem
Grande successo de livraria em 1927
A mais interessante
e instructiva das publicações eita[s]
em lingua portugueza
Na Encyclopedia pela Imagem, a imagem methodicamente agrupada numa secção ordenada e lógica, ensina-nos mais e melhor do que a mais extensa explicação.
A Encyclopedia pela Imagem abrange todos os ramos dos conhecimentos humanos: Historia, Geographia, Sciencias. Arte, Litteratura, etc.
Volumes já publicados:
Geographia: —As raças humanas. Historia: A Revolução Franceza. —Joanna d'Arc.—A Mythologia.—Napoleão. Arte: Historia da Arte. — Lisboa. — Paris. — Historia do trajo. —Castellos portuguezes. Sciencias: A T. S. F. (telegraphia sem fios).—O Mar.—Os Animaes.—Os motores.—A Electricidade. —O Céc
Preço de cada volume 4$00
—1 por mez